

Terra Livre

n. 54 v. 1

ISSN 2674-8355

agb Associação dos
Geógrafos
Brasileiros
desde 1934



Terra Livre

n. 54, v. 1, 2020



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2019-2020

Diretoria Executiva Nacional

Presidenta

Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)

Vice-Presidente

José Carlos Dantas (AGB Presidente Prudente)

1ª Secretário

Albert Milles de Souza (AGB Juiz de Fora)

2º Secretária

Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)

1º Tesoureiro

Pedro Luiz Damião (AGB São Paulo)

2º Tesoureiro

Rafael Henrique de Moura (AGB Campinas)

Coordenação de Publicações

Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)

Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Juiz de Fora)

Comunicações

Ronald Coutinho Santos (AGB Niterói)

Paulo Henrique Loffredo de Andrade (AGB ABC)

Paulo Roberto da Silva Rufino (AGB Campinas)

Jéssica Danielle Ferreira do Amaral (AGB Alfenas)

Secretario Administrativo

Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

*Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros*

ANO 35 – VOL. 1
NÚMERO 54

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 35, Vol.1, n. 54	Jan.-Jun./2020
-------------	-----------	----------------	----------------------	----------------

TERRA LIVRE

Conselho Científico

André Buonani Pasti – Campinas/SP
 Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
 Bibiana C. Rezende – Presidente Prudente/SP
 Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
 Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
 Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
 Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
 Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
 Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
 Fabrício Gallo – Campinas/SP
 Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
 Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
 Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
 Gustavo Pietro – São Paulo/SP
 Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
 Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
 Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
 João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
 João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
 Jodenir Calixto Teixeira – Três Lagoas/MS
 Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
 Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
 Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG

Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
 Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
 Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
 Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
 Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
 Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
 Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
 Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
 Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
 Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
 Patrícia H. Miranda Garcia – Três Lagoas/MS
 Patrícia M. Mendonça e Silva – Rio de Janeiro/RJ
 Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
 Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
 Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
 Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
 Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
 Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
 Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
 Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
 Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
 Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n. 54: Adalto Moreira Braz, Agnaldo Nascimento, Amanda A. M. Rocha, Ana Carolina Gonçalves Leite, Addressa S. Albuquerque, Anna Erika F. Lima, Antonio Ximenes Neto, Bernard Teixeira Coutinho, Bruno Guerra de Moura von Sperling, Bruno L. Bercella, Camila F. Origuéla, Christian D. M. de Oliveira, Cláudio Smalley Soares Pereira, Cristiane F. de Souza França, Denise Bomtempo, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Doralice Barros Pereira, Eider O. Cavalcante, Fábio T. Pitta, Francisco D. B. Rabelo, Francisco O. Lamdim Neto, Frederico Rodrigues Bonifácio, Gilberto Vieira dos Santos, Ícaro Cardoso Maia, Isorlanda Caracristi, Janaina F. de Souza Campos Vinha, Jean Filipe Gomes Ribeiro, José Carlos Dantas, Juliana Grasiéle Bueno Mota, Lucas B. Gondim, Lúcio K. A. Galdino, Luiz A. Gonçalves, Mahalia Gomes de Carvalho Aquino, Mailton N. da Rocha, Marco Antonio Mitidiero Junior, Maria Adriana M. dos Santos, Marlon Altavini de Abreu, Paola V. Boni, Priscilla Pachi, Raphael F. Diniz, Renato Emerson Nascimento dos Santos, Rhafael da Costa Borges, Rogata Soares Del Gaudio, Ronaldo Barros Sodrê, Samarane Fonseca de Souza Barros, Sandra de Castri de Azevedo, Silvia Lopes Raimundo, Thiago Canettieri, Thiago Lima da Silva.

Editores Responsáveis: Rachel Facundo Vasconcelos, Maria Clara Salim Cerqueira e Lorena Izá Pereira.

Capa: Maria Clara Salim Cerqueira

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v.2, n.41 – digital
1998 - interrompida	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v.2, n. 43 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v.2, n. 45 – digital
2000 - n.15 – impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n.50; v.2, n. 51 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v.2, n. 53 – digital
	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL XII

NOTA EDITORIAL

NOTA EDITORIAL SOBRE O PRODUTIVISMO ACADÊMICO XV
Coletivo de Publicações DEN (2019/2020)

GRUPOS DE TRABALHO

OS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO DO QUILOMBO DE BAÍA FORMOSA: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA LUTA CONTRA O COMPLETO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO ARETÊ EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ / *CONFLICTS OVER LAND AND TERRITORY OF QUILOMBO BAÍA FORMOSA: CONTRIBUTIONS OF GEOGRAPHY ON THE STRIGGLE AGAINST THE TURISTIC-REAL STATE COMPLEX ARETÊ IN ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ* / *LOS CONFLICTOS POR TIERRA Y TERRITÓRIO DEL QUILOMBO DE BAÍA FORMOSA: CONTRIBUICIONES DE LA GEOGRAFÍA EN LA LUCHA CONTRA EL COMPEJO TURÍSTICO-INMOBILIARIO ARETÊ EN ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ* 22

GT Agrária – Seção Local Rio de Janeiro de Niterói – Gabriel Siqueira Correa, Luiz Jardim Wanderley, Paulo Alentejano, Pedro Catanzaro da Rocha-Leão, Vinícius Martins da Silva

ARTIGOS

NOTAS SOBRE A CONSTELAÇÃO MULTIESCALAR DA TOTALIDADE CONCRETA DA CRISE DO CAPITAL / *NOTES OF THE MULTIESCALAR CONSTELLATION OF THE CONCRETE TOTALITY OF THE CAPITAL CRISIS* / *NOTAS SOBRE UMA CONSTELACIÓN MULTIESCALAR DE LA TOTALIDAD CONCRETA DE LA CRISIS DEL CAPITAL* 69

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

TRAMAS E PERSPECTIVAS DOS ESTUDOS VISUAIS NA GEOGRAFIA CULTURAL: PAISAGENS, SENSIBILIDADES E OLHARES / *STORYLINES AND PERSPECTIVES OF VISUAL STUDIES IN CULTURAL GEOGRAPHY: LANDSCAPES, SENSIBILITIES AND PERCEPTIONS* / *TRAMES ET PERSPECTIVES DE L'ÉTUDES VISUELLES EN GÉOGRAPHIE CULTURELLE: PAYSAGES, SENSIBILITÉ ET REGARDES* 116

Jéssica Soares de Freitas e Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior

O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E O PLANEJAMENTO REGIONAL EM TEMPOS DE CRISE: ESTRATÉGIAS, FRAGILIDADES E DESAFIOS / *THE BRAZILIAN FEDERATIVE PACT AND REGIONAL PLANNING IN TIMES OF CRISIS: STRATEGIES, FRAGILITIES AND CHALLENGES* / *EL PACTO FEDERATIVO BRASILEÑO Y LA PLANIFICACIÓN REGIONAL EN TIEMPOS DE CRISIS: ESTRATEGIAS, FRAGILIDADES Y DESAFÍOS* 141

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

CATEGORIAS DE ANÁLISE INTRAURBANAS NA PERSPECTIVA TEÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO / CATEGORIES OF ITRAURBAN ANALYSIS IN THE THEORETICAL PERSPECTIVE OF SPACE PRODUCTION / CATEGORÍAS DE ANÁLISIS INTRAURBANI EN LA PERSPECTIVA TEÓRICA DE LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO

170

Diego Ferretto

NOVAS ARTICULAÇÕES URBANO-REGIONAIS DO SISTEMA INDUSTRIAL LOCALIZADO CALÇADISTA DE FRANCA (SP) / NEW REGIONAL URBAN ARTICULATIONS OF THE INDUSTRIAL SYSTEM LOCATED FOOTWER IN FRANCA (SP) / NOUVEAUX ARTICLES RÉGIONAUX URBAINS DU SYSTÈME INDUSTRIEL LOCALIZÉS CHAUSSURES À FRANCA (SP)

198

José Eudázio Honório Sampaio

ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA LOCAL E REGIONAL E OFERTA EDUCACIONAL: O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / LOCAL AND REGIONAL ECONOMIC SPECIALIZATION AND EDUCATIONAL SUPPLY: THE CASE OF THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF THE STATE OD RIO DE JANEIRO / ESPECIALIZACIÓN ECONÓMICA LOCAL Y REGIONAL Y OFERTA EDUCACIONAL: EL CASO DE LOS INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA DEL ESTADO DEL RIO DE JANEIRO

227

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza

DELIMITAÇÃO DE DISTRITOS E ÁREAS URBANAS NO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO URBANA EM CUIABÁ (MT) / DELIMITATION OF DISTRICTS AND URBAN AREAS IN URBAN EXPANSION PLANNING IN CUIABÁ (MT) / DELIMITACIÓN DE DISTRITOS Y ÁREAS URBANAS EN LA PLANIFICACIÓN DE EXPANSIÓN URBANA EN CUIABÁ (MT)

280

Frank Giordany Aquino Fraporti e Sônia Regina Romancini

CONCESSÃO RODOVIÁRIA COMO PLATAFORMA DE VALORIZAÇÃO FINANCEIRA: EXPRESSÃO DO USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO / ROAD CONCESSION AS A PLATFORM FOR FINANCIAL GAIN: EXPRESSION OF THE CORPORATE USE OF TERRITORY / CONCESIÓN VIAL COMO PLATAFORMA DE VALORIZACIÓN FINANCIERA: EXPRESIÓN DEL USO CORPORATIVO DEL TERRITORIO

321

Bruno Moreira Riani Costa e Fabricio Gallo

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADA AO TURISMO A PARTIR DO BRASIL / THE THEORY OF THE TWO CIRCUITS OF THE URBAN ECONOMY APPLIED FROM THE BRAZIL / LA THÉORIE DE DEUX CIRCUIT DE L'ÉCONOMIE URBAINE APPLIQUÉE AU TOURISME À PARTIR DU BRÉSIL

362

José Alexandre Berto de Almada

JUSTIÇA AMBIENTAL: MÚLTIPLAS ABORDAGENS E ESCALAS ESPACIAIS / ENVIRONMENTAL JUSTICE: MULTIPLE APPROACHES AND SPATIAL SCALES / LA JUSTICE ENVIRONNEMENTALE: DE MUTIPLAS APPROCHES ET ÉCHELLES SPATIALES

405

Graziele Muniz Miranda

**DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL DO PANTANAL BRASILEIROS:
REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (1970-2018) / (UN)SUSTAUNABLE
DEVELOPMENT OF THE BRAZILIAN PANTANAL WETLAND: REGIONALIZATION AND PUBLIC
POLICIES (1970-2018) / DESARROLLO (IN)SUSTENTABLE DEL PANTANAL BRASILEÑO:
REGIONALIZACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS (1970-2018)**

434

Onélia Carmem Rossetto, Giselli Dalla Nora e Carlos Hiroo Saito

**ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO EM QUIXADÁ-BRASIL COMO SUBSÍDIO AO
PLANEJAMENTO AMBIENTAL / ANALYSIS OF USE AND OCCUPATION IN QUIXADÁ-BRAZIL
AS A SUBSIDY TO ENVIRONMENTAL PLANNING / ANÁLISIS DE USO Y OCUPACIÓN EN QUIXADÁ-
BRASIL COMO SUBSIDIO A LA PLANIFICACIÓN AMBIENTAL**

477

Andrea Bezerra Crispim

**AS ÁGUAS E A MODERNIZAÇÃO EM VITÓRIA (ES): A PAISAGEM COMO ESTÉTICA /
WATER AND MODERNIZATION IN VITÓRIA (ES): THE LANDESCAPE AS A ESTHETIC / LAS AGUAS
Y LA MODERNIZACIÓN EN VITÓRIA (ES): EL PAISAJE COMO ESTÉTICA**

508

Tatiana Caniçali Casado, Eneida Maria Souza Mendonça e Gustavo
Zamproni Gomes

**APLICAÇÃO DO MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO NA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS
AMBIENTAIS DA ZONA COSTEIRA METROPOLITANA DE FORTALEZA-CEARÁ /
APPLICATION OF THE HYPOTHETICAL-DEDUCTIVE METHOD IN THE EVALUATION OF THE
ENVIRONMENTAL POLICIES OF THE METROPOLITAN COASTAL ZONE OF FORTALEZA-CEARÁ /
APPLICATION DE LA MÉTHODE HYPOTHÉTIQUE-DÉDUCTIVE DANS L'ÉVALUATION DES
POLITIQUES ENVIRONNEMENTALES DE LA ZONE CÔTIÈRE MÉTROPOLITAINE DE FORTALEZA-
CEARÁ**

542

Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra, Delano Nogueira Amaral, Francisco
Edmar de Sousa Silva e Fábio Perdigão Vasconcelos

**A SOBERANIA ALIMENTAR NA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA / FOOD
SOVEREIGNTY IN BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY /
SOBERANÍA ALIMENTARIA EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA**

586

Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Leonardo Lencioni Mattos Santos,
Rodrigo de Paulo Souza e Silva e José Roberto Salvaterra

**TRAJETÓRIAS TERRITORIAIS DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO
NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP) / TERRITORIAL
TRAJECTORIES OF LABOR IN SUGARCANE HYDROAGRICULTURAL IN THE ADMINISTRATIVE
REGION OF PRESIDENTE PRUDENTE (SP) / TRAYECTORIAS TERRITORIALES DE TRABAJO EN
AGROHIDROENEGÓCIO CAÑERO EN LA REGIÓN ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE
(SP)**

616

Fredi dos Santos Bento e Antonio Thomaz Junior

**FRONTEIRA E MOBILIDADE DO TRABALHO EM MONTE ALEGRE/PA:
DESLOCAMENTO E CONFINAMENTO TERRITORIAL / FRONTIER AND MOBILITY OF LABOR
IN MONTE ALEGRE/PA: DISPLACEMENT AND TERRITORIAL CONFINEMENT / FRONTERA Y
MOVILIDAD DEL TRABAJO EN MONTE ALEGRE/PA: DESPLAZAMIENTO Y CONFINAMIENTO
TERRITORIAL** 654
Daniel Nunes Leal

**TERRITORIALIDADE INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL / INDIGENOUS
TERRITORIALITY IN RIO GRANDE DO SUL / TERRITORIALIDAD INDÍGENA EN RIO GRANDE DO
SUL** 686
Fernando Ernesto Baggio Di Sopra

**CEARÁ RAÍZES INDÍGENAS: SOBRE OS POVOS, TERRITÓRIOS E CULTURA
INDIGENOUS ROOTS OF CEARÁ: ABOUT PEOPLES, TERRITORIES AND CULTURE / RAÍCES
INDÍGENAS DEL CEARÁ: SOBRE PUEBLOS, TERRITÓRIOS Y CULTURA** 723
Vitória Alves de Lima

**TERRITORIALIDADES NEGRAS E A COLONIALIDADE DO SETOR TURÍSTICO-
IMOBILIÁRIO NO BAIXO SUL DA BAHIA / BLACK TERRITORIALITIES AND COLONIALITY OF
THE TOURIST REAL ESTATE IN THE LOWER SOUTH OF BAHIA / TERRITORIALIDAD NEGRA Y LA
COLONIALIDAD DEL SECTOR TURISTICO INMOBILIARIO EN EL BAIXO SUR DE BAHIA** 762
Ramon Alves Malta e Eduardo Álvares da Silva Barcelos

**E QUEM DISSE QUE A GEOGRAFIA E ARTE RIMAM? A FORMAÇÃO DOCENTE NA
PERSÉCTIVA DASRELAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E ARTE / WHO SAID GEOGRAPHY AND
ART RHYME? TEACHER FORMATION IN THE PERSPECTIVE OF THE RELATIONS BETWEEN
GEOGRAPHY AN ART / Y QUIÉN DIJO LA GEOGRAFÍA Y EL ARTE RIMAN? LA FORMACIÓN
DOCENTE EM LA PERSPECTIVA DE LAS RELACIONES ENTRE GEOGRAFÍA Y ARTE** 805
Igor Carlos Feitosa Alencar

**PRODUÇÃO DE UMA TERRITÓRIO DISCIPLINAR: O POLICIAMENTO ESCOLAR DA
CIPOE / PRODUCTION OF A DISCIPLINARY TERRITORY: CIPOE'S SCHOOL POLICE /
PRODUCCIÓN DE UN TERRITORIO DISCIPLINARIO: LA POLICÍA ESCOLAR DE LA CIPOE** 845
Leildo Dias Silva e Aldo Luiz Fernandes Souza

**A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) / THE
AGRARIAN GEOGRAPHY IN BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) / LA GEOGRAFÍA
AGRARIA EN LA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)** 886
Adriel Leandro Mesquita, Onélia Carmem Rossetto e Sílvia Fernanda
Cantóia

NOTAS/HOMENAGENS

A GEOGRAFIA E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO / *GEOGRAPHY AND DIALECTICAL HISTORICAL MATERIALISM / LA GEOGRAFÍA Y EL MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO* 923

William Rosa Alves e José Gilberto de Souza

RESENHAS

O ESTADO E A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS / *THE STATE AND MANAGEMENT OF URBAN SOLID WASTE / ESTADO Y GESTIÓN DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS* 962

Graziella Praça Orosco de Souza

MEMÓRIA DA PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE RACISMO COTIDIANO / *PLANTATION MEMORIES: EPISODES OF EVERYDAY RACISM / MEMORIAS DE PLANTACIÓN: EPISODIOS DEL RACISMO DIARIO* 970

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior

NORMAS 985

EDITORIAL

A Revista Terra Livre chega a sua edição de número 54 com muita alegria e resistência, disponibilizando aos seus leitores e à toda comunidade acadêmica artigos, notas e resenhas que versam sobre os diversos temas da atualidade em que o foco é a Geografia e suas múltiplas formas de entendimento e debate.

A Terra Livre vem, desde sua criação em 1986, tentando cumprir a função de contribuir com os debates do campo da Geografia. Criada por uma demanda da entidade de se voltar às questões externas à entidade, à “transpor os muros da ‘comunidade geográfica’ ”¹, a publicação cumpre o seu papel de fomentar os debates dos mais diversos temas desta disciplina que é tão vasta. Naquele momento, processo de fim da ditadura civil-militar que assombrou o Brasil por aproximadamente duas décadas, a Associação das(os) Geógrafas(os) Brasileiras(os) (AGB) julgou em suas Reuniões de Gestão Coletiva (RGC) que era necessário dialogar com as pautas das lutas sociais, e hoje, 34 anos após a primeira edição da Terra Livre, essa afirmação ainda se faz verdadeira.

Essa edição foi inteiramente executada durante a primeira pandemia da era globalizada, causada pelo novo coronavírus. Notamos um aumento da submissão de textos de caráter científico, e destacamos que essa produção foi protagonizada por sujeitos do sexo masculino, evidenciando uma face segregadora que a pandemia acabou revelando na sobrecarga de atividades das pesquisadoras do sexo feminino junto as obrigatoriedades sociais e familiares, o que conseqüentemente diminuiu a produção acadêmica das pesquisadoras.

Nesta edição também retomamos a elaboração das capas da Terra Livre, algo que desde o número 42 (2014) havíamos perdido. A capa desta edição tenta trazer um pouco do que foi o sentimento de organizar uma revista científica em meio à uma pandemia. O símbolo do novo coronavírus como um sol que nasce em meio aos destroços do mundo em ruínas, e nós nos sentimos solitárias como únicas combatentes, o que parece diluir quaisquer esperanças de transformar ou compreender o mundo. Entretanto, notamos através da grande procura de autores em contribuir com a Terra Livre que não estamos sós nessa luta contra o fascismo, e seguimos comprometidas em contribuir com a construção da ciência geográfica de forma crítica e em diálogo com as demandas sociais.

O ano de 2020 está sendo marcado pela pandemia da COVID-19, uma doença causada por um vírus com elevadas taxas de contágio, com difícil diagnóstico e sem cura até o momento². O isolamento social foi a medida

¹ Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). *Apresentação*. Terra Livre. V.1 N.1. p.3. 1986.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença. *Coronavírus Covid-19*. Disponível em <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em 22 mai. 2020.

considerada mais efetiva no controle da pandemia, a melhor alternativa para diminuir os contágios e não sobrecarregar ou até mesmo colapsar o Sistema Único de Saúde (SUS), principal ator na luta contra a doença no Brasil. Essa medida foi tomada em diversos países, e vem se mostrando efetiva apesar de o número de casos confirmados da doença ainda crescer diariamente. No Brasil, entretanto, o presidente da república Jair Bolsonaro (sem partido) se mostra contrário à medida, pois argumenta que é prejudicial à economia: lojas fechadas, menos pessoas circulando na rua comprando e vendendo. Quando atingiram pouco mais de 5.000 mortes confirmadas no país, a declaração do presidente foi “e daí”³. Até o fechamento desta edição já foram registradas aproximadamente 140 mil mortes em todo território nacional⁴

Não apenas em relação à pandemia é notável o descaso do presidente, os ataques à ciência e à produção do conhecimento são constantes em sua gestão também, o que não poderia deixar de refletir nas publicações científicas. O discurso “anticiência” vem crescendo no país, e isso somado aos requisitos de produtividade na academia tornam o fazer ciência um desafio cada vez maior. Buscamos, na Revista Terra Livre, divulgar a produção científica da Geografia brasileira priorizando os diálogos com as pautas em voga na sociedade, objetivo da revista desde sua criação.

Desde sua 51^a edição, a Revista Terra Livre passou a ser publicada em chamadas livres, exceto em anos de realização de encontros nacionais da AGB em que haverá um número dedicado ao tema do evento. Sendo assim, esta é a segunda edição do periódico com a temática livre, e os artigos aqui contidos demonstram os temas debatidos pela Geografia brasileira em sua amplitude.

Nesta edição, organizamos os textos em quatro seções de seis blocos temáticos, composta por vinte e dois artigos, um texto produzido no âmbito do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da AGB Niterói e Rio de Janeiro, uma nota e duas resenhas. Os mesmos estão divididos nas seguintes temáticas: “Perspectiva geral” contém os artigos que versam sobre os debates em escala mais ampla: a crise do capital e perspectivas de estudos sobre a Geografia Cultural. O segundo bloco aborda a temática das “Políticas e planejamentos” no território brasileiro e depois, temos o bloco da temática “Agrária/comunidades tradicionais” em que se demonstram os conflitos e resistências ligados mais especificamente ao campo brasileiro. Para finalizar os artigos, o bloco “Ensino” é composto por textos que discutem as possibilidades e as mudanças que o ensino de Geografia no Brasil vem enfrentando.

³ G1. *'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus: 'Sou Messias, mas não faço milagre'*. 28 abr. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 22 mai. 2020.

⁴ BRASIL. DATASUS. *Painel do Coronavírus Brasil*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 18 set 2020.

Por último, apresentamos uma seção de “Notas/ homenagens”, com um texto que discute a relação entre a Geografia e o Materialismo Histórico Dialético, com um texto de autoria conjunta de William Rosa Alves (*in memoriam*) e José Gilberto de Souza. A publicação se realiza em homenagem ao amigo, companheiro de luta, quadro efetivo da AGB, que faleceu 01 de julho 2013. Ressaltamos que uma primeira versão deste texto foi publicada com o título “A Geografia e o Método: o pesquisador entre a janela e a calçada” em 1996. A seção “Resenhas” contém duas resenhas críticas sobre a gestão de resíduos sólidos e a construção de memórias nos episódios de racismo.

Desejamos a todos os leitores e as leitoras uma profícua leitura e aprendizagem desses textos que compõem a edição 54 da Terra Livre e que os mesmos suscitem debates, críticas e reflexões conjuntas da sociedade, por meio de perspectivas geográficas.

Coletivo de Publicações DEN (2019/2020)

*Rachel Facundo Vasconcelos
Maria Clara Salim Cerqueira
Lorena Izá Pereira*

NOTA EDITORIAL
SOBRE O PRODUTIVISMO ACADÊMICO

Coletivo de Publicações DEN (2019/2020)

Rachel Facundo Vasconcelos

Maria Clara Salim Cerqueira

Lorena Izá Pereira

Desde o início do século XXI há um notável aumento da produção acadêmica mundial, o número de artigos publicados é considerável. A lógica de mercado se ampliou e se imbricou na produção do conhecimento científico, e a tarefa de produzir com qualidade é difícil em tempos que os números de publicações são as principais notas curriculares. Parece que o principal objetivo dos acadêmicos é publicar, ainda que não se saiba exatamente o que ou se será lido por alguém. É a cultura do *publish or perish*, do publicar ou perecer (WATERS, 2006). À quem e para que serve este conhecimento produzido, então?

Nós, da AGB, temos como princípio não fomentar a corrida por número de publicações, e tentamos transparecer isso no escopo da Revista Terra Livre, selecionando e avaliando os textos que demonstram essa preocupação. Os estudos produzidos no campo geográfico são bastante amplos, e por isso pode tornar-se uma tendência uma exacerbação do empirismo, de tomar estudos de caso com primazia em detrimento da inserção das particularidades em um contexto mais amplo, dentre outras abordagens que consideramos pouco frutíferas. É comum tomar a parte sem o todo, ou parte como simples fragmento do todo, e a relação entre estes fica obnubilada a rasas reflexões que parecem não se ater à teoria ou à prática. Sabemos da dificuldade de fazer pesquisa sobre temas amplos, mas reiteramos a necessidade de os textos abordarem a atuação social e política dos autores, pois a ciência, produzida pela subjetividade e objetividade daqueles que a fazem não pode ser neutra, como coloca Mészáros (1996).

Te rra Livre	S ão Paulo	Ano 35, Vol.1, n. 54, p. xv-xxi	ISSN: 2674-8355
-----------------	---------------	------------------------------------	--------------------

Manoel Fernandes de Sousa Neto (2016) nos alerta sobre as preocupações do fazer científico geográfico no Brasil, e da prioridade de pesquisa para temas que possam ser financiados: somos reféns do “Deus dinheiro” (p. 93) como pesquisadores. Há alguma possibilidade de fugir à essa lógica? Cremos que não completamente, pois o mundo no qual vivemos é regido por ela, mas nos dispomos a fazer o que estiver a nosso alcance para transformar essa realidade.

Afinal, como Karl Marx (2017, p. 93) afirmou em um dos Prefácios de sua obra principal, “não existe estrada real para a ciência, e somente aquele que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm a chance de atingir seus cumes luminosos”. Não objetivamos chegar a respostas conclusivas ou delimitar o que é relevante ou não para o conhecimento geográfico, mas reiteramos que o caminho não é retilíneo ou tem um final proclamado. Seguimos nesta empreitada.

Notamos que nessa chamada aberta entre os meses de março e maio de 2020 houve, em comparação com as anteriores, uma grande procura de autores. Isso também é ressaltado pelo fato de a edição não ser temática, o que permite que um maior número de pesquisadores possa se interessar pela contribuição e submissão de artigos. A condição de isolamento social também reforçou a necessidade de produzir, o que pôde ser notado principalmente nos primeiros meses da pandemia no Brasil, com situações de *lockdown*¹ que grande parte do mundo foi submetido durante os meses em que enfrentamos o pico dessa pandemia.

O que seria o que chamamos aqui produtivismo acadêmico? Segundo Petrus, Dantas e Shigaki (2015), é “[...] um fenômeno derivado dos processos de avaliação da pós-graduação, se caracteriza pela excessiva valorização da

¹ O *lockdown* consiste em fechar uma região, interditando vias, proibindo deslocamentos e viagens não essenciais. Cada governante decide de que forma será feito esse fechamento. Além disso, serviços considerados essenciais poderão continuar funcionando. (A TARDE COMUNICAÇÃO, 2020)

quantidade da produção acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade [...]” (p. 01). Ou seja, essa necessidade de artigos científicos está atrelada a lógica perversa do acúmulo do capital que vai além da divulgação/comunicação de descoberta e inquietação científica, o que se torna, muitas vezes, até uma “moeda” de troca para o acesso a determinados grupos e programas de pós-graduação. O que acaba levando muitos jovens pesquisadores a desenvolver doenças físicas e mentais durante os períodos de graduação e pós-graduação, assunto este negligenciado pelas Universidades.

Por isso, ressaltamos a necessidade de pensarmos qual é o intuito e interesse em publicar artigos. Compreendemos que para fazer ciência, a demanda de tempos é distinta da produção capitalista, mas não há como separá-las no mundo em que vivemos. É necessário tempo de estudo, de análise, de crítica e só então a produção de algum resultado para ser divulgado. O que notamos como editoras é que esse processo é aligeirado, e os tempos de pensamento e reflexão são deixados de lado, a produção científica acaba funcionando nos moldes fordistas de produção em massa, em larga escala, o que faz perder o caráter investigador que a pesquisa deveria ter.

Não buscamos simplesmente atribuir aos Programas de Pós-graduação a culpa por esse fenômeno, uma vez que esses estão submetidos aos processos de avaliação quadrienal, com atribuição de notas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que determina os benefícios dos programas, por meio de distribuição de bolsas e verbas - e caso as notas forem baixas, podem ocorrer alguns tipos de sanção e até o fechamento dos programas. Como um dos critérios de avaliação dos programas é, justamente, o número de publicação em periódicos nacionais e internacionais por seus discentes e docentes, as publicações científicas acabaram por serem englobadas nessa amálgama que exige um certo nível de produção.

No Brasil, a produção dos periódicos científicos são avaliadas através

do sistema Qualis Periódicos, que foi concebido com o objetivo de avaliar os programas de pós-graduação brasileiros de acordo com estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5). O Qualis Periódicos é político, pois os seus critérios de classificação estão em disputa e para uma determinada revista científica aumentar sua classificação, outras necessariamente devem cair. Assim, o Qualis Periódicos é muito mais quantitativo do que qualitativo, como sua nomenclatura sugere. Os debates realizados no âmbito das publicações científicas têm se versado na discussão do Qualis Periódicos, em como uma revista pode aumentar seu Qualis, na maioria das vezes sem uma leitura crítica do mesmo. Muitos periódicos perdem suas características e o seu escopo para se adequarem aos padrões - baseados em métricas - que o Qualis Periódicos julga ser o melhor para classificar o conhecimento científico produzido no Brasil. Para que e para quem serve o Qualis?

Os periódicos de Geografia do Brasil tendem a reproduzir este debate em seus espaços e, ao mesmo tempo, pouco tem se dedicado a discussão do papel político dos periódicos de Geografia e do produtivismo científico que nos atinge em múltiplas escalas. Todas as revistas científicas tem sido impactadas com as mesmas questões: número alto de submissão de artigos; alta quantidade de artigos que não se encaixam no escopo dos periódicos; aumento da taxa de artigos rejeitados e sobrecarga de trabalho de editoras(es) e avaliadoras(es) que fazem um trabalho quase sem reconhecimento. Estes são alguns elementos que evidenciam o produtivismo na ciência geográfica, porém, ainda nos negamos a debater o tema pois estamos preocupados com a nossa classificação no Qualis Periódicos.

Trazemos aqui questionamentos ao invés de respostas acerca da produção do conhecimento e suas formas de divulgação. A ciência no Brasil, que está sofrendo tantos ataques, e parece não consegue resistir, e apenas aceitar e executar o que é imposto pelos poderes hegemônicos. Assim, nos perguntamos a quem serve essa lógica de produção e quem são os prejudicados por ela. O debate de gênero nos chama atenção, até pelo fato de sermos o primeiro Coletivo de Publicações da AGB composto

exclusivamente por mulheres.

Para que nossa análise faça sentido, é necessário retomar um breve período da história da Terra Livre. Em um histórico dos últimos cinco anos - do número 44 até o atual, 54 - notamos que há uma certa equidade de gênero entre autores publicados: há algumas edições, com maior número de autoras mulheres do que autores homens, mas o contrário também é verdade. Abaixo apresentamos um gráfico com esses dados:

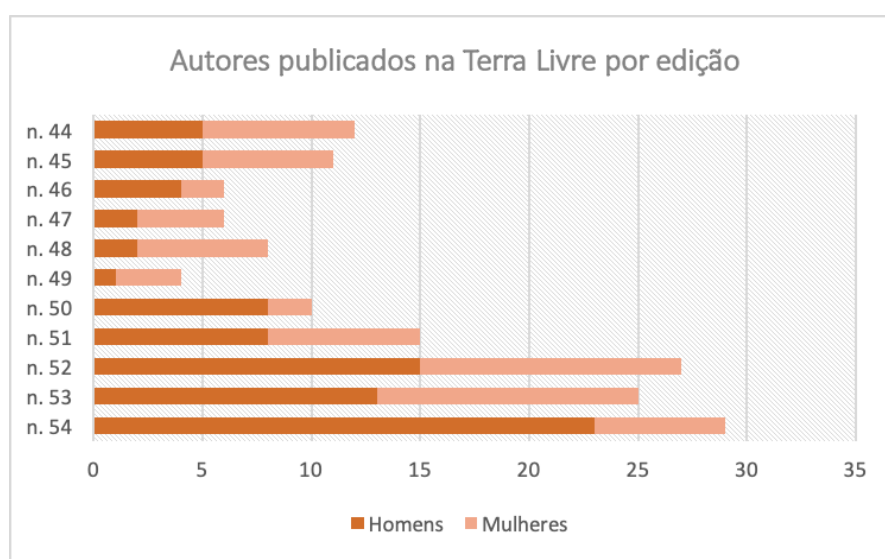


Gráfico 1: Autores publicados na Revista Terra Livre por edição.
Fonte: Autoras (org.), 2020.

Vemos que na presente edição, n. 54, foi majorado o número de autores homens em uma proporção diferente das edições anteriores, e isso não ocorreu apenas com o número de artigos aceitos para publicação, mas também foi uma realidade nas submissões. As mulheres representaram 38% da autoria dos artigos que foram submetidos à publicação nesta edição, e apenas 21% da autoria dos artigos aceitos.

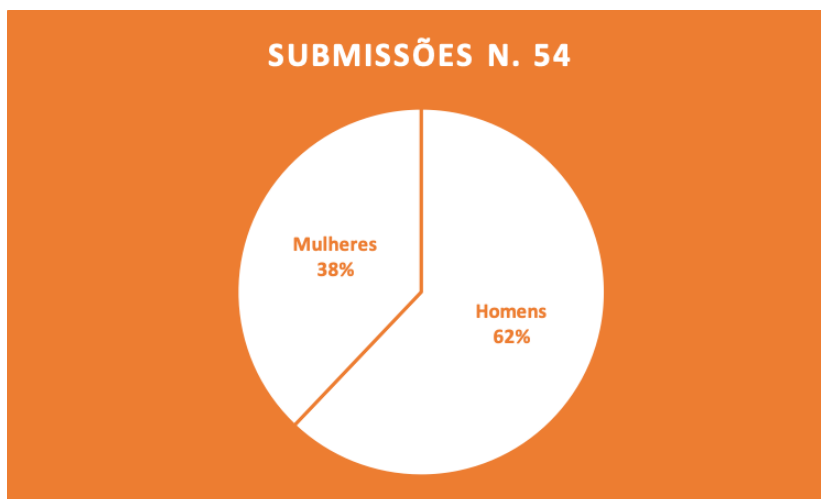


Gráfico 2: Autores de artigos submetidos na Revista Terra Livre n. 54 por gênero.
Fonte: Autoras (org.), 2020.

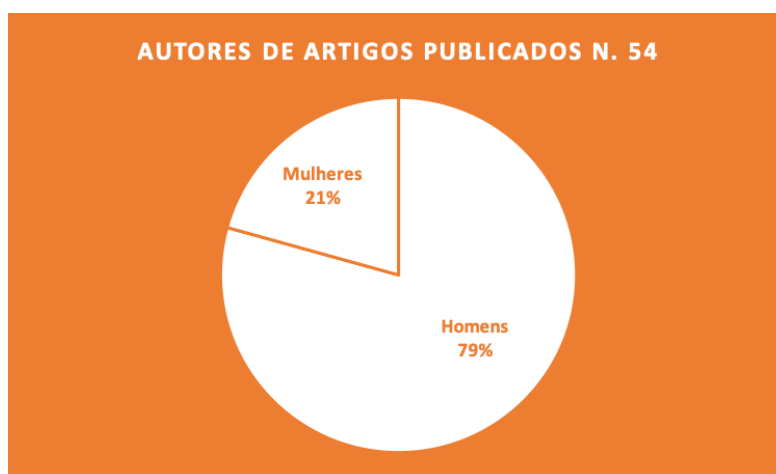


Gráfico 3: Autores de artigos publicados na Revista Terra Livre n. 54 por gênero.
Fonte: Autoras (org.), 2020.

Enquanto mulheres pesquisadoras, também submetidas à essa lógica da produção acadêmica e dos cuidados domésticos, compreendemos que esse fenômeno de diminuição na proporção da contribuição das mulheres nessa edição da Revista Terra Livre não é mera coincidência. A pandemia da COVID-19 escancarou crises sociais em uma proporção que não imaginávamos, apesar delas já estarem latentes desde meados da década de 2010. A falta de tempo das mulheres nas atividades acadêmicas acontece devido à sobrecarga de serviços domésticos, o que acaba por transparecer de forma mais evidente em um momento em que fez-se necessário todos "ficarem em casa".

Acreditamos que esse é um momento valioso para avaliação de nossa situação, seja ela enquanto agebeanas, enquanto pesquisadoras e enquanto mulheres, e convidamos todas as pessoas a fazer o mesmo nos espaços que compõem e participam. Seguimos na tentativa de construir um mundo melhor.

Início da primavera de 2020.

Belo Horizonte, Fortaleza e Presidente Prudente.

Referências

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Queime depois de ler. In: *A diversidade da geografia brasileira: escalas de análise e da ação*. SPOSITO, Eliseu Savério *et al* [org.]. p. 83-94. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. *O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?*. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-18, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 18 set. 2020.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Notícias

GRUPO A TARDE COMUNICAÇÃO. *Entenda o que significa o termo 'lockdown'*. Disponível em: <https://coronavirus.atarde.com.br/entenda-o-que-significa-lockdown/>. Acesso em: 19 set. 2020.

OS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO DO QUILOMBO DE BAÍA FORMOSA: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA LUTA CONTRA O COMPLEXO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO ARETÊ EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ

CONFLICTS OVER LAND AND TERRITORY OF QUILOMBO BAÍA FORMOSA: CONTRIBUTIONS OF GEOGRAPHY ON THE STRIGGLE AGAINST THE TURISTIC-REAL STATE COMPLEX ARETÊ IN ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ

LOS CONFLICTOS POR TIERRA Y TERRITORIO DEL QUILOMBO DE BAÍA FORMOSA: CONTRIBUCIONES DE LA GEOGRAFÍA EN LA LUCHA CONTRA EL COMPLEJO TURÍSTICO-INMOBILIARIO ARETÊ EN ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ

GT AGRÁRIA – SEÇÃO LOCAL RIO DE JANEIRO E NITERÓI

GABRIEL SIQUEIRA CORREA

Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) – São Gonçalo/RJ.
E-mail: gabrielgeo@hotmail.com

LUIZ JARDIM WANDERLEY

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/RJ.
E-mail: luizjardim@id.uff.com

PAULO ALENTEJANO

Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) – São Gonçalo/RJ.
E-mail: paulinhochinelo@gmail.com

PEDRO CATANZARO DA ROCHA-LEÃO

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/RJ.
E-mail: pedroleao0498@gmail.com

VINÍCIUS MARTINS DA SILVA

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/RJ.
E-mail: vinitda.97@gmail.com

Resumo: O artigo traça um panorama da luta por território do Quilombo de Baía Formosa (QBF), em Armação de Búzios-RJ. Primeiramente, é apresentada uma contextualização histórico-geográfica da região das Baixadas Litorâneas a partir do séc. XIX, com enfoque nos efeitos territoriais da presença do latifúndio de Campos Novos e em sua influência no processo de (des)envolvimento regional. Ainda, são analisados os impactos socioambientais do projeto de expansão do condomínio de luxo Aretê e os conflitos que se desenrolaram junto à comunidade, que estão influenciando diretamente a construção do acordo de retomada do território tradicional reivindicado pelos quilombolas. Por fim, é trazido o percurso de construção identitária do QBF e os processos que desencadearam na consolidação da luta pela terra e pelo reconhecimento do território tradicional, focando na atuação do GTAgrária da AGB Rio de Janeiro e Niterói junto a comunidade com o objetivo de registrar a história do QBF por meio da recuperação da memória coletiva, construção da linha do tempo comunitária e de produção da cartografia social.

Palavras-chave: quilombolas, cartografia social, conflitos territoriais, Grandes Projetos de Desenvolvimento, GT Agrária AGB.

Abstract: The article provides an overview of the struggle for territory of the Quilombo of Baía Formosa (QBF), in Armação de Búzios-RJ. Firstly, an history-geographical contextualization of the Baixada Litorânea region is presented through the influence of the Campos Novos latifundium on the regional development process, in which some of the territorial effects of colonization and the socio-spatial consequences of the slave trade are discussed through the trajectory of enslaved black occupation in the region. Were also analyzed the socio-environmental impacts of the luxury condominium Aretê expansion and the conflicts that unfolded with the community, which are directly influencing the construction of the agreement to retake the traditional territory claimed by the quilombolas. From this point, the path of QBF's identity construction and the processes that triggered the consolidation of the struggle for land and the recognition of traditional territory are approached. The GTAgrária of AGB worked with the community to record the history of QBF through the recovery of collective memory, the construction of the community timeline and the production of social cartography.

Keywords: quilombolas, social cartography, territorial conflicts, Great Development Projects, GT Agrária AGB.

Resumen: El artículo trata de la lucha por territorio del Quilombo de Baía Formosa (QBF), en Armação de Búzios-RJ. Previamente, es presentada una contextualización histórico-geográfica de la región de las Baixadas Litorâneas por medio de la influencia del latifundio de Campos Nuevos en el proceso de (des)envolvimiento regional. En esta son discutidos algunos de los efectos territoriales de la colonización y las consecuencias socioespaciales del tráfico negrero a través de la trayectoria de la ocupación negra esclavizada en la región. También fueron analizados los impactos socioambientales del proyecto de expansión del condominio de lujo Aretê y los conflictos que se desarrollarán junto a la comunidad, que están a influenciar directamente la construcción del acuerdo de retomada del territorio tradicional reivindicado por los quilombolas. A partir de esto, es compuesto el camino de construcción identitaria del QBF y los procesos que desencadenaron la lucha por tierra e por el reconocimiento del territorio tradicional. El GTAgrária de la AGB actuó junto a la comunidad con el objetivo de registrar la historia del QBF por medio de la recuperación de la memoria colectiva, de la construcción de una línea del tiempo comunitaria y de la producción de la cartografía social.

Palabras-clave: quilombolas, cartografia social, conflictos territoriales, Grandes Proyectos de Desarrollo, GT Agrária AGB.

Introdução¹

A diáspora africana deixou marcas profundas na geografia da sociedade brasileira. Prova disso é a diversidade de comunidades remanescentes de quilombo - número superior a 3 mil² - que, hoje, travam lutas pelo reconhecimento de suas territorialidades e a titulação de seus territórios.

Se violência e a barbárie contra as populações originárias, camponesas e descendentes de africanos escravizados são o alicerce de nossa formação territorial³ e do (des) envolvimento⁴ do capitalismo no campo, as formas de r-existência e estratégias de permanência e/ou retomada de seus territórios de vida engendradas por diversos grupos sociais em situação de subalternização anunciam que parte do território brasileiro não está sobre controle das oligarquias latifundiárias, ou do empresariado ligado ao agro e outros negócios.

¹ Em 2002, as seções locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Rio de Janeiro e Niterói criaram o Grupo de Trabalho (GT) composto por estudantes de graduação e pós-graduação e professores dos diversos níveis de ensino. O GT tem o propósito de organizar a ação direta dos geógrafos do Rio de Janeiro nos conflitos do espaço agrário, em estreita colaboração com os movimentos sociais do campo.

² Segundo levantamento da Fundação Cultural Palmares (FCP), estima-se que existam 3.524 grupos remanescentes de quilombo. Destes, somente 154 foram titulados.

³ Vale ressaltar que boa parte do processo de formação do território brasileiro esteve associado ao tripé escravidão, monocultura e latifúndio.

⁴ Inspirado em Porto-Gonçalves: “(Des)envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse (des)envolvimento.” (MALHEIRO, 2019, p. 19).

Na região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro⁵, a alteração da dinâmica espacial, do latifúndio da Fazenda Campos Novos (FCN) aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) ligados ao setor turismo-imobiliário, no decorrer da história, foi caracterizado também pelas metamorfoses das escalas da violência e da resistência. Principalmente a partir dos anos 1960 observou-se uma série de processos de expropriação, expulsão e ameaças aos moradores que ocupavam historicamente a região. Recentemente, muitos destes grupos compostos por descendentes de africanos escravizados passaram a se auto identificar como quilombolas, optando por construir agendas de resistência baseadas na ancestralidade e memória de ocupação da região. Assim, nos anos 2000, essas comunidades se fortaleceram no cenário local, travando lutas frente a outros atores pela permanência e/ou retomada de seus territórios de vida.

Um dessas comunidades é o Quilombo da Baía Formosa (QBF) localizado em Armação dos Búzios, que junto ao Incra busca a titulação do seu território. Os conflitos fundiários em que estão inseridos, envolvendo agentes tanto do setor público (Prefeitura de Búzios, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra) como da iniciativa privada (Fazendeiros, Condomínio Aretê), orientaram o trabalho do GTAgrária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seções Locais Rio de Janeiro e Niterói, que envolveu a recuperação da história e geografia da comunidade, através da construção de uma linha do tempo da comunidade, bem como 4 mapas - produtos do processo de cartografia social - que possibilitaram o resgate da memória espacial dos quilombolas sobre

⁵ Fazemos referência às Baixadas Litorâneas a partir da regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma das 6 mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, correspondente a aproximadamente 6,2% da área total do Estado.

o território tradicional e dos seus marcos espaciais atuais. Ainda, foram desenvolvidos mapas sobre a organização fundiária atual da região, que serviram de base explicativa para a comunidade acerca dos limites de seus núcleos territoriais em relação à outras áreas em disputa: a Fazenda Porto Velho, a APA Pau Brasil e o Parque Estadual da Costa do Sol. Assim, a maior compreensão espacial possibilitou uma análise mais robusta, por parte da comunidade, sobre as disputas e sobreposições territoriais em que está inserida.

Neste artigo trataremos de desenvolver uma recuperação histórica da comunidade de Baía Formosa desde os primeiros marcos de ocupação do território, passando pelas memórias da expulsão e alcançando as primeiras movimentações em relação ao autorreconhecimento enquanto quilombo, nos anos 1990, até aos conflitos atuais com os GPDs e a luta por demarcação. O objetivo aqui é contar a história de Baía Formosa a partir da narrativa construída pelos próprios quilombolas espacializando suas grafagens territoriais através dos mapas coletivamente concebidos.

A presença negra nas Baixadas Litorâneas: o caso do latifúndio de Campos Novos

A pesquisa referente ao Quilombo da Baía Formosa e aos conflitos fundiários em que estão inseridos demandou a análise histórica dos processos de ocupação e desenvolvimento das Baixadas Litorâneas. Para os fins deste artigo, daremos ênfase aos processos que ocorreram a partir do século XIX na Fazenda Campos Novos, focando na ocupação da região pelas populações escravizadas.

A Fazenda Campos Novos foi criada durante o século XVI, em uma tentativa de estabelecer o controle da região pelos portugueses, combatendo a presença dos povos originários

Tupinambás e de outras nações europeias colonizadoras. A área da fazenda tinha grande extensão de terras, que ia “de Cabo Frio até as bandas de Macaé” (Carvalho; Araújo, p. 2, 2017). Ali foi estabelecido um latifúndio sob a atuação primeiro dos jesuítas⁶ e depois de Manoel Pereira Gonçalves já no século XVIII.

Em todo esse período, a região contava com a presença de mão de obra escravizada. Ademais, a Fazenda Campos Novos era o principal local de revenda de escravos da região, que desembarcavam no porto localizado nos limites da fazenda com o litoral. De acordo com Almeida (2005), os negros escravizados eram levados ao centro do atual município de Búzios e lá eram registrados, seus nomes eram trocados, suas vidas desmembradas. Assim, eram encaminhados para o trabalho forçado nas fazendas da região.⁷

Essa dinâmica permaneceu após a proibição do tráfico negreiro em 1831⁸, com forte esquema ilegal de desembarque nas Baixadas Litorâneas. Um exemplo era na Ponta das Emerências, onde hoje localiza-se o bairro de Baía Formosa. Ali funcionava um relevante porto clandestino, que devido ao aumento da fiscalização, passou a ser ponto muito utilizado no período do comércio ilegal de escravos.

Com o fim da escravidão legalizada no Brasil em 1888, a região da Fazenda Campos Novos contou com a permanência de

⁶ A ordem dos jesuítas foi um agente importante na colonização do território brasileiro. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e atuaram submetendo os povos originários aos valores religiosos cristãos, explorando sua força de trabalho e gerindo territórios à serviço da coroa portuguesa.

⁷ Segundo Almeida (2005), a Fazenda Campos Novos deu origem a diversas outras propriedades, como Tauá, Piraúna, Araçá, Porto Velho, São Jacinto, Angelim. Essas áreas promoviam o trabalho agrícola e a mão de obra seguia sendo realizada por escravizados.

⁸ Esta lei, conhecida na história como “lei para inglês ver”, foi ineficaz, além de conivente com a continuação da escravidão. Em 1850 foi criada a lei “Eusébio de Queiroz” que, se de um lado proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil, por outro, mantinha viva a escravidão.

muitos trabalhadores e trabalhadoras negras em condições de subalternização. Em troca do uso da terra para subsistência, muitas famílias que foram escravizadas seguiram lá, oferecendo trabalho não remunerado nas plantações de fazendeiros, sem garantir sua própria posse da terra. Nesse sentido, o trabalho escravizado se transfigura em trabalho para os fazendeiros em troca do direito à moradia e ao plantio de alimentos (ALMEIDA, 2015).

Na década de 1920, o que restava do latifúndio de Campos Novos foi comprado pelo alemão Eugene Honold, que criou nas terras um grande empreendimento baseado na produção agrícola diversificada e a criação de gado - a Companhia Odeon (MAIA, 2018). Os descendentes de africanos escravizados que permaneciam na região, sob o controle de Eugene, se tornaram moradores nos lotes de terra em troca de trabalho na atividade agropecuária do proprietário. Segundo Souza e Carvalho (2018), a área de Campo Novos sob domínio do alemão - entre Búzios, São Pedro da Aldeia, Araruama e Cabo Frio - tornou-se uma espécie de pequeno centro urbano, com comércio e população equivalente a cidades da região.

Na década de 1940, há o desmembramento da fazenda e o fim da convivência pacífica entre moradores e fazendeiros (MAIA, 2018). Posteriormente, essa área da Fazenda Campos Novos foi vendida ao italiano Antonio Paterno, conhecido como *Marquês*. Este é o pontapé de uma dinâmica conflitiva em torno das disputas pela posse da terra, marcada por expropriações e violências, de ordem física, simbólica e subjetiva sobre os descendentes de escravizados. Segundo Maia (2018), no período ocorreu um processo intenso de loteamento das terras da fazenda - com interesses especulativos -, associado ao agravamento dos despejos violentos, repressão armada

e controle do trabalho realizado sobre os moradores, que tradicionalmente ocuparam as terras em que viviam.

Os conflitos envolvendo não só a disputa pela posse de terras, mas também condições de trabalho, se acentuaram com as imposições do italiano e o período ditatorial no país, iniciado na década de 1960. Nos anos 1970, a área que hoje o Quilombo de Baía Formosa disputa foi arrematada por Henrique Cunha Bueno, em um grande loteamento que envolvia 25% das terras sob domínio do Marquês italiano. O fazendeiro Bueno inicia sua empreitada de expulsão dos trabalhadores rurais, agindo primeiro com mecanismos de “convencimento” para o deslocamento e, posteriormente, dado os insucessos, com formas violentas de expropriação da população das terras.

Dada a situação de inviabilidade, os moradores “aceitaram” ir embora, indenizados com pagamento de valores irrisórios, que serviu apenas para comprarem terrenos de 15 a 40 metros quadrados, em áreas cobertas por lama e matagal em Cabo Frio, hoje conhecidas como Jardim Però, Jardim Esperança e São Cristóvão. Dessa maneira, no lugar onde viviam integrantes da comunidade negra da Baía Formosa ficou estabelecida a Fazenda Porto Velho, que hoje é de responsabilidade dos herdeiros de Henrique Cunha Bueno.

O último quartel do século XX é um marco temporal fundamental na história do Quilombo da Baía Formosa, a partir dos processos em curso nas Baixadas Litorâneas, que influenciaram distintas comunidades rurais da região. Neste período, sobretudo a partir da década de 1970, a região foi marcada por dois processos distintos que, contudo, caminham de mãos dadas. De um lado, têm-se a valorização das terras pelo projeto de (des)envolvimento

econômico pautado em investimentos de cunho turístico no litoral do estado do Rio de Janeiro, acompanhado por empreendimentos como a Ponte Rio-Niterói e a rodovia litorânea (Niterói - Rio das Ostras). Do outro, a perseguição conduzida pela ditadura aos trabalhadores envolvidos nas lutas por terra. O resultado foi um período de grande violência no campo, bem como processos de expulsão de trabalhadores de suas terras e/ou precarização dos seus modos de vida.

Documentos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag/RJ) mostram que as formas de violência não se resumiram a ameaças, prisões e destruição de bens, pois revelam relatos de assassinatos que ocorreram na região em virtude dos conflitos fundiários. Ademais, demonstram a associação, nos anos 80, entre agentes públicos e privados no processo de despejo e expulsão (MAIA, 2018).

Do campesinato negro à consolidação da comunidade quilombola

A luta pela terra por parte das comunidades rurais em algumas áreas da região de Campos Novos, contudo, muda de qualidade no decorrer da década de 1990. Se até a aquele momento a ancestralidade africana fortalecia internamente as comunidades na luta pela permanência na terra, após 1988 algumas destas se transformaram em lutas por direitos territoriais específicos, atrelados ao reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo por parte do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a luta dos trabalhadores pela regularização e titulação de terras da Fazenda Campos Novos passa por um (re)ordenamento jurídico e simbólico a partir da emergência da identidade e dos territórios quilombolas, vistos como uma

continuidade da trajetória de ocupação, conflito e resistências da região (MAIA, 2018). O art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 reconheceu aos “remanescentes das comunidades de quilombo” a “propriedade definitiva” das terras que “estejam ocupando”, assim como a obrigação do Estado em “emitir-lhes os títulos respectivos”. Maia (2018) aponta que a institucionalização da categoria “remanescentes de quilombo” foi criada pelo mesmo ato constitucional que a institui como sujeito político de direitos fundiários.

Tabela 1: Comunidades Quilombolas na Baixada Litorânea do Rio de Janeiro.

Comunidade	Município	Ano Início FCP	Ano Final FCP	Ano INCRA	Área	Famílias	Situação
Sobara	Araruama	2006	2006	2006	327,19	20	Portaria
Tapinoã - Prodigio	Araruama	2012	2014		118,97	32	RTDI
Rasa	Armação dos Búzios	1999	2005	2004	109,72	422	RTDI
Baía Formosa	Armação dos Búzios	2011	2011	2012		177	
Preto Forro	Cabo Frio	2003	2004	2004	90,54	12	Titulado
Botafogo	Cabo Frio	2006	2006	2007	122,85	36	RTDI
Maria Joaquina	Cabo Frio	2011	2011	2013	165,13	79	RTDI
Maria Romana	Cabo Frio	2011	2011	2011			
Fazenda Espírito Santo	Cabo Frio	2016	2017				
Caveira	Cabo Frio/ São Pedro da Aldeia	1999	2004	2004	220,84	163	Portaria

Org. AUTOR.

Não por acaso existem, como mostra a **Tabela 1**, 10 comunidades remanescentes de Quilombo auto identificadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) somente nas Baixadas Litorâneas. Um dado interessante é que nos anos 2000 há uma apropriação dessa identidade, mesmo período da expansão urbana e do turismo na região, que se expandia sobre as populações rurais. O total no estado do Rio de Janeiro é de 42 comunidades,

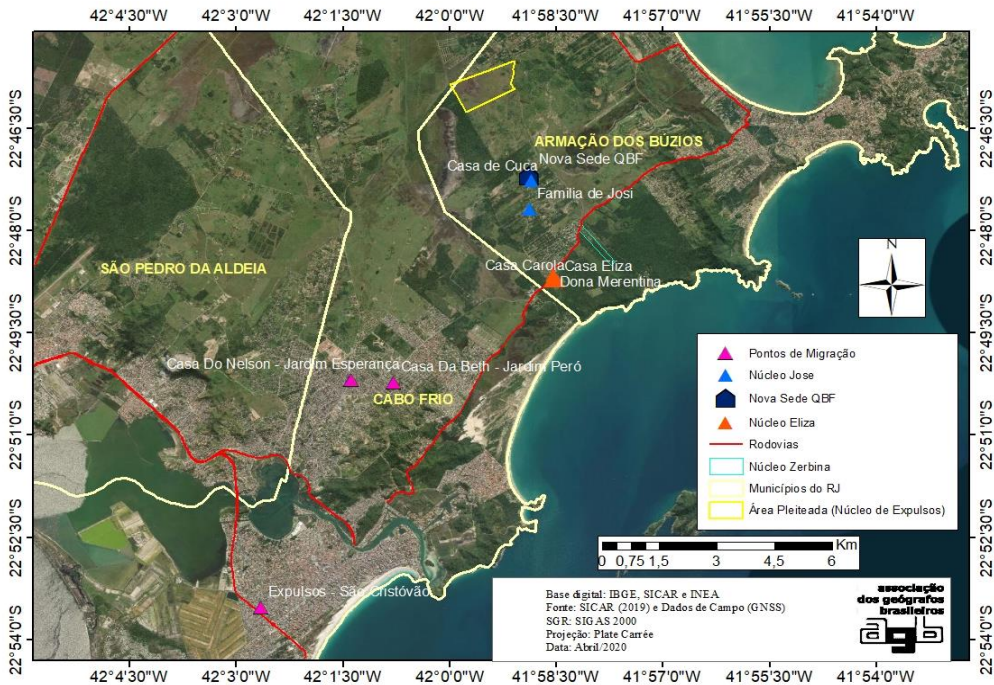
distribuídas em 20 municípios. Ou seja, $\frac{1}{4}$ dos quilombos do estado se encontram nas Baixadas Litorâneas.

Esta dinâmica quilombola materializa a resistência ao avanço dos processos de territorialização do capital. Se há, por um lado, uma geografia da expropriação que marca a inserção das forças capitalistas, por outro, existe uma histórica luta pela terra e território engendrada por uma rede de comunidades descendentes de escravizados, que compõem o tecido social da região.

Uma das 10 comunidades remanescentes de Quilombo auto identificadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) nas Baixadas Litorâneas, o Quilombo da Baía Formosa é a razão de ser deste artigo. Reconhecido em 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁹, o quilombo localiza-se próximo à rodovia RJ 102, no município de Armação dos Búzios-RJ. Hoje, o território está disposto em uma morfologia territorial descontínua, que abrange quatro núcleos distintos, fragmentados por estradas, lotes e condomínios privados. Destes, três se mantêm em suas áreas tradicionalmente ocupadas e são conhecidos como *Núcleo Elisa*, *Núcleo Jose* e *Núcleo Zerbina*. O quarto, conhecido como *Núcleo Expulsos*, é composto por famílias expulsas da terra nos anos 1970, que migraram para o município vizinho de Cabo Frio por efeito do processo expropriatório orquestrado pelo fazendeiro Henrique Cunha Bueno. Atualmente, a comunidade é composta por 177 famílias distribuídas nos quatro núcleos, que possuem relações sociais e de afetividade ativas e estão organizados na luta pelo território.

⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Cabe ao Incra, desde 2003, a titulação das terras remanescentes de quilombo no Brasil.

Mapa 1: Localização dos Núcleos e Pontos de Migração.



Org. AUTOR

O **Mapa 1** evidencia a localização dos quatro núcleos da comunidade, sendo que os integrantes do *Núcleo Expulsos* são aqueles que moram nos pontos de migração, em Cabo Frio-RJ, e pleiteiam a área destacada em amarelo, também tradicionalmente ocupada pelo Quilombo. No mapa fica clara a descontinuidade atual do território, cortado pela rodovia e terrenos de terceiros.

Nos últimos anos, a ameaça aos quilombolas decorre do projeto do condomínio de luxo Aretê e da expansão da Marina de Búzios na Praia da Rasa, que visam sua instalação em terrenos da Fazenda Porto Velho, sobre área de pastagem. Contudo, a venda da fazenda para ampliação da Marina e a construção do condomínio

foram paralisadas pela justiça. Isso porque a área, hoje em posse dos herdeiros de Henrique Cunha Bueno, é de ocupação tradicional do Quilombo da Baía Formosa e reivindicada pelo *Núcleo Expulsos* no processo de regularização fundiária e titulação do território quilombola, o que juridicamente inviabiliza a comercialização da terra.

Disputando a história através de outras narrativas: lutas por autonomia e reconhecimento de territórios

O processo de recuperação da memória coletiva acerca da história da comunidade anunciou que o primeiro marco temporal remete ao final do século XIX e início do século XX, com o nascimento das griôs¹⁰ Gregória e Zerbina (cuja história é tão marcante que dá nome a um dos núcleos atuais do quilombo). Gregória, nascida em 1875, teve uma infância marcada pela escravização de seu corpo. As “memórias do cativo” (MATTOS, 2005) são mobilizadas pelos moradores mais velhos, de descendência direta de Gregória, que lembram histórias e causos contados por seus pais e mães sobre a violência (física e simbólica) a qual os escravizados eram submetidos.

Com o fim da escravização legalizada no Brasil, a primeira metade do século XX é marcada pela intensificação da grilagem na região das Baixadas Litorâneas, o que imprime uma dificuldade em estabelecer uma visualização cronológica da sucessão de proprietários nas terras da FCN. Na área de Baía Formosa, as famílias de Gregória e Zerbina, bem como o restante da população,

¹⁰ Griô vem de *griot*, palavra de origem africana que podemos entender de forma simplificada como contadores de história e/ou guardiões da memória. Em comunidades tradicionais, principalmente as quilombolas, são considerados griôs as mais velhas e anciãos, portadores da memória do grupo. A forma de narrativa é baseada na criatividade, sendo transmitida de geração em geração.

viviam do trabalho por cambão na terra e desenvolveram uma ideia de comunidade na qual a ancestralidade africana era traço característico e unificados.¹¹

Segundo integrantes do *Núcleo Expulsos*, foi nos anos 1960 que os primeiros conflitos começaram. Marcado pela presença do marquês italiano Antônio Paterno, o período foi caracterizado pela violência contra aqueles que tradicionalmente viviam e trabalhavam nas terras, através de mecanismos que possibilitam a grilagem. Nessa época, uma primeira remoção ocorreu com parte da comunidade de Baía Formosa, que foi realocada em outra localidade dentro dos limites da mesma fazenda. Ainda neste período, grande número de famílias tenha sido expulsa de suas terras na região da Rasa - localidade vizinha onde se desenvolveria um dos quilombos mais organizados da região das Baixadas Litorâneas, com relações estabelecidas com Baía Formosa, o Quilombo da Rasa.

Relatos recolhidos em entrevistas de campo nos mostraram a perversidade com que foi realizado o processo expropriatório. Depois de muita pressão para a concessão da área ao fazendeiro, seus funcionários armados, do dia para noite, ocuparam boa parte das terras da comunidade com gado. Em seguida araram a terra e o fizeram com os moradores dentro de suas próprias casas. Um dos quilombolas mais velhos da comunidade, ao se recordar das memórias da expulsão relata como, do dia para a noite, suas plantações foram totalmente arruinadas pelo gado. Esse processo de desgaste e ameaça levou-o a deixar sua terra com um pagamento de apenas 30 cruzeiros. Este foi um destino comum de muitos

¹¹ Destaca-se que esta é uma narrativa comum a muitas comunidades quilombolas, que ao se localizarem em áreas mais distante dos centros comerciais, vivenciaram um período de grilagem associados a permanências no território. O mesmo ocorreu em quilombos localizadas na região do sul e do norte Fluminense.

moradores, que se viram obrigados a sair de suas terras tradicionalmente ocupadas e migrarem para as áreas de Jardim Però, Jardim Esperança e São Cristóvão, no município vizinho.

A expulsão resultou na precarização das formas de sobrevivência, como o modo de obter alimentos. Segundo o quilombola: “Só o que a gente comprava era arroz e tomate, o resto a gente tirava da terra (...) isso foi a pior coisa que aconteceu com a gente, perdemos a vida em comunidade e a vida da terra” (entrevista em 15/06/2019).

Outro quilombola, de 60 anos, recordou que na época da expulsão muitos habitantes de Baía Formosa não tinham noção de dinheiro, nem sabiam ler ou escrever, o que fez com que os intermediários do fazendeiro se beneficiassem. Muitos dos expulsos quando migraram perderam práticas culturais e de sociabilidade, e adoeceram. O quilombola afirma que a expulsão se deu baseada no medo, da violência e da possibilidade de perder a vida no conflito. Ainda sobre as memórias da expulsão, uma moradora avalia que o povo não reconhecia Henrique Cunha Bueno como dono de nada. Além disso, relata que tinha um comportamento muito violento e que mandava matar quando construía inimizade com alguém, seja da comunidade ou não.

Depoimentos recolhidos no quilombo da Rasa à época corroboram essas narrativas, ao indicarem como essa violência reacendeu na região nos anos 70:

[...] 1970 foi uma época que reviveu tudo o que teve em 1964. Muitos lavradores foram embora. Antes era uma coisa maravilhosa. Tudo o que você procurava de lavoura tinha aqui. O Cunha Bueno jogou todo mundo da Baía Formosa na rua, todos os lavradores (...) O Cunha Bueno, acobertado pela polícia de Cabo Frio, pelo comandante Bianchini,

passou o trator ali, destruiu tudo (Rosa Geralda da Silveira e posseiros não identificados por nome, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sonia Lacerda em 1983).

Após essas expulsões, as famílias passaram por um período de readequação e mudanças da sua rotina e cotidiano. Até o final do século XX, a comunidade da Baía Formosa vive em torno da identidade de trabalhadores rurais, nos núcleos que não sofreram ações de expulsão. Sublinha-se que os moradores destes núcleos puderam permanecer em suas terras, pois seus lotes estavam fora da área da Fazenda Porto Velho e alguns até possuem documentos de posse. Os expulsos deixaram o trabalho na roça e começaram a trabalhar em obras da construção civil, construindo uma outra sociabilidade, que com o tempo se tornou mais urbana. As relações de afetividade e parentesco que unem os integrantes dos núcleos, contudo, não permitiu que a ideia de comunidade se perdesse no tempo e no espaço. Nesse sentido, desde os anos 1970, com a expulsão de muitas famílias da região, até meados da década de 2000, as famílias mantiveram contato muito forte e realizaram encontros coletivos frequentes.

A partir dos anos 1990, as relações internas começaram a ser redefinidas a partir do diálogo com as comunidades quilombolas da Rasa e de Botafogo, as primeiras a reivindicarem a demarcação de suas terras pelo direito territorial de remanescente de quilombo na região. Neste contato entre as comunidades se difundiram as informações referentes ao artigo 68 do ADCT. O processo de reconhecimento das comunidades da Rasa e Botafogo como remanescentes de quilombo ao mobilizarem a luta pelo território e a reafirmação da identidade, somada às trajetórias em comum entre

as comunidades, indicava a possibilidade de retomada do território tradicional por meio da nova ferramenta jurídica.

Em Baía Formosa, a permanência das redes sociais entre as famílias dos núcleos que se mantiveram em suas áreas tradicionalmente ocupadas com aquelas compostas por expulsos/os e seus descendentes foi fundamental para que a identidade comunitária não se perdesse. Ademais a ancestralidade negra e as narrativas de origem da comunidade, sempre associadas às memórias de cativo, contribuíram para a formação da identidade quilombola. É nos anos 2000 que essa identidade se fortalece coletivamente, sustentada nos laços preexistentes, fortalecendo também o desejo de demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados e de retomada das áreas de onde foram expulsos.

No início de 2010, então, é fundada a Associação Quilombola da Baía Formosa, então composta pelos núcleos *Jose, Elisa e Expulsos*, como já tinha ocorrido em outras comunidades remanescentes de quilombos da região. Eis o marco de autorreconhecimento da comunidade enquanto quilombolas. Ainda em 2010, a Fundação Cultural Palmares (FCP)¹² reconhece a comunidade enquanto remanescente de quilombo e, no início de 2011, entrega a documentação para a associação, que é registrada em 2012.

Assim, como primeiro passo da retomada, é edificada a sede da associação próxima aos limites da Fazenda Porto Velho. Os conflitos fundiários, nesse momento, tomam outras proporções a

¹²Primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, a FCP é responsável pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Ver: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95.

medida que a comunidade organizada se torna um agente central na disputa pelo território.

Outro movimento importante da comunidade se deu também em 2012, quando ingressou com processo para titulação do território quilombola junto ao Incra. A elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação pelo órgão fundiário reforçou a territorialidade da comunidade, já que mobiliza uma série de memórias coletivas sobre a identidade e o território negro.

Em 2014 o núcleo Zerbina foi inserido na Associação, configurando o formato que hoje existe, com quatro núcleos que, apesar de próximos, configuram o caráter descontínuo do território quilombola. A partir deste ano, a nova gestão eleita da associação assume uma postura mais proativa na reconstrução do quilombo, promovendo uma série de atividades culturais e políticas, que aumentam a visibilidade da comunidade na esfera municipal. Pela Associação, os quilombolas passaram a se inserir em projetos de educação ambiental, cinema e eventos gastronômicos. Destacamos ainda o início do turismo de base comunitária, que alimenta o processo de visibilidade externa pelo qual os/as quilombolas trabalham e geram mobilização interna, associada a novas fonte de renda. Concedido pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a comunidade recebeu o prêmio Afro Fluminense em 2014¹³.

Em 2018, há uma reconfiguração na disputa pela área requerida pela comunidade com a entrada de um novo agente, o Aretê, ligado ao capital turístico-imobiliário, atuando em diferentes frentes para obter o território. Neste período se identifica o

¹³ O Prêmio de Cultura Afro-Fluminense é promovido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (SECEC-RJ) e visa premiar iniciativas culturais de comunidades tradicionais de matriz africana e grupos que trabalham com temáticas afro-brasileiras no estado do RJ.

acirramento dos conflitos territoriais, a partir da atuação do condomínio de luxo Aretê na Praia da Rasa, tendo em vista a expansão do condomínio. Frente ao avanço do capital imobiliário, o interesse dos fazendeiros de vender o terreno em litígio com a comunidade quilombola, agravou a situação conflitiva atual. A comunidade Baía Formosa enfrenta, simultaneamente, a luta pela permanência autônoma e a luta pela retomada de territórios, na medida em que o núcleo composto pelos sujeitos expulsos enseja o retorno ao território tradicional.

O enfrentamento a esses desafios se dá em diferentes frentes, desde a produção de um relatório territorial e antropológico, até o embate jurídico. É fundamental entender que um dos elementos importantes em ambas as frentes é a mobilização da identidade quilombola, bem como das marcas territoriais produzidas pela comunidade.

As lutas por território são lutas por territorialidades, que é aspecto fundamental na reprodução dos saberes e modos de vida dessas populações. Isso porque, o território é ao mesmo tempo abrigo e recurso (HAESBAERT, 2006). É fonte de recursos ou meio de produção e, concomitantemente, é elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais. Nesse sentido,

A expressão dessas territorialidades, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2003: 14).

Portanto, na luta contra os processos de modernização e expansão das fronteiras econômicas e demográficas sobre suas terras, os grupos sociais tradicionais articulam-se movimentos sociais que afirmam identidade, autonomia e territorialidades na defesa de territórios. Segundo Little (2003), os violentos processos de desterritorialização têm como consequência a elaboração de estratégias territoriais vinculadas a uma onda de (re)territorializações.

Desse modo, direitos territoriais mobilizam-se na afirmação de identidade e territorialidades específicas através do reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas e de Quilombos, por exemplo. A comunidade de Baía Formosa, portanto, trava uma luta pelo reconhecimento de seu território e suas territorialidades em torno da identidade quilombola. Simultaneamente, o quilombo busca a permanência no território (núcleos Elisa, Jose e Zerbina) e a retomada (núcleo Expulsos). Mas como essa luta é afetada pelo projeto Aretê? Quais são os fatores que levam este projeto a tensionar a territorialidade do grupo e mobilizar a construção de um acordo com os fazendeiros pela terra em litígio?

O Quilombo de Baía Formosa e o Projeto Aretê: território, conflito e resistência

Como mencionado, a partir de 2018, há a emergência de um novo agente na configuração territorial já conflitiva na qual insere-se o QBF - o condomínio de luxo Aretê¹⁴. O condomínio é um o grande projeto turístico-imobiliário dotado de marina, campo de golf e

¹⁴ *Aretê*, do tupi-guarani, quer dizer algo como 'lugar de festa, festividade'. Trata-se de um ato de cinismo nomear a partir do tupi-guarani um condomínio de luxo localizado em território originário indígena, ignorando e, de certa forma, celebrando a violência colonial.

aeroporto. A situação de conflito com a comunidade quilombola envolve diretamente a expansão desta marina, a qual os empresários pretendem quase que dobrar em área.

Contudo, suas ambições encontraram um entrave à frente: a ampliação dos canais da marina viria a impactar diretamente parte do território pleiteado pela comunidade quilombola da Baía Formosa. O impacto da obra mobilizou a denúncia da comunidade ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e ao Ministério Público Federal (MPF), atenta ao risco de salinização do solo, das nascentes e do lençol freático localizados nas terras reivindicadas pelos quilombolas. A ameaça decorre da invasão dos canais da marina sobre área brejosa (que, segundo o Código Florestal Brasileiro, trata-se de Área de Proteção Permanente (APP), edificável), o que poderia prejudicar a prática secular da agricultura de subsistência dos quilombolas.

Ademais, a territorialização do empreendimento traz consigo uma série de impactos de ordem socioeconômica para a comunidade, tais como: a intensificação da especulação imobiliária nas terras em torno do projeto e, sendo assim, sobre os territórios quilombolas; o aumento no custo de vida local; a demanda por mão-de-obra barata para funções de baixa qualificação, que poderiam causar mudanças nas práticas sociais das comunidades locais. Esta dimensão social dos impactos soma-se à ambiental, dando forma a um amálgama de fatores negativos que afetam a comunidade quilombola em várias dimensões, pondo em xeque uma miríade de elementos materiais e simbólicos a partir dos quais constituem-se práticas socioculturais, identidades, espiritualidades, ancestralidades, memórias e significados.

Ademais, destacamos que o processo de retomada territorial em curso, visando devolver as terras às famílias expulsas na década de 1970, que hoje habitam os bairros pobres em Cabo Frio, entrecruza-se ao conflito envolvendo a comunidade quilombola e o GPD. A Fazenda Porto Velho, propriedade dos irmãos Cunha Bueno (herdeiros do grileiro Henrique Cunha Bueno, envolvidos no acordo de cessão de 80 *ha* de um total de 874,65 *ha* de sua fazenda aos quilombolas), faz limite com o terreno do projeto Aretê, sendo sua área de expansão mais imediata. Logo, o que está por trás do interesse dos herdeiros em fazer um acordo com as famílias quilombolas é o cenário de grande valorização de suas terras, pois, assim, estes poderiam liberar o imóvel, hoje em litígio, para venda ou para especulação almejando a expansão da malha urbana da cidade.

O empreendimento Aretê, definido como “*o maior empreendimento imobiliário do Brasil*”¹⁵, é dirigido pela parceria entre o Grupo Modiano, o fundo de investimentos Opportunity, a PDG Construtora (sob sua filiada Klabin Segall) e a empresa Br Marinas, envolvendo o investimento de cerca de 2 bilhões de reais¹⁶. Segundo o EIA (2009), atualmente o complexo conta, em sua área total, com 836.774 m² de marina, 588.000 m² de aeroporto, 1.156.717 m² de campo de golfe, 268 unidades de moradia na área de marina e um total de 3.160.000 m² ocupados em área. Caso o projeto de expansão seja levado a cabo, a marina passaria de 836.000 m² para mais de 2.000.000 m²; o número de unidades de moradia aumentaria de 268 para 1.288; o terreno no entorno do campo de golfe receberia

¹⁵ Conforme consta em fala de Pedro Bulhões, administrador da *Opportunity Investimentos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bw384F5DTmE&t=27s>.

¹⁶ Disponível em: <https://www.atribunarj.com.br/eduardo-modiano-morre-aos-65-anos/>.

mais 446 unidades de moradia, somando 2.500.000 m² em área; e a área total ocupada pelo complexo viria a totalizar 6.052.669 m² (EIA, 2009, págs. 10 e 11). Para que coloquemos em perspectiva as agressivas proporções do projeto, saibam que a expansão traria, em termos percentuais, um aumento de 139,2% na área de marina, 303% no número total de moradias/lotes e 91,5% em sua área total!

O **Mapa 2**, serve para darmos conta da magnitude do projeto de expansão, que quase dobra a atual área ocupada pelo complexo. Ainda, atente o leitor às duas frentes de expansão do projeto retratadas no Mapa 2: o campo de golf e a marina, ainda em projeto. A primeira delas, circundada pelas linhas vermelhas, indica a área da chamada vila *Ybirá*¹⁷, cujas obras tiveram início em 2017 para serem embargadas em 2018, em virtude de mobilização da comunidade quilombola e da consequente intervenção do MPF e, posteriormente, liberadas em 2019.

¹⁷ O condomínio Aretê está dividido em duas vilas: *Ybirá* (na região do ‘campo’) e *Toriba* (na região náutica). Sendo ambas palavras de origem tupi-guarani, seu uso reforça o padrão de fetichização dos povos originários pelos empreendedores.

Mapa 2: Áreas de expansão do Marina Porto Búzios.



Fonte: EIA, 2009.

Estipula-se que a obra de expansão traria sérios impactos socioambientais não só à comunidade quilombola, mas também a outros núcleos populacionais no entorno. Dentre eles, a geóloga Kátia Mansur (UFRJ)¹⁸ destaca: a salinização dos lençóis freáticos e dos poços artesianos, utilizados pela comunidade quilombola para a prática da agricultura de subsistência; o risco de alagamentos no bairro das Cem Braças e em toda a região do pântano da Malhada que, em decorrência das alterações no relevo, perderia um importante ponto de escoamento de água; e a ameaça a cerca de 300

¹⁸ Professora Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

espécies de aves, sendo uma delas endêmica e em extinção, para as quais a área serve como local de repouso e reprodução.¹⁹

O ano de 2018, que demarca o início do conflito, marca também a denúncia do empreendimento por parte da presidência da Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa frente ao CMMA e ao MPF. Por consequência, neste mesmo ano, o procurador Leandro Mitidieri (MPF) promove junto a representantes do empreendimento uma audiência pública com base no art. 6º § 1º da Convenção 169 da OIT, que versa que (...) os governos deverão consultar os povos interessados, por meio de procedimentos livres e informados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, Artigo 6º da Convenção 169 de 1989).

Na audiência, os quilombolas expuseram suas preocupações acerca dos impactos da obra sobre seu território e sobre seus modos de vida. Dentre os temas trazidos estiveram presentes o risco de contaminação do solo e das águas, o impacto socioeconômico trazido pelo megaempreendimento aos horizontes de vida e trabalho dos jovens quilombolas e a ausência de políticas públicas que apoiem a prática da agricultura familiar das comunidades quilombolas²⁰. As marcantes palavras da liderança quilombola manifestam algumas das preocupações da comunidade:

Se abrirem canais da água do mar até uma área de restinga e vegetação nativas, haverá uma grande salinização do lençol freático naquela região que ali se encontra a mais de quarenta anos atrás, e agricultura de subsistência do povo local pois a

¹⁹ Disponível em: <https://www.folhadoslagos.com/geral/empreendimento-de-luxo-gera-preocupacao-em-buzios/10760/>.

²⁰ Trechos da audiência estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=qz1HKE6ugpc&t=209s>.

comunidade planta para o consumo próprio e também para gerar a sua própria renda, pois não sabemos onde começa o projeto e onde termina. Porém, a comunidade está localizada atrás do empreendimento e precisamos de informação sobre o empreendimento.²¹

No trecho acima fica visível o cenário de violação aos direitos territoriais que a comunidade tem enfrentado diante da ameaça de expansão da Marina. Com isso, a Associação foi bem-sucedida ao pleitear que o MP, antes mesmo da audiência, embargasse as obras. Sob a justificativa de que os estudos até então publicados eram inconclusivos no esclarecimento da incidência dos impactos sobre o território quilombola, a liberação das obras foi condicionada pelo MP à realização de um novo EIA/RIMA por parte do empreendimento. Todavia, com a conclusão do misterioso novo EIA/RIMA (que não fora publicado) em 2019, tal ferramenta legal provou-se apenas um paliativo de efeito analgésico que, ao protelar por mais um ano a continuidade do empreendimento, serviu para dar um ‘ar de legalidade’ à um processo normativo de exceção.

Do acordo pioneiro até os dispositivos de controle territorial: as posturas e embates para solução do conflito

Em meio a este processo, a comunidade quilombola de Baía Formosa foi também atravessada, ao longo do ano de 2019, por um processo de negociação pela esperada retomada de seu território ancestral, que envolveu diretamente o Incra, o MP, os irmãos Cunha Bueno e o Aretê. A aproximação do GT da AGB foi desde o princípio movida em função de assessorar a luta e a negociação da comunidade pela retomada territorial. A solicitação partiu da dificuldade em

²¹ Disponível em: <https://www.peaobservacao.com.br/construcao-de-condominio-pode-impactar-area-quilombola/>

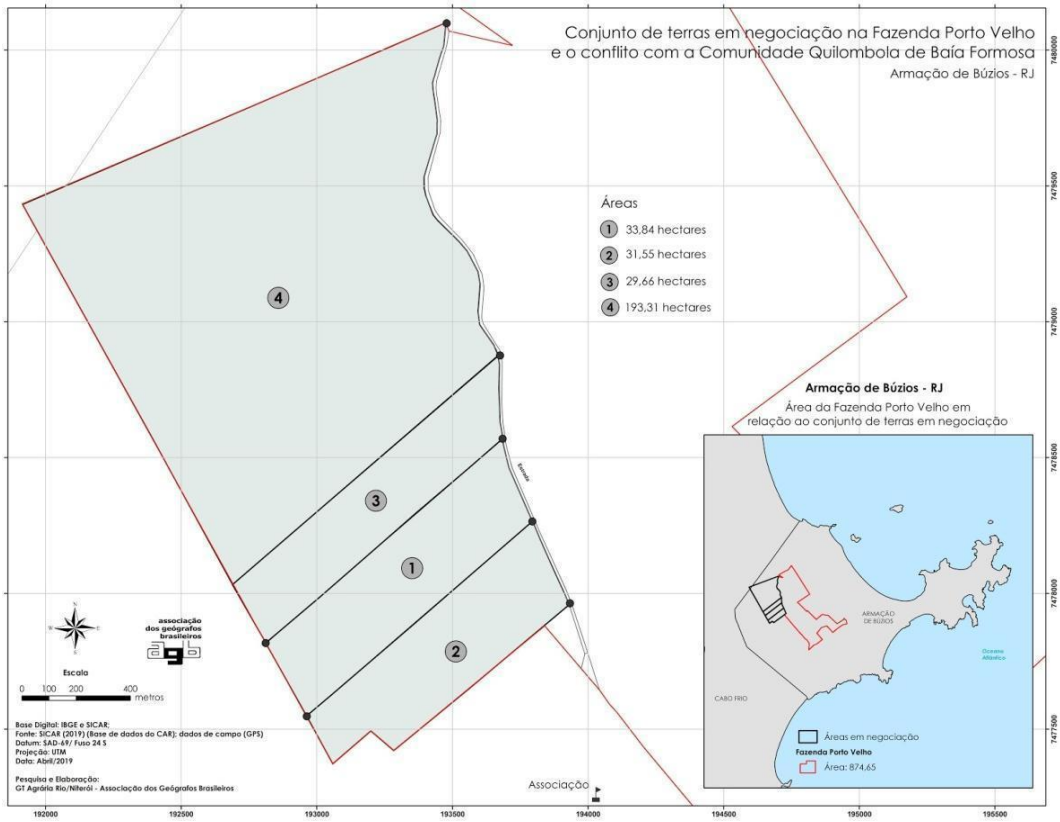
entender as propostas de negociação, pautada em métrica ocidental e linguagem hermética que não eram entendidas ou explicadas aos moradores do QBF.

Sendo assim, em um primeiro momento deste processo, construímos conjuntamente à comunidade o **Mapa 3**, apresentando a proposta inicial de negociação feita pelos fazendeiros (cessão de 33 ha), assim como a área total da fazenda (874 ha) e a sugestão de algumas propostas alternativas para balizar a negociação (respectivamente, 64 ha, 94 ha e 287 ha, com a incorporação de mais de uma área).

No decorrer das negociações, que contaram com a presença de representantes do Aretê como ‘mediadores’, os fazendeiros propuseram a cessão de 80 ha à comunidade. Esta proposta foi aceita pelas lideranças do quilombo por várias razões, dentre elas a angústia, o medo, e a expectativa de retomar alguma parcela, ainda que pequena, de seu território. Haja visto que, para eles, a decisão de tensionar as negociações passaria por um arriscado jogo de “tudo ou nada”. Ao fim, propagaram a narrativa veiculada pela mídia e pela prefeitura de que o caso seria “pioneiro”, configurando-se como “caso modelo” para resolução de outros conflitos envolvendo comunidades quilombolas pelo país²².

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2019/10/01/terras-sao-doadas-a-quilombolas-expulsos-ha-quase-50-anos-de-fazenda-caso-e-inedito-no-rj.ghtml>.

Mapa 3: Primeira proposta de negociação a partir da comunidade.



A esse respeito, uma primeira questão toca às cláusulas absurdas acerca dos direitos territoriais da comunidade. Este acordo inicial previa, enquanto condicionantes da cessão da terra à comunidade: (1) a não realização de quaisquer atividades com fins econômicos no território; (2) a proibição do pernoite de quaisquer visitas no território; (3) que não fossem cercadas determinadas porções do terreno; (4) a concordância prévia da comunidade diante de qualquer projeto que venha a ser desenvolvido futuramente no imóvel da atual Fazenda Porto Velho; e (5) a declaração de concordância à determinação de que qualquer ação a infringir estes

parâmetros por parte da comunidade justifique a revogação do terreno doado, acrescida das reparações indenizatórias devidas.

Claramente orientado por fins autoritários, de tutela e controle territorial, esta proposta ilegal foi inspirada nos termos do acordo imposto pela Marinha do Brasil para o reconhecimento do Quilombo da Marambaia, em Mangaratiba - RJ. Vale observar que tal acordo fora redigido em reunião entre Incra, MPF, Aretê e os Cunha Bueno, sem a presença de advogados ligados à comunidade, por descuido/ingenuidade²³ da própria Associação.

Ademais, outro ponto de conflito envolvendo este documento de “acordo” diz respeito ao entendimento da verdadeira extensão do terreno a ser cedido. Tal ponto reside no descompasso verificado entre a extensão de terra acordada verbalmente e a extensão de terra prevista no acordo escrito. Segundo representantes da Associação, teria sido acordado verbalmente que a extensão do terreno iria compreender 800m de comprimento medidos junto à estrada, desde a cerca do limite norte da Fazenda Porto Velho até o Pé de Jaca/Nelson. Entretanto, no documento constavam 80 *ha* (800.000 m²) de área do terreno, o que, segundo as medidas realizadas em campo, não correspondia à extensão esperada pelos quilombolas²⁴.

Uma terceira questão diretamente relacionada ao GPD e presente no “acordo”, referia-se à liberação da expansão do

²³ Neste trecho, optamos por trazer o binômio descuido/ingenuidade a pois entendemos que a situação remete a um processo de cunho coronelista, no qual, mediante pressão, há um excesso de confiança depositada no opressor pelo oprimido, muito em consequência das marcas coloniais e escravistas de inferiorização do ‘outro’.

²⁴ As dimensões matemáticas foram um desafio desde o início nos diálogos entre o GT e a comunidade. A lógica cartesiana e matemática de medição trazia dificuldade de compreensão para a comunidade, que se baseava em antigas referências espaciais, reveladas durante o processo de mapeamento coletivo.

empreendimento Aretê Búzios, em sua integralidade de área, abstendo-se a comunidade de qualquer contestação futura do mesmo. Além de ser gravíssima, essa cláusula vai contra o processo de autonomia da gestão territorial da comunidade. Há, dessa forma, uma precarização do processo de territorialização, mostrando que mesmo com a posse de seu território a comunidade estaria suscetível a ataques, mesmo que indiretos, com o possível crescimento do condomínio. Ademais, as imposições deixavam claro as intencionalidades do projeto, que via a comunidade como um empecilho aos seus objetivos, e por isso mesmo, a possível ‘não contestação’ futuras funcionaria como um obstáculo a menos para o empreendimento. Constata-se pelas inúmeras ilegalidades que o “acordo” nestes termos violava o direito constitucional de direito à terra dos quilombolas, além de outros direitos fundamentais.

Além disso, é preciso registrar uma questão que envolve todas as anteriores e o próprio processo como um todo: trata-se de ameaças de morte relatadas no decorrer das negociações. Elas vieram com uma espécie de, no popular, “disse-me-disse” através da vizinhança e da comunidade. O que é certo é que as ameaças, feitas mais de uma vez, visavam pressionar a liderança e a comunidade para que esta aceitasse o “acordo” nos moldes propostos pelos fazendeiros, especialmente no que diz respeito à extensão de terra a ser cedida²⁵.

No tocante ao acordo, a última reunião realizada entre o MP, os irmãos Cunha Bueno, o Aretê e a associação da Comunidades Remanescentes de Quilombo da Baía Formosa manteve o imbróglio,

²⁵ Em mais de uma oportunidade, em trabalhos de campo, encontramos seguranças e vigias ligados às áreas em litígio. Embora não tenhamos presenciado nenhum tipo de ameaça, ficou nítida a tensão presente, expressa em frases como “Mas está tudo resolvido, né? Vocês vão aceitar o acordo” ditas por seguranças.

mas foi reveladora em muitos sentidos. A reunião tinha como objetivo a resolução do conflito via acordo em que uma das áreas em litígio do núcleo das famílias expulsas seria doada ao QBF, em contrapartida, a comunidade ia retirar o pedido de demarcação da área total do território quilombola junto ao Incra, tornando o restante da área comercializável para os Cunha Bueno.

Porém, durante a reunião não houve entendimento entre as partes, pois apesar desse acordo estar relacionado diretamente aos Cunha Bueno e ao QBF, as advogadas do Aretê entrevistadas condicionando a doação à liberação da continuidade das obras, ainda que o procurador não tenha tido tempo hábil para ler o parecer, que retornou de Brasília considerando o projeto hábil. Embora os irmãos Cunha Bueno repetissem a todo momento que a terra não estava vendida, e que o acordo seria feito como forma de resolver uma “antiga pendência”, foram as advogadas do empreendimento que entraram em cena e travaram o acordo, demonstrando que todo discurso construído até ali está sustentado em uma provável compra da área pelo Aretê.

O posicionamento também levou a uma pressão para que naquele momento o procurador, sem analisar qualquer dos documentos, aprovasse a continuidade do projeto. A prática da chantagem estava estabelecida: a terra será doada apenas se a continuidade do projeto fosse aprovada. Além dos claros interesses e do posicionamento aberto do Aretê naquele momento, confirmou-se a falsa complacência dos fazendeiros, que tratavam a todo momento o processo de doação como um ato reparação histórica a expulsão do passado, ignorando a disputa jurídica e a participação do QBF durante todo o processo.

Cartografia social: ferramenta de luta e resgate da memória espacial

Simultaneamente a esses processos foram realizados mapeamentos junto a comunidade. Em Baía Formosa, a cartografia social foi invocada com dois objetivos principais: 1) processo de resgate da memória quilombola acerca de seu território tradicionalmente ocupado; 2) e definição de marcos territoriais atuais relevantes para a comunidade. A pretensão foi desenvolver uma ferramenta de pressão na luta pelo território que comprovasse a ocupação tradicional deste antes da expulsão (referente ao *Núcleo Expulsos*), bem como revelasse os elementos territoriais de hoje que evidenciam a ocupação e os usos da comunidade (referente aos demais núcleos e à sede da Associação). Consideramos a prática do mapeamento participativo como objeto da ação política da comunidade, pois contribui para a visibilidade, a ampliação do conhecimento sobre seu território, histórias e usos, assim como na reivindicação e defesa territorial (ACSELRAD; VIEGAS, 2013).

Historicamente, os mapas são produzidos através de um discurso político a favor do Estado e das classes dominantes, no qual o controle sobre as informações geográficas está na mão dos atores hegemônicos que os produzem. Na relação com as comunidades tradicionais da terra nos períodos da Colônia e do Império no Brasil, por exemplo, os mapas agiam na desconsideração pelos saberes locais e a reatização de lugares, conformando espaços da colonização (ACSELRAD, 2010). Assim, se o conhecimento do território é inseparável do exercício da soberania (ACSELRAD, 2010), a cartografia social aparece como possibilidade estratégica nas lutas por territórios, uma vez que alimenta a autonomia territorial e coloca a comunidade como soberana na produção de uma percepção espacial própria.

A cartografia social aparece como ferramenta para afirmar territorialidades (negligenciadas pelos atores hegemônicos) e atribuir poder (OFFEN, 2009), incrementando a produção epistemológica de determinado grupo social sobre sua própria geografia e auxiliando na luta no conflito territorial em que está inserido. Dessa forma, as experiências cartográficas se articulam aos processos de reprodução social de cada contexto específico, evidenciando conflitos pela apropriação material e simbólica dos territórios. (ACSELRAD, 2010)

No processo coletivo de produção dos mapeamentos, portanto, às disputas de poder sobre os territórios somam-se as disputas de poder através dos mapas (ACSELRAD, 2015). Assim, a cartografia social evidencia que há disputas epistemológicas por meio das quais os grupos reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações com o uso de técnicas convencionais da cartografia na ação política (ACSELRAD; VIEGAS, 2013). Enquanto sujeitos cartografantes e políticos encontram a possibilidade de autonomia da produção de informação espacial e decisão sobre seus territórios de vida.

Nesse sentido, ao desenvolver a cartografia social, a comunidade disputa não só o território, mas os significados, a história, a memória e, em suma, sua geografia. No processo de elaboração do mapeamento a comunidade encara a possibilidade de contar sua própria história, evidenciando cartograficamente aquilo que constitui a comunidade, seus espaços de memória, áreas de convivência, usos e marcos territoriais.

Segundo Wood (1993), os mapas estão enraizados numa história que eles ajudam a construir. A cartografia social, portanto, busca contar a história que interessa para a comunidade e não

aquela contada pela historiografia oficial que, costumeiramente, apaga aquilo que lhe convém em detrimento do (des) envolvimento e da falácia do *progresso*.

Na região das Baixadas Litorâneas, por exemplo, a historiografia negligencia a história de ocupação africana na região e a barbárie do processo de (des) envolvimento regional. A cartografia social possibilita a afirmação de outras perspectivas da história. Consideramos esse processo de construção do mapeamento participativo, portanto, como forma de escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1986). Uma história da geografia da comunidade que evidencia aquilo que é importante para a comunidade. Essa dinâmica de produção coletiva da história através do mapeamento participativo do território tradicional só é possível pela dimensão da oralidade.

Através da dimensão oral, a história da Baía Formosa foi sendo (re)construída por seus integrantes, bem como foi por meio da oralidade que as memórias dos períodos conflitivos do passado e da descendência africana escravizada constituem a percepção dos quilombolas atualmente. Também é por conta dela que foi possível mapear os elementos territoriais interessantes para a comunidade e desenvolver coletivamente a linha do tempo comunitária (**Tabela 2**).

Tabela 2: Linha do Tempo da Comunidade Quilombola de Baía Formosa.

Período	Fatores Histórico-Geográficos	Descrição dos Fatos
Séc. XVI	<i>Tupinambás</i>	A área de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Araruama era de domínio de indígenas tupinambás.
Séc. XVII	<i>Posse da Companhia de Jesus</i>	Jesuítas se instalaram no território com trabalho missionário sobre indígenas e negros escravizados, até meados do séc. XVIII.
Séc. XVIII	<i>Renomeada como fazenda D'El Rey</i>	Volta da Coroa Portuguesa. Compra pelo português Manoel Gonçalves em 1759.
Séc. XIX	<i>Abolição, 1888</i>	Famílias continuaram trabalhando nas terras em acordo com os fazendeiros pelo direito de uso da terra.
Séc. XX	<i>Venda da fazenda, 1924</i>	Grande parte das terras é adquirida pelo alemão Eugene Arnould.
Déc. 1940	<i>Situação das Famílias no Campo</i>	Famílias que viviam e trabalhavam na região adquiriram lotes por meio de arrendamentos.
	<i>Abandono da Fazenda por Eugene</i>	Abandono da propriedade por Eugene. Seu filho assume e deixa nas mãos de um empregado, devido à restrição na imigração – CLT, 1943
Déc. 1950	<i>Chegada do Marquês</i>	O marquês italiano Antônio Paterno assume a terra. O período é marcado por violência e tentativas expulsões.
Déc. 1960	<i>Família Mizziara</i>	Fazenda Campos Novos é vendida para os libaneses Jamil Cury Mizziara e Cesário Cury Mizziara
	<i>Grilagem de terras</i>	Intensa grilagem de terras devido ao histórico com o marquês Antônio Paterno, com intensificaram a repressão e a perseguição de mais de 150 famílias, durante a ditadura de 1964
Déc. 1970	<i>Expulsão</i>	Expulsão de famílias pelo fazendeiro Henrique Bueno
	<i>Migração dos expulsos</i>	Famílias se estabelecem em Jardim Però, Jardim Esperança e São Cristóvão, Cabo Frio.
Déc. 1990	<i>Diálogos entre comunidades</i>	Aproximação com a comunidade da Rasa, que começava a se organizar como quilombo.
Déc 2000	<i>APA, 2002</i>	Criação da Área de Preservação Ambiental do Pau Brasil.
2009	<i>EIA/RIMA</i>	Publicada a primeira versão do EIA/RIMA do projeto Marina Porto Búzios - Expansão
	<i>MPF</i>	MPF instaura o IC nº45/2009 para apurar irregularidades no EIA/RIMA
2010	<i>Associação de Baía Formosa</i>	Criação da associação quilombola Baía Formosa.
	<i>Diálogo com Botafogo</i>	Diálogo com a comunidade de Botafogo, que já tinha conquistado direito ao território quilombola.
	<i>Reconhecimento Quilombola de Baía Formosa</i>	Pedido e reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares da comunidade enquanto quilombolas, com entrega da certificação no ano seguinte.
2011	<i>Primeira Eleição da Associação do QBF</i>	Beth, até então vice-presidente, assume a presidência no lugar de Cassiano
	<i>Abertura de processo no INCRA</i>	Negociações para demarcação do território com o INCRA iniciam-se
	<i>Parque Estadual</i>	Criação do Parque Estadual Costa do Sol
2012	<i>Sede oficial da Associação</i>	Registro da associação e sede oficial - construída no terreno da casa do Cassiano
	<i>Visita técnica do INCRA</i>	Prosseguimento do processo de demarcação com vistoria do INCRA à comunidade
2013	<i>Espaço da Escola</i>	Encontro com prefeito para definir uso do espaço da escola, cedido pela prefeitura no ano seguinte.
	<i>Núcleo dos expulsos</i>	Criação da sede para concessão do terreno na área do núcleo
	<i>Prêmio Afro Fluminense</i>	O quilombo Baía Formosa começa a ganhar mais visibilidade, ganha o prêmio concedido pela Secretaria de Cultura do RJ
2014	<i>Núcleo Zebina</i>	Entra no processo do Incri do Núcleo Zebina.
2015	<i>Ameaça de expulsão</i>	Ocorre ameaça de expulsão do terreno da escola
2017	<i>Caso Aretê</i>	Início dos conflitos com o Marina Porto Búzios
	<i>INEA</i>	O INEA concede Licença de Instalação ao Aretê
2018	<i>Audiência Pública</i>	É realizada a primeira e única audiência para consultar a comunidade sobre o Aretê
2019	<i>Acordo com a família Cunha Bueno</i>	Iniciam-se as negociações pelo acordo de retomada do território ancestral quilombola

Org. AUTOR

Sobre o desenvolvimento da prática de mapeamento em Baía Formosa, consideramos que a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão (ACSELRAD; COLI, 2013). Nesse sentido, o processo de construção dos mapas ocorreu através do uso geotecnologias, realizado em quatro etapas diferentes: 1) trabalho de campo, com roda de conversa e entrevistas; 2) marcação dos pontos selecionados pelos quilombolas; 3) produção cartográfica; e 4) reflexões junto à comunidade sobre o mapeamento.

Esse processo se iniciou junto ao *Núcleo Expulsos*, pois a experiência do mapeamento participativo nesta área teve como objetivo a reconstrução da memória espacial do território, evidenciando os marcos espaciais da comunidade destruídos pelo fazendeiro Henrique Cunha Bueno e seus herdeiros no processo expropriatório. O produto final deste núcleo serviu de base para comprovação da ocupação tradicional do território antes da expropriação, através de marcos do passado e elementos da memória da comunidade, sendo importante ferramenta na luta pela titulação das terras quilombolas.

Segundo Corrêa (2018), as experiências com mapeamento intensificam a consciência espacial, fortalecendo a leitura sobre o espaço e criação de estratégias de territorialização. Contribuindo, assim, para que a comunidade explore sua própria leitura do território, em um exercício de espacialização das relações sociais e dos marcos simbólicos. Assim, a seleção e marcação dos pontos a serem mapeados fortaleceu a memória oral e geográfica das famílias expulsas.

O **Mapa 4** evidencia a ocupação tradicional do território por parte da comunidade antes da expulsão nos anos 1970, mostrando os espaços de memória do Núcleo Expulsos. Boa parte dos marcos espaciais levantados hoje não existem mais, fruto das transformações socioespaciais conduzidas pelo fazendeiro Henrique Cunha Bueno e seus descendentes. O pasto para gado tomou o lugar do campo de futebol (Vasquinho), das casas de farinha, da venda do Seu Loia, do Bar da Bastiana e de algumas das árvores frutíferas selecionadas, apagando materialmente espaços de sociabilidade que marcam a infância dos mais velhos da comunidade e seus antepassados.

Mapa 4: Espaços de Memória - Comunidade Quilombola da Baía Formosa



Org. AUTOR

Em contrapartida, o mapeamento anuncia esperança e ganhos na luta pelo reconhecimento territorial, tendo em vista a conquista da sede da Associação e a presença do portal do quilombo - encruzilhada de árvores antigas que formam um arco reconhecido enquanto portal. Assim, o processo de cartografar o próprio território envolveu deslocar-se no tempo, reviver o passado para (re)construir o presente, através da representação cartográfica daquilo que é o território para aqueles que durante muito tempo viveram e hoje buscam retomar.

Ao apresentar o resultado da cartografia social, os integrantes do *Núcleo Expulsos* reconheceram sua história no mapa. O mapa foi entregue à Associação como material para fortalecer a luta pelo território, além de servir como memória visual da história apagada e violentada da comunidade.

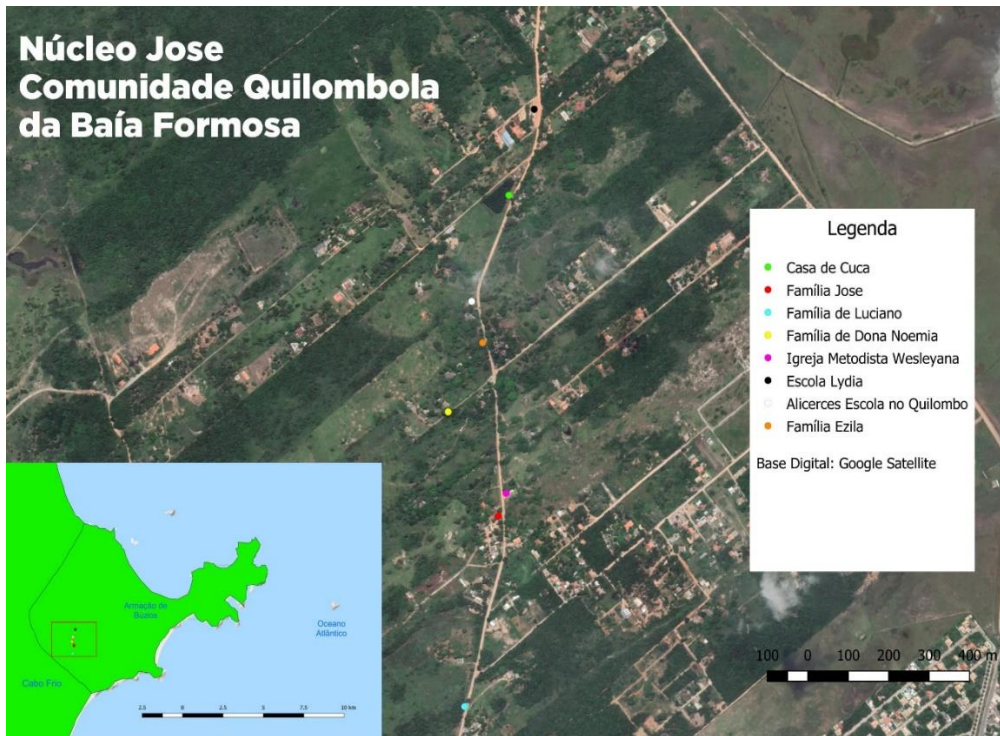
Em seguida, foram realizadas a marcação/georreferenciamento dos marcos simbólicos selecionados nos núcleos que ainda não haviam sido contemplados pela cartografia social (Jose, Elisa e Zerbina), bem como dos locais onde hoje moram as famílias expulsas (Jardim Però, Jardim Esperança e São Cristóvão - Cabo Frio-RJ), para localizar o deslocamento da comunidade removida nos anos 1970.

Nesse sentido, os produtos a seguir (mapas 5, 6 e 7) são os resultados da cartografia social nos núcleos *Elisa*, *Jose* e *Zerbina* respectivamente. Diferentemente do *Núcleo Expulsos*, estes mapeamentos foram construídos a partir de marcos espaciais atuais, que comprovam os usos territoriais da comunidade, os espaços de convivência e marcos de conflitos.

O *Núcleo Jose* é composto atualmente por 9 famílias, que moram em uma área descontínua, atravessada por lotes privados e

áreas que não são consideradas como parte do Quilombo. Como se vê no Mapa 5, os marcos espaciais relevantes - em escala comunitária - acompanham a estrada de terra que liga a sede da Associação à Rodovia RJ-102.

Mapa 5: Núcleo Jose.

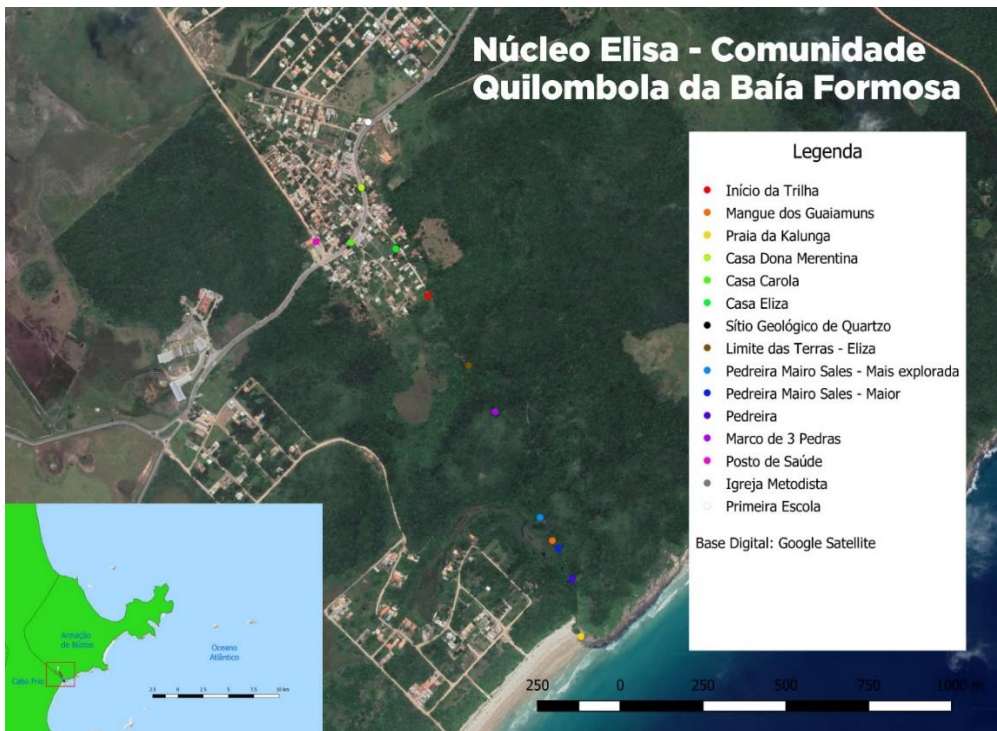


Org. AUTOR

Dentre os marcos espaciais escolhidos pelos integrantes do núcleo, além das casas das famílias mais conhecidas e frequentadas (Jose, Luciano e Dona Noêmia), encontram-se 3 pontos de muita importância para a comunidade como um todo, cuja manutenção no espaço-tempo são considerados fundamentais. São eles: Igreja Metodista Wesleyana; Escola Lydia; Alicerces da escola do Quilombo.

A Igreja é frequentada atualmente por uma parcela considerável dos quilombolas, o que mostra como a religiosidade está presente em seus cotidianos. A Escola Lydia é espaço importante para crianças e jovens, o que por si só já mostra a relevância que imprime à comunidade. Soma-se a isto o fato de que, nos fundos do terreno da escola, foi criado um espaço de convivência para os quilombolas organizados na Associação. Ainda, os alicerces da escola representam uma área na qual já esteve edificado um espaço de ensino para a comunidade. É considerado, assim, marco espacial importante para ser evidenciado no mapeamento participativo.

Mapa 6: Núcleo Elisa.



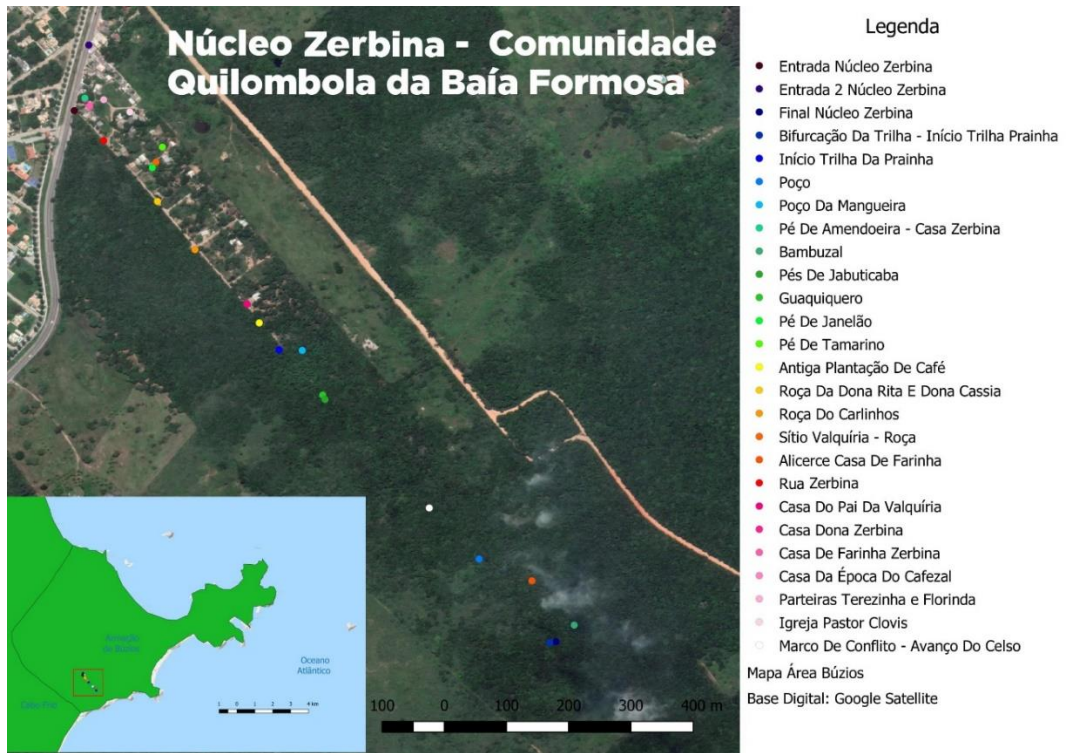
Org. AUTOR

Composto por apenas 3 famílias, o *Núcleo Elisa* está localizado do outro lado da Rodovia RJ-102, dentro da Área de Proteção Ambiental Pau Brasil na fronteira com o Parque Estadual da Costa do Sol. Nesse sentido, boa parte dos marcos espaciais escolhidos pelos quilombolas está inserida nos limites do Parque. São locais de uso comum da comunidade, onde o ambiente sicionatural é utilizada para o lazer, como as pedreiras, o marco das três pedras, o mangue dos Guaiamuns (referência à espécie de caranguejo muito presente na região), o sítio geológico de Quartzo e a Praia do Kalunga.

Ainda, foram escolhidos pontos que expressam os usos territoriais da comunidade em outras dimensões, como a Igreja metodista (dimensão da religiosidade); o Posto de Saúde (dimensão do cuidado, da saúde coletiva); e as casas das mulheres mais influentes na comunidade (dimensão do afeto e resistência). Os pontos como Início da Trilha e o Limite das Terras do núcleo marcam suas fronteiras de uso do território.

Já o Núcleo Zerbina foi o último a se incorporar à Associação e somar na luta comunitária pela titulação do território, a partir de 2014. Composto atualmente por 46 famílias, leva o nome de uma das grãos mais importantes de Baía Formosa, matriarca da comunidade que, através da oralidade, deixou muitas histórias para seus parentes e vizinhos.

Mapa 7: Núcleo Zerbina.



Org. AUTOR

Hoje, parte de sua área está dentro do Parque Estadual da Costa do Sol, o que obrigou a alteração nos modos de uso dos recursos territoriais por parte da comunidade. Acostumados com a lavoura, parte da área antes utilizada pelos quilombolas para plantio foi perdida com a criação da área de conservação, que proíbe a prática tradicional. Assim, muitas formas de uso dos recursos territoriais foram proibidas e criminalizadas sob a ótica do respeito ao meio ambiente. É curioso, todavia, o fato de haver um condomínio de luxo dentro do Parque, a poucos quilômetros do Núcleo Zerbina, o que contrasta com a ideia de preservação e atesta a desigual relação de poder nas esferas de tomada de decisão.

Os pontos selecionados pelos quilombolas deste núcleo (**Mapa 7**) representam marcos espaciais referentes à casas de integrantes influentes e muito frequentadas; casas/ terrenos com relação afetiva forte; aspectos da natureza como árvores importantes, como fonte de alimentação e sociabilidade; símbolos de conflitos territoriais; roçados; delimitação dos limites do núcleo; e áreas muito utilizadas no passado que, por conta da falta de autonomia territorial, caíram em desuso. O poço da mangueira, por exemplo, foi ressaltado por ser um espaço com muitas memórias para os/as mais velhos(as) e que, por conta da criação do Parque Estadual, seu acesso ficou limitado. Já o Pé de Tamarindo foi colocado pela força que tem como espaço de aglomeração. É comum grupos de amigos e familiares ocuparem sua sombra durante o dia para confraternizações de todo tipo.

Os mapas foram entregues à comunidade e, além de representarem um registro da memória espacial e dos marcos espaciais atuais, foram utilizados no processo do acordo, como prova de ocupação ancestral da comunidade no território em questão. Os pontos selecionados para o mapeamento foram todos indicados pelos integrantes da comunidade, pensados como espaços de memória, elementos importantes da constituição do Quilombo e de sua história/ trajetória.

Considerações finais

As dificuldades para titulação do QBF não são uma particularidade desta comunidade, fazem parte de um contexto nacional de desmonte das funções de entidades como o Incra e a FCP pelo governo federal. Dados do Incra apontam que menos de 10% das terras quilombolas certificadas estão tituladas atualmente. Os

problemas vão desde a demora para abertura dos processos até a dificuldade na publicação dos Relatórios de Identificação e Delimitação produzidos pelo Incra. Porém, de nada adianta que essas etapas sejam cumpridas se não há dinheiro para desapropriação. Os dados orçamentários publicados demonstram que o orçamento de 2019 (R\$ 3 milhões e 400 mil) foi quase dez vezes menor que o de 2014 (R\$ 32 milhões e 250 mil), que por sua vez já havia sido bem menor que o de 2013 (R\$ 47 milhões e 670 mil).

A diminuição no orçamento não é a única forma de precarização dos direitos conquistados pelo artigo 68. A recente nomeação do diretor da Fundação Cultural Palmares – contestada na justiça - enfraquece a instituição que é a porta de entrada das comunidades na luta pelo título da terra. Sergio Camargo já repetiu em mais de um momento que o racismo não é institucional nem estrutural, e que este debate foi cooptado pelos “esquerdistas” a fim de “vitimizar os negros”, além de reafirmar que o dia da consciência negra deveria ser extinto bem como o falso herói Zumbi dos Palmares.

Diante desse contexto, muitas comunidades ficam expostas a ataques, e acabam enxergando através de acordos construídos sob uma condição desigual, a possibilidade única de ter o acesso ou a permanência em seus territórios tradicionais.

Esse processo foi observado durante o artigo, em que a comunidade se viu obrigada a aceitar o acordo imposto para ter acesso à terra preterida. Por outro lado, através da elaboração da cartografia social e da linha do tempo, a comunidade pôde apropriar-se ainda mais de sua história e territorialidade, fortalecendo sua consciência espacial, suas memórias do território e sua capacidade de tomada de decisão na construção do “acordo” em negociação.

Dessa forma, observando-se a correlação de forças assimétrica que configura os processos de identificação, reconhecimento e titulação das comunidades e territórios dos povos e comunidades tradicionais em geral, se faz urgente um posicionamento da Geografia junto aos sujeitos e grupos sociais historicamente inferiorizados. Nesse sentido, o trabalho de assessoria do GTAgrária das Seções Locais da AGB Rio de Janeiro e Niterói indica reflexões, obstáculos e caminhos preliminares das lutas a serem travadas a partir desse lugar de enunciação.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 9-46, 2010

_____. O debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: MAIA, L. J. GUEDES, A. D. ACSELRAD, H. (Orgs.) *Cartografias Sociais, lutas por terra, lutas por território: um guia de leitura*. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais n5. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

_____. & COLI, L. R. "Disputas cartográficas e disputas territoriais". In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. pp. 13-44. 2008.

ACSELRAD, H. & VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território - um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H (org.) *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 15-40, 2013.

ALMEIDA, B. C. Entre o passado e o presente, entre História memória: a Rasa e seus entre - lugares. In: *Revista Escrita da História*, v. 2, n. 4, 2015.

AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, J. & ARAÚJO, P. *Entre o Latifúndio e a Vila: A Fazenda Campos Novos e a Formação Urbana de Cabo Frio; Séculos XVII e XVIII*. 2017.

CARVALHO, A. P. & SOUZA, F. M. De Campos Novos à Tamoios: Do Latifúndio a Urbanização do 2º Distrito de Cabo Frio (1940 a 2016). In: *X Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade: Quando “a imaginação toma o poder”*: Democracias e Representatividades. Rio de Janeiro, 2018.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988*. Brasília, 2014.

BRASIL. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT* / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf.

CORRÊA, G. S. *Estratégias de territorialização e r-existência da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis*. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, para defesa do grau de Doutor em Geografia. São Gonçalo, 2018.

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social, terra e território*. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 1, p. 119 - 176, 2013.

ENGEMAN, C. & AMANTINO, M. A fazenda de Campos Novos e sua história: séculos XVII e XVIII. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh* - Rio. Rio de Janeiro, UniRio, 19 a 23 de julho de 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MAIA, A. B. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio. In: MEDEIROS, L. S. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência*

camponesa no estado do Rio de Janeiro. Ed. Consequência. Rio de Janeiro, 2018. p. 371 - 410.

MAIA, L. J.; GUEDES, A. D.; ACSELRAD, H. (Orgs.) *Cartografias Sociais, lutas por terra, lutas por território: um guia de leitura*. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais n. 5. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

MALHEIRO, B. C.; CRUZ, V. C. Geo-grafias dos Grandes Projetos de Des-Envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. In: *Geographia*, v. 21, n. 46, p. 18-31, 2019.

MEDEIROS, L. S. Conflitos e Repressão no campo no Rio de Janeiro: questões de pesquisa. In: MEDEIROS, L. S. (ORG). *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Ed. Consequência: Rio de Janeiro, 2018, p. 33 - 48.

OFFEN, K. O Mapeas o te Mapean: mapeo indígena y negro en américa latina. *Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Colombia*, Tabula Rasa, n. 10, p. 163-189, 2009.

WOOD, D. *The Power of Maps*. The Guilford Press: London, 1992.

Submetido em: 26 de abril de 2019.

Aprovado em: 24 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

CORREA, Gabriel Siqueira; WANDERLEY, Luiz Jardim; ALENTEJANO, Paulo; ROCHA-LEÃO, Pedro Catanzaro da; SILVA, Vinícius Martins da. Os conflitos por terra e território do quilombo de Baía Formosa: contribuições da geografia na luta contra o complexo turístico-imobiliário Aretê em Armação dos Búzios-RJ. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 22-68, jan.-jun./2020.

**NOTAS SOBRE A CONSTELAÇÃO
MULTIESCALAR DA TOTALIDADE
CONCRETA DA CRISE DO CAPITAL**

*NOTES OF THE MULTIESCALAR
CONSTELLATION OF THE CONCRETE
TOTALITY OF THE CAPITAL CRISIS*

*NOTAS SOBRE UMA CONSTELACIÓN
MULTIESCALAR DE LA TOTALIDAD
CONCRETA DE LA CRISIS DEL CAPITAL*

THIAGO TEIXEIRA DA CUNHA COELHO

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) – Belo Horizonte/MG.

E-mail: thiagoteixeira.tx@gmail.com

Resumo: Apresentamos neste texto elementos fundamentais à pesquisa da sociedade contemporânea. Para tal, temos em vista o processo de crise fundamental do capital e sua forma social e, considerando que a relação entre a totalidade e seus particulares continua a ser tematizada por meio de uma articulação de totalidade que compõe um todo, aos invés da relação entre forma e totalidade, desejamos contribuir com uma interpretação onde a modificação da mediação conforme o processo histórico se desenrola, trazendo novas categorias que orientam a prática e, portanto, também devem fazê-lo na teoria do conhecimento, caso nosso desejo seja compreender e criticar a realidade.

Palavras-chave: capital, crise, totalidade, forma, constelação.

Abstract: We present in these text fundamental elements to the research of contemporary society. To this end, we must bear in mind the process of fundamental crisis of capital and its social form and, considering that the relationship between the totality and its individuals continues to be themed through an articulation of totalities that make up a whole, instead of the relationship between form and totality, we wish to contribute with an interpretation where the modification of mediation as the historical process unfolds, bringing new categories that guide the practice and, therefore, they must also do it in the theory of knowledge, if our desire is to understand and criticize reality.

Keywords: capital, crisis, totality, form, constellation.

Resumen: Presentamos en este texto elementos fundamentales para la investigación de la sociedad contemporánea. Para este fin, debemos considerar el proceso de crisis fundamental del capital y su forma social y, teniendo en cuenta que la relación entre la totalidad y sus individuos continúa siendo temática a través de una articulación de totalidades que conforman un todo, en lugar del relación entre forma y totalidad, deseamos contribuir con una interpretación donde la modificación del mediación a medida que se desarrolla el proceso histórico, trayendo nuevas categorías que guíen la práctica y, por lo tanto, también deben hacerlo en la teoría del conocimiento, si nuestro deseo es comprender y criticar la realidad.

Palabra clave: capital, crisis, totalidad, forma, constelación.

Introdução

A Geografia se refere de forma recorrente as escalas como mecanismo metodológico de análise da realidade. O “Global” e o “local” são apresentados como entrelaçados e distintos, numa grande teia articulada pelo Estado, as grandes corporações e o sistema financeiro mundializado. Esse movimento sempre pretende pinta um quadro múltiplo e complexo onde diferentes processos estão presentes em um mesmo ponto do espaço. A pesquisa em Geografia, em especial a partir dos anos 1970, tem sido profundamente marcada

por tais questões que buscam desvelar por meio da diversidade material do espaço; onde “o mundo aparece como primeira totalidade [...] uma totalidade não apenas concreta, mas, também, empírica” (SANTOS, 2006, p. 182), onde “através das redes, podemos reconhecer [...] três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local” (SANTOS, 2006, p. 182). O autor se aprofunda nessa articulação entre esferas de ação política, dinâmicas econômicas e sócio-culturais cujas “redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2006, p. 182). Cada nível é apresentado como uma totalidade fechada em si. Além do mundo, a totalidade empírica da geografia por excelência, temos o território que demarca os países, apresentado como “uma formação socioespacial –, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. [...] a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados [...] formas de regulação e controle das redes” (SANTOS, 2006, p. 182); e o lugar “onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa” (SANTOS, 2006, p. 182). Santos apresenta esse movimento como relação entre as redes, sejam elas materiais ou imateriais, e as dinâmicas locais como particulares e até mesmo singulares. São forças de resistência ante a uma padronização do modo de vida e produção generalizado pelo capitalismo. Essa face material que Milton Santos nos apresenta foi central no pensamento geográfico –

e continua sendo – até hoje. Em Santos esse processo aparece como movimento sequencial e evolutivo, enquanto outras figuras da Geografia crítica vinculadas ao pensamento tradicional do marxismo, como Ruy Moreira, compreendem o imperialismo e sua lógica de constante submissão e dominação política, militar e econômica como estrutura do capital – uma espécie de luta de classe planetária – enquanto a globalização seria a expressão desse processo em suas múltiplas escalas.

A globalização é a escala e o imperialismo o princípio da estrutura universalizada do capitalismo. O imperialismo como o monopólio industrial-financeiro das inscrições territoriais demarcadas, e a globalização como o monopólio financeiro-rentista territorializado no horizonte sem limites de espaço mundial. A globalização é a planetaridade escalar desse capitalismo avançado, o capitalismo liberado do casulo territorial da indústria pela autonomização financeira. O casulo, precisamente, da arrumação espacial que unifica ao tempo que diferencia a acumulação em lugares territoriais enrijecidos pelas inscrições de fronteira da indústria e que agora se tornam fixos que a desfronteirização fluidifica em fluxos de transterritorialidade máxima (MOREIRA, 2016, p. 81).

A mudança das escalas se impõe, portanto, pelo capitalismo financeiro e sua dinâmica de livre e rápida circulação do capital em suas formas diversas, especialmente na sua forma dinheiro. Essa concepção se vincula a uma tradição do pensamento brasileiro que elabora a impossibilidade da superação do atraso produzido pelo processo de acumulação primitiva vinculado a colonização. Tal concepção possui diferentes caminhos capazes de explicar a falência da modernização brasileira, ou uma espécie de modernização truncada ou interrompida. Nos dias de hoje, no entanto, essa

formulação não é capaz de acompanhar e compreender a crise mundial do capitalismo, bem como a relação desse movimento com a particularidade brasileira. Acreditamos, portanto, que essa análise vinculada as mudanças materiais do espaço e sua conectividade, tal como uma retomada do imperialismo financeirizado em escala planetária esconde elementos subjacentes que permitem a generalização dessa padronização material.

Assim, para compreender a dinâmica espacial nesse momento histórico é indispensável desvelar a relação entre o desenvolvimento do capitalismo, e sua crise. Para isso será necessário discutir o processo diferencial de generalização do capital como *forma social* (SCHOLZ, 2009), buscando compreender a correlação entre esse *desenvolvimento desigual* (SMITH, 1989) com a *totalidade concreta* (SCHOLZ, 2009), sendo está compreensão de totalidade desvinculada de uma compreensão empirista e material, mas tendo como referência essa multiescalaridade presente no pensamento geográfico apresentada aqui como uma *constelação* (BENJAMIN, 2009) que não pode ser apreendida de forma completa com o recurso a uma leitura individualizante, que transforma o objeto em *forma nicho* (KURZ, 2014) e elabora uma explicação autorreferente e dissociada da totalidade, reproduzindo um “modo de proceder teórico designado por <individualismo metodológico>, o qual é próprio da filosofia e das ciências burguesas no seu todo e, de modo especial, da economia” (KURZ, 2014, p. 55). Assim, não é possível tratar local e global como escalas em disputa, mas como diferentes articulações do *valor-dissociação* (SCHOLZ, 1992) ligadas a um processo histórico específico de desenvolvimento do capitalismo e da reprodução ampliada de sua crise.

Procedimentos teóricos e metodológicos

Como nos adverte Roswitha Scholz, “se a realidade social muda, também a própria teoria [...] tem de mudar” (SCHOLZ, 2010). Ou seja, este texto pretende retomar as premissas do materialismo histórico dialético e sua defesa da observação sobre o capital e suas formas de organização. Em nosso caso, isso significa retornar a uma construção teórica a partir dos processos históricos e sociais específicos do capital diante do *colapso da modernização*.

A tese de Robert Kurz a esse respeito modifica as condições de compreensão do capital, pois aponta que o capital passou por uma mudança radical ligada:

a formação da <sociedade de serviços> e da terceira revolução industrial, a partir dos anos 80 de século XX, ter sido acompanhada de toda uma cadeia de crises financeiras que visivelmente caminham para um ponto culminante. Tal não poderia acontecer se o mecanismo de compensação da mais-valia relativa [...] ainda funcionasse ou, pelo menos, a passagem à mais-valia absoluta tivesse sanado a massa de mais-valia e, com ela, a massa do lucro (KURZ, 2014, p. 275).

Esse rompimento drástico impossibilita a reconstrução das condições anteriores do processo de valorização do valor e de acumulação baseada na exploração de mais-valor (seja absoluto ou relativo). Toda a sociabilidade baseada na equivalência de mercadorias de qualidades diferentes por meio da relação de representação do valor de uma no valor de uso de outra através da medida criada na substância comum de ambas – o tempo de trabalho socialmente necessário – sofre uma ruptura, pois a massa de valor existente não é mais capaz de mobilizar o processo global de reprodução para que ele se valorize, sendo necessário recorrer ao

valor futuro, que se configura numa promessa futura de valorização.

Dessa maneira:

torna-se necessário [...] que os capitais individuais, que recorrem ao crédito numa medida crescente, se apropriem de uma parte da massa social de mais-valia no mínimo suficiente para poderem pagar os seus créditos e, além disso, alcançar ainda um lucro próprio. Porém, quando isso se torna uma condição universal, não apenas se cria uma pressão adicional sobre os capitais individuais, mas também um problema <sistémico>: o refinanciamento, que já não é feito com base na produção passada de mais-valia real, mas na futura, não só requer que a massa de mais-valia cresça, mas que cresça tanto que a sua antecipação no passado não bloqueie a reprodução corrente posterior (KURZ, 2014, p. 298).

Isso implica em formas críticas de reprodução do capital, pois consideramos que este alcançou uma espécie de limite estrutural interno. A promessa de um processo de valorização do valor por meio da *hipoteca de trabalho futuro* (KURZ, 1995/2019¹) é diferente do fim do capitalismo e da existência de formas de dominação organizadas por meio de uma *abstração real* (MARX, 2013), ou seja, uma forma fetichista de dominação onde os processos sociais continuam, nos termos marxianos, “passando às costas dos sujeitos” (MARX, 2013) mesmo que os pressupostos dessa dominação estejam em uma crise irresolúvel. Numa economia cujo fundamento está “na base fictícia de um ilusório consumo do futuro” (KURZ, 2014, p.305) temos um paradoxo. Na tentativa de retirar o capital “do pântano da falta de aplicação da força de trabalho” (KURZ, 2014, p.305) este era mobilizado para mover o processo fictício:

1 As duas datas se referem a publicação original em alemão e a publicação e revisão mais recente em língua portuguesa. O mesmo ocorre em outros textos do grupo Krisis/Exit retirados do site <<http://www.obeco-online.org/>>

Por um lado mobilizava-se força de trabalho a menos para a reprodução real, acrescida da satisfação do sistema de crédito enfunado, mas, por outro lado, no âmbito deste dilema, mobilizava-se ainda demasiada – e de longe – força de trabalho para assegurar a sustentabilidade real da valorização real precedente. [...] o consumo de uma imaginária substância do valor futura sugeria também uma substância do valor passada que nem sequer fora produzida (KURZ, 2014, p. 305-306)

Dessa forma, consideramos que o trabalho e o dinheiro foram plenamente autonomizados, o que implica que o trabalho moderno, como forma cindida (trabalho abstrato e concreto), não confere mais a capacidade de reprodução da sociedade nos termos do processo de valorização do valor, mas somente um “salto de fé” inalcançável de hipotecar o trabalho futuro baseado na ilusão de um reacoplamento entre o dinheiro sem valor que se amplia como simulação do processo de acumulação de capital por meio da inflação dos títulos de propriedade (PITTA, 2020; KURZ, 2014). Esse processo movido no presente por meio do dinheiro que representa riqueza abstrata sem qualquer substância ou uma promessa futura desta nos coloca em uma encruzilhada entre o *colapso da modernização*, considerando que a modernização é o processo tendencial de generalização de uma sociedade baseada na produção (e reprodução) do valor, e uma espécie de normalidade precária, onde a forma social em crise não é capaz de reconciliar os seus momentos autonomizados. São mantidos, ainda que de forma parcial e precária, os elementos que remontam as estruturas sociais típicas da modernização (como o Estado) mas o que resta deles é somente sua capacidade de seguir ancorando o processo de apropriação e acumulação de promessa de trabalho futuro por meio da violência ou uma tentativa de *gestão da barbárie* (MENEGAT, 2019). O ponto de partida desta interpretação

está na obra *O colapso da modernização*, na qual Kurz evidencia a transformação do processo de expansão global do capital por meio de uma crise que nega seus fundamentos,

O *boom* absurdo, puramente fictício, do capital especulativo, sobreposto aos circuitos de déficit nacionais e internacionais, fez nascer, até o fim dos anos 80, a ilusão de que a solvência do Ocidente fosse praticamente inesgotável, os processos de endividamento pudessem ser estendidos até o infinito e as diversas crises de dívidas pudessem ser administradas sem grande esforço. Uma parte cada vez maior tanto dos créditos quanto do atendimento a estes se alimentava direta ou indiretamente da superestrutura especulativa global. [...] os excedentes de exportação originalmente reais dos setores vencedores assumiram cada vez mais o caráter de complexos puramente fictícios, tornando-se eles próprios componentes da superestrutura especulativa (KURZ, 1992, p. 202-203).

Este escrito, elaborado no fim de noite dos anos 1980, aponta na direção da deterioração da relação entre capital e seus fundamentos reais. Tal especulação vai ganhar denominações distintas ao longo de sua obra, mas o fundamento está na categoria de *capital fictício* (MARX, 2017). A perspicácia de Kurz sobre esse tema fica evidente na passagem abaixo:

No terceiro volume de sua obra principal, Marx analisou as características fundamentais desse processo, ainda em estado embrionário no século XIX, criando para ele o termo “capital fictício”. Mas esse caráter fictício revela-se somente depois de terminar um processo especulativo mais longo ou mais curto. Enquanto este está se passando, o capital fictício, que não tem substância alguma, cria nos participantes do mercado a ilusão de render muito mais lucro do que o capital realmente produtivo. [...] o capital fictício pode atuar sobre a

produção real de bens e induzir processos de produção materiais, cuja invalidade se revela apenas posteriormente, no colapso inevitável da especulação. [...] os lucros do capital especulativo fictício experimentam também uma constante realização aparentemente produtiva. Quando um especulador, com os ganhos obtidos pela especulação que para ele são absolutamente reais, sendo porém fictícios do ponto de vista da reprodução social do capital, dá-se ao luxo de comprar um Mercedes Benz, a produção aparentemente muito real desse automóvel não possui, na verdade, nenhum fundamento de capacidade aquisitiva produtiva. [...] Por isso, é bastante ingênuo quem acredita poder separar nitidamente o setor especulativo e a suposta acumulação real (KURZ, 1992, p. 203).

A reprodução fictícia ampliada produz uma corrida por setores – ou países, regiões – com promessas de preços futuros elevados atrai capitais diversos nessa direção, levando a uma dança constante de capitais buscando aumentar sua massa de dinheiro (D – D’). Tais setores movimentam a reboque a exploração do trabalho sem valorização do valor levando a uma ampliação da crise. Este elemento pontual no processo histórico de consolidação da reprodução ampliada do capital se apresenta nas três últimas décadas do século XX como o motor da totalidade concreta do capital, posto que a substância que sustenta sua forma social desmorona sobre si. O colapso da modernização pode ser historicamente vinculado, portanto, a revolução microeletrônica que “deu por terminada a era fordista, este grau até agora mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas alterou as condições de valorização numa dimensão qualitativamente nova” (KURZ, 2014, p. 265). Essa virada histórica produziu “novos potenciais de racionalização são de tal modo profundos e abrangentes (cobrindo transversalmente todos os ramos da reprodução) que agora também

o movimento de expansão <interna> do capital no plano do valor se detém” KURZ, 2014, p. 265). Neste contexto há uma rápida redução do dispêndio de trabalho por unidade de mercadoria produzida por meio do crescimento acelerado da produção ocasionada pela expansão dos mercados, o barateamento das mercadorias e uma força de trabalho suficiente para uma produção em massa. Isso implica que:

[...] Para o valor inferior por mercadoria ser compensado pelo número das mercadorias vendáveis que entraram na lógica da produção em massa seria necessário, para as quantidades de mercadorias adicionais, um acréscimo de força de trabalho suficientemente grande para compensar o dispêndio de trabalho por mercadoria tornado supérfluo – mais um exercício de aritmética ao nível da escola básica. No que diz respeito à mais-valia, regressamos aqui precisamente ao problema de o aumento da mais-valia relativa por elemento da força de trabalho já de nada servir se o número dos elementos da força de trabalho produtivos na perspectiva do capital e aplicáveis no plano desse padrão de produtividade diminuir muito fortemente. Na segunda revolução industrial, não era esse o caso; a produção em massa adicional exigia, tal como demonstramos, um número absoluto muitíssimo maior de elementos da força de trabalho. Mas na terceira revolução industrial da microeletrônica ocorreu, neste aspecto, uma reviravolta. Manifestou-se algo que desde sempre tinha sido concebível em termos lógicos, a saber, o aumento da força produtiva a uma tal escala que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional para ser capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria. [...] a <racionalização> torna supérfluo o dispêndio de trabalho humano anda, pela primeira vez na história capitalista, mais depressa e assume uma dimensão maior do que o embaratecimento a ela associado e o correspondente alargamento dos mercados. [...] É precisamente o contrário da expansão do fordismo (KURZ, 2014, p. 266-267).

Diante dessa mudança fundamental no funcionamento do capitalismo, posto em movimento pela crise de seus fundamentos, Kurz apresenta algumas advertências sobre a aproximação junto a esse processo cuja:

alteração não pode ser <comprovada> de um modo empírico imediato, visto que o verdadeiro plano da essência do valor (o do capital global) é real, mas não pode ser traduzido directamente em números, manifestando-se empiricamente apenas na inversão, através das relações de reprodução e de concorrência dos capitalistas individuais ou na sua projecção pouco fiável. Mas as condições de valorização alteradas do <processo global>, na **mediação** com as manifestações empíricas, podem discernir-se bem em termos teórico-categoriais (KURZ, 2014, p. 265).

A mediação se refere, portanto, à elaboração teórica das categorias objetivas do capital, vinculadas às mudanças do próprio processo histórico do capital, que se desmancha no ar ao longo do século XX, o que implica numa reformulação da maneira como o pensamento crítico se aproxima da realidade para compreendê-la e modificá-la. Nesse sentido, nos parece fundamental a teoria do *valor-dissociação* formulada por Roswitha Scholz, pois está procedendo uma crítica profunda a teoria do valor onde

a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.) (SCHOLZ, 1992/1996, p. 4²).

2 Alguns textos dos autores do grupo Krisis/Exit foram retirados do site <<http://www.obeco-online.org>>. Logo, sua paginação se refere a paginação do texto

Scholz ainda expande sua concepção de dissociação para outras formas de emergência dessa dissociação, como no caso dos povos sinti e roma, denominados ciganos:

O mesmo se pode dizer dos grupos de esquerda a quem o destino dos sinti e roma não tem suscitado até agora muito interesse" (Wippermann, 1999, p. 106). E o mesmo sucede, infelizmente, nos meios que se dedicam à crítica do valor. Como se a construção moderna do *cigano*, enquanto ser avesso ao trabalho, sensual, *wild and free* não fosse relevante, precisamente para sustentar uma posição crítica do valor e do trabalho. Esquece-se que as próprias necessidades reprimidas não foram projectadas somente nos *exóticos*, *negros* e *selvagens*, algures em África ou nas Caraíbas, mas que "eles" há séculos se encontram bem próximos, por assim dizer, no meio de nós: os *ciganos*, como parte inseparável da própria cultura ocidental moderna (SCHOLZ, 2007, p. 1).

A autora reconhece que o valor possui um papel central "na constituição da objetividade social e da subjetividade social, na sua intermediação"(SCHOLZ, 2010) mas sua constituição lógica e histórica está vinculada a uma totalidade fragmentada, na qual os diversos níveis de concreção se mobilizam por um eixo central: a relação entre trabalho e cisão sexual, bem com as diversas formas de racismo, também apresentados como produção de valor e reprodução social de outros aspectos da vida, em especial o do cuidado. Entretanto,

"O valor é o homem", não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objectivação valorativa. Foram quase exclusivamente os homens que se comportaram como autores e executores da socialização pelo

quando transportado para uma ferramenta de leitura e edição de texto. Pretendemos com isso facilitar o acesso as referências.

valor. Eles puseram em movimento, embora sem o saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria, cada vez mais independente, por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). Como nesse processo a mulher foi posta como o antípoda objectivo do “trabalhador” abstracto – antípoda obrigado a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior –, a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra (SCHOLZ, 1992/1996, p. 21).

Isso implica considerar “as diferentes dimensões da dissociação do feminino na economia e na política, na repartição de funções das actividades, bem como nos planos dos símbolos socioculturais e psicanalítico” (SCHOLZ, 2010, p.16), o que implica num retorno constante a relação dialética entre a dissociação sexual e o valor, reconhecendo o “desenvolvimento da totalidade concreta, como gradação não-hierárquica dos planos de abstração e concreção” (SCHOLZ, 2010, p.16). Esta elaboração teórica se vincula a uma tradição crítica do marxismo do século XX que será fundamental a nossa concepção de crise e da relação entre a totalidade e suas particularidades.

Valor-dissociação: crítica do valor e totalidade concreta

Ao se defrontar com uma sucessão de crises violentas do capital desde os anos 1980, parte do marxismo se viu diante de uma rua sem saída, em especial com o fim da URSS e da esperança na revolução transformada em projeto de *modernização retardatária* (KURZ, 1992) que não se realizou. Isso atinge um limite histórico na interpretação do capital como um jogo de forças por controle hegemônico do processo de produção e distribuição de seus frutos via controle fabril e estatal. Tal limite é produzido pelo próprio capital

como contradição em processo. A retomada dos debates acerca da teoria do valor realizada pelo grupo Krisis, cujo um dos autores era Robert Kurz se encarregou de apresentar uma crítica fundamental ao capital, embasada na crítica da ontologia do trabalho, considerando que o processo de reprodução ampliada se expande e ao incorporar cada vez mais pessoas como força de trabalho e, conseqüentemente, colocar todo o globo submetido aos ditames da valorização do valor como força objetiva de imposição histórica do capitalismo amplia cada vez mais a distância entre a riqueza abstrata – cujo crescimento desmedido aparece na enxurrada contínua de capital nas formas de mercadoria e dinheiro – e a sua substância, qual seja, a exploração da força de trabalho que produz mais-valia e amplia as condições de reprodução ampliada do capital e da contínua expansão dessa exploração. Kurz considera que a revolução microeletrônica coloca em xeque a possibilidade do capital continuar se reproduzindo sobre essa mesma base. Entretanto, essa crise fundamental não explica completamente as mudanças na dinâmica da reprodução do capital e diversos momentos de sua totalidade concreta. Isso é reconhecido e formulado por Roswitha Scholz. A pensadora indica a necessidade de ampliar o nexo de mediação do capital com a totalidade concreta, tendo em vista o papel da dissociação nos momentos separados da produção de valor. Para isso, mergulha na teoria crítica em busca de elementos teóricos além da simples investigação científica e dedutiva, procurando os vínculos históricos entre conhecimento e o processo histórico de constituição deste.

De Lukács traz a crítica do fetichismo como elemento central da forma mercadoria e, conseqüentemente, do capital; também a concepção de totalidade concreta, onde os objetos são apreendidos a

partir de uma formulação teórica desdobrada dos fenômenos novos, ultrapassando a mera descrição e apresentação de suas feições empíricas (LUKÁCS, 1923/1967, p.140 *apud* SCHOLZ, 2010, p.5). O tratamento dado por Lukács à relação entre aquilo que podemos nos aproximar sem a mediação conceitual e a constituição do sistema de conceitos apresenta as categorias de pensamento como categorias objetivas do capital, reconhecendo que

Não se pode esquecer (...) que imediatidade e mediação são elas próprias momentos dum processo dialéctico, que cada grau do Ser (e da atitude de compreensão a seu respeito) tem a sua imediatidade no sentido da fenomenologia (de Hegel, R.S.), onde nós, face ao objecto imediatamente dado, temos ‘de nos comportar de modo igualmente imediato ou receptivo, ou seja, não modificando nada nele, na forma como ele se apresenta’. O ir além da imediatidade só pode ser a génese, a ‘criação’ do objecto. Porém, isto já pressupõe que todas as formas de mediação, nas quais e através das quais se vai além da imediatidade da existência dos objectos dados, *se revelam como princípios estruturais da construção e tendências reais do movimento dos próprios objectos*, portanto que a génese do pensamento e a génese histórica (ao contrário do que acontece em Hegel, R. S.) coincidem de acordo com o princípio (LUKÁCS, 1967, p. 171 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 6).

Apesar da importância da elaboração lukacsiana sobre a relação entre reificação, forma mercadoria e valor, Scholz retoma a crítica à filosofia moderna de Theodor Adorno, em especial seu debate sobre o sujeito transcendental kantiano, para criticar Lukács e sua “proclamação do proletariado como sujeito-objeto da história” (SCHOLZ, 2010, p.8) posto que isso posiciona o trabalhador – e o trabalho – como precedente a própria totalidade concreta, ou seja, como uma expressão da mediação entre a totalidade concreta e a forma social. O proletariado aparece para o pensador húngaro como

sujeito imediato, fruto da trans-historicidade das lutas de classes e da ontologia do trabalho, cuja relação histórica específica seria fundamentada no valor. Adorno, por outro lado, expõe exatamente essa contradição ao reconhecer que a ruptura entre sujeito e objeto “não pode ser hipostasiada ou transformada em invariante” (ADORNO, 1969). Isto direciona a formulação de uma dialética negativa, na qual o movimento do conhecimento não recai numa reconciliação entre ambos polos separados – como seria a reconciliação entre o homem e o fruto do seu trabalho para Lukács:

O que desde a *Crítica da razão pura* constitui a essência do sujeito transcendental, a funcionalidade, a pura actividade que se realiza nos esforços dos sujeitos individuais e simultaneamente os ultrapassa, projecta **o trabalho pairando sobre o sujeito puro considerado como origem**. Se Kant conteve a funcionalidade do sujeito, ao afirmar que ela seria nula e vazia se não se aplicasse a um material, ele assinalou inequivocamente que o trabalho social é um trabalho sobre algo; a maior consequência dos idealistas posteriores eliminou isso sem hesitação. A universalidade do sujeito transcendental, no entanto, é a do contexto funcional da sociedade, **de um todo que se conjuga a partir das espontaneidades e qualidades dos indivíduos**, limitando novamente estas por meio do princípio nivelador da troca, e eliminando-as virtualmente como impotentes perante o todo (ADORNO, 1966, p. 179 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 8-9).

Os grifos ressaltam o argumento central: ao descolar o trabalho como uma espécie de substância do sujeito – este, por sua vez, transcendental – temos uma compreensão de que cada indivíduo realiza seus trabalhos e as demais ações cotidianas de produção e reprodução da vida por um movimento simples, espontâneo e imanente às suas qualidades enquanto indivíduos. Ora, salta aos olhos a centralidade do trabalho como fundamento do processo global

de exploração da classe trabalhadora por um processo histórico específico e cego, como aponta Lukács, mas para ele ainda poderia ser revolucionado pois há algo a ser “salvo” no interior dessa totalidade concreta. De sua parte, essa substância social sequestrada pela luta de classes e mistificada pela reificação – que produz um movimento que passa às costas do sujeito – é frontalmente questionada por Adorno; o tratamento dispensado ao sujeito “mantém a contradição entre essência e aparência” (SCHOLZ, 2010, p. 9) pois “para ele, também o objeto não é algo em última instância dado” e “o sujeito só consegue apreender a objectividade em geral por ser também ele mediado, não sendo, portanto, apenas o elemento radicalmente outro do objecto só por ele legitimado.” (ADORNO, 1966, p. 185 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 9). Por isso, não há uma maneira de chegar a uma verdade, o que mantém a validade da formulação kantiana da “coisa em si”, mas a recoloca em outro patamar, reconhecendo os limites históricos do conhecimento como parte do desvelar do processo objetivo que constitui a forma social e a forma do conhecimento, bem como os demais momentos sociais não diretamente subsumidos ao *princípio da troca* (ADORNO, 1966). Scholz enfatiza como esta formulação teórica se encontra eivada de elementos historicamente específicos e, portanto, ressaltando a relação entre o capitalismo e formas concretas específicas de organização e ação circunscritas a mediação da forma:

Adorno mantém aqui a diferença entre essência e aparência, uma vez que recorre ao não-idêntico e com isso ao historicamente dinâmico. [...] O seu pensamento é uma reacção ao nacional-socialismo e à revolução “verdadeira” perdida, com as consequentes práticas bárbaras de eliminação, particularmente no Holocausto, tal como à falsa revolução no “socialismo realmente existente”, o qual, na sua opinião, estava igualmente prisioneiro

do pensamento da identidade: “A transição vista por Marx (nas Teses sobre Feuerbach, R. S.) por assim dizer ao virar da esquina e mesmo iminente no período de 1848 não aconteceu (...) e o proletariado não se constituiu como sujeito-objecto da história” (Adorno 2003, p. 68) (SCHOLZ, 2010, p. 10).

A historicidade imanente do argumento adorniano não destitui sua filosofia de importância. Ao contrário, suas elaborações resgatam de forma distinta a concepção lukácsiana de totalidade concreta por meio de “sua filosofia dialéctica negativa” (SCHOLZ, 2010, p. 11) cuja concepção tem uma marca histórica fundamental, qual seja, “a fase fordista, na passagem para o pós-fordismo” (SCHOLZ, 2010, p. 11) no qual há uma centralidade enorme do Estado no processo de produção, vinculado a uma aceleração do *desenvolvimento das forças produtivas* (MARX, 2013) e à consolidação de uma sociedade do *consumo dirigido* (LEFEBVRE, 1991/2014), com a expansão do capital e de sua produção industrial para a periferia bem como a constituição de uma enorme *camada média* (SCHOLZ, 2010), especialmente na Europa ocidental, na América do Norte e no Japão. Desta maneira, “Adorno estava ainda bem longe do horizonte de uma crise fundamental da economia mundial, como a que hoje vivemos, em que é preciso incrementar uma nova crítica da forma mais desenvolvida” (SCHOLZ, 2010, p. 11). Por isso, retomamos a evidente necessidade de partir do contexto histórico presente e reconhecer que vemos parte do todo, mas que as mediações podem ser desveladas por meio da crítica social radical, movendo uma teoria negativa do conhecimento. Isso não implica, no entanto, numa possibilidade de superação dessa totalidade concreta pela força intelectual da compreensão da realidade, no sentido de uma superação da alienação, mas de um movimento dialético, pois a mediação é somente um momento de reconhecimento da relação

entre forma social e a totalidade concreta e fragmentada. Temos um vislumbre. Nunca uma reconciliação, ou mesmo uma reconstrução. A superação dessa mediação não está nela apresentada ou inscrita, mas podemos perceber sua crise por meio desses momentos. Portanto,

É precisamente aqui que se aplica a dialéctica negativa de Adorno, que Postone recusa, mas que poderia ser reformulada do ponto de vista da crítica da dissociação e do valor, tomando por base a própria teoria de Postone, para fazer jus à situação social actual. É preciso satisfazer o particular, o não-idêntico para que não se volte a subsumir tudo ao valor, ou ao capital, como determinação da forma abstracta. Nessa medida, também a própria dissociação-valor, como forma fundamental, não pode voltar a ser colocada como absoluto. Pelo contrário, a crítica da dissociação e do valor, com a capacidade de pensar contra si mesma, tem de tematizar também outros momentos do não-idêntico, e assim formas de discriminação como o racismo, o anti-semitismo e o anticiganismo do mesmo modo que o sexismo, e também ainda admitir o Outro tecido “de outra maneira” que mesmo aí não fica absorvido. [...]. Em suma, fundamentalmente, isso significa que tem de se tentar a aproximação à coisa de que se trata através dum pensamento em constelação, que não omite a dimensão do valor, mas também não a hipostasia na lógica da dedução (SCHOLZ, 2010, p. 16).

Postone se faz presente no argumento devido a sua importância na recuperação da crítica do valor, explicitando o carácter ontológico do trabalho no marxismo tradicional. Além disso, compreende a dimensão do valor só pode ser desvelada pela práxis social (SCHOLZ, 2010, p. 13) vinculada a uma crítica imanente da sociedade. Assim, o valor não está escondido e inacessível pelo conhecimento, mas como uma forma específica de relação entre a atividade humana e tempo. Sua exposição revela um entendimento

da teoria em sua inseparável relação com a constituição histórica da realidade e do conhecimento:

A ‘determinação feita por Marx da magnitude do valor supõe uma teoria sócio-histórica da formação do tempo matemático absoluto, como realidade social e como conceito’ (...). Por outras palavras, o plano do pré-conhecimento estruturado, que para Kant é uma condição *a priori* do conhecimento, é aqui tratado como socialmente constituído. A teoria de Marx da constituição social procura suplantar o que Hegel percebera como o círculo fechado da epistemologia transcendental kantiana – a pré-condição do conhecimento é poder conhecer (a faculdade de conhecimento) – sem contudo recorrer à ideia hegeliana de conhecimento absoluto. A teoria de Marx analisa a condição para o autoconhecimento implicitamente como social (ou seja, para conhecer explicitamente é preciso já se ter conhecido) (...) A crítica de Marx, portanto, não implica qualquer epistemologia em sentido próprio, mas sim uma teoria da constituição de formas sociais historicamente específicas, que são formas simultaneamente de objectividade e de subjectividade social (POSTONE, 2003, p. 332 *apud* SCHOLZ, 2010, p.13).

Postone produz ainda uma importante crítica a Escola de Frankfurt que em suas análises do estado nazifascista alemão, em especial os escritos de Friedrich Pollock, aponta uma burocratização e dominação do processo produtivo pelo Estado, com uma ruptura com o capitalismo liberal e suas formas fundamentais na consolidação de um capitalismo de Estado. No entanto, tal concepção esconde “a forma basilar do valor, ou do capital, e a sua dinâmica; continua a prevalecer sempre uma ontologia do trabalho implícita” (SCHOLZ, 2010, p. 14). Assim, o autor é apresentado por Scholz como fundamental na elaboração da crítica do valor, principalmente pela “diferenciação [...] das duas dimensões de tempo no capitalismo, o tempo linear abstracto da economia empresarial e o tempo histórico

concreto do desenvolvimento dinâmico” (SCHOLZ, 2010, p. 15). Entretanto, sua compreensão dos atuais movimentos sociais transfigurados profundamente a partir dos anos 1970 como uma espécie de substitutos a antiga tradição de luta de classes vinculada ao movimento operário causa uma ruptura em relação as elaborações presentes nos autores do EXIT!.

A partir da perspectiva actual, seria de historicizar também, por sua vez, a própria abordagem de Postone, precisamente se pensarmos hoje também na queda das novas classes médias. A situação social mais uma vez modificada e o actual cenário de *crash* da economia mundial devem ser pensados incondicionalmente juntos. Para isso, e não em último lugar também por isso, as teses de Postone são insuficientes porque, diferentemente, por exemplo, de Kurz, lhe faltam completamente as reflexões relativas ao limite interno histórico da valorização do capital e à teoria da crise em geral. Postone vê nos movimentos feministas e nos movimentos das minorias a oportunidade de conseguir uma nova universalidade, que não volte a submeter o particular (por ele considerado ligado à dimensão do valor de uso) e que não tenha nada a ver com a falsa igualdade da forma da mercadoria. Ele compara aqui uma universalidade homogênea com uma universalidade que não é homogênea e já deve existir no capitalismo, ainda que numa forma alienada (SCHOLZ, 2010, p. 14).

Portanto, para Scholz, há uma necessidade de superar a concepção do valor ou da luta de classes como elemento que tudo submete e controla, tendo em vista a centralidade do valor-dissociação na totalidade concreta, bem como sua relação com a crise do capital. Isto significa que a “a dissociação do feminino não é simplesmente o não-idêntico (mais uma vez ontologizado), mas sim a maneira como momentos do feminino são tornados utilizáveis precisamente através da exclusão” (SCHOLZ, 2010, p.17). Enquanto

o não-idêntico é aquele que está fora, a dissociação não faz parte da forma valor, mas sim da constituição da totalidade concreta cuja forma social é a relação dialética entre valor e dissociação sexual.

Pensamento em constelação: individualismo metodológico, capitais individuais e autonomização

Pretendemos apresentar mais algumas questões ligadas a relação entre o particular e o universal, mediadas pelo valor-dissociação, o que aponta a necessidade de constituir um *pensamento em constelação* (BENJAMIN, 2009) que reconhece a forma social e que sua relação com a totalidade concreta promove visões parciais que aparentam explicar a realidade por meio de um movimento individual de partes que se sobrepõe, se acumulam e disputam entre si os rumos da reprodução social. Essa constelação se refere ao processo de autonomização das formas do capital e das demais formas que compõe a totalidade concreta, como a terra e o trabalho, nos termos da fórmula *trinitária* marxiana. Os capitais individuais estão em constante movimento por meio da concorrência. Isso significa que o movimento de produção, circulação e acumulação aparecem sempre separados como se fossem motivados e submetidos somente às capacidades desses capitais de investir, compreender o mercado e suas possibilidades, bem como de prever seus movimentos. O mesmo vale para o capital industrial, comercial, bancário. Essa separação demonstra a posição de interpretação da economia política, como movimento contínuo de escalas articuladas, entre a micro e a macroeconomia. Aqui aparece a economia nacional e as escalas de gestão estatal do território e sua articulação com o capital, sendo a transformação do Estado desde os anos 1970 frequentemente apresentada por meio do conceito de neoliberalismo. O momento

neoliberal, no entanto, não é somente uma aceleração da desigualdade e certamente não é a retomada da violência anterior da acumulação primitiva, mas um processo qualitativamente novo de destituição dos pressupostos que organizam essa sociabilidade constituída pela forma social supramencionada. Trata-se, portanto, de um processo de dissolução do capital e de todos os elementos que o compõe. O que não significa mais ou menos Estado, para voltar ao argumento neoliberal, mas uma mudança substancial do próprio sentido do Estado nacional, pois:

Se a nação foi inventada somente no curso da história da modernização capitalista, então, no fim dessa história, ela explodiu em seu próprio interior – a economia fora de controle do capitalismo de crise, que faz explodir a “bela máquina”, destrói seu próprio sistema de referência também nesse aspecto. [...] Ela foi, desde o princípio, um constructo manchado de sangue da concorrência capitalista, da repressão social e da exclusão em todos os sentidos. Essa forma distorcida de um falso “nós” serviu sempre para a desorientação e domesticação dos movimentos sociais, a fim de vincular as vítimas da “bela máquina” por uma lealdade irracional. No entanto, a retirada do Estado, ou seja, a decomposição da nação em um cego “processo natural” do capitalismo de crise, não leva à liberdade social, mas aos horrores da dessocialização. No lugar do destrutivo “nós” nacional não surge nenhuma forma social nova, mas apenas o regime de terror econômico da economia empresarial e suas consequências. [...]. A nação não é positivamente superada por meio de uma consciência social da sociedade mundial, explodindo em grande medida em face dos enormes choques em todos os níveis sociais, como uma ruptura de barragens, um grande deslizamento de terra ou um terremoto. Portanto, a assim chamada “globalização”, uma palavra-chave dos anos 1990, descreve de fato um processo real no nível da manifestação; trata-se, no entanto, de um falso conceito quando quer designar uma mera mudança estrutural no capitalismo “eterno”, quando, na

realidade, a crise categorial da nação destrói a estrutura da modernização. Pois o capitalismo não pode viver sem a coerência nacional que agora está sendo dissolvida pela “mão invisível”; as várias explicações ingênuas de [seus] proponentes só podem reconhecer um novo progresso burguês em um mundo supostamente “sem limites” (KURZ, 1999, p. 1.)

Temos uma ruptura no capital, o que implica mudanças na totalidade concreta. Se o capital muda nossa abordagem ao interpretá-lo também deve ser alterada. Partindo da discussão de Scholz, retomamos um elemento por ela apresentado para articulá-lo com a crítica de Robert Kurz ao *individualismo metodológico*, buscando apontar quais as implicações disso para a pesquisa da crise do capital no interior da geografia.

A dedicação de Walter Benjamin, cuja pesquisa entre 1927 e a sua morte, ocorrida em 1940, ao projeto das passagens nos apresenta “apenas os lampejos” (BENJAMIN, 2009, p. 499). Esses manuscritos não entregam nenhuma formulação óbvia sobre qual seria seu objetivo central. Os escritos de Benjamin sobre o conceito de história indicam uma influência pronunciada na constelação elaborada por Adorno em sua *Dialética Negativa*. Alguns aforismos presentes na edição das Passagens trazem importantes vestígios de um pensamento em constelação que considera os limites do próprio conhecimento no interior de uma teoria da história não evolutiva.

O “caderno N” do livro das *Passagens* (2009) se mostra como um compêndio de discussões sobre teoria do conhecimento, apresentando diversas categorias fundamentais para a elaboração de uma teoria da história de Walter Benjamin. Este caderno está cravejado de citações emblemáticas, que procuram apresentar o pensamento do autor por meio das vozes construindo e reconstruindo a história do século XIX. A transformação como força motriz da

história parece central nas seleções textuais de Benjamin, bem como nos relances que a própria exposição do autor nos oferece. Em um desses a tradição e sua manutenção são tratados como uma aparência. Entretanto, “é a permanência desta aparência de permanência que cria nela a continuidade” (BENJAMIN, 2009, p. 528). Um texto como este fornece substrato para a compressão de sua crítica ao progresso. Aqui a história é a *permanência da aparência* onde a concepção de um progresso contínuo, fruto das ciências naturais e da naturalização da própria concorrência, cria uma sensação de *continuum* que não permite ver nuances e compreender rupturas no rumo da história. É uma história vazia, dos fatos e eventos. A origem não remete a um processo, que continua depois que acaba e começa antes de iniciar, mas a um evento. Um *big bang* da história humana, em contínua expansão e progressão. Assim, o *desenvolvimento das forças produtivas* e seu movimento tautológico no interior do capital aparece como evolução, progresso técnico contínuo do ser humano. Dessa forma,

O materialismo histórico não aspira a uma apresentação homogênea nem tampouco contínua da história. Do fato de a superestrutura reagir sobre a infraestrutura resulta que não existe uma história homogênea, por exemplo, a história da economia, nem tampouco existe uma história da literatura ou do direito. Por outro lado, uma vez que as diferentes épocas do passado são tocadas pelo presente do historiador em graus bem diversos (sendo muitas vezes o passado mais recente nem sequer tocado pelo presente; este “não lhe faz justiça”), uma continuidade da **apresentação** histórica é inviável (BENJAMIN, 2009, p. 512).

Apresentação é um conceito central na obra de Marx. O movimento dialético entre apresentação e representação permite a

constituição de relação de equivalência entre valor e valor de uso, posto que o valor de uma mercadoria se apresenta no valor de uso de outra e este passa a representar o valor da primeira. O mecanismo que permite essa relação é a constituição de uma forma de mediação – a forma mercadoria – cujo fundamento é o trabalho como tempo de trabalho socialmente necessário e sua exploração. Aqui emerge a forma do valor, que se constitui na apresentação do trabalho abstrato no trabalho concreto por meio do tempo de trabalho socialmente necessário. Isso implica, portanto, um núcleo temporal específico que constitui as mediações na sociedade em que o capital ganha centralidade. Ou seja,

É importante afastar-se resolutamente do conceito de “verdade atemporal”. No entanto, a verdade não é – como afirma o marxismo – apenas uma função temporal do conhecer, mas é ligada a um núcleo temporal que se encontra simultaneamente no que é conhecido e naquele que conhece. Isto é tão verdadeiro que o eterno, de qualquer forma, é muito mais um drapeado em um vestido do que uma ideia (BENJAMIN, 2009, p. 509).

Os diversos escritos de Benjamin sobre a produção artística da virada de século e sua crítica à obra literária remontam a sua concepção de teoria do conhecimento e teoria da história. Fica evidente sua intenção de extrapolar o seu método por meio da relação dos elementos históricos específicos e sua relação com o materialismo histórico dialético:

Este estudo, que trata fundamentalmente do caráter expressivo dos primeiros produtos industriais, das primeiras construções industriais, das primeiras máquinas, mas também das primeiras lojas de departamentos, reclames, etc., torna-se com isso duplamente importante para o marxismo. Primeiramente, o estudo apontará de que maneira o **contexto no qual surgiu a doutrina**

de Marx teve influências sobre ela através de seu **caráter expressivo**, portanto, não só através de relações causais. Em segundo lugar, deverá mostrar sob que aspectos também o marxismo compartilha o **caráter expressivo dos produtos materiais** que lhe são contemporâneos (BENJAMIN, 2009, p. 502).

A maneira como o pensamento crítico pretende se aproximar do objeto, portanto, possui uma forma específica, qual seja, a da própria forma dos produtos materiais de nosso tempo. Trata-se de uma aproximação, de um caminhar em meio aos lampejos. Benjamin deseja se desviar da tradição científica e com isso ir além das simples relações causais, pois “o que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota. - Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as ‘grandes linhas’ da pesquisa” (BENJAMIN, 2009, p. 499). Sua preocupação com a apresentação e com o caráter expressivo do estudo das passagens não é um floreio ou desejo estético particular, mas sim a elaboração capaz de dar conta da diversidade das particularidades e de sua forma material comum. Para tal, sua preocupação com a montagem dos resíduos presentes nos diferentes textos e formulações remete aquilo que considera fundamental no método de Marx, onde “seu fundamental não é o progresso, e sim a atualização” (BENJAMIN, 2009, p. 502). A montagem aparece, pois, permite que possamos “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” levando a “romper com o naturalismo histórico vulgar”. São esses “resíduos da história” (BENJAMIN, 2009, p. 502-503) nos quais residem o ponto de contato entre forma social e totalidade concreta. Aqui são apresentadas diversas críticas fundamentais para a

atualidade da crítica do capitalismo, como a constatação de que “a superação dos conceitos de ‘progresso’ e ‘época de decadência’ são apenas dois lados de uma mesma coisa” (BENJAMIN, 2009, p. 503) – o que aponta para uma crítica à concepção de atraso e moderno como chave explicativo da história do capital – ou a transformação do desenvolvimento técnico acelerado próprio do movimento contraditório do capital em sua ânsia de acumulação em um movimento contínuo, onde esse processo se consolida em um hábito, como parte integrante do movimento constante e contínuo da existência e desfazendo seu nexos com a história e seus acontecimentos. Assim, “num primeiro momento, de fato, a novidade tecnológica produz efeito somente enquanto novidade. Mas logo nas seguintes lembranças da infância transforma seus traços”. Esse movimento no qual “cada infância realiza algo grande e insubstituível para a humanidade” não só infla o mundo de máquinas, aparatos e apetrechos tecnológicos diversos, mas também “liga as conquistas tecnológicas aos mundos simbólicos antigos” (BENJAMIN, 2009, p. 503). A força desse movimento é tão enorme que sufoca a própria origem e o processo de constituição, com suas formas e sentidos particulares, subsumindo tudo ao movimento da história e do progresso humano. Temos aqui uma ruptura histórica. Como define Benjamin:

O momento histórico primevo no passado não é mais encoberto, como antes – isto também é uma consequência e uma condição da tecnologia –, pela tradição da Igreja e da família. O antigo horror pré-histórico já envolve o mundo de nossos pais porque não estamos mais ligados a esse mundo pela tradição. Os universos de memória decompõem-se mais rapidamente, o elemento mítico neles contido vem à tona mais pronta e brutalmente, de maneira mais veloz deve ser erigido um novo universo de memória, totalmente diferente e contraposto ao

anterior. Eis como o ritmo acelerado da tecnologia se apresenta do ponto de vista da história primeva atual (BENJAMIN, 2009, p. 504).

O estudo de origem realizado pelo pensador alemão acerca do drama barroco o auxilia no estudo das *Passagens*, pois este persegue “a origem das formas” que desembocam nas próprias *Passagens*. Daí ele apreende os fatos econômicos. Estes, no entanto:

do ponto de vista da causalidade – ou seja, como causas –, não seriam fenômenos originários; tornam-se tais apenas quando, em seu próprio desenvolvimento – um termo mais adequado seria desdobramento – fazem surgir a série das formas históricas concretas das passagens, assim como a folha, ao abrir-se desvenda toda riqueza do mundo empírico das plantas (BENJAMIN, 2009, p. 504).

As *imagens dialéticas* (BENJAMIN, 2009) podem ser apresentadas – nos termos da teoria do valor-dissociação –, portanto, como aquelas capazes de demonstrar a forma social que a produz mesmo em sua diversidade e particularidade, num lampejo ou vislumbre, de uma totalidade que aparece somente de forma parcial ou fragmentada, como Marx define ao tratar de sua fórmula trinitária ou quando apresenta os embates dos capitais individuais na disputa pela definição do preço, sendo que todos já entram no jogo do mercado com um preço *a priori* que nunca pode ser precisado de forma exata diante de sua capacidade individual de investimento de capital, estando constantemente sujeito às mudanças da concorrência e tentando perceber em alguns vislumbres ou lampejos a melhor maneira de se colocar acima na capacidade de apropriação da mais-valia socialmente produzida. A legibilidade das imagens está vinculada a uma ponte entre o tempo do ocorrido e o agora. A relação entre aparência e essência no capital é fundamental, não no sentido de encontrar um fundamento essencial, trans histórico e

ôntico no próprio movimento da forma, mas para compreendê-la em suas *formas de apresentação e representação* (GRESPLAN, 2019), pois a própria reprodução ampliada do capital é a reprodução de sua aparência de autonomia – de todas as partes que o compõem e que estão cindidas do seu movimento interno – materializada na sua expansão espacial contínua e em sua atual crise. Nada expressa isso de maneira mais evidente que a capacidade do dinheiro – como representação do capital – de se transformar em mais dinheiro com uma promessa futura, que fica cada vez mais distante e improvável, de equiparar o montante de dinheiro representado valor e o processo real de valorização do valor, sendo responsável pela simulação de um processo de acumulação e a formação de bolhas através do desacoplamento entre dinheiro e produção real. Ou seja, esse processo de acumulação simulada deixa rastro reais de violência e destruição. Este processo também se refere a noção de individualismo metodológico, que pretende superar a transposição de elementos residuais em outras formações sociais como comuns ou similares a seu aparecimento na sociedade moderna.

O apego de Marx à “metafísica do progresso de Hegel” e sua “ideia de uma ‘unidade do lógico e do histórico’ como desenvolvimento trans histórico do valor” (KURZ, 2014, p. 56), tomada como “apogeu provisório” dessas formas num movimento evolutivo é um dos elementos em comum dos escritos benjaminianos e do individualismo metodológico. Este pretende explicitar os limites históricos do capital e de suas formas, posto que assim como tais formas possuem uma origem que precedem a totalidade concreta do capital; são também formas desenvolvidas por processos historicamente circunscritos à modernidade capitalista, não cabendo procurar vínculos supra-históricos entre o trabalho e formas de atividade anteriores. Para isso

aparecem elementos que existiam em outras formações sociais e que aparentam manter-se, pois possuem denominações e alguns sentidos comuns, mas seu papel e a lógica que os organiza é alterada. Não à toa Benjamin aponta a importância da teologia e da filologia (BENJAMIN, 2009, p. 503) no estudo da modernidade, considerando o universo das aparências e representações e dos resíduos e relocalizações de termos anteriores vestidos e revestidos de sentidos outros, posto que as imagens dialéticas são encontradas na linguagem (BENJAMIN, 2009, p. 504). Tal concepção ultrapassa a constituição etimológica, pois é responsável por embasar interpretações lineares e isentas de ruptura. Isso vale para as inúmeras análises do marxismo tradicional, cujas mudanças de forma do valor e da troca são expressões de sucessões históricas, tratando o primeiro capítulo d'*O capital* como uma espécie de pré-história do capitalismo. No entanto:

Se a cada passo lógico da análise da forma do valor corresponder uma <forma objectiva de existência> histórica própria e uma <forma objectiva de pensamento>, então também podemos falar de uma <forma de acção> prática – é Haug, precisamente, quem, no seu entendimento <praxeológico>, chama insistentemente a atenção para este ponto. Assim, da sucessão lógica ou desenvolvimento sequencial, das <formas embrionárias> do capital resultariam outras tantas formas de acção lógica que, na prática, se podem isolar como fenômenos independentes. Com efeito, uma forma de acção pode ser observada isoladamente e, por assim dizer, escalpelizada sem que se tenha em conta, em simultâneo, contexto social e histórico, que é o único em que existe. Estamos, pois, perante um aspecto do modo de proceder teórico designado por <individualismo metodológico>, o qual é própria da filosofia e das ciências burguesas no seu todo e, de modo especial, da economia (KURZ, 2014, p. 55).

Esse modo teórico de proceder próprio da subjetividade e da ciência moderna tem um papel central na ilusão de controle e capacidade de interferência das partes do capital no movimento de seu todo, pois:

Nesta medida, o individualismo metodológico consiste, no essencial, em pretender expor e explicar uma lógica abrangente e determinante para um todo com base no caso individual e isolado, que então figura como <modelo>, entendendo-se como tal não apenas ações individuais definidas como <fundamentais>, mas também formas estruturais, designadas por <embrionárias>, ou partes elementares tratadas como algo idealmente individual (KURZ, 2014, p. 55).

O problema central, que pode ser visto de forma extensa em diferentes campos de pesquisa, nos escritos de Kurz é a transformação do dinheiro nas diferentes sociedades e no próprio capital.

A crítica ao individualismo metodológico é uma crítica à concepção modelar própria às ciências, na qual uma “lógica isolável, que pode ser representada com recurso ao caso individual, <existe> independentemente do seu grau de determinação de um todo” (KURZ, 2014, p.59). Se partirmos de uma compreensão dialética do mundo e sua realidade “a lógica de uma forma de relação só <existe> a partir do momento em que já determina, em grande medida, um todo”, ou seja, “o caso individual deve derivar da lógica deste todo e, assim sendo, não fornece – agora mais do que nunca – nenhum <modelo>, visto que o todo possui uma qualidade própria, a determinante” (KURZ, 2014, p. 59). Portanto, “uma parte ou um momento, ao surgirem de modo aparentemente idêntico ou similar em situações históricas diversas e sem a qualidade específica do todo, nunca possam ser identificados como lógica idêntica do elemento individual” (KURZ, 2014, p. 59). Isto implica que tanto a mercadoria,

o dinheiro – como forma específica e especial de mercadoria – como o valor são elementos indissociáveis da forma social capitalista, mesmo que haja algum tipo de troca comercial anterior à generalização do capital. O mesmo vale para o dinheiro, item presente em formações sociais diversas, mas com um papel diverso e, em geral, contingente e sempre nas bordas das sociedades. Dessa maneira:

voltamos inevitavelmente ao problema do individualismo metodológico, agora na sua dimensão histórica. A acção ou forma elementar individual, supostamente <ideal-típica>, é considerada independentemente da sua constituição por um todo social de âmbito muito mais alargado, o que, no que respeita quer ao contexto de mediação contemporâneo quer ao significado na história, conduz a uma definição errônea, assente na lógica da identidade. O problema de fundo consiste, pois, no facto de o <dinheiro> ser definido, primeiramente, como uma categoria isolada e, em segundo lugar, de forma conexas, como uma categoria sempre igual, mesmo em circunstâncias históricas muito diversas, residindo a única diferença, supostamente, no grau de <desenvolvimento>. É nisto, precisamente, que se revela o aspecto genético-histórico do individualismo metodológico: as categorias são entendidas com base no decurso de uma acção isolada e de um modo estrutural e historicamente <descontextualizado>, ou seja, errôneo (KURZ, 2014, p. 58).

As interpretações da história como processo contínuo de desenvolvimento podem caminhar na direcção da extrapolação dessa *forma nicho* (KURZ, 2014) do dinheiro – que pode aparecer em outras formações sociais – como um momento pré-histórico da actualidade e invariante quanto à sua forma de ser e funcionar, modificado apenas de maneira externa por meio das superestruturas sociais. Tudo isso leva as análises para uma naturalização do trabalho, do valor e dos produtos do trabalho – as mercadorias – como invariantes formais e

variáveis historicamente por meio dos arranjos externos de poder e exploração, transformando o “poder” e a “luta de classes” nos motores que modificam e conformam as diferenças de recortes diversos feitos na história das civilizações humanas. Além disso, o problema do individualismo metodológico implica numa má compreensão acerca da crise e dos próprios limites internos do capital, pois:

o capital é, portanto, o objecto autonomizado da acção fetichista dos sujeitos, que apenas por isso são, e nesta autonomização inverte-se a relação ideologicamente suposta: não é o objecto que é trabalhado pelos sujeitos; pelo contrário, é a estes próprios que ele <trabalha>, e é exactamente por isso que se torna o <sujeito automático>, do qual os sujeitos funcionais empíricos apenas são os objectos. A intencionalidade <livre> no plano micro converte-se num exercício mecânico da objectividade no plano macro, por um lado, e num modo irracional de reagir (ideologia) a este processo e aos seus resultados, por outro. Nesta inversão estão necessariamente lançadas as bases da crise, uma vez que o <sujeito automático> nem pensa nem age enquanto tal, não sendo outra coisa senão a forma cega que se encontra *a priori* na base da acção humana; mais concretamente, é a forma de um movimento, de um processo dinâmico a que a concorrência universal intrínseca a essa forma obriga. Não é apenas o resultado empírico, mas a lógica interna da acção que, na sua autonomização reificada face aos agentes, se desenvolve como um poder transcendental próprio que lhes deve parecer uma fatalidade (KURZ, 2014, p. 237).

A relação entre a forma social fundamental e a totalidade concreta é imanentemente crítica, o que nos indica a necessidade de formular a relação de produção e reprodução do capital como uma série de momentos descompassados e negativos entre si, movidos sempre pela força contraditória do processo de generalização do capital global até o momento onde se encontra como um limite objetivo construído às costas do sujeito automático e do indivíduos,

que vem a crise e o colapso da modernização como **fatalidade** ou força sobrenaturais. Isso encaminha a parte final de nossa argumentação, buscando compreender a relação disso com a maneira como podemos pesquisar tendo em vista esse panorama crítico e quais as implicações desse processo para a dinâmica de articulação dessas escalas. Nos termos da teoria do valor-dissociação, qual a importância das dinâmicas internas de cada escala em sua mobilização pela forma social e consequências no tecido da totalidade concreta. O que podemos ver a partir de certos pontos dessa constelação?

Totalidade concreta em constelação e o desenvolvimento desigual da crise

O capital desenvolve suas próprias formas de tempo e espaço, historicamente determinados pelas necessidades materiais de reprodução contraditória ampliada. Isso significa que as diferentes formas particulares são, de fato, peculiares. No entanto:

Se o que define a essência (negativa) das particularidades da sociabilidade capitalista é o movimento histórico da mediação social como totalidade, que só pode ser acessada por meio de suas partes (as quais assim contêm aquela), a formulação radicalmente crítica deve, assim, mediar tanto a determinação atual da forma social como simulação de valorização do valor pelo capital fictício (em seu momento de determinação pela inflação dos títulos de propriedade formando as bolhas financeiras), quanto aquilo que a própria particularidade em sua forma expressa (PITTA, 2020, p. 105).

Significa, portanto, que a compreensão espacial do capital passa pela relação entre o *desenvolvimento desigual* (SMITH, 1988)

do capitalismo, onde a dinâmica entre diferenciação e equalização não se reflete somente na produção do espaço, mas no movimento contínuo do capital que se expande interna e externamente até seus limites e sua crise. Ou seja, a expansão espacial da forma social é a expansão de sua crise após o colapso. Não é possível nos remeter as diferentes sociedades e Estados nacionais através de chaves tradicionais como atraso e moderno ou desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois estas expõem uma concepção evolutiva da história do capital – e também da própria humanidade – que desconsidera o fundamento contraditório da forma social e sua imanente crise. Esse é o pano de fundo da elaboração de Neil Smith. Entretanto, apesar de sua relevância e pertinência em descrever como o capital se consolidou **apesar** e **através** dessas diferenças culturais e sociais, há que se considerar que o âmbito da reprodução ampliada e global do capital é a constituição de uma totalidade concreta articulada pelo *valor-dissociação* e, portanto, produzida por uma forma social contraditória que em sua tentativa de alcançar todos os momentos da reprodução social produz formas separadas – e autonomizadas – que a reproduzem, mesmo que **pareçam** completamente dissociadas do processo de valorização do valor. O recurso a constelação de Benjamin e suas imagens dialéticas se refere a uma tentativa de reconhecer os limites do próprio conhecimento, pois estamos diante de um processo contínuo de fetichização das relações sociais. A autonomia das formas de representação do capital se aprofundou de tal maneira que um desses momentos é capaz de simular o processo de acumulação que já se esgotou.

Esse processo de desmantelamento social, de contínua reprodução das formas fetichistas de dominação abstrata é muito

mais amplo, pois não se expande somente de maneira “interna” - nos termos do valor ou de sua promessa futura – mas também de maneira “externa” – por meio dos elementos dissociados do valor que constituem o patriarcado capitalista. Em seus termos, a passagem do fordismo para a forma flexível de produção impõe também uma nova forma de articulação dessa relação de gênero:

No pós-fordismo, com a revolução microeletrônica e os processos de globalização, estes próprios desdobramentos da relação do valor-dissociação, as instituições da família e do trabalho remunerado se dissolvem. [...] As relações de gênero no patriarcado capitalista asselvajam-se de verdade. O homem como ganha-pão da família e a mulher como dona de casa tornam-se obsoletos. As relações de gênero são agora aparentemente individualizadas, as mulheres são “duplamente socializadas” (cf. Regina Becker-Schmidt), isto é, são igualmente responsáveis pela família e pela profissão, mesmo se agora são liquidados os trabalhos de reprodução cada vez mais profissionalizados, por sua vez também por mulheres. Os homens “são transformados em donas de casa” (cf. von Werlhof), na medida em que se movem em relações de emprego precárias. Tendencialmente **manifestam-se também no “Primeiro Mundo” relações que conhecemos das favelas dos países do “Terceiro Mundo”**. As mulheres educam os filhos com a ajuda de familiares mulheres e de vizinhas, os homens vêm e vão, sendo amiúde também sustentados pelas mulheres. [...] As mulheres têm agora de reproduzir uma sociedade que de fato já não pode ser reproduzida, na decadência do patriarcado capitalista, sendo que os homens, com a tendência a “tornarem-se donas de casa”, frequentemente se desresponsabilizam. **Nisto a situação das mulheres no Terceiro Mundo ou na Europa de Leste apresenta-se sem dúvida mais dramática do que na Alemanha** (SCHOLZ, 2019, p. 138-139).

Aqui emerge a concepção de escala da crise, com uma espécie de modernização retardatária às avessas, onde não se trata mais de

alcançar o centro, mas perceber os processos diferenciais de crise, tendo em vista que o futuro é aquele antes tratado por atraso. E o valor-dissociação é um par dialético fundamental para compreender o processo de produção e reprodução dessas relações, pois “desde o início constituiu o todo fetichista e o ‘movimento em si’, justamente porque a dissociação do feminino é simultaneamente exterior à relação de valor (de mais-valia)” (SCHOLZ, 2019, p. 139).

Um dos problemas desse processo que estamos descrevendo, qual seja, a transposição de elementos da modernização para um campo etéreo e idealista é o tratamento, na tradição do pensamento geográfico, aos elementos naturais na organização do espaço e dos fatores locacionais fundamentais,

O princípio da vantagem natural, a que aderiram os geógrafos comerciais e regionais tradicionais, afirma explicar mais do que faz de fato. No final, tais explicações da concentração e da centralização econômica são somente meias-verdades. Elas podem explicar adequadamente, e, geralmente o fazem, o desenvolvimento inicial num certo lugar, mas de modo algum explicam a quantidade ou a qualidade do desenvolvimento subsequente. A realidade atual da cidade de Nova Iorque, um símbolo impressionante da produtividade da atividade humana, desde há muito tempo superou qualquer explicação naturalística baseada na estrutura rochosa ou na acessibilidade física. Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois

as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores (SMITH, 1988, p. 157).

Adentramos, aqui, no imbróglio entre espaço e tempo no capitalismo. A consolidação de uma ideia de progresso está alinhada com concepções de tempo e espaço homogêneas. Por isso, não é possível retomar o colonialismo ou a acumulação primitiva, bem como superar uma condição de atraso cuja referência deixou de existir, ou ainda, nunca existiu realmente se considerarmos a forma simultânea de desenvolvimento do capitalismo no centro e na periferia. Temos uma articulação específica entre uma modernização que atingiu seu limite – como é o caso da ilusão da perpetuação do Estado de bem-estar na Europa – e uma modernização retardatária, cuja chegada é dada pelo desmantelamento do centro e não pela ascensão da periferia aos céus da modernidade. Se considerarmos a realidade brasileira, nação forjada e imaginada a partir da sensação de que há um futuro melhor por vir, o que seria um sinônimo da saída do **atraso em direção ao moderno**, algo que já estava traçado para ocorrer na próxima curva com “o país do futuro”; tal interpretação é produzida pela contradição entre diferenciação e equalização na produção do espaço, onde:

as tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização determinam a produção capitalista do espaço. Em ação, essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 149).

Trata-se de um movimento dialético entre a generalização da forma de produção e circulação do capital, que demanda e constrói elementos comuns e presentes em todos os lugares, como o

assalariamento, a liberdade jurídica de compra e venda e a propriedade privada; e a divisão territorial do trabalho, produzindo diferenças espaciais profundas em níveis multiescalares que podem ser exemplificadas pela cisão cidade-campo, as diferenças regionais dentro dos estados nacionais e a própria escala mundial das diferenças nacionais. Ao se espalhar e produzir uma sociedade com cada vez mais similaridades e padrões nos termos da economia política e com enormes disparidades socioespaciais, o *desenvolvimento desigual* aparece como base de partida para compreender as mudanças no capitalismo no século XX, especificamente, suas características dos anos 1970 em diante. Entretanto, Smith incorre em problemas similares aos apresentados pela compreensão de Milton Santos, na qual a rede articulada de escalas só pode ser observada como consequência de um processo causal de expansão deliberada dos interesses do capitalismo central, desmantelando uma análise radical acerca desse processo. Trata-se, em última instância, de uma reedição do imperialismo diante do capitalismo financeirizado e especulativo nos mesmos termos de Ruy Moreira. Consideramos que tal elaboração possui dois importantes problemas.

O primeiro se refere a própria concepção de escala, apresentada no pensamento geográfico como ponto de partida de uma pesquisa ou mesmo um “recorte” espacial na tentativa de delimitar um fenômeno. Assim, ao tratar de assuntos referentes ao planejamento urbano de uma região metropolitana ou a poluição de uma bacia hidrográfica nos vemos diante deste entalhe espacial que impede qualquer compreensão mais ampla dos processos. Ainda que exista essa preocupação e esforço no processo de pesquisa estamos diante de tentativas de traçar simples nexos causais que explicitem

como aquilo a ser estudado ocorreu. Não se trata de traçar uma simples correlação entre o mercado financeiro internacional e o interesse nos patamares de renda da terra urbana em uma área metropolitana, mas de compreender que tudo aquilo que delimita os esforços de capitais locais, dos governos municipais e da sociedade civil envolvida pelo processo de *dessubstancialização do capital* e, portanto, a tentativa de explicar um fenômeno de forma hermética e autorreferente somente irá reforçar o individualismo metodológico e a impossibilidade de compreender a realidade em sua contraditória complexidade. Como demonstrou Pitta em sua extensa e profícua elaboração sobre a crise brasileira “a determinação da simulação de acumulação capitalista pelo capital fictício e constituição dos mercados de securitização de dívidas e dos mercados secundários, [...] passam a determinar a própria produção, troca e consumo das mercadorias” (PITTA, 2020, p. 109). Dessa maneira, o que aparece como crescimento econômico no Brasil no início do século XXI foi “uma simulação fictícia de acumulação capitalista [...]. Esta apareceu como crescimento econômico e foi entendida como valorização produtiva de valor” (PITTA, 2020, p. 115). Esse movimento, no qual o dinheiro circulante simula um capital para movimentar o processo de produção de mercadorias, produz também uma corrida na direção de títulos de propriedade, sejam eles *commodities* vendidas nos mercados de futuro, dívidas públicas securitizadas ou derivativos oriundos da securitização do mercado imobiliário – caso da crise de 2008 nos EUA descrita por Anselmo Alfredo (2010) – produzindo uma *bolha* (PITTA, 2020) que simula por um período limitado um processo real de valorização. Portanto,

As formulações acerca do atraso da economia brasileira em relação ao nível de produtividade do

capitalismo mundial [...] continuam apegadas a um paradigma modernizador, processo mesmo que conduziu ao momento de crise das categorias do capital e ao aprofundamento da contradição capital (dinheiro e meios de produção) e trabalho (valor) a um patamar histórico único. Mesmo que seja possível argumentar que em relação a alguns setores produtores de mercadoria o Brasil perca na concorrência em relação ao nível de produtividade de outros países e setores, isso não quer dizer de forma alguma que o aumento da composição orgânica dos capitais, no que diz respeito à própria economia brasileira, não tenha determinado a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo de valor, dessubstancialização e crise do trabalho nacionalmente falando. Nenhuma defesa de uma suposta continuidade dos processos de desenvolvimento das forças produtivas e da modernização, seja para fazer o Brasil superar supostas diferenças nos patamares de desenvolvimento das forças produtivas de seus capitais na concorrência internacional, seja para garantir a distribuição dos meios de produção para os trabalhadores por meio do socialismo, lidaria com os fundamentos do processo que descrevemos até aqui, a saber, o de uma simulação fictícia de acumulação capitalista no Brasil no século XXI. Esta apareceu como crescimento econômico e foi entendida como valorização produtiva de valor pela totalidade dos autores que apresentamos anteriormente, simulação que é momento da mediação do Brasil na crise fundamental do capital em razão da crise do trabalho (presente no capitalismo brasileiro e mundial), crise esta desdobrada dos próprios processos de desenvolvimento das forças produtivas inexoráveis e imanentes à própria sociabilidade capitalista (PITTA, 2020, p. 114-115).

O processo de endividamento generalizado – tanto dos Estados como dos capitais privados – deve ser compreendido no interior dessas mudanças ocorridas, reflexos do próprio desenvolvimento contraditório do capital. O período após a Segunda Guerra mundial foi um momento de expansão do capitalismo em todos os sentidos possíveis, atingindo todo o globo e explicitando a

desigualdade latente entre diversos lugares e setores da economia agora mundial. Essa desigualdade acelerará drasticamente após os anos 1980, espalhando pobreza e superconcentração de renda por todo planeta. Assim, apesar do movimento geral do capital produzir uma tendência de queda dos lucros que é constantemente combatida por elementos diversos no interior do processo produtivo, a possibilidade de hipotecar lucros, salários e impostos futuros se tornou uma solução momentânea – e que se mostrou impossível – para um problema em ascensão. Portanto, estudar a particularidade implicar em movê-la em direção a mediação com o processo global de crise da forma social.

Considerações Finais

Nossa pretensão era apresentar a necessidade de mediação entre forma social e totalidade concreta para compreender mais e melhor os processos particulares. Essa multiescalaridade, apresentada aqui pela constelação benjaminiana, nos auxilia a destrinchar o movimento global da crise do capital que se articula de forma diferencial com as partes diversas dessa totalidade fragmentada. Trata-se, portanto, de um constante movimento de mediação, cujo esforço implica reconhecer os limites de ação de cada sujeito particular, de cada capital individual, e de cada forma autonomizada de representação do capital, buscando os indícios e vislumbres. A forma social passa às costas dos sujeitos e das escalas particulares. Assim, no momento de crise fundamental dessa forma social o desmantelamento da totalidade concreto não se refere simplesmente a processos particulares, mas sim sua relação com o valor-dissociação em crise. Portanto, não há desenvolvimento desigual após os anos 1970. Não se trata mais de desenvolvimento,

atraso ou modern(o)ização. A crise do capital, que continua a se mover por meio do *capital fictício* e da simulação de acumulação baseada na inflação dos títulos de propriedade (KURZ, 2020) oblitera o processo de acumulação e generaliza a crise do trabalho e o colapso das formas modernas de organização estatal e representação. Compreender a totalidade concreta da crise do capital passa pelo reconhecimento dos limites do particular ao apontar os contatos entre suas dinâmicas e a *dessubstancialização do capital* e o colapso da modernização.

Referências bibliográficas

ALFREDO, A. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Revista Terra Livre*. Ano 26, v. 1, n. 34. São Paulo. 2010.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo. Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

GRESPLAN, J. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo. Boitempo. 2019.

KURZ, R. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo. Paz e Terra. 6ª edição. 2004.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Janeiro-Junho, 2019

_____. *Fim da economia nacional*. 1999. Tradução de André Villar Gomez. 2018. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz430.htm>>

_____. *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa. Antígona. 2014.

LEFEBVRE, H. *Critique of Everyday Life*. One Volume Edition. Londres. Verso. 1991/2014.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política – Livro I/II/III*. São Paulo. Boitempo. 1890/2013 – 1885/2014 – 1893/2017.

_____ *Grundrisse*. São Paulo. Boitempo. 2017.

MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro. Consequência. 2019.

MOREIRA, R. *A geografia do espaço-mundo. Conflitos e superações no espaço do capital*. Rio de Janeiro. Consequência. 2016.

PITTA, F. O Crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Revista Sinal de Menos*. Ano 11, n. 14, vol. 1, 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. Edusp. 4ª edição, 7ª reimpressão. 2012.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre sexos. *Revista Krisis*, n. 12, 1992, p. 19-52. Tradução de José Marcos Macedo, 06/1996. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>

_____ *Homo sacer e os ciganos. O Anticiganismo – Reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno. EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, 4/2007*. Tradução de Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e Virgínia Freitas, 12/2007. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz7.htm>

_____ Forma Social e Totalidade Concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje. *Revista EXIT!*, n° 6 (2009). Tradução de Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra, 05/2010. Disponível em <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm>

_____ *Cristóvão Colombo forever? - para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. 2019

Submetido em: 10 de maio de 2020.

Devolvido para revisão em: 06 de junho de 2020.

Aprovado em: 19 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

COELHO, Thiago Teixeira da Cunha. Notas sobre a constelação multiescalar da totalidade concreta da crise do capital. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 69-115, jan.-jun./2020.

**TRAMAS E PERSPECTIVAS DOS
ESTUDOS VISUAIS NA GEOGRAFIA
CULTURAL: PAISAGENS,
SENSIBILIDADES E OLHARES**

*STORYLINES AND PERSPECTIVES OF
VISUAL STUDIES IN CULTURAL
GEOGRAPHY: LANDSCAPES,
SENSIBILITIES AND PERCEPTIONS*

*TRAMES ET PERSPECTIVES DE L'ÉTUDES
VISUELLES EN GÉOGRAPHIE
CULTURELLE: PAYSAGES, SENSIBILITÉ
ET REGARDES*

JÉSSICA SOARES DE FREITAS

Universidade Federal de Goiás (UFG) –
Goiânia/GO.

E-mail: jessicasoaresfreitas@gmail.com

**CARLOS ROBERTO BERNARDES DE SOUZA
JÚNIOR**

Universidade Federal de Goiás (UFG) –
Goiânia/GO.

E-mail: carlosroberto2094@gmail.com

Resumo: No mundo contemporâneo, onde as imagens possuem distintos significados e percepções, seus estudos pela via da Geografia Cultural ficam cada vez mais necessários. Compreender as sensibilidades inerentes às diferentes espacialidades do sujeito se faz central para analisar as paisagens e imagens que estão presentes em diferentes perspectivas. Dessa forma, o presente artigo permite analisar como a virada visual, ocorrida na década de 1990, impacta a ciência geográfica e, principalmente a Geografia Cultural. Tendo como norte a categoria paisagem, analisar-se-á a importância das visualidades em conjunção com a Geografia. Por meio da intersecção entre as variadas nuances e possibilidades para as vivências na paisagem, consideram-se as potencialidades teórico-conceituais presentes na aproximação entre Estudos Visuais e Geografia.

Palavras-chave: virada visual, geografia cultural, vivências espaciais, paisagem, imagens.

Abstract: In the contemporary world, where images have distinct meanings and perceptions, their studies through Cultural Geography are increasingly necessary. Understanding the sensitivities inherent to the different spatialities of the subject is central to explore the landscapes and images that are present in different perspectives. Thus, this article allows exploring how the visual turn, which occurred in the 1990s, impacts geographic science and, especially cultural geography. It analyses the importance of visuality in Geography with the concept of landscape as a north. Through the intersection between the varied nuances and possibilities for the experiences in the landscape, the theoretical-conceptual potentialities present in the approximation between Visual Studies and Geography are considered.

Keywords: visual turn, cultural geography, spatial experiences, landscape, images.

Resumè : Dans le monde contemporain où les images ont des significats et perceptions distinctes, ces études pour le Géographie Culturelle sont plus nécessaires. Comprendre les sensibilités inhérentes aux différentes spatialités de chaque sujet est centrale pour l'analyse des paysages et images coprésents à chaque différente perspective. De cette façon, cet article permettre analyser comme la tourne visuelle de l'années 1990 ont impacté la science géographique, particulièrement le Géographie Culturelle. L'importance de la visualité à la Géographie est interprétée avec le nord du concept de paysage. A la intersectionnalité des variables nuances et possibilités des paysages vivants, on considère les potentialités théoriques et conceptuelles qui peut émerger dans l'approximation entre Études Visuelles et Géographie.

Mots-clés: tourne visuelle, géographie culturelle, expériences spatiales, paysage, images.

Apontamentos iniciais

Em um mundo inundado por imagens, entender a cultura visual, e, por consequência, suas teorias, fica cada vez mais urgente em todos os âmbitos das ciências humanas. Nesse sentido, é preciso, na Geografia, na condição de área do conhecimento que estuda e

entende o espaço se pensar nas visualidades nele inerentes. Ainda que muito tenha sido refletido sobre a imagética cartográfica, persiste um amplo espaço para debates de outras visualidades.

Considerando que a cultura visual é um campo de pesquisa cujos fundamentos se baseiam nas temporalidades recentes (MITCHELL, 2006), é necessário pensar em uma Geografia que abarque tais princípios. Ela deve comportar os ângulos da contemporaneidade, em especial das diferenças. Diferentes representações e imaginários podem ofertar importantes maneiras de rever conceitos e categorias dos estudos geográficos.

Além disso, é importante compreender que é a Geografia, como um todo, que têm como papel compreender como as visibilidades compõe o espaço (GOMES, 2013). Em meio às essas problemáticas, a Geografia Cultural tem, desde a década de 1970, contribuído para essas discussões de forma a rever os conceitos de ‘natureza’ e ‘cultura’ de modo a debater as paisagens e as novas formas de espacialidades (ALMEIDA, 2013) inerentes, também, ao debate da Cultura Visual.

Nesse âmbito, a categoria da paisagem se revela como fundamental para colaboração em ambas partes. A considerar que paisagem não é totalizante, mas composta por diferentes temporalidades, espacialidades e objetos (SERPA, 2013), o olhar é primordial para sua constituição enquanto mosaico. É pela perspectiva dessa categoria que também pode-se pensar em sobreposições, temporalidades e sensibilidades expressas visualmente a entender que o olhar não é apenas o *ver*, mas é, principalmente, o *sentir*.

Cultura visual, se torna fundamental para se desvelar o conceito de paisagem no âmbito da Geografia Cultural. Dessa forma,

objetiva-se problematizar a virada pictórica na Geografia e sua colaboração para estudos visuais nessa ciência. Também propõe-se decifrar as possibilidades dessa virada para interpretações futuras. Considera-se particularmente a expressividade de sua introjeção entre os geógrafos anglo-saxões envolvidos no *(re)torno criativo da geografia* (TOLIA-KELLY, 2012; HAWKINS, 2015; ESHUN; MADGE, 2016).

Esse ensaio se configura em duas partes, sendo a primeira intitulada *Geografias da visualidade ou visualidades geográficas?*, em que debater-se-á acerca das visualidades na Geografia e como a temática é abordada entre os geógrafos, em destaque os culturais; e a segunda *Tramas entre visualidades e Paisagens nas geografias criativas* onde haverá a discussão de como os estudos de cultura visual influenciam a Geografia Cultural e podem colaborar para a construção da paisagem na condição de categoria analítica.

Geografias da visualidade ou visualidades geográficas?

A geografia, desde sua concepção e formulação como ciência moderna é produtora de imagens (GOMES, 2010; 2013). As representações cartográficas ocuparam um papel central no desenvolvimento da disciplina. Entre as geografias colonialistas, de velas ‘desfraldadas’ (DARDEL, 2011), eram fundamentais os esboços, desenhos, croquis e mapas. Ainda que muitas vezes com fins ilustrativos, eles formaram uma importante base pela qual a geografia científica de base Europeia se desenvolveu.

Como pondera Cosgrove (2008, p.15), “Geography (*geographia*) has always entailed making and interpreting images”¹. Na

¹ “A Geografia (*geo-graphia*) sempre esteve entrelaçada à criação e interpretação imagens.” (COSGROVE, 2008, p. 15, tradução livre).

condição de disciplina tradicionalmente envolvida com mapas e representações do mundo por meio da cartografia, tem, na imagem uma importante ferramenta. Contudo, no que concerne à sua capacidade de interpretação de imagens, Hawkins problematiza que:

While geographers have long been image-makers, it is perhaps fair to say we have yet to see a comprehensive practice of image-making being brought to geography as a conceptual form. While the discipline clearly has an evolving valorization of the visual, as yet geographers are perhaps less conceptually skilled with images than they are with words (HAWKINS, 2015, p. 252).²

Mais que desenvolver práticas que concernam à produção das imagens, ainda é fundamental desenvolver conceitos que possam colaborar na própria interpretação e criação de visualidades geográficas. Se as “imagens podem funcionar como teorias sobre o mundo” (ELKINS, 2011, p.29), sua construção como formas explicativas ou analíticas em contexto científico corrobora para um maior aprofundamento no entendimento das cotidianidades do sujeito principalmente em tempos de *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*.

No entanto, as imagens não se dão apenas em contexto visual, a audição, olfato, tato e mesmo o paladar também fazem parte da cultura visual. Ao entender o apelo que se tem uma foto de café da manhã posta no *Instagram*, por exemplo, identifica-se que as visualidades estão para além da visão, elas aludem a outros sentidos que são acionados imaginativamente. Destarte, um dos fatores

² “Enquanto geógrafos sempre foram criadores de imagens, é provavelmente justo dizer que nós ainda temos que ver uma prática compreensiva de criação de imagens ser conceptualizada na geografia. Enquanto a disciplina nitidamente tem uma crescente valorização do visual, geógrafos ainda são, provavelmente, menos conceitualmente hábeis com imagens do que com palavras.” (HAWKINS, 2015, p. 252, tradução livre).

importantes que os sujeitos revelam é o uso da imaginação e memória.

Em artigo seminal, Wright (1947, p. 7) evocou que: “the imagination not only projects itself into *terrae incognitae* and suggests routes for us to follow, but also plays upon those things that we discover and out of them makes imaginative conceptions which we seek to share with others”³. Cabia aos geógrafos entender, em suas diferentes escalas, as terras *incógnitas*, desconhecidas da *cartografia cartesiana formal* (WRIGHT, 1947).

Por meio da preocupação com as geografias imaginativas produzidas pelo cotidiano dos sujeitos, é possível entender como os mundos vividos emergem como potencializadores da espacialização da ação humana. A proposição de Wright (1947) ecoou entre a abordagem Cultural da disciplina de modo a permitir que Cosgrove afirme, anos posteriormente, que *se deve* enfatizar “imaginação como elemento central no trabalho da geografia cultural” (COSGROVE, 2012, p. 107).

Recentemente, a questão imagética nesse campo do conhecimento demonstra força com estudos fílmicos e de clipes musicais, extrapolando a tradição em estudos culturais de festividades populares e do cotidiano (ALMEIDA, 2013). As novas tecnologias também possibilitaram uma nova abordagem para os estudos geográficos de forma a propositar outros horizontes (FREITAS, 2017).

Entender a Cultura Visual, é primordial para fundamentar as análises geográficas nesse campo do conhecimento. Monteiro

³ “A imaginação não apenas se projeta em *terrae incognitae* e sugere rotas para seguirmos, mas também joga com as coisas que nós descobrimos e faz delas concepções imaginativas que buscamos compartilhar com os outros.” (WRIGHT, 1947, p. 7, tradução livre).

(2008), por exemplo, aborda que o termo cultura visual, além de englobar diferentes maneiras de representação (artes visuais, cinema e televisão, entre outros), atinge também “áreas em que, em geral, não se tende a pensar em cultura visual – as ciências, a justiça, a medicina, por exemplo. A cultura visual se ocupa da diversidade do universo de imagens.” (MONTEIRO, 2008, p. 131). Ao mesmo passo, sublinha-se que as visualidades sempre estiveram inerentes ao desenvolvimento das mesmas. Dessa forma, é importante destacar que, “cultural geography as a subdiscipline is very good at thinking about the cultural politics of images, and particularly images of places; exploring the implicit power relations of representations of places is its bread and butter”⁴ (ROSE, 2016, p. 1). As imagens na Geografia Cultural revelam cruciais como meio de mostrar as representações de lugares nas paisagens do cinema, vídeos, series, livros e música.

Para os dois últimos, a imaginação é primordial para a compreensão das imagens para além do campo visual restrito e, a mesma opera de forma a utilizar outros sentidos. As imagens compostas pelas músicas, literatura e outras formas de arte que não necessariamente se utilizam de *imagens*, se compõem a partir dos demais sentidos. Ao se ler *As Crônicas de Nárnia*, por exemplo, o imaginário se dispõe da memória olfativa pela qual e entende-se o inebriante cheiro do chá oferecido pelo Fauno. Dessa forma, compreende-se que o imaginário é composto de várias camadas que depende não apenas do *ver*, mas do *sentir* e do *criar*.

⁴ “Como subdisciplina, a geografia cultural é muito boa em pensar sobre as políticas culturais das imagens e particularmente sobre as imagens de lugares; explorar as relações de poder implícitas às representações dos lugares é seu ganha-pão” (ROSE, 2016, p. 1, tradução livre).

Outrossim, geograficamente, como pondera Cosgrove (1998A; 2012), é por meio da capacidade criativa de formulação de imagens que os sujeitos espacializam desejos, vontades e angústias. Destarte, compõe-se que explorar esse campo imagético possibilita entender as paisagens em sua diversidade e diferenças.

Conforme Moraes (2014, p. 33), a Geografia Cultural é “dedicada a análise e reflexão sobre a relação entre o espaço, o *imaginário* e as *representações*, o que envolve uma interlocução com várias disciplinas: desde a antropologia e a sociologia até a semiologia e a psicologia social”. Seus aspectos multidisciplinares corroboram para a análise de temáticas para além do espaço fechado e denso das geografias cartesianas.

Para tanto, o esforço dado pelos geógrafos culturais se respalda no princípio de que o conhecimento geográfico possui o desígnio de entender os signos entre os sujeitos e o espaço (DARDEL, 2011). Mesmo que tais concepções, na atualidade, estejam presentes nesse campo de estudo, persistem alguns campos de resistência entre áreas tradicionais da Geografia.

Além disso, é importante destaque que, conforme Tuan, (2004, p. 729), “Cultural Geography, in the last thirty years or so, has penetrated interior space and learned how to cope with personal relationships, thanks, in part, to humanist and feminist scholarship.”⁵. As geografias feministas, representadas principalmente por Linda McDowell e Doreen Massey – ambas influenciadas por Judith Butler –, compuseram importante caminho

⁵ “A Geografia Cultural, nos últimos 30 anos, penetrou o espaço interno e aprendeu como lidar com relações pessoais, graças, em parte, às escolas de pensamento humanista e feminista.” (TUAN, 2004, p. 729, tradução livre).

para pensar as visualidades hegemônicas como elementos de exclusão geográfica.

Um dos legados mais relevantes dessa abordagem foi o reconhecimento da prática pesquisa como processo de empoderamento dos próprios sujeitos (RODAWAY, 2006). Pela abordagem centrada nos sujeitos, as metodologias da Geografia Cultural permitem compreender o conhecimento enquanto produto de uma partilha, de uma troca constante em que *se deve* descolonizar os autoritarismos cartesianos (AZEVEDO, 2007).

A introdução das categorias de gênero, sexualidade e etnia na Geografia por meio da abordagem cultural (ADAMS; HOELSCHER; TILL, 2001) reflete também sua abertura para interlocuções com outras disciplinas (MORAES, 2014). A preocupação contemporânea com os espaços internos e interpessoais colabora no sentido de construir compreensões das geograficidades do sensível. Tais temas também compõem elementos fundamentais da espacialidade humana e convergem em contraposições entre paisagens e visualidades (contra-)hegemônicas.

Essa mudança, que iniciou com a virada Cultural na Geografia na década de 1970 a nível mundial e em 1990 na geografia brasileira, possibilitou estudos mais profundos acerca de áreas que outrora não eram considerados nessa ciência, tal como aqueles acerca das representações e imagens (AMORIM FILHO, 2007). Os aportes conceituais que emergiram dessa relação possibilitaram modos de compreender as visualidades como formas espaciais.

Como discorre Almeida (2013, p. 49), esses desenvolvimentos recentes relevam que “penetrar o invisível, fazer visível o invisível, parecia ser uma habilidade reservada à poesia, à pintura, à escultura etc. A geografia, porém, está demonstrando

também ter este dom”. É importante pensar tanto na maneira como as visualidades são dotadas de elementos geográficos quanto como as visualidades podem colaborar na construção do conhecimento geográfico.

Para Gomes (2013), preocupada mais com o ponto de vista espacial, por vezes a geografia entende as visualidades apenas como imagens de forma concreta, como fotos e mapas. No entanto, é necessário ir para além. Isso implica, portanto, na capacidade de expressar a Geografia como ciência que esteja também aberta a compreender aquilo que se expande no contínuo campo das imagens. Enseja-se, então, decifrar como a categoria paisagem, aqui em destaque, pode ser um significativo caminho para essa transformação no contexto da virada visual (ou pictórica) nas ciências humanas.

Tramas entre visualidades e paisagens nas geografias criativas

O movimento da virada visual, no contexto das discussões que emergem desde 1988 (JAY, 2003), reunir diferentes campos das humanidades em discussões acerca da produção, sentido e nexos das imagens. Como pondera Jay (2003), um relevante corpo crítico se formou em torno do questionamento da natureza do relativismo cultural por meio das reflexões acerca da visualidade de componentes culturais.

A discussão implicou na necessidade de refletir acerca das maneiras pelas quais as imagens, como construções sociais, poderiam ser um elemento transcultural. Foi superada, entretanto, aos debates, a concepção de que as imagens poderiam ser “compreendidas como signos naturais ou analógicos com capacidade

universal de comunicar” (JAY, 2003, p. 16). Para Rancière (2015, p. 195):

O *pictural turn* é, então, menos um retorno imaginário do pensamento contemporâneo do que uma volta da máquina dialética, a transformar as imagens e a vida em linguagem codificada. Tal será, no fundo, a tese de Mitchell: a máquina que quer produzir a vida artificialmente produz de fato um novo tipo de imagens, que define uma nova potência da vida, de uma vida que não se deixa separar de suas imagens, que define uma nova potência da vida, de uma vida que não se deixa separar de suas imagens e de seus monstros, de suas doenças e de suas mitologias.

Em sua crítica a W. J. T. Mitchell (2006), assim como Jay (2003), Rancière (2015) destaca que é fundante compreender aquilo que as imagens *representam*. Ou seja, há a necessidade de decifrar os sentidos políticos, sociais e culturais que convergem no nexo das visualidades. Mais que uma *coisa-em-si* isolada, as imagens são também práticas discursivas.

No campo da Antropologia, Novaes escreve que “concebemos o mundo, o espaço, o tempo, a pessoa, a própria noção de imagem, através de valores que guiam o nosso olhar, nossa percepção e nossa representação, que não são, portanto, atividades universais ou naturais” (NOVAES, 2009, p. 19). As imagens são produzidas e interpretadas contextualmente. Cada qual em sua especificidade, as condições e realidades geográficas ou históricas encaminham o olhar e a maneira de representar.

Como Rancière (2015) evidencia, as imagens não são consciências em-si mesmas, mas constructos complexos derivados da lógica social em que estão imersas. Como elementos representacionais, as imagens fazem sentido em relação aos

contextos. Em contrapartida, ressalta-se, como Monteiro (2008, p. 133) que “no contexto da cultura visual, a imagem, além de representação, pode ser entendida como um artefato cultural”.

Essa virtualidade da imagem, portanto, permite compreender as práticas de significações culturais e seus modos de expressividade. Entende-se que pensar em cultura visual decorre na necessidade de englobar variadas formas de representação que possam vir a ser desde as artes tradicionais até as propagandas ou mapas técnicos (MONTEIRO, 2008). Por essa razão é um campo amplo e transdisciplinar que provocou repercussões em variadas áreas.

Na Geografia, a virada visual ocasionou em importante oportunidade de autorreflexão acerca do papel das visualidades para a disciplina. Como discorre Thornes (2004, p. 793), “the creation and interpretation of visual images has always been important to geography and is what makes geography unique”⁶. Ainda que com certas limitações (THORNES, 2004), a incorporação dos estudos em cultura visual proporcionou outras maneiras de *ler* imagens em dialogia com outras disciplinas.

No contexto dos anglo-saxões, como apontam Tolia-Kelly (2012) e Hawkins (2015), isso resultou em projetos e parcerias com artistas e pesquisadores da área de artes visuais. A primeira autora ressalta que “contemporary research collaborations between a visual culture and geography represent almost a new orthodoxy within the discipline”⁷ (TOLIA-KELLY, 2012, p. 135). Essa polinização cruzada

⁶ “A criação e interpretação das imagens visuais sempre foram importantes para a geografia e são o que fazem a geografia ser singular.” (THORNES, 2004, p. 793, tradução livre).

⁷ “Contemporaneamente, colaborações de pesquisas entre a cultura visual e a geografia quase representam uma nova ortodoxia dentro da disciplina.” (TOLIA-KELLY, 2012, p. 135, tradução livre).

tem sumarizado em práticas e provocações importantes para pensar as espacialidades do hodierno.

Nesse campo, a recente eclosão de geografias criativas (*creative geographies*) compõe-se pela junção das temáticas e metodologias geográficas com aquelas provenientes da cultura visual (TOLIA-KELLY, 2012; HAWKINS, 2015; ESHUN; MADGE, 2016). Pela introdução de práticas experimentais e centradas em técnicas que envolvem performance, construção de imagens e escrita criativa, essas geografias têm sido uma resposta à orientação da Geografia Cultural contemporânea para problemáticas relacionadas ao corpo e as práticas cotidianas. Hawkins explica que:

Creative Geographies, modes of experimental ‘art-full’ research that have creative practices at their heart, have become increasingly vibrant of late. These research strategies, which see geographers working as and in collaboration with artists, creative writers and a range of other arts practitioners, re-cast geography’s interdisciplinary relationship with arts and humanities scholarship and practices and its own intradisciplinary relations (HAWKINS, 2015, p. 262).⁸

Como movimento que dinamiza as pesquisas na Geografia, especialmente no contexto anglo-saxão, os estudos em cultura visual são caminhos férteis para rompimento de barreiras disciplinares. As parcerias estabelecidas entre ambas as áreas disponibilizam um

⁸ “Geografias Criativas, formas experimentais de pesquisa ‘arte-centradas’ que possuem práticas criativas em seu núcleo, têm se tornado cada vez mais vibrantes. Essas estratégias de pesquisa, que mostram geógrafos trabalhando com e como artistas, escritores criativos e uma amplitude de outros praticantes das artes, demonstra a interdisciplinaridade da relação entre geografia com as artes e acadêmicos e práticas das humanidades, assim como suas relações intradisciplinares.” (HAWKINS, 2015, p. 262, tradução livre).

olhar múltiplo que pode compreender as representações e fazer uso de suas lógicas para ir além da textualidade científica.

Para Tolia-Kelly (2012, p. 137), “the visual cultures of geographical research are often a move towards producing research markings that are meaningful as they operate against, beyond and more-than text”⁹. As práticas artísticas também são compreendidas como maneiras relevantes de transcendência ao academicismo cartesiano. Por meio delas, os geógrafos têm proposto intervenções e explorado outras formas de realização de pesquisas participativas (HAWKINS, 2015).

Tal elemento condiz com a proposta do *Manifesto Scapeltore* de Bauch (2015, p. 2) em que afirma: “geographers and other scholars need to adopt practices of artistic production—of fabrication—to further their own agenda of describing landscapes”¹⁰. Mais que interpretar elementos da cultura visual, cabe à Geografia retomar e atualizar práticas artísticas, como as descrições paisagísticas-poéticas de Humboldt ou La Blache (GOMES, 2010; CLAVAL, 2014), para agregar as contribuições recentes da virada pictórica.

Eshun e Madge (2016, p. 6) sugerem que “the creative (re)turn in geography has the potential to animate cultural geography, prising it open to a pluriversal perspective in which many worlds belong”¹¹. O reconhecimento da multiplicidade de mundos a

⁹ “as culturas visuais da pesquisa geográfica são comumente um movimento para produzir pesquisas que são significativas na medida que operam contra e para além do texto.” (TOLIA-KELLY, 2012, p.137, tradução livre).

¹⁰ “geógrafos e outros estudiosos precisam adotar praticar de produção artística – de fabricação – para endossar suas próprias agendas de descrever paisagens.” (BAUCH, 2015, p.2, tradução livre).

¹¹ “o (re)torno criativo em Geografia possui o potencial de animar a geografia cultural, movendo-a abertamente rumo a uma perspectiva pluriversal em que vários mundos pertencem.” (ESHUN E MADGE, 2016, p.6, tradução livre).

serem explorados pela perspectiva estabelece a possibilidade compreender as diferentes dimensões das espacialidades humanas.

Grupos e sujeitos sociais organizam e fazem sentido de seus mundos em espacialidades diferentes. Como Tuan (1995, p. 121) aponta, “the power of the human senses to organize the world takes diverse forms, shaped by the larger cultures in which they operate”¹². Em acordo com o que propõem Eshun e Madge (2016), conectar-se com outros mundos perpassa a imersão em outros modos de pensar que não estejam fechados no projeto ocidental de ciência.

A incorporação das práticas artísticas na Geografia, portanto, seria uma forma de decifrar os variados mundos e suas visualidades. Como provoca Bauch (2015, p. 11), “it is time to describe everyday landscape scenes with the same creative ferocity as is given to the production of art”¹³. Ampliar a capacidade explicativa e conceitual da paisagem para abarcar seu dinamismo por meio da intertextualidade, como aponta o autor, parece ser um caminho importante no ramo das geografias criativas.

Isso decorre do fato que a relação sujeito-paisagem transcende os aspectos materiais. Fenomenologicamente, Dardel (2011, p. 31) discorre que “a paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Ela não é verdadeiramente geográfica a não ser pelo fundo, real ou imaginário, que o espaço abre além do olhar”. Ela é um elemento fundamentalmente geográfico que desvela o âmago da geograficidade da existência.

¹² “O poder dos sentidos humanos em organizar o mundo toma diversas formas, moldado pelas maiores culturas em que operam.” (TUAN, 1995, p. 121, tradução livre).

¹³ “É o momento para descrever cenas de paisagem do dia-a-dia com a mesma criatividade feroz em que se dá à produção de arte.” (BAUCH, 2015, p. 11, tradução livre).

Dessa forma, a paisagem abarca a dinâmica do visível-invisível que comporta as representações espaciais. Na proposta de Bauch, nas geografias criativas, “seeing and describing landscapes is based in imagination, artful expression, and politics. The need to describe these invisible worlds is immense within the practice of cultural geography”¹⁴ (BAUCH, 2015, p. 12). Para o autor, descrever a paisagem é também imergir no mundo da imaginação e do não dito, da sensação, da percepção. Deverá emergir, desse olhar, uma perspectiva sensível que abarque outras formas de expressão.

Como categoria, a paisagem pressupõe a presença do sujeito, mesmo em sua ausência (DARDEL, 2011). É necessário que a consciência do ser projete-se rumo ao mundo para que a virtualidade imagética da paisagem faça sentido. É no seu âmbito relacional que ela abarca as diferentes percepções acerca dela evocadas. Técnicas, imaginações, construções ideológicas e símbolos perpassam as paisagens tocadas pela consciência dos seres que sobre elas pensam e vivem.

As paisagens, como distingue Cosgrove (1998B), possuem significados do passado, futuro e do presente e apresentam as mais diferentes cores, sabores e viveres de seus diferentes tempos. Elas são mosaicos que abrangem a historicidade de relações e representações que transcorrem os nexos da visualidade. Estão, portanto, envoltas nas práticas e contextos em que se inserem.

Para Mitchell (2008, p. 161), geograficamente, “the landscape is thus often understood in two interrelated ways: it is a relict rather than an ongoing construction; and it is organic, natural,

¹⁴ “Ver e descrever paisagens se baseia na imaginação, na expressão de arte e na política. A necessidade de descrever esses mundos invisíveis é fundamental para a prática da geografia cultural.” (BAUCH, 2015, p.12, tradução livre).

and aesthetic”¹⁵. Desta forma, a paisagem conecta-se a noção de que é uma imagem que se abre em transcendência ao olhar. Ela esboça uma visualidade que se amplia vertical e horizontalmente conforme desvelam-se seus ritmos e sobreposições.

Colaboram para essa concepção Ferraz e Nunes (2014, p. 171) ao discorrerem que “paisagem é a superfície, a mais profunda superfície, daí ser necessário ler a profundidade de sua superfície não só com os olhos, mas com o conjunto de sensações humanas, ampliando nossos referenciais de entendimento e percepção”. O movimento da paisagem faz com ela não se restrinja a apenas um dos sentidos, sendo construída a partir da multiplicidade inerente da percepção. As paisagens são palimpsestos onde plasman-se os mundos de visualidades dos sujeitos que ativamente as compõem.

Dessa forma, “landscape is not merely the world we see, it is a construction, a composition of that world. Landscape is a way of seeing the world”¹⁶ (COSGROVE, 1998A, p. 13). Sendo olho e lente, a paisagem, assim como as imagens, revelam superfícies e, ao mesmo tempo, o subterrâneo. Elas representam, também o interesse daqueles que as constroem. Para além, é por ela que se *sente* e se *vê*.

A considerar que “a diferença entre o olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo visual e ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar.” (GOMES, 2013, p. 32). Entende-se que o que

¹⁵ “a paisagem é, dessa forma, muitas vezes compreendida em duas maneiras interrelacionadas; é relicário mais do que construção em andamento; e é orgânica, natural e estética.” (MITCHELL, 2008, p. 161, tradução livre).

¹⁶ “paisagem não é meramente o mundo que vemos, é uma construção, uma composição desse mundo. Paisagem é uma forma de se ver o mundo.” (COSGROVE, 1998A, p. 13, tradução livre).

a paisagem proporciona é uma complexidade de visões e que por meio dela é possível entender-se o mundo em que o outro vivencia.

Nesse sentido, como evidencia Cosgrove (1998A), as paisagens podem ser constructos ideológicos que conformam as ideias hegemônicas de determinado grupo social. Por meio da possibilidade de imposição de uma determinada ideologia, as paisagens podem ser transformadas para atender às demandas do discurso dominante. As contribuições advindas da cultura visual, portanto, parecem oportunas para ler os múltiplos interesses nelas sedimentados.

Se, qual indaga Jay (2003, p. 18) “talvez todas as nossas imagens na era do capitalismo global sejam mediadas de cabo a rabo pela forma da mercadoria”, cabe questionar como as paisagens estão inseridas nesses contextos. Como imagens e provenientes da realidade geográfica, também são representações das sociedades e culturas que as produzem.

Entre as lógicas econômicas que conformam as espacialidades, as homogeneizações revelam os fundamentos *abstrato-funcionais* que caracterizam os símbolos capitalistas que as transformam (RELPH, 1976). As paisagens têm sido reificadas em função da lógica do mercado que as coisifica, problematiza Sanguin (1981, p. 572) que:

paysages sont devenus des objets de consommation que on change comme on change de réfrigérateur de télévision ou de voiture. Il est évident que la massification des sociétés occidentales transport information culture tourisme commerce entraîne une réduction de la diversité et de la signification

des lieux cause un processus homogénéisation et de standardisation.¹⁷

Processos como turistificação ou espetacularização de determinados lugares permeiam a lógica de produção e paisagens. Centrados na funcionalização de espaços de modo a garantir ganhos financeiros, constroem visualidades pasteurizadas em que os sentidos e significados dos sujeitos que nelas vivem são subsumidos. Há, da parte de determinados grupos, enfretamentos à linearização dessas espacialidades. Grupos afetados por tais processos tendem a organizar redes e ativismos de resistência. Existem, portanto, sujeitos sociais que se engajam em reclamar seu direito de reagir, criar e transformar às paisagens em acordo com suas heterogenias.

Protestos, grafites e outras formas de manifestação revocam o poder de arquitetar paisagens. Se, como pondera Mirzoeff (2016, p. 749), “o direito a olhar é, então, a reivindicação por um direito ao real. É o limite da visualidade, o lugar onde tais códigos de separação encontram uma gramática da não-violência (significando uma recusa à segregação), como forma coletiva”, é ao reclamar o olhar, o direito à própria subjetividade que a paisagem pode também ser um conceito que abarque a revolta pela visualidade. Mais que um conceito puramente teórico, ela pode ser uma prática ativista rumo à conquista de uma sociedade mais justa.

As paisagens dependem dos sujeitos que as vivem e constroem. Desse modo, carregam pesos ideológicos de realidades distintas. “A paisagem não está só na forma superficial da coisa

¹⁷ “paisagens se tornaram objetos de consumo que mudam na medida em que se troca de geladeira, de televisão ou de carro. É evidente que a massificação das sociedades ocidentais no que concerne ao transporte de informação, cultura, turismo, comércio efetiva uma redução da diversidade e da significação de lugares, o que causa processos de homogeneização e estandardização.” (SANGUIN, 1981, p.572, tradução livre).

percebida, nem está apenas em nós, mas no momento do encontro físico-sensorial, intelectual e imagético” (FERRAZ; NUNES, 2014, p. 171), é nela que os diferentes projetos de emergência visual das representações espaciais entram em conflito.

Pelo princípio de que “landscapes always possess character that derives from the particular association of their physical and built characteristics with the meanings they have for those who are experiencing them”¹⁸ (RELPH, 1976, p. 122-123), estabelece-se que é também pelo direito a elas que se luta. Reivindicar a paisagem é reclamar a potencialidade ativa da representação. Os diferentes meios que se colocam pelas geografias criativas são, portanto, maneiras de clamar por uma reação à homogeneização, espetacularização e turistificação paisagística do mundo contemporâneo.

O retorno criativo proposto no contato com as artes pode vir a ser uma saída para o enfrentamento direto e indireto às imposições de transformações mercadológicas das paisagens. Retomar o direito a sensibilidade e a subjetividade que é constituinte da paisagem é, destarte, um dos caminhos para reaver o direito ao olhar e à produção de visualidades no cosmo do cotidiano.

Considerações finais

Desde sua concepção como ciência moderna, a Geografia foi uma ciência cuja produção de imagens ocupou papel significativo. Contudo, os debates e aportes conceituais que concernem a interpretação de visualidades tiveram limites teóricos que há pouco

¹⁸ “Paisagens sempre possuem características que derivam de uma associação particular de seus caracteres físicos e construídos com os significados que elas têm para aqueles que as experienciam.” (RELPH, 1976, p. 122-123, tradução livre).

foram ser retomados. Por essa razão, permanece certo estatuto ilustrativo quanto ao uso de imagens em alguns de seus sub-campos disciplinares.

A Geografia Cultural suscita importantes debates acerca da interpretação das representações e imaginários espaciais, de forma a conduzir um significativo aporte para dinamizar reflexões acerca dessa temática. No recente (re)torno criativo da geografia, os pontos de contato com a virada visual parecem delinear tramas para adensar os conceitos que visem decifrar as imagens.

Por meio da categoria de paisagem, há um *locus* fértil a ser explorado. Novos modos de descrição, interpretação e intervenção podem ser pensados conjuntamente para criar formas espaciais de resistência. Fazer emergirem as subjetividades e mundos de vidas dos sujeitos que constituem as paisagens do cotidiano é resistir à coisificação e homogeneização espacial imposta pela reprodução ampliada do capital.

Uma Geografia que clame pelo sensível nos tempos em que a ciência é vista progressivamente como algo utilitário é, logo, um ato revolucionário. Tomar como centro a possibilidade de compreender as espacialidades produzidas e imaginadas pelos sujeitos compõe um importante caminho para um conhecimento *crítico*. Mais que interpretar as visualidades, é fundamental que o geógrafo esteja disposto a produzir imagens que transcendam os contextos hegemônicos.

Ao clamar pela potencialidade da introdução de práticas criativas, visa-se também aproximar o conhecimento científico do cosmo social da vida cotidiana. Em transcendência ao academicismo, as artes podem contribuir para uma Geografia mais ativa e presente

na vida dos sujeitos. Afinal, buscar o direito a transformar o mundo também envolve o direito a se representar, imaginar e sentir.

Referências bibliográficas

ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. Place in Context: Rethinking humanist geographies. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (Orgs.) *Textures of place: exploring humanist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. xiii-xxxiii.

ALMEIDA, M. G. A propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do discurso na Geografia Cultural. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, p. 41-50, 2013.

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, S. *et. al.* (orgs.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem, 2007, p.1-22.

AZEVEDO, A. F. Geografias pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. (Orgs.) *Geografias pós-coloniais: Ensaios de geografia cultural*. Figueirinhas: Lisboa, 2007, p.31-69.

BAUCH, N. A Scapelore manifesto: Creative geographical practice in a Mythless Age. *GeoHumanities*, v.1, n.1, 2015, p.1-21.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

COSGROVE, D. *Social formation and symbolic landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998A.

COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da teoria. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, n.5, 1998B. p.1-27.

COSGROVE, D. *Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world*. I.B. Tauris: Londres/Nova Iorque, 2008.

COSGROVE, D. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL. Z. *Geografia*

Cultural: Uma Antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 105-118.

DARDEL, E. *O Homem e a Terra*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ELKINS, J. História da arte e imagens que não são arte. *Revista Porto Arte*, v. 18, n. 30, p. 7-42, 2011.

ESHUN, G.; MADGE, C. Poetic world-writing in a pluriversal world: a provocation to the creative (re)turn in geography. *Social & Cultural Geography*, v. 7, n. 3, p. 1-9, 2016.

FERRAZ, C. B. O; NUNES, F. G. O horizonte não é linear: paisagem e espaço na Perspectiva Audiovisual Linear de Anton Corbijn. *Ateliê Geográfico*, v. 8, n. 1, p. 166-180, 2014.

FREITAS, J. S. *Memórias e Identidades no/do Lugar: O rádio na Comunidade Patos-Temeroso no Município de Gurinhatã-MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOMES, P. C. C. *O lugar do olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAWKINS, H. Creative geographic methods: knowing, representing, intervening: on composing place and page. *Cultural Geographies*, v. 22, n. 2, p. 247-268, 2015.

JAY, M. Relativismo cultural e a virada visual. *Aletria revista de estudos de Literatura*, v. 10/11, 2003.

MIRZOEFF, N. O direito a olhar. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 18, n. 4, p. 745-768, 2016.

MITCHELL, D. California: The Beautiful and the Damned. In.: OAKES, T. S; PRICE, P. L. *The Cultural Geography Reader*. New York: Routledge, 2008. p. 159-164.

MITCHELL, W. J. T. Mostrar o ver: uma crítica a cultura visual. *Interin*, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006.

MONTEIRO, R. H. Cultura visual: definições, escopo, debates. *Domínios da imagem*, ano I, n. 2, p. 129-134, 2008.

MORAES, A. C. R. *Geografia, interdisciplinaridade e metodologia*. GEOUSP, USP, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

NOVAES, S. C. Entre a harmonia e a tensão: as relações entre Antropologia e imagem. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 13, v. 20(1+2): 9-26, 2009.

RANCIÈRE, J. As imagens querem realmente viver? In.: ALLOA, E. (Org.) *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 191-201.

RELPH, E. *Place and placelessness*. London: Pion Limited, 1976.

RODAWAY, P. Humanism and people-centered methods. AITKEN, S.; VALENTINE, G. (Orgs.) *Approaches to Human Geography*. London: SAGE Publications, 2006, p. 263-272.

ROSE, G. Cultural Geography going viral. *Social & Cultural Geography*, v. 17, n. 6, p. 1-5, 2016.

SANGUIN, A. La géographie humaniste ou l'approche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces. *Annales de Géographie*. t. 90, n. 501, 1981. p. 560-587.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: Perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 33, v. 1, p. 168-185, 2013.

TOLIA-KELLY, D. P. The geographies of cultural geography II: Visual Culture. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 1, p. 135-142, 2012.

TUAN, Y. *Passing strange and wonderful: aesthetics, nature and culture*. New York: Island Press, 1995.

TUAN, Y. Cultural Geography: Glances Backward and Forward. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 94, n. 4, 2004. p. 729-733.

WRIGHT, J. K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, p. 01-15, 1947.

Submetido em: 10 de maio de 2020.

Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2020.

Aprovado em: 26 de setembro de 2020.

Como citar este artigo:

FREITAS, Jéssica Soares de; SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes de. Tramas e perspectivas dos estudos visuais na geografia cultural: paisagens, sensibilidades e olhares. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 116-140, jan.-jun./2020.

O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E O PLANEJAMENTO REGIONAL EM TEMPOS DE CRISE: ESTRATÉGIAS, FRAGILIDADES E DESAFIOS

*THE BRAZILIAN FEDERATIVE PACT AND
REGIONAL PLANNING IN TIMES OF
CRISIS: STRATEGIES, FRAGILITIES AND
CHALLENGES*

*EL PACTO FEDERATIVO BRASILEÑO Y LA
PLANIFICACIÓN REGIONAL EN TIEMPOS
DE CRISIS: ESTRATEGIAS, FRAGILIDADES
Y DESAFÍOS*

**DAYANA APARECIDA MARQUES DE
OLIVEIRA CRUZ**

Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar) – Sorocaba/SP.
E-mail: d.dayana@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, defendemos que a instabilidade político-institucional do pacto federativo brasileiro advém, dentre outros fatores, do papel de semiperiferia que o país ocupa no sistema-mundo e da alternância entre centralização e descentralização do planejamento regional. A condição de semiperiferia do Brasil no sistema-mundo caracteriza o espaço geográfico brasileiro como uma síntese das contradições entre a subordinação e a liderança, pois materializa na escala nacional, entre as unidades federadas, os diferentes níveis de inserção no mercado internacional. O objetivo deste texto é discutir a relação entre o federalismo brasileiro e o planejamento regional, considerando suas relações multiescalares. Concluimos que o pacto federativo brasileiro é um desafio para a organização territorial e para a configuração de uma geografia política integradora, sobretudo diante da proposta da PEC 188/2019.

Palavras-chave: semiperiferia, pacto federativo, planejamento regional, crise.

Abstract: In this article, we argue that the political-institutional instability of the Brazilian federative pact stems, among other factors, from the role of the semiperiphery that the country occupies in the world system and the alternation between centralization and decentralization of regional planning. The condition of semiperiphery of Brazil in the world system characterizes the Brazilian geographic space as a synthesis of the contradictions between subordination and leadership, as the different levels of insertion in the international market materialize on a national scale, between the units federated. The purpose of this text is to discuss the relationship between Brazilian federalism and regional planning, considering their relationships on multiple scales. We conclude that the Brazilian federative pact is a challenge for the territorial organization and to the configuration of an integrating political geography, mainly with the proposal of PEC 188/2019.

Keywords: semiperiphery, federative pact, regional planning, crisis.

Resumen: En este artículo, sostenemos que la inestabilidad político-institucional del pacto federativo brasileño se debe, entre otros factores, al papel de semiperiferia que el país ocupa en el sistema mundial y la alternancia entre centralización y descentralización de la planificación regional. La condición de semiperiferia en Brasil en el sistema mundial caracteriza el espacio geográfico brasileño como una síntesis de las contradicciones entre subordinación y liderazgo, ya que se materializa a escala nacional, entre las unidades federadas, los diferentes niveles de inserción en el mercado internacional. El propósito de este texto es discutir la relación entre el federalismo brasileño y la planificación regional, considerando sus relaciones a múltiples escalas. Concluimos que el pacto federativo brasileño es un desafío para la organización territorial y para la configuración de una geografía política integradora, especialmente dada la propuesta de la PEC 188/2019.

Palabras clave: semiperiferia, pacto federativo, planificación regional, crisis.

Introdução

O federalismo brasileiro caracteriza-se pela instabilidade político-institucional. A instabilidade político-institucional está

ligada a fatores internos e externos que levaram à alternância entre a centralização e descentralização do planejamento regional (BRANDÃO, 2013, p. 165). Como tentativa política de conciliação dos interesses das elites nacionais e da demanda do capital financeiro internacional, a alternância do planejamento regional corroborou para o acirramento das desigualdades no país, reafirmadas pela ausência ou descontinuidade de uma política de Estado.

Neste artigo, defendemos que a instabilidade político-institucional advém, dentre outros fatores, do papel de semiperiferia que o país ocupa no sistema-mundo. A condição de semiperiferia do Brasil no sistema-mundo caracteriza o espaço geográfico brasileiro como uma síntese das contradições entre a subordinação e a liderança, pois materializa na escala nacional, entre as unidades federadas, os diferentes níveis de inserção no mercado internacional. A referida materialização é acompanhada não só pelas lógicas verticais estabelecidas entre unidades federadas com o centro do sistema, mas pela participação e capacidade de comando ou de subordinação no contexto das redes estabelecidas. Tal realidade torna-se ainda mais evidente com a proposta de fragmentação do pacto federativo através da PEC 188/2019.

A condição de síntese das contradições do sistema-mundo que caracteriza a semiperiferia, discutida por Immanuel Wallerstein (1974), torna-se ainda mais complexa no caso brasileiro pelo passado colonial de exploração, pela herança histórica deixada pelo regime escravocrata, pelas marcas da ditadura, do autoritarismo e do conservadorismo legitimados e protagonizados pelos interesses das elites econômicas, além das políticas macroeconômicas adotadas em diferentes períodos de crise e expansão da economia brasileira.

Todas essas particularidades demandam uma leitura do pacto federativo brasileiro em seus aspectos estruturais e conjunturais, o que torna necessário considerar não só as medidas atuais para a superação da crise econômica, política e sanitária, e os decorrentes conflitos entre os entes federados, mas inclui compreender o papel que o país ocupa na estrutura econômica e (geo)política mundial.

O objetivo deste texto é discutir a relação entre o federalismo brasileiro e o planejamento regional, considerando suas relações multiescalares. Partimos, portanto, de uma análise estrutural e conjuntural do papel que o Brasil desempenha na economia-mundo. O objetivo específico é compreender como o papel de semiperiferia do Brasil contribui para a configuração de uma geografia política nacional.

Este artigo é resultado de uma pesquisa que incluiu uma revisão bibliográfica sobre o tema e sobre o referencial teórico utilizado, bem como análise crítica de dados, informações e notícias sobre o assunto.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira, “O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional: a semiperiferia e a alternância entre a centralização e a descentralização” discutiremos, à luz da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein o papel do Brasil neste sistema, buscando identificar os impactos no pacto federativo brasileiro e no planejamento regional. Na segunda, “A semiperiferia e sua geografia política em tempos de crise” discutiremos, a partir dos anos de 1970 - quando o Brasil se consolidou como semiperiferia -, os desafios impostos à articulação dos entes federados e suas implicações para a geografia política nacional.

O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional: a semiperiferia e a alternância entre a centralização e a descentralização

A relação entre o planejamento regional e o pacto federativo brasileiro trazem à tona a emergência do debate sobre a desigualdade do desenvolvimento do território nacional, sobretudo no atual cenário de crise e de disputa de poder.

A partir das bases teóricas de Marx, Braudel e Kondratieff, o sociólogo Immanuel Wallerstein analisa as modernizações da economia-mundo de forma propositiva e unidisciplinar. O autor admite o desempenho de três papéis principais desempenhados pelos países, a saber: periferia, semiperiferia e centro. Dentre eles, o papel de semiperiferia seria o mais complexo de ser analisado porque ele se caracteriza pela alternância entre liderança e subordinação na economia-mundo. Ademais, embora a semiperiferia tenha um contexto interno instável, na análise realizada por Wallerstein (1974), ela aparece como responsável pela estabilidade da economia-mundo.

A instabilidade e ambivalência da semiperiferia se manifesta, segundo Becker e Egler (1994, p. 18) em três diferentes escalas de poder: 1. Submissão à hegemonia dos países do centro mundial; 2. Liderança regional e reprodução das relações que mantém com o centro do sistema com a periferia; 3. Controle político do território nacional e da sociedade (que no Brasil assumiu a forma de um projeto autoritário). A partir desta concepção é possível afirmar que na escala nacional, o Estado é tido como um instrumento de controle político e econômico do mercado de bens e consumo e da força de trabalho, os quais existem segundo uma lógica de

acumulação global. Esse controle é exercido no território nacional a partir do planejamento. Planejamento que, segundo as discussões feitas por Milton Santos em seu livro “Economia Espacial” (1978) é utilizado como instrumento do capital, por isso, corrobora para a manutenção e para o agravamento do atraso dos países pobres, servindo inclusive para planejar a própria pobreza.

Os países semiperiféricos possuem contradições resultantes de um híbrido da conjuntura interna e global, bem como da própria estrutura de desenvolvimento do capitalismo. Estrutura na qual a própria história dos países latino-americanos tem sido desenvolvida desde o início da conformação do sistema-mundo, no século XVI. A maior parte dos países do subcontinente continuam na condição de periferia, num processo histórico de exploração e subordinação aos países centrais e às semiperiferias. Outros, como é o caso do México, da Argentina e do Brasil, passaram a desempenhar o papel de semiperiferia no decorrer do século XX, devido às alianças estabelecidas com os países do centro combinadas às políticas macroeconômicas adotadas. Neles, as consequências das alterações econômicas globais ocasionados pelas crises demandam maior adaptação por parte dos Estados, a fim de manter o papel intermediário que desempenham no contexto global.

A semiperiferia está, portanto, atrelada ao movimento cíclico de expansão e recessão da economia do centro mundial. No caso brasileiro, podemos ressaltar os seguintes exemplos: a relação com a Metrópole portuguesa no período colonial, com a Inglaterra no século XIX, e com os Estados Unidos no século XX. Crises como a de 1929, a de 1973 e a de 2008, embora tenham tido seu epicentro nos países centrais, demandaram do Estado brasileiro uma nova postura

em relação às estratégias de articulação das forças internas e externas¹.

Os exemplos são bem ilustrativos, eles demonstram a centralização do planejamento regional no governo federal, a partir da adoção de medidas para a superação da crise. No caso da crise de 1929,

o governo federal sustentou a capacidade de importar, retirando os excedentes de café do mercado internacional, comprando e destruindo estoques, protegeu fortemente a pequena indústria de bens de produção e bloqueou o investimento no setor de bens de consumo, proibindo a importação de novos equipamentos (BECKER e EGLER, 1994, p. 77).

O Estado-novo, portanto, interviu para que não houvesse prejuízo da elite agrária nacional, ao mesmo tempo em que organizou a base produtiva para o emergente setor industrial que se organizou em torno do capital já acumulado durante a vigência da economia cafeeira. A partir daí,

a economia nuclear da acumulação de capital no país expande os circuitos de sua reprodução ampliada, partindo para a conquista de mercados consumidores e de produção e colocando à disposição do mercado nacional novos e variados valores de uso (BRANDÃO, 2012, p. 114).

¹ Embora o Brasil tenha se consolidado como semiperiferia apenas na década de 1970, a busca do Estado brasileiro pela consolidação da liderança regional no subcontinente é anterior à década mencionada. Por isso, como estratégia para tornar-se semiperiferia, o país aliou-se aos Estados Unidos como parceiro preferencial, buscando romper o pouco destaque que possuía na hierarquia mundial, bem como neutralizar a influência argentina, compreendida como potencial concorrente na liderança na Bacia do Prata (OLIVEIRA CRUZ, 2017, p. 71). A estratégia mencionada foi defendida pelos primeiros geopolíticos brasileiros, com destaque para a “Projeção Continental do Brasil” de Mário Travassos (1935). Aliar-se aos Estados Unidos significou aliar-se ao centro do sistema capitalista, e conseqüentemente, ao movimento econômico cíclico de expansão e recessão deste cenário econômico.

Este foi o embrião da integração nacional que se consolidou na década de 1970 e rompeu com a lógica do arquipélago econômico proveniente da exploração e dos ciclos de acumulação iniciados no século XVI.

Diante da crise do petróleo, com o apogeu no ano de 1973, o governo federal, a partir da expansão de suas redes de infraestruturas, promoveu uma integração territorial desigual visando integrar o país ao mercado internacional, aderindo a chamada modernização conservadora. Novamente, as elites nacionais foram contempladas com as medidas estatais que ampliaram sua atuação e ganhos no território nacional. O custo da nova lógica de acumulação do capital foi o acirramento das desigualdades regionais com a incorporação dos espaços luminosos, dotando-os ainda mais de infraestruturas e incremento técnico capaz de atrair novos fluxos internacionais. O planejamento regional centralizado permitiu a modernização da agricultura e impulsionou o crescimento industrial do país, por outro lado, assistimos o aprofundamento do abismo entre as classes sociais nos grandes centros urbanos, com a exploração e precarização crescente da força de trabalho.

Já na crise financeira de 2008, a estratégia adotada foi o aprofundamento da reprimarização da pauta de exportação, que, segundo Delgado (2012, p. 89), já estava em curso desde os anos de 1990. O contexto da crise de 2008 foi propício para o crescimento do agronegócio brasileiro devido ao aumento no preço das *commodities*, ocasionado pela crescente demanda chinesa (OLIVEIRA CRUZ, 2017, p. 17). Embora o cenário político interno tenha sido diferente das crises anteriores, o Brasil, na condição de semiperiferia, continuou atrelado ao movimento dos países centrais. Neste caso,

com o epicentro da crise nos Estados Unidos, o Brasil expandiu suas relações exteriores com os países do Sul-Global, o que incluiu a China - inclusive para o financiamento de projetos de infraestruturas (OLIVEIRA CRUZ, 2018, p. 43).

O aprofundamento do processo de reprimarização da pauta de exportação atendeu aos interesses da elite agrária brasileira, resultando na incorporação de novas áreas para o cultivo das *commodities*, sobretudo soja, cana-de-açúcar e milho. O cerrado brasileiro foi um dos biomas mais afetados por este processo, cuja degradação está inserida na pauta de discussão ambiental do país. Por outro lado, a degradação ambiental do bioma cerrado avançou também graças à flexibilização das leis ambientais no país, neste caso cabe citar a Lei nº 12.651/2012, que é a última versão do Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012).

A reprimarização da pauta de exportação, sobretudo o aumento da área agricultável para o plantio de soja no Brasil está diretamente atrelada ao movimento da economia chinesa, como dito anteriormente. Isso quer dizer que as movimentações na economia do país asiático reverberam na economia brasileira também. Um exemplo é a queda na exportação da soja para a China, em 2019, por conta da gripe suína. Se em 2010, o Brasil exportava apenas 12% do total de soja produzida para a China, em 2018, o total de exportação foi de 60,3%, porém, em decorrência do motivo já mencionado, houve uma queda para 48,1% em 2019 (ANTAQ, 2019, p. 5).

A partir das estratégias centralizadoras mencionadas para a superação das crises de 1929, 1973 e 2008, o Brasil voltou a crescer economicamente. Entretanto, o esgotamento de tais estratégias resultou na emergência de novas crises políticas e econômicas que sucederam o período de retomada do crescimento. A mais recente das

crises no Brasil tem sido vivenciada desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, que inclusive, culminou em seu impeachment.

O golpe de Estado no Brasil, o cerco político e econômico aos governos nacionais-populares da região impulsionados pela ofensiva neoconservadora na América Latina e sua articulação ao grande capital estadunidense fragilizam a alternativa geopolítica global lançada pelos Brics, a partir de 2009, quando realizaram sua primeira conferência internacional, mas não configuram uma vitória definitiva. A ofensiva neoconservadora na América Latina aprofunda a crise do capitalismo dependente da globalização neoliberal e se inscreve em um período mais amplo de confrontações que configuram o caos sistêmico que deverá predominar nas próximas décadas, quando as lutas sociais deverão se agudizar e assumir forte dimensão internacionalista, com os cenários nacionais em disputa, alcançando alto grau de interpenetração e influência recíproca (MARTINS, 2018, p. 691 e 692).

Para Araújo (2012, p. 263), a adoção de estratégias de centralização é uma característica do Estado brasileiro, a qual está presente em diferentes momentos da história recente do país. Concordamos com a autora Tânia Bacelar de Araújo (2012, p. 263) quando afirma que a centralização do Estado, no caso do Brasil, é, na maior parte dos casos, combinada ao autoritarismo, por isso, este é também o principal traço das políticas públicas e do planejamento regional no país. Recentemente, podemos citar o caso da PEC 188/2019, também conhecida como a PEC do Pacto Federativo, que será discutida no tópico a seguir.

A semiperiferia e a sua geografia política em tempos de crise

Com o início do processo de industrialização ocorrido na década de 1930, o Estado brasileiro passou a adotar estratégias de articulação das economias regionais que permaneciam até então como um arquipélago. Entretanto, esse processo de articulação veio acompanhado por diferentes ritmos e graus de especialização produtiva, acentuando as desigualdades regionais a partir da concentração econômica e centralização do capital no centro-sul.

Ao mesmo tempo em que o Estado serviu como instrumento de controle no processo de acumulação presente no crescimento econômico, ele também assumiu um papel de financiador da economia que foi historicamente ocupado pelos bancos. Para Becker e Egler (1994, p. 29), quando isso acontece o Estado torna-se devedor e a crise que antes era econômica passa também a ser uma crise política. Este movimento feito historicamente pelo Estado brasileiro impactou na tomada de decisões no âmbito do planejamento regional. Um exemplo emblemático foi o papel do Estado na industrialização nacional favorável ao capital monopolista privado, durante o governo JK, com o Plano de Metas, a ampliação da capacidade de investimento e a internacionalização da economia brasileira. O resultado foi uma crise econômica resultante da inflação, dívida externa, concentração de renda e de capitais. Posteriormente, a crise econômica transformou-se em uma crise política e levou à renúncia de Jânio Quadros (BECKER e EGLER, 1994, p. 86).

O Brasil passou a desempenhar o papel de semiperiferia a partir da década de 1970, durante a ditadura militar, quando consolidou sua liderança regional no subcontinente às custas de um projeto geopolítico para a modernidade. O projeto geopolítico para a

modernidade foi pautado nos planos de ação, nos planos estratégicos e por fim, nos planos nacionais de desenvolvimento, baseados em uma modernização conservadora que acirrou as desigualdades regionais de um país que acabara de se tornar urbano-industrial. Este período (1964 a 1985) foi caracterizado por uma forte centralização do planejamento regional no governo federal (BRANDÃO, 2013, p. 165). Para Becker e Egler (1994, p. 125 e 126), a modernização conservadora considerou o espaço como parte integral de sua base técnica, por isso, o Estado lançou mão da operacionalidade e funcionalidade do espaço, controlou e gerou novos fluxos, a fim de potencializar os lucros das elites e integrar novas áreas à economia-mundo.

A difusão dos objetos e ações modernas foi rapidamente incorporada pela Região Concentrada, reforçando o descompasso econômico Norte-Sul (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 42). O avanço da fronteira agrícola com a modernização da agricultura no bojo da Revolução Verde resultou numa grande massa de desempregados e na migração dos trabalhadores para os grandes centros urbanos.

A operacionalização e funcionalidade seguiam a demanda imposta no contexto econômico internacional. Elas eram parte da reestruturação do sistema tecnológico-produtivo e da mundialização da economia que serviram como respostas à crise de 1973. O Estado cumpriu seu papel de interlocutor entre os interesses das forças externas e internas, materializadas através do planejamento regional. Para Araújo (2012, p. 18), as regiões foram se ajustando às mudanças impostas pelo projeto de consolidação da economia nacional, que foi liderado pelos oligopólios e apoiado pelo Estado.

As crises fiscal e financeira na década de 1980 foram as consequências das transformações ocorridas neste período. As crises

foram acompanhadas pelo desmonte da capacidade de intervenção estatal e pela crise da legitimidade do Estado, descentralizando de sua esfera as decisões tomadas no âmbito do planejamento regional. A lógica exógena neoliberal foi internalizada dando origem a uma verdadeira Guerra Fiscal que acirrou a competição predatória entre as escalas e unidades federadas.

Para Vieira (2013, p. 148), a Guerra Fiscal que começou nos anos de 1980 e prosseguiu na década seguinte, teve suas raízes nos problemas de coordenação vertical e horizontal entre as escalas federadas e nos problemas de intervenção que atenuaram as desigualdades entre os espaços.

O Estado deixou de intervir investindo diretamente nos espaços por conta do contingenciamento de gastos e da adoção das políticas neoliberais, que incluíram a privatização de empresas estatais. O capital privado e o investimento estrangeiro passam a ser apoiados a partir do aparato normativo com a disseminação das práticas de concessão e isenção de impostos nos anos de 1990.

Para Araújo (2012, p. 46), a ausência do papel coordenador do governo central faz com que os demais entes federados (estados e municípios) busquem novas maneiras de atrair investimentos produtivos. Em contrapartida, os agentes privados descentralizam suas ações e adotam novas estratégias localizadas, sem necessariamente estabelecer uma via de comunicação com as escalas superiores – essa postura é estimulada por agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, através do patrocínio de ações locais (ARAÚJO, 2012, p. 47).

Diferente do que acontecia até a década de 1990 em que a alternância entre centralização e descentralização do planejamento regional era sucessiva e bem-definida, após a década de 1990,

Brandão (2013, p. 165) menciona a existência de miniciclos desorganizados que não se encerram apenas com as alternâncias e orientações políticas dos governos, mas que seguem as demandas externas impostas pela configuração geoeconômica e geopolítica mundial. Como exemplos temos o Plano Real e a criação dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento (ENIDs) representando a centralização durante o governo FHC, e a expansão das políticas de transferência de renda e a criação dos Territórios da Cidadania como descentralização durante o governo Lula. Recentemente, temos ainda o exemplo de uma tentativa de centralização a partir da PEC do Pacto Federativo (188/2019).

A alternância frequente entre os modelos de centralização e descentralização do planejamento regional ocorrem devido à complexidade e hibridismo da economia brasileira, entre a desregulação e regulação, que varia de acordo com as escalas e com os espaços, típico de uma economia semiperiférica. Segundo Klink (2013, p. 20), diferente da realidade europeia de oposição e linearidade entre os modelos de desenvolvimento keynesiano e do regime competitivo, no Brasil, o hibridismo desses modelos traz outras questões para o debate, como é o caso da urgência de uma abordagem multiescalar de acordo com as especificidades do caso brasileiro.

Argumentamos que o cenário brasileiro não se alinha nitidamente com a lógica da transformação linear do keynesianismo espacial rumo ao regime reescalado e competitivo, que marcou boa parte do debate sobre a transformação do Estado de bem-estar social na Europa. Pois, no caso brasileiro, as escalas mostram relações imbricadas, articuladas por agentes em função de projetos políticos específicos. Além disso, a retomada da atuação do Estado pós-2003, longe de uma transformação,

representou um movimento reativo que deve ser analisado à luz das crises econômicas que se sucederam a partir dos anos 1980 e das contradições socioespaciais e ambientais que se acumularam ao longo da trajetória de neoliberalização (KLINK, 2013, p. 20).

As especificidades do caso brasileiro tornam o arranjo federativo ainda mais complexo. O arranjo federativo de disputa e de competitividade é incapaz de articular um país tão desigual e com dimensões continentais como o Brasil, pois falta uma coerência multiescalar (BRANDÃO, 2013, p. 170). Em outras palavras, isso quer dizer que, na maior parte dos casos, o planejamento regional como está posto limita-se à escala supranacional com pouca articulação mesorregional, sem objetividade em relação às políticas estruturantes nos âmbitos estadual e local.

A falta de coerência multiescalar colabora para o surgimento de controvérsias entre as unidades federadas. Podemos citar como exemplo o caso da discussão sobre a destinação dos *royalties* do pré-sal, no qual estados e municípios discordaram veementemente sobre a partilha dos recursos advindos da extração de petróleo na camada do pré-sal. Em 2013, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foi criada a lei nº 12.585/2013, a lei dispõe sobre a destinação de setenta e cinco por cento dos *royalties* do petróleo para a educação e vinte e cinco por cento para a saúde. Em setembro de 2019, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, contestou na justiça a obrigatoriedade do estado ter que destinar os recursos dos *royalties* para as áreas mencionadas, conforme indica a lei de 2013 (NOTÍCIAS STF, 2019).

Temos ainda, o exemplo das divergências entre o governo federal e os governos estaduais sobre os procedimentos adotados para conter a pandemia do COVID-19. O presidente da república,

Jair Messias Bolsonaro, contrariando as indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e sem respaldo científico, defendeu o “isolamento vertical” da população de risco composta por pessoas acima de sessenta anos, enquanto os governos estaduais declararam isolamento social para toda a população durante o período da quarentena, buscando achatar a curva viral do COVID-19 para que o Sistema Único de Saúde não entre em colapso. Um dos episódios mais marcantes da divergência entre os entes federados foi a reunião entre os vinte e sete governadores dos estados brasileiros e do distrito federal, no dia vinte e cinco de março de 2020, que não incluiu o presidente da república (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). A reunião foi marcada após o descontentamento dos governadores com as ações indicadas pelo presidente e serviu para discutir sobre as medidas a serem adotadas para conter a pandemia.

Embora tais controvérsias demonstrem a fragilidade de um pacto federativo pouco eficaz, é necessário ressaltar que alguns avanços foram alcançados nas últimas décadas. O principal deles foi a promulgação da “Constituição Cidadã” em 1988 que contribuiu para as práticas cooperativas de gestão territorial e vinculou ao Governo Federal os gastos das unidades subnacionais em setores como saúde e educação. A partir deste avanço surgiram os Consórcios Intermunicipais e o Sistema Único de Saúde.

Para Brandão (2013, p. 166), o ano de 1988 é representativo na história do federalismo brasileiro porque foi o:

ano tanto da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã, que estabeleceu e estendeu importantes direitos sociais, quanto dos processos que consagraram a hegemonia das práticas e dos discursos neoliberais, em um contexto de baixo crescimento econômico e de revelação de um Estado quebrado e deslegitimado

pela profunda crise. A Constituição de 1988 instituiu o federalismo trino como mecanismo de contemporização política com as marcantes clivagens regionais, deixando explícito logo em seu Artigo 3º, como princípio fundamental ou norma-objetivo “reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Por outro lado, as opções conservadoras de política econômica que se seguiram determinaram o comprometimento da construção nacional, que foi interrompida durante duas “décadas perdidas”, e o abandono das estratégias de combate às iniquidades inter-regionais (BRANDÃO, 2013, p. 166).

Outro avanço foi a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em 2003, a qual reconheceu e incluiu o conceito de território como basilar no planejamento regional, incluiu também a atuação dos governos locais, além de orientar a elaboração de programas para as regiões estagnadas. Temos ainda outros exemplos como:

- a criação do Programa Bolsa Família em 2003, como política pública de transferência de renda. Segundo o estudo realizada por Neri, Vaz e Souza (2014, p. 198), no ano de 2009, a cada um real investido no Bolsa Família o efeito multiplicador para o consumo das famílias é de dois reais e quarenta centavos, sendo o crescimento no PIB de um real e setenta e oito centavos;
- o debate sobre a urbanização excludente no Brasil, que culminou na criação em 2003 do Ministério das Cidades e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, cujas discussões incluem: a sustentabilidade socioambiental na política urbana, o cumprimento da função social da

propriedade urbana (já previsto na Constituição Federal), a gestão democrática da cidade etc;

- a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. O PAC viabilizou a desconcentração dos investimentos e a ampliação da infraestrutura do país, que é um dos principais gargalos para a circulação no país. Para o andamento dos projetos incluídos na agenda do PAC foi imprescindível a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- a criação do Plano Nacional de Logística e Transportes, cuja primeira versão foi publicada em 2007, trouxe diretrizes para o planejamento estratégico no setor com o intuito de promover a integração territorial e o desenvolvimento das redes de infraestruturas, visando a superação dos gargalos infraestruturais no país.
- a criação dos Territórios da Cidadania, em 2008, no intuito de viabilizar ações para a melhoria nas condições de vida e acesso aos serviços públicos para as populações em situação de vulnerabilidade do interior do Brasil;
- a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida no ano de 2009, como política pública para promover o acesso a moradia às famílias de baixa renda, assoladas pelo déficit habitacional brasileiro.

A criação dessas políticas foi possibilitada por fatores internos relacionados à adoção de políticas macroeconômicas de demanda efetiva e transferência de renda, bem como por fatores externos, neste caso às mudanças estruturais da economia mundial com a ascensão da China e sua demanda crescente por *commodities*.

As políticas públicas mencionadas tinham como pressuposto a cooperação entre os entes federados. Embora coube o governo federal propor e regular tais políticas, os governos estaduais e municipais tinham importante participação nas mesmas, cujos rebatimentos ocorreram em todas as escalas.

Apesar dos avanços, não houve mudanças estruturais nas condições de urbanização, ou seja, na estrutura do espaço nacional (KLINK, 2013, p. 19). Isto só seria possível com a adoção de uma política de Estado com objetivos bem definidos a longo prazo. Ao invés disso, permaneceram: a mesma lógica de distribuição rígida dos recursos financeiros, as relações competitivas em detrimento da coordenação solidária entre as escalas federadas, marcos regulatórios pouco delineados, imposição de políticas sem uma abordagem multiescalar.

A abordagem multiescalar deve ser calcada na criação de novos arranjos políticos-institucionais como alternativas para a gestão territorial que ampliem a participação da sociedade civil, diminuindo a imposição do planejamento feito de cima para baixo (NUNES, 2013, p. 112). A criação desses novos arranjos demanda a revisão das relações de complementaridade e dependência não só entre os entes federados, mas entre o Brasil e os demais países da economia-mundo, já que as decisões tomadas no âmbito do planejamento regional brasileiro combinam as demandas exógenas aos interesses das elites nacionais. Tal combinação reafirma o papel do país como semiperiferia na economia-mundo e a condição frágil do federalismo brasileiro.

Como alternativa à fragilidade estabelecida no pacto federativo brasileiro estão as práticas de cooperação solidária (vertical e horizontal) para a coesão territorial. A coesão territorial

refere-se às estratégias de coordenação e colaboração que visam a superação das disparidades territoriais, através de um pacto político-territorial de articulação e integração entre os espaços visando um desenvolvimento socioespacial equitativo, com a adoção de práticas descentralizadores que incluem os agentes locais em diferentes arranjos e escalas de decisão.

Contudo, sabe-se que a estrutura federativa brasileira historicamente se caracterizou pela perenidade de relações competitivas. Ademais, marcos regulatórios pouco claros parecem dificultar a coordenação das escalas federadas e a convergência das ações nos processos de elaboração de políticas públicas (NUNES, 2016, p. 123).

Estamos distantes do fortalecimento do pacto federativo brasileiro, pois, atualmente, vivemos em uma conjuntura de retrocesso legitimado pelo governo de Jair Bolsonaro, que tem provocado o desmantelamento não só das políticas de planejamento regional nacionais como também internacionais, como é o caso da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) – acordo co-criado pelo Brasil em 2009, cuja saída foi formalizada em abril de 2019 (OLIVEIRA CRUZ, 2019, p. 217)

Destaca-se neste governo o “Plano Mais Brasil” que é constituído por três propostas de emendas constitucionais, a saber:

- PEC Emergencial (186/2019) que impõe medidas de controle do crescimento de despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal dos orçamentos fiscal e da seguridade social da união (SENADO FEDERAL, 2019 a);
- PEC da Revisão dos Fundos (187/2019) que prevê a criação de fundos públicos e a extinção dos que não foram ratificados até

o final do segundo exercício financeiro subsequente à proposta de emenda constitucional (SENADO FEDERAL, 2019 b);

- PEC do Pacto Federativo (188/2019) que estabelece, dentre outras coisas, medidas de ajuste fiscal aplicáveis ao custeio da máquina pública, modifica a estrutura do orçamento federal, desvincula as receitas de impostos a qualquer receita pública, cria o Conselho Fiscal da República (SENADO FEDERAL, 2019 c).

A principal justificativa para a PEC do Pacto Federativo é a diminuição das despesas com a máquina pública, por isso propõe a extinção dos municípios com menos de cinco mil habitantes. A proposta de diminuição do número de municípios brasileiros é, sem dúvida, uma proposta problemática porque ela se baseia apenas em números, sem considerar as dinâmicas espaciais, regionais e culturais estabelecidas em cada um desses municípios. Ademais, em um país continental e diverso como o Brasil, é impossível discutir a partir de uma suposta e falaciosa uniformidade das realidades municipais. Existem contextos, heranças históricas e realidades espaciais distintas.

Com base nisso, cabe-nos questionar sobre os critérios que serão utilizados para anexar o município que será extinto a outra unidade territorial. A PEC não indica como o procedimento será conduzido, nem apresenta estudos ou indicadores que devem ser considerados para tal. Feita a junção, como o novo município deverá conduzir a sua integração territorial? Quais serão as políticas públicas relacionadas ao setor de transportes e infraestruturas que auxiliarão na transposição das distâncias e na articulação entre os núcleos urbanos? Quem irá arcar com os custos necessários para a

articulação da rede municipal? Como mensurar e minimizar os impactos no cotidiano dos municípios?

A PEC do Pacto Federativo coloca nos municípios a responsabilidade sobre os gastos da união, como se o problema da gestão dos gastos fosse desaparecer com a extinção dos municípios com menor contingente populacional. Além disso, a PEC 188/2019 propõe alterações que afetariam a distribuição dos recursos para saúde e educação, trazendo prejuízos irreparáveis para as políticas sociais brasileiras, conforme discute Amaral (2019, s.p).

A PEC 188/2019, assim como as demais reformas propostas pelo governo Bolsonaro representam um novo momento de centralização do planejamento regional, no qual o Estado rompe o compromisso firmado nos governos anteriores, impondo aos demais entes federados (estados e municípios) as responsabilidades sobre o desenvolvimento regional sem que haja respaldo para isso. Por outro lado, caso a PEC do Pacto Federativo seja aprovada, ela consolidará a fragmentação que vem sendo anunciada desde a década de 1980 e o ponto alto do retrocesso para as políticas públicas de descentralização que foram criadas desde então.

Consolida-se uma geografia política fragmentada e incoerente com a espacialidade do território brasileiro. Uma geografia política voltada aos anseios da conciliação entre o capital estrangeiro e os interesses das elites nacionais que impõe aos municípios uma adaptação veloz às demandas feitas pelo capitalismo flexível. Essa geografia está pautada na organização espacial que não considera as particularidades, as diferenças, as desigualdades, e as identidades. É uma proposta de reorganização e remodelamento da base federativa feita exclusivamente a partir dos números.

Mas qual é a diferença entre o contexto atual e a alternância entre a centralização e descentralização dos governos anteriores? A diferença é que as tentativas de descentralização estão sendo sufocadas e sucateadas. Sem alternativas, a coesão territorial parece ser um ideal distante. Uma vez que o pacto federativo se consolida como uma unidade fragmentada, inclusive com respaldo legislativo, as iniciativas para a resistência ao modelo tornam-se cada vez mais difíceis.

Considerações finais

Concluimos a partir da discussão proposta neste texto a necessidade de repensar a articulação entre os entes federados e suas relações/articulações multiescalares. Essa tarefa deve ser feita considerando o papel do Brasil como semiperiferia no sistema-mundo e a atuação do Estado brasileiro em três diferentes níveis.

O primeiro diz respeito a articulação do Brasil à economia chinesa a partir do primeiro mandato do governo Lula. Embora a articulação tenha trazido condições para a ampliação do mercado de bens e consumo, ela aliou o movimento da economia brasileira às movimentações da economia chinesa. Vemos que esta associação foi importante para romper, num primeiro momento, a dependência exclusiva em relação aos Estados Unidos, construída ao longo do século XX, no entanto, diminuiu a expressividade do parque industrial nacional na pauta de exportação do Brasil. Recentemente, com a onda do neoconservadorismo, vemos um retorno às antigas alianças com os Estados Unidos, que tem baseado as escolhas do governo brasileiro quanto às estratégias de superação da crise econômica, política e sanitária. As relações internacionais que o Brasil mantém como semiperiferia, orientam o perfil dos

investimentos e das infraestruturas para a modernização das etapas de produção e circulação, atribuindo às regiões incluídas na rede das trocas econômicas novas dinâmicas espaciais. A maneira como o governo brasileiro conduz essas relações e demanda das localizações a adaptação necessária para atender os propósitos dessa condução, nos ajuda a discutir e a compreender a articulação entre os entes federados.

O segundo nível a ser considerado a partir da discussão feita ao longo do texto é o papel geopolítico e geoeconômico do Brasil no subcontinente. Com o avanço do neoconservadorismo e criação de novas alianças e estratégias como a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) em 2019. O novo posicionamento brasileiro tem contribuído para o enfraquecimento de antigos acordos e propostas de articulação espaciais através do planejamento das redes, como no caso do União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O enfraquecimento desses acordos subtrai da pauta política regional as iniciativas de articulação entre os Estados nacionais e demais entes federados de cada Estado. Portanto, discussões fundamentais para o desenvolvimento nacional e regional perdem a prioridade como por exemplo, a discussão sobre educação no âmbito do MERCOSUL, da qual o Brasil se retirou em novembro de 2019, ou ainda os fóruns de discussão sobre infraestruturas (transporte, comunicação e energia) promovidos pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN/IIRSA), do qual o Brasil confirmou a saída em abril de 2019. Os exemplos mencionados são preocupantes, pois a saída do Brasil de tais acordos possui grande impacto para o subcontinente, já que como semiperiferia, o país desempenha o papel de líder regional. Além disso, para os municípios localizados na faixa

de fronteira e cidades gêmeas, a saída do Brasil das discussões mencionadas representa um retrocesso inestimável do ponto de vista do planejamento estratégico e do desenvolvimento local/regional. É importante ressaltar que a justificativa para tais decisões foi apenas o “viés ideológico” dos acordos por parte do governo federal, sem que houvesse qualquer consulta dos demais entes federados.

O terceiro nível a ser considerado é a articulação das escalas entre os entes federados. Este nível é o mais complexo porque nele se materializam as decisões tomadas nos outros dois níveis, acrescentam-se ainda as particularidades regionais e os aspectos históricos e geográficos que resultaram na formação das territorialidades. Indicamos aqui alguns temas do ponto de vista analítico que nos ajudam a apreender melhor os meandros do pacto federativo brasileiro, são eles: a relação cidade-campo e a concentração fundiária; as dinâmicas das populações fronteiriças e as particularidades das cidades gêmeas; os problemas urbanos, o desemprego e as condições de vida nas periferias das regiões metropolitanas; a emergência da integração física e produtiva e as pautas socioambientais.

O pacto federativo brasileiro é um desafio para a organização territorial e para a configuração de uma geografia política integradora. A partir da discussão proposta neste artigo, concluímos que a fragilidade e a fragmentação do pacto federativo brasileiro tendem a ser ampliadas com a proposta da PEC 188/2019, configurando-se em um instrumento legal que legitimará tais características. A PEC do Pacto Federativo não inclui respostas de como o país pode enfrentar as crises econômica e política em voga, ao contrário, sua proposta responsabiliza os municípios sem prever

qualquer respaldo para eles, podendo, inclusive, agravar a competitividade e falta de solidariedade horizontal.

Referências bibliográficas

AMARAL, Nelson Cardoso. A dimensão ultraliberal do grupo no poder federal está expressa na PEC 188/2019-Senado: um desastre para as políticas sociais brasileiras. In: *Observatório do Conhecimento*. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/pec-188-2019-um-desastre-para-as-politicas-sociais-brasileiras/>, acesso em: 29 mar. 2020.

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Anuário estatístico*. Brasília: ANTAQ, 2019.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*. Heranças e urgências. 2. ed. Rio de Janeiro: REVAN/Fase, 2012.

BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. Pacto federativo, reescalonamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para a legitimação de políticas regionais no Brasil. In: BRANDAO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs.). *Pacto Federativo, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional*. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 163-174.

BRASIL. *Lei nº 12.651/2012*. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm, acesso em 31 mar. 2020 às 09:30h

CORREIO BRAZILIENSE. João Doria anuncia reunião entre os 27 governadores do país. *Correio Braziliense*. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/25/interna_politica,836601/joao-doria-anuncia-reuniao-entre-os-27-governadores-do-pais.shtml, acesso em 23 jun. 2020 às 11:20h.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

KLINK, J. A escalaridade e espacialidade do (novo)desenvolvimentos, uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDAO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs.). *Pacto Federativo, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional*. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 19-37.

MARTINS, Carlos Eduardo. O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. In: *Caderno Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 43, 2018, p. 673-696.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Facio Monteiro; SOUZA, Pedro H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2014, p. 193-206.

NOTÍCIAS STF. *Governador do RJ questiona obrigação legal de destinar recursos dos royalties petróleo à saúde e à educação*. 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=431940>, acesso em 25 jun. 2020 às 10:00h.

NUNES, Juliana. Cooperação e coesão para o desenvolvimento? Uma reflexão sobre arranjos territoriais cooperativos no pacto federativo brasileiro. In: *Entre Lugar*, v. 6, p.112-235, 2016.

OLIVEIRA CRUZ, Dayana Aparecida Marques. Integração regional sul-americana e a intersecção entre geopolítica e geoeconomia: reflexões sobre a UNASUL e o MERCOSUL. In: ALVES, D. F (et al.). *A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea*. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 205-221.

_____. O papel do Brasil no processo de integração regional no MERCOSUL. In: *Revista Formação (Online)*, v. 25, n. 46, 2018, p. 27-45

_____. *Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai*. Tese (Doutorado em Geografia). 133 f. 2017. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENADO FEDERAL. *PEC 186/2019*. 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>, acesso em 30 mar. 2020 às 18:00h.

_____. *PEC 187/2019*. 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139703>, acesso em 30 mar. 2020 às 18:30h.

_____. *PEC 188/2019*. 2019c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>, acesso em 30 mar. 2020 às 19:00h.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

VIEIRA, Danilo Jorge. Apontamentos sobre a Guerra Fiscal no Brasil. In: BRANDAO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs.). *Pacto Federativo, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional*. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 145-162.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno - II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. New York: Academic Press, 1974.

Submetido em: 31 de março de 2020.

Devolvido para revisão em: 18 de junho de 2020.

Aprovado em: 25 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional em tempos de crise: estratégias, fragilidades e desafios. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 141-169, jan.-jun./2020.

**CATEGORIAS DE ANÁLISE
INTRAURBANAS NA PERSPECTIVA
TEÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

*CATEGORIES OF INTRAURBAN ANALYSIS
IN THE THEORETICAL PERSPECTIVE OF
SPACE PRODUCTION*

*CATEGORÍAS DE ANÁLISIS INTRAURBANI
EN LA PERSPECTIVA TEÓRICA DE LA
PRODUCCIÓN DEL ESPACIO*

DIEGO FERRETTO

Universidade Paulista (UNIP) e Centro
Universitário FIAMFAAM – São Paulo (SP).
E-mail: diegoferretto@usp.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão teórico-metodológica no campo da geografia, ao iluminar categorias de análise intraurbanas pertinentes à denominada perspectiva teórica da produção do espaço, de matriz marxista. A partir da revisão da literatura especializada, destacam-se contribuições de autores que buscaram operacionalizar as análises na escala intraurbana, superando a concepção restrita do espaço como mero suporte físico, ao assumir a dialética socioespacial como fundamento do método. Nessa perspectiva, são abordadas as categorias localização e estrutura intraurbana, assim como os agentes sociais, as formas e processos espaciais envolvidos na produção da cidade. Essas categorias, simultaneamente aplicadas, potencializam, em diferentes realidades urbanas, a compreensão das especificidades, assim como evidenciam a dialética socioespacial inerente à pesquisa urbana.

Palavras-chave: produção do espaço, espaço intraurbano, localização, estrutura intraurbana, formas e processos espaciais.

Abstract: This article aims to promote a theoretical-methodological reflection in the field of geography, by illuminating categories of intra-urban analysis relevant to the theoretical perspective of the production of space, of a Marxist matrix. Based on a specialized literature review, it is noticeable the contributions of authors who sought to operationalize the analyses on the intra-urban scale beyond the restricted conception of space as a mere physical support, by assuming the socio-spatial dialectic as the basis of the method. In this perspective, the categories of location and intra-urban structure are addressed, as well as the social agents, forms and spatial processes involved in the production of the city. These categories, simultaneously applied, enhance, in different urban realities, the understanding of specificities, as well as highlight the socio-spatial dialectic inherent to urban research.

Keywords: space production, intra-urban space, location, intra-urban structure, forms and spatial processes.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo proponer una reflexión teórico-metodológica en el campo de la geografía, iluminando categorías de análisis intraurbano relevantes para la llamada perspectiva teórica de la producción del espacio, de matriz marxista. Con base en la revisión de la literatura especializada, se destacan las contribuciones de los autores que buscaron operacionalizar los análisis a escala intraurbana, superando la concepción restringida del espacio como un mero soporte físico, asumiendo la dialéctica socioespacial como base del método. En esta perspectiva, se abordan las categorías de ubicación y estructura intraurbana, así como los agentes sociales, las formas y los procesos espaciales involucrados en la producción de la ciudad. Estas categorías, aplicadas simultáneamente, mejoran en diferentes realidades urbanas la comprensión de las especificidades, así como resaltan la dialéctica socioespacial inherente a la investigación urbana.

Palabras clave: producción des espacio, espacio intraurbano, ubicación, estructura intraurbana, formas y procesos espaciales.

Introdução

O objetivo desse texto consiste em promover uma reflexão teórico-metodológica, no campo da geografia, ao iluminar categorias

de análise intraurbanas pertinentes à denominada perspectiva teórica da produção do espaço.

Entende-se por perspectiva teórica da produção do espaço a abordagem de matriz marxista, constituída nas ciências sociais a partir da década de 1970, que ao evidenciar a dialética sociedade-espaço admite a reprodução ininterrupta da vida como dependente da reprodução continuada do espaço, sendo, portanto, o espaço, condição, meio e produto da reprodução da sociedade (CARLOS, 2015 [2011]). Para Villaça (2011), a concepção do espaço urbano como produto socialmente produzido pelo trabalho humano representou a possibilidade de inserir seu estudo sob a lógica do materialismo histórico, evidenciando a dominação e os conflitos de classe.

Assumida a perspectiva teórica da produção do espaço, a questão que se coloca versa sobre como proceder, a partir de uma teoria geral, com as análises focadas na escala intraurbana. Milton Santos (2005, p. 158) ilumina a questão ao afirmar que a aproximação do espaço, compreendido como uma totalidade, dá-se por meio do lugar, uma vez que o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele [...] que o mundo é percebido empiricamente”. Nesse caso, a problemática do espaço envolve a problemática da realidade urbana, da cidade, e da vida cotidiana. Em perspectiva semelhante, Villaça (2001 [1998], p. 44) observa que a análise de qualquer espaço social perpassa a identificação das “mediações corretas entre as macro-determinações socioeconômicas e esse espaço social, ou seja, as forças sociais que atuam nessas mediações e suas correspondentes formas de atuação”.

Diante disso, defende-se que a adoção da cidade como objeto de estudo, ao mesmo tempo que pressupõe a necessidade de sobreposição de escalas de análise, impõe o reconhecimento de suas

características e especificidades. Em direção às particularidades do espaço intraurbano destacamos três pontos fundamentais à sua compreensão: as localizações intraurbanas constituem o produto da produção do espaço; a noção de estrutura intraurbana instrumentaliza a abordagem da cidade, constituindo uma categoria de análise pertinente a essa escala; e, por fim, a produção do espaço intraurbano envolve agentes, processos e formas espaciais concretos, com destaque à centralização e à segregação socioespacial.

O texto se estrutura em dois núcleos, sendo o primeiro destinado a retomar os pontos centrais da perspectiva teórica da produção do espaço, e o segundo voltado à apresentação e discussão das categorias intraurbanas elencadas.

A perspectiva teórica da produção do espaço

Segundo Milton Santos (1988), o espaço caracteriza-se como o mais interdisciplinar dos objetos concretos, admitindo uma multiplicidade de significados e acepções; para David Harvey (2015), a complexidade de conceituação do espaço equipara-se à de natureza e cultura, conferindo-lhe, portanto, o *status* de uma palavra-chave, em alusão à obra *Keywords*, do pensador marxista Raymond Williams (2007).

Lefebvre (2013 [1985], p. 123) afirma que o espaço estaria em voga na década de 1970, assumindo diferentes significados, “espaço disso, espaço daquilo... - espaço pictórico, escultural, e até musical”, no entanto, no imaginário da maioria das pessoas, o espaço seguia associado à sua dimensão cósmica, aludindo à matemática e à geometria, como uma abstração, como um contentor sem conteúdo. Na filosofia, o espaço era tratado como mais uma categoria, na visão dos kantianos um *a priori*, enquanto nas disciplinas que dele se

ocupavam, era fragmentado segundo postulados específicos nos campos da geografia, da história e da sociologia.

Soja (1993 [1989], p. 18) adverte que uma abordagem excessivamente historicista na construção da teoria social moderna foi determinante em boa parte do século XX, obstruindo a compreensão em relação à espacialidade da vida social, sendo o espaço, portanto, tratado como morto e não dialético. Somente na década de 1970, as teorizações em torno do espaço conduzem à construção de uma determinada perspectiva teórica crítica, instrumental à análise do urbano, fundada em uma matriz teórica comum, a revisão (e espacialização) do marxismo ocidental.

Gottdiener (2010 [1985]) expõe que a análise urbana marxista se constitui em um momento de crise do capitalismo, de efervescência cultural, e agravamento dos problemas urbanos diante da intensificação do processo de urbanização. Entretanto, para o autor, a economia política marxista, na análise urbana, mostrou-se incapaz de fugir às categorias ideológicas do raciocínio dominante, considerando as formas espaciais como receptáculos de processos políticos e econômicos. A ampliação dessa abordagem, incluindo os diversos níveis de organização social, seria somente atingida com as formulações do sociólogo espanhol, radicado na França, Manuel Castells, e do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre; com Castells, a partir da leitura estruturalista do espaço, e com Lefebvre, através de uma abordagem da dialética socioespacial. Apoiados em epistemologias distintas, os dois propuseram-se a superar as limitações da economia política marxista para compreender a natureza da organização espacial, por meio de uma concepção mais ampla entre espaço e sociedade, fornecendo assim alternativas ao pensamento marxista dogmático.

Filiado à teoria estruturalista de Louis Althusser, na obra *A questão urbana* (1972), Castells rejeita a compreensão do espaço como uma página em branco e observa que “não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo implícita”, sendo necessário, portanto, estabelecer “as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica” (2009 [1983], p. 182). Contrário à ampla e contraditória noção de espaço, Castells assume o sistema urbano como objeto teórico, inserindo-o na estrutura EPI (composta pelos sistemas econômico, político e ideológico) e definindo-o como uma unidade econômica, em que as relações socioespaciais são determinadas pela estrutura econômica, dominante sob o modo de produção capitalista. O espaço urbano seria a unidade espacial da reprodução da força de trabalho, e os problemas considerados urbanos estariam vinculados estritamente aos processos de consumo coletivo, socializados e dependentes da intervenção do Estado para sua produção, distribuição e gestão.

A proposta estruturalista de Castells foi considerada reducionista no meio acadêmico. Gottdiener (2010 [1985]) identifica no autor a mudança do enfoque analítico do desenvolvimento de uma teoria espacial para uma teoria dos problemas urbanos, abandonando a tentativa de explicar como o espaço é produzido, para explicar a produção dos problemas urbanos. Embora tenha reconhecido, no posfácio de *A questão urbana*, redigido em 1975, que sua “teoria espacial” havia malogrado, Castells persiste na defesa de que os problemas considerados urbanos estão na esfera do consumo, envolvendo o acesso à habitação, educação, saúde, cultura, comércio e serviços, sendo, portanto, objetos de intervenção do Estado.

A abordagem espacial de Henri Lefebvre avança em relação à economia política marxista e à vertente estruturalista ao iluminar as relações dialéticas espaço-sociedade a partir da perspectiva teórica da produção do espaço. Segundo Lefebvre (2016 [1972]), sua reflexão sobre o espaço se dá em um nível teórico, indo de encontro à filosofia clássica através de sua preocupação com a apreensão da totalidade, pois o espaço desempenha função decisiva no estabelecimento dessa totalidade; nesse sentido, se dirige a uma metafilosofia, à medida que vincula a teoria à prática, compreendendo, de um lado, a análise crítica da realidade urbana e, do outro, a da vida cotidiana. Ao rejeitar a concepção de espaço como um dado *a priori*, uma abstração, um dado da natureza, mero suporte (passivo) da vida material, Lefebvre visualiza no espaço o desenvolvimento da atividade social, distinguindo-o, portanto, do espaço geométrico, mental, e reconhecendo-o como uma realidade social.

A discussão sobre o espaço social se desenvolve em Lefebvre em torno da noção de produção, sendo a denominada perspectiva teórica da produção do espaço associada a um momento da sociedade em que, sob o modo de produção capitalista, o espaço assume papel determinante, se manifestando de forma polivalente, pois constitui um produto que se utiliza, se consome, além de ser também um meio de produção.

Segundo Carlos (2011), a tese central de Lefebvre, na obra *A produção do espaço* (1974), consiste na ideia que o modo de produção produz concomitantemente relações sociais, seu espaço e seu tempo. Portanto, no capitalismo,

o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. A partir desse momento, o espaço ganha [...]

outro significado, posto que vai parecer como condição para a reprodução do capital, assegurada pelo Estado (que produz espaço controlado). Em seu desenvolvimento, capitalismo produziu, nessa argumentação, o espaço da mundialidade através de relações novas de reprodução e dominação (CARLOS, 2011, p. 57).

Ao pensar a geografia a partir das obras de Marx e Henri Lefebvre, ato que define como uma orientação teórico-metodológica, Carlos defende a possibilidade de superar suas limitações como ciência parcelar, promovendo a análise da totalidade do processo de reprodução social. A autora explica que a noção de produção, como categoria central da análise, em Marx, é pensada como atividade essencial do humano, inerente ao seu processo constitutivo, circunscrita a um determinado período histórico, envolvendo contradições, renovações e rupturas. Em Lefebvre, a dupla determinação da produção engloba, por um lado, em sua objetividade, a produção material (*stricto sensu*) de objetos e mercadorias e também a reprodução da vida social, por outro lado, em sua subjetividade, contempla a produção (*latu sensu*) da consciência humana.

Assim, a sociedade se apropria do mundo através da apropriação do espaço e a reprodução ininterrupta da vida depende da reprodução continuada do espaço, revelando-se uma prática social que se realiza espacialmente, com especificidades históricas e em diferentes escalas e lugares, “o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles (CARLOS, 2011, p. 53)”.

Carlos (2011) afirma que, na geografia, as perspectivas de Marx e Lefebvre em torno da noção de produção possibilitaram ultrapassar a compreensão do espaço em sua objetividade pura, como

localização dos fenômenos, para entendê-lo como produção social, evoluindo da compreensão da “organização do espaço” à “produção do espaço”, tendo o materialismo histórico como orientação teórica, e o método dialético como caminho de pesquisa que permite pensar o espaço como mercadoria, inserido na totalidade da produção social capitalista.

Milton Santos (2008 [1985]), reconhecendo o espaço como uma realidade objetiva, produto social em permanente transformação, elenca quatro categorias de análise fundamentais ao método geográfico: forma, função, estrutura e processo. A categoria forma representa o aspecto visível de uma coisa; a função sugere a tarefa esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; a estrutura representa as inter-relações de todas as partes; e o processo se caracteriza por uma ação contínua envolvendo a dimensão tempo. Segundo o autor, essas categorias são indissociáveis e estabelecem relações dialéticas entre si; se aplicadas isoladamente, representam realidades parciais, em conjunto, no entanto, permitem a análise dos fenômenos sociais em sua totalidade. Nesse sentido,

sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. Todavia, se examinamos apenas uma fatia do tempo homogêneo, careceremos de um contexto em que possamos buscar nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos.

Dados os pressupostos que fundamentam a perspectiva teórica da produção do espaço, conforme alerta Carlos (2011, p.67)

“trata-se, agora, de construir o movimento que sinaliza a passagem da ‘produção do espaço’ à ‘produção da cidade’”, contemplando as práticas socioespaciais e a realidade urbana em sua totalidade, ou pensar o processo de reprodução social do espaço urbano em suas várias dimensões.

Com objetivo de instrumentalizar a pesquisa intraurbana, nesse estudo serão destacadas as seguintes categorias de análise: as localizações intraurbanas, a estrutura intraurbana, os processos, agentes e formas espaciais. Essas categorias, simultaneamente, permitem a análise das formas e da paisagem urbana, avançando em direção à compreensão dos processos, dos agentes e mediações envolvidos na produção da cidade.

As localizações intraurbanas

Villaça (1988, p. 102) define o espaço intraurbano como o movimento de um sistema de localizações, e afirma que a especificidade da produção do espaço urbano não está na produção edifícios ou infraestruturas, mas em suas localizações. Nesse sentido, defende que o produto da produção do espaço urbano (produto do trabalho que produz o ambiente construído) é a localização, que não pode ser considerada um “dom gratuito da natureza”. Diante da impossibilidade de considerar a localização um produto material, uma vez que esta caracteriza-se como um atributo (de algo material), Villaça busca em Marx a concretude desse atributo, considerando a terra-localização como um produto, à esteira dos estudos sobre preço, valor e renda da terra.

Segundo Villaça (2012), o conceito de localização não foi explorado por Marx em seus estudos sobre a renda da terra, em que determina que esta pode ser considerada capital, mesmo como dado

da natureza (produto não produzido), uma vez que o capital se incorpora à terra, elevando-a à categoria de capital fixo, assim Marx propôs os conceitos de “terra-matéria” e “terra-capital”. A partir desse raciocínio, Villaça sugere a expressão “terra-localização”, em que a terra urbana, na qualidade de produto do trabalho humano, tem tanto valor de uso quanto de troca.

O valor de uso da localização urbana, potencializado pelas interações dos diferentes elementos presentes na cidade, deriva, portanto, do trabalho feito fora dela, uma vez que a terra urbana pode conferir rendimentos ao proprietário mesmo sem que nenhuma atividade produtiva seja exercida sobre ela. Nesse caso, há dois tipos de rendimentos da terra: derivado da valorização do terreno, ou resultante de alguma atividade produtiva ou não produtiva realizada no terreno.

Villaça reflete sobre a irreprodutibilidade das localizações, afirmando que toda localização tem um preço de monopólio, que varia, no entanto, em função do trabalho social a ela incorporado, a exemplo do menor preço de um lote periférico frente a outro lote em área central, ou com algum atributo natural, como a vista para o mar, por exemplo. Assim, embora toda localização seja única, há diferentes graus de monopólio, interferindo no preço final da terra-localização. Constata-se, então, a impossibilidade da distribuição equitativa das localizações:

no espaço urbano, sempre haverá os que têm as melhores localizações - frequentemente, as muito melhores - e os que têm as piores localizações - frequentemente as muito piores. Assim, a apropriação do produto “localização” sempre será objeto de disputa (VILLAÇA, 2012, p. 268).

A disputa pelas melhores localizações é associada também à disputa pelos elementos que participam dessa produção, notadamente relacionados aos deslocamentos, incluindo transportes e sistema viário. Assim, “a importância do tempo de deslocamento espacial dos seres humanos, como determinando a produção do espaço e como objeto de disputa por seu controle” (VILLAÇA, 2012, p. 268).

A partir dos pressupostos em torno da importância das localizações para a compreensão das lógicas de produção do espaço, apresenta-se, a seguir, a categoria estrutura intraurbana, considerando que é partir dessa categoria que se podem apreender as localizações intraurbanas, seus elementos e as relações que as produzem.

A estrutura intraurbana

Segundo Tourinho (2011) a noção de estrutura surge no vocabulário científico, no século XIX, com Spencer, Morgan e Marx, sendo difundida desde a década de 1930 pela corrente de pensamento denominada “estruturalista”, atingindo diversos campos disciplinares. A autora aponta a dificuldade de definição de estrutura devido suas diversas acepções, e mostra que Bastide (1973), analisando o uso do termo nas ciências humanas e sociais, conclui que nas diferentes abordagens há em comum a noção de que uma estrutura extrapola um conjunto de elementos agrupados, sendo composta, simultaneamente, pelo todo, pelas partes e pelas relações que estabelecem entre si.

As definições de estrutura, em sua diversidade, remetem à visão sistêmica, inclusive a ela se equiparando algumas vezes, no entanto, entende-se por estrutura uma fração do sistema, ou um

subsistema, uma vez que o sistema engloba todos os elementos de determinada totalidade, enquanto a estrutura “apenas aqueles que são fundamentais para o funcionamento desse todo, sendo essa essencialidade definida pela capacidade que tem de, ao se alterar, transformar o todo” (TOURINHO, 2011, p. 79). A estrutura consiste, portanto, em uma das dimensões analíticas do sistema, sem esgotá-lo.

Villaça (2001 [1998], p.12) afirma que a categoria estrutura, quando relativa ao espaço intraurbano, se refere à localização relativa de elementos espaciais e suas relações, ou, em outras palavras, corresponde a “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”.

Segundo Castells (1979 [1975], p.141), a compreensão da cidade deve partir da análise de sua estrutura, entendida como “uma organização relativamente estável de elementos básicos de uma unidade urbana, regida por uma lei determinada”, submetida às lógicas de uma formação social específica.

Tourinho (2011) defende ser a estrutura urbana uma categoria útil à abordagem do sistema espacial urbano, referindo-se à maneira como os elementos/relações essenciais, ao se modificarem, têm capacidade de modificar os demais. Na escala interurbana, a noção de estrutura expressa as distribuições e articulações entre as cidades no território; na escala intraurbana, evidencia como as partes da cidade se relacionam e organizam o todo.

A autora adverte que a estrutura urbana é algo a ser desvendado, uma vez que não deriva unicamente da apreensão empírica da realidade concreta, exigindo investigações teóricas. Os

elementos que compõem a estrutura urbana variam no tempo e no espaço e dependem da escala de análise adotada, uma vez que as estruturas, inseridas em sistemas espaciais produzidos historicamente, são mutáveis; a passagem de uma estrutura à outra se associa à dinâmica do sistema urbano, que se constitui por natureza um sistema aberto. A apreensão das fontes de transformações na estrutura urbana depende da identificação dos elementos a ela submetidos e das forças que os regem. Portanto, as análises das estruturas espaciais (inter e intraurbanas) não se constituem como finalidades em si mesma, mas como possibilidades de revelar os processos sociais que as animam, sendo inclusive instrumentos de apreensão da realidade socioespacial, passíveis ao direcionamento do processo político de transformação.

Castells (1979 [1975], p.142) observa que ao tratar-se de estrutura é preciso identificar suas relações de base e determinar os elementos dessas relações. A cidade, entendida pelo autor como uma coletividade multifuncional territorialmente delimitada, se define pela interação de quatro processos: produção, consumo, intercâmbio e gestão. Esse esquema analítico da estrutura urbana considera sua inserção na dinâmica social geral e supera a classificação funcional da cidade restrita às funções trabalho, habitação, lazeres e circulação, conforme proposto na Carta de Atenas.

A primeira relação de base, o processo de produção, engloba as atividades que direta ou indiretamente contribuem para a produção de bens ou para a organização do processo produtivo, a exemplo das indústrias, escritórios e instituições financeiras; o processo de consumo, por sua vez, é entendido na esfera da reprodução da força de trabalho, sendo a habitação seu elemento espacial resultante, como lugar de apropriação individual do produto

do trabalho social; o intercâmbio (de bens, serviços, pessoas e informações) tem duas expressões espaciais, as áreas comerciais e espaços de sociabilização, e as infraestruturas ou sistemas de circulação e transporte; por fim, o processo de gestão se especializa diretamente através de edifícios da administração pública (uso institucional), e indiretamente pela sua intervenção na organização espacial da cidade por meio do planejamento urbano.

Em perspectiva similar a Castells, ao analisar o espaço intraurbano metropolitano, na obra *Espaço intra-urbano no Brasil* (1998), Villaça considera como elementos principais da estrutura urbana os centros principais das metrópoles, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais, e as áreas industriais. À estrutura urbana estão associadas outras estruturas territoriais, como os sistemas de saneamento e transporte, a primeira, no entanto, é a mais importante porque determina e incorpora as demais.

Estabelecidos os contornos teórico-conceituais em torno da categoria estrutura intraurbana, é possível avançar em direção à compreensão dos agentes, processos e formas espaciais que a animam.

Agentes, processos e formas espaciais intraurbanos

A perspectiva teórica pautada na produção do espaço e na dialética socioespacial pressupõe a ação de agentes sociais concretos envolvidos nos processos de produção e consumo do espaço intraurbano. Refletindo sobre a questão, Corrêa (2013) observa que se trata de agentes sociais históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, contraditórias e conflituosas. O autor categoriza tais agentes em cinco grupos: dos

proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos, afirmando que a partir de sua ação o espaço é produzido, e dotado de materialidades (ruas, fábricas, cultivos, comércios etc.). A ação desses agentes pode-se dar de forma combinada, ou de maneira isolada: a ação do Estado, central na produção da cidade, frequentemente privilegia agentes privados, voltados à extração da renda da terra-localização; nos grupos excluídos, aquela parcela da população sem acesso à cidade formal, e carente de políticas públicas, a produção do espaço resulta da necessidade, essencialmente de moradia, sobretudo em localizações rejeitadas pelo mercado, áreas vulneráveis social e ambientalmente. Ao esquema teórico de Corrêa, acrescenta-se a complexidade dos processos de acumulação capitalista no período atual que se realizam através de investimentos do capital financeiro no setor imobiliário.

Entre processos sociais, de um lado, e formas espaciais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas espaciais, representado por um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade (CORRÊA 2005 [1989], p. 36).

Corrêa (2013) adverte que a noção de processo espacial, embora possa ser vista como um sinônimo de processo ecológico, na acepção da Escola de Chicago, em termos explicativos não admite nenhuma analogia com a ecologia vegetal, pois os processos espaciais representam o movimento de transformação da estrutura social, sendo, portanto, de natureza social e não ecológica. Dentre os processos espaciais e suas respectivas formas, têm destaque: a

centralização e as áreas centrais; a descentralização e os núcleos secundários; a coesão e as áreas especializadas; a segregação e as áreas sociais; a inércia e as áreas cristalizadas. A centralização e a segregação têm ocupado lugar de relevo nos estudos urbanos pelos altos níveis de determinação que exercem sobre a estrutura intraurbana.

Segundo Tourinho (2004, p. 411), a ideia de centralidade indica a aptidão de certos elementos urbanos de promover ou impulsionar fluxos de ideias, mercadorias ou serviços. Sendo assim, as áreas centrais são aquelas que possuem atributos de centralidade, portanto, a centralidade não se constitui um atributo exclusivo do centro principal ou tradicional, podendo assumir diversas outras formas de expressão na cidade capitalista contemporânea, que se espacializam em subcentros de negócios, comércio e serviços, ou em grandes equipamentos de consumo coletivo, como os *shopping centers*.

A centralidade e o centro, portanto, precisam ser entendidos como parte do processo de produção do espaço urbano, comandado por uma série de agentes sociais movidos por interesses diversos. Villaça desenvolve dois argumentos: primeiro, a natureza do centro urbano está associada à motivação das pessoas em se aglomerar em determinadas áreas da cidade, tendo em vista minimizar os desgastes com os deslocamentos espaciais necessários à sua sobrevivência material; segundo, a produção da centralidade é um processo dialético, pois toda a aglomeração (aproximação) gera também afastamento. “[...] Nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se ou deixa de ser centro” (VILLAÇA, 2001 [1998], p. 238).

O controle ou a possibilidade de escolha do tempo de deslocamento em uma sociedade de classes, mediada pelo poder

político e econômico, está nas mãos da classe dominante, que produz as localizações que lhe forem mais convenientes. De acordo com Villaça (2001 [1998], p. 239), no caso da proximidade do centro a variável tempo de deslocamento só teria papel determinante nas aglomerações mais simples, uma vez que, em realidades mais complexas, a exemplo das metrópoles, cidades grandes e algumas cidades médias brasileiras, a disputa pelas localizações urbanas envolve uma série de outras variáveis, sendo possível que as classes de maior renda optem por aumentar as distâncias de deslocamentos em prol de alguma vantagem, como amenidades naturais, por exemplo, no entanto sempre garantindo a acessibilidade ao centro, ou aos centros de seu interesse, por meio do transporte individual motorizado.

A segregação socioespacial, por sua vez, é assumida como um dos fundamentos da produção do espaço urbano, em sua dimensão negativa, evidenciando as contradições entre valor de uso e valor de troca, a partir da propriedade privada e da fragmentação socioespacial (CARLOS, 2013). Do ponto de vista empírico, com base em autores como Marques (2005), Sposito (2013) e Sabatini (2003), a segregação pode ser definida como algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento (físico) de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais. Essa definição permite a abordagem da segregação em suas dimensões objetivas, passíveis de mensuração, ao passo que viabiliza também o reconhecimento das dimensões subjetivas do processo, associadas às desigualdades de acesso e ao prestígio ou estigma sociais das áreas segregadas. Além disso, necessariamente vinculada à uma escala espacial de análise, a noção permite o reconhecimento de distintas

modalidades de segregação, não se limitando às formas extremas, onde há presença de barreiras físicas.

Dentre as premissas metodológicas relacionadas ao conceito de segregação destacamos os seguintes pontos: a segregação constitui um conceito de natureza espacial (exigindo a adoção de uma escala geográfica de análise), portanto, se difere de processos como exclusão e desigualdades sociais, embora a eles se articule; a produção da segregação resulta da ação de agentes e grupos sociais concretos; a segregação envolve um processo, podendo ser compreendida (e explicada) somente em sua dimensão espaço-temporal (MARQUES, 2005; SPOSITO, 2013).

A partir dessas considerações, supera-se a interpretação da segregação como mero reflexo da estrutura social, reconhecendo também seu papel ativo na produção do espaço urbano, enquanto processo que condiciona a vida cotidiana e as práticas sociais e se constitui, portanto, na esfera da dialética socioespacial. A segregação, nesse sentido, pode também ser entendida como um instrumento de dominação exercido pelas elites na produção desigual do espaço urbano, com objetivo de garantir privilégios locacionais, segundo parâmetros diversos (SABATINI, 2003; VILLAÇA, 2011 [1998]).

No uso residencial, a apropriação desigual do espaço urbano se manifesta de forma marcante, especialmente nas sociedades em que as desigualdades sociais são muito severas. E é no habitar, necessidade essencial para a reprodução da vida, que o sistema capitalista revela sua face mais perversa, uma vez que condiciona o acesso à habitação ao poder econômico, que está, por sua vez, concentrado nas mãos de poucos. Conforme afirma Milton Santos (2007 [1987], p. 81),

cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Ao analisar a cidade contemporânea, Sposito (2013) chama atenção para a potencialidade do par analítico segregação socioespacial e centralidade urbana para a compreensão dos processos de reestruturação intraurbana, que se materializam a partir da ampliação e transmutação da segregação em fragmentação socioespacial.

Sposito (2013) explica que à cidade monocêntrica sucedeu-se a cidade multicêntrica, com novas áreas centrais hierarquicamente inferiores ao centro principal, também denominado histórico ou tradicional, elemento principal da estrutura urbana. Posteriormente, a emergência da policentralidade denotou nova lógica, à medida que as escolhas locacionais não se orientam exclusivamente pela cidade existente, mas pela criação de novos atributos, pela produção de novas localizações intraurbanas, a exemplo das grandes incorporações de complexos multiuso, espaços comerciais, como *shopping centers* e hipermercados, e áreas residenciais, como os condomínios fechados horizontais, nas periferias.

Desse modo, ao processo de estruturação socioespacial predominante no século XX, caracterizado pelo modelo de segregação centro-periferia, sobrepõem-se novas lógicas que permitem, segundo Sposito (2013, p.78), adotar o termo “reestruturação, porque há

reorientação das escolhas locacionais, porque há diversificação delas e, sobretudo, porque o processo em curso é muito mais complexo do que aquele que vigorou até o terceiro quartel do século XX”.

As implicações do processo de reestruturação intraurbana sobre a segregação socioespacial perpassam a dispersão de novas áreas comerciais e residenciais, de média e alta renda, para áreas periféricas, tradicionalmente ocupadas pelos mais pobres. Esse processo se viabiliza através do transporte individual, que mesmo diante da ampliação das distâncias, garante maior mobilidade intraurbana se comparado ao transporte coletivo, garantindo assim acesso aos locais de trabalho e aos espaços de lazer e consumo das classes dominantes. Nesse contexto, o processo de segregação se amplia e se complexifica, viabilizado pelas relações entre o espaço policêntrico e as formas de circulação, e respaldado nas condições políticas, socioeconômicas e ideológicas que permeiam a produção do espaço urbano (SPOSITO, 2013).

Sposito (2013) reforça que as novas segregações não se restringem ao uso residencial, extrapolando a concepção original da Escola de Chicago, uma vez que a diversificação dos espaços de consumo, de práticas e percursos urbanos, incluem todas as esferas da vida cotidiana, exigindo, segundo a autora, a adoção da ideia de fragmentação socioespacial. Assim, o conceito de segregação não seria mais suficiente para dar conta da complexidade dos processos de reestruturação intrarurbana onde ocorre a radicalização das formas de segmentação socioespacial.

Trata-se, portanto, de processos que se sucedem temporalmente,

sendo a fragmentação socioespacial mais recente e mais abrangente, visto que resulta de um arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes formas de

uso e apropriação do espaço. Assim não se poderia aplicar esta ideia à cidade do começo do século XX, a partir da qual se anuncia o conceito de segregação, sendo, entretanto, possível tratar tanto da segregação socioespacial como da fragmentação socioespacial, na cidade, reservando-se esta última expressão para analisar o conjunto de formas de diferenciação e segmentação socioespacial presentes nos espaços urbanos contemporâneos, incluindo-se entre elas o par segregação - autosegregação, este muito mais atinente ao uso residencial (SPOSITO, 2013, p. 84).

Villaça (2011), ao estudar os processos de segregação na área metropolitana de São Paulo, enfatiza que no setor sudoeste há uma tripla segregação das camadas de alta renda, concentrando suas residências, seus empregos, seus comércios e seus serviços. Nessa colocação, embora não apresente a ideia de fragmentação socioespacial, o autor não restringe à segregação socioespacial ao uso residencial, evidenciando a complexificação do processo em áreas metropolitanas.

Por fim, ressalta-se, assim como o faz Sposito (2013), que é necessário tratar da segregação segundo as especificidades das diferentes formações socioespaciais, considerando que os processos de estruturação e reestruturação do espaço intraurbano, embora submetidos à mesma lógica capitalista de produção do espaço, apresentam conteúdos e ritmos particulares nos lugares.

Tomando-se o caso brasileiro como exemplo que, em linhas gerais, reproduz a realidade latino-americana, tem-se que enquanto os processos de fragmentação socioespacial são recorrentes e mais avançados nos espaços metropolitanos, os processos de estruturação intraurbana em curso nas cidades médias apresentam diferentes estágios, perpassando a manutenção da tradicional estrutura socioespacial caracterizada pelo modelo centro-periferia, a

emergência de novos padrões de autosegregação das elites, e finalmente, em casos mais complexos, a manifestação de processos de fragmentação socioespacial, caracterizados pela associação de comércios e serviços ao uso residencial, promovendo a constituição de setores privilegiados.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade e a utilidade do método e do emprego de categorias de análise voltadas à compreensão das diversas realidades socioespaciais, em suas especificidades, complexidades e temporalidades distintas.

Conclusões

A luz da revisão da literatura, esse texto buscou elencar os pontos que fundamentam a denominada perspectiva teórica da produção do espaço, tendo por objetivo central iluminar algumas categorias de análise instrumentais à escala intraurbana.

Em linhas gerais, o debate espacial se estrutura internacionalmente na década de 1970, como uma revisão do marxismo ocidental (Soja 1993 [1989]), em um momento de crise do capitalismo, efervescência cultural, e agravamento dos problemas urbanos derivados do intenso processo de urbanização. Nesse debate, Gottdiener (2010 [1985]) destaca as contribuições de Manuel Castells e de Henri Lefebvre, que apoiados em epistemologias distintas, buscaram superar as limitações da economia política marxista para compreender a natureza da organização espacial.

No entanto, é a partir das formulações de Lefebvre que se constituiu a denominada perspectiva teórica da produção do espaço, rejeitando a concepção de espaço como suporte passivo da vida material, e reconhecendo-o como uma realidade social. Sob o capitalismo, evidencia-se a dialética socioespacial, em que a

reprodução ininterrupta da vida depende da reprodução continuada do espaço, sendo, portanto, o espaço, condição, meio e produto da reprodução da sociedade (CARLOS, 2015 [2011]). Assim, a noção de produção extrapola seu sentido estritamente econômico e material.

A partir dos pontos centrais que fundamentam a perspectiva da produção do espaço, atentou-se para as possibilidades de instrumentalização dessa teoria geral à análise intraurbana, abordando categorias de análise capazes de dar conta dos arranjos internos da cidade, dentre as quais destacou-se a estrutura e as localizações intraurbanas, assim como a identificação dos agentes sociais, formas espaciais e processos envolvidos na produção da cidade. A utilização dessas categorias, sempre de forma complementar, pressupõe a possibilidade de apreensão das estruturas intraurbanas, em seus processos fundamentais, e em suas especificidades, nesse caso estabelecendo-se a possibilidade de articulação entre teoria e empiria.

Finalmente, cabe indagar em que medida o método e as categorias aqui destacados se mantêm válidos nesse início de século, dadas as aceleradas transformações socioeconômicas vivenciadas nas últimas décadas.

Conforme ressaltam Carlos, Souza e Sposito (2011, p. 14), no contexto de expansão do capitalismo e do processo de globalização, e diante da complexidade da sociedade contemporânea, a produção do espaço permanece elemento central à problematização do mundo contemporâneo, fundamental tanto à realização do processo de acumulação capitalista, quanto à (re)produção da vida, realizada em espaços-tempos concretos. Daí a necessidade de um “olhar teórico visceral e diretamente articulado” instrumental às práticas de resistência, a práxis, “em um movimento que revele o sentido e o

fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo ‘direito à cidade’”.

Carlos (2011, p. 60) reitera que, nesse período histórico, uma nova contradição fundamenta a produção do espaço: a apropriação privada de um produto socialmente produzido, sendo seu acesso mediado pelo mercado imobiliário, com sobreposição do valor de uso ao valor de troca, e evidenciando o espaço-mercadoria como constituinte da realidade e como fonte de alienação. A autora alerta que, ironicamente, o abandono do debate da produção do espaço coincide com a expansão da propriedade privada e do mundo da mercadoria, interceptando também a vida cotidiana e produzindo novas contradições.

Reafirma-se, portanto, a importância do método, entendido como um conjunto coerente de ideias e conceitos, amparado em uma visão de mundo crítica, como instrumental à compreensão da realidade, nesse caso, a realidade socioespacial intraurbana, interpretada por categorias de análise pertinentes à perspectiva teórica da produção do espaço.

Referências bibliográficas

BASTIDE, R. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. *In*: BASTIDE, R. (Org.) *Usos e sentidos do termo estrutura nas ciências sociais*. São Paulo: Editora Harder; Edusp, 1973, p. 1-12.

CARLOS, A. F. *A condição espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2015 [2011].

CARLOS, A. F. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 95-110.

CARLOS, A. F. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 54-73.

CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). Introdução. *In*: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 9-18.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 [1983].

CASTELLS, M. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. 2. ed. Tradução: Lemos de Azevedo. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1975].

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005 [1989].

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 39-60.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2010 [1993].

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *Revista Em Pauta*, v.13, n.35, p. 126-152, 1º sem. 2015.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Tradução: Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972].

LEFEBVRE, H. Prefácio: A produção do espaço. Tradução: Ana Cristina Nasser; Revisão técnica: Fraya Frehse. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.27, n.79, p. 123-132, 2013 [1985]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142013000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2019.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Brasil Blackwel, 1991 [1974].

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. *In*: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.).

São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2005, p. 19-56.

SABATINI, F. *La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina*. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento de Desarrollo Sostenible. Division de Programas Sociales, Washington. 2003. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/15146/la-segregacion-social-del-espacio-en-las-ciudades-de-america-latina>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1985].

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 61-94.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].

TOURINHO, A. O. *Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TOURINHO, H. L. *Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VILLACA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001 [1998].

VILLACA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILLACA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, pp. 37-58, abr. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.

VILLACA, F. *Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre espaço urbano*. São Paulo, 1988. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Submetido em: 20 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em: 09 de julho de 2020.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

Como citar este artigo:

FERRETTO, Diego. Categorias de análise intraurbanas na perspectiva teórica da produção do espaço. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 170-197, jan.-jun./2020.

**NOVAS ARTICULAÇÕES URBANO-
REGIONAIS DO SISTEMA
INDUSTRIAL LOCALIZADO
CALÇADISTA DE FRANCA (SP)**

*NEW REGIONAL URBAN ARTICULATIONS
OF THE INDUSTRIAL SYSTEM LOCATED
FOOTWEAR IN FRANCA (SP)*

*NOUVEAUX ARTICLES RÉGIONAUX
URBAINS DU SYSTÈME INDUSTRIEL
LOCALISÉS CHAUSSURES À FRANCA (SP)*

JOSÉ EUDÁZIO HONÓRIO SAMPAIO

Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
Fortaleza/CE.

E-mail: eudaziosampaio@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tomou como objeto de estudo as dinâmicas produtivas do Sistema Industrial Localizado (SIL) calçadista de Franca (SP), mediante o processo de reestruturação produtiva. Objetiva-se, deste modo, analisar as novas articulações urbano-regionais deste SIL, a partir da adoção de estratégias de acumulação pautadas na redução de custos, da disjunção funcional, de uma economia local em rede e, principalmente, da ampliação da divisão do trabalho, dinamizadoras dos circuitos espaciais produtivos. Para isso, uma metodologia foi traçada a partir de um levantamento bibliográfico e documental; levantamento estatístico e montagem de banco de dados; a montagem de hemerotecas temáticas e trabalho de campo. Como conclusões apontamos as novas articulações urbano-regionais estabelecidas a partir do processo de reestruturação produtiva, com base na disjunção funcional das atividades e na centralização da produção por Franca, no espaço urbano, em sua região e no território nacional.

Palavras-chave: reestruturação urbano regional, sistema industrial localizado, indústria de calçados, Franca (SP).

Abstract: The present paper took as an object of study the productive dynamics of the Located Industrial System (SIL) of footwear in Franca (SP), through the process of productive restructuring. Thus, the objective is to analyze the new regional urban articulations of this SIL, based on the adoption of accumulation strategies based on cost reduction, functional disjunction, a local network economy and, mainly, the expansion of the division of labor, dynamizers of the productive space circuits. For this, a methodology was drawn from a bibliographic and documentary survey; statistical survey and database assembly; the setting up of thematic newspapers and fieldwork. As conclusions we point out the new regional urban articulations established from the process of productive restructuring, based on the functional disjunction of the activities and on the centralization of footwear by Franca, in the urban space, in his region and in the national territory.

Keywords: regional urban restructuring, located industrial system, footwear industry, Franca (SP).

Resumé: Le présent travail a pris comme objet d'étude la dynamique productive du Système Industriel Localisé (SIL) de la chaussure à Franca (SP), à travers le processus de restructuration productive. Ainsi, l'objectif est d'analyser les nouvelles articulations urbaines régionales de ce SIL, basées sur l'adoption de stratégies d'accumulation basées sur la réduction des coûts, la disjonction fonctionnelle, une économie de réseau local et, principalement, l'expansion de la division du travail, dynamiseurs des circuits spatiaux productifs. Pour cela, une méthodologie a été tirée d'une enquête bibliographique et documentaire; enquête statistique et assemblage de bases de données; la mise en place de journaux thématiques et de travaux de terrain. En guise de conclusion, nous soulignons les nouvelles articulations urbaines régionales établies à partir du processus de restructuration productive, basées sur la disjonction fonctionnelle des activités et sur la centralisation de la production par Franca, dans l'espace urbain, dans sa région et sur le territoire national.

Mots-clés: restructuration urbaine régionale, système industriel localisé, Industrie de la chaussure, Franca (SP).

Introdução¹

A crise do regime de acumulação fordista, no último quartel do século XX, causou fortes mudanças ligadas à organização produtiva e do trabalho. A nova divisão internacional mediante à globalização levou ao reaparecimento das discussões locais, vistas como formas possíveis de saída para os problemas enfrentados (REIS, 1992; BENKO, 1999).

A produção industrial calçadista, neste aspecto, passou por transformações significativas, principalmente por meio da tentativa de redução de custos, com papel essencial das inovações tecnológicas e das reengenharias produtivas. Neste sentido, a reestruturação que não é apenas produtiva, mas territorial, está atrelada aos estímulos de flexibilidade, disjunção funcional e dinamização dos circuitos espaciais, sobretudo ao inter-relacionar espaços periféricos com centros tradicionais.

As regiões tradicionalmente industrializadas, como é o caso do Sistema Industrial Localizado (SIL) de Franca (SP), ao estarem inseridas neste contexto, consolidam uma reestruturação estratégica. As novas formas de organização produtiva e trabalho, no espaço, representam a complexidade dos processos em curso. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as novas articulações urbano-regionais do SIL calçadista de Franca.

Deste modo, algumas atividades teórico-metodológicas compõem a base da pesquisa, quais sejam: a) um levantamento

¹ O artigo apresenta alguns resultados da pesquisa desenvolvida junto ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGEO/UECE) sob a orientação do Professor Dr. Edilson Alves Pereira Júnior. Também está vinculado aos resultados de pesquisas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

bibliográfico, a partir das discussões de reestruturação produtiva e territorial, organização da produção e relações de trabalho e sistemas industriais localizados; b) um levantamento estatístico, com base no Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SINDIFRANCA) e Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); c) hemerotecas temáticas: a partir do Google Alerta e das palavras-chave: indústria calçadista de Franca, calçados em Franca etc.; e, d) trabalho de campo, voltado para o entendimento das novas articulações urbano-regionais do SIL de Franca e estratégias espaciais dos agentes produtivos, a partir de entrevistas com trabalhadores e donos de fábricas.

Além desta introdução e da conclusão, este artigo está subdividido em outras três partes, que apresentam abordagens essenciais para o presente estudo. Nos itens seguintes são analisados aspectos ligados à reestruturação produtiva e aos SILs; em seguida é feita uma discussão a respeito de Franca neste processo e, na terceira parte, acerca dos impactos urbano-regionais deste SIL específico.

Reestruturação produtiva e desenvolvimento regional: o papel dos Sistemas Industriais Localizados

A transformação político-econômica do capitalismo em fins do século XX, como ressalta Harvey (2004), caracterizada sobretudo pela transição das formas de organização do trabalho em curso e pela inserção de modelos produtivos flexíveis, reflete os aspectos iniciais da crise do modo de regulação fordista.

Neste processo, a introdução de técnicas flexíveis, bem como, a variedade de novos produtos, abre a possibilidade da reorganização do processo de produção global, ao contrário dos ditames vigentes até

então, a partir de uma tendência à divisão cada vez maior de atividades, e ainda, da concorrência de trabalho qualificado em países desenvolvidos e mão de obra barata nos países em desenvolvimento.

Desse modo, tratar de uma nova configuração de acumulação capitalista, pautada por um novo regime de acumulação, deve-se entender que ela é resultado de medidas tomadas por agentes específicos nos países capitalistas centrais, para resolver a crise estrutural que se manifestava e comprometia o aumento das taxas de lucratividade, desde a década de 1970. Tudo isso gerou uma financeirização muito maior nas relações estabelecidas por agentes econômicos nos territórios, e garantiu maior divisão do trabalho em âmbito regional, nacional e global, modificando tradicionais estruturas produtivas.

Ao mobilizarem um bloco de agentes econômicos e governamentais capazes de levar o sistema com frequência a um novo arranjo, as normas estabelecidas na busca de lucratividade máxima ultrapassam as relações estabelecidas entre as finanças e tomam forma no novo mundo industrial (VELTZ, 2008).

O aparecimento da dominação financeira, como destaca Mendéz (2018), impacta diretamente no funcionamento e na organização das empresas que, ao abrirem capital na bolsa de valores, com o objetivo de obter maiores rendimentos a curto prazo e revalorizar suas ações, que impulsionam a segmentação dos processos de produção.

No contexto dessa reestruturação do controle do trabalho, marcada pela dispersão produtiva e geográfica, os reflexos se encontram na divisão técnica dos processos produtivos, sobretudo ao incrementar novos lugares aos circuitos espaciais da produção

(PEREIRA JÚNIOR, 2012). A emergência de um novo modelo é apresentada quando o sistema produtivo se fratura, como por exemplo, os tecnopólos, a Terceira Itália, os distritos industriais ou os sistemas industriais localizados.

Um novo sistema em que o dinamismo endógeno das coletividades territoriais e locais ganham destaque enquanto justaposição às formas fordistas. As relações de sinergia e cooperação entram como perspectiva, capazes de transformar a organização socioeconômica do sistema produtivo.

Neste sentido, é notável o aumento da externalização, deslocalização de tarefas ou ainda de produção inteiras, com o objetivo de reduzir custos, elevar os benefícios da empresa, mas também, melhorar a produtividade, diminuir o enclave de empresas no território e, assim, aumentar a divisão regional e inter-regional do trabalho. Ao mesmo tempo, o impacto é sentido sobre o trabalho, com precarização cada vez maior do trabalhador e das relações laborais.

É neste sentido que Méndez e Caravaca (1996) ressaltam a descentralização produtiva, uma estratégia empresarial, tida como resposta às mudanças em curso, como possibilidade à maior capacidade de adaptação às instabilidades do mercado e a redução dos custos de desintegração do processo produtivo, mediante o maior número de estabelecimentos separados, pertencentes à mesma empresa ou empresas diferentes.

A reestruturação, como destaca Soja (1993), está ligada à uma mudança de ordenamento e configuração significativa da vida social, econômica e política. Todavia, “não é um processo mecânico e automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminadas” (SOJA, 1993, p. 194). Ela se

caracteriza como uma reforma parcial, uma mescla complexa, não podendo ser considerada como uma estrutura que sobrepõe a outra (GOMES, 2007). Passam a coexistir elementos antigos e novos e, desta forma, as empresas industriais, mesmo fazendo uso de modernas formas flexíveis, ainda apresentam características tradicionais.

O desenvolvimento rápido das ligações de subcontratação não responde somente ao problema da grande firma; visa também modificar as relações entre as pequenas e as grandes empresas e a introdução de uma dinâmica nova nos sistemas de produções regionais. O recurso da subcontratação vira uma estratégia quase sistêmica, na medida em que há uma externalização de certas atividades e isso permite à grande empresa diminuir seus custos de produção, além de levar vantagem pela diminuição dos preços a partir da especialização do fornecedor, com menores custos sociais. Tal estratégia permite que a empresa, frequentemente, controle o aparelho de produção regional (FISCHER, 1994).

É dentro desta perspectiva, e com o redescobrimto do papel regional/local com expressiva participação das Pequenas e Médias Empresas, que são utilizadas as medidas de flexibilidade expressas pela desintegração vertical. Também ocorrem novos equilíbrios entre externalização e integração de inúmeras tarefas, que geram economias de escala oriundas da produção em coletividades localizadas. O novo modelo de desenvolvimento regional, ganha expressão mediante as sinergias que passam a ser estabelecidas. As relações horizontais criadas entre agentes locais e regionais são sensíveis a todos estes processos, gerando o que muitos autores chamaram de “meios inovadores” (AYDALOT, 1985).

Segundo Fischer (1994), eles são fenômenos territorializados, com papel primordial de integração, que possuem uma dimensão espacial e de proximidade física através de uma estrutura descentralizada e favorável ao crescimento de relações e das solidariedades entre atores de desenvolvimento. Esse novo sistema torna a escala local um ambiente de múltiplas oportunidades, com relações de sinergia e de associação, repleto de novos atores importantes na estruturação da industrialização difusa.

Neste trabalho, estes fenômenos são lidos a partir da análise dos Sistemas Industriais Localizados, uma discussão iniciada por Reis (1992), pautada na difusão industrial, desenvolvimento intermédio e não metropolitano. Considera o conjunto de circunstâncias que caracterizam o sistema produtivo, a partir de suas especificidades em relação às outras formas de desenvolvimento local, sobretudo, os aspectos atrelados à reprodução social, embora coexistam o sistema de pequenas empresas, especialização, divisão local do trabalho industrial e sinergias locais de desenvolvimento endógeno.

O SIL é, portanto, uma aglomeração regional ou local de empresas concentradas em torno de um ou vários gêneros industriais, com expressivas relações de vida local e produção industrial, mas que não apresentam, ao contrário dos Arranjos Produtivos Locais², uma convergência ligada ao desenvolvimento. Isto é, embora aproveitem as amenidades territoriais, como economias externas, os agentes não tiram vantagens cooperativas.

Igualmente, é importante esclarecer que, os espaços utilizados como medidas para desconcentração de atividades

² Termo bastante difundido no Brasil, a partir dos estudos realizados pela Rede Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e formalizada em 1997.

produtivas dos países centrais em direção aos países periféricos, não condizem com os mesmos espaços locais de desenvolvimento endógeno e características territoriais, originados antes do processo de descentralização produtiva dos países desenvolvidos.

Neste aspecto, discussões acerca dos Distritos Industriais, por meio do resgate feito pelos estudiosos da Terceira Itália, Sistemas Produtivos Localizados, ou ainda, por meio dos estudos da escola californiana, com a acumulação flexível, ganharam força e se alastram até os dias atuais. Assim, a industrialização difusa e as características flexíveis destes aglomerados, dão suporte para manutenção de suas atividades, muito embora, estes sofram fortes impactos da globalização e dos aspectos ligados à financeirização atualmente, por não conseguirem se adaptar às novas demandas financeiras atuais ou por não conseguirem manter a competitividade.

É importante considerar o grau de desenvolvimento tecnológico, a competitividade, sua situação geográfica, o nível do trabalho empregado e, ao mesmo tempo, as relações estabelecidas dos agentes locais entre si e a relação destes com os externos.

Sem uma intermediação entre local/global, a partir das construções socioeconômicas e institucionais, criadas para estimularem ações e diminuírem custos, dificilmente haverá um fortalecimento destes sistemas produtivos, principalmente, quando se exige uma maior troca de informações entre agentes endógenos e exógenos.

O papel das instituições e do capital social é indispensável para reduzir as incertezas no processo de formação e consolidação dos aglomerados, sobretudo mediante a nova realidade global, como a reestruturação produtiva e territorial, se impõe como estratégia de competitividade. Quando isso não ocorre, os impactos são sentidos,

por exemplo, através do enfraquecimento do trabalho e do principal produto deste sistema, da perda de competitividade e, sobretudo, por meio de novos arranjos produtivos estabelecidos.

Assim, as antigas regiões industrializadas passam a adotar estratégias de acumulação pautadas na redução de custos e consolidam uma reestruturação urbano regional, com o uso de estratégias flexíveis multi e transescalares, na medida em que dinamizam os circuitos espaciais produtivos e complexificam as relações estabelecidas. Os impactos são inúmeros na produção e no trabalho, mas também, nos aspectos ligados à organização do território.

O Sistema Industrial Localizado de Calçados em Franca (SP): origem e consolidação

A produção de calçados de Franca tem origem em meados do século XIX, a partir de uma produção subsidiada pela principal atividade econômica da cidade, isto é, a criação de gado de corte. É neste período que os primeiros curtumes proporcionaram o início da produção de artefatos e sapatos. Canôas (2007) ressalta que o couro, que substituiu o café, foi responsável por forjar o surgimento da industrialização em Franca já na primeira década do século XX, ao ser empregado na produção de calçados, selas, arreios etc.

O que se tinha era um ambiente favorável à formação de um SIL, principalmente por: a) existir uma mão de obra pré-qualificada, uma vez que parte dos trabalhadores eram imigrantes italianos, com relações diretas na produção de calçados; b) possuir matéria prima, o couro; e, c) a própria situação geográfica do município, localizado na “Estrada dos Goyazes”, que ligava São Paulo à Vila Boa de Goiás, possibilitando assim, o aparecimento dos primeiros pontos de parada

de tropeiros (NAVARRO, 2006; CANOAS, 2007; BRAGA FILHO, 2000).

Segundo Navarro (2006), a expansão da produção francana se dá a partir de 1950, quando são dados estímulos à industrialização, com incremento da produção nacional, importação de máquinas, crescimento do mercado consumidor e logo, ampliação das fábricas do município. Há também a inserção de novos sistemas produtivos diferentes dos tradicionais calçados, como as botas, os 'sapatões' e os sapatos montados. Parte do trabalho realizado em domicílio ou em estabelecimentos menores é direcionado ao interior das grandes plantas industriais, as chamadas fábricas integradas, com formas de produção tayloristas/fordistas que se ampliavam, na busca de racionalizar o trabalho e a produção.

Na década de 1970, com os impulsos oriundos da ditadura militar às exportações, o atendimento ao mercado externo foi consolidado, sobretudo por meio de financiamento cooperativo entre o Banco do Brasil S.A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em que muitas empresas francanas passaram a exportar seus calçados. A partir de então, a busca pelo atendimento ao mercado externo passou a centrar atenção no cumprimento de prazos de entrega com grandes volumes, melhor qualidade e preços mais competitivos³.

É neste contexto, com o aumento do volume de produção para atendimento ao mercado externo e a insuficiência do espaço físico para a produção, que se intensifica o processo de terceirização. Além disso, a tentativa de racionalizar a produção mediante a reestruturação produtiva em curso, fez com que etapas antes

³ É válido salientar, que essas exportações muitas vezes não eram realizadas com marcas próprias, mas sim, com outros países, sobretudo dos Estados Unidos, que contratavam a produção de calçados no país.

concentradas no interior das fábricas passassem a ser enviadas para fora, como a costura manual e o pesponto⁴. Assim, nesta época, o trabalho em domicílio e o direcionamento às bancas foram intensificadas, como um tipo de repasse do trabalho, uma quarteirização da produção.

Franca se consolida como o maior produtor de calçados masculinos de couro do Brasil nesta década e, já na seguinte, se apresenta com o parque industrial estruturado, com a presença de um circuito produtivo completo, responsável por manter todo o sistema produtivo em pleno funcionamento.

Além de possuir as fábricas de calçados, passou a contar com produtores de insumos, como solados, adesivos, curtumes já tradicionais, matrizarias, máquinas e equipamentos, agentes de mercado interno e externo, além das instituições de ensino e pesquisa como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), ligados diretamente ao desenvolvimento de pesquisa e produtos para as indústrias e qualificação da força de trabalho.

Braga Filho (2000) destaca ainda que, apesar da conjuntura econômica dos anos 1980 ter sido de inflação e recessão, a indústria de calçados de Franca continuou mantendo o expressivo de trabalhadores estável. De acordo com o mesmo, em entrevista concedida em Franca, “nesse período, foi perceptível o crescimento populacional da cidade, sobretudo de pessoas vindas de cidades

⁴ Navarro (2006) e Lara (2007) destacam que as principais etapas terceirizadas eram Pesponto, costura e corte. No entanto, atualmente, todas as etapas podem ser realizadas fora da fábrica.

próximas, que buscavam oportunidades na produção calçadista” (entrevista realizada em maio de 2017. Informação verbal).

Na década de 1990 ocorreram as grandes transformações. O setor passou a fazer uso cada vez maior do trabalho subcontratado. Com a abertura econômica e a própria reestruturação produtiva, o país entrou em período de recessão e os reflexos de medidas liberalizantes foram sentidos diretamente na produção calçadista de Franca, com impactos nos papéis de instituições e na conformação do sistema produtivo, sobretudo por estar fortalecido pela disjunção funcional efetivada, de uma economia local em rede e, principalmente, pela ampliação da divisão do trabalho.

Novas dinâmicas espaciais e produtivas do Sistema Industrial Localizado de Franca (SP)

A indústria calçadista brasileira teve seu mapa de produção alterado ao incorporar estados nordestinos no circuito produtivo e forçar regiões tradicionais deste ramo industrial a buscarem novas estratégias competitivas ligadas, sobretudo, a diminuição de custos. Assim, o Sistema Industrial Localizado de Calçados de Franca, localizado a 400 km da capital paulista, enfrenta, desde os anos de 1990, inúmeras transformações organizacionais.

A busca por uma adequação produtiva flexível se deu através de uma nova divisão do trabalho, de reengenharias de produção e, em menor escala, por inovações tecnológicas, já que é um setor historicamente defasado. Desta forma, mesmo com o incremento de práticas flexíveis, como *just in time*, programas de controle de qualidade, grupos de trabalho e microeletrônica (CAD/CAM), as principais alterações estiveram ligadas à exploração do trabalho, ao aumento de horas trabalhadas e reorganização de

atividades, a partir da terceirização, externalização de etapas produtivas e o crescimento do número de estabelecimentos informais.

O aumento do número de bancas⁵ menores, formais e informais, no intraurbano da cidade e o deslocamento de linhas de produção para municípios da região (em São Paulo e Minas Gerais), demonstram os novos arranjos produtivos que são estabelecidos neste SIL. Além disso, é de suma importância destacar que o aumento destas empresas menores está ligado à uma flexibilização interna e externa da produção, a partir da desverticalização produtiva e da transferência de etapas para outros estabelecimentos.

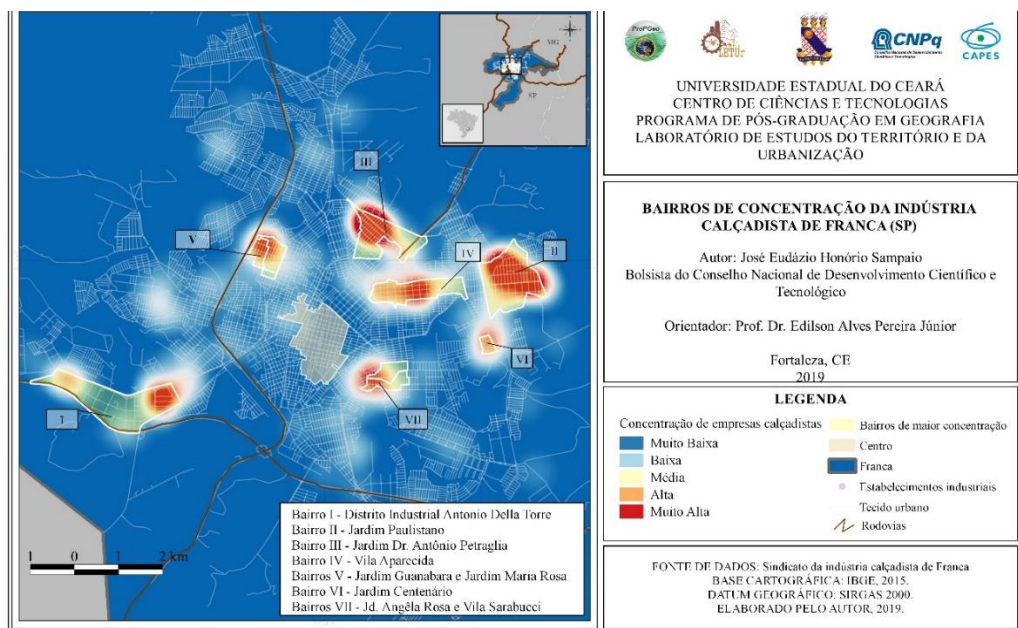
De acordo com o Ministério do Trabalho e do Emprego, o município de Franca passou de 21.949 empregos, em 1990, para 16.713 empregos diretos, em 2019. Enquanto isso, o número de estabelecimentos, passou de 769 para 1.456 (BRASIL, 2020). Há um crescimento dos estabelecimentos (90%), com representação maior de micro e pequenos, ao mesmo tempo em que há uma diminuição dos empregos (-24%), principalmente ligados aos médios e grandes estabelecimentos que passaram a externalizar atividades produtivas.

A produção de calçados de Franca cresceu, nas últimas décadas. Em 1990, representava 27 milhões de pares e chegou em 2013 a 39,5 milhões (SINDIFRANCA, 2018). O aumento na produtividade só foi possível através de medidas flexíveis de produção utilizadas por empresas maiores, ao subcontratarem estabelecimentos menores, não só no âmbito local, mas também, com um amplo circuito espacial produtivo na região e no território nacional.

⁵ Estabelecimentos produtivos calçadistas formais e informais, geralmente, especializados em determinadas etapas produtivas.

No início da atividade produtiva, as maiores e mais tradicionais empresas de calçados francanas possuíam suas plantas industriais no Centro ou em bairros centrais da cidade. A partir do aumento do comércio na área central e algumas políticas de planejamento urbano, a atividade industrial foi direcionada às áreas periféricas. Isso proporcionou, entre outras coisas, o dinamismo produtivo e expansão da infraestrutura de bairros distantes do Centro, como mostra o Mapa 1.

Mapa 1: Bairros de concentração das unidades de produção na indústria calçadista em Franca (SP).



Fonte: SINDIFRANCA (2017); Organização: Sampaio, J. E. H, 2019.

É importante destacar que os estabelecimentos representados, dizem respeito às empresas vinculadas ao Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, isto é, cerca de 10% da realidade atual da cidade, sem considerar, inclusive, os estabelecimentos

informais. O sindicato não atende às pautas de micro e pequenos estabelecimentos, por escolhas da própria instituição. Por isso, é apenas um indicativo de como se organiza a produção no tecido urbano da cidade atualmente.

Os estabelecimentos produtivos de calçados francanos estão, em grande parte, localizados em bairros periféricos, embora estendidos por toda a cidade. Em nossa análise, cinco classes de concentrações no município foram consideradas, quais sejam: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta⁶.

A concentração dos 315 estabelecimentos representados no mapa se dá, principalmente, nos seguintes bairros: Jardim Paulistano (47), Jardim Dr. Antônio Petrágli (40), Distrito Industrial (33), Vila Aparecida (32), Jardim Guanabara e Jardim Maria Rosa (19), Jardim Ângela Rosa e Vila Scarabucci (19), Jardim Centenário (11) e os outros 114 estabelecimentos, estão dispersos por todo o tecido urbano da cidade. Muitos destes bairros, com exceção do Distrito Industrial, foram formados a partir da aglomeração de ex-trabalhadores de fábricas tradicionais de Franca.

Desta forma, o direcionamento destas atividades aos bairros periféricos também tem como justificativa a proximidade com outras empresas produtoras de calçados, prestadoras de serviços, ou fornecedoras de insumo como, os curtumes, indústrias químicas, solados, borracha, enfeites etc. (SPOSITO; SILVA, 2010).

Os bairros que mais concentram estabelecimentos produtivos também são os que apresentam as mais tradicionais empresas, como o Distrito Industrial e o Paulistano, são estas

⁶ Faixas divididas a partir de modo de classificação por quebras naturais, em que se divide a amplitude dos valores de atributos em subfaixas de igual tamanho. As áreas representadas são representadas nas seguintes faixas: Muito Baixa (0); Baixa (3.01); Média (6.02); Alta (9.03); Muito Alta (12).

empresas que mais subcontratam serviços produtivos de estabelecimentos menores e/ou informais na cidade.

A produção se espalha por Franca e pela região, antes de chegar ao território nacional, por meio de pequenas fábricas que produzem partes específicas do calçado, muitas vezes, comandadas por processos produtivos de empresas maiores. Estes estabelecimentos menores se interligam com outras fábricas em diferentes áreas da cidade, a partir do transporte cotidiano de componentes, equipamentos, embalagens e, outras partes do calçado.

Aos poucos a produção é transformada, antes integrada, agora passa a ser um verdadeiro quebra-cabeça calçadista que possui o tecido urbano regional como plano de fundo, e confunde avenidas, ruas, bairros e rodovias, com linhas de produção em plena atividade.

Neste sentido, a produção passa a ser realizada em todo o espaço urbano regional, sobretudo em bairros que se distanciam do Centro da cidade ou, nas cidades próximas. No intraurbano, em cada quadra é perceptível a presença de empresas e lojas de insumos produtivos, componentes, ou máquinas e equipamentos (fotos 1 e 2).

Foto 1 e Foto 2: Insumos produtivos e componentes distribuídos nos bairros de Franca.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

É possível encontrar em Franca inúmeras bancas e pequenas empresas produtoras de calçados, dispersas nesses bairros. Muitas vezes, essas bancas estão em casas que apresentam fachada de fácil identificação (foto 3). Mas, em outros casos, estão no interior das casas (foto 4), sendo quase impossível identificá-las, exceto pelo barulho de máquinas e cheiro de cola.

Foto 3 e Foto 4: Distribuição de bancas na cidade de Franca.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Pelo observado durante a pesquisa e com base nas entrevistas realizadas em Franca, nos anos de 2017 e 2019, com trabalhadores de pequenos estabelecimentos formais e informais, as bancas informais e o próprio trabalho domiciliar tendem a estar nos fundos de quintais e casas fechadas. Seria uma tarefa difícil identificar onde todas as bancas informais estão localizadas. Mas é sabido que o trabalho informal cresceu sobremaneira nas últimas décadas, evidenciado pela abertura crescente de bancas e de trabalho em domicílio.

No sentido de compreender como se estabelece o circuito que vincula as relações produtivas entre empresas na cidade de Franca, destaca-se tanto uma concentração, como uma centralização da

produção de calçados, a partir de novas lógicas de localização dos estabelecimentos industriais com o intuito de diminuir custos produtivos, aumentar produtividade e, deste modo, se manterem competitivos, frente aos novos ditames da globalização.

As novas dinâmicas territoriais são vistas a partir de circuitos espaciais produtivos multi e transescalares, sobretudo quando as empresas passam a aproveitar vantagens competitivas na região e no território para diminuição de custos produtivos e manutenção da competitividade. O Nordeste brasileiro é o responsável por receber grande parte dos investimentos industriais calçadistas das regiões Sul e Sudeste, sobretudo, Bahia, Paraíba e Ceará.

As empresas francanas, por estarem tradicionalmente ligadas à produção de calçados de couro, apresentaram dificuldades quanto ao deslocamento para lugares mais distantes. Neste aspecto, só as maiores realizaram e, ainda assim, o fizeram por etapas. Primeiramente direcionaram sua produção à região, em seguida, encaminharam atividades produtivas ao território nacional, como fizeram entre os anos de 1990 e 2000: Samello (Paraíba), Democrata, HB e Pé de Ferro (Ceará); e, entre os anos 2000 e 2010: Ferracini, Freeway (Bahia), Sapatoterapia, Rafarillo (Ceará). Atraídas por vantagens, como os incentivos fiscais, o preço de mão de obra, a infraestrutura oferecida pelos governos estaduais e municipais e, mais recentemente, a possibilidade de exportar mais facilmente seus produtos.

A atuação da empresa Ferracini 24h é um exemplo de como o processo ocorreu. Fundada em 1984, esta empresa produz

atualmente 10 mil itens/dia⁷, dos quais 7 mil são calçados de couro (FERRACINI..., 2017). Além disso, sua produção é comercializada em 45 países, além do Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Bolívia, República Dominicana, Austrália e Noruega.

É possível perceber a relação de deslocamento de partes da produção que antes estavam concentradas em Franca, para municípios vizinhos, em Minas Gerais e outros estados, como a Bahia. O papel das políticas de atração de investimentos industriais para a Bahia, a exemplo dos estados nordestinos, pode ser evidenciado a partir da reportagem do Jornal da Franca.

Após anunciar que faria vultuosos investimentos na Bahia o Grupo Ferracini iniciou suas atividades no município de Amargosa – a 260km de Salvador – no último mês de dezembro [de 2018]. Funcionando no galpão da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC), na Avenida Luiz Sandes, que foi reformado para acolher a empresa, a partir de recursos oriundos de um convênio firmado entre o município e o Governo do Estado, a indústria de calçados masculinos inicia suas atividades com investimento de R\$12 milhões que devem gerar 300 empregos até o final de 2018 (FERRACINI..., 2018, p. 1).

Percebemos, que os incentivos fiscais oferecidos, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a concessão de uso remunerado dos galpões existentes em Amargosa foram fundamentais para instalação da empresa neste município, principalmente pela “estrutura física adequada, formada por um complexo industrial com três galpões, refeitório, guarita e localização adequada” (LICIO, 2016).

⁷ Além dos tradicionais calçados de couro, a empresa diversifica sua atuação com acessórios como: carteiras, cintos, mochilas, meias e conservadores de calçados.

A empresa recebeu incentivos fiscais do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA). Entre as vantagens oferecidas pelo território baiano, estavam:

os incentivos fiscais, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), bem como a concessão de uso remunerado dos galpões existentes em Amargosa foram fundamentais para a decisão da empresa em escolher o município baiano para expandir seus negócios no Nordeste (GOVERNADOR..., 2016, p. 2).

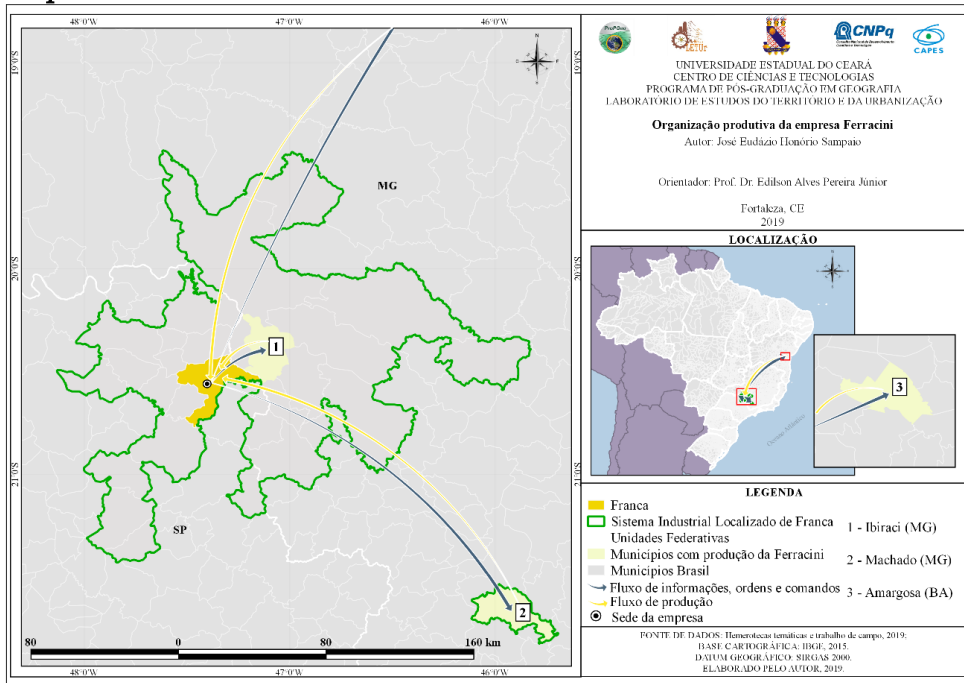
[...] a Bahia é um dos mais próximos da nossa sede em Franca, no interior de São Paulo. São cerca de 1,5 mil quilômetros de distância. É muito mais vantajoso do que outros lugares, com dois mil ou mais quilômetros de distância. Além disso, [...] condições adequadas de produção com galpões já instalados em um município culturalmente preparado para o mercado calçadista", explica Oliveira (LICIO, 2016, p. 5).

A unidade da Ferracini chega para ocupar galpões utilizados por outras empresas e “a concessão de uso remunerado dos galpões existentes em Amargosa são interessantes quando levados em conta a facilitação da logística de distribuição das mercadorias” (FERRACINI..., 2016). Além disso, a proximidade com Franca, onde a empresa mantém sua sede, em comparação a outros estados, também foi utilizada como fator de localização, uma vez que é de suma importância manter a relação com Franca.

As empresas ao buscarem expandir sua produção para outros mercados e se manterem competitivas, fazem uso das vantagens territoriais diferentes e aproveitam as possibilidades de realizar realocação industrial ao Nordeste. Foram aproveitadas as vantagens oferecidas, como incentivos fiscais e infraestrutura por governos estaduais e municipais. Também a mão de obra barata e

previamente treinada por outras empresas, proximidade com o mercado de consumo nordestino e, ainda, a possibilidade de realizar a exportação a partir dos portos foram citados. Assim, mesmo com a produção realizada em outros estados, ela continua sendo comandada por Franca, como representado no mapa 2.

Mapa 2: Articulações territoriais e organização produtiva da empresa Ferracini 24h.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Organização: Sampaio, J. E. H, 2019

Com matriz e sede em Franca, a empresa coordena e comanda todos os processos de produção. Além disso, distribui dois mil empregos diretos em outras três unidades, Ibiraci e Machado, em Minas Gerais e, Amargosa, na Bahia. Estes municípios estão articulados diretamente pelas ordens que saem de Franca, a partir dos modelos a serem produzidos em cada fábrica.

A questão da proximidade com Franca, as distâncias a serem percorridas com outros estados nordestinos, foi considerada na instalação das unidades produtivas. Isto porque algumas etapas produtivas são levadas de Amargosa (BA) para serem finalizadas na cidade sede da empresa, assim como acontece com a produção realizada em Machado e Ibiraci (MG).

Tais articulações são identificadas, a partir dos fluxos de informações e produção, já que modelos, insumos e fichas de produção saem da sede das empresas em direção a estes municípios e, posteriormente retornam, como partes do calçado ou calçados finalizados. Neste sentido, o circuito espacial produtivo interliga tais municípios e é comandada por Franca, o que fortalece o papel de concentração e centralização da produção.

Para compreender este movimento espacial contraditório, Lencioni (2017) destaca a diferença entre dois conceitos essenciais para a leitura da dinâmica urbana atual e que dizem respeito à reprodução social, a concentração e a centralização. Por concentração entende-se a expansão dos meios de produção e do número de trabalhadores, que indicam a ampliação da base de acumulação. No âmbito do urbano, pode ser identificado a partir da concentração de atividades econômicas que modificam a malha urbana e a aglomeração.

Enquanto isso, a centralização trata diretamente da aglomeração de capitais, quando frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam. A abolição do capital individual, que transforma capitais menores em um único capital maior, indicando uma reorganização na distribuição da propriedade dos capitais e de seu controle. Na leitura do urbano é possível

verificar a localização da gestão empresarial dos grupos econômicos e das grandes empresas em rede (LENCIONI, 2017).

No âmbito da produção e do trabalho intra-empresa, cada fábrica agora sediada passa a estar organizada de maneira diferente, a variar de acordo com o tipo de calçado produzido. Assim, na sede da empresa, poucas atividades do “chão de fábrica” são realizadas. O que se observa por meio desta disjunção funcional é uma divisão territorial do trabalho que não é só técnica, mas também social, uma vez que há uma tendência à externalização de etapas de produção mais onerosas à empresa e menos qualificadas. Enquanto isso, comando, gestão e design, etapas mais qualificadas, por exemplo, permanecem na sede da empresa e comandam todo o circuito.

No geral, são as grandes empresas que realizam tais estratégias, a fim de reduzir os custos de produção, manter competitividade e aumentar a produtividade. Assim, as ordens, modelos e informações da produção saem de Franca para outros municípios e/ou outros estados, onde o calçado ou parte dele é produzido. Ao mesmo tempo, a relação existente de fluxo de mercadorias, quando partes da produção ou o calçado finalizado retornam para o centro produtivo, pode ser observada.

Este exemplo empírico serve de base para compreensão da dinamicidade das novas práticas produtivas da indústria calçadista. No caso de Franca, a articulação regional passa a ser estabelecida diretamente com municípios da região, tanto de São Paulo, como de Minas Gerais, onde as empresas instalam unidades com algumas etapas produtivas que, no geral, são encaminhadas de volta à Franca, para serem finalizadas.

Tudo isso fortalece não só a articulação regional deste Sistema Industrial Localizado, como dinamiza o circuito espacial

produtivo que se complexifica ao perpassar redes de pequenas empresas, muitas vezes, especializadas em etapas da produção, no intraurbano e na região, ou ainda, no território nacional, quando as empresas ou grupos empresariais aproveitam vantagens oferecidas. Estas redes produtivas são articuladas por empresas maiores, mas as menores também fazem uso destas estratégias flexíveis.

Considerações finais

O processo de reestruturação produtiva iniciado em fins do século XX impactaram diretamente nas estratégias produtivas e nas relações de trabalho em escala global. As grandes mudanças estiveram diretamente ligadas ao incremento de estratégias flexíveis, em detrimento da rigidez existente. Deste modo, entram em pauta questões ligadas ao desenvolvimento regional e dos Sistemas Industriais Localizados

A indústria calçadista, por necessitar de uma grande quantidade de mão de obra, é um dos gêneros industriais que mais são impactados pelas novas organizações produtivas de caráter flexível, mas que apresentam mescla de formas de produção fordistas. Neste artigo a discussão de um tradicional SIL calçadista do estado de São Paulo que enfrenta, desde os anos de 1990, fortes impactos ligados estas mudanças.

A produção calçadista de Franca passa a estabelecer relações interessantes com o território nacional, ao conformar redes de articulações complexas que envolvem agentes e ações em diversas escalas e intensidades. Portanto, o SIL não fica indiferente ao processo de reestruturação e aos novos interesses competitivos, quando buscam reduzir custos produtivos por meio da disjunção funcional.

No intraurbano, é notável o aumento da concentração de estabelecimentos em bairros periféricos da cidade que, muitas vezes, terceirizam partes ou toda a produção às bancas, ou para estabelecimentos menores, formais e informais.

A centralidade produtiva de Franca é evidenciada quando se trata de analisar sua articulação regional que interliga municípios de São Paulo e de Minas Gerais, mas também, a articular a produção em outros estados mais distantes, como o Ceará e na Bahia, onde as empresas locais instalam filiais produtivas. No primeiro caso, é evidente a complexa divisão inter-regional do trabalho, expandindo a mancha regional de influência de Franca.

No âmbito dos estados nordestinos, destaca-se uma divisão do trabalho que também é técnica, pois as etapas da produção mais qualificadas permanecem no local de origem e, o chão de fábrica, passa a ser deslocado a outros estados, o que destaca o papel do espaço nesta articulação, a partir da ampliação da precarização do trabalho e do acirramento das desigualdades urbano regionais.

Referências bibliográficas

AYDALOT, Philippe. *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica, 1985. 487 p.

BENKO, George. *Economia, espaço e globalização: na aurora do Século XXI*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 1999. 266p.

BRAGA FILHO, Hélio. A reorganização da indústria de calçados de Franca. *FACEF Pesquisa*, Franca, SP, v. 3, n. 2, p. 99-124, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Base de dados estatísticos: RAIS/CAGED*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>, acesso em: 11 maio. 2018.

CANÔAS, J. W. (Org.). *Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados*. Franca, SP: UNESP, 2007. 336p.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan, 1994. 212p.

FERRACINI terá fábrica de calçados na Bahia. *A tarde*. 26 set. 2016. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1804435-ferracini-tera-fabrica-de-calçados-na-bahia>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FERRACINI inicia operação na Bahia e pretende gerar 300 empregos até final de 2018. *Jornal da Franca*, Franca, 11, jan, 2018. Economia. Disponível em: < <http://jornaldafranca.com.br/ferracini-inicia-operacao-na-bahia-e-pretende-gerar-300-empregos-ate-final-de>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. *LinkedIn*, 2017. Sobre nós. Disponível em: < <https://www.linkedin.com/company/calçados-ferracini-ltda/about/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

FISHER, André. *Industrie et espace géographique: introduction à la géographie industrielle*. Paris: Masson, 1994. 137p.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. *O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto*. 2007. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOVERNADOR Rui Costa anuncia implantação de fábrica de calçados em Amargosa. *Jornal Grande Bahia*. 21 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/09/governador-ruicosta-anuncia-implantacao-de-fabrica-de-calçados-em-amargosa/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004. p.115-177.

LARA, Ricardo. O trabalho invisível em Franca - SP. In: CANÔAS, J. W. (Org.). *Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados*. Franca, SP: UNESP, 2007. p. 233-327.

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, Metropolização e Regionalização*. São Paulo: Consequência, 2017.

MÉNDEZ, R.; CARAVACA, I. *Organización industrial y territorio*. Madrid: Síntesis, 1996.

LICIO, Melo. Ferracini investirá R\$ 12 milhões em nova fábrica. *BVMI*, Campinas, 11, dez, 2016. Disponível em: <<https://www.bvmi.com.br/ferracini-investira-r-12-milhoes-em-nova-fabrica/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

NAVARRO, Vera Lúcia. *Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 304p.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 478 p.

REIS, José. *Os espaços da indústria: a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1992. 278 p.

SAMPAIO, José Eudázio H. *Novas dinâmicas territoriais do sistema industrial localizado calçadista de Franca (SP)*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, fevereiro de 2020. 331p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SAMPAIO, José Eudázio H.; PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O sistema industrial localizado de calçados de Franca (SP) e sua nova configuração urbano regional. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Rio de Janeiro, 2019.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA. *Relatório Mensal: Nicc polo Franca*. Franca, SP. 2018. Disponível em: <<http://www.sindifranca.org.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 323 p.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Anderson Alberto da. *Relatório de iniciação científica da FAPESP: caracterização e especificidades de um polo industrial calçadista: o exemplo de Franca-SP*. Presidente Prudente, [s.n], 2010. 75 p.

VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Éditions Gallimard, 2008. 276 p.

Submetido em: 28 de março de 2020.

Devolvido para revisão em: 08 de junho de 2020.

Aprovado em: 25 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

SAMPAIO, José Eudázio Honório. Novas articulações urbano-regionais do sistema industrial localizado calçadista de Franca (SP). **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 198-226, jan.-jun./2020.

**ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA
LOCAL E REGIONAL E OFERTA
EDUCACIONAL: O CASO DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

*LOCAL AND REGIONAL ECONOMIC
SPECIALIZATION AND EDUCATIONAL
SUPPLY: THE CASE OF THE FEDERAL
INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE
AND TECHNOLOGY OF THE STATE OF
RIO DE JANEIRO*

*ESPECIALIZACIÓN ECONÓMICA LOCAL Y
REGIONAL Y OFERTA EDUCACIONAL: EL
CASO DE LOS INSTITUTOS FEDERALES
DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y
TECNOLOGÍA DEL ESTADO DEL RIO DE
JANEIRO*

**MAURO SERGIO PINHEIRO DOS SANTOS DE
SOUZA**

Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística (IBGE) – Rio de Janeiro/RJ.
E-mail: maurospss@gmail.com

Resumo: A expansão sistemática da rede federal de ensino profissional, a partir de 2005, e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, suscitaram novas possibilidades às diferentes localidades e regiões do país. As instituições federais de ensino profissional, sobretudo a partir da criação dos Institutos Federais, foram imbuídas da responsabilidade de ofertar cursos profissionais técnicos de nível médio, cursos superiores e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* congruentes às características econômicas locais e regionais de onde estão localizadas. Tais transformações estão intrinsecamente relacionadas às mudanças operadas no sistema produtivo que repercute no modo de atuação do Estado, que tem mobilizado as escalas subnacionais para o desenvolvimento nacional e a competição econômica. Nesse sentido, este trabalho apresenta um panorama sobre a oferta educacional no estado do Rio de Janeiro dos Institutos Federais, a partir da caracterização econômica estadual.

Palavras-chave: educação profissional, economia regional, desenvolvimento local.

Abstract: The systematic expansion of the federal vocational education system since 2005 and the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology in 2008 have given new possibilities to the different localities and regions of the country. The federal institutions of vocational education, especially since the creation of the Federal Institutes, have been imbued with the responsibility of offering professional technical courses of intermediate level, undergraduate courses and post-graduate studies attuned to the local and regional economic characteristics of where they are located. Such transformations are intrinsically related to the changes in the productive system that have repercussions on the State's way of acting, which has mobilized subnational scales for national development and economic competition. In this sense, this work presents an overview of the educational offer in the state of Rio de Janeiro of the Federal Institutes, based on the state economic characterization.

Keywords: vocational education, regional economic, local development

Resumen:

La expansión sistemática de la red federal de enseñanza profesional desde 2005 y la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en 2008 suscitaron nuevas posibilidades a las diferentes localidades y regiones del país. Las instituciones federales de enseñanza profesional, sobre todo a partir de la creación de los Institutos, se han imbuido de la responsabilidad de ofrecer cursos profesionales técnicos de nivel secundario, cursos superiores y postgrado *lato sensu* y *stricto sensu* congruentes a las características económicas locales y regionales de donde están localizadas. Tales transformaciones están intrínsecamente relacionadas con los cambios operados en el sistema productivo que repercute en el modo de actuación del Estado, que ha movilizad las escalas subnacionales para el desarrollo nacional y la competencia económica. En este sentido, este trabajo presenta un panorama sobre la oferta educativa en el estado de Río de Janeiro de los Institutos Federales, a partir de la caracterización económica estadual.

Palabras-clave: enseñanza profesional, economía regional, desarrollo local.

Introdução

O Governo Federal, a partir de 2005, expandiu a rede federal de ensino profissional como uma estratégia na política pública da Educação nacional, com vista ao desenvolvimento local e regional em todos os estados e no Distrito Federal. Essa política, ao mesmo tempo, expandiu e desconcentrou a rede federal de ensino profissional, em vista, primordialmente, da formação de profissionais qualificados para atender às especializações e características da economia local e regional em todo o território brasileiro.

Assim, a expansão da rede federal possibilitaria que as instituições federais de ensino se tornassem estratégicas para o desenvolvimento territorial, pois fomentariam renovadas oportunidades à comunidade local e regional. Na ampliação da rede federal de ensino profissional e na constituição da nova figura institucional da rede, os Institutos Federais, a partir de 2008, propugna-se a oferta educacional congruente às características econômicas locais e regionais da onde se localiza cada unidade do Instituto Federal.

As mudanças percebidas na orientação da formação de novos profissionais que possam atender às especializações econômicas locais e regionais estão no bojo de alterações da forma de ação do Estado brasileiro, sobretudo a partir de estímulos do governo central. Atende, por um lado, às dinâmicas próprias do capitalismo contemporâneo, em que as escalas subnacionais são convocadas a assumirem novos protagonismos no desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que se garante tais localidades de mão de obra capacitada para atuar local e regionalmente.

Esse processo é reflexo da uma nova forma de se pensar e planejar o território, a partir de uma perspectiva em que as

instituições federais de ensino são parte integrante e relevante do local onde atuam. Com isso, a forma de ação do Estado que percebia o espaço “como simples meio de alocação, depósito de objetos planejados nos âmbitos locais e sem pensar nos diferentes territórios vizinhos da mesma nação” (FERREIRA & DANTAS, 2012) tem sido substituída por outra que “se volta à captação das peculiaridades, fundadas nas condutas culturais de cada região, localidade ou nação no qual é formulado” (*ibid.*).

Nossa contribuição será balizada pelo objetivo de entender se o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Instituto Federal Fluminense (IFF) atendiam aos municípios e às regiões estaduais onde estão instalados, até 2016. Com isso, investigamos se os Institutos Federais privilegiam uma formação acadêmica e profissional, nos cursos presenciais de nível médio integrado ao ensino técnico e concomitante/subsequente ao nível médio, nível superior (bacharelados, tecnológicos e licenciaturas) e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em consonância com as especificidades econômicas dos municípios e regiões onde estão instalados.

A opção de não nos referenciarmos aos cursos do Programa Nacional do Ensino Técnico PRONATEC/FIC, Educação a Distância (EAD) e PRONATEC-Mulheres Mil se assenta na diferença da estrutura dos cursos ofertados nessas modalidades. Salienta-se que esses cursos são ofertados com uma estrutura específica, em que há a realização de tutoria, no caso da Educação a Distância; a possibilidade de contratação de docentes não integrantes dos quadros dos Institutos, no caso do PRONATEC; e a realização de contrato de docentes e técnico-administrativos por meio de bolsa. Interpretamos, então, que essas modalidades educativas não se apresentam como as melhores opções para caracterizar o papel traçado para os Institutos

Federais e, mais do que isso, podem indicar uma “precarização do ensino e cursos desconexos com a instituição” (NOVAES, 2012, p. 9).

Ademais, frisa-se que essas instituições devem articular o ensino, a pesquisa e a extensão; no entanto, consideramos imprescindível realizar um recorte para a análise pretendida. Em visto disso, não trabalharemos com os projetos elaborados pelos Institutos através dos programas de extensão, apesar de reconhecermos a importância desses projetos para a comunidade local.

Espera-se que os Institutos Federais capitalizem os percursos formativos, as particularidades culturais dos atores sociais e as características econômicas do território de atuação, nas escalas local e regional. Incumbe às instituições orientar sua oferta formativa com base no território de abrangência de atuação e em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos¹, sociais e culturais locais. Portanto, as instituições precisam encaminhar suas atividades acadêmico-científicas com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento do município e da região, a fim de prospectá-las em benefício da economia local e regional.

O trabalho foi dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais: na primeira, apontamos a importância de ressignificação da educação profissional e o modo pelo qual essa ressignificação importa ao território; na segunda parte, realizamos a caracterização econômica do estado do Rio de Janeiro a partir de múltiplas propostas que conferissem um panorama amplo da

¹ “[...] o conceito de arranjos produtivos locais – APLs – é utilizado para referenciar aquelas aglomerações produtivas que não apresentam significativa articulação entre os agentes locais e que, portanto, não podem se caracterizar como sistemas [produtivos locais]” (VARGAS, 2002, p. 10).

economia local e regional; na terceira, detivemo-nos na análise dos cursos ofertados pelos dois institutos existentes no estado do Rio de Janeiro e a aderências dos cursos às características econômicas locais e regionais.

Os Institutos Federais como promotores da educação profissional nas escalas subnacionais

É cediço que o Brasil ingressou no século XXI ainda com lacunas a serem superadas, tais como, a formação educacional da sociedade brasileira. Tal lacuna é socialmente notada não somente ao que tange à ampliação do acesso à educação formal em si mas também por significar um problema a partir da percepção dos baixos índices na qualidade da educação ofertada, assim como dos problemas estruturais do sistema de educação (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003; KUENZER, 2000; MANFREDI, 2002). Pode-se apontar, além disso, que os avanços no campo educacional não oferecem resultados imediatos e, mais ainda, os efeitos desses avanços reverberam de modo desigual no tempo e no espaço.

Assumir que as opções políticas no campo educacional influenciam diretamente a realidade socioespacial nos impeliu a compreender de que modo os Institutos Federais importam à realidade local e regional, tendo por enfoque a sua oferta educativa e a correlação com os territórios de abrangência. A criação dessa nova institucionalidade emergiu como um vetor estratégico da política pública de Educação do Governo Federal que tem visado, nas escalas local e regional, induzir a produção de inovações técnicas, tecnológicas e de tecnologias sociais ; formar profissionais para atender ao mercado de trabalho; elevar a educação da população

atendida; e gerar soluções de problemas a partir das demandas que aparecem nessas escalas.

A expansão da rede federal de ensino e a revalorização e ressignificação do ensino profissional se iniciaram antes da criação dos Institutos Federais. Não obstante, a requalificação da relevância dessa modalidade educativa alcança seu ápice e coroa o processo de ressignificação da educação profissional na consolidação dos Institutos Federais.

Dessa forma, entendemos que a concepção dos Institutos Federais, com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, emergiu no contexto em que, ao mesmo tempo, buscava-se reorientar as visões políticas sobre o papel a ser desempenhado pela União na oferta da educação pública, no geral, e a profissional, em particular. Além disso, intencionou-se conferir um sentido a essa modalidade educativa congruente com as exigências e os desafios impostos pela dinâmica econômica do capitalismo e da sociedade brasileira contemporânea.

A política pública de criação dos Institutos Federais para a educação profissional contemplou todos os estados e o Distrito Federal, o que chancela um projeto de alcance nacional com impactos relevantes nas diferentes regiões do país. Buscou-se conferir novos objetivos à educação profissional, convertida em trunfo a favor do desenvolvimento local e regional. Ademais, a educação profissional voltada para a promoção de inovações técnicas e tecnológicas, bem como práticas voltadas para a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, dever-se-ia balizar nas potencialidades e especializações locais e regionais e na resolução das demandas locais e particularidades regionais.

Por outro lado, é necessário deixar nítido o que se entende por educação profissional. Entre os estudiosos da educação, diversas são as designações utilizadas para apreender esse significado: ensino profissional, formação profissional ou técnico profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação e capacitação. As diferentes expressões são forjadas historicamente com o intuito de traduzir o ambiente produtivo e a reorganização dos processos de trabalho no qual se assentam (MANFREDI, 2002, p. 57).

Ao ampliarmos nossa perspectiva, quando nos referimos à educação como um desafio, pautamo-nos sob a ótica de desenvolvimento social, político e econômico da sociedade. Como bem lembra Manfredi (2002, p. 49), a educação não é, por si só, garantidora de trabalho e emprego, já que é a estrutura de organização da produção, do mercado de trabalho, ou seja, a conjuntura macroeconômica e política do capitalismo que propicia a criação de postos de trabalho. Ainda assim, compreender o papel da Educação e, mais especificamente, da Educação Profissional, é adentrar um campo complexo, em que estão em disputa diferentes concepções de formação ou qualificação do trabalhador.

A educação profissional enseja novas perspectivas ao cidadão e se constitui como um aspecto fundamental do desenvolvimento. Porém, ao se partir do princípio de que a qualificação educacional propicia uma maior empregabilidade e acarreta novas possibilidades para a realidade socioeconômica. Não obstante, importa reconhecer que a educação, por si só, não consegue gerar trabalho e renda, pois essa depende de um “conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico” (GRABOWSKI, 2006, p. 84).

Manfredi (2002, p. 107) aponta que as alterações que se operaram no sistema produtivo, com a acumulação flexível do capital, provocaram tensões entre o antigo modelo de educação profissional e as novas necessidades impostas pelo mundo do trabalho. É a partir das mudanças do sistema de produção do capital que se delineia uma problematização da base educacional do país, em que a educação profissionalizante deveria corresponder às transformações estruturais daí advindas (FERRETTI, 1997).

A transmutação necessária para a educação englobaria uma visão mais larga, em que não só se conjugaria a integração ao mundo do trabalho, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, compreenderia uma formação crítica de base científica, percebidas pelo prisma das condicionantes sócio-históricas e culturais da sociedade (SETEC/MEC, 2004, p. 8-9).

As reformas engendradas pela União reforçam notória preocupação sobre a qualidade da educação nacional e o papel a ser desempenhado pela educação de nível médio e profissional no sistema educativo. Tal inquietação sobre a relevância da educação em bases científicas se ampara na perspectiva de que essa concepção de educação deveria conferir maior amplitude, ao não se limitar tão somente às exigências impostas pelo mercado de trabalho (SETEC/MEC, 2004). Por outro lado, essas transformações do sistema produtivo que reclamavam profissionais com mais habilidades para atender às necessidades econômicas, para além de uma formação meramente tecnicista/taylorista, afetaram, também, a forma de ação do Estado.

Becker (2009, p. 35) aponta que o Estado, entre o segundo pós-guerra e os anos 1970, assume maior poder, forjando-se o Estado

Keynesiano², em que se manifestam novas estratégias e escalas de ação. Vislumbra-se, nesse período, como prática estatal, o planejamento territorial centralizado, que visava organizar espacialmente a economia nacional como um sistema de regiões. A macrorregião se tornara a escala ótima para a ação do poder centralizado, na medida em que favorecia a unificação do mercado e as parcerias negociadas com as elites regionais.

A partir de 1970 se processa incisiva reestruturação econômica, política e geográfica do planeta. Reconstitui-se a potência social e política do espaço em múltiplas dimensões que não só a do Estado-Nação (BECKER, 2009). A integração global da economia se apresenta como aspecto notório no novo contexto sociopolítico e econômico, em que o esgotamento do fordismo e a nova estratégia da grande empresa em rede é fator-chave.

Tal configuração é capaz de atribuir, à empresa, a flexibilidade necessária, a velocidade acelerada e a conectividade ampla, ao fortalecer o poder privado não só na economia como na política. A crise fiscal e política do Estado, acompanhada da crise do planejamento centralizado e do foco na macrorregião como escala ótima da ação estatal, são corolários desses processos (BECKER, 2009, p. 36). A ocorrência dessas crises se desdobrou no empreendimento de políticas que privilegiassem outras escalas, como a local e a regional.

O processo de reforma do Estado apresenta tendências de longa duração, devido ao fato de que atualmente os cenários político-

² Entende-se por Estado Keynesiano: “O Estado capitalista, com sua autonomia política e institucional, que se construiu principalmente nas economias desenvolvidas no período do pós-guerra e se articulou com os demais fatores tipicamente fordistas, tem características que podem ser sintetizadas como keynesianas, ao justificar gastos estatais com impactos tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda e também para financiar a formação do regime de bem-estar social.” (ARIENTI, 2003, p. 100).

econômico-sociais nacionais são muito mais densos e complexos (RÜCKERT, 2005a, p. 80).

Os anos de 1990 e o início do século XXI se caracterizam como tempos de globalização financeira e de industrializações crescentemente flexíveis, de sistemas territorializados de produção, de capitais sem compromissos com os lugares; de investimentos e desinvestimentos em mercados financeiros voláteis; de ameaças constantes aos Estados nacionais pelas intempéries financeiras; pelas desregulamentações unilaterais de mercado dos países do Sul e pelos novos protecionismos dos mercados dos países do Norte (*ibid.*, p. 81).

Além desses acontecimentos, Rückert (2005b) vislumbra que, com o advento da democracia, os atores das escalas locais e regionais podem empreender experiências que valorizem suas realidades locais. Percebe-se, com isso, a relevância da descentralização de tarefas regulatórias para escalas subnacionais, ao não se restringir apenas à supranacional.

A escolha de espaços locais e regionais para o desenvolvimento econômico não ocorreu num quadro institucional fixo – ela foi viabilizada por uma transformação fundamental das configurações escalares do Estado, e passou, então, a acelerar essa transformação (BECKER, 2009, p. 42). Significou a desestabilização da primazia da escala nacional com novas hierarquias escalares da organização das instituições estatais e das atividades regulatórias do Estado.

As ações promovidas pelo poder público, nas escalas subnacionais, referem-se, antes de tudo, a uma estratégia que busca fortalecer e engajar a competição em diferentes territórios. Não haveria, então, algo novo na essência nos discursos e nas ações do

planejamento: eles visam engajar os territórios nas diferentes escalas, com seu tecido social e conhecimento produzido, para se competir mais e melhor (BECKER, 2009, p. 47).

Esse efeito de reescalonamento do Estado pode ser percebido no processo de expansão da rede federal de ensino profissional, com a criação de novas unidades dos Institutos Federais em municípios do país. A União visa, por um lado, guarnecer as escalas subnacionais de instituições capazes de fortalecer essas escalas na produção científica, formação de profissionais qualificados, elevar a educação etc. Por outro lado, tais instituições estão formalmente subordinadas ao Governo Federal, em face das normas, do financiamento, da contratação de profissionais etc.

Com a ação dos Institutos Federais, privilegiar-se-ia uma formação que fornece subsídios à promoção do desenvolvimento de novas habilidades e competências dos beneficiados por esse vetor da política pública de Educação. Ao mesmo tempo, propiciar-se-ia o incentivo do desenvolvimento de inovações técnicas e tecnológicas, em vista do fortalecimento das escalas subnacionais na competição econômica.

Nesse panorama, os Institutos Federais surgem calcados na premissa de fortalecer e engajar as escalas subnacionais. Assim, o fortalecimento pode ser entendido a partir das múltiplas ações institucionais que beneficiem a comunidade local e regional desenvolvidas por essas instituições. Com isso, investigar a oferta educativa dos Institutos Federais no estado do Rio de Janeiro é pertinente, na medida em que as instituições, a princípio, devem considerar as características e potencialidades do território de abrangência para orientar suas ações.

Caracterização econômica do estado do Rio de Janeiro

A caracterização econômica dos municípios e das regiões onde os *campi* dos Institutos Federais estão instalados no estado do Rio de Janeiro é relevante, posto que aos Institutos Federais cabe uma oferta educativa e um conjunto de ações que privilegiem as escalas local e regional, em proveito das potencialidades e especializações econômicas do território fluminense.

É nesse sentido que o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica à época de criação dos Institutos sustentou que os Institutos, com sua conformação multicampi, teriam compromisso com as regiões de abrangência, em que os cursos ofertados devem se adequar às potencialidades regionais (PACHECO, 2011, p. 14; 21-22). Além disso, cabe aos Institutos Federais atenderem também aos arranjos produtivos locais, conforme se estabelece na lei que os criou.

Aponta-se, a princípio, a prevalência da mesorregião³ para orientar as ações dos Institutos Federais (*ibid.*, p. 21), ainda que haja discricionariedade em relação à área de abrangência onde podem atuar. Todavia, a fim de operacionalizar as análises empreendidas nesta pesquisa, prescindiremos do uso das mesorregiões estabelecidas pelo IBGE.

Duas razões fundamentais justificaram nossa escolha: as mesorregiões mais recentes estabelecidas pelo IBGE datam de 1990 e, passados mais de 25 anos de sua realização, ensejar-se-ia uma regionalização mais representativa das mudanças que se operaram

³ As mesorregiões são definidas pelo IBGE como “uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.” (IBGE, 1990, p. 8).

nesse período. Além disso, o segundo fator que nos impele a adotar outro recorte regional, que se desdobra do primeiro, parte da premissa de que há mesorregiões demasiadamente abrangentes. Exemplifica-se com a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que essa região abarca 30 municípios, ao englobar desde a capital fluminense até municípios do Vale do Paraíba, com características e dinâmicas regionais muito diversas, ainda que se articulem entre si.

Reconhecemos que a operacionalização de uma política pública necessita de recortes institucionalizados. Em uma política pública de abrangência nacional, faz-se necessário utilizar de recortes com critérios únicos, para todo o país. Não obstante, os critérios usados com base na mesorregião para a expansão da rede federal não necessariamente são os mais adequados para orientar a oferta formativa dos Institutos Federais.

Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018) do Instituto Federal do Rio de Janeiro se utiliza da regionalização definida pela antiga Fundação CIDE, atual CEPERJ, subordinada ao Governo Estadual para orientar suas atividades acadêmicas. Esse exemplo reforça nossa percepção de que nem sempre a mesorregião é a melhor opção para servir como referência na área de abrangência de um Instituto Federal.

Não foi escopo deste trabalho empreender a árdua tarefa de estabelecer uma regionalização que satisfaça a critérios específicos para delimitar a área de atuação dos Institutos Federais. À vista disso, optamos por usar a regionalização do SEBRAE/RJ por ser mais recente (2011) e nos parecer suficientemente adequada para subsidiar a investigação que realizamos posteriormente neste trabalho.

Ademais, incorporaremos à nossa análise o estudo das especializações econômicas regionais⁴ elaborado por La Rovere e Paranhos (2011), que seguiu ao recorte estabelecido pelo SEBRAE/RJ. Esse estudo considera na metodologia dados sobre emprego formal, remuneração e os setores econômicos, tornando-se útil para indicar quais atividades econômicas possuem maior preponderância na economia fluminense, a partir de um recorte regional. A abordagem realizada pelas autoras serve como um referencial para analisarmos, posteriormente, a correlação dessas especializações com os cursos que são ofertados pelos Institutos Federais.

Os Institutos Federais devem atender, também, aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas. Disso decorre que a existência de tais concentrações produtivas é um indicativo importante para orientar a oferta formativa dessas instituições. Por isso, usaremos diferentes estudos sobre os arranjos produtivos locais identificados no estado do Rio de Janeiro para consubstanciar a caracterização econômica do território fluminense.

Para essa caracterização dos arranjos e concentrações econômicas no estado do Rio de Janeiro utilizaremos a análise realizada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES). O Banco agrupou diferentes trabalhos de instituições e órgãos públicos que atuam no estado do Rio de Janeiro na consolidação ou fomento a arranjos produtivos locais e concentrações econômicas. As

⁴ “Em todas as regiões, com exceção da capital, foram consideradas atividades de especialização da região, as atividades econômicas que estão presentes em pelo menos dois municípios. Na capital são listadas todas as atividades econômicas identificadas a partir dos indicadores e dos filtros de especialização. A relevância das atividades econômicas nas regiões também é determinada pela sua diversidade de classes CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas – IBGE]”. Para detalhes da metodologia adotada pelas autoras, consultar LA ROVERE & PARANHOS (2011).

metodologias⁵ de identificação dessas concentrações e arranjos se diferenciam e, assim, é oportuno usarmos a diversidade que cada estudo oferece para ampliar as possibilidades de interpretação da realidade econômica do estado.

Em um panorama geral, o estado do Rio de Janeiro é marcado por uma grande diversidade socioespacial decorrente de um processo histórico de formação que relegou características específicas que se expressam na diversidade e na disparidade regional. Ao se comparar o Produto Interno Bruto de 2000 e 2010 (CEPERJ⁶, 2016), percebe-se que no estado do Rio de Janeiro a participação do setor agropecuário declinou de 0,66%, em 2000, para 0,44%, em 2010. Já o setor industrial aumentou de 24,05%, em 2000, para 28,05%, em 2010, em especial devido à indústria petrolífera. Por último, o setor de serviços diminuiu de 75,29%, em 2000, para 71,53%, em 2010.

O setor de serviços tem predominância em uma grande parte dos municípios do estado, em que a Administração Pública também se destaca por ser uma grande empregadora, em parte considerável dos municípios fluminenses. O setor industrial aparece de forma mais proeminente em municípios da Região Metropolitana, do Sul Fluminense e do Norte Fluminense, ainda que outras regiões também possuam setores industriais. O setor agropecuário tem uma agregação baixa no valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual, sendo mais forte em poucos municípios da região Serrana, do Norte e Noroeste fluminense e no Vale do Paraíba.

⁵ Não nos ocuparemos em explorar e expor cada metodologia adotada pelos diferentes órgãos e instituições na elaboração da identificação de arranjos produtivos locais e concentrações econômicas. Para maiores detalhamentos, consultar “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos no Estado do Rio de Janeiro” (BNDES).

⁶ Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.

A capital fluminense ainda possui um elevado papel de polarização econômica no estado, uma vez que concentra grande parte dos serviços especializados, das indústrias, da produção cultural etc., apesar de ter diminuído a participação no Produto Interno Bruto estadual de 51%, em 2000, para 42%, em 2010 (CEPERJ, 2016). Um exemplo dessa polarização: na Metrópole do Rio de Janeiro se encontram 87 sedes das maiores empresas do Brasil, porém, na periferia metropolitana, localizam-se apenas oito e, no restante do estado, somente duas (IBGE, Arranjos Populacionais..., 2015).

No que se refere aos setores econômicos, Marafon e colaboradores (2011) apontam que houve decréscimo da participação do setor industrial na capital fluminense, resultado de um processo de desindustrialização no município do Rio de Janeiro. Uma parte dessas indústrias se direcionou a outros municípios da Região Metropolitana (Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis e Duque de Caxias), em razão de incentivos fiscais realizados por esses municípios.

Por outro lado, ainda que haja um processo de desindustrialização da capital, visto que houve um decréscimo de 35% da participação no PIB industrial da capital em relação ao estado, no período de 2000 a 2010 (CEPERJ, 2016), o município do Rio de Janeiro ainda concentra grande parte da produção industrial no estado. Em 2000, a cidade do Rio de Janeiro possuía 35,85% do PIB industrial do estado, seguida por Campos dos Goytacazes 12,97% e Duque de Caxias com 8,00%. Já em 2010, a capital detinha 23,25% do PIB industrial do estado, seguida por Campos dos Goytacazes com 18,75% e Duque de Caxias com 12,00%.

A par dessas considerações, a regionalização criada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RJ), citada por La Rovere e Paranhos (2011), divide o estado em 10 regiões (Mapa 1): Baixada, Baixada Litorânea, Centro Sul, Leste Fluminense, Médio Paraíba, Noroeste, Norte, Rio de Janeiro, Serrana I e II. Ao localizarmos as unidades, identificamos aquelas pertencentes ao IFRJ e ao IFF, considerando-se “implantado” o *campus* instalado e gerido pela União, enquanto no caso da unidade “em funcionamento” se refere a uma unidade que não dispõe de instalações geridas pela União, assim como um corpo docente próprio.

Mapa 1: Localização dos Institutos Federais nas regiões estaduais do SEBRAE/RJ.



Fonte: elaborado pelo autor, com base em La Rovere e Paranhos (2011).

Ademais, a partir dessa distribuição regional dos Institutos Federais, destacam-se as especializações encontradas por La Rovere e Paranhos (2011) no estado do Rio de Janeiro e, em acréscimo, os arranjos produtivos locais e concentrações econômicas que foram identificados por diferentes instituições e órgãos de governo, a partir da análise empreendida pelo BNDES, foram agrupados e sistematizados por município e região do SEBRAE/RJ. Destaca-se que utilizamos somente os trabalhos do SEBRAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) do Estado do Rio de Janeiro.

Adicionamos, também, a correlação de arranjos utilizada pelo Ministério da Educação que subsidiou o estabelecimento das cidades polos, na 2ª Fase da expansão da rede federal. Com isso, o agrupamento de tais trabalhos é suficiente para caracterizar os arranjos e concentrações econômicas do estado do Rio de Janeiro (Quadro 1).

Quadro 1: Especializações regionais, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Concentrações Econômicas do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	APLs e Concentrações	Especialização
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Atividades Culturais e Esportivas, Audiovisual (Concentração), Biotecnologia (Concentração), Confeções (Concentração), Editorial e Gráfica, Farmacêutica, Gemas, Joias	Construção Civil, Comércio atacadista, e serviços prestados às empresas, educação, alimentos e bebidas, comunicação, comércio varejista e serviços

		(APLs), Naval Offshore (Concentração), Petroquímico/ Gás-químico/plástico (APLs), Tecnologia da Informação (APLs)	prestados às famílias, saúde, atividades associativas, automobilística, defesa, energia, esporte/entretenimento, gestão de resíduos, farmacêutico, cosméticos, mecânica, naval, petróleo, gás e derivados, segurança, serviços jurídicos, setor imobiliário, siderurgia, têxtil e confecção, transporte aéreo, transporte marítimo, transporte metroferroviário, transporte rodoviário, turismo/alojamento.
Leste Fluminense	Itaboraí	Cerâmica vermelha (Concentração), Pedra e Cimento	Construção civil, alimentos e bebidas, comércio varejista e serviços prestados às famílias, educação, esporte/entretenimento, comércio atacadista e serviços prestados às empresas,
	Maricá		
	Niterói	Confecções (Concentração), Naval Offshore (Concentração), Pesca, Tecnologia da Informação (APLs)	

	Rio Bonito	Cerâmica vermelha (Concentração), Fruticultura, Pedra, Cerâmica e Cimento, Pr. de Minerais Não Metálicos	saúde, transporte rodoviário, atividades associativas, automobilística, comunicação, farmacêutico, cosméticos, metalurgia, naval, petróleo, gás e derivados, pintura, religião, rochas, serviços jurídicos, têxtil e confecção.
	São Gonçalo	Cerâmica vermelha (Concentração), Confeções (Concentração), Farmacêutica e Diagnóstico, Metal-mecânico, Naval Offshore (Concentração), Pedra, Cerâmica e Cimento	
	Tanguá	Cerâmica vermelha (Concentração)	
Baixada	Belford Roxo	Calçados e artefatos (APLs), Petroquímico/ Gás-químico/plástico (APLs)	Construção civil, comércio varejista e serviços prestados às famílias, alimentos e bebidas, educação, petróleo, gás e derivados, comércio atacadista e serviços prestados às empresas, transporte rodoviário, farmacêutico, cosméticos, têxtil e
	Duque de Caxias	Biotechnology (Fármacos), Calçados e artefatos (APLs), Madeira, Móveis (APLs), Petroquímico/ Gás-químico/plástico (APLs)	
	Itaguaí	Extração de Pedra e Argila	

	Japeri	Petroquímico/ Gás- químico/plástico (APLs)	confeção, saúde, automobilística, esporte/entrete- nimento, metalurgia, comunicação, plástico, reciclagem, rochas, mecânica, pintura, religião e setor financeiro.
	Magé	Cimento e Pedras	
	Mesquita		
	Nilópolis	Petroquímico/ Gás- químico/plástico (APLs)	
	Nova Iguaçu	Cosméticos (Concentração) , Perfumaria, Vestuário	
	Paracambi		
	Queimados	Petroquímico/ Gás- químico/plástico (APLs)	
	São João de Meriti	Papel e Gráfica, Petroquímico/ Gás- químico/plástico (APLs), Vestuário	
	Seropédica	Extração de Pedra e Argila	
Baixada Litorânea	Araruama		Alimentos e bebidas, construção civil, turismo/alojam- ento, educação, petróleo, gás e derivados, serviços jurídicos, setor imobiliário, transporte rodoviário, comércio atacadista e serviços
	Armação dos Búzios		
	Arraial do Cabo		
	Cabo Frio	Confeção Moda Praia (APLs), Produção de Sal, Turismo/náuti- co	
	Casimiro de Abreu		
	Iguaba Grande		
	São Pedro da Aldeia		

	Saquarema	Madeira, Móveis (Concentração)	prestados às empresas, comércio varejista e serviços prestados às famílias e esporte/entretenimento.
	Silva Jardim	Cerâmica vermelha (Concentração) , Pecuária	
Centro Sul	Areal	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Turismo (Concentração)	Pecuária, Comércio varejista e serviços prestados às famílias, agricultura, alimentos e bebidas, construção civil, transporte rodoviário, comércio atacadista e serviços prestados às empresas, esporte/entretenimento, petróleo, gás e derivados, saúde, têxtil e confecção.
	Comendador Levy Gasparian	Cerâmica Vermelha (Concentração)	
	Engenheiro Paulo de Frontin	Turismo (Concentração)	
	Mendes	Turismo (Concentração)	
	Miguel Pereira	Turismo (Concentração)	
	Paraíba do Sul	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Pecuária, Pedras e Cerâmica, Turismo (Concentração)	
	Paty do Alferes	Agronegócio - cultura orgânica (Concentração) , Turismo (Concentração)	
	São José do Vale do Rio Preto	Aves	
	Sapucaia	Turismo (Concentração)	
	Três Rios	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Metal Mecânico Ferroviário (Concentração)	

		, Metal-mecânico, Pecuária e Carnes, Pedras e Cerâmica, Turismo (Concentração), Veículos Ferroviários	
Médio Paraíba	Angra dos Reis	Indústria Naval (Concentração), Maricultura (Concentração), Turismo (Concentração)	Construção civil, alimentos e bebidas e turismo/alajamento, educação, esporte/entretenimento, metalurgia, transporte rodoviário, comércio atacadista e serviços prestados às empresas, petróleo, gás e derivados, automobilística, reciclagem, saúde, assistência social, atividades associativas, comércio varejista e serviços prestados às famílias, pecuária, rochas e farmacêutico.
	Barra do Pirai	Cerâmica Vermelha (Concentração), Confecção Jeans (APLs), Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
	Barra Mansa	Apicultura (Concentração), Confecção Jeans (APLs), Empresas de Transporte, Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
	Itatiaia	Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
	Mangaratiba	Indústria Naval (Concentração), Turismo (Concentração)	

	Paraty	Bebida (Concentração) , Turismo (Concentração)	
	Pinheiral	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
	Piraí	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Metal Mecânico (APLs), Piscicultura (Concentração) , Turismo (Concentração)	
	Porto Real	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Metal Mecânico (APLs)	
	Quatis	Metal Mecânico (APLs)	
	Resende	Cerâmica Vermelha (Concentração) , Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
	Rio Claro	Metal Mecânico (APLs)	
	Rio das Flores	Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	

	Valença	Confecção Jeans (APLs), Conservatória - Entreteniment o (APLs), Metal Mecânico (APLs), Pecuária, Têxtil e Vestuário, Turismo (Concentração)	
	Vassouras	Turismo (Concentração)	
	Volta Redonda	Cimento e Construção, Confecção Jeans (APLs), Eletroeletrônica, Metal Mecânico (APLs), Turismo (Concentração)	
Noroeste Fluminense	Aperibé		Rochas, pecuária e comércio varejista e serviços prestados às famílias.
	Bom Jesus do Itabapoana	Floricultura, Fruticultura, Rochas Ornamentais (APLs)	
	Cambuci	Rochas Ornamentais (APLs)	
	Italva	Rochas Ornamentais (APLs)	
	Itaocara		
	Itaperuna	Confecção moda noite (Concentração), Pecuária de leite (Concentração), Rochas Ornamentais	

		(APLs), Serviços médicos, Têxtil e Vestuário	
	Laje do Muriaé	Rochas Ornamentais (APLs)	
	Miracema	Rochas Ornamentais (APLs)	
	Natividade	Agricultura/café, Rochas Ornamentais (APLs)	
	Porciúncula	Apicultura (Concentração) , Rochas Ornamentais (APLs)	
	Santo Antônio de Pádua	Rochas Ornamentais (APLs)	
	São José de Ubá	Rochas Ornamentais (APLs)	
	Varre-Sai	Rochas Ornamentais (APLs)	
Norte	Campos dos Goytacazes	Cerâmica Vermelha (APLs), Confecções, Fabricação de doces, Fruticultura e alimentos, Madeira e móveis, Petróleo e Gás (APLs), Produção de Açúcar, Serviços Médicos, Turismo/fazen das históricas	Alimentos e bebidas, construção civil, educação, mecânica, petróleo, gás e derivados, esporte/entrete nimento, pecuária, comércio varejista e serviços prestados às famílias e transporte rodoviário.
	Carapebus		

	Cardoso Moreira		
	Conceição de Macabu		
	Macaé	Petróleo e Gás (APLs)	
	Quissamã		
	Rio das Ostras		
	São Fidélis		
	São Francisco de Itabapoana	Fruticultura/m aracujá	
	São João da Barra		
Serrana I	Bom Jardim	Confecção moda íntima (APLs)	Têxtil e confecção, agricultura, construção civil, pecuária, plástico e turismo/alojamento.
	Cachoeiras de Macacu	Petróleo e Gás (APLs), Pecuária, Piscicultura (Concentração)	
	Cantagalo	Cimento, Confecção moda íntima (APLs)	
	Carmo		
	Cordeiro	Confecção moda íntima (APLs)	
	Duas Barras	Confecção moda íntima (APLs)	
	Macuco	Confecção moda íntima (APLs)	
	Nova Friburgo	Artefatos de Metal, Artefatos de Plástico, Confecção moda íntima (APLs), Entretenimento (APLs), Floricultura, Turismo/rural	
	Santa Maria Madalena		

	São Sebastião do Alto		
	Sumidouro		
	Trajano de Moraes		
Serrana II	Guapimirim	Petroquímico/ Gás- químico/plástico (APLs)	Alimentos e bebidas, automobilística, comércio atacadista e serviços prestados às empresas, comércio varejista e serviços prestados às famílias, construção civil, educação, esporte/entretenimento, saúde, transporte rodoviário, pecuária, petróleo, gás e derivados, plástico, turismo/alojamento e setor imobiliário.
	Petrópolis	Artefatos de Plástico, Confeções, Madeira e móveis, Serviços Médicos, Tecnologia da Informação (APLs), Turismo/caminho do ouro e gastronomia	
	Teresópolis	Confeções, Serviços Médicos	

Fonte: elaborado pelo autor, com base em SEBRAE (2005), SEDEIS (2007), MEC (2007) e MDIC (2007) e em La Rovere e Paranhos (2011).

Dessa forma, as características econômicas do estado referenciadas nessa seção servirão de base para a análise desenvolvida posteriormente, uma vez que os Institutos Federais devem orientar sua oferta formativa em vista de atender às características produtivas do território fluminense. As múltiplas características econômicas existentes no estado, no entanto, não se distribuem de forma equitativa no estado, o que repercute nas diferenças e desigualdades locais e regionais. Apesar disso, é

relevante que os institutos atuem em vista de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico local e regional, com a adoção de estratégias que propiciem novas oportunidades à população atendida.

Oferta educacional e características econômicas fluminenses: convergência ou divergência de perspectivas?

Nesta subseção, correlacionamos as informações coletadas sobre as características econômicas no estado do Rio de Janeiro aos cursos ofertados pelos Institutos Federais. Os cursos ofertados devem, a princípio, atender às características produtivas do território onde se localizam as unidades dos Institutos, conforme preceitua a normativa legal de criação dessas instituições. Dessa forma, indicamos convergências e/ou divergências entre os cursos ofertados e as características econômicas locais e regionais.

A correlação dos cursos ofertados e as características econômicas locais e regionais foi realizada a partir da coleta das informações sobre os cursos oferecidos pelas instituições. Primeiramente, coletamos os dados que identificam os cursos de ensino médio integrado, concomitante/subsequente ao ensino médio, nível superior (bacharelado, licenciaturas, tecnólogos) e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nos *campi* dos Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro.

As informações foram obtidas nos sítios, na Internet, dos Institutos Federais e corroboradas com base nos Relatórios de Gestão 2015 apresentados ao Tribunal de Contas da União pelas instituições. Os dados com os cursos foram sistematizados e separados pelas modalidades, para serem contrastados com as especializações regionais e os arranjos produtivos e concentrações

econômicas locais. Além disso, consultamos o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2016), Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016) e Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010) estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC para confirmar se os cursos oferecidos pelas instituições adeririam aos setores econômicos proeminentes nos municípios e regiões atendidas.

Entendemos por “aderir” a um setor econômico quando um curso ofertado parece tender a possuir maior afinidade em relação às atividades econômicas regionais e locais, ou seja, o curso oferecido tende a contemplar potencialmente as características da economia e do mercado de trabalho local e regional. Partimos da premissa de que qualquer curso, a princípio, pode servir à economia, mas que há aqueles que têm maior aderência às características econômicas locais e regionais, e outros têm menor aderência. A menor aderência não significa, no entanto, a inconciliabilidade com os mercados de trabalhos locais e regionais.

Por outro lado, é oportuno frisar que a educação propiciada pelos Institutos Federais, ao menos considerando-se as razões que justificaram a criação dessa nova institucionalidade, deve possibilitar ao discente atuar local ou regionalmente. Não obstante, cursos que não tenham, a princípio, uma correlação (aderência) maior às características da economia local e regional podem ocasionar efeitos adversos ao pretendido pela política pública, tal como, a indução de emigração dos formados para outras localidades que absorvam a formação obtida na instituição.

À vista disso, escolhemos não fazer uma avaliação dos cursos que fosse taxativa no sentido de haver, ou não haver, qualquer afinidade com as escalas local e regional. Optamos por avaliá-los

conforme maior ou menor aderência às características econômicas locais e regionais, subsidiados pelas informações previamente coletadas e expostas na seção anterior. Em nossa consideração, os valores em porcentagens foram arredondados, excluindo-se as casas decimais.

Assim, construímos nossa avaliação distinguindo os cursos em seis categorias, cujos significados descrevemos a seguir:

- a) Maior aderência regional e aos APLs/Concentrações: avaliamos o curso que aderiria a, pelo menos, uma especialização econômica regional, a partir da congruência entre o setor econômico e o perfil do curso. De igual modo, o curso correspondia ao perfil do arranjo produtivo local e concentração econômica municipal.
- b) Maior aderência regional / Sem APLs ou Concentrações: o curso atendia, pelo menos, a um dos setores econômicos das especializações regionais, a partir da congruência entre o setor econômico e o perfil do curso. Por outro lado, não se avaliou a pertinência do curso em relação aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas por inexistirem no município.
- c) Maior aderência regional / Menor aderência aos APLs/Concentrações: nessa categoria, avaliamos se o curso aderiria, pelo menos, a uma das especializações econômicas regionais, a partir da congruência entre o setor econômico e o perfil do curso. Por outro lado, o mesmo curso foi avaliado em referência aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas, vislumbrando-se menor congruência entre o

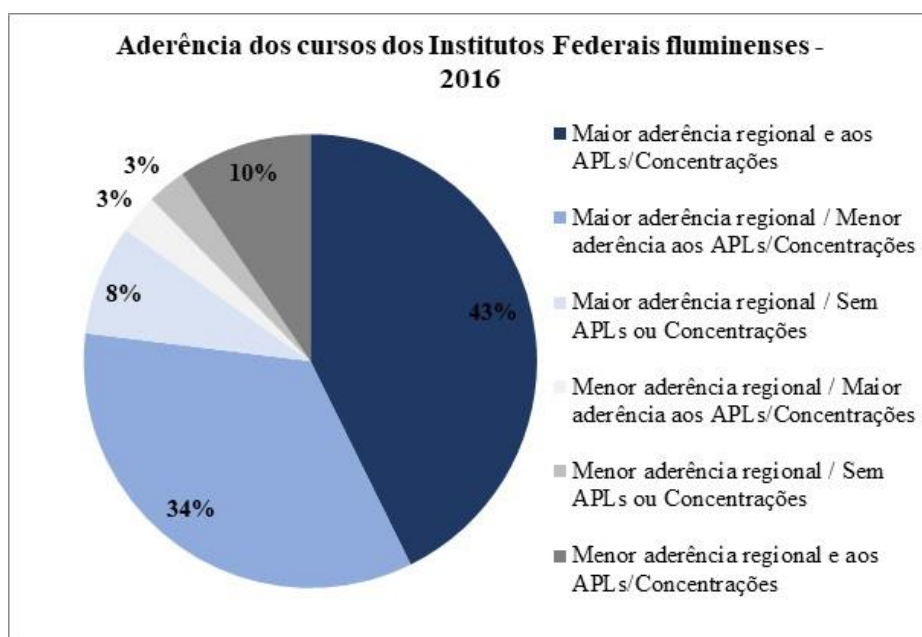
curso ofertado e as concentrações e os arranjos produtivos do município.

- d) Menor aderência regional / Maior aderência aos APLs/Concentrações: o curso ofertado não aderiu ao menos a uma das especializações econômicas da região. Porém, o mesmo curso parecia atender ao arranjo produtivo local e concentração econômica do município.
- e) Menor aderência regional / Sem APLs ou Concentrações: o curso não aderiu ao menos a uma especialização econômica regional e o município não possui arranjo produtivo local ou concentração econômica identificada.
- f) Menor aderência regional e aos APLs/Concentrações: o curso ofertado não aderiu a nenhuma das especializações econômicas regionais e tampouco aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas.

Com base em nossa avaliação, destacamos que 87% dos cursos ofertados pelos Institutos Federais aderem, ao menos, a uma especialização econômica regional do estado e/ou arranjo produtivo local e concentração econômica (gráfico 1), conforme a localização de oferta do curso. Parcela significativa dos cursos (43%) adere tanto às especializações econômicas regionais quanto aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas, enquanto 42% aderem apenas às especializações econômicas regionais e aderem menos aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas, quando existentes. Portanto, significa dizer que 84% dos cursos contemplam as especializações econômicas regionais, de acordo com o local de oferta do curso.

Em acréscimo, apenas 3% dos cursos atendem somente aos arranjos produtivos locais ou concentrações econômicas nos municípios. Por outro lado, 10% dos cursos disponíveis têm menor adesão regionalmente e aos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas, enquanto 3% têm menor adesão regional, em municípios que não dispõem de arranjos produtivos locais ou concentrações econômicas.

Gráfico 1: Aderência dos cursos dos Institutos Federais fluminenses – 2016.



Fonte: elaboração própria (2016).

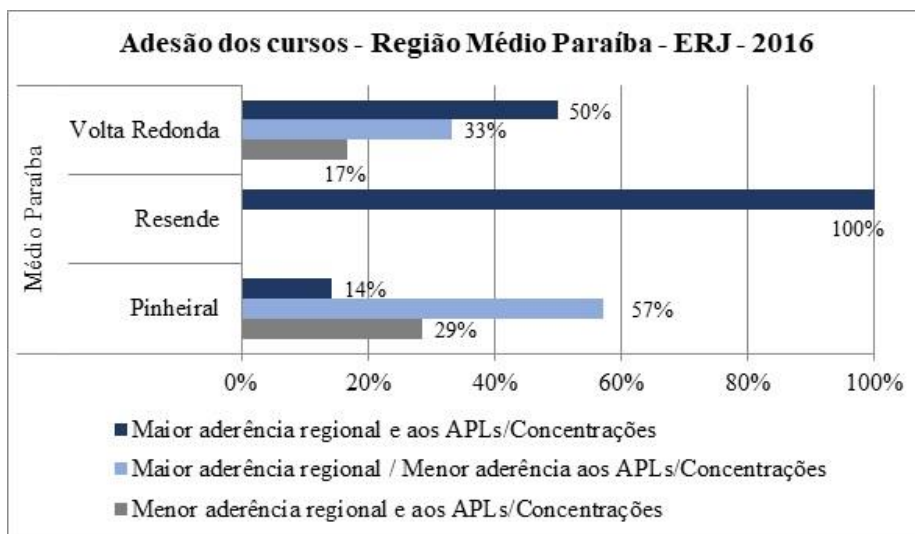
Algumas observações são necessárias: os cursos da área de informática (Informática para Internet/Jogos Digitais/Sistemas de Informação etc.) atendem a diversos setores econômicos. No entanto, consideramos maior aderência à especialização econômica regional ou ao arranjo produtivo local e concentração econômica quando fora

indicada a proeminência do setor de comunicação ou de tecnologia da informação. Balizamos-nos na classificação fornecida pelo Ministério da Educação, uma vez que tais cursos se encontram no eixo de comunicação e de tecnologia da informação.

Os cursos de licenciatura foram todos considerados pertinentes às especializações econômicas regionais, uma vez que é papel dos Institutos Federais, do ponto de vista legal, ofertarem licenciaturas. No entanto, destaca-se que aos Institutos Federais se espera privilegiarem a formação de licenciados em áreas de ciências e tecnologias, sobretudo contemplando as áreas de Química, Física, Biologia e Matemática (BRASIL, 2007). À vista disso, identificamos alguns cursos que, ainda que sejam licenciaturas e, por isso, tenham sido considerados pertinentes às especializações econômicas regionais, destoam aparentemente do perfil traçado para a oferta de licenciaturas nessas instituições: Música, Geografia, Educação Física, Teatro, Letras/Português-Literatura.

Há variações regionais consoantes à disponibilidade de cursos e de unidades federais de ensino vinculadas aos Institutos Federais no estado. Na região Médio Paraíba (gráfico 2), os cursos de Automação Industrial, Eletrotécnica, Metrologia, ofertados em Volta Redonda e Segurança do Trabalho, em Resende, coadunam com as características locais e regionais, em vista da existência do setor siderúrgico e automobilístico.

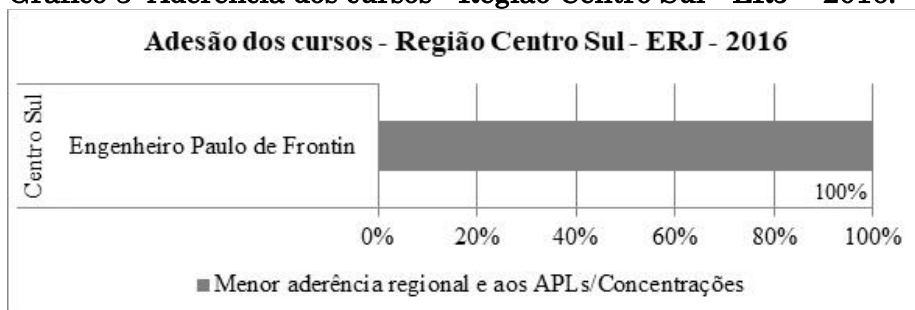
Gráfico 2: Aderência dos cursos - Região Médio Paraíba - ERJ – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Destacamos o município de Engenheiro Paulo de Frontin, na Região Centro Sul, que possui dois cursos na área de informática (Técnico em Informática para Internet e Tecnólogo em Jogos Digitais) e avaliamos não aderir às especializações regionais e tampouco ao arranjo produtivo local (turismo).

Gráfico 3: Aderência dos cursos - Região Centro Sul - ERJ – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Faz-se necessário apontar dois aspectos sobre a pouca aderência do curso de Jogos Digitais ao município e à região. Por um

lado, pode-se questionar se seria adequada a oferta de um curso de informática numa região com potencialidade turística. De outro ponto de vista, é relevante destacar os argumentos que sustentaram a criação do curso, pois apontam para uma investida na diversificação econômica para o município e a região, já que carentes de diversidade produtiva.

Em vista disso, ao considerarmos o projeto pedagógico do curso de Jogos Digitais do *campus* Engenheiro Paulo de Frontin, destacamos algumas das justificativas elencadas para a oferta do curso com o fito de enriquecer a discussão trazida:

Os cursos de graduação oferecidos atualmente na área de jogos digitais, no Estado do Rio de Janeiro atualmente são dois, que ocorrem de forma presencial, ambos privados, pagos e oferecidos na capital do Rio de Janeiro. [...] Existem cursos presenciais na área de jogos digitais também em outros estados, como em Minas Gerais (Belo Horizonte), oferecido pela PUC-Minas; em São Paulo (capital), oferecidos pela Universidade do Anhembi Morumbi, pelo SENAI e a PUC-SP; no Rio Grande do Sul, oferecidos pela Universidade Feevale e pela Universidade UNISINOS; e em Pernambuco, oferecido pela Universidade Católica de Pernambuco, dentre outros. Há também cursos de pós-graduação em jogos digitais ofertados na capital do Rio de Janeiro, pela Universidade Veiga de Almeida e pelo CCAA, entre outros, na modalidade paga. A possibilidade de oferta de um curso na área de jogos digitais gratuito caracteriza-se então como uma excelente oportunidade de aprimoramento profissional e acadêmico, buscando suprimir parte da demanda de formação na área de jogos digitais no estado do Rio de Janeiro (IFRJ, 2013, p. 43, grifos nossos).

Nesse trecho do documento, oportuno frisar que se justifica a oferta porque não há curso gratuito de graduação tecnológica no estado do Rio de Janeiro, o que é pertinente na perspectiva do

desenvolvimento estadual. Todavia, aponta-se que os cursos ofertados na área de Jogos Digitais estão localizados em capitais estaduais (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG). Assim, pode-se interpretar incongruente a oferta desse curso no município de Engenheiro Paulo de Frontin, ao se considerar que é na capital do estado que existe um arranjo produtivo local na área de tecnologia da informação e, também, os demais cursos “concorrentes”.

Além disso, acrescentamos que esse documento institucional tampouco explicita quais são os setores econômicos mais proeminentes que justificariam um curso para atender à população local e regional. Em acréscimo, evoca-se a potencialidade da população a ser atendida do município e na região para justificar a criação do curso (IFRJ, 2013, p. 43-44).

No entanto, não há qualquer garantia de que a população atendida seja, efetivamente, a população local e regional. Considerando-se que, atualmente, o processo de seleção para os cursos de graduação do IFRJ ocorre através do Sistema de Seleção Unificada - SiSU, facilita-se ainda mais que os discentes sejam originários de qualquer parte do país. Assim, é oportuno apontar que não necessariamente a população existente local ou regionalmente será aquela atendida pelo Instituto Federal, realidade que pode afetar a qualquer unidade dos Institutos Federais do país que utilizem esse mecanismo de seleção para o nível superior.

Destacamos outro trecho da justificativa do curso que nos parece interessante:

[...]

Os jogos digitais assumem um lugar estratégico na teia sócio-cultural contemporânea. [...] O sistema de produção extremamente versátil (cada jogo

demanda processos, expertises e orçamentos completamente diferentes uns dos outros) torna a produção de jogos digitais uma atividade de grande potencial tanto econômico como social.

A decisão pela oferta do Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais no IFRJ foi feita considerando-se a crescente necessidade de formação de profissionais na área de jogos digitais e a uma demanda por cursos de nível superior ainda não atendida na região de entorno do campus [...]

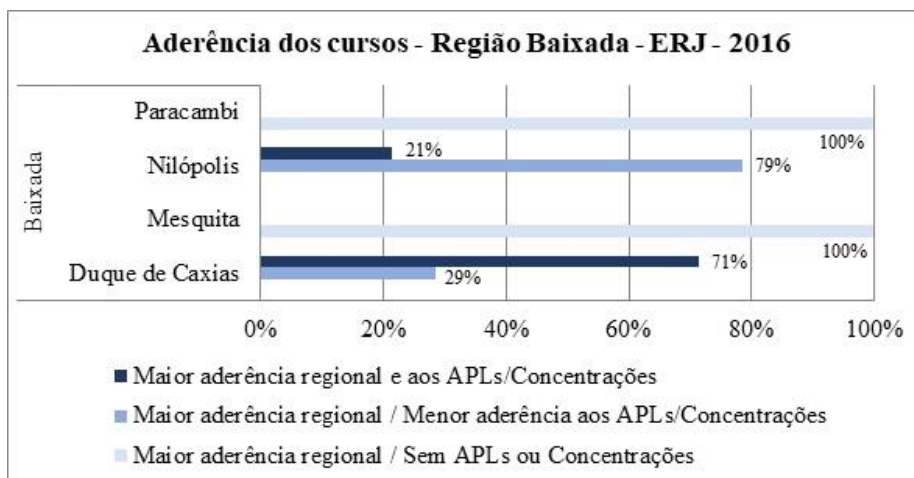
No intuito de estimular a formação de profissionais empreendedores para um mercado promissor, que se encontra em expansão e de corroborar com o objetivo da criação dos Institutos Federais, este campus propõe a criação do Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais. Neste cenário, o IFRJ proporciona o encontro entre a viabilidade técnico-econômica com a necessidade de formação profissional, criando um ambiente propício para disparar um processo de desenvolvimento regional diversificado da matriz econômica atual da região, articulando o estabelecimento de parcerias com os municípios da região, empresas de desenvolvimento de jogos digitais, grupos de pesquisas nacionais e internacionais, incentivo à criação e colocação de empresas em incubadoras e processos de transferências tecnológicas. [...] Por permitir uma rápida inserção do egresso no mercado de trabalho, e em maior quantidade, sem perder de vista a qualidade, o curso superior de tecnologia também se adequa como uma significativa ação no sentido da inserção no mundo do trabalho, inserção esta, que vem com rápida mobilidade social, pois a média salarial da área de Tecnologia da Informação e Comunicação é em média superior à paga pelo mercado de trabalho [...] (IFRJ, 2013, p. 46-47, 52 – grifos nossos).

É relevante notar que se assume, institucionalmente, que a “matriz econômica atual da região” não é calcada na área de tecnologia da informação. Porém, aposta-se na adoção dessa área para justificar a oferta do curso, com base na perspectiva de ser um setor econômico com potencial de agregação de valor à economia local e de fomento ao adensamento produtivo no município e na região.

Aponta-se, também, o empreendedorismo em relação aos discentes formados como um mecanismo propulsor para esse adensamento produtivo local e regional, o que coaduna com um dos preceitos legais de criação dos Institutos Federais.

Nesse sentido, concomitantemente à estratégia de criação dos Institutos Federais, pelo Governo Federal, para fortalecer o desenvolvimento local e regional com base nas características econômicas existentes, emergem estratégias locais, por parte dessas instituições, com o objetivo de fomentar novas atividades econômicas. Com isso, a princípio, fortalecer-se-iam essas escalas a partir da construção de outras possibilidades que se assumem, institucionalmente, serem oportunas para o adensamento produtivo local e regional.

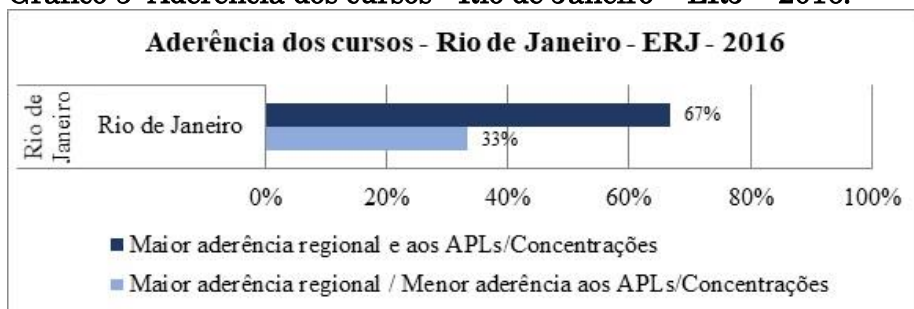
Ao prosseguirmos em nossas considerações, na região da Baixada, todos os cursos foram considerados aderentes à especialização econômica regional e aos arranjos produtivos locais existentes (gráfico 4). Os cursos voltados para as áreas de petróleo e gás, plásticos, química, informática, controle ambiental, educação (EJA e Ensino de Ciências), produção cultural, matemática e segurança do trabalho coadunam com as características econômicas locais e regionais, em especial ao considerarmos a existência da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), indústrias cosméticas e farmacêuticas.

Gráfico 41: Aderência dos cursos - Região Baixada – ERJ – 2016.

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Na capital fluminense, todos os cursos ofertados, tanto no *campus* Realengo quanto no *campus* Maracanã do IFRJ foram considerados aderentes às características da economia local e aos arranjos produtivos e concentrações econômicas (gráfico 5). A capital do estado concentra variadas atividades produtivas, o que reforça a aderência dos cursos ofertados à economia local, sejam aqueles oferecidos no bairro de Realengo nas áreas da saúde (Fisioterapia, Farmácia, Terapia Ocupacional), sejam os oferecidos no bairro do Maracanã que atendem a diferentes setores econômicos (Química, Biotecnologia, Alimentos, Meio Ambiente, Farmácia, Informática, etc.).

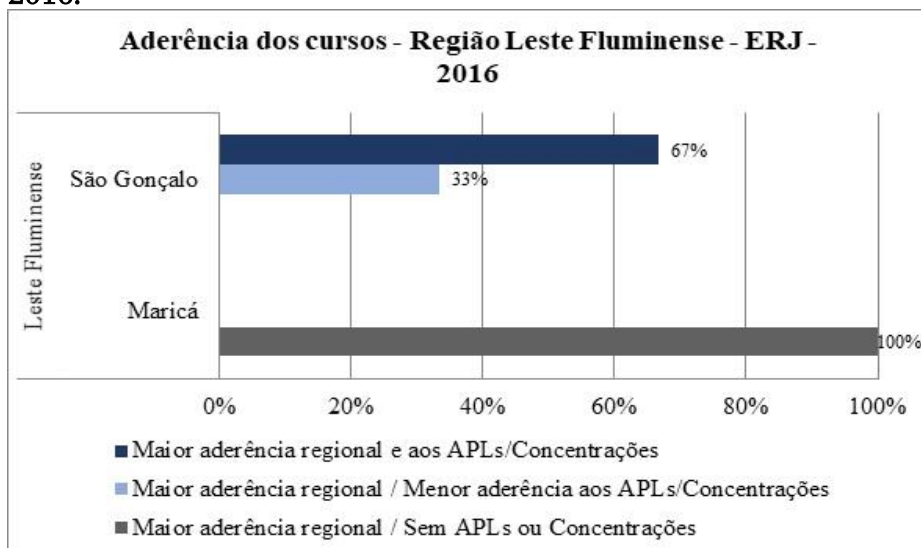
Gráfico 5: Aderência dos cursos - Rio de Janeiro – ERJ – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Na Região Leste Fluminense (gráfico 6), os cursos oferecidos no município de São Gonçalo, pelo IFRJ, e em Maricá, pelo IFF, atendem às especializações regionais. Os cursos de Edificações, Segurança do Trabalho e Química correspondem às características econômicas locais e regionais, em vista do setor de construção civil, sobretudo com a construção do COMPERJ, indústrias químicas e alimentícias.

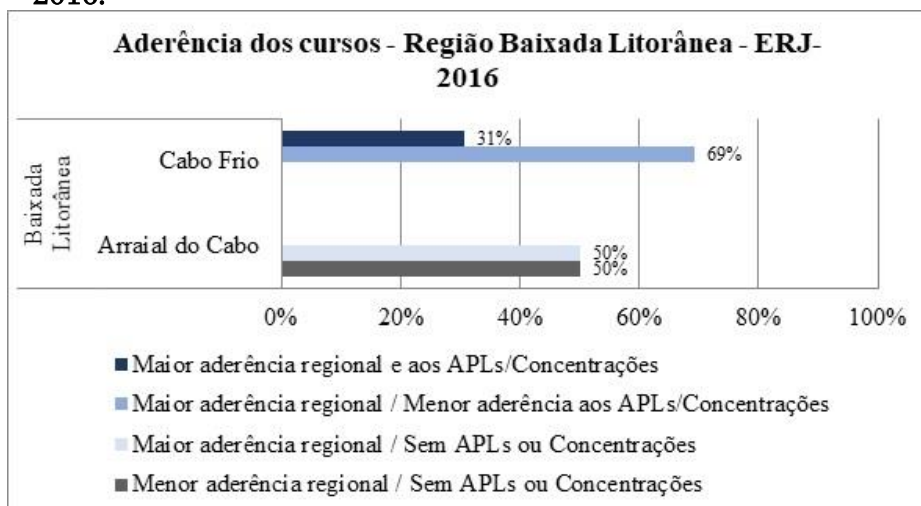
Gráfico 6: Aderência dos cursos - Região Leste Fluminense – ERJ – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Na Região da Baixada Litorânea (gráfico 7), os cursos apresentam aderência às características econômicas locais e regionais, com exceção do curso de Informática ofertado no *campus* Arraial do Cabo do IFRJ. Conforme já expusemos alhures, apesar dos cursos da área de informática atenderem a diversificados setores econômicos, não há local ou regionalmente uma base econômica em tecnologia da informação ou comunicação. Além disso, apontamos a elevada oferta de cursos que atendem local e regionalmente a região: Petróleo e Gás, Hospedagem, Engenharia Ambiental, Hotelaria e Meio Ambiente. O setor de turismo tem elevada importância no município e na região, o que demanda ofertas de cursos nas áreas correlatas, assim como, a proximidade com o município de Macaé, que tem a atividade petrolífera como a principal, possui potencial de absorção dos formados em áreas de petróleo e gás, assim como de engenharia ambiental e meio ambiente.

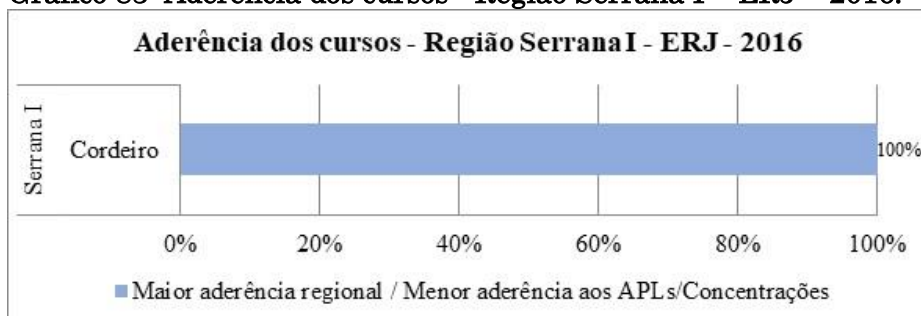
Gráfico 72: Aderência dos cursos - Região Baixada Litorânea – ERJ – 2016.



Fonte: elaborado pelo autor (2016).

O curso técnico em mecânica oferecido no município de Cordeiro (gráfico 8), pelo IFF, atende à especialização regional, em vista, principalmente, da indústria de plásticos e da construção civil. No entanto, não adere ao arranjo produtivo local de confecção de moda íntima, que seria mais bem atendido com um curso técnico na área têxtil ou de vestuário.

Gráfico 83: Aderência dos cursos - Região Serrana I – ERJ – 2016.



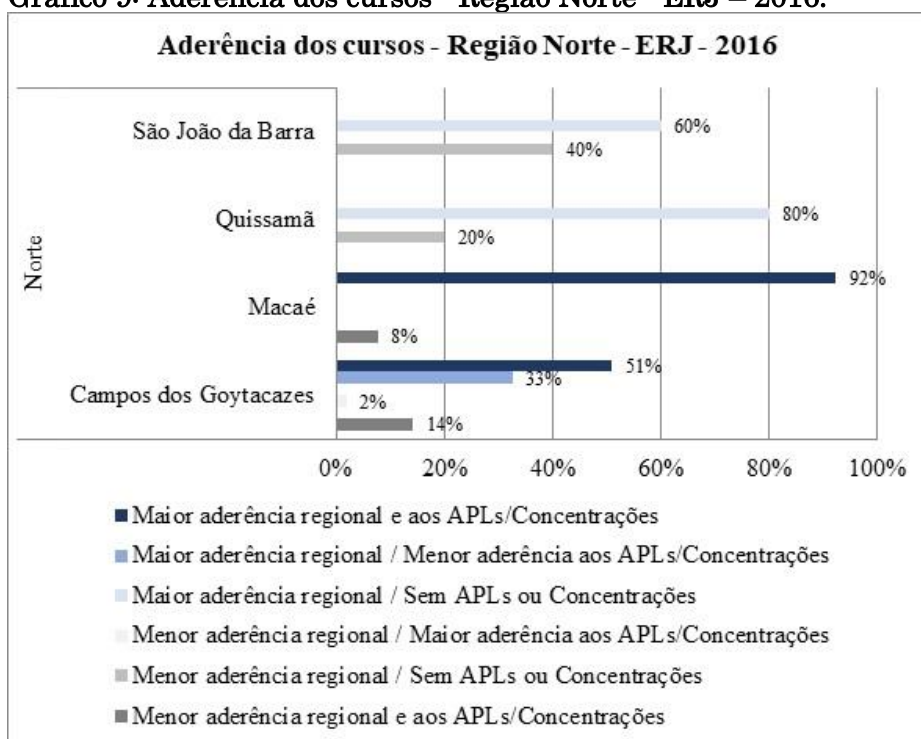
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Na região Norte (gráfico 9), há grande aderência regional da maior parte dos cursos ofertados. Ressaltamos que no município de Campos dos Goytacazes 84% dos cursos oferecidos aderem à especialização econômica regional e, em alguns casos, atendem também ao arranjo produtivo local. Os cursos de Automação Industrial, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação da Industrial, Engenharia Elétrica, Petróleo e Gás etc. coadunam com as características econômicas locais e regionais, em especial em vista do setor petrolífero em Macaé, os investimentos no Porto do Açu e a reativação da indústria naval.

Por outro lado, os cursos da área de informática e design foram considerados menos aderentes regionalmente e aos arranjos

produtivos locais e concentrações econômicas existentes. No caso do curso de Design, entendemos que ele pode vir a fomentar novas oportunidades econômicas para a localidade ou região, no entanto, somente na capital se identificou uma especialização econômica nessa área. Em acréscimo, não há um APL ou uma concentração econômica de informática e, por isso, apesar dos cursos de informática atenderem a diversos setores, como já mencionado, eles têm menor aderência à especialização econômica local e regional.

Gráfico 9: Aderência dos cursos - Região Norte - ERJ – 2016.



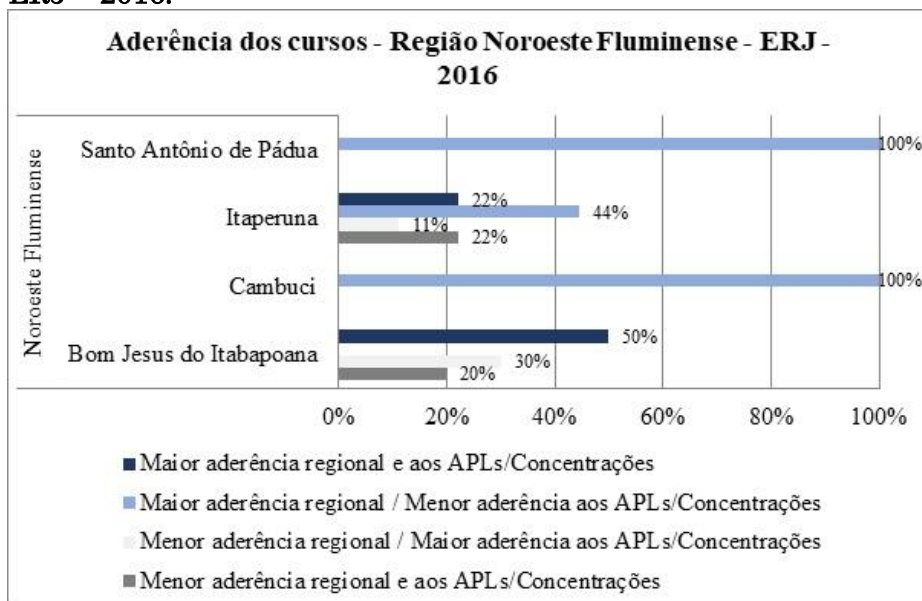
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Destaca-se a alta aderência dos cursos em Macaé (92%) e Quissamã (80%), sendo que apenas o curso de Informática não fora considerado aderente em ambos os municípios, pelas razões já supracitadas. No município de São João da Barra, dois cursos

técnicos de nível médio (Construção Naval e Máquinas Navais) não foram considerados aderentes à especialização regional e tampouco existe um arranjo produtivo local identificado no município.

Recordamos que o Complexo Portuário do Açú é um grande investimento existente localmente que pode ensejar que se constitua um arranjo produtivo local e consolide uma especialização econômica regional. Por isso, ainda que, atualmente, os cursos, a princípio, não adiram às especializações econômicas regionalmente identificadas, eles mantêm coerência com características econômicas locais. Nessa medida, podemos indicar que a criação dos cursos de Construção Naval e Máquinas Navais acompanha a lógica das mudanças operadas no sistema produtivo local.

Na região Noroeste (gráfico 10) frisa-se que os *campi* Santo Antônio de Pádua e Cambuci do IFF ofertam cursos que atendem às especializações da região, ainda que tenham menor aderência ao arranjo produtivo local (rochas ornamentais). Em Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana os cursos de informática foram considerados não aderentes às especializações da região ou dos arranjos produtivos locais e concentrações econômicas, mas se ressalta que a maior parte dos cursos adere regionalmente. Os cursos de Química, Alimentos, Agropecuária, Agroecologia e Meio Ambiente aderem regionalmente, em vista da relevância do setor agropecuário na atividade produtiva regional.

Gráfico 10: Aderência dos cursos - Região Noroeste Fluminense – ERJ – 2016.

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Assim, cabe destacar que quanto maior for a diversidade produtiva existente no município ou na região, maiores são as oportunidades de ofertas de cursos variados. Em sentido contrário, quanto menor a diversidade produtiva, menor a possibilidade de oferta de cursos. Assim, emergem desafios: como fortalecer o desenvolvimento em localidades e regiões com trajetórias de carências produtivas? De que modo os Institutos podem atuar a fim de engajar os profissionais formados por essas instituições para que participem no desenvolvimento local e regional?

Não obstante, propusemo-nos, neste trabalho, a investigar se os cursos oferecidos pelos Institutos Federais convergem ou divergem em relação às características econômicas dos municípios e das regiões estaduais. Conclui-se que, ao considerarmos as regiões estaduais, os cursos ofertados atendem a maior parte das

especializações econômicas fluminenses, com exceção da unidade de Engenheiro Paulo de Frontin, que adotou estratégia para fomentar uma atividade econômica local.

Por fim, é oportuno dizer que em 16 municípios fluminenses há, concomitantemente, uma unidade de instituto federal e arranjos produtivos locais ou concentrações econômicas identificados. Desse conjunto, 12 municípios são atendidos pelos Institutos Federais com cursos voltados para essas atividades econômicas identificadas: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Macaé, Nilópolis, Pinheiral, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Volta Redonda. Os municípios de Cordeiro, Cambuci, Engenheiro Paulo de Frontin e Santo Antônio de Pádua ainda não ofertam cursos que atendem especificamente aos arranjos produtivos locais ou concentrações econômicas dos respectivos municípios, ainda que contemplem as especializações regionais.

Considerações finais

O artigo se propôs a analisar se os Institutos Federais fluminenses atendiam às características econômicas dos municípios e das regiões onde estavam localizados. Recordamos que essas instituições devem orientar suas atividades acadêmicas em vista de atender, primordialmente, às localidades e regiões de abrangência das unidades.

Nessa medida, a nova institucionalidade emerge a partir de um contexto em que, por um lado, visa-se fortalecer a educação nacional, com a expansão da oferta de educação profissional e superior, a partir de uma ressignificação da educação profissional. Por outro, o Estado convoca, a partir da manutenção e/ou criação de unidades federais de ensino profissional nas diferentes localidades e

regiões do país, as escalas subnacionais para se engajarem na competição econômica contemporânea, guarnecendo-as de instrumentos com esse fito. É corolário disso a formação de profissionais qualificados para atender às especializações e economias locais, ou ainda, o fomento a novas possibilidades econômicas locais e regionais realizado por unidades dos institutos.

Ademais, apresentamos algumas dificuldades de se utilizar a mesorregião como escala regional adotada pelos institutos para orientar suas atividades acadêmicas. Em mesorregiões compostas por muitos municípios, congregam-se realidades regionais muito distintas, o que pode ser um problema para as instituições. A partir da metodologia desenvolvida pudemos observar que os Institutos Federais têm ofertado cursos que, majoritariamente, atendem às especializações econômicas e arranjos produtivos locais fluminenses. Nesse sentido, há convergência de perspectiva em relação às características econômicas locais e regionais e os cursos oferecidos pelos Institutos Federais.

É importante recordar que a educação profissional e de nível superior não atende tão somente a uma visão economicista do desenvolvimento. Com isso, além de contemplar as características econômicas existentes no estado, a educação profissional e de nível superior também deve ter o papel de formar cidadãos críticos para intervir em sua realidade social. Não obstante, as ofertas educacionais devem propiciar que a população atendida possa, ao menos potencialmente, atuar na economia local e regional, o que reforça a necessidade de que os cursos ofertados sejam coerentes com as características econômicas dessas escalas.

No entanto, recorda-se que a especialização do espaço, principalmente quando há arranjos produtivos locais, se não estiver

em constante processo de reinvenção, pode se tornar obsoleta e levar ao declínio do arranjo. Além disso, a “sobre especialização” pode trazer riscos aos arranjos produtivos e concentrações econômicas. A “sobre especialização” em determinada atividade técnico-produtiva é passível de engessar a localidade, o que dificulta o desenvolvimento de novas capacitações, em resposta às alterações ocorridas no mercado (DINIZ & CROCCO, 2006).

Ademais, a pequena diversificação produtiva torna o arranjo mais suscetível a choques externos e vulnerabilidades de demanda (ibid.). Para se evitar a “sobre especialização”, os arranjos produtivos devem estar aptos a se tornarem, igualmente, uma “região de aprendizagem” (FLORIDA, 1995), ou seja, que o conhecimento e a aprendizagem sejam os recursos e as formas mais importantes para a inovação e a competitividade desses espaços.

Além disso, as potencialidades existentes no território devem ser aproveitadas pelos atores locais e regionais. Nessa medida, cabe aos atores locais e regionais agirem em prol da identificação das potencialidades do território, a fim de que se convertam em benefícios econômicos e sociais para a localidade e a região. Todavia, a especialização econômica regional pode servir como uma referência útil para indicar possibilidades de ação que fortaleça as localidades e regiões onde os *campi* estão instalados, a partir das características econômicas existentes no território em dado momento histórico.

Referências bibliográficas

ARRANJOS Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf>. Acesso em: 17 abril 2019.

BECKER, Bertha K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. *Parc. Estrat.* Brasília: v. 14, n. 28, p. 33-50, jan-jun/2009.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Social. Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos no Estado do Rio de Janeiro: *Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas*. Relatório 3. 2010.

BRASIL. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)*. Disponível em: <www.ifrj.edu.br>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)*. Disponível em: <www.iff.edu.br>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos*. Brasília, 2016, 3 ed.

BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília, 2016, 3 ed.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*. Brasília, 2010. 99 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de Lei da Educação Profissional e Tecnológica*. SETEC. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro, v. 1, 1990.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco A. (Orgs.). *Economia regional e urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FERREIRA, Larissa S.; DANTAS, Eustógio, W. C. Cultura de Ordenamento Territorial: Conceituações e Perspectivas Histórico-Analíticas. *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá (CO), 2012.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. *Educ. Soc.*, Campinas, v.18, n.59, p.225-269, ago. 1997.

FLORIDA, Richard. Toward the learning region. *Futures*. Great Britain: Elsevier Science, v. 27, n. 5, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do Mercado. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

GRABOWSKI, Gabriel. Desenvolvimento local e regional & Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: *Boletim 07*. MEC. Brasília, DF. Mai/jun. 2006.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Prestação de Contas Ordinárias Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2015*. Rio de Janeiro, abril, 2016. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=55551197>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Curso Superior de Tecnologia de Jogos Digitais: Projeto Pedagógico*. Engenheiro Paulo de Frontin, set. 2013. Disponível em: <https://sigaa.ifrj.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=1999317&&key=03b6aeecaa900adbdbd071fcd33c741aa>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. *Relatório de Gestão do Exercício de 2015*. Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=55209129>. Acesso em: 17 set. 2019.

KUENZER, Acacia Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*. Campinas (SP): ano XXI, n. 70, abr. 2000.

LA ROVERE, R.L.; PARANHOS, J. *Os Investimentos no estado do Rio de Janeiro e seus efeitos sobre as micro e pequenas empresas*. Rio de Janeiro: IETS/SEBRAE, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. A.; CORRÊA, R. S.; VASCONCELOS, V. N. *Geografia do estado do Rio de Janeiro: da*

compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

NOVAES, Tatiani D. Reflexões sobre o processo de implementação do PRONATEC no Instituto Federal do Paraná. *Anais*. III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2012. 18 p.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. PACHECO, Eliezer (org.). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011. p. 13-32.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. *Plano Estratégico do Governo do Rio de Janeiro 2007-2010*.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, 2005a, pp. 79-94.

_____. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. *BRASIL*. Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 31-39, 2005b.

VARGAS, M. A. Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. *Programa de Pesquisa Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.

Submetido em: 09 de junho de 2019.

Devolvido para revisão em: 17 de janeiro de 2020.

Aprovado em: 06 de fevereiro de 2020.

Como citar este artigo:

SOUZA, Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de. Especialização econômica local e regional e oferta educacional: o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. *Terra Livre*, v. 1, n. 54, p. 227-279, jan.-jun./2020.

**DELIMITAÇÃO DE DISTRITOS E
ÁREAS URBANAS NO
PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO
URBANA EM CUIABÁ (MT)**

*DELIMITATION OF DISTRICTS AND
URBAN AREAS IN URBAN EXPANSION
PLANNING IN CUIABÁ (MT)*

*DELIMITACIÓN DE DISTRITOS Y ÁREAS
URBANAS EN LA PLANIFICACIÓN DE
EXPANSIÓN URBANA EN CUIABÁ (MT)*

FRANK GIORDANY AQUINO FRAPORTI

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT) – Cuiabá/MT.

E-mail: frankfraporti@gmail.com

SÔNIA REGINA ROMANCINI

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT) – Cuiabá/MT.

E-mail: romancini.ufmt@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta a reorganização administrativa distrital no contexto do ordenamento territorial municipal. A discussão parte da criação de novos distritos e das delimitações do espaço urbano-rural, evidenciando que o município deve ultrapassar a dicotomia presente nas definições com fins tributários e considerá-la, necessariamente, como uma questão de ordenamento territorial. Debate-se, com base no método histórico com abordagem qualitativa, à luz da geografia, urbanismo, planejamento urbano e direito urbanístico (no que couber), a definição das áreas urbanas dos distritos. Além do debate, tem-se em vista apresentar um registro das ações pretéritas e em curso em Cuiabá para o planejamento da expansão urbana e ocupação do espaço periurbano, numa visão ampliada e interdisciplinar, que permite apontar a necessidade de se considerar os espaços periurbanos enquanto zonas de planejamento.

Palavras-chave: espaço periurbano, perímetro urbano, organização administrativa, ordenamento territorial, distrito do Sucuri.

Abstract: This article presents the administrative reorganization of the districts regarding the context of land use planning of the municipality. The discussion starts with the creation of new districts and the delimitations of the urban-rural space, evidencing that the municipality must overcome the dichotomy present in the definitions for tax purposes and consider it, necessarily, as a matter of land use planning. Based on the historical method with qualitative approach, in the light of geography, urbanism, urban planning and urban law (where applicable), the definition of the urban areas of the districts is discussed. In addition, it is intended to present a record of past and ongoing actions in Cuiabá for the planning of urban expansion and occupation of the peri-urban space, in an extended and interdisciplinary view, which allows pointing out the need to consider peri-urban spaces as planning zones.

Keywords: peri-urban space, urban perimeter, administrative organization, land use planning, district of Sucuri.

Resumen: Este artículo presenta la reorganización administrativa de los distritos en relación con el contexto de la planificación del uso del suelo del municipio. La discusión comienza con la creación de nuevos distritos y las delimitaciones del espacio urbano-rural, evidenciando que el municipio debe superar la dicotomía presente en las definiciones para fines fiscales y considerarla, necesariamente, como una cuestión de planificación del uso del suelo. Basado en el método histórico con enfoque cualitativo, a la luz de la geografía, el urbanismo, la planificación urbana y el derecho urbano (cuando corresponda), se discute la definición de las áreas urbanas de los distritos. Además, se pretende presentar un registro de acciones pasadas y en curso en Cuiabá para la planificación de la expansión urbana y la ocupación del espacio periurbano, en una visión extendida e interdisciplinaria, lo que permite señalar la necesidad de considerar los espacios periurbanos como zonas de planificación.

Palabras clave: espacio periurbano, perímetro urbano, organización administrativa, planificación del uso del suelo, distrito de Sucuri.

Introdução

A problemática que orienta este trabalho é a adoção da opção de se criar e ocupar áreas destinadas à expansão urbana, em vez de

se promover uma política de estruturação e adensamento de áreas urbanas já dotadas de infraestrutura, em conjunto com a preservação ou ocupação controlada dos espaços periurbanos de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. É uma questão que pode ser entendida não só como reflexo de legislações urbanísticas pouco restritivas, mas como ações de um planejamento voltado ao atendimento de interesses de setores hegemônicos, especialmente de agentes privados ligados ao setor imobiliário que possuem no espaço periurbano seus estoques de terra.

O objetivo geral do trabalho, delineado pelos conceitos fundamentais às questões que o tema propõe, é a análise da produção do espaço (peri)urbano por meio dos conflitos da definição e aplicação dos instrumentos de ordenamento do território pelos diferentes agentes sociais. Buscou-se, entre outros objetivos específicos, identificar os conceitos e aspectos relevantes para o planejamento e ordenamento territorial municipal nas áreas de transição rural-urbana e discutir as ações em curso para o planejamento da expansão urbana e ocupação do espaço periurbano em direção às vilas dos distritos. As discussões apresentadas constituem parte das reflexões da dissertação de mestrado do autor, intitulada “O espaço periurbano em Cuiabá (MT): contribuição para o planejamento e ordenamento territorial”, e dos estudos realizados no âmbito do projeto de pesquisa “Dinâmicas Territoriais na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)”.

O presente trabalho aborda, no contexto do ordenamento territorial municipal, a reorganização administrativa distrital, com destaque para o Distrito do Sucuri: esse distrito possui uma relação entre sua área total e a área urbana muito desproporcional ao se comparar com os demais distritos. Possui área urbana distrital que

se estende para além dos limites do perímetro urbano da cidade. Mas, por estarem contíguas ou próximas ao perímetro, acabam por induzir o crescimento urbano para essas áreas, nas quais a iniciativa privada tem pressionado o poder público municipal para permitir a efetiva ocupação para fins urbanos em atendimento às estratégias próprias do setor. As diversas infraestruturas viárias em implantação, como é o caso do Rodoanel, servem como eixos estruturadores do espaço e essas áreas urbanas têm o seu valor ditado pelos especuladores, que pressionam o poder público para a ampliação do perímetro urbano de Cuiabá nessa direção.

Como decorrência da fundamentação teórico-conceitual que estrutura as atividades da pesquisa e dissertação supracitadas, este trabalho pauta-se por uma abordagem multidisciplinar, voltada ao exercício crítico, utilizando-se da metodologia histórica com abordagem qualitativa, caracterizada por uma compreensão detalhada dos significados e características apresentadas pelos agentes produtores do espaço. Sendo assim, ocorre uma valorização da maneira como cada indivíduo observa um determinado fato – registrados na pesquisa na forma de entrevistas e participação do autor em audiências públicas, p. ex. Esta relação entre o indivíduo e o fato não deve ser apenas mensurada, mas também interpretada (RICHARDSON, 1999). O estudo sobre classificação do que é urbano, bem como sobre a delimitação dos territórios distritais, por sua vez, é focado em diferentes aspectos no contexto do processo de urbanização, sendo essencial para a construção da pesquisa. Assim, a análise parte da leitura de dados dos levantamentos documentais, juntamente com as referências bibliográficas das mais diversas (legislação urbana, cartografia oficial e elaborada pelo autor, livros e revistas especializadas e trabalhos acadêmicos).

O urbano e o periurbano entre a cidade e a vila

Na breve discussão conceitual que se segue, cabe lembrar inicialmente que no caso dos municípios brasileiros há uma questão conceitual radicada pelas legislações e dada pela própria estrutura política-administrativa na definição de espaços rurais e urbanos. Como observa Ferrari (1984, p. 21), o critério político-administrativo vigente no Brasil é um dos vários critérios que podem ser utilizados para se distinguir o urbano do rural: “[...] são consideradas ‘cidades’ as sedes municipais e ‘vilas’ as sedes dos ‘distritos’”.

Este critério político-administrativo foi definido no Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país. Soma-se a ele o critério adotado nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde a população recenseada nas cidades e vilas é classificada como urbana. A população recenseada como urbana é também aquela residente na zona ou área urbana definida pelo perímetro urbano.

Com apoio na análise conceitual realizada por Saquet (2013, *passim*), ressalta-se que o termo território é empregado neste artigo como um limite político-administrativo que demarca o exercício do poder, sendo um produto histórico da relação sociedade-natureza, multiescalar, incorporando o caráter político e organizativo nos estudos e no planejamento do território. Ainda que limitada, a abordagem pauta-se na atuação do Estado evidenciada através dessa organização política e do planejamento. No que se refere às cidades, de acordo com o que sugere Sposito (2004) para avaliar como se realiza a produção territorial dos espaços urbanos, utilizam-se os termos território ou territorial para apontar à “[...] dimensão material da cidade, à

base física sobre a qual se assenta a cidade, ou seja, ao espaço topográfico ocupado por ela, o que poderia ser, numa primeira vista, designado pelo conceito de sítio urbano” (SPOSITO, 2004, p. 73-74).

Silva (2010) acrescenta a ressalva de que os critérios demográfico e econômico não servem para definir as cidades brasileiras, pois “[...] são conceitos jurídico-políticos, que se aproximam da concepção das cidades como conjunto de sistemas”. Assim, segundo este autor, o centro urbano no Brasil só adquire a categoria de cidade quando seu território se transforma em *Município*, e a *cidade* – núcleo urbano qualificado por um conjunto de sistemas político-administrativo, econômico não-agrícola, familiar e simbólico – passa a ser sede do governo municipal, independentemente do número populacional (SILVA, 2010, p. 25-26).

Nota-se que a concepção política-administrativa e a dimensão material são relevantes na definição de zonas urbanas em contraponto com as zonas rurais, que no Brasil estipula o limite do que pode ser chamado de *cidade*. Mas, na limitação do urbano, com apoio no teórico Neil Brenner (2018), tal fato apresenta uma série de problemas em termos de comparabilidade de tipos de assentamentos urbanos no contexto global, devido aos métodos empregados por cada país, tendo em vista que “[...] as localidades ‘urbanas’ dentro de uma jurisdição nacional podem ter pouco em comum com aquelas classificadas do mesmo modo em outro lugar [...]” (BRENNER, 2018, p. 313).

Para o referido autor, seria impossível tentar delinear o urbano, uma vez que não existem critérios padronizados para diferenciar tipos de assentamentos urbanos de não urbanos (em se tratando de cunhar um termo válido universalmente), além de que as aparentes fronteiras entre assentamentos urbanos em contraponto ao seu

suposto exterior não urbano têm sido constantemente expandidas e reformuladas em todas as escalas espaciais (Ibid, p. 315-316).

Então, o que seria a cidade e o urbano ao menos para o caso brasileiro? Para esta questão, Silva (2010) destaca algumas dificuldades na formulação do conceito, mas aponta alguns requisitos mínimos sob a ótica do direito urbanístico:

Fixar seu conceito não é fácil. Para chegar-se à sua formulação, cumpre lembrar que nem todo núcleo habitacional pode receber o título de ‘urbano’. Para que um centro habitacional seja conceituado como urbano torna-se necessário preencher, no mínimo, os seguintes requisitos: (1) densidade demográfica específica; (2) profissões urbanas como comércio e manufaturas, com suficiente diversificação; (3) economia urbana permanente, com relações especiais com o meio rural; (4) existência de camada urbana com produção, consumo e diretórios próprios. Não basta, pois, a existência de um aglomerado de casas para configurar-se um núcleo urbano (SILVA, 2010, p. 24).

Se nem todo núcleo urbano constitui cidade, como são as vilas (sedes de distritos) e demais comunidades encontradas no espaço rural, outras três concepções podem ser destacadas relativamente ao conceito de cidade: “[...] (a) a concepção demográfica; (b) a concepção econômica; (c) a concepção de subsistemas [...]”, sendo que esta última “[...] considera a ‘cidade’ como um conjunto de subsistemas administrativos, comerciais, industriais e socioculturais no sistema nacional geral” (SILVA, 2010, p. 24-25, grifo do autor).

A *zona urbana* ou perímetro urbano é a área territorial dos municípios tidas como cidades e vilas, nas quais é permitida, conforme legislação específica, a implantação de empreendimentos com características tipicamente urbanas. O conceito também se amplia para fins tributários (para cobrança do Imposto sobre a

Propriedade Predial e Territorial Urbana, por exemplo) e para reserva de áreas urbanizáveis.

No caso de Cuiabá, a delimitação da zona urbana passa a ser conteúdo do Plano Diretor municipal, em atendimento ao preconizado no inciso I do artigo 42 da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). O perímetro urbano, por sua vez, deve ser aprovado por lei municipal específica. Essa delimitação tem um cunho prático no que concerne à aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos pelos órgãos municipais, pois de acordo com o artigo 3º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei Nacional de Parcelamento Urbano), “[...] somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo Plano Diretor ou aprovadas por lei municipal” (BRASIL, 1979).

Desta maneira, a lei que definiu o perímetro urbano de Cuiabá no ano de 1994 (Lei nº 3.412 de 30 de dezembro de 1994), em seu artigo 3º, denominou de *Macrozona Urbana* “[...] a parcela do Território Municipal delimitada pelo Perímetro Urbano do Município de Cuiabá [...]” (CUIABÁ, 2007, p. 49). O Macrozoneamento em Cuiabá, propriamente dito, não possui lei específica que o define. Compreende-se, com a delimitação do perímetro urbano, que o território se divide, portanto, em área urbana e área rural (Ibid), mas sem qualquer relação com o Macrozoneamento.

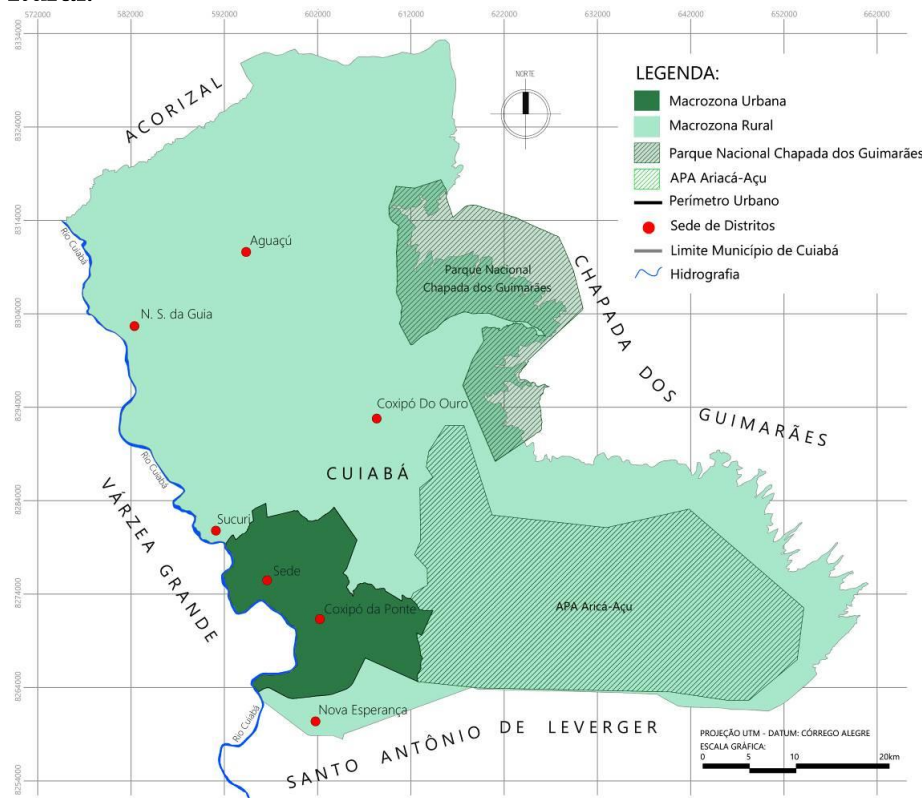
A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de Cuiabá ratifica a denominação de Macrozona Urbana, uma vez que seu texto define o perímetro urbano como sendo a *linha que delimita a Macrozona Urbana* e, para ficar em consonância com a Lei Federal de Parcelamento Urbano, veda a instalação de atividades com

características estritamente urbanas fora dessa Macrozona Urbana (CUIABÁ, 2015). A delimitação do perímetro urbano e consequente Macrozona Urbana é dada, porém, por lei própria e não pela LUOS, sendo a última alteração do perímetro dada pela Lei Nº 4.719 de 30 de dezembro de 2004 (Id, 2007, p. 15-18).

Por sua vez, a *zona rural* do município seria toda área excedente ao perímetro urbano. Identifica-se neste território, conforme a literatura tradicional, sua destinação às atividades não urbanas: agrícola, pastoril ou extrativa, geralmente a cargo da iniciativa privada, na qual o valor da terra é composto não só pela localização da propriedade, mas também quanto às características naturais do solo. Motivos pelos quais a zona rural não está sujeita às normas edilícias (voltadas para as edificações) e urbanísticas, nem se expõe aos tributos urbanos, como ressalta Meirelles (2008).

A LUOS não define o que seria (ou se haveria) então uma Macrozona Rural. Fica implícito, então, que a zona rural de Cuiabá corresponderia a uma suposta Macrozona Rural que deve ser aquela que, por exclusão, está fora do perímetro urbano, ou seja, não se encontra inscrita na Macrozona Urbana (Figura 1).

Figura 1: Município de Cuiabá e divisão em Macrozonas Urbana e Rural.



Fonte: Adaptado de Cuiabá (2007). Organização: Frank Fraporti.

Apesar da existência de áreas de conservação e preservação de cunho ambiental, como o Parque Nacional Chapada dos Guimarães e Área de Preservação Ambiental (APA) Aricá-Açu (que não possuem vocação para ocupação para fins estritamente urbanos), a ausência desse conteúdo em lei municipal denuncia a preocupação restrita do poder público municipal em legislar apenas sobre o espaço urbano, mesmo que em seu Plano Diretor, “[...] considerado instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano e rural [...]” diz estender as diretrizes à “[...] totalidade do território do Município, incluindo as áreas urbana e rural” (CUIABÁ, 2008).

Ao tratar das áreas nessa Macrozona Rural, como são os territórios dos distritos para além do perímetro urbano, deve-se evidenciar a diversificação no uso do solo: não apenas as atividades não urbanas (aquelas destinadas à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, próprias das zonas rurais), mas não se deve negligenciar a existência de loteamentos clandestinos, de sítios de recreio e dos núcleos urbanos dos distritos (vilas) – modalidades diversas que a *lógica urbana* imprime sobre o rural, ou as marcas das *urbanidades* (SOUZA, 2005; RUA, 2013).

As análises nesta pesquisa têm como ponto de partida os critérios político-administrativos – pelo fato de estarem expressos em lei –, porém não se resumem nesses, os quais tenta-se superar. Os critérios que definem o limite entre o urbano e o rural são múltiplos e a delimitação do perímetro urbano é resultado de inúmeros processos que ocorrem no território – arbitrários ou não. Para Spavorek, Leonelli e Barretto (2004, p. 15), os poderes públicos municipais, ao delimitarem o urbano, “[...] carecem de uniformidade, normatização e pecam por não considerar a funcionalidade dos territórios demarcados [...]”.

Para os autores, a linha definida como perímetro urbano, delimitada para separar os municípios brasileiros em uma parte urbana e outra rural, só tem o critério objetivo de divisão territorial e “[...] geralmente representam os interesses citadinos e setoriais ligados às forças e grupos que exploram o capital imobiliário local” (Ibid). Concorde-se com a observação de que geralmente o “comportamento urbano” é mais observável apenas a partir de uma certa distância “do perímetro para dentro”, enquanto o rural de fato vai aparecer a uma certa distância “do perímetro para fora” (Ibid). Haveria, então, uma faixa periférica de transição entre o urbano e o

rural, onde a delimitação do urbano, a partir de critérios político-administrativos pouco flexíveis, torna-se difícil de ser realizada.

Nota-se que essa dificuldade na demarcação de “Áreas Urbanas” nos distritos de Cuiabá reflete também na insegurança jurídica quanto à permissão de ocupação para fins estritamente urbanos, visto que estão localizadas *fora* da referida Macrozona Urbana. Adiciona-se à discussão o exposto pelo teórico Neil Brenner (2018), que questiona se o fenômeno urbano poderia continuar sendo ancorado exclusivamente *dentro* da cidade. Para Brenner, conforme:

as rígidas limitações analíticas impostas por essas suposições ‘pontilhadas’ do urbano vão ficando mais flexíveis, os dualismos estatísticos da teoria urbana popular (cidade/campo, urbano/rural, interior/exterior, sociedade/natureza) também se tornam mais capazes de serem rapidamente superados (BRENNER, 2018, p. 317).

Para superar o dualismo, apoia-se em Souza (2005) que, ao classificar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em tipos de espaços sociais para tratar da variedade de usos possíveis e encontrados nas áreas rurais, conceitua a franja rural-urbana ou espaços periurbanos: são espaços “[...] preteritamente rurais, mas que, mais e mais, são tomados por uma lógica urbana de uso da terra (especulação fundiária, residências de fim-de-semana ou mesmo principais de famílias de classe média, algumas favelas, atividades de lazer, restaurantes etc.)” (SOUZA, 2005, p. 76).

Nesses casos, o uso para a agricultura propriamente dita passa a ser “[...] algo puramente residual, ou um verniz, uma aparência que esconde a essência mais profunda [...]” como o autor explica e também pode ser observado na franja rural-urbana em Cuiabá. Essa referida essência seria uma “[...] presença insidiosa e

cada vez mais forte da 'lógica' urbana de uso do solo [...]” sobre o espaço rural (SOUZA, 2005, p. 76).

A transformação do território sob a lógica urbana tem como consequência a ampliação das áreas periurbanas. De acordo com Francisco Entrena Durán (2003), que estudou o espaço periurbano de urbanização dispersa (principalmente das cidades europeias), conceitua-se o periurbano como áreas “[...] caracterizadas por formas de urbanização dispersa em que, em geral, é altamente complicada distinção clara entre campo e cidade”. A dificuldade em fazer esta distinção vem de “[...] um contexto em que as periferias citadinas ou áreas periurbanas tendem a aumentar sua extensão e, sobretudo, ter limites cada vez mais indefinidos com respeito à área rural” (DURÁN, 2003, p. 57).

A peculiaridade da ocupação dessas áreas periurbanas, como observou o autor supracitado é que nelas “[...] manifestam-se formas de sociedade cujas características sociais e econômicas estão em processo de transformação e de redefinição, sendo, por isso, espécies de construções 'híbridas', meio termo entre o urbano e o rural” (DURÁN, 2003, p. 65).

Durán observou que, devido à desvalorização das atividades agrícolas acompanhada da forte demanda de solo para expansão urbana e devido ao uso arbitrário que é feito dele, se produz espaços desarticulados, submetidos muitas vezes a interesses privados escudados na inércia permissiva das administrações. Enquanto as cidades crescem, continua crescendo a abertura de manchas urbanas sobre áreas rurais e conseqüentemente se amplia o espaço periurbano.

Existe uma demanda crescente do uso do solo por atividades urbanas que conseqüentemente substituem a atividade rural,

sobretudo no entorno urbano, numa pressão permanente pela expansão urbana periférica. Os espaços periurbanos são submetidos muitas vezes a interesses privados, apoiados na permissividade das administrações – e por meio das tipologias urbanísticas adotadas, tem-se uma demasiada alteração do meio físico.

As investigações frente a essas morfologias e tipologias de ocupação do território no caso de Cuiabá apontam para um tipo de ocupação com a produção de uma urbanização dispersa ou difusa, emprestando termos que Reis (2006) e Abramo (2007) conceituaram. O aumento das áreas de expansão geograficamente periféricas nas franjas rurais-urbanas constitui no processo de periurbanização. Assim, estes espaços são um tipo de zona de transição entre a cidade e o campo onde misturam-se atividades urbanas e agrícolas, que competem pelo uso do mesmo solo (DURÁN, 2003).

Quanto às zonas de transição, Meirelles (2008, p. 80) aponta, na sua leitura de cunho jurista, que “[...] não há distinção entre zona rural e zona suburbana, que a tradição mantém sem qualquer razão de direito. No nosso regime municipal, só há lugar para zona urbana, zona de expansão urbana e zona rural”. É algo que necessita ser revisado no regime municipal, dado o atual contexto da urbanização.

Cabe a observação de Vale e Gerardi (2006, p. 244) de que, em geral, “[...] para os urbanistas (até mesmo geógrafos), a cidade, muitas vezes, é analisada por si só ou por sua dominação sobre o campo [...]”. As autoras buscaram explicar a *periurbanização* e *rururbanização* enquanto processos consequentes da urbanização difusa e que “[...] se fundamentam nas relações campo-cidade, com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação [...]” e diferenciam a definição entre os termos *suburbanização* e

periurbanização, sendo que o segundo é consequência do primeiro (VALE; GERARDI, 2006, p. 235-236).

Como geralmente a expansão está inserida num contexto territorial favorável ao desenvolvimento, Giuseppe Dematteis destaca que a periurbanização e a forma da cidade difusa “[...] são processos que podem ser controlados. Mas para tal, há de se pensar antes de tudo que se trata de algo estruturalmente novo e não de uma simples dilatação das velhas periferias urbanas à escala regional” (DEMATTEIS, 1998, p. 4¹, tradução livre).

Assim, admitindo o processo de expansão urbana, caracterizado pela produção de espaços ineficientes, segregados e insustentáveis – que se derivam de uma atuação irrestrita dos agentes privados, muitas vezes com a anuência da administração municipal – verifica-se a necessidade de um planejamento e estratégias socioeconômicas, ambientais e urbanísticas para o ordenamento dos espaços periurbanos, de maneira a coibir processos especulativos, prejuízos de ordem urbana-ambiental e com a devida aplicação dos instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários na distribuição justa dos ônus e benefícios da urbanização (DURÁN, 2003; SANTORO, 2012).

A discussão conceitual contribui para a adoção do termo periurbano para se referir às partes integrantes da zona urbana ou urbanizada de Cuiabá, na qual se inclui as Zonas de Expansão Urbana (ZEX's) inscritas na Macrozona Urbana, mas vai um pouco além: se avança sobre o território rural em direção aos núcleos urbanos dos distritos, áreas atualmente demarcadas como urbanas, mesmo que sobrepostas ao território da Macrozona Rural. Com base

¹ Na impossibilidade de acessar a obra original, realizou-se a leitura de documento digitalizado, onde a paginação segue a ordem do documento e não da publicação original.

no exposto, este trabalho aponta para a necessidade de se considerar os espaços periurbanos enquanto zonas de planejamento, em uma visão de conjunto a partir de uma zona intermediária onde a expansão urbana se mostra mais visível. Propõe-se flexibilizar as limitações analíticas com a utilização de um conceito que trate do espaço de transição: é o que se enquadraria como *espaço periurbano* para as análises no caso de Cuiabá.

O distrito enquanto instrumento de ordenamento territorial

A busca pelo entendimento ou justificativa do processo de expansão urbana leva ao elenco de variadas interpretações. Em primeiro lugar, o controle da expansão urbana dá-se usualmente com o estabelecimento do limite da zona urbana e de expansão urbana de um município em lei municipal (o que conseqüentemente origina uma zona rural por oposição). Estes limites são estabelecidos, em boa parte dos casos, pelas leis de perímetro urbano que foram disseminadas por todo o país, principalmente a partir da Lei Federal de Parcelamento Urbano (SANTORO, 2012, p.159).

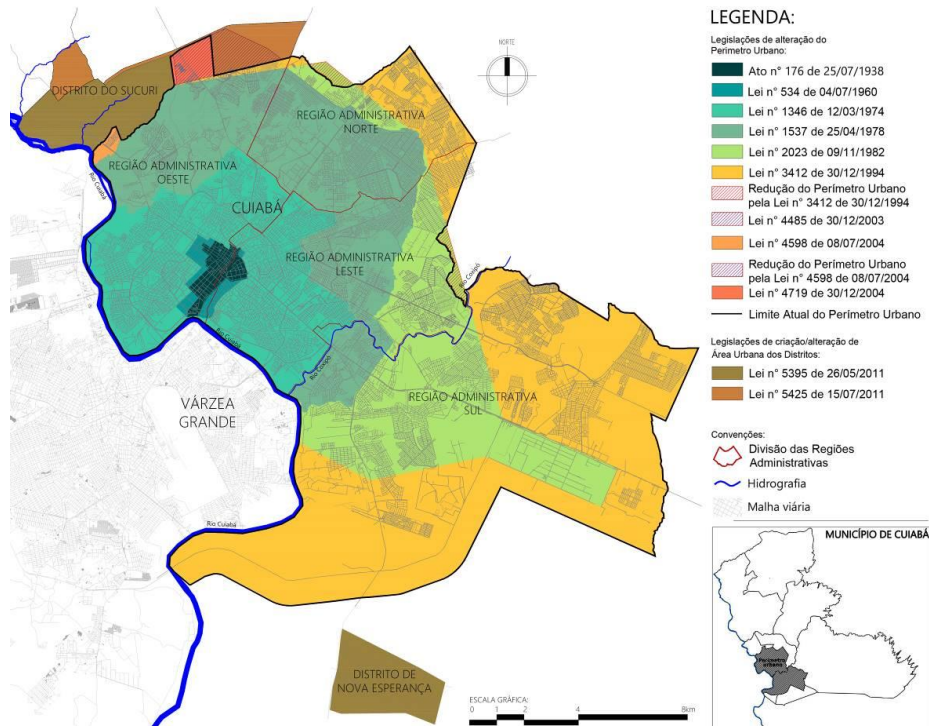
No campo da literatura urbana, Santoro, Cobra e Bonduki (2010) ressaltam que “[...] a interpretação da expansão urbana horizontal tem sido associada às mudanças demográficas pós-anos 1980 no Brasil, com o crescimento da população urbana nas cidades dinâmicas [...]”, mas apontam outro motivo em razão da expansão estar “[...] associada às estratégias dos mercados imobiliários que estimulam o crescimento horizontal” (SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2010, p. 419).

Os autores diferenciam a ação do mercado imobiliário informal e formal na expansão urbana: o primeiro pela busca da economia por meio de redução de custos (encontrada pela

implantação da urbanização em uma estrutura difusa e dispersa); o segundo pela busca da inovação do produto imobiliário ofertado pelo mercado (Ibid), como são os condomínios horizontais, entre outros. Como Durán (2003) já havia ressaltado, este tipo de atuação do mercado formal trata-se de um “[...] efeito da expansão e dispersão da cidade que dá lugar a espaços sociais específicos só parcialmente assimilados pelo complexo crescimento urbano” (DURÁN, 2003, p. 65).

No Município de Cuiabá, diversas foram as justificativas que acabaram por resultar na ampliação da mancha urbana e conseqüentemente do seu perímetro nas formas de lei. As sucessivas ampliações no perímetro urbano de Cuiabá até o ano de 2004 (Figura 2) em contraponto com a constante manutenção de vazios urbanos levou à proibição, por meio do artigo 89 do Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico (PDDE) de 2007, de novas expansões do perímetro urbano por um período de dez anos a contar da data de aprovação da lei (CUIABÁ, 2008, p. 58). Ou seja, o perímetro urbano de Cuiabá permaneceu “congelado” até 29 de janeiro de 2017.

Figura 2: Alterações do perímetro urbano de Cuiabá e áreas urbanas distritais próximas (1934-2011).



Fonte: Adaptado de Cuiabá (2008, 2011a, 2011b). Organização: Frank Raporti.

Como se observou nas análises das diversas alterações de lei de perímetro urbano de Cuiabá, o Poder Executivo Municipal coaduna com tais interesses ao adotar a opção de transformar em “urbana” parcelas dos distritos próximos ao perímetro urbano, mesmo sendo predominantemente rurais, em atendimento a uma demanda por áreas para implantação de novos empreendimentos imobiliários. Nota-se na figura 2 como as áreas urbanas distritais, especificamente no caso dos Distritos do Sucuri e Nova Esperança, delimitadas em 2011, estão próximas ou contíguas ao atual perímetro urbano. Este fato expõe a coexistência de processos ligados à expansão urbana, como a implantação de condomínios fechados de

luxo (cada um com seu diferencial para atrair compradores) de um lado da cidade e loteamentos destinados à moradia popular do outro.

Empresas do setor imobiliário, como a Ginco Urbanismo e Alphaville Urbanismo, entre outras, têm contribuído para a produção de um modelo de cidade difusa na maneira que atuam em Cuiabá, uma vez que elevam cada vez mais a demanda pela ampliação de novas áreas urbanizáveis, ao menos para permitir a ocupação por meio das tipologias urbanísticas adotadas, como são os condomínios fechados de luxo de grandes dimensões. São empreendimentos altamente consumidores de novos espaços, que resultam em crescimento físico-territorial em extensas dimensões horizontais, voltados principalmente para a população de classe de renda alta. E como fazem parte da atuação do mercado formal, é necessário pressionar o poder público para que se garanta a legalidade dos empreendimentos da iniciativa privada, o que é adquirido com a alteração do perímetro urbano em diversas ocasiões ou com a criação de áreas urbanas distritais.

Com o fim do prazo de proibição de novas expansões e com a revisão do PDDE em andamento desde 2016, supõe-se que a alteração do perímetro urbano de Cuiabá seja um dos temas centrais no âmbito dessa revisão. Independentemente da aprovação do Plano Diretor, a demanda criada pela iniciativa privada para a criação de novas áreas urbanizáveis em Cuiabá e soluções para atendê-la já estão em curso. Foram delimitadas áreas urbanas nos distritos, num processo de reorganização administrativa distrital em 2011, sem antes quantificar e qualificar os espaços urbanos sem edificação, desocupados ou subocupados, onde poderiam ser aplicados os diversos instrumentos urbanísticos e tributários previstos no Estatuto da Cidade e dispostos no Plano Diretor.

Entende-se que o ente municipal possui prerrogativa para legislar sobre seu território, o que inclui a revisão dos limites urbanos e o estabelecimento de áreas de expansão urbana. No entanto, as alterações devem ocorrer quando tidas como necessárias e no âmbito da revisão do Plano Diretor, visto que este é o instrumento básico da política de *desenvolvimento e de expansão urbana* e deve planejar o município como um todo (BRASIL, 2001; SANTORO, 2012, p. 162).

Com a criação das *áreas urbanas distritais* por lei, novas demandas surgiram e o poder público municipal voltou a ser pressionado pelos agentes ligados ao setor imobiliário para a inclusão dessas tais áreas urbanas dos distritos ao perímetro urbano da cidade, ou ao menos a aprovação de regramentos urbanísticos e edifícios de maneira a permitir a ocupação sem envolver a alteração da lei de perímetro urbano (opção adotada, visto que não precisa ocorrer no âmbito da revisão do PDDE).

Na esfera federal, cabe observar que a Constituição Federal de 1988 compõe a organização política-administrativa do território nacional a partir dos Estados, Municípios e Distrito Federal, todos como entidades autônomas. Os Estados, por sua vez, subdividem-se em Municípios e esses em Distritos e Subdistritos. São divisões administrativas e urbanísticas criadas visando a melhor distribuição dos serviços públicos e a descentralização ou desconcentração das Administrações. A criação, organização e supressão dos distritos são competências municipais e deve ser observada a legislação estadual no que couber (BRASIL, 1988, art. 30, IV).

Como bem observou Ribeiro (2010), essa descentralização política proveria aos entes da federação uma maior autonomia, mas somente poderia ocorrer com um novo pacto de poder. Enquanto a autora destaca a criação de municípios dentro do processo de

fragmentação administrativa do território nacional, neste trabalho expõe-se, por alusão, a criação de distritos dentro do processo de reorganização administrativa territorial numa escala local.

Quanto à reorganização administrativa distrital, na escala do município, um dos mecanismos previstos para o planejamento do território, como observam Saule Jr., Almeida e Cardoso (2007), é a criação de distritos que abrangem tanto a zona rural como a urbana. Para Meirelles (2008), o distrito é uma simples área administrativa destinada apenas à descentralização ou à desconcentração de serviços municipais e estaduais, por exemplo: registros de imóveis, delegacias de polícia, postos de arrecadação, serviços de limpeza pública, escolas, entre outros, destinados ao melhor atendimento das pessoas que nele habitam. Portanto, possui natureza meramente administrativa, ou seja, distritos são territórios sem autonomia política ou financeira e que continuam sob a administração do município.

Em ambas as escalas de fragmentação territorial, devem-se atentar aos critérios por trás das decisões de criar novas localidades, bem como as implicações decorrentes da nova configuração. Com base nas implicações destacadas por Ribeiro, citam-se as que também poderiam ser atribuídas na escala local, como “[...] flexibilização do ordenamento territorial, que permitiu maior inserção de novos empreendimentos; [...] fragilidade nas políticas urbanas, implicando ações ferozes do mercado imobiliário [...]” (RIBEIRO, 2010, p. 294).

Dentre as possibilidades e critérios para a criação de municípios, Ribeiro considera “[...] como hipótese que o movimento de maior intensidade de fragmentação político-administrativa

ocorreu nos lugares onde há inserção do espaço na economia”. E complementa que essa inserção está:

“[...] muitas vezes, articulada a estratégia política que promove a reprodução das relações de poder, permitindo a produção e manutenção de empreendimentos ligados a determinados circuitos da economia. O que se considera é que, ao mesmo tempo em que se realiza a fragmentação do espaço no âmbito administrativo, há uma integração do espaço aos circuitos produtivos, que traz como consequência processos de segregação socioespacial.” (RIBEIRO, 2010, p. 295).

A criação de distritos (e áreas urbanas) pode ser tratada como uma estratégia política que permite que se criem condições para a expansão indireta do perímetro urbano, inserindo espaços ao circuito mercantil, uma vez que passam a ser permitidos usos estritamente urbanos nestas parcelas que se localizam na Macrozona Rural – essencial para o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários.

No que se refere à delimitação das zonas urbanas, esta passa a ser conteúdo próprio do plano diretor municipal, como determina o art. 42 do Estatuto da Cidade, o qual deve delimitá-las no intuito de definir áreas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, dentre outros instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização (BRASIL, 2001). Porém, nem a Constituição, nem o Estatuto da Cidade dizem que a delimitação da zona urbana deve ser feita através do instituto do perímetro urbano ou que nas áreas urbanas dos distritos (vilas) devem ser obedecidos os mesmos critérios daqueles exigidos para a cidade.

Destarte, consideram-se o macrozoneamento, a criação de distritos, o perímetro urbano da cidade, bem como a delimitação de

áreas urbanas distritais como importantes instrumentos de ordenamento territorial municipal, visto que se tratam de subdivisões do território para fins de administração e são um aparato legal para o controle físico do espaço do município por meio do controle do uso e ocupação do solo.

Percebe-se que o macrozoneamento municipal de Cuiabá, pautado apenas da definição de Macrozona Urbana, sem maior qualificação e criação de parâmetros ocupacionais apenas para as áreas rurais (excluem-se o Parque Nacional e APA, que são voltados para a conservação ambiental), torna-se um instrumento limitado nas possibilidades de organização do território do município como um todo. Ressalta-se que a distritalização no Município de Cuiabá assume papel importante dentro do planejamento, pois na ausência de zoneamento ou regras de parcelamento, uso ou ocupação do solo, próprias das áreas urbanas, é a delimitação dos distritos e respectivas áreas urbanas que traz à luz a discussão do ordenamento territorial destas parcelas do território, principalmente no que concerne ao regramento das atividades urbanísticas e edificações por meio de parâmetros legais.

Para tanto, aborda-se brevemente o histórico da reorganização administrativa distrital, seguido das observações que se fizerem pertinentes, sendo esta reorganização uma das principais ações de planejamento que suscitaram a discussão da ocupação para fins urbanos fora dos limites da Macrozona Urbana.

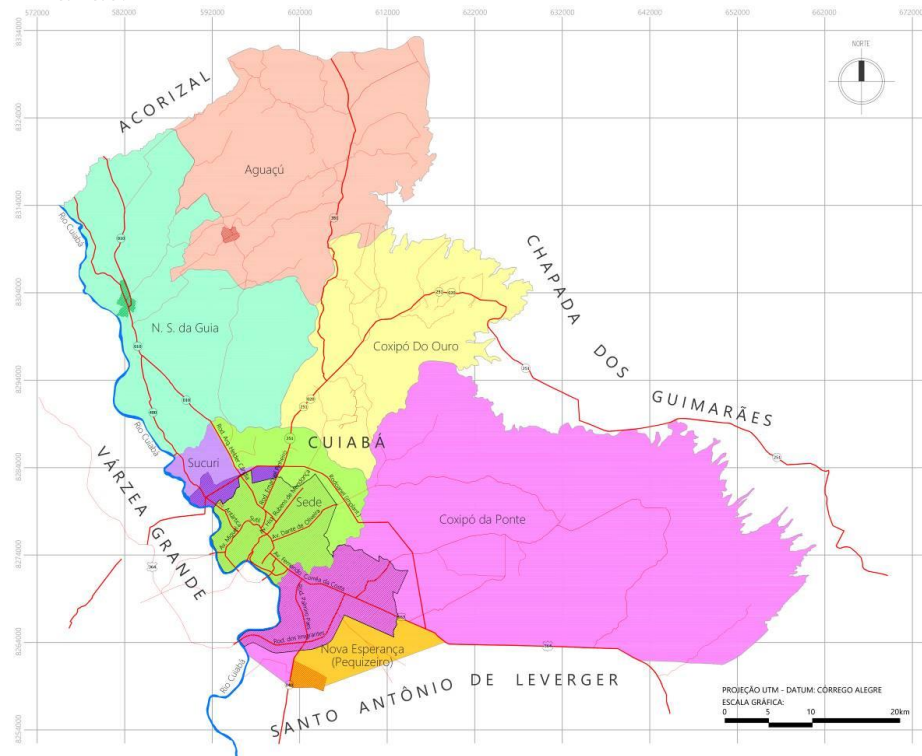
A reorganização administrativa distrital

Nesta sequência cabe apontar que a urbanização de Cuiabá, ao longo dos anos, deu origem a pequenos núcleos urbanos dispersos que se constituíram em sedes de distritos, alguns deles

posteriormente emancipados como novos municípios. Na divisão territorial datada de 2009 (IBGE-Cidades), o município era constituído por quatro distritos criados até a década de 1930, sendo eles: Cuiabá (Sede), [Nossa Senhora da] Guia, Coxipó da Ponte e Coxipó do Ouro (BRASIL, 2018).

Como mencionado, em 2011, para dirimir situações conflitantes a respeito da divisão administrativa, realizou-se a redistribuição do território, ou seja, foram realizados acréscimos ou reduções de áreas dos distritos então existentes, bem como criação de novas divisões distritais. Como resultado, também foram inseridos novos parâmetros na delimitação das áreas urbanas desses territórios (Figura 3).

Figura 3: Divisão do Município de Cuiabá em distritos e áreas urbanas.



LEGENDAS:

DISTRITOS E ÁREAS URBANAS

 SEDE	 COXIPÓ DA PONTE
 Área Urbana Sede	 Área Urbana Coxipó da Ponte
 N. S. DA GUIA	 NOVA ESPERANÇA (PEQUIZEIRO)
 Área Urbana N. S. da Guia	 Área Urbana Nova Esperança (Peq.)
 AGUAÇÚ	 SUCURI
 Área Urbana Aguaçu	 Área Urbana Sucuri
 COXIPÓ DO OURO	 Perímetro Urbano

CONVENÇÕES

	Limite dos Distritos
	Hidrografia
	Rodovia Federal
	Rodovia Estadual
	Rodoanel (em implantação)
	Avenidas principais
	Estradas vicinais

Fonte: Adaptado de Cuiabá (2011a; 2011b); Mato Grosso (2016).
Organização: Frank Fraporti.

Desta forma, segundo a Lei Nº 5.395 de 26 de maio de 2011 (CUIABÁ, 2011a), os distritos existentes foram reordenados, perdendo parte de suas áreas para a criação dos Distritos do Aguaçu, de Nova Esperança e do Sucuri, e o Município de Cuiabá passou a ter sete distritos. A referida Lei apenas delimitou o perímetro dos distritos e das suas respectivas áreas urbanas (com exceção do Coxipó do Ouro, que não possui delimitação de área urbana), sem que

houvesse a regulamentação do seu zoneamento, hierarquização viária e instituição dos instrumentos urbanísticos relativos ao disciplinamento do parcelamento, uso e ocupação do solo para sua efetiva ocupação. Destaca-se que as áreas urbanas dos Distritos Sede e Coxipó da Ponte coincidem com o próprio perímetro urbano de Cuiabá.

A análise da relação entre as áreas urbana e total de cada distrito (Figura 3 e Tabela 1), bem como a relação com o perímetro urbano (Figura 2) possibilita também discutir as ações em curso para fomentar condicionantes para a expansão urbana.

Tabela 1: Distritos reordenados e criados e suas respectivas áreas.

	Área do distrito (ha)	Área urbana (ha)
Distritos Reordenados		
Sede	27.369,70	12.746,12 ¹
Coxipó da Ponte	130.577,50	12.595,73 ¹
Coxipó do Ouro	41.467,23	s/i ²
Nossa Senhora da Guia	55.642,04	499,14
Distritos Criados		
Aguaçú	61.094,08	264,18 ³
Nova Esperança (Pequizeiro)	6.188,16	874,47 ⁴
Sucuri	4.966,15	1.800 ⁵

Notas:

1 – Correspondente à área interna do perímetro urbano de Cuiabá, definido pela Lei Nº4.719/2004;

2 – Distrito não possui delimitação oficial da área urbana;

3 – Área dada pela redação da Lei Nº5.395/2011;

4 – Área total após a Consolidação das Divisas Intermunicipais realizada pelo Governo Estadual em 2016;

5 – Área dada pela redação da Lei Nº5.425/2011.

Fonte: Cuiabá (2007, 2011a, 2011b); Mato Grosso (2016). Organização: Frank Fraporti.

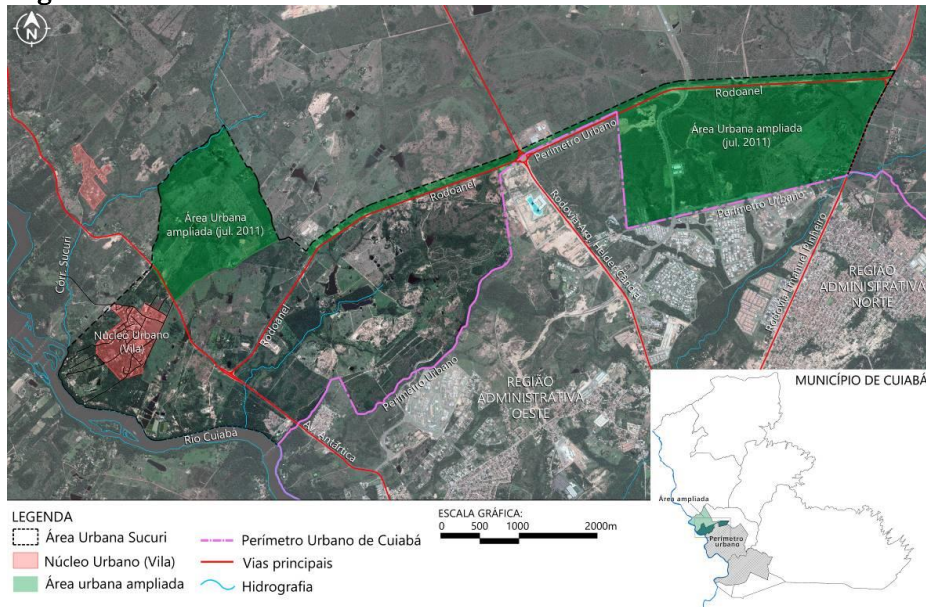
A análise dá relevo aos Distritos de Nova Esperança e Sucuri, por estarem próximos ao perímetro urbano. O Distrito de Nova Esperança, na porção sul do Município, foi criado a partir do Distrito Coxipó da Ponte. Sua área urbana está compreendida entre

a Rodovia Palmiro Paes de Barros e o limite municipal entre Cuiabá e Santo Antônio de Leverger, abrangendo os loteamentos denominados Nova Esperança e Pequizeiro. Por conta da aprovação errônea dos referidos loteamentos (esses foram “aprovados” pelo poder público municipal de Santo Antônio de Leverger, mesmo estando cerca de 70% de sua área no território de Cuiabá), foi que o Governo do Estado de Mato Grosso, para dirimir situações conflitantes urbanísticas e tributárias, realizou a Consolidação das Divisas Intermunicipais entre estes dois Municípios.

A revisão foi realizada pela Comissão de Revisão Territorial dos Municípios e das Cidades, culminando na Lei nº 10.403 de 02 de junho de 2016 (MATO GROSSO, 2016), onde toda a área dos referidos loteamentos passaram a pertencer ao Município de Cuiabá, e conseqüentemente, inseridos na área urbana do Distrito de Nova Esperança previamente criado em 2011.

Identifica-se que a delimitação da Área Urbana do distrito Sucuri (Figura 4) é arbitrária, se comparada às demais áreas urbanas distritais. Ratifica essa constatação pois, ainda em 2011, dois meses após sua criação, a área urbana do Sucuri sofreu ampliação pela Lei Nº 5.425 de 15 de julho de 2011 (CUIABÁ, 2011b), o que evidencia uma clara tentativa de ampliação do perímetro urbano de Cuiabá, mais especificamente na Região Administrativa Oeste, por ser limítrofe ao Sucuri.

Figura 4: Área urbana do Distrito do Sucuri.



Fonte: Adaptado de Cuiabá (2011a; 2011b). Imagem: Digital Globe (2018). Organização: Frank Fraporti.

Observa-se que tais áreas delimitadas como urbanas no Distrito do Sucuri, inicialmente com 1.070 ha e depois ampliada para 1.800 ha (destaques em verde na Figura 4), vão muito além do que se poderia considerar urbano no território do distrito criado, que deveriam ser as “áreas ocupadas”, ou o seu “núcleo urbano” inicial – a *vila*, com aproximadamente 136,36 ha (destacada em rosa na Figura 4).

Cabe ressaltar a importância das áreas urbanas distritais no contexto do planejamento urbano. Em Cuiabá, é pela Área Urbana do Distrito do Sucuri que o Município, por meio do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU), apresenta pela primeira vez um ordenamento/zonaamento para parte do território da Macrozona Rural. A permissão para a ocupação da Área Urbana do Sucuri por usos e atividades tipicamente urbanas não se trata, em termos legais, de ampliação do Perímetro Urbano de Cuiabá, aquele

definido pela Lei Nº 4.719 de 30 de dezembro de 2004, propriamente dito (CUIABÁ, 2004).

Em síntese, pode-se afirmar que é por meio das áreas urbanas distritais que o Município tem planejado sua expansão urbana.

Ações de planejamento da expansão urbana em direção ao distrito do Sucuri

Evidenciou-se que a delimitação da Área Urbana do Distrito do Sucuri, em contraponto com as áreas urbanas dos demais distritos criados ou alterados pela mesma Lei, representa uma clara tentativa de ampliação do perímetro urbano de Cuiabá, contornando o que estatuiu a legislação federal. Entende-se que devem ser obedecidos os parâmetros apresentados pelo Estatuto, pois este não traz recomendações visando apenas à elaboração de um plano urbanístico, mas de um plano que ordene o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garanta o bem-estar de seus habitantes em padrões dignos de conforto urbano-ambiental (BRASIL, 2001).

Ao constatar que as áreas urbanas dos Distritos do Sucuri e Nova Esperança se encontram contíguas ou próximas ao perímetro urbano, como se observa na Figura 1, ressalta-se que identificar o que é urbano no rural não foi o mote das ações que levaram à definição da Área Urbana do Distrito do Sucuri, tanto que a área foi ampliada em julho de 2011 abrangeu uma porção do território rural sem qualquer tipo de atividade urbana instalada.

Esta situação permite que se criem condições para a expansão indireta do perímetro, uma vez que passam a ser permitidos usos estritamente urbanos nestas parcelas que se

localizam na Macrozona Rural. Ampliar o perímetro em direção ao Sucuri implica o aumento de 7,07% dos 254,57 km² atuais (CUIABÁ, 2007). Com isso, a densidade urbana da cidade, que atualmente é de 2.266 hab/km², pode ser reduzida para valores ainda mais baixos.

Essas parcelas do território se localizam em pontos de interesse para a produção de parcelamentos e usos urbanos pela iniciativa privada, que encontra nas infraestruturas públicas as condicionantes para viabilizarem seus variados empreendimentos, a exemplo do Rodoanel e futuro Hospital Universitário (ambos em implantação). O que se repete é o papel do Estado na criação e implantação de elementos estruturadores do espaço urbano, que acabam servindo como atrativos para os demais empreendimentos de iniciativa privada, tornando-os elementos indutores do crescimento territorial urbano, em vez de agir em favor da maximização do aproveitamento das infraestruturas instaladas e favorecer investimentos que atendam às demandas sociais do município.

Soma-se à justificativa de expansão indireta o fato de, como mencionado, a Região Administrativa Oeste e o Distrito do Sucuri serem partes do território que mais recebem solicitações dos agentes produtores do espaço para sua expansão. Dessa forma, demandam com urgência um olhar por parte das pesquisas urbanas para por em relevo as estratégias espaciais e questionar as fragilidades e implicações decorrentes dessas manobras político-administrativas e territoriais. Nas palavras de Reis e Bentes (2017, p. 421), “[...] necessita de respostas teóricas e reflexivas, próprias à proposição científica, bem como proposição de novas políticas urbanas, como um grande desafio para o controle da urbanização, do planejamento e da gestão urbana”.

Para conduzir o planejamento da expansão urbana e imprescindível realização de estudos que possam ser utilizados para embasar um plano urbanístico e subsidiar o estabelecimento dos parâmetros para o uso e ocupação do território, assim como fomentar o crescimento socioeconômico das áreas urbanas distritais, estudos técnicos se fizeram necessários. Nesse contexto, a estrutura institucional do Município pontua negativamente para atender a essas condicionantes, quer por questões de falta de infraestrutura, quer por limitação de pessoal qualificado em quantidade suficiente para desenvolver os estudos necessários para a elaboração de um plano urbanístico para o Distrito do Sucuri.

Essa situação é confirmada quando se observa uma congregação de empresas do setor da construção civil financiando estudos de caracterização (carta geotécnica, estudos ambientais e socioeconômicos) de parte da área urbana do Sucuri, a fim de tirar o poder público da inércia e contestar as suas justificativas em adiar alterações de legislações urbanas existentes que não atendam aos seus interesses. Como resultado, firmou-se o Termo de Cooperação N°001/SMP/2016 (CUIABÁ, 2016) entre o IPDU, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento (SMP), e o Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso (SINDUSCON-MT), entidade esta que atua em favor de planejamentos próprios do setor.

Desta forma, o Termo de Cooperação Técnica Município/SINDUSCON-MT fixou que dentre os produtos a serem apresentados deveria constar estudos socioeconômicos e ambientais. Coube ao poder público municipal, após a entrega dos referidos estudos, elaborar as leis para disciplinar o uso e ocupação do solo na Área Urbana do Distrito do Sucuri, bem como os respectivos mapas

de proposta de zoneamento, uso do solo, hierarquização viária e plano urbanístico consoante com as diretrizes para a ocupação.

O Município, por meio do IPDU, apresentou, quase um ano depois do recebimento dos estudos técnicos, a proposta de zoneamento de parte da Área Urbana do Distrito em audiência pública, mas apenas para a parte da Área Urbana abrangida pelos referidos estudos que foram financiados pela iniciativa privada. A audiência foi realizada em 31 de outubro de 2017 na sede do Centro Comunitário do próprio Distrito. Na ocasião, os participantes representantes da sociedade civil, majoritariamente residentes do núcleo urbano do Distrito e técnicos da Prefeitura, aprovaram a proposta de zoneamento com sugestão de previsão de regularização fundiária da vila. Assim, uma segunda proposta foi aprovada posteriormente, no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico (CMDE) e enviada à Câmara Municipal de Vereadores, na forma de minuta de lei com sua respectiva planta de zoneamento e posteriormente aprovada como Lei Complementar nº 468 de 17 de julho de 2019 que altera da LUOS.

Pode ser observado nesta proposta que as potencialidades, limitações e recomendações referentes às unidades geotécnicas (apresentadas na Carta Geotécnica do Distrito do Sucuri) foram quase que integralmente convertidas em zonas, enquanto que as sugestões de cunho social indicadas pelo diagnóstico socioeconômico foram pouco aproveitadas nesse tipo de planejamento, que prioriza apenas demarcação de zonas com seus respectivos índices urbanísticos, sem dispor de diretrizes específicas para a ocupação ordenada em respeito à vila existente. Questiona-se se esse tipo de planejamento é suficiente e eficaz para a justa distribuição dos benefícios urbanos.

Outro ponto que merece crítica é o fato de a minuta de lei não prever nenhuma diretriz específica para o Distrito do Sucuri, além das zonas, que foram incluídas na própria LUOS, o que demonstra que na visão do poder público essas áreas distritais passam a compor, por meio de aglutinamento, as mesmas zonas urbanas da cidade que são tratadas na LUOS. Permanece sem qualquer previsão de zoneamento o restante da Área Urbana do Sucuri, correspondente ao trecho não contíguo à vila que foi ampliado em julho de 2011, alvo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual.

Essas situações configuram um equívoco, considerando a quantidade de diretrizes que poderiam ser aplicadas, conforme literatura e legislações federais apontam, das quais cabe ressaltar: a) prever locais prioritários para implantação dos equipamentos públicos e comunitários e assim reservar áreas para tal; b) prever locais prioritários para implantação de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS), não apenas pela demarcação de ZEIS, mas também porcentagem de unidades para cada empreendimento novo; c) sujeição da área destinada à expansão urbana à Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU) dentro e fora do perímetro, com diferentes critérios para arrecadação, respeitado o disposto no Estatuto da Cidade; d) definição de índices urbanísticos diferenciados em área de expansão em contraponto às áreas consolidadas, especialmente o Coeficiente Básico, o que no caso foi completamente ignorado ao se aplicar no Sucuri os mesmos parâmetros de zonas urbanas já existentes; e) obrigatoriedade de novas ocupações serem contíguas ao espaço já urbanizado; f) limitação da contiguidade, da dimensão e quantidade de unidades autônomas nos condomínios urbanísticos (fechados); g)

obrigatoriedade de preencher vazios urbanos antes de se ocupar áreas urbanas distritais – entre outras diretrizes.

Conclui-se, portanto, que a proposta de zoneamento para parte da Área Urbana do Distrito do Sucuri, da maneira que foi apresentada até o momento, encontra-se muito aquém das possibilidades e potenciais que os estudos ambientais e socioeconômicos apresentaram. Outras potencialidades poderiam ser listadas e estão ausentes no projeto de lei. Tem-se então uma situação em que o poder público precisa compensar o atraso no atendimento das demandas de determinados agentes privados, que desde 2011, ou até mesmo antes disso, solicitam a expansão das áreas urbanizáveis.

O que se critica não é a opção do poder público em atender a essas demandas, o que constitui uma prerrogativa própria do ente municipal em ordenar seu próprio território, mas sim, a solução por respostas rápidas, num corpo de lei frágil, bem como de frágil estrutura institucional (na qual as leis se incluem), que não consegue atender nem mesmo o que preceituou os estudos técnicos ou legislações existentes, como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor.

Considerações finais

O poder público municipal tem atendido à demanda por novas áreas urbanizáveis e planeja a ocupação do Distrito do Sucuri por meio de proposta de zoneamento. A análise desta proposta permitiu identificar que se deu muita importância, com a devida razão, ao diagnóstico ambiental (especialmente à Carta Geotécnica), porém, o diagnóstico socioeconômico foi pouco ou nada aproveitado na elaboração da minuta de lei. Por outras vias, desenvolver uma política de adensamento e estruturação de áreas urbanas já dotadas

de infraestrutura, em conjunto com a preservação ou ocupação controlada dos espaços periurbanos, parece uma alternativa mais adequada para o caso de Cuiabá. Ao contrário, a alternativa adotada é a de promover a expansão das áreas urbanizáveis mediante planejamento voltado ao atendimento de interesses de determinados agentes privados, que possuem no espaço periurbano seus estoques de terra, em detrimento de outros setores.

Neste sentido, concorda-se com a bibliografia consultada que sugere que se deve requerer das políticas urbanas um melhor e mais efetivo regramento da ordenação do território. Assim, é preciso pensar as parcelas do território inseridas na Macrozona Rural no planejamento urbano e regional, admitindo a expansão urbana como fato recorrente e iminente em Cuiabá, por meio da ocupação das áreas urbanas dos distritos, de maneira a prever e evitar conflitos, processos especulativos na mudança de uso rural para urbano, situações de segregação socioespacial, entre outras questões negativas que podem surgir desse processo.

No caso de Cuiabá, o macrozoneamento se resume à definição do que é urbano – a cidade – por meio da delimitação do perímetro urbano. A distritalização e definição das áreas urbanas dos distritos, por sua vez, na maneira como ocorreu, sem a devida regulamentação dos instrumentos urbanísticos relativos ao disciplinamento do parcelamento, uso e ocupação do solo para sua efetiva ocupação, criou condicionantes para a ocupação, ou fortaleceu tendências para tal, no espaço de transição urbano-rural.

A forma política como vem sendo tratada a expansão urbana, que simultaneamente ignora os espaços urbanizados e cria novas áreas urbanizáveis, contribui de forma negativa para o planejamento. O modelo proposto e lido em Cuiabá é de uma cidade

complexa, mista de processos que ocorrem concomitantemente sobre o mesmo território (dispersão, difusão, periurbanização) onde as relações centro-periferia e urbano-rural são dobradas pela lógica do capital imobiliário que avança sobre o território rural sem fazer qualquer distinção.

O espaço periurbano surge como a transição, mas também como o centro do debate e, assim, deve ser considerado no planejamento e ordenamento da cidade. As urbanidades no rural, presente nos núcleos urbanos distritais – as *vilas* – anunciam a chegada de oportunidades, mas também de problemas, se a urbanização excludente que ocorre na *cidade* continuar sendo o modelo adotado.

O percurso, através dos conceitos da geografia e do urbanismo, da análise histórica dos processos e do empírico, aponta para a necessidade de se pensar o periurbano enquanto zona de planejamento. A qualificação do espaço periurbano apresenta oportunidades completamente distintas para o futuro da cidade. Cabe ao Município o planejamento e gestão da forma como as urbanidades avançam sobre as comunidades de tradições rurais, principalmente no contexto dominado pelo capital com suas formas de apropriação da renda da terra de maneira excludente.

Com este artigo pretende-se trazer uma contribuição para a ciência e também aos agentes sociais ligados ao planejamento e ordenamento territorial. Dessa maneira, ao tratar-se de políticas públicas, torna-se imprescindível verificar os conflitos que surgem em decorrência da diversidade e desigualdade política e social entre os diferentes agentes produtores do espaço, especificamente os agentes diretamente ligados às ações pretéritas e em curso que incidem no espaço periurbano de Cuiabá.

Referências bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE-Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/historico>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 [Estatuto da Cidade]*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979*. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRENNER, Neil. A hinterlândia urbanizada. In: BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

CUIABÁ. *Lei Complementar nº 389, de 04 de novembro de 2015*. Disciplina o uso e ocupação do solo no Município de Cuiabá. Cuiabá: Câmara Municipal de Cuiabá, 2015. Disponível em: <http://www.smades.cuiaba.mt.gov.br/storage/app/media/lei-complementar-n-389-de-03-de-novembro-de-2015.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CUIABÁ. *Lei nº 5.395, de 26 de maio de 2011*. Dispõe sobre a criação dos Distritos do Aguaçú, Nova Esperança (Pequizeiro) e Distrito do Sucuri e da reorganização administrativa distrital do Município de Cuiabá e dá outras providências. Cuiabá: Câmara Municipal de Cuiabá, 2011a. Disponível em:

<https://leisdecuiaba.com/2011/05/26/lei-no-5-395-de-26-de-maio-de-2011/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CUIABÁ. *Lei nº 5.425, de 15 de julho de 2011*. Altera dispositivos da Lei nº 5.395, de 26 de maio de 2011 que dispões sobre a reorganização administrativa distrital do Município de Cuiabá. Cuiabá: Câmara Municipal de Cuiabá, 2011b. Disponível em: <https://leisdecuiaba.com/2011/07/15/lei-no-5-425-de-15-de-julho-de-2011/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CUIABÁ. *Organização Geopolítica de Cuiabá*. Cuiabá: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2007. Disponível em: http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/organizacao_geopolitica.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

CUIABÁ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá*: Lei Complementar nº 150 de 29 de janeiro de 2007. Legislação Municipal [Adriana Bussiki Santos (org.)]. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

CUIABÁ. *Termo de Cooperação Nº001/SMP/2016*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Planejamento, 2016. Documento em PDF.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: Ciudadesanglosajonas y ciudades latinas. *In*: Monclús, Francisco (ed.). *La ciudad dispersa: Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: CCCB, 1998. Disponível em: <http://www.etsav.upc.es/personals/monclus/cursos2002/dematteis.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.

DIGITALGLOBE (EUA). *Cuiabá*: Região Administrativa Oeste. [Boulder]: DigitalGlobe, [2018?]. 1 imagem de satélite, data da imagem 28 abr. 2018, color. DigitalGlobe/Google. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-15.57289012,-56.10456368,171.80169284a,22451.8015506d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 14 ago. 2019.

DURÁN, Francisco. Cidades sem limites. *In*: MACHADO, Jorge. (org.). *Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global*. São Paulo: Tendenz; Bauru: Práxis, 2003. Disponível em: <http://www.forum-global.de/curso/textos/tecno.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FERRARI, Celson. *Curso de Planejamento Municipal Integrado: Urbanismo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

MATO GROSSO. *Lei nº 10.403, de 02 de junho de 2016*. Dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais dos Municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2016. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_14118.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

MEIRELLES, Hely. *Direito municipal brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS, Nestor Goulart; BENTES, Júlio. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios. In: REIS, Nestor; BENTES, Júlio (org.). *Dez anos de diálogos sobre dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP, São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 419-422.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. In: *Cidades: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 7, n.12, p. 291-304 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2010.*

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra: continuando a reflexão. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio; SILVA, Augusto (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 383-407.

SAULE Jr. Nelson; ALMEIDA, Guadalupe; CARDOSO, Patrícia. Revisão do plano diretor do município de Mogi das Cruzes: aspectos relevantes da leitura jurídica. In: SAULE Jr., Nelson. (org.). *Vias jurídicas das políticas urbanas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p. 285-319.

SANTORO, Paula. *Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas*. 2012, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. São Paulo: [s. n.], 2012.

SANTORO, Paula; COBRA, Patrícia; BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. *In: Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 417-440, jul.-dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/5897/4247>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre o território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, José. *Direito urbanístico brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010, p. 19-58.

SPAVOREK, Gerd; LEONELLI, Gisela; BARRETTO, Alberto. A linha imaginária. *In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (org.). O município e as áreas rurais [O planejamento do município e o território rural]*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004, p. 14-24. (Caderno Pólis, 8)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente: [s. n.], 2004.

SOUZA, Marcelo. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VALE; Ana; GERARDI, Lúcia. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). *In: GERARDI, Lúcia; CARVALHO, Pompeu (org.). Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP – Rio Claro/AGETEO, 2006, p. 231-246.

Submetido em: 23 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de julho de 2020.

Aprovado em: 03 de agosto de 2020.

Como citar este artigo:

FRAPORTI, Frank Giordany Aquino; ROMANCINI, Sônia Regina. Delimitação de distritos e áreas urbanas no planejamento da expansão urbana em Cuiabá (MT). **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 280-320, jan.-jun./2020.

**CONCESSÃO RODOVIÁRIA COMO
PLATAFORMA DE VALORIZAÇÃO
FINANCEIRA: EXPRESSÃO DO USO
CORPORATIVO DO TERRITÓRIO**

*ROAD CONCESSION AS A PLATFORM FOR
FINANCIAL GAIN: EXPRESSION OF THE
CORPORATE USE OF TERRITORY*

*CONCESIÓN VIAL COMO PLATAFORMA DE
VALORIZACIÓN FINANCIERA: EXPRESIÓN
DEL USO CORPORATIVO DEL TERRITORIO*

BRUNO MOREIRA RIANI COSTA

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Rio Claro/SP.
E-mail: bruno.riani@unesp.br

FABRICIO GALLO

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Rio Claro/SP.
E-mail: fabricio.gallo@unesp.br

Resumo: A ação de investidores institucionais, principalmente fundos de investimento e de pensão, que são atores-chave de nosso período histórico, tem expandido as fronteiras do capital, submetendo as mais diversas atividades econômicas à lógica de ganhos financeiros. Neste quadro, analisamos aqui o que consideramos ser uma manifestação deste processo. Passando em revista a atuação de fundo de investimento pioneiro no setor, propomos a compreensão de concessões rodoviárias como plataforma de valorização financeira. Para tanto, empregamos o conceito de financeirização como fio condutor da análise, mostrando como, através do estudo do caso em tela, este processo provoca reorganizações na dinâmica territorial. Sustentamos que as rodovias, na medida em que são pedagiadas e controladas por grandes agentes econômicos, engendram um fluxo de valor remetido do local para os circuitos financeiros, remunerando os investidores. Trata-se, portanto, de um uso do território alinhado ao processo de financeirização, predatório e corporativo, que reforça desigualdades socioespaciais e reafirma a posição de dependência ocupada pelo Brasil na dinâmica econômica global.

Palavras-chaves: concessões rodoviárias, financeirização do território, usos do território, estado de São Paulo.

Abstract: The actions of institutional investors, mainly investment and pension funds, which are key players in our historical period, have expanded the frontiers of capital, subjecting the most diverse economic activities to the logic of financial gains. In this context, we will analyze here what we consider to be a manifestation of this process. By reviewing the procedure of a pioneering investment fund in the sector, we propose to understand road concessions as a platform for financial gains. Therefore, we use the concept of financialization as the guiding thread of the analysis, showing how, through the case study, this process causes reorganizations in the territorial dynamics. We suggest that the highways, insofar as they are tolled and controlled by financial agents, generate a flow of value sent from the place to the financial circuits, remunerating investors. It is, therefore, a use of the territory aligned with financialization process, corporate and predatory, which reinforces socio-spatial inequalities and reaffirms the position of dependence occupied by Brazil in the global economic dynamics.

Keywords: road concessions, financialization of the territory, uses of the territory, state of São Paulo.

Resumen: Las acciones de los inversores institucionales, principalmente los fondos de inversión y de pensiones, que son actores clave en nuestro período histórico, han ampliado las fronteras del capital, sometiendo las actividades económicas más diversas a la lógica de las ganancias financieras. En este contexto, analizamos aquí lo que consideramos una manifestación de este proceso. Al revisar el desempeño de un fondo de inversión pionero en el sector, proponemos la comprensión de las concesiones viales como una plataforma para la valorización financiera. Utilizamos el concepto de financiarización como el hilo conductor del análisis, mostrando cómo, a través del estudio de caso en pantalla, este proceso provoca reorganizaciones en la dinámica territorial. Argumentamos que las autopistas, en la medida en que comienzan a tener peajes y son controladas por los principales agentes económicos, generan un flujo de valor enviado desde la ubicación a los circuitos financieros, remunerando a los inversores. Es un uso del territorio alineado con el proceso de financiarización depredadora y corporativa, que refuerza las desigualdades socioespaciales y reafirma la posición de dependencia ocupada por Brasil en la dinámica económica global.

Palabras clave: concesiones viales, financiarización del territorio, usos del territorio, provincia de Sao Paulo.

Introdução¹

Apesar de as finanças terem ocupado um lugar central e privilegiado na estrutura do capitalismo desde a gênese deste modo de produção, seu papel e grau de importância variaram de acordo com os ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996). No atual ciclo de desenvolvimento capitalista, o papel e o poder das finanças têm se hipertrofiado desde meados da década de 1970, quando se inicia um período de sobreacumulação. A sobreacumulação limita o reinvestimento produtivo do valor excedente, fazendo com que este seja, em medidas cada vez maiores, redirecionado para os circuitos financeiros. Neste quadro, consolida-se um novo regime de acumulação a partir do qual, sob a batuta da esfera financeira, o capital efetivamente se mundializa, desgarrando-se dos freios e regulações estatais do pacto fordista (CHESNAIS, 1996).

Neste quadro, há a emergência de novos atores-chave do período. Os processos de liberalização monetária e financeira (*desregulamentação*), de abertura dos mercados financeiros nacionais (*descompartimentalização*), e a permissão concedida a outras instituições financeiras para efetuar transações e operações antes reservadas aos bancos (*desintermediação*), fazem com que os assim chamados *investidores institucionais* conquistem cada vez mais autonomia e importância na dinâmica capitalista (CHESNAIS, 2005).

Dentre os investidores institucionais, são os *fundos de investimento e pensão* seus representantes mais significativos; isso

¹ Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão de bolsa PIBIC e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2017/22674-4) pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

porque têm sido os maiores concentradores de poupança coletiva e individual (SAUVIAT, 2005). Estes agentes estão na linha de frente da ampliação do poder do capital, que passa a submeter um número cada vez maior de atividades econômicas à lógica própria do capital financeiro, provocando profundas reorganizações na dinâmica econômica e socioespacial. Entendemos que estudar estes impactos socioespaciais da financeirização, e os novos *usos do território* (SANTOS, 2005) em que implicam, é importante tarefa da geografia.

No presente artigo tratamos sobre a recente e crescente participação de fundos de investimentos em concessões de rodovias. Mais especificamente, nos interessa a atuação pioneira do grupo Pátria Investimentos Ltda. no setor, exemplo empírico do fenômeno que buscamos compreender. Entendemos que esse fenômeno revela aspectos importantes acerca de novos usos do território sob a financeirização. Para tanto, empregamos aqui o conceito de *financeirização* como fio condutor da análise. Procedemos desta forma porque acreditamos que o referido conceito permite apreender aspectos centrais da dinâmica socioespacial contemporânea; também, permite uma abordagem integrada em relação ao tema, admitindo aproximações a partir de diferentes instâncias sociais (PIKE; POLLARD, 2010).

Como base empírica, analisaremos a participação em concessões rodoviárias do Pátria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações através da concessionária Entrevias S.A., criada com o propósito específico de administrar um dos lotes de rodovias controlados pelo grupo. Foi o primeiro fundo de investimento a participar, sozinho, de um leilão de concessão rodoviária no país (até então, a participação de fundos de investimento e pensão se limitava ao financiamento e a papéis

secundários em consórcios com grandes empreiteiras e construtoras). Assim arremata, em 2015, com ágio de 130,89%, o lote Florínea-Igarapava, desembolsando R\$ 917,251 milhões. Também, vale dizer, a gestora Pátria Investimentos está associada ao grupo norte-americano Blackstone, um dos maiores agentes financeiros do mundo.

Por conta das distintas características deste novo *player*, a Comissão Especial de Licitação do Governo do Estado de São Paulo avaliou a documentação apresentada pelo licitante sob aspectos jurídicos, econômicos e técnicos e constatou que atendia aos requisitos estabelecidos no edital. Em abril de 2017, por fim, a ARTESP² publica no Diário Oficial do estado a habilitação do Fundo para operar, por trinta anos, os 570 km de rodovias paulistas referentes ao lote vencido, que engloba trechos das vias: SP-266; SP-294; SP-322; SP-328; SP-330; SP-333 e SP-351 (SÃO PAULO, 2017).

Desde então, o ímpeto do Fundo em investimentos no setor se intensificou: em 2019 adquire 100% das participações da Concessionária Auto Raposo Tavares, obtendo o direito de administrar, até 2029, 834 km em trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270 (MARTÍNEZ-VARGAS, 2019). Ainda mais recentemente, em janeiro de 2020, detendo quota de 75% em um consórcio com o Fundo Soberano de Cingapura (GIC), o Fundo Pátria vence o leilão do Lote Piracicaba-Panorama, a maior concessão rodoviária do país até o presente momento (1.273 km de rodovias), com lance de R\$ 1,1 bilhão, cifra também recorde (HIRATA; FUCUCHIMA, 2020). Até o momento da redação deste artigo, o contrato que consumaria esta concessão ainda não foi assinado,

² Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

embora tudo indique que o será ainda em 2020 e deve vigorar até 2050.

Esta breve reconstituição das ações do Fundo Pátria sobre as concessões rodoviárias em São Paulo revela um interesse marcante do grupo no setor. Como dito, foi o primeiro fundo de investimento a participar autonomamente de um leilão de concessão rodoviária e, em menos de três anos, tornou-se um relevante *player* neste meio, detendo o controle de 2.600 km de rodovias no estado (já considerando o último lote vencido) através de transações bilionárias. Assim, entendemos que investigar a ação pioneira deste fundo de investimentos indica algumas das atuais estratégias dos agentes financeiros hegemônicos e lança luz sobre novas dinâmicas territoriais que se dão sob a financeirização.

No presente texto, como já mencionado, daremos ênfase à atuação do grupo Pátria Investimentos através de sua subsidiária Entrevias S.A., que administra as rodovias do lote Florínea-Igarapava, no centro-oeste paulista. Assim fazemos porque esta foi a concessão que primeiro passou a ser operada pelo grupo, que a administra desde 2017. Sobre os outros dois lotes que o grupo adquiriu o direito a explorar ainda não se dispõe de muitas informações; sobre elas, portanto, aqui não trataremos.

Em linhas gerais, partiremos deste fenômeno para uma reflexão sobre os usos do território sob a financeirização. Primeiro, buscamos caracterizar a financeirização, recuperando algumas exposições de autores que trataram sobre o tema e fornecem ferramentas valiosas para o entendimento do fenômeno estudado. Posteriormente, sublinhamos que a financeirização também guarda uma dimensão espacial e implica em novos usos do território sob a égide das finanças. Em seguida, após traçar um breve “pano de

fundo” das concessões rodoviárias em São Paulo, passaremos a revisar a atuação da concessionária Entrevias S.A. Examinaremos sua atuação por ser um exemplo empírico daquilo que procuramos evidenciar: a materialização da lógica financeira por sobre o ramo das concessões rodoviárias. Através dessa análise, sustentamos que as rodovias controladas por grupos financeiros funcionam como uma espécie dreno de parcela da renda local. Por fim, justificamos como elas têm assim constituído uma atraente plataforma de valorização financeira, caracterizando uma forma corporativa e predatória de uso do território, alinhada à financeirização.

O capital financeiro no comando

O tema da financeirização tem ganhado destaque no período contemporâneo dentro das pesquisas em Ciências Humanas. É ampla a bibliografia e a quantidade de autores que tem se debruçado para desvendar o tema na atualidade. Klink e Souza (2017) nos apontam que é possível destacar, grosso modo, três grandes correntes na literatura mais recente sobre o tema, a saber: uma associada ao marxismo, regulacionismo e economia política; outra que trata da governança corporativa, contabilidade crítica e capitalismo de *coupon pool*; e uma terceira que associa financeirização e vida cotidiana: economia cultural, performatividade e os estudos sociais sobre as finanças. Lapavitsas (2011) por sua vez enfatiza, na discussão sobre financeirização, as contribuições da economia política marxista, de correntes pós-keynesianas, e de outras vertentes heterodoxas, incluindo neste último grupo a sociologia econômica, a Escola da regulação e a geografia econômica.

Christophers (2015) chama atenção, numa perspectiva crítica, para a necessidade de se fazer um balanço no que diz respeito

à financeirização enquanto conceito operacional para a análise de processos que acontecem não apenas no Norte Global, defendendo que a ótica aplicada ao exame dos processos de financeirização nominal precisa ser radicalmente ampliada.

Cavalcante et al. (2018, p. 196-197) também buscam sintetizar as correntes teóricas quando indicam que os estudos sobre a financeirização estariam associados inicialmente à Escola da regulação, que a interpretou como uma mudança sistêmica no processo de acumulação de capital, que torna-se regulado pelas finanças. Em segundo plano, os autores indicam que esta relação sistêmica foi subestimada por estudos baseados na abordagem da Contabilidade Crítica, que deram ênfase a uma análise microeconômica, definindo a financeirização como a crescente influência do mercado de capitais sobre o comportamento de empresas e famílias. Tal visão mais rigorosa foi complementada por uma análise mais abrangente, que levou à abordagem da Contabilidade Sociocultural à financeirização. De acordo com esta vertente da literatura, os indivíduos se tornam cada vez mais responsáveis pela gestão financeira de seu futuro (planos de aposentadoria, fundos de pensão, seguros privados etc.), à medida que os serviços fornecidos pelo Estado gradualmente passam a ser prestados por empresas privadas. Por fim, defendem que o elemento comum para essas abordagens é que a financeirização pode ser geralmente concebida como o crescente poder (sistêmico) das finanças e da engenharia financeira, através do qual os interesses financeiros se tornam cada vez mais presentes.

Sobre o crescente poder sistêmico das finanças, há a abordagem pioneira de Braga (1993) sobre o tema no Brasil. O autor analisa a gênese desse novo padrão de desenvolvimento capitalista e

a emergência, nas últimas décadas do século XX, do que denomina *macroestrutura financeira*, sublinhando que há uma “articulação entre mercado e Estado, entre corporações (...) e bancos centrais” na conformação do capitalismo financeirizado (BRAGA, 1993, p. 46). Neste quadro, o autor sustenta que, enquanto o processo industrial-reprodutivo permanece crucial para a reprodução capitalista, está cada vez mais “*subsumido* no movimento mais geral de gestão e realização da riqueza (*latu sensu*) sob dominância financeira” (BRAGA, 1993, p. 47).

Em termos gerais – e apoiados em Palludeto e Rossi (2018) – pode-se considerar financeiro o capital que se valoriza sem participar diretamente do processo produtivo. Valoriza-se mediante a remuneração pelo empréstimo de capital-dinheiro (tornando-se capital portador de juro) e/ou através da detenção de títulos fictícios de propriedade (conformando o chamado capital fictício), que dão direito a parcela do mais-valor futuro extraído da companhia da qual se detém o título. Assim, por mais que dele não participe diretamente, o capital financeiro não está completamente descolado do circuito real da extração de mais-valor e, em última instância, dele depende (BELLUZZO, 2013). Não haveria de ser diferente: afinal, como demonstrado por Marx (2011), a criação de mais-valor se dá na esfera da produção.

Isso posto, retomemos o pano de fundo histórico esboçado na Introdução: a transição para um novo regime de acumulação engendrado a partir do último quartel do século XX. Transição que deriva de uma crise de sobreacumulação em escala mundial. Neste quadro o excedente, impedido de ser reinvestido no processo produtivo, passa a ser redirecionando maciçamente para a esfera

financeira³, hipertrofiando o papel e o poder das finanças na dinâmica global de acumulação. Em uma breve definição, a esta grande concentração de poder nos circuitos financeiros e suas repercussões podemos chamar *financeirização*.

Neste sentido, Lapavitsas e Mendieta-Muñoz (2016) sublinham o fato de que a financeirização altera a correlação de forças entre a esfera da produção e a esfera financeira, redundando em um ganho de poder para esta última. Assim, acumulando poder e dinheiro, os investidores institucionais e outros agentes hegemônicos representantes do circuito financeiro passam a assumir a linha de frente na expansão do poder do capital, provocando uma violenta reorganização institucional, técnica e discursiva em nível mundial (HARVEY, 2008).

O poder acumulado por estes agentes se manifesta de diferentes formas. Em primeiro lugar, observa-se um crescente aparelhamento (ou união) das grandes firmas industriais pelos grandes agentes financeiros, que passam a recolher parcelas cada vez maiores dos lucros à custa de menores reinvestimentos produtivos e principalmente de maior exploração do trabalho (CHESNAIS, 1996). Ou seja, as finanças passam a disputar parcelas cada vez maiores das mais-valias obtidas no processo produtivo, submetendo-o às suas regras e lógicas⁴, invertendo a configuração idealista de um sistema financeiro virtuoso e facilitador das inversões: já não é a finança que está a serviço da produção, mas o contrário (AALBERS, 2008).

³ Afinal, como colocado por Tavares (1983, p. 109), a “centralização dos excedentes financeiros ou capital-dinheiro sem aplicação rentável e/ou segura no setor produtivo” é função intrínseca dos sistemas financeiros.

⁴ Belluzzo e Galípulo (2019, p. 83) falam do privilégio do *valor do acionista (shareholder value)*, que privilegia a maximização da “extração do valor de um ativo já existente em detrimento do fluxo de criação de valor mediante o investimento de um novo ativo reprodutivo.”

Com Aalbers (2008) podemos pensar em um *circuito quaternário do capital*, que seria caracterizado pela transformação dos mercados financeiros em canal de investimento por si só. Na financeirização, o capital dos circuitos primário (produção propriamente dita), secundário (infraestrutura para produção) e terciário (infraestrutura social) migram para os mercados financeiros, o circuito quaternário. Este, por sua vez, passa a crescentemente sobredeterminar os demais circuitos, reordenando-os de acordo com sua lógica própria.

Além de, como diz Aalbers (2008, p. 149), a lógica própria de *Wall Street* passar também a vigorar cada vez mais fora de *Wall Street*, há também um aumento do que Lapavistas e Mendieta-Muñoz (2016) denominam *expropriação financeira*. Diferentemente do *lucro financeiro* extraído da disputa pelo excedente produtivo das companhias, na expropriação financeira o que está em disputa é a poupança coletiva, a posse de valores já existentes e circulantes: se alguém ganha, outro perde – como num jogo de soma zero.

Esta expropriação financeira pode ocorrer de diversas formas. Uma delas é através da concessão de linhas de crédito a juros abusivos a pessoas físicas (e. g. crédito hipotecário, cheque especial, cartão de crédito etc.). Sokol (2013 p. 506), descrevendo as relações de crédito-débito (que, como dito, podem ser exemplos de expropriação financeira⁵), afirma que se trata, em última instância, de transferência de valores entre um devedor e um credor. Este espera realizar seu “lucro” obtendo do devedor mais do que emprestou. Aquele que o recebe tem algo que a ele aparece como lucro, mas que não representa um novo valor de troca criado, e sim

⁵ Não o são quando o devedor é um capitalista, porque neste caso a remuneração do credor advém diretamente do processo produtivo, constituindo lucro financeiro (LAPAVITSAS; MENDIETA-MUÑOZ, 2016).

uma quantia que foi extraída das mãos daquele que saiu perdendo. Assim, ainda para Sokol (2013, p. 507), as relações crédito-débito podem ser vistas como um circuito de valor que opera no tempo e no espaço, em que cada credor extrai valor então sob posse de seu devedor. Estabelece-se, portanto, um *fluxo de valor* entre dois agentes.

Neste mesmo sentido, conforme colocado por Cavalcante et al. (2018, p. 197), a expansão da financeirização ocorre também através das relações diárias de débito-crédito entre os indivíduos. Isto tendo em vista que os agentes econômicos e sociais transmitem suas relações financeiras por meio do gerenciamento de transações específicas ao longo do tempo. No cotidiano, através de trocas simples ou relações de produção ainda mais complexas, os indivíduos estão constantemente lidando com trocas mútuas de reivindicações e compromissos financeiros. A financeirização permeia a capitalização de empresas (financeiras e não financeiras), a realização de lucros e a intermediação necessária nos processos de produção e troca. Além disso, como dito, se faz presente na intermediação de crédito e débito de transações financeiras rotineiras e nas transações diárias mais simples das famílias.

Entendemos que esta percepção, a de um *fluxo de valor* estabelecido entre dois agentes através da finança, nos é interessante para tratar também o fenômeno em tela neste artigo, como sustentaremos adiante.

Na leitura de Pessanha (2019, p. 50) a financeirização – uso do dinheiro como mercadoria –, viabilizada por meio dos fundos financeiros e dos mercados futuros, ampliou a presentificação da mais-valia engendrando “uma radicalização das apropriações dos

excedentes que podem, aparentemente, estar levando ao esgarçamento do sistema”.

Estas diversas formas pelas quais a finança exerce seu domínio refletem a busca de seus grandes agentes por encontrar aplicações rentáveis para os crescentes montantes de capital sob seus domínios.

Para Lencioni (2020, l. 24) “os mecanismos financeiros com suas n estratégias possibilitaram a intensificação de ganhos fora da esfera produtiva, abrindo brechas para o crescimento exponencial do capital fictício”. Afinal, pela lógica intrínseca deste modo de produção, o capital não pode ficar parado, mas sempre posto em circulação para valorizar-se (HARVEY, 2011). Esta ideia é potencializada a partir do conceito de Harvey (2004) de *acumulação por espoliação*. Este conceito retrata justamente a contínua criação de mecanismos que permitem ao capital penetrar por setores antes não diretamente subordinados à sua lógica, abrindo novos campos para a realização do capital sobreacumulado.

Nas palavras do próprio autor (HARVEY, 2004, p. 124), o que a “acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos [...] a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Neste sentido é que, como já dito, os grandes agentes financeiros passam expandir as fronteiras do capital, fundamentando a loucura da razão econômica na busca perpétua de reprodução do capital, levando à espiral de acumulação infundável (HARVEY, 2018).

Para Pessanha (2019), no período atual os fundos financeiros se tornaram um importante instrumento neste processo de busca contínua da reprodução, atuando de forma conjunta e

complementar ao sistema bancário. Segundo o autor, os fundos passaram a:

(...) captar volumes cada vez maiores de excedentes econômicos que redundam em maiores ofertas de créditos, tornando-se mais ágeis também num novo modus de operar os mecanismos de financiamento, não mais como empréstimo apenas, mas de forma mais ampla, em troca de participações nas corporações (e novos projetos) onde ocorrem a produção material e a construção de infraestruturas de energia, transportes e comunicações (PESSANHA, 2019, p. 85).

Sendo assim, estimamos que podemos tratar a participação de fundos de investimentos disputando e vencendo os leilões para concessão das rodovias como uma espécie de *espoliação territorial*. O complemento *territorial* ao termo se refere às recentes pesquisas de Silva e Teixeira (2019), em que buscaram aplicar o conceito de acumulação por espoliação aos casos de privatização e concessão de infraestruturas aeroportuárias.

Neste quadro, Chesnais (2005) ressalta que a privatização de empresas e a concessão de serviços públicos têm constituído um pilar fundamental na sustentação desta insaciabilidade das finanças. Afinal, conforme colocado pelo autor (CHESNAIS, 2005, p. 62), “para o capital portador de juros em busca de fluxos estáveis de rendimentos, não há melhor investimento que as indústrias de serviços públicos privatizados”. Isso porque engendram fluxos de valor constantes e seguros.

Perto deste debate, Lencioni (2020, l. 20) nos lembra que a:

(...) hegemonia do capital financeiro instrumentaliza o Estado em graus diversos e de diferentes maneiras em várias partes do mundo. Importa a esse capital garantir a criação de condições políticas necessárias para seu livre desenvolvimento. Combinado ou não ao capital

produtivo, melhor dizendo, às diversas frações do capital produtivo, o capital financeiro requer do Estado condições políticas para alavancar de maneira mais vigorosa seu desenvolvimento, independentemente dos custos sociais que isso possa representar.

Este entendimento é aqui importante porque acreditamos que a afirmativa de Chesnais (2005) sobre indústrias de serviços públicos pode ser também aplicada ao fenômeno que aqui buscamos analisar. Isso porque, através dos pedágios, as rodovias concessionadas passam a constituir um fluxo igualmente constante e seguro de renda que é absorvido pelos circuitos de valorização da esfera financeira, conforme detalharemos adiante.

De toda maneira reiteramos que o conceito de financeirização, conforme procuramos mostrar ao longo desta seção, é fundamental para apreender certos aspectos centrais da dinâmica capitalista contemporânea. Em termos gerais, retrata o acúmulo de riqueza e poder nos circuitos financeiros, cuja lógica passa a ditar o ritmo da reprodução capitalista. Neste quadro, agentes hegemônicos tradicionais se reestruturam (como as grandes corporações, crescentemente capitalizadas, e os bancos, que adquirem novas funções) ao mesmo tempo em que novos surgem, tais como os investidores institucionais (principalmente fundos de investimento e pensão). Grandes concentradores de riqueza, estes novos agentes hegemônicos passam a empurrar a lógica financeira para novas fronteiras na busca de aplicações rentáveis para o capital que controlam. Entendemos que a inserção dos fundos de investimento no ramo das concessões rodoviárias é uma manifestação desse fenômeno.

Ainda, cabe lembrar que a financeirização não se impõe igualmente a todos. A forma de inserção de cada país nesta nova

dinâmica depende, em larga medida, do lugar que ocupa na hierarquia da economia-mundo. Neste sentido, a posição de dependência assumida pelo Brasil ao longo de sua história não se apaga nem permanece a mesma frente à nova dinâmica. Antes, se atualiza. Nas palavras de Oliveira (2019, p. 65), a financeirização, “compatível com interesses retrógrados pré-existentes, é um processo que retroalimenta a heterogeneidade estrutural e a insuficiência dinâmica do estilo de desenvolvimento periférico”. Neste sentido pode ser vista, com Paulani (2013, p. 251), como “mais um capítulo da longa história de subordinação e heteronomia” que caracteriza o Brasil. Isto posto, entendemos que o fenômeno de que aqui tratamos é uma das muitas manifestações de uma inserção subordinada na nova dinâmica do capitalismo financeirizado.

Financeirização e território

Tratadas estas questões acerca do que se entende por financeirização e mostrando como ela pode ajudar a explicar o fenômeno que nos propomos a estudar – porém, longe de esgotar o debate dada sua complexidade –, abrimos parênteses para sustentar que não se trata de um fenômeno apenas econômico, mas igualmente político e espacial. Neste sentido, Pike e Pollard (2009) nos alertam às “tentações” que as abordagens sobre financeirização devem evitar: a primeira delas seria a dissociação entre a esfera das finanças e o que se poderia chamar de economia real. Afinal, como já argumentamos, a finança não pode ser vista como completamente descolada dos circuitos reais de extração do mais-valor porque em última instância dele depende.

O segundo risco de uma abordagem ao tema seria autonomizar a financeirização em relação à política, como se este

fenômeno se desse de modo independente do poder do Estado. Na verdade, todo este processo até aqui descrito tem um forte componente político e só foi viabilizado por uma mudança no próprio papel dos Estados, que não se ausentam, mas se reorganizam, como tão bem têm demonstrado, dentre outros, Dardot e Laval (2016) e Osório (2019).

Por fim, o terceiro erro a ser evitado é o de subestimar o papel do espaço geográfico. Afinal, muito tem sido dito sobre a imaterialidade e volatilidade das finanças. Mas, se ela depende, em última instância, da assim chamada economia real, não pode sobreviver sem uma base espacial, que é onde a economia se realiza (MORAES; COSTA, 1984). Mais que isso, o espaço enquanto instância social (SANTOS, 2002b) também impõe condições à realização da economia e, portanto, condiciona as estratégias dos agentes financeiros. Assim, o componente geográfico da análise da financeirização também não pode ser deixado de lado. Neste sentido é que a financeirização deve ser vista como um fenômeno integrado, tendo igualmente que ver com as instâncias econômica, política e espacial (PIKE; POLLARD, 2009).

Partimos do pressuposto de que espaço geográfico é um híbrido, um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 2002a). Não é um mero receptáculo, um epifenômeno das determinações transcorridas em outras instâncias sociais, mas possui um papel ativo: se impõe a tudo e todos e condiciona novas ações na medida em que é por elas modificado. É um híbrido, como dito, porque compreende as materialidades e as imaterialidades. A materialidade é a herança da história natural e da ação humana passada, ao passo que é a sociedade em suas ações que atribui vida

às formas geográficas e as fazem portadoras de conteúdo (SANTOS, 2002a).

Neste sentido, as novas ações que se dão sob a égide da finança passam a exigir a instalação de novos fixos geográficos, viabilizadores do exercício do poder destes agentes no território, assim como dotam os objetos geográficos já existentes de novas funções, alinhadas a esta nova lógica. Harvey (2018, p. 129) nos lembra que o capital enquanto valor em movimento não ocorre “no vácuo” e que a “configuração espaçotemporal do mundo” há de ser considerada neste processo. Segundo o autor há a necessidade de se:

(...) abandonar a visão do valor que se move sem estar ancorado em nenhum lugar e passar a enxergá-lo criando geografias de cidades e redes de transportes, formando paisagens agrícolas para a produção de alimentos e matérias-primas, englobando fluxos de pessoas, bens e informações, determinando configurações territoriais de valores fundiários e habilidades de trabalho, organizando espaços de trabalho, estruturas de governo e administração (HARVEY, 2018, p. 129).

Contudo, em conformidade com Santos (2002a), ao mesmo tempo em que a ação reordena o espaço, o espaço também condiciona a ação: a instalação de novos fixos e a refuncionalização de outros se dá de forma seletiva.

Em suma, podemos verificar que a financeirização se dá mediante reorganizações na dinâmica socioespacial, promovendo usos do território conforme a sua lógica. Assim é que, nas últimas décadas, novas bases jurídicas (ANTAS JR. 2005), técnicas (CONTEL, 2011) e políticas (DIAS, 2009) têm se assentado no território brasileiro, alinhadas aos desígnios destes novos agentes hegemônicos. Como são mudanças que se instalam sobre um espaço geográfico, repleto de objetos herdados, frutos de ações passadas, há

uma instalação seletiva dessa nova racionalidade, aprofundando as desigualdades socioespaciais e dando-lhe uma nova configuração. Neste quadro é que a *tiranía do dinheiro* (SANTOS, 1997) atualizada sob a forma da finança, submete de forma cada vez mais rígida os territórios ao seu jugo, tornando-os mais vulneráveis na medida em que são usados de forma predatória pela finança (ARROYO, 2006). Cabe lembrar que na maioria das vezes a atuação estatal metamorfoseia-se aos interesses corporativos potencializando um sistema de usos do território (GALLO, 2017) no qual ambos os agentes hegemônicos têm seus interesses atendidos.

Ao tratarmos aqui sobre uma infraestrutura, um objeto geográfico em específico (rodovia), podemos pensá-la como uma *forma* portadora de *função*. Função que é dada pelo tipo de articulação que, através de um *processo*, se estabelece com a *estrutura*, a totalidade social (SANTOS, 2008). Neste esquema, propomos aqui pensar as rodovias administrada por agentes financeiros como uma forma geográfica que adquire nova função sob o processo de financeirização. Um fixo geográfico que passa a ser viabilizador de um novo tipo de fluxo: o fluxo de dinheiro remetido aos circuitos financeiros. A seguir procuramos mostrar como isso têm se dado através da análise da atuação do Fundo Pátria mediante atuação de sua subsidiária Entrevias.

Panorama das concessões rodoviárias em São Paulo

Campos Neto (2016) mostra que, ainda em 2015, a porcentagem de rodovias concedidas no país em relação à malha pavimentada total era de 10,2%, muito acima da média de outros 25 países analisados pelo autor, que em média concedem 1,3% de sua malha rodoviária. No mesmo ano, se levado em consideração apenas

o estado de São Paulo, a proporção é ainda mais eloquente: 42,9% da malha pavimentada do estado estava concedida a empresas privadas.

Ainda de acordo com o estudo de Campos Neto (2016 p. 10), diferentemente da prática internacional, em que “encontram-se casos nos quais o setor privado constrói e explora novas rodovias”, no Brasil a maioria dos ativos rodoviários concedidos já estão construídos, em operação, e às empresas privadas cabe apenas a sua “recuperação, manutenção e exploração”. Assim, se pensarmos na denominação dos tipos de Parceria Público-Privada (MOREIRA; CARNEIRO, 1994), a experiência internacional em geral caracteriza concessões de tipo de tipo BOT (*Build-Operate-Transfer*), enquanto no Brasil podemos pensar na predominância das concessões de tipo LDO (*Lease-Develop-Operate*).

Caso emblemático neste sentido são os dos Sistemas Anchieta-Imigrantes (sistema formado principalmente pelas rodovias SP-150 e SP-160) e Bandeirantes-Anhanguera (SP-348 e SP-330). Ambos foram inaugurados na década de 1970 pela Dersa S.A., empresa estatal de economia mista controlada pelo Governo do Estado de São Paulo (DERSA, 2020). À época tidos como projetos de vanguarda tecnológica e que foram muito bem-sucedidos, as rodovias pertencentes a estes sistemas foram posteriormente concedidas a operadores privados⁶ e hoje, por estarem entre as melhores do país, são utilizadas como exemplos, pelos apologistas, de eficiência da gestão privada nas concessões rodoviárias, quando na verdade foram construídas por empresa estatal. A Dersa, por sua vez, teve no ano

⁶ O Sistema Anchieta-Imigrantes foi concedido ao grupo EcoRodovias em 1998. Mesmo ano em que o grupo CCR passa a operar o Sistema Bandeirantes-Anhanguera.

passado sua extinção aprovada na Assembleia Legislativa (SÃO PAULO, 2019).

Claro que, ainda assim, investimentos vultosos em melhorias estão previstos em muitos dos contratos: no caso do lote Florínea-Igarapava, que aqui nos interessa, os investimentos previstos são da ordem de R\$ 3,9 bilhões em duplicações, ampliações e outras melhorias⁷. O que ressaltamos, entretanto, é que a rodovia concedida já existe e é utilizada pelos usuários, constituindo um investimento mais seguro do que se tivesse de ser construída do zero: o tráfego em vias já existentes costuma ter baixa elasticidade. Isto porque os usuários em geral têm poucas alternativas a elas, constituindo espécies de “monopólios naturais” (DEPINÉ, 2010, p. 177).

Além disso, há na maioria dos contratos, como os que vigoram no estado de São Paulo, instrumentos jurídicos que protegem as concessionárias de possíveis prejuízos ao longo da vigência da concessão, fazendo com que o Estado garanta o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias (DEPINÉ, 2010; OLIVEIRA, 2014, p. 111). Ainda, não é desprezível a ocorrência de renegociações abusivas dos contratos em benefício das empresas privadas, o que usualmente se dá através de elevação das tarifas de pedágio e de extensão do tempo de vigência da concessão (MATTOS, 2013).

Por todas essas questões, podemos caracterizar as concessões rodoviárias paulistas como um investimento seguro, possibilitando fluxos de dinheiro garantidos em contratos que em média duram trinta anos (OLIVEIRA, 2014, p. 263). Isso posto, não

⁷ Fonte das informações: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-recebe-propostas-para-concessao-de-rodovias-do-lote-centro-oeste/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

é de surpreender que estas oportunidades de investimento tenham atraído o interesse de grandes agentes financeiros: reflete a busca dos investidores institucionais por fluxos de renda estáveis e duradouros (CHESNAIS, 2005). O que se acentua face à relativa queda na rentabilidade de outras modalidades tradicionais de investimento financeiro, tal como os títulos de renda fixa, impelindo estes agentes a investirem em outros segmentos, como o de infraestrutura (LOPES, 2012). À título de outro exemplo deste movimento, Fritzen (2017) e Hohl (2012) mostram como isso tem se dado no setor de geração de energia elétrica.

Atuação do grupo Pátria Investimentos Ltda. através da concessionária Entrevias S.A.

No fenômeno que aqui analisamos, o caráter predatório da aplicação financeira se oculta sob uma aparência de investimento em infraestrutura. Entretanto, parcela significativa das receitas, que advém principalmente do pedágio, é destinada a remunerar o capital do investidor, muito mais que apenas financiar as obras de melhorias. A exorbitância do valor dos pedágios e da remuneração das concessionárias em geral tem sido discutida há algum tempo, mostrando um descolamento entre o custo das obras e o montante das receitas. A diferença entre o custo e a receita, neste caso, é equivalente ao volume dos fluxos de dinheiro que partem das praças de pedágio para os controladores e investidores das concessionárias. Isso posto, atentemo-nos agora mais detidamente à atuação da concessionária Entrevias, que como dito administra, desde 2017, 570 km de rodovias do lote Florínea-Igarapava, no centro-oeste paulista. Assim podemos estimar a ordem dos recursos de que estamos tratando.

Inicialmente chama atenção a complexa trama existente no controle administrativo da empresa Entrevias, tendo em vista esta ser uma (das muitas) empresas controladas pelo grupo Pátria Investimentos Ltda. Conforme informações da própria empresa⁸, a Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. Esta, por sua vez tem como controladores o fundo Pátria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações e o fundo Entrevias Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia. Ambos são controlados pelo Pátria Infraestrutura Ltda., em seu turno controlado, enfim, pelo Pátria Investimentos Ltda.

O mais recente balanço financeiro a que tivemos acesso é relativo a 2019 e dispõe uma série de informações referentes a um período de nove meses findo em setembro daquele ano (ENTREVIAS, 2019).⁹ Assim, entre janeiro e setembro de 2019, o tráfego no trecho sob operação do grupo ultrapassou os 40 milhões de veículos equivalentes.¹⁰ Deste fluxo de veículos, a receita tarifária bruta obtida foi de R\$ 319,883 milhões. As receitas acessórias, que são as obtidas através de outras fontes que não a tarifa de pedágio (e. g. contratos de propaganda em outdoors às margens das vias, contratos de passagem de cabeamento etc.), no período somaram R\$ 1,604 milhões.

Descontemos da receita bruta (tarifária e acessória) as deduções que sobre ela incidem. São as contribuições COFINS

8

Disponível em: <http://ri.entrevias.com.br/list.aspx?idCanal=iHezpn114PPKLD0cMPQtnw==>. Acesso em: 15 abr. 2020.

⁹ Todos os valores citados nesta seção, exceto quando indicado, foram extraídos deste balanço, divulgado em 30 de setembro de 2019.

¹⁰ A contagem de *veículos equivalentes* é calculada equalizando veículos leves e pesados. Nesta conta, um eixo de veículo pesado equivale a um veículo leve.

(R\$ 9,637 mi) e PIS (R\$ 2,088 mi), o imposto ISS (R\$ 16,040 mi), e o pagamento do ônus variável ao poder concedente e a taxa de fiscalização à ARTESP (somados, R\$ 9,613 mi). Contabilizadas todas essas deduções, a receita líquida com serviços da concessionária no período foi de R\$ 282,505 milhões. Isso, frisamos, apenas referente aos meses de janeiro a setembro do ano de 2019. Lembremos também de que o contrato de concessão dura trinta anos. Para ter direito a explorar esse rendoso ativo, o grupo pagou ao poder concedente o ônus fixo de R\$ 1,376 bi¹¹ e se comprometeu a realizar um conjunto de investimentos estimado em R\$ 3,9 bi ao longo da vigência do contrato.

Igualmente eloquente quanto ao volume dos rendimentos previstos foram as emissões de debêntures, que são títulos de dívida privada, pela empresa (ENTREVIAS, 2019). A primeira chamada de emissão, ocorrida em maio de 2017, captou 70.000 debêntures conversíveis com valor unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 700 mi, e foram captadas junto ao “Fundo Pátria Brasil Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia”, que é administrado pelo Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda. (uma subsidiária do Pátria Investimentos Ltda., o grupo controlador da concessionária dentre outros tantos investimentos). Esses títulos têm vencimento previsto para 2029 e possuem remuneração de 8,5% ao ano mais reajuste integral com base no IPCA.

A segunda emissão, realizada em fevereiro de 2018, colocou em circulação debêntures não-conversíveis no montante total de R\$ 1 bi. Estas foram captadas junto ao mercado, tem vencimento previsto para 2030 e rendem 7,75%, além do reajuste do IPCA. Ora, são R\$ 1,7

¹¹ Valor na data base IPCA/IBGE de abril de 2017, conforme descrito no contrato da concessão (ARTESP, 2017). Foi pago em duas parcelas: a primeira liquidada em maio de 2017 (R\$ 960 mi) e a segunda em maio de 2018 (R\$ 415 mi).

bilhão (em valores nominais) em títulos de dívida privada que rendem ao redor de 8% mais o reajuste, anualmente, por mais de dez anos (se corrigidos monetariamente, os R\$ 700 mi referentes à primeira emissão passam a contar R\$ 717 mi no momento da segunda emissão, somando com esta R\$ 1,717 bi pela data base de fevereiro de 2018)¹². Se a concessionária contrai dívidas nestes termos, há previsão de que as receitas ultrapassem o nível de rentabilidade pago aos detentores dos títulos. E, em última instância, quem remunera estes debenturistas é o usuário das rodovias.

Também, pelo que pudemos apurar, a concessionária Entrevias subcontrata construtoras para a realização de obras previstas pelo contrato. Foi o caso da construção de três praças de pedágio e de seis sistemas de atendimento ao usuário que foram realizados pela FBS – Construção Civil e Pavimentação, contratada pela Entrevias. Pudemos verificar, ainda, um grande número de processos movidos pelos trabalhadores contra a construtora FBS e a concessionária Entrevias, relacionados às péssimas condições de trabalho (JUSBRASIL, 2020).

A título de exemplo, em um dos processos em que ambas as empresas são réis, a juíza responsável conclui em sua sentença que as “condições do ambiente de trabalho era[m] degradantes e ensejam dano moral indenizável” (TRT 15, 2019). Dentre as transgressões elencadas, constatou-se que jornadas de trabalho ultrapassavam os limites diário e semanal. A conclusão foi a de que o trabalhador requerente laborava, de segunda à sexta, das 7h às 20h e, aos sábados e domingos, das 7h às 17h. Há ainda, no mesmo processo,

¹² Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE para os períodos de maio de 2017 a fevereiro de 2018, através da ferramenta “Calculadora do cidadão” disponibilizada pelo Banco Central do Brasil no site: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao>. Acesso em 10 jul. 2020.

queixas em relação à disponibilidade de banheiros químicos, em número insuficiente para os trabalhadores da obra e higienizados apenas semanalmente (TRT 15, 2019).

A situação é um retrato claro de que, no caso em questão, as obras em infraestrutura, às custas de um elevado grau de exploração dos trabalhadores, se tornaram mero subproduto de uma lógica de ganhos predatórios. De um lado, alta rentabilidade garantida aos investidores; de outro, condições de trabalho degradantes. Dois lados de um mesmo processo. Lembremos ainda que no caso retratado tudo isso se dá, em última instância, no âmbito de uma concessão pública.

Um dreno da renda local

Exposto o caso, acreditamos ser lícito propor pensá-lo como um mecanismo de *sucção da poupança popular* (SANTOS, 2004, p. 243). Milton Santos (2004) é quem nos fornece esta perspectiva: ao analisar na década de 1970 o funcionamento dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, identificou que determinadas situações, como os oligopólios do comércio e o endividamento nas periferias, constituíam mecanismos de extração da renda dos mais pobres pelos circuitos superiores. Posteriormente María Laura Silveira (2015), partindo desta perspectiva ao tratar sobre as novas feições da economia urbana sob a égide da modernização contemporânea, destaca que a finança tem desempenhado um papel central na atualização dos mecanismos de extração da renda do circuito inferior. Fabio Tozi (2015), por sua vez, neste mesmo sentido, tem mostrado como isso se dá atualmente através da atuação de empresas de transporte por aplicativo, que *vampirizam* a renda até então em circulação local.

Assim, entendemos que este modelo de concessão rodoviária, à exemplo do caso retratado, também tem constituído um mecanismo de extração da renda local sob a égide da financeirização. Propomos esta perspectiva porque é a renda em circulação local, retida nas praças de pedágio, que remunera a concessionária e seus investidores. Além dos que transitam pela rodovia, o pedágio também onera indiretamente o resto dos habitantes na medida em que encarece a circulação de mercadorias.

Neste quadro, levantamentos têm destacado que o impacto das tarifas dos pedágios paulistas no custo do transporte de passageiros e mercadorias é sensível e incide especialmente sobre produtos de baixo valor agregado, como alimentos e materiais de construção, e sobre passagens de ônibus intermunicipais (VIER, 2010; GUANZIROLI; CONSIDERA, 2005, apud OLIVEIRA, 2016, p. 195). E, como se impõe a todos igualmente, a tarifa de pedágio e os reajustes nos preços que ocasiona têm caráter regressivo (OLIVEIRA, 2016, p. 192). Pode-se discutir, em cada caso, sobre em quem acaba incidindo essa cobrança: se é repassada ao consumidor final, se é arcada pelo transportador, ou se reflete em diminuição da margem de lucro do empresário. Em todo caso, o que é certo é que o valor circulante no local é remetido para a esfera de circulação financeira, remunerando seus agentes.

Apologistas (ABCR, 2017, p. 14) deste tipo de concessão argumentam que rodovias mal cuidadas, mais do que as tarifas do pedágio, encareceriam o preço das mercadorias na medida em que causariam maior gasto com manutenção de seus veículos transportadores. Enquanto a premissa é verdadeira, essa oposição entre, de um lado, pedágios abusivos e, de outro, rodovias mal cuidadas, é um falso problema. Existem outras possibilidades de se

operar as rodovias e mantê-las em bom estado. Mesmo autores que não colocam em questão a validade da concessão pública de rodovias admitem que haveria outras formas de fazê-lo.

É o caso da proposta de Trujillo et al. (1997): os autores sugerem um modelo de decomposição da concessão pública em vários contratos diferentes, com empresas distintas operando, sob licitação, diferentes obras e serviços demandados pelo poder concedente. Este procedimento eliminaria a figura da concessionária que, como no caso da Entrevias, atua como um intermediário de subcontratações abusivas. Uma condição para adoção deste tipo de operação, entretanto, seria a existência de instituição ou empresa pública competente no setor e apta a articular os diversos contratos (TRUJILLO et al., 1997, p. 22). Seria uma forma de retomar o controle público destes ativos, permitindo a manutenção adequada das rodovias e a realização das obras desejadas como fim em si, e não mero meio para remuneração de investidores através de pedágios abusivos e superexploração de subcontratados.

Não se trata aqui de sustentar esse modelo como a panaceia para a problemática das concessões. Uma análise de sua real viabilidade no momento dependeria de um detalhado estudo que escape aos horizontes deste trabalho. Mencionamos esta proposta apenas a título de indicar que outras possibilidades existem e há tempos têm sido propostas e discutidas. A insistência do Governo de São Paulo em um modelo específico de concessão é fruto de decisões políticas. Talvez perguntar-nos sobre quem tem ganhado com a atual política de concessão rodoviária seja uma boa forma de angariar pistas sobre suas motivações subjacentes.¹³

¹³ Investigações recentes têm apontado irregularidades nas concessões rodoviárias paulistas (MARQUES, 2020; DIEGUEZ, 2019). Acreditamos que a análise da

Considerações Finais

À luz do que foi exposto nas seções anteriores podemos propor uma forma de analisar o fenômeno. Em primeiro lugar, trata-se de investidores (no caso retratado, um fundo de investimento representante de grupo estrangeiro) que, sob justificativa de investimentos em infraestrutura, adquirem junto ao poder concedente o direito de explorar o rendoso ativo que são as principais rodovias de São Paulo. Ao fazê-lo, engendram um novo fluxo de dinheiro que lhes permite remunerar seu capital-dinheiro de forma relativamente segura e duradoura. Assim, e aqui retomando Santos (2008), trata-se de uma *forma* geográfica que adquire nova *função*. A rodovia continua desempenhando sua função primeira que é a de permitir o fluxo de veículos. A novidade está no fato de que, ao ser pedagiada e controlada por grupos financeiros, passa também a viabilizar outro tipo de fluxo que é, como dito, um fluxo de dinheiro, extraído da renda local e remetido aos circuitos de acumulação financeira. Constitui assim uma espécie de dreno de parcela da renda local (SANTOS, 2004).

Com Harvey (2004), podemos pensá-la também enquanto uma forma sutil de *espoliação*, à qual, como dito, podemos acrescentar o adjetivo *territorial* (SILVA; TEIXEIRA, 2019). Isso na medida em que representa a extensão do poder do capital sobre novos ativos (rodovias públicas), dando vazão a um capital global ocioso. Um apanágio dos grandes agentes financeiros que desta forma acabam bem-sucedidos em sua busca por fluxos de renda estáveis e seguros (CHESNAIS, 2005). Assim, podemos constatar que este

dimensão política desse processo e das relações entre esses agentes econômicos e o Estado é um caminho analítico possível.

fenômeno, esta aquisição de uma nova função por parte da rodovia, está alinhada a um processo maior, o de financeirização, que tem modificado as estruturas sociais.

Em específico sobre o *fluxo de valor* engendrado, podemos pensar que, embora não seja uma relação débito-crédito, também conecta agentes ganhadores (os investidores) e perdedores (aqueles direta ou indiretamente onerados pelo pedágio) (SOKOL 2013). Neste sentido, na denominação de Lapavitsas e Mendieta-Muñoz (2016), trata-se de uma espécie de *expropriação financeira*, através da qual o investidor obtém seu lucro ao tomar parcela do dinheiro que até então estava sob posse de outrem. Esse fluxo predatório de valor que se instaura acaba por reforçar a iniquidade entre os agentes envolvidos. E, como inevitavelmente se dá no espaço geográfico (no caso, drenado do local e remetido a agentes dispersos no espaço) também atua no sentido de aprofundar as desigualdades e hierarquias territoriais.

Na escala intrarregional também há um componente de agravamento das desigualdades. As rodovias concedidas a controladores privados no estado de São Paulo são as com maior fluxo médio de veículos. São, portanto, pelo prisma econômico, as mais interessantes de se administrar. Ao concedê-las ao interesse privado, o Estado perde a margem de manobra que lhe possibilitaria operar uma política de investimentos cruzados e compensatórios, empregando recursos para melhoria da infraestrutura viária de regiões carentes deste tipo de equipamento, que representaria um estímulo a diminuição das desigualdades intrarregionais. Ao contrário, o modelo adotado contribui para seu enrijecimento (OLIVEIRA, 2016).

Outra discussão que a questão suscita é sobre as diferentes formas de inserção na financeirização a depender do lugar que se ocupa no espaço geográfico e na hierarquia social. Tem-se discutido sobre a figura paradoxal do trabalhador que ao mesmo tempo torna-se investidor através de seu fundo de pensão (ou mesmo de investimento). É uma prática tornada comum nos países centrais (SAUVIAT, 2005). No Brasil, entretanto, a forma mais comum de inserção na financeirização é enquanto parte expropriada. Muito mais do que adquirir essa posição ambígua de *trabalhador-acionista* (reservada principalmente a certos fundos de pensão estatais), o que têm acontecido ao trabalhador médio brasileiro é estar submetido a mais graus de exploração sob a financeirização.

Além da invariável exploração no trabalho produtivo, somam-se novos e complementares tipos de expropriação. Sokol (2013, p.510) denomina o primeiro tipo *espaço de exploração 1*, e, o segundo, *espaço de exploração 2*. Exemplos desse último seriam as abusivas relações crédito-débito e outras relações predatórias de extração de valor. No Brasil, devido a uma situação de dependência estrutural que não se resolve, mas se renova e atualiza, a financeirização se manifesta adicionando novas camadas de expropriação (PAULANI, 2013), reforçando as desigualdades social e territorial. Em suma, procuramos sustentar que o fenômeno aqui retratado é uma dessas novas formas de expropriação sob a égide das finanças; o que pressupõe e se dá mediante novos usos do território, mais corporativos e predatórios.

Há uma série de questões que, abordadas aqui apenas lateralmente na construção de nosso argumento, mereceriam toda uma atenção à parte. É o caso da dimensão política deste fenômeno. Uma análise atenta sobre a relação entre estes grandes agentes

financeiros e o Estado seria de grande ajuda na tentativa de elucidação deste fenômeno, que permite diferentes aproximações partindo de diversas frentes. Também, seria o caso de conceder um tratamento mais detalhado quanto ao impacto deste tipo de concessão no enrijecimento das desigualdades socioespaciais. Neste campo, trabalhos como os de Ribeiro e Toneto Júnior (2004) e Gallo e Bastiani (2017) têm ressaltado a relevância das receitas tributárias repassadas pelas concessionárias aos municípios. Esta é outra importante dimensão do problema. Assim, a análise que aqui propomos deve ser complementada por avanços nestas e outras frentes de tratamento ao tema.

Em suma, procuramos aqui sustentar o entendimento das concessões rodoviárias enquanto plataformas de valorização financeira. As rodovias, na medida em que são pedagiadas e controladas por agentes financeiros, engendram um fluxo de valor remetido do local para os circuitos financeiros, remunerando o capital dos investidores. Trata-se, portanto, de um uso do território alinhado ao processo de financeirização.

Leda Paulani (2013) sustentou que a inserção obstinada, mas subalterna, do Brasil na financeirização a partir dos anos 1990 sedimentou e agravou a situação de dependência e heteronomia histórica de nosso país. Isso porque:

(...) com uma cancela financeira cada vez mais escancarada, o país foi se colocando mais e mais como inestimável fonte de ganhos ao capital cigano que circula pelo planeta à busca de rendimentos. Uma postura como essa é tudo que o capital financeiro quer encontrar, pois apesar de equivocadamente ser chamado de “capital especulativo”, de especulativo pouco tem. Busca na verdade rendimento, e quanto mais elevado, melhor. Busca fontes efetivas de produção de valor

de onde possa extrair seus ganhos (PAULANI, 2013, p. 254).

São estas, em linhas gerais, as condições que permitiram à autora considerar que o Brasil, desde sua inserção ativa na financeirização, tem se constituído como uma atrativa plataforma de valorização financeira ao capital global sobreacumulado (PAULANI, 2013). Isto porque são muitas as oportunidades de investimentos rendosos. Aqui procuramos delinear o funcionamento de uma dessas formas de ganhos predatórios. Entendemos que o fenômeno que tratamos ao longo deste artigo representa uma fonte específica de valor de onde se tem extraído ganhos financeiros. Neste mecanismo, das rodovias pedagiadas e controladas por agentes financeiros, trata-se da extração de um valor já existente e então circulante no local, que é retido nas praças de pedágio e remetido aos investidores.

María Laura Silveira (2003, p. 414), por sua vez, mostrou como a atual “socialização capitalista torna-se bifronte porque significa, de um lado, a construção de equipamentos públicos de uso privado e, de outro, a instalação de equipamentos privados de uso público.” Isso porque os recursos do Estado têm sido, em medida cada vez maior, comprometidos na busca por tornar o território viável à atuação dos grandes agentes econômicos, ao passo que os equipamentos de uso público têm sido privatizados. É este o caso, como a própria autora coloca, das rodovias pedagiadas (SILVEIRA, 2003, p. 414). Sob controle privado, a rodovia tem sua utilização condicionada ao pagamento de tarifa que, como mostrado, em larga medida serve para remunerar grandes agentes econômicos.

Essa situação ilustra como os usos corporativos e predatórios do território têm predominado sob a financeirização: são ganhos financeiros estéreis viabilizados à custa de reforço da desigualdade

socioespacial. Aqui procuramos fornecer alguns subsídios para o entendimento de uma das muitas formas como este processo tem se dado no Brasil.

Referências bibliográficas

AALBERS, M. B. The Financialization of Home and the Mortgage Market Crisis. *Competition & Change*, Thousand Oaks (EUA), v. 12, n. 2, p.148–166, jun. 2008.

ABCR. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS. *Pedágio: mitos e fatos*. 2017. Disponível em: <https://abcr.org.br/institucional/biblioteca/mitos-e-fatos/pedagio-mitos-e-fatos-2017/download>. Acesso em: 07 abr. 2020.

ANTAS JR., R. M. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.

ARTESP. AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Contrato de Concessão* (Contrato Artesp Nº 0352/ARTESP/2017) São Paulo: 2017. Disponível em: <http://www.parcerias.sp.gov.br/Parcerias/Documento/Download?codigo=26369>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BELLUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

BRAGA, J. C. S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Economia e Sociedade*, v. 2, n.1, p. 25-57 ago. 1993.

CAMPOS NETO, C. A. S. Reflexões sobre investimentos em infraestrutura de transporte no Brasil. *Radar: tecnologia, produção e*

comércio exterior - (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-22, out. 2016.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M. A.; SANTOS, F. B.; NOGUEIRA, M. Financialization and Space: Theoretical and Empirical Contributions. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 193-220, mai-ago., 2018.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n. 2, p. 183-200, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2043820615588153>. Acesso em: 15 abr. 2020

CONTEL, F. B. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPINÉ, F. D. C. *Concessão de rodovias: modalidades e formas de remuneração do concessionário*. 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010

DERSA. DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. (São Paulo). *Linha do tempo*. Disponível em: <http://www.dersa.sp.gov.br/quem-somos/historia/linha-do-tempo/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DIAS, L. C. Finanças, política e território. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 9-12, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792009000100001>.

DIEGUEZ, C. Delação Financiada. *Piauí*. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/delacao-financiada/>. Acesso em: 0, abr. 2020.

ENTREVIAS. ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. *ITR - Informações Trimestrais - 30/09/2018 (Versão: 2)*, 30 set. 2019. 42p.

FRITZEN, M. *Uso do território e geração hidrelétrica de pequeno porte no Brasil*. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GALLO, F. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, agosto, 2017, p. 480-496.

GALLO, F.; BASTIANI, P. Concessões de rodovias em São Paulo e a relevância dos repasses de ISSQN dos pedágios na composição dos orçamentos municipais. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 7, n. 2, 2017.

HARVEY, D. *A loucura da razão econômica*. Marx e o capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. *O enigma do capital* e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, T.; FUCUCHIMA, L. Gestora Pátria oferece R\$ 1,1 bilhão e vence concessão de 'Pipa'. *Valor Econômico*: 08 jan. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/08/gestora-patria-oferece-outorga-de-r-11-bi-e-vence-concessao-de-pipa.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2020.

HOHL, V. R. *O novo marco regulatório do Brasil para os projetos de geração de energia elétrica e sua capacidade de atrair os fundos de pensão para investir no setor objetivando o retorno a longo prazo*. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado Profissionalizante, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

JUSBRASIL (comp.). *Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.* Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/163454382/entrevias-concessionaria-de-rodovias-sa/atualizacoes>. Acesso em: 05 abr. 2020.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, employment and Society*, v. 25, n. 4, p. 611-626, 30 dez. 2011. SAGE. <https://doi.org/10.1177/09500170111419708>.

LAPAVITSAS, C.; MENDIETA-MUÑOZ, I. The Profits of Financialization. *Monthly Review*, Nova Iorque, v. 68, n. 3, p.49-62, 4 jul. 2016. Monthly Review Foundation. http://dx.doi.org/10.14452/mr-068-03-2016-07_4.

LENCIONI, S. O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual. *Confins [Online]*, 44, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/26177>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LOPES, G. N. *Serviços de infraestrutura como opção de investimentos para os fundos de pensão brasileiros*. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. de. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 379-406, mai.-ago 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3902> Acesso em: 14 de abr. 2020.

MARQUES, J. Ecovias assina acordo com Promotoria e diz que pagou propina por 18 anos em gestões do PSDB em SP. *Folha de S. Paulo*. 07 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/ecovias-assina-acordo-com-promotoria-e-diz-que-pagou-propina-por-18-anos-em-gestoes-do-psdb-em-sp.shtml> Acesso em: 07 abr. 2020.

MARTÍNEZ-VARGAS, I. Fundo Pátria compra concessionária que administra Raposo Tavares. *Folha de S. Paulo*. 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/fundo-patria-amplia-negocios-na-area-de-infraestrutura.shtml>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, M. Concessões de rodovias e renegociações no Brasil. In: OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA FILHO, L. *Parcerias público-privadas*:

experiências, desafios e propostas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 65-102.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, T.; CARNEIRO, M. C. F. A parceria público-privada na infra-estrutura econômica. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 27-46, dez, 1994

OLIVEIRA, C. A. *O papel das concessões de rodovias na normatização do território brasileiro e suas relações com a circulação*. 2016. 321f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

OLIVEIRA, F. L. P. Mediações teóricas para a análise da financeirização da produção do espaço na América Latina. *Semestre Económico*, v. 22 n. 50, 47-69. 2019.

OSORIO, J. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PALLUDETO, A. W. A.; ROSSI, P. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. *Texto para Discussão* (Unicamp – Instituto de Economia), n. 347, ago. 2018.

PAULANI, L. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v. 27, n. 77, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000100018. Acesso em: 16 abr. 2020.

PESSANHA, R. M. *A “indústria” dos fundos financeiros*. Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

PIKE, A.; POLLARD, J. Economic Geographies of Financialization. *Economic Geography*, Worcester (EUA), v. 86, n. 1, p.29-51, 14 dez. 2009. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1944-8287.2009.01057.x>.

RIBEIRO, T. B.; TONETO JÚNIOR, R. As receitas tributárias das praças de pedágio e as finanças públicas municipais: uma análise do esforço fiscal no estado de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP), Brasília, n. 27, p. 117-139, jun./dez. 2004.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 12).

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 137-144. (Coleção Milton Santos; 7).

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002a. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EDUSP, 2002b. (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 3-191, jul./dez. 1997.

SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Deputados aprovam a extinção da Dersa*. 10 set. 2019 Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?10/09/2019/deputados-aprovam-a-extincao-da-dersa>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Concessão do lote de rodovias paulistas é habilitada por comissão*. 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/concessao-lote-rodovias-centro-oeste-paulista-e-habilitada-por-comissao>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, A. M. B.; TEIXEIRA, S. H. O. Planejamento corporativo do território brasileiro: contribuição geográfica à análise crítica da concessão aeroportuária. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 2, p. 242-261, ago. 2019.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. de. (Org.) *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015.

SOKOL, M. Towards a 'newer' economic geography? Injecting finance and financialization into economic geographies. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Cambridge, v. 6, n. 3, p.501-515, 16 out. 2013. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rst022>.

TAVARES, M. C. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2, p. 107-138.

TOZI, Fábio. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*, Barcelona, 2018.

TRT 15. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. *Andamento do Processo n. 0011415-58.2018.5.15.0049*. Sentença da Juíza: Maria Flavia Roncel De Oliveira Alaite. 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/737818087/andamento-do-processo-n-0011415-5820185150049-rtsum-30-07-2019-do-trt-15>. Acesso em: 06 abr. 2020

TRUJILLO, J. A.; COHEN, R.; FREIXAS, X; SHEENY, R. Infrastructure Financing with Unbundled Mechanisms. *Inter-American Development Bank*. Washington, n. IFM-109, dez. 1997. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Infrastructure-Financing-with-Unbundled-Mechanisms.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

VIER, S. Pedágios de SP aumentam custos de alimentos e materiais de construção. *Rede Brasil Atual*. 16 abr. 2010. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2010/04/pedagio-aumenta-custo-de-alimentos-e-materiais-de-construcao>. Acesso em: 08 abr. 2020.

Submetido em: 16 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 09 de julho de 2020.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

Como citar este artigo:

COSTA, Bruno Moreira Riani; GALLO, Fabricio. Concessão rodoviária como plataforma de valorização financeira: expressão do uso corporativo do território. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 321-361, jan.-jun./2020.

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADA AO TURISMO A PARTIR DO BRASIL

THE THEORY OF THE TWO CIRCUITS OF THE URBAN ECONOMY APPLIED FROM THE BRAZIL

LA THÉORIE DE DEUX CIRCUIT DE L'ÉCONOMIE URBAINE APPLIQUÉE AU TOURISME À PARTIR DU BRÉSIL

JOSÉ ALEXANDRE BERTO DE ALMADA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Mossoró/RN.
E-mail: xande.almada@hotmail.com

Resumo: O presente ensaio apresenta a partir da teoria dos circuitos da economia urbana uma proposta de análise da produção do espaço urbano pelo turismo em países subdesenvolvidos a partir do Brasil. Para isto o ensaio está dividido em quatro partes, a primeira, apresenta os elementos centrais para se pensar a teoria dos circuitos urbanos aplicada ao turismo; as três últimas discute a participação do Estado, do Mercado e dos turistas no território usado pelos dois circuitos da economia urbana a partir da perspectiva brasileira. A produção do espaço e o território usado pelo turismo depende da combinação do Estado, Mercado e Turistas, onde, quanto maior a presença do Estado, maior será concentração do Mercado e maior será o fluxo de turistas de um determinado lugar turístico, resultando em uma produção desigual e combinada pelos circuitos superior e inferior do turismo, onde esse é tratado nas política públicas como um problema para ser superado para o desenvolvimento turístico

Palavras-chave: circuito superior, circuito inferior, turismo, lugar turístico.

Abstract: The present essay presents from the theory of the circuit of the urban economy a proposal of analysis of the production of the urban space by tourism in underdeveloped countries from the Brazil. For this the essay is divided in four parts, the first, presents the central elements to think the theory of the circuit of the urban economy applied to tourism; the last three discusses the participation of the State, the Market and the tourists in the territory used by the two circuits of the urban economy from the brazilian perspective. The production of space and the territory used by tourism depends on the combination of the State, Market and Tourists, where, the greater the presence of the State, the greater concentration of the Market and the greater the flow of tourists from a certain tourist place, resulting in a unequal and combined production by the upper and lower tourist circuits, where tourism is treated in public policy as a problem to be overcome for tourism development.

Keywords: upper circuit, lower circuit, tourism, touristic place.

Résumé: Le présent essai présente à partir de la théorie des circuits de l'économie urbaine une proposition d'analyse de la production de l'espace urbain par le tourisme dans les pays sous-développés à partir du Brésil. Pour cela, l'essai est divisé en quatre parties, la première présente les éléments centraux pour penser la théorie des circuits urbains appliquée au tourisme; les trois derniers discuter sur la participation de l'État, du marché et des touristes dans le territoire utilisé par les deux circuits de l'économie urbaine du point de vue brésilien. La production de l'espace et du territoire utilisé par le tourisme dépend de la combinaison de l'État, du marché et des touristes, où, plus la présence de l'État est importante, plus le marché est concentré et plus le flux de touristes en provenance d'un certain lieu touristique production inégale et combinée des circuits touristiques supérieurs et inférieurs, où le tourisme est traité dans les politiques publiques comme un problème à résoudre pour le développement du tourisme.

Mots-clés: circuit supérieur, circuit inférieur, tourisme, lieu touristique.

Introdução

O turismo, na sua perspectiva econômica, faz parte do setor de comércio e serviços que valoriza partes específicas da cidade ao construir novos lugares para se realizar enquanto fenômeno. Nos países desenvolvidos, os principais receptores e emissores de turistas internacionais, o turismo é um meio para o desenvolvimento econômico, podendo ser utilizado como *spatial fix* (CADENA, 2015) para reestruturar a economia de lugares afetados por crises cíclicas do capital, porém, nos países subdesenvolvidos a atividade turística convive de forma desigual e combinada entre a opulência dos grandes *resorts* turísticos e a subsistência dos vendedores ambulantes que frequentam os principais pontos turísticos do terceiro mundo, onde o turismo é tanto um meio para o desenvolvimento quanto para a reprodução da pobreza, onde coexistem os circuito inferior e superior do turismo.

A partir da perspectiva Brasileira o presente ensaio tece uma discussão sobre o processo de urbanização pelo turismo, a partir do território usado pelos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Para isto o trabalho está dividido em quatro partes, a primeira, apresenta os elementos centrais para se pensar a teoria dos circuitos urbanos aplicada ao turismo; as três últimas discute a participação das variáveis no processo de turistificação do lugar turístico, destacadas Knafou (1996), o Estado, o Mercado e os turistas e o papel desses agentes no processo de produção do espaço geográfico pelo turismo a partir da relação dialética do território usado pelos dois circuitos da economia urbana a partir da perspectiva brasileira, a partir das análises das políticas públicas do turismo dos dados do

Mapa do Turismo, do Índice de Competitividade do Turismo Nacional e do sistema de informações sobre o mercado no setor turismo.

Os circuitos superior e inferior do turismo

A expansão urbana moderna associada ao processo de industrialização nos países desenvolvidos não pode ser utilizada para explicar esse fenômeno nos países subdesenvolvidos, uma vez que a urbanização nesses é anterior a sua industrialização, muitas cidades que vivenciaram processos de expansão urbana não passaram por processos de industrialização (MONTENEGRO, 2012). Dessa forma, as teorias que explicam a urbanização nos países subdesenvolvidos encontraram sua principal vertente na teoria da modernização, que apresentava uma visão dualista em países periféricos, onde convivia um setor moderno e outro tradicional, de forma fragmentada.

teoria da modernização que postulava a diferenciação entre dois setores distintos nos países periféricos: de um lado um setor moderno e, de outro lado, um setor tradicional. Tal modelo dualista, no qual reside a origem da categoria de setor informal, assumiu progressivamente o valor de paradigma para pensar as realidades urbanas dos países subdesenvolvidos (MONTENEGRO, 2012, p. 148).

Frente ao pensamento dualista que fragmentava a análise dos países subdesenvolvidos emerge a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, que apresenta uma visão dual da economia urbana, estruturada por um circuito superior e um circuito inferior da economia, e não uma visão dualista, pois não fragmenta a interpretação em dois sistemas isolados, mas em dois sistemas dialeticamente contraditórios que fazem parte do mesmo processo, ou seja,

os dois são parte de uma mesma economia: subsistemas de um sistema econômico urbano, e não sistemas separados; e esse interrelacionamento ocorre porque ambos os sistemas tem como base a modernização tecnológica da economia urbana – o circuito inferior não é apenas “tradicional” (CHADWICK, 1986, p.177).

O circuito inferior não é apenas tradicional, mesmo caracterizado por ter uma menor densidade técnica e de capital em relação ao circuito superior, pois é resultado da adaptação para a sobrevivência dos mais pobres aos processos de modernização das cidades, sendo composto por atividades tradicionais refuncionalizadas à realidade urbana contemporânea, enquanto:

o circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém privilegiadas com sua região (SANTOS, 2008, p. 22).

O território usado pelos circuitos da economia urbana nas cidades resulta na produção bipolarizada do espaço geográfico entre o circuito superior, representado pelos bancos, comércio, indústria, serviços modernos, atacadistas e transportes, e o circuito inferior, constituído essencialmente por formas de fabricação com capital não-intensivo, serviços não-modernos fornecidos diretamente para a população e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008). Nesse cenário de bipolarização,

os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é

necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior (*ibidem*, p.56).

A teoria dos circuitos espaciais da economia urbana elaborada para compreender a urbanização dos países subdesenvolvidos é válida para analisar o fenômeno do turismo, pois esse, também é um processo de urbanização que cria novos espaços e refuncionaliza formas pretéritas dando um valor de uso turístico. A produção do espaço urbano pelo turismo em países subdesenvolvidos também ocorre de modo análogo à urbanização nas grandes metrópoles, com a interdependência dos dois circuitos, porém, para o turismo resulta também em uma rede de lugares turístico (RLT), organizada de forma interdependente e hierárquica de lugares produzidos e usados pelos circuitos superior e inferior do turismo.

Os agentes do circuito superior do turismo são as grandes empresas hoteleiras, redes de restaurantes, casas de câmbio, de lazer e recreação, locação de automóveis, franquias, agências de viagem. Os agentes do circuito inferior do turismo é composto por “[...] vendedores ambulantes e proprietários e funcionários de quiosques e barracas” (MEDEIROS, 2014, p.143), e também pelos pequenos comércios, que imitam as atividades do circuito superior do turismo ao oferecer os mesmos produtos e serviços, porém, como uma menor densidade técnica-científica-informacional (DTCI) e de capital, como os pequenos restaurantes, as pousadas, fretamento de excursão em ônibus de autônomos e serviços de entretenimento.

Almada (2018) apresenta, a partir de Knafou et al (1997) e Santos (2008), que o lugar turístico pode ser classificado hierarquicamente a partir de diferentes níveis de DTCI, indo do local turístico

à feitoria turística¹. Nos países subdesenvolvidos quanto menor a DTCI maior será presença do circuito inferior, dessa forma o local turístico quando possui alguma atividade comercial essa, geralmente, faz parte do circuito inferior do turismo, pois se trata apenas de um ponto de passagem, não justificando ao grande capital a instalação de algum empreendimento, cabendo aos moradores mais pobres que habitam nos arredores oferecer aos eventuais turistas suprimentos básicos à sua visita, geralmente com a venda de lanches e bebidas industrializados.

A cidade turística passa ser um local de transição, que começa a despertar ao mercado turístico potencialidades de investimento, atraindo inicialmente a atenção do circuito superior marginal. O circuito inferior passa crescer imitando o circuito superior marginal, oferecendo os mesmos serviços, porém, com baixa DTCI e de capital.

A estação turística, um espaço produzido em função do turismo, o circuito superior é predominante, enquanto o circuito inferior aparece com atividades periféricas, reconhecido aqui na presença dos vendedores ambulantes, quiosques e pequenos comércios. Por sua vez, o último nível hierárquico do lugar turístico, a feitoria turística, a presença do circuito inferior do turismo é nula ou praticamente nula, pois esse é um espaço construído *ex nihilo* pelos agentes do circuito superior para produzir um simulacro turístico, garantindo ao turista um lugar turístico disneylandizado (BRUNEL, 2009), sem a necessidade que o visitante saia da feitoria para satisfazer alguma necessidade imediata de consumo. Embora a presença do circuito inferior é nula dentro das dependências da feitoria turística ele pode aparecer nas entradas de complexos turísticos, como os

¹ Conforme apresentado no quadro 1.

parques temáticos, com a presença de ambulantes ou pequenos comércios.

Quadro 1: Classificação dos lugares turísticos a partir da teoria dos circuitos espaciais da economia urbana.

Lugar turístico	Característica	Presença dos circuitos da economia urbana	
		Circuito inferior	Circuito superior
Local turístico	Práticas de passagem pelos turistas; um ponto de passagem	Quase exclusiva	Quase nula
Cidade Turística	Aglomeração urbana que acolhe uma importante atividade turística	Na mesma proporção do circuito superior	Predominante do circuito superior marginal
Estação Turística	Primazia da atividade turística no lugar. Ela é criadora do lugar e ainda dominante	Com atividades periféricas	Predominante
Feitoria Turística	Um lugar criado <i>ex nihilo</i> para acolher os turistas por dois ou três dias, uma ou duas semanas	Nula	Exclusiva

Fonte: Adaptado de Knafou *et al* (1997) e Santos (2008).

Mesmo com diferentes níveis hierárquicos entre os lugares turísticos não significa que exista uma relação de evolução entre eles, como apresentado nos modelos espaciais turísticos de Miossec (1977) e Butler (1980), pois, esta classificação é uma metodologia de análise da produção do espaço geográfico a partir do turismo. Destarte, no

Brasil os lugares turísticos não são produzidos isoladamente, mas sim, por meio de uma RLT, onde há um ponto central, que possui o maior DTCl, principal ponto de atração de turistas que os dispersa para os outros pontos da rede por algumas horas ou dias do período total de estadia, retornando para o ponto central para término das férias.

A partir de Milton Santos, Corrêa (1989, p.70), define a rede urbana “[...]como uma *forma* espacial através da qual as funções urbanas se realizam”. Comentando sobre esse conceito, SOUZA (2013, p.166) utiliza a analogia com a rede de pesca como explicação: “[...] um conjunto interligado estruturado de fios que forma uma trama ou malha; no encontro entre dois fios, eles se entrelaçam, formando um nó, o que dá estabilidade à rede (sem os nós, nem sequer haveria rede)”. A malha é a rede em si, os nós por sua vez, são os lugares e os fios as relações entre os lugares, e as relações “[...] podem se referir a fluxos de vários tipos – de bens materiais, de passageiros, de informação, de energia...–, que articulam e ligam entre si diferentes pontos no espaço geográfico (*ibidem*, p. 167).

Sendo a rede urbana esse “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p.43), a RLT é um conjunto de lugares turísticos que possuem relações interdependentes entre si que estão articuladas. A RLT igualmente a rede urbana também possui “[...] um centro mais importante, de nível metropolitano ou regional, que exerce um papel, maior ou menor de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia (*ibidem*, p.43-44). Esse centro é o primeiro lugar a se urbanizar em função do turismo, em uma unidade da federação ou território, tendo o seu nome em circulação no catálogo das agências de viagem, por exemplo, Natal, para

o Rio Grande do Norte, Salvador, para Bahia ou Fortaleza para o Ceará.

A rede de lugares turísticos pelo circuito superior e inferior opera de modo “[...] interdependente na oposição dialética pela qual eles são definidos” (SILVEIRA, 2014, p. 80), sendo que nessa relação contraditória ocorre a “[...] dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior” (SANTOS, 2008, p.39). Para o turismo a dependência do circuito inferior do turismo pode ser de perspectiva material e imaterial.

A dependência material está diretamente relacionada com a presença do circuito inferior nos lugares turísticos, onde os trabalhadores desse circuito necessitam do poder de atração de turistas do circuito superior para garantir sua clientela, em que o hóspede do hotel é o mesmo que consome dos vendedores ambulantes e das barracas de praia.

O circuito inferior presente nos locais turísticos que são pontos de passagem dos roteiros turísticos também são dependentes do circuito superior, pois necessitam tanto da presença, mesmo temporária, do turista que está hospedado na área central para consumir seus produtos e serviços quanto que esse local turístico faça parte do roteiro de viagem dos guias turísticos e das agências de viagem, sendo esse último ponto a dependência imaterial do circuito inferior, pois esses lugares dependem da imagem turística da área central para atrair visitantes, figurando a margem do pacote de viagem como um extra nas férias na tentativa de ocupar algumas horas no disputado tempo de ócio do turista.

A figura 1 apresenta o esquema da formação espacial RLT a partir da classificação dos lugares turísticos de Knafou *et al*(1997) e

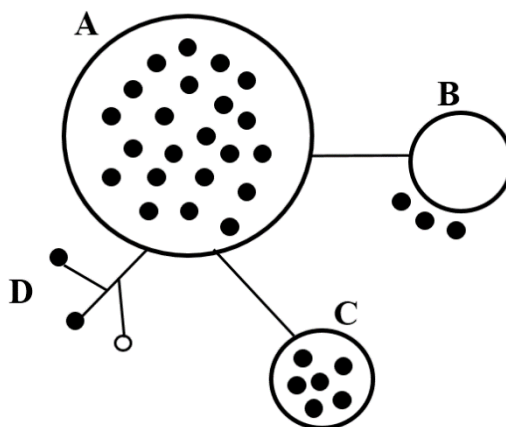
dos circuitos da economia urbana de Santos (2008). Apesar da feitoria turística ser o último nível da classificação dos lugares turístico ela não representa a centralidade da rede turística, pois, esse papel é desempenhado pela Estação Turística, que polariza a produção do espaço geográfico pela atividade turística aonde se instala, atraindo investimentos do circuito superior e também, do circuito inferior, que enxergam no turismo uma possibilidade para fugir da miséria.

Na RLT a existência da feitoria turística justifica-se por oferecer a um seleto grupo de turistas com grande poder de compra uma experiência apartada da realidade do subdesenvolvimento do turismo, sem a incômoda presença dos ambulantes e de outros agentes do circuito inferior. A sua instalação está associada a imagem do centro da rede, porém, a feitoria funciona como um subcentro, sendo capaz de atrair no seu entorno investimentos ligado ao turismo, tanto do circuito superior quanto do inferior, que fica às margens desse lugar turístico.

A cidade turística, igualmente a feitoria, funciona como um subcentro, porém com ambos os circuitos presentes na sua organização sócio-espacial, que apesar da dependência do centro da rede caminha para uma independência na atração de turistas. Por último, o local turístico, depende completamente do centro da RLT por possuir uma existência secundária, tendo a sua visibilidade dependente das agências e guias de viagem, conquistando poucas horas do disputado tempo do ócio dos turistas, com a presença das atividades do circuito inferior, salvo algumas exceções em que o circuito superior marginal se apropria desses lugares.

Figura 1: Esquema gráfico da rede de lugares turísticos.

- A – Estação turística
- B – Feitoria turística
- C – Cidade turística
- D – Local turístico
- – Circuito Superior do Turismo
- – Circuito Inferior do Turismo
- | – Interconexão da Rede



Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 1 representa uma formação espacial genérica das RLT do Brasil e dos países subdesenvolvidos, sendo necessário estudar caso a caso a aplicação dessa metodologia para analisar a produção do espaço geográfico e o território usado pelo turismo.

O Estado

Na teoria dos circuitos “o Estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2008, p. 161), pois tem um papel definitivo no desenvolvimento do circuito superior da economia, entre as ações do Estado para garantir a existência das empresas desse setor da economia, Santos (2008) destaca:

a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infraestruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de acordos com as firmas

dominantes, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento (p. 161-162).

O Estado brasileiro foi determinante no fomento do turismo por meio de políticas públicas, com as primeiras datando da década de 1930 (MARANHÃO, 2017; CARVALHO, 2016). Ao analisar essas políticas públicas, Cruz (1999) as periodiza em três momentos, a pré-história jurídico-institucional, que inicia na década de 1930 e vai até 1966, definido como “pré-história”, pois, não consta nenhuma política diretamente relacionada com o turismo, apenas políticas que “[...] eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e de turismo”, ainda sobre esse primeiro período, Carvalho (2016, p. 90) comenta que esse momento é “[...] marcado pela ausência de uma orientação política para a atividade turística, além de ser evidente que ela carecia de uma estrutura administrativa pública estável”.

Com o Decreto-Lei nº55 publicado no ano 1966 as políticas públicas entraram no segundo período, “[...] que define e institui, pela primeira vez, uma ‘política nacional de turismo’ e cria os organismos oficiais para levar a cabo sua efetivação” (CRUZ, 1999, p. 47-48), segundo Maranhão (2017, p.246) esse decreto recomendava a criação dos seguintes órgãos:

(a) Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) – de caráter normativo; (b) Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) – órgão executor; e (c) Primeiro Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que continha atribuições e direcionamentos para operadores turísticos no Brasil.

Doravante o turismo passa a figurar na agenda de políticas públicas, com destaque para a formulação do Plano Nacional do Turismo, me 1972, (CARVALHO, 2016). Nesse período da Política Nacional do Turismo o setor turístico passa a ganhar credibilidade no país em função da entrada de turistas, que:

foram marcados pelo surgimento de diversos cursos superiores na área, pela regulamentação de profissões ligadas ao setor, pelo crescimento do número de acordos de cooperação internacional, pela criação de fundos de investimentos para desenvolver a atividade no país e por estímulos para desenvolver o turismo estrangeiro (*ibidem*, p.91).

O terceiro período do turismo, surge no contexto da redemocratização do país após a ditadura militar (1964-1985). Além do cenário político, esse período surge no contexto da globalização da década de 1990, esse conjunto de fatores vão influenciar diretamente a elaboração das políticas públicas, tendo como marco inicial a Lei nº 8.181/91, que reestrutura o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que revoga o Decreto-Lei 55/1966.

Nesse período, chamado por Fonseca (2005) por Nova Era do Turismo, o setor turístico é fortalecido com a presença do circuito superior do turismo aparelhado pelas políticas públicas, que ganham destaque na agenda econômica nacional com o Decreto N.448/1992 que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181/1991 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências, entendendo o turismo como uma fonte de renda nacional (BRASIL, 1992).

A política pública que simboliza esse período, o Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste (PRODETUR-NE), criado em 1991 por uma Portaria Conjunta entre a SUDENE e a EMBRATUR, abrangendo “todos os estados nordestinos e a região norte do estado de Minas Gerais” (CRUZ, 1999, p. 132), como os objetivos

de aumentar o turismo receptivo; aumentar a permanência do turista no Nordeste; induzir novos investimentos na infraestrutura turística; gerar emprego e renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística (CRUZ, 1999).

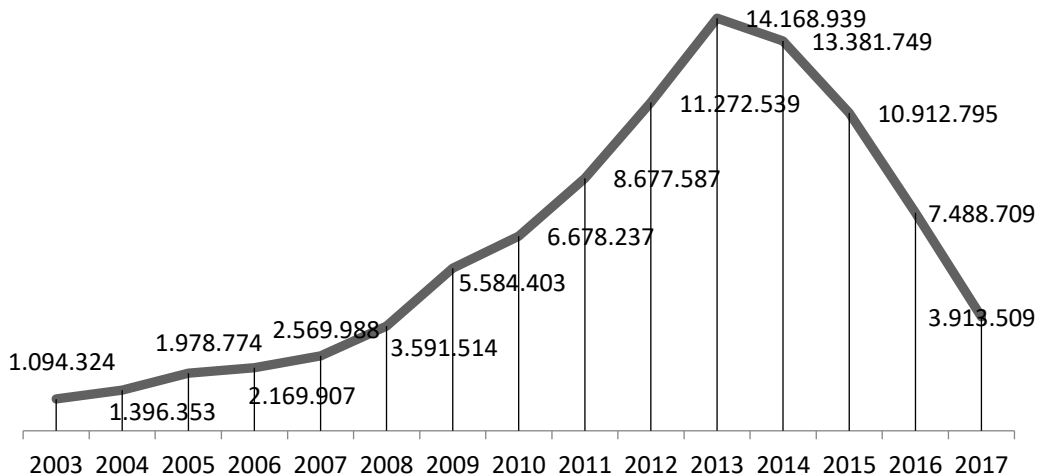
O PRODETUR-NE, passa a ser implementado em 1994 com US\$ 400.000 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004), é diretamente responsável pela criação do circuito superior do turismo, urbanizando áreas específicas ao financiar obras de infraestrutura para o litoral nordestino tornasse competitivo no cenário turístico internacional. Entre essas áreas está o litoral da Via Costeira e de Ponta Negra, na cidade de Natal, que concentra em seu território um circuito superior, (ALMADA, 2016), com presença de um circuito inferior, (MEDEIROS, 2014).

Além dos períodos destacados por Cruz (1999) há mais dois momentos da periodização das políticas públicas do turismo, a criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, que separou e a pasta do turismo do Ministério do Esporte, e a promulgação da Lei Geral do Turismo (LGT) N. 11.771 de 2008.

A partir de 2003, segundo MTUR (2018b) inicia a expansão do turismo nacional a partir do volume de empréstimos concedidos pelos bancos oficiais, como Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) às empresas do setor de turismo, evidenciando a predileção do Estado em financiar o circuito superior do turismo, consolidando esse circuito ao destinar as linhas de crédito para a “[...] construção e reformas de hotéis, bares, restaurantes,

agências de turismo, parques temáticos e outras atividades relacionadas” (*ibidem*, p. 38), totalizando R\$94,8 bilhões em investimentos entre 2003 e setembro de 2017.

Gráfico 1: Financiamento para o turismo, realizado por instituições financeiras federais (r\$ milhões) – 2003-2017.



Fonte: MTUR, 2018, p. 38.

Além do financiamento público a criação do MTUR representa uma mudança de postura do Estado em relação a sua gestão sobre as atividades turísticas, onde “o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 propôs um novo modelo de gestão, descentralizado e compartilhado com os estados, o Distrito Federal, as regiões turísticas e os municípios” (MTUR, 2018b, p. 66).

A Lei Geral do Turismo (LGT) nº 11.771/08 classificada como o:

principal marco legal do turismo no país, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e

municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (MTUR, 2018b, p. 55).

A LGT ao ser regulamentada pelo Decreto n.7.381/10 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências, destaca ainda no Art. 1 que além de regulamentar as normas da Política Nacional do Turismo, que consta na LGT, esse decreto também:

define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo - PNT, institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, dispõe sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, o cadastramento, classificação e fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas (BRASIL, 2010).

O Art. 2º estabelece a definição das principais linhas de ação do Estado no setor turístico, que são os programas: Política Nacional do Turismo; Plano Nacional do Turismo; Sistema Nacional de Turismo; Comitê Interministerial de Facilitação Turística e Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR. Esse artigo também destaca como prestadores de serviços turísticos:

sociedades empresariais, sociedades simples, empresários individuais e serviços sociais autônomos prestadores de serviços turísticos remunerados, que exerçam atividades econômicas relacionadas à

cadeia produtiva do turismo, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008 (BRASIL, 2010).

Nos termos do art. 21 da LGT, são considerados prestadores de serviços turísticos os seguintes agentes: “I - meios de hospedagem; II - agências de turismo; III - transportadoras turísticas; IV - organizadoras de eventos; V - parques temáticos; e VI - acampamentos turísticos” (BRASIL, 2008). Podendo ser enquadrados nessa categoria e realizar cadastro no MTUR, quando atendidas as condições próprias, não especificado quais seriam essas na lei, os seguintes serviços:

I - restaurantes, cafeterias, bares e similares; II - centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares; III - parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; IV - marinas e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; V - casas de espetáculos e equipamentos de animação turística; VI - organizadores, promotores e prestadores de serviços de infra-estrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos; VII - locadoras de veículos para turistas; e VIII - prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades (BRASIL, 2008).

As políticas públicas do turismo a partir da criação do MTUR; da LGT e do o Sistema Nacional do Turismo, segundo Carvalho (2016, p.96), contribuíram para “[...] gestão descentralizada da atividade, aproximou e otimizou as relações interescares, o que vislumbrou o maior envolvimento da escala do município”. Nessa gestão descentralizada, as atividades que fazem parte do circuito superior do turismo passam a ser priorizadas, tanto nas ações federais que normatiza financia esse setor, quanto na esfera estadual e municipal

que promovem incentivos a esses agentes, compreendendo-os com um motor para o desenvolvimento regional.

Em contrapartida as atividades relacionadas ao circuito inferior, que além de não serem contempladas no PNT, quando mencionadas são vistas enquanto um problema, em que “[...] a alta taxa de informalidade ainda ameaça o setor, ocultando fatia considerável da participação do turismo no mercado” (MTUR, 2018b, p.109). A resolução dessa ameaça ao turismo, representado pelos trabalhadores pobres do circuito inferior, fica, geralmente, a cargo dos municípios que estabelecem políticas públicas visando normatizar ou coibir esse setor.

Sobre o papel do município no tratamento ao circuito inferior do turismo, apresentamos um decreto e duas leis municipais que versam sobre as atividades comerciais desse circuito inferior em seus municípios.

O Decreto N.10.949/16 institui o grupo de fiscalização para orla de Ponta Negra em Natal, Rio Grande do Norte. O objetivo do decreto é por meio do grupo de fiscalização, conforme o seu Art. 1, “coibir a utilização indevida do passeio público e dos demais bens de uso comum do povo, especialmente no trecho relativo à Avenida Eri- van França e o ‘calçadão” (NATAL, 2016). A utilização indevida é interpretada pela presença de comerciantes informais ou ambulantes, classificados aqui como agentes do circuito inferior do turismo que não estejam, de acordo com o Art.1, no cadastro na Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal e na Secretária Municipal de Serviços Urbanos, e o grupo de fiscalização ao encontrar essa situação, conforme o Art. 3, “deverá tomar as medidas administrativas cabíveis, incluindo lavratura do auto de infração, interdição, embargo,

demolição de obras e atividades consideradas potencialmente poluidoras” (*ibidem*).

A Lei Nº 3224 de 27 de setembro de 2017, do município de Navegantes, Santa Catarina, autoriza o município a efetuar a regulamentação do comércio de ambulante na temporada de veraneio, e dá outras providências. Navegantes é um importante destino turístico interno para o estado catarinense, com 67,4% dos turistas são originários do próprio estado durante a alta temporada e carnaval de 2017. Além da demanda interna o município também recebe visitantes da região do Mercosul, que corresponde a 93,3% da demanda internacional, sendo, 60% da Argentina, 20% do Paraguai e 13,3% do Chile, o outros 6,7% correspondem aos Estados Unidos, segundo os resultados da pesquisa de demanda turística de Navegantes (NAVEGANTES, 2017b).

Conforme o Art. 2, é considerado comércio ambulante “a atividade lícita geradora de renda exercida por pessoa física ou jurídica, que de forma personalíssima e por seu próprio risco atua em atividade sazonal em 60 (sessenta) pontos fixos em toda a extensão da orla marítima do Município de Navegantes” (NAVEGANTES, 2017a). Os ambulantes só podem atuar no período do veraneio, que conforme o Art. 4 esse período vai de primeiro de dezembro a três de março, cujo alvará de atuação de cada ambulante só tem vigência por uma temporada, sendo necessária a renovação para a próxima temporada.

Apesar da autorização para atuar durante o período de veraneio, os ambulantes devem respeitar uma série de proibições sob pena de multa, são elas de acordo com o Art. 19:

I- estacionar nas vias públicas, salvo se previamente autorizado pela Prefeitura; II - impedir, ou

dificultar o trânsito de pedestres e veículos nas vias públicas; III - transitar com grandes volumes que perturbe a circulação de pedestres e veículos; IV - vender bebidas alcóolicas destiladas; V - o preparo de alimentos utilizando frituras; VI - apregoar mercadorias em altas vozes ou molestar transeuntes com o oferecimento dos artigos postos à venda; VII - vender ou ter em depósito no equipamento mercadorias que não pertençam ao seu ramo comercial; VIII - vender produtos não autorizados (drogas, materiais ilícitos e produtos piratas) e contaminados; IX - não retirar de seu espaço na praia equipamentos utilizados em seu comércio; X - trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade licenciada; XI - apresentar condições precárias ao asseio do vestuário, a limpeza do equipamento e do local de trabalho; XII - exercer a atividade licenciada sem uso de uniforme de modelo, padrão e cor aprovados pelo Município; XIII - utilizar-se do trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir dos 14 anos), nos termos da legislação federal; XIV - tentativa ou prática de suborno em relação à fiscalização municipal. (NAVEGANTES, 2017a).

A terceira lei, Lei N.6272/17, que dispõe sobre o comércio ambulante do município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O circuito inferior, identificado nessa lei na figura dos ambulantes, de acordo com inciso 1º do Art. 1 é o:

Comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias. Subordinam-se os camelôs às disposições desta Lei (RIO DE JANEIRO, 2017).

A lei normatiza a atuação do ambulante, entendido como de ponto fixo quando desenvolve sua atividade em local definido, e sem ponto fixo, quando desenvolve sua atividade de forma itinerante (RIO DE JANEIRO, 2017). Entre as normatizações, a lei delimita a

habilitação, autorização, produtos comercializados, proibições, infrações e penalidades para a atuação dos ambulantes na cidade do Rio de Janeiro.

O mercado

As políticas públicas que financiaram a atividade turística contribuíram para sua especialização em determinados pontos do território brasileiro ao estruturar esse mercado, pelo financiamento público direto ou pela implantação ou melhoria da infraestrutura necessária para essa a atividade pudesse ter expressividade econômica em um dado lugar.

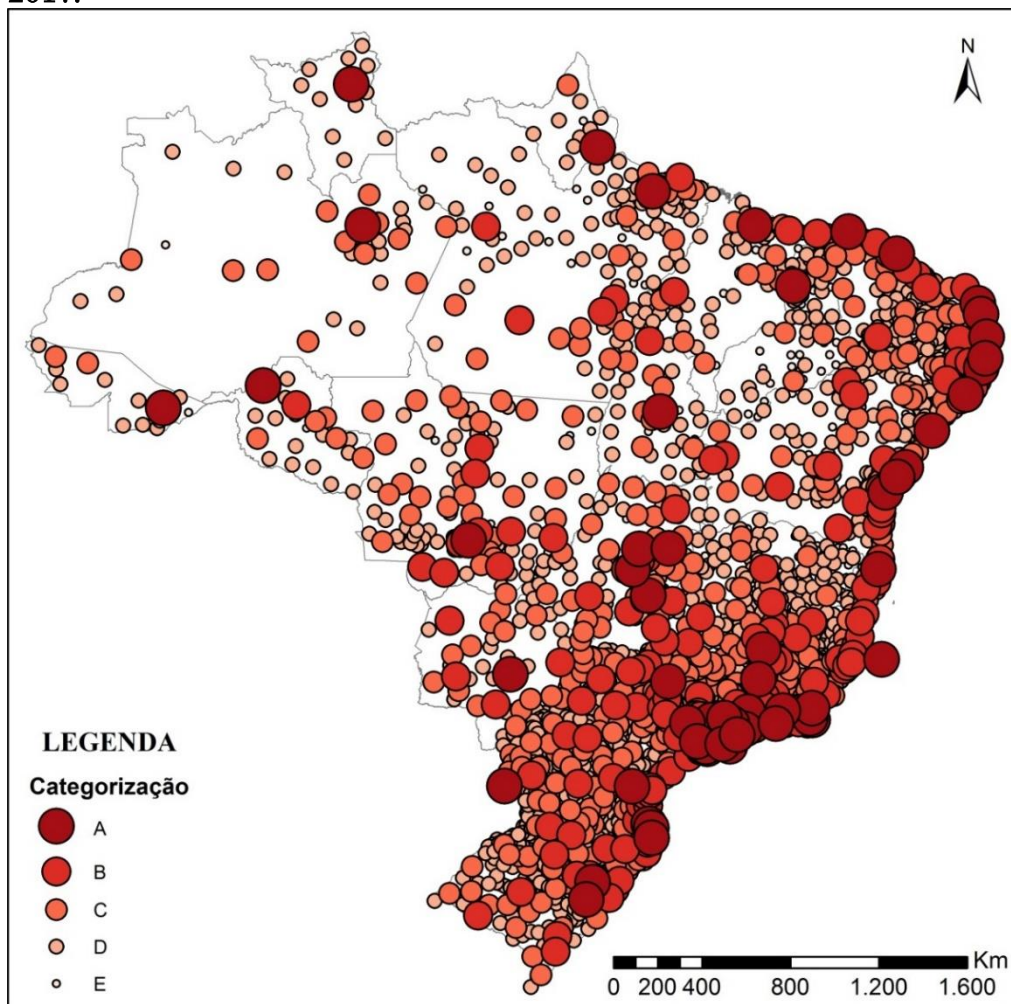
A invenção do lugar turístico está associada com a parceria entre Estado e Mercado, no qual, o primeiro aposta no turismo como alternativa para o desenvolvimento local e regional e o segundo o utiliza como meio de produção para acumular e reproduzir o capital.

No Brasil o turismo não ocorre de modo homogêneo no território, tendo áreas que concentram serviços e outras que são rarefeitos, é nesse sentido, que o território é usado pela rede de lugares turísticos, que a partir das áreas concentradas, o centro da rede, irradiam pontos menos concentrados.

É possível identificar as áreas concentradas do turismo a partir do Mapa do Turismo, uma ferramenta do Ministério do Turismo para regionalização do turismo a partir do resultado obtido na análise de *cluster*, conforme normativa a Portaria n. 144/2015, que utiliza como critério o número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem; o número de empregos formais no setor de hospedagem e a estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (BRASIL, 2015).

De acordo com as informações divulgadas pelo MTUR, em 2017 o Brasil contava com 3.285 municípios divididos em 328 regiões turísticas, categorizadas em cinco níveis entre A, nível mais alto, e E, nível mais baixo. Ao espacializar esses municípios temos o seguinte mapa:

Mapa 1: Municípios categorizados pelo mapa do turismo do Brasil – 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

Os municípios categorizados em A localizam-se em maior densidade na região sudeste, entre as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ao longo do litoral nordestino e nas demais capitais brasileiras.

Das outras categorizações destacadas no mapa 1 destacamos os municípios classificados como B e C, mesmo não sendo centrais apresentam uma importante atividade turística, esses também localizam-se predominantemente entre as regiões Sudeste e Sul, seguido pela região Nordeste, concentrando esses municípios a partir da área litorânea e reduzindo gradativamente a medida que se aproxima do interior da região.

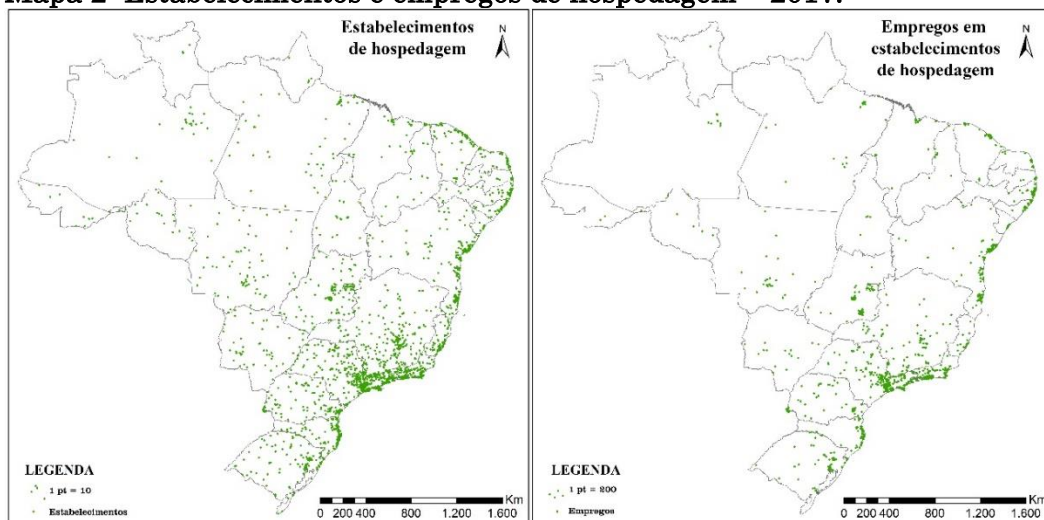
A região centro-oeste apresenta pontos de concentração, com o turismo irradiando a partir das capitais e com uma quantidade menor de subcentros de categoria B nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do interior de Goiás, com exceção de Brasília, exerce um poder polarização e concentração da atividade turística, com quatro municípios de categoria A, incluindo a capital federal e Goiânia.

A região Norte apresenta a menor concentração turística, apenas as capitais dos estados estão na categoria A, com poucos municípios nas categorias B e C e vários na D.

A partir da classificação de cluster do Mapa do Turismo, a participação do mercado apresenta nas regiões Sul, Sudeste e o litoral do Nordeste a maior presença dos agentes do circuito superior do turismo na produção do espaço, em função de que nessas localidades que se concentram a maioria dos municípios categorizados entre A e C.

O número de estabelecimentos de hospedagem² e o número de empregos formais em estabelecimentos de hospedagem³ por município também é utilizado como critério de categorização pelo Mapa do Turismo, ao espacializar esses dados no mapa 2 vemos que essas variáveis concentram-se, em ordem decrescente, na área contígua entre a cidade de São Paulo e no estado do Rio de Janeiro, ao longo do litoral das regiões nas regiões Nordeste e Sul Sudeste e o litoral do Nordeste, que destacam-se com as áreas eleitas para a edificação do circuito superior do turismo.

Mapa 2: Estabelecimentos e empregos de hospedagem – 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

Apresentando uma visão mais específica do cenário turístico brasileiro, o MTUR no PNT (2007-2010) destacou 65 destinos turísticos, selecionados a partir do mapeamento da atividade turística

² Espacializado pelo primeiro cartograma do mapa 2.

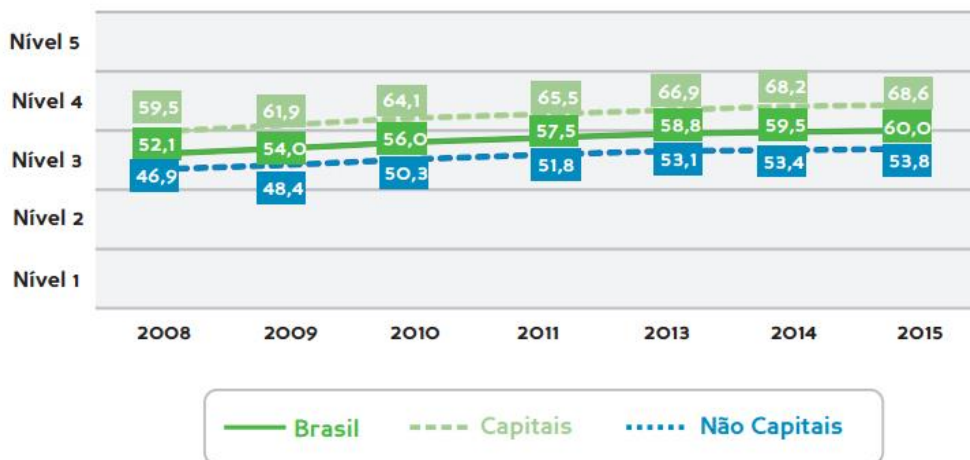
³ Espacializado pelo segundo cartograma do mapa 2.

brasileira. Esses destinos têm como objetivo induzir o desenvolvimento econômico de suas regiões por meio do turismo (MTUR (2007)). Para atingir esse objetivo e fortalecer a atuação do mercado turístico, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é elaborado, a partir de 2008, o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN) dos 65 destinos turísticos, com a última edição publicada em 2015.

O ICTN é composto a partir da combinação de treze variáveis: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais, indo de 0,00 a 100, classificando os destinos em cinco níveis: nível 1 entre 0 e 20 pontos; nível 2 entre 21 e 40 pontos; nível 3 entre 41 e 60 pontos; e por último, o nível 5 entre 81 e 100 pontos. (BARBOSA, 2015), quanto maior o nível melhor o desempenho do município na competitividade turística.

Desde que o ICTN passou a ser realizado a média nacional aumentou gradativamente, passando de 52,1 em 2008 para 60,0 em 2015, o último ano em que foi realizado o ICTM, situado no ponto de transição entre o nível 3 e o nível 4. Levando em consideração apenas as capitais brasileiras, o ICTN passa de 59,5, em 2008, para 68,6 em 2015, enquanto os outros destinos que não são capitais o ICTN passa de 46,9, em 2008, para 53,8 em 2015 (BARBOSA, 2015), conforme destaca o gráfico 2. A partir desses dados é possível inferir que as capitais brasileiras são os melhores locais para se investir-se em turismo enquanto as não capitais apresentam são menos competitivas para atrair grandes investimentos.

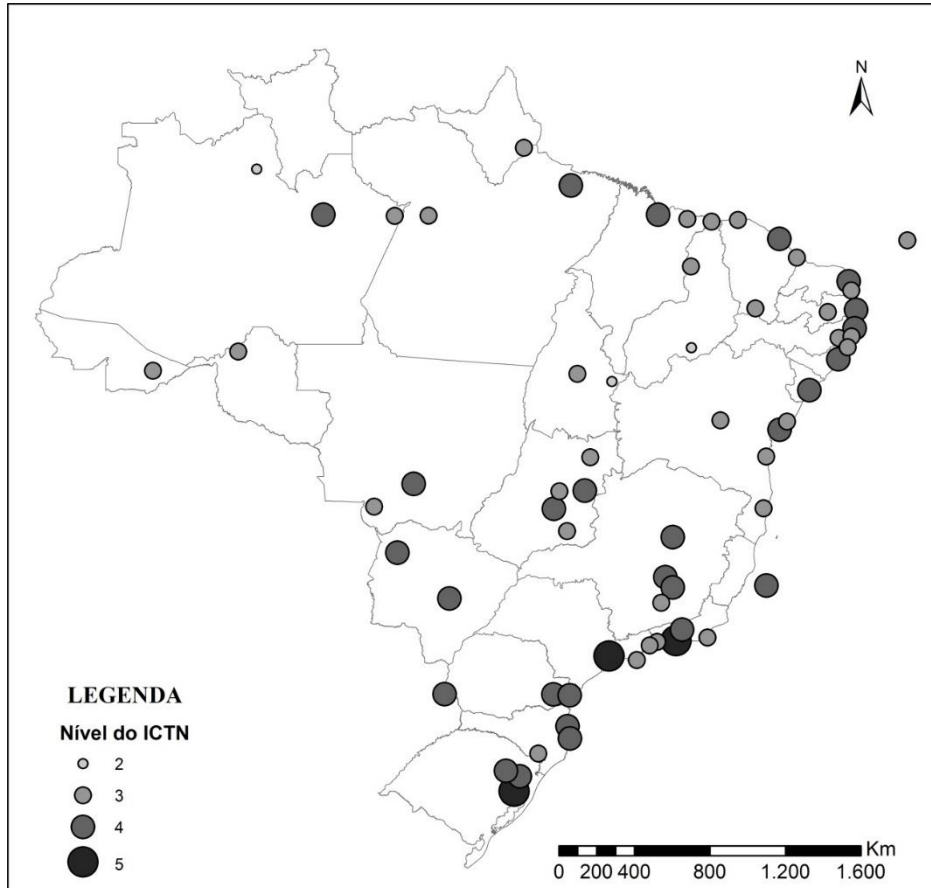
Gráfico 2: Índices gerais de competitividade — Brasil, capitais e não capitais: 2008-2015.



Fonte: Barbosa (2015, p.33).

Na classificação do ICTN de 2015, 3 municípios alcançaram o nível 5, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, 27 no nível 4, 33 no nível 3, apenas 2 no nível 2 e nenhum no nível 1, distribuídos ao longo das áreas de concentração identificadas a partir da espacialização do Mapa do Turismo, nos mapas 1 e 2, porém, mais especificamente ao longo do litoral das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, mostrando que o projeto brasileiro para o turismo está focado na valorização do litoral, conforme o mapa 3.

Mapa 3: Espacialização do índice de competitividade do turismo nacional – 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MTUR (2016).

A categorização do Mapa do Turismo e o nível do ICTN destacam os espaços privilegiados para a atuação dos agentes circuito superior do turismo, porém, cabe se perguntar sobre a atuação dos agentes do circuito inferior. Ao contrário do circuito superior, que possui muitos dados disponíveis para mensuração e espacialização da atividade, o circuito inferior conta com poucos dados oficiais para dimensionar o seu papel econômico, tanto pelo fato de que parte dessas atividades atuarem na informalidade, fora dos registros oficiais, quanto pela a inexpressividade econômica individual de cada agente

do circuito inferior que não consegue despertar nos órgãos oficiais interesse para mensurar esses dados.

Para tentar mensurar a participação desse setor, utilizou-se os dados divulgados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no sistema de informações sobre o mercado no setor turismo (SIMT), com base nas informações sobre as ocupações formais, com base na RAIS, um registro administrativo de natureza operativa da área de trabalho, de caráter censitário que obriga todas as unidades (estabelecimentos e pessoas físicas) que empregam mão de obra com vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a apresentar declaração anual contendo a relação individual dos vínculos vigentes (IPEA, 2008), e da ocupação informal, com base nos dados coletados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) (IPEA, 2015).

O SIMT classifica como ocupação informal “[...] todos os trabalhos primários e secundários exercidos na condição de conta própria, empregador, ocupado sem remuneração, doméstico e outros, desconsiderando os trabalhos desempenhados por celetistas, estatutários e militares” (IPEA, 2008, p.28), distribuindo esses dados em oito atividades, alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; aluguel de transportes; agência de viagens e cultura e lazer.

No segmento das ocupações informais os dados são compilados apenas no substrato das macrorregiões, enquanto para o segmento das ocupações formais os dados são agrupados a partir dos municípios. Tendo em vista o grande volume de dados sobre ocupações formais e informais para a nossa análise sobre a participação do circuito

inferior no mercado turísticos iremos fazer um agrupamento das ocupações formais e informais no substrato das macrorregiões e agrupando as oito atividades, coletados pela ferramenta IPEA Extrator de Dados, disponibilizado no site do IPEA, dessa forma obtemos a seguinte tabela:

Tabela 1: distribuição da ocupação turística no Brasil – 2014.

	NÚMERO DE OCUPAÇÕES		REMUNERAÇÃO MÉDIA EM R\$	
	FORMAL	INFORMAL	FORMAL	INFORMAL
Brasil	1.032.989	837.718	2.865,35	1.931,78
Norte	40.809	66.222	2.743,30	1.611,21
Nordeste	174.127	241.450	2.817,52	2.006,17
Sudeste	592.820	387.766	3.116,37	2.042,67
Centro-Oeste	73.053	55.087	2.789,89	1.558,18
Sul	152.181	87.194	2.859,68	1.762,02

Fonte: IPEA (2018).

As ocupações no Brasil, em 2014, na categoria formal superaram em 20% as informais, entretanto, analisando esses dados por região temos o Norte e Nordeste as ocupações informais sendo a maioria, 40% a mais na região Norte e 30% na região Nordeste, enquanto nas outras regiões predominam as ocupações formais. A remuneração em média das ocupações do setor turístico do setor informal no Brasil é 30% menor do que a do formal, com os piores resultados para as regiões Norte e Centro-Oeste, que possuem uma remuneração média da ocupação informal 40% menor do que a formal.

O número de ocupação informal registrado pelo IPEA corresponde a uma parcela da totalidade das atividades desenvolvidas pelo circuito inferior do turismo, pois, muitas dessas atividades permanecem a margem das estatísticas oficiais, porém, com base nos dados da tabela 1 vemos que as ocupações informais são responsáveis por

quase metade das ocupações no Brasil, com 45% do número total, ou seja, em países subdesenvolvidos, sobretudo no Brasil, a produção do espaço geográfico e o território usado pelo turismo ocorre por meio da relação dialética entre circuito superior e inferior, podendo ter áreas específicas com maior ou menor presença de um ou de outro circuito, o desafio para a pesquisa geográfica identificar *in locus* a participação de cada um desses circuitos na invenção do lugar turístico.

Os turistas

Um lugar é turístico quando há turistas, essa é premissa básica para a sua existência, a partir dessa ilação destaca-se a terceira fonte de turistificação apresentada por Knafou (1996), os turistas.

O papel dos turistas na criação do lugar turístico não é independente, mas justaposto e interdependente com as ações do Estado e do Mercado, partindo da premissa de que quanto maior a presença do Estado, maior a concentração do Mercado e maior o fluxo de turistas de um determinado lugar turístico.

Embora exista as frentes pioneiras, onde lugares distantes do *mainstream* turístico são visitados por alguns exploradores que estão em busca de uma experiência única, não é possível computar à esses aventureiros a missão de transformar um lugar em lugar turístico sem a participação ativa do Estado e do Mercado, fazendo-se necessário a participação conjunta desses três elementos para que essa metamorfose aconteça.

Sobre a participação do Estado brasileiro na atração de turistas, Brazidec (2010, p.4-5) aponta que “a partir de 2003 com a chegada ao presidente Lula ao poder, a Embratur tem seu papel modifi-

cado: suas operações de marketing são destinadas unicamente a captação do fluxo do turismo internacional”, porém, apesar desse enfoque Théry (2015, p.2) destaca que “O Brasil não é um importante destino turístico internacional”, tanto pela sua irrelevância internacional, ao ocupar a 38º posição em 2012 (THÉRY, 2015) no número de países visitados quanto pela representatividade no cenário econômico brasileiro, sendo o turismo interno o motor do crescimento do turismo brasileiro, com um mercado interno de 200 milhões de brasileiros (*ibidem*).

Mesmo com um extenso litoral brasileiro com vários destinos turísticos categorizados como A e B no Mapa do Turismo e com infraestrutura necessária para receber turistas internacionais o Brasil segue marginal no cenário de competitividade do mercado turístico mundial, Théry (2015, p. 2) atribui isso ao fato de que:

o país sofre com a distância em relação aos grandes países emissores de turistas, aliada a uma imagem de violência endêmica que preocupa os potenciais visitantes, além da competição com outros países semelhantes, particularmente o turismo balneário, cujas praias tropicais no Brasil são muito parecidas com as do Caribe ou da Tailândia.

No cenário turístico brasileiro, em 2017, foram 6.588.770 turistas internacionais, contabilizando os que entraram no país pelas vias área e terrestre, contra 92.151.675 de embarques e 92.149.646 e desembarques de passageiros nacionais em aeroportos brasileiros (MTUR, 2018a). O turismo interno é 15 vezes maior que o turismo internacional, entretanto, o turismo interno ainda pode ser ainda maior do que o divulgado no anuário estatístico, pois, com base no estudo de caracterização e dimensionamento do turismo doméstico

no Brasil – 2010/2011, encomendado pelo MTUR à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o avião correspondeu apenas a 17% das viagens domésticas, considerando lazer, negócios e outros como motivo da viagem, contra 44% das viagens realizadas por carro e 27% das viagens realizadas por ônibus de linhas (FIPE, 2012).

Com o objetivo ilustrativo da dimensão que o turismo interno pode ter no Brasil, aplicou-se aos dados do anuário estatísticos às porcentagens do estudo realizado pela FIPE (2012), tendo como base a média aritmética entre embarques e desembarques como base para a construção da tabela 2, resultando a seguinte projeção:

Tabela 2: Amostra do número de turistas internos por meio de transportes com projeção FIPE (2012) – ano base 2017.

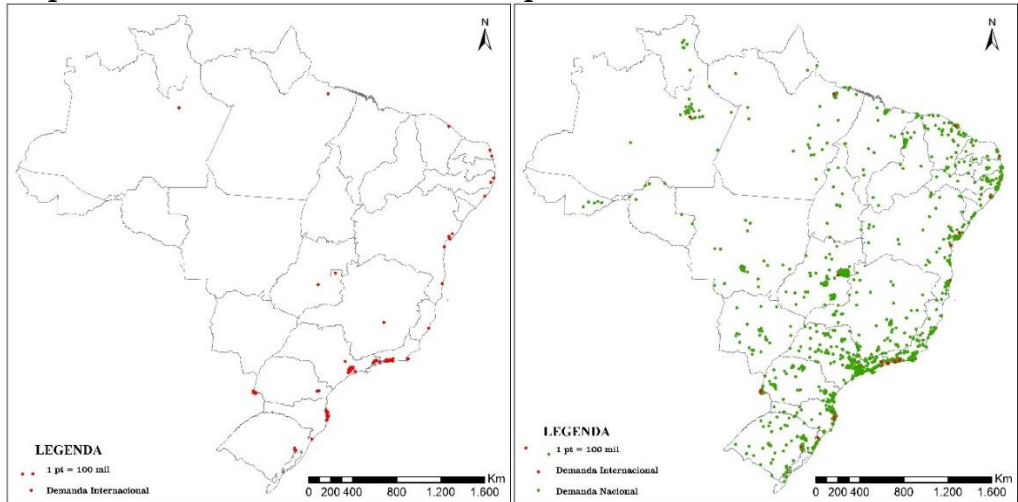
Meio de transporte	%	Número
Carro	44,1	239.049.656
Ônibus de linha	26,9	145.814.870
Avião	17,0	92.150.661
Ônibus de excursão/fretado	4,7	25.476.947
Van / perueiro	2,6	14.093.631
Navio ou barco	1,5	8.130.941
Carona	1,2	6.504.753
Moto	0,8	4.336.502
Outros	1,2	6.504.753
TOTAL	100	542.062.712

Fonte: Adaptado a partir de FIPE (2012) e MTUR (2018).

A tabela 2 não representa o cenário real do turismo interno, mas sim uma projeção possível para o cenário brasileiro para o ano de 2017, que forma um mercado consumidor potencial de 542 milhões de turistas nacionais, 80 vezes o número de turistas internacionais.

Com o Mapa do Turismo também é possível espacializar quais municípios categorizados que são mais frequentados por turistas a partir dos dados de demanda turística nacional e internacional, desta forma, o mapa 4 apresenta uma demanda de 100 mil turistas para cada ponto, sendo os pontos verdes para nacional e os vermelhos para internacional.

Mapa 4: Demanda turística brasileira por 100 mil – 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

A concentração da demanda turística ocorre nas mesmas áreas em que se concentram os estabelecimentos empregos em hospedagem, municípios categorizados entre A e B e os com maiores ICTN, além destacar a proporção desigual entre a demanda internacional e a nacional de turistas.

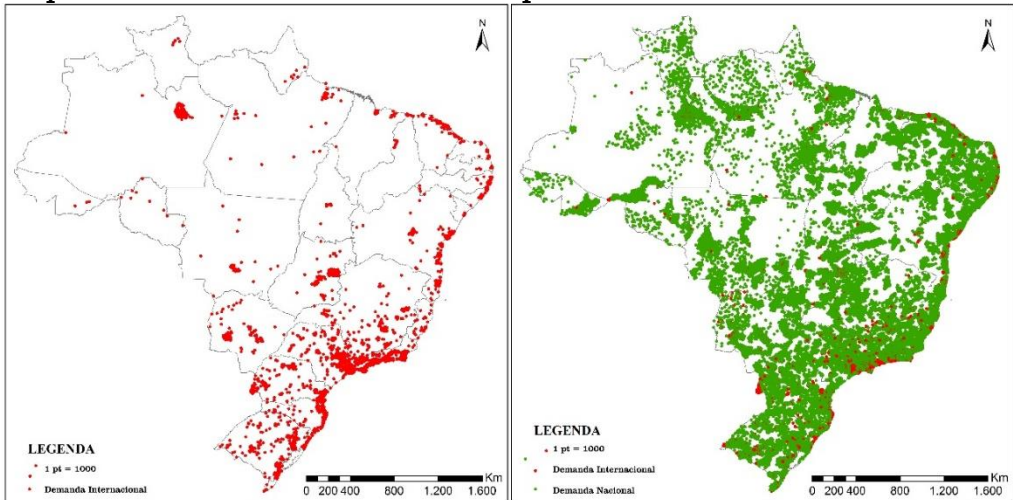
Dos turistas internacionais que o Brasil recebeu em 2017, 62% são da América do Sul, desses, 49% chegaram ao solo brasileiro por via terrestre, destacando a importância da proximidade com os

países vizinhos para o turismo internacional, ao visitarem, principalmente, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Argentina concentra 49% do fluxo turístico do subcontinente ao Brasil, e 40% considerando todos os países, com 2.622.327 de turistas, desses, 52% chegaram ao Brasil por via terrestre, tendo como principal destino o estado do Rio Grande Sul, recebendo em 2017 1.021.639 argentinos, 39% dos argentinos que visitaram o Brasil nesse ano⁴.

O mapa 4 espacializa o cenário dos lugares turísticos eleitos pelo circuito superior do turismo em função da demanda turística a partir de 100 mil por ponto, omitindo os municípios que não atingiram esse número mas possuem demanda turística, como os municípios categorizados em C, D e E. Para espacializar essas localidades, modificou-se a metodologia para que cada ponto no mapa passe a representar 1 mil por ponto, resultando no mapa 5.

⁴ Os dados consultados foram extraídos do anuário estatístico de 2018 (MTUR, 2018a).

Mapa 5: Demanda turística brasileira por 1 mil – 2017.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

Com mapa 5 é possível verificar a demanda turística dos municípios irradiando-se do litoral para o interior do país, mostrando a dinâmica da RLT a partir da participação dos municípios categorizados como C, D e E, que possuem menor demanda, infraestrutura e competitividade turística, marcado pela presença predominante do circuito inferior do turismo.

A participação dos turistas no circuito inferior pode ocorrer de duas formas que dependem da localização, igualmente na definição dos circuitos da economia urbana de Santos (2008, p. 350) que “a partir de uma certa dimensão, distinguem-se dois tipos de circuito inferior, de acordo com sua localização na cidade; um é o circuito inferior central e ou outro o circuito inferior residencial”, nessa perspectiva, a partir do turismo, ocorre um circuito inferior para o turista, que é central e se concentra no nível mais alto da RLT, e o circuito inferior para o veranista, mais periférico por concentrar-se nos níveis mais baixos da rede.

O circuito inferior para o turista localizado nas áreas concentradas caracteriza-se por pequenas atividades comerciais e de serviços, como os ambulantes nos pontos turísticos ou artesanato local, destinados aos consumidores que estão hospedados ou visitando o centro da RLT.

Além das áreas concentrada, esse tipo de circuito inferior também está localizado nos locais turísticos de passagem, que podem estar afastado da área central, mas são dependentes do fluxo de turistas emitido do centro da RLT, marcado pela presença de ambulantes, barracas ou quiosques para oferecer comidas, bebidas e *souvenirs* para os turistas que passam por esses lugares, situação que verificada em Almada (2016) a partir da relação entre a área concentrada do turismo em Natal e os locais turísticos nos níveis mais baixos da rede turística, onde, “[...] os bugueiros [são] os principais responsáveis pela articulação entre essas duas realidades da atividade turística, pois são eles que fazem a conexão direta do turista com hotel cinco estrelas na Via Costeira com o ambulante nas dunas de Santa Rita” (*ibidem*, p.67).

O circuito inferior para o veranista são os lugares turísticos com baixa DTIC localizados nos municípios, predominantemente, categorizados entre C e E no Mapa do Turismo, situados nos níveis mais baixos da RLT e tem como público alvo veranistas que moram no entorno, com baixo poder aquisitivo, que nos fins de semana e feriados frequentam esses lugares para lazer e recreação, conforme identificado por Théry (2015, p.7), onde:

[...] os mais pobres frequentam principalmente a sua própria região, acessível de carro e onde eles podem ficar com parentes ou amigos. Os destinos mais populares estão localizados perto do local de

residência, e cerca de 70 % dos fluxos ocorrem na região de residência.

Esses são lugares turísticos produzidos pelos agentes do circuito inferior do turismo destinado aos mais pobres, que não podem consumir os produtos turísticos das áreas centrais, uma parcela da população que faz parte da lógica do circuito inferior.

Nessa relação o poder aquisitivo dos turistas influencia diretamente de como o mercado e o Estado vão usar e produzir o espaço geográfico, enquanto os mais pobres frequentam o circuito inferior o poder aquisitivo dos turistas:

[...] que têm mais recursos permitiu a criação de zonas turísticas bem equipadas próximas das grandes cidades, como Porto Seguro, na Bahia (que também atrai turistas do Sudeste e do Sul), Balneário Camboriú, em Santa Catarina para clientes do Sul (e Argentinos), e especialmente o litoral norte de São Paulo. A abertura da estrada costeira Rio-Santos criou uma série de estâncias turísticas entre Praia Grande e Santos, e o limite do Estado do Rio de Janeiro, como Guarujá e Ubatuba, que aparecem no mapa, e outros que também estão nele, Bertioga, Maresias, São Sebastião e Caragatatuba (THÉRY, 2015, p. 8).

Considerações finais

Discutir o território usado e a produção do espaço pelo turismo a partir da teoria dos circuitos da economia urbana não se trata de uma nova teoria, mas de uma aplicação temática em que os circuitos espaciais da economia do turismo não são um setor a parte, igualmente ao circuito superior e inferior, mais sim um subsetor que faz parte de um todo, ligado a uma totalidade maior.

A partir da realidade brasileira, participam do território usado pela RLT o Estado, o Mercado e os Turistas, que atuam de modo distinto em cada um dos setores, onde o nível de participação de cada um deles implica na maior ou menor presença de cada um dos circuitos da economia urbana no lugar turístico.

O Mercado turístico que opera no espaço geográfico pela lógica do circuito superior é o agente diretamente beneficiado pelos investimentos do Estado brasileiro no setor turístico, acumulando quase R\$95 bilhões entre 2003-2017 de investimentos públicos, em contrapartida, as atividades do circuito inferior que não se resumem apenas ao comércio informal ou a atividade de ambulantes, mas sim um complexo número de atividades interdependentes com o circuito superior, tem como a ação do Estado, representado pelo município, a normatização, fiscalização e a repressão ao invés de medidas para subsidiar o fortalecimento econômico desses atores, agindo de forma antagônica ao circuito superior do turismo.

A demanda turística associada ao poder compra dos turistas, que consomem produtos e serviços nos dois circuitos da economia, são fundamentais na invenção dos lugares turísticos, tendo um circuito inferior para o turista e outro para o veranista, o primeiro marcado pela coexistência das atividades econômicas dos dois circuitos, onde o turista que se hospeda nos hotéis das áreas centrais da RLT também consome dos ambulantes, e o segundo, pelos turistas com menor poder aquisitivo que frequentam áreas mais distantes da RLT, onde predomina o circuito inferior, em busca de melhores preços e se hospedando em casa de amigos ou parentes.

A produção do espaço e o território usado na RLT depende da combinação do Estado, Mercado e Turistas, onde, quanto maior a presença do Estado, maior será concentração do Mercado e maior

será o fluxo de turistas de um determinado lugar turístico, resultando em uma produção desigual e combinada pelos circuitos superior e inferior do turismo, onde esse é tratado nas políticas públicas como um problema para ser superado para o desenvolvimento turístico.

Referências bibliográficas

ALMADA, José Alexandre Berto de. A reestruturação produtiva e o circuito inferior do turismo nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, Extremoz – RN. *Interespaço*. v. 2, n. 6, 2016, p. 60-83.

_____. Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. *Interespaço*. v. 4, n. 15, 2018, p.197-221.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (coord.). *Índice de competitividade do turismo nacional*: relatório Brasil 2015. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

BRASIL, *Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992*. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

_____. *Lei nº11.771, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010*. Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

_____. *Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015*. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

BRAZIDEC, Nicolas Le. Une approche géographique du tourisme intérieur dans un pays émergent : l'exemple du Brésil. *Confins*. N.10, 2010.

BRUNEL, Sylvie. Turismo e mundialização: rumo a uma disneylandização? *Mercator*. A. 08, N.15, 2009, p 7-18.

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v.24, n.1, p.5-12, 1980.

CADENA, Irigoy. *La urbanización turística como 'solución espacial'*. agentes, planeamento y propiedad em la playa de Palma y Magaluf (Mallorca). Universitat de les illes Balears, 2015.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). *Mercator*. V.15, n.1, Fortaleza, 2016, p.87-99.

CHADWICK, George. *Models of urban and regional systems in developing countries: some theories and their application in physical planning*. Oxford, Pergamon Press, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.

FIPE. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011*. São Paulo, 2012.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Edurfn: Natal, 2005.

IPEA. *Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo*. Caracterização da ocupação formal no turismo, com base nos dados da RAIS de 2002 e 2006, e da ocupação informal no turismo, com base nos dados da PNAD de 2002 e 2006. Brasília, 2008.

_____. *Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014*. Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. Brasília, 2015.

_____. *Extrator de dados IPEA*. 2018. Disponível em << <http://extrator.ipea.gov.br/>>>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

KNAFOU, Rémy. Turismo e território. “Por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri (org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

KNAFOU, Rémy; *et al.* Une approche géographique du tourisme. *Espace géographique*. T. 26, n°3, 1997. pp. 193-204;

MIOSSEC, Jean-Marie. Un modèle de l'espace touristique. *Espace géographique*. T. 6, n°1, 1977, p. 41-48.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*. v. 5, n. 2, Natal, 2017, p. 238-259.

MEDEIROS, Thiago Belo de. *O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana: um estudo a partir da praia de Ponta Negra – Natal/RN*. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRN, 2014.

MONTENEGRO, Regitz Marina. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), USP, 2006.

MTUR. *Relatório Individual por Destino Turístico – 2015*. 2016. Disponível em <<<http://www.turismo.gov.br/assuntos/6038-relat%C3%B3rio-individual-por-destino-tur%C3%ADstico-2015.html>>>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

_____. *Mapa do Turismo Brasileiro*. 2017b. Disponível em << <http://dados.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro>>>. Acesso: 4 abr. 2018.

_____. *Anuário estatístico do turismo – 2018*. Ano base 2017. Volume 45. Brasília, 2018a.

_____. *Plano nacional de turismo 2018-2022*. Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, 2018b.

NATAL. *Decreto n.º 10.949 de 08 de janeiro de 2016*. Institui Grupo de Fiscalização para Orla de Ponta Negra – Natal/RN.

NAVEGANTES. *Lei n.º 3224 de 27 de setembro de 2017*. Autoriza o município de Navegantes, a efetuar a regulamentação do comércio

de ambulante na temporada de veraneio, e dá outras providências. 2017a

_____. *Resultados da pesquisa de demanda turística Navegantes alta temporada e carnaval 2017*. 2017b. Disponível em <<<http://www.navegantes.sc.gov.br/c/turismo>>>. Acesso em 08 de nov. 2018.

RIO DE JANEIRO. *Lei Nº 6272 de 01 de novembro de 2017*. Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.876/1992, que dispõe sobre o Comércio Ambulante do Município e dá outras providências.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVEIRA, María Laura. Circuitos de la economía urbana y nuevas manifestaciones del comercio metropolitano. *Cidades*. v.11, n.18, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THÉRY, Herve. Lieux et flux du tourisme intérieur brésilien. *Via Tourism Review*. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Relatório de Avaliação de Programa: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Brasília, 2004.

Submetido em: 14 de junho de 2019.

Devolvido para revisão em: 06 de fevereiro de 2020.

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2020.

Como citar este artigo:

ALMADA, José Alexandre Berto de. A teoria dos dois circuitos da economia urbana aplicada ao turismo a partir do Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 362-404, jan.-jun./2020.

**JUSTIÇA AMBIENTAL: MÚLTIPLAS
ABORDAGENS E ESCALAS
ESPACIAIS**

*ENVIRONMENTAL JUSTICE: MULTIPLE
APPROACHES AND SPATIAL SCALES*

*LA JUSTICE ENVIRONNEMENTALE: DE
MUTIPLES APPROCHES ET ÉCHELLES
SPATIALES*

GRAZIELE MUNIZ MIRANDA

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) –
Boituva/SP.

E-mail: gmunizmiranda@gmail.com

Resumo: A relação entre as reivindicações socioambientais decorrentes da atual ampliação das desigualdades sociais e degradações ambientais motivam o uso de múltiplas terminologias. Neste âmbito, o conceito justiça ambiental teve início entre o final da década de 1970 e início de 1980 nos Estados Unidos, sendo ligado ao racismo ambiental. O termo foi disseminado mundialmente e passou a ser utilizado por diferentes pesquisadores e discursos políticos. Este artigo busca analisar criticamente, por meio de revisão bibliográfica, as múltiplas abordagens ligadas ao conceito de acordo com as diferentes escalas espaciais. Evidencia-se um pluralismo de discursos e significados, abordagens e temas. Dentre os principais desafios para sua implementação estão o sistema de mercantilização do meio ambiente, a modernização ecológica, a defesa de interesses particulares, as abordagens descendentes e a dificuldade de reconhecimento dos atores locais.

Palavras-chave: justiça ambiental, racismo ambiental, mobilização.

Abstract: The relationship between social and environmental demands resulting from the current widening of social inequalities and environmental degradation has motivated the use of multiple terminologies. In this context, the concept of environmental justice began in the late 1970s and early 1980s in the United States, being linked to environmental racism. The term has been disseminated worldwide and began to be used by different researchers and political discourses. This article seeks to critically analyze, by means of a bibliographic review, the multiple approaches linked to the concept according to different spatial scales. There are a pluralism of discourses and meanings, approaches and themes. Among the main challenges for its implementation are the system of environmental mercantilization, ecological modernization, defense of particular interests, top-down approaches and the difficulty of recognition of local stakeholders.

Keywords: environmental justice, environmental racism, mobilization.

Résumé : La relation entre les demandes sociales et environnementales résultant de l'aggravation actuelle des inégalités sociales et de la dégradation de l'environnement a motivé l'utilisation de multiples terminologies. Dans ce contexte, le concept de justice environnementale a vu le jour à la fin des années 1970 et au début des années 1980 aux États-Unis, étant lié au racisme environnemental. Le terme a été diffusé dans le monde entier et a commencé à être utilisé par différents chercheurs et discours politiques. Cet article cherche à analyser de manière critique, par moyen d'une revue bibliographique, les multiples approches liées au concept selon les différentes échelles spatiales. Il existe un pluralisme de discours et de significations, d'approches et de thèmes. Parmi les principaux défis à relever pour sa mise en œuvre figurent le système de mercantilisation de l'environnement, la modernisation écologique, la défense d'intérêts particuliers, les approches descendantes et la difficulté de reconnaissance des acteurs locaux.

Mots-clés: justice environnementale, racisme environnemental, mobilisation

Introdução

Desde a década de 1970, inúmeras conferências internacionais têm ocorrido englobando questões ambientais, de modo a promover a incorporação do tema nas agendas políticas governamentais. Entretanto, os discursos e práticas ambientais desenvolvidos desde então possuem características que fragilizam a compreensão das reais causas do problema.

Primeiro, apesar dos pilares da sustentabilidade relacionarem-se a questões de cunho econômico, social e ambiental, na prática, governos e instituições têm focado as questões de cunho econômico e ambiental em detrimento das questões sociais (BOFF, 2017). Em outras palavras, salienta-se os efeitos da questão ambiental (como desmatamento, aquecimento climático e todo tipo de poluição) buscando-se soluções tecnológicas e pouco se discute sobre as causas dos problemas ambientais (GOMES, 2013; RODRIGUES, 2016).

Outro ponto é o fato das ações paliativas promovidas por governos e empresas privadas basearem-se na visão individualista da proteção ambiental, pautada no neoliberalismo. A ideia de que “se cada um fizer sua parte, teremos um mundo melhor” é reflexo do atual modo de produção e consumo, que privilegia o individualismo (GOMES, 2013; SOUZA, 2015) e a propriedade privada em detrimento do coletivo.

Além disso, as práticas ambientais não se sustentam na prática porque a razão da expansão e manutenção do sistema capitalista é o consumo desenfreado proporcionado pela obsolescência programada (RODRIGUES, 2016) e a exploração intensa dos meios de produção, tanto da matéria-prima (natureza) quanto do homem (trabalho) (SOUZA, 2015). Desse modo, as contradições do modelo atual de

produção capitalista reproduzem e intensificam múltiplas injustiças ambientais, que são, acima de tudo, sociais.

Pode-se fazer uma ligação entre o surgimento dos movimentos por justiça ambiental e as ideias de hegemonia, contra-hegemonia e não-hegemonia, discutidas por Withanachchi et al. (2013) e Miranda e Reynard (2020). Hegemonia (*hegemony*, em inglês) diz respeito ao processo político baseado em um consentimento geral, havendo uma aceitação de ideias que são apoiadas por recursos materiais e instituições. Porém, a hegemonia pode ser contestada e fragilizada, sendo seu espaço de oposição chamado de contra-hegemonia (*counter-hegemony*). Estratégias de contra-hegemonia buscam construir consenso em torno de um movimento político, tratando-se de um meio para mudar a hegemonia dominante. Por outro lado, uma estratégia baseada em não-hegemonia indica políticas dispersas e singulares, em que não há pretensões de se obter consenso.

Desse modo, a hegemonia é refletida nas práticas ambientais atuais, que são definidas por instituições (como a ONU, por intermédio de suas agências) e órgãos financiadores internacionais (como o Banco Mundial e o FMI) segundo a lógica do neoliberalismo. Tal estratégia hegemônica é executada por governos, que assinam os acordos internacionais. Neste sentido, Souza (2005) destaca que a ideologia dominante possui uma necessidade obsessiva de formar consenso. Por outro lado, experiências de contra-hegemonia existem por meio de movimentos que buscam relacionar os impactos ambientais a questões sociais.

Um exemplo refere-se ao movimento por justiça ambiental estadunidense, surgido no fim da década de 1970 e início da década de 1980, contestando a sujeição desigual aos ônus ambientais gera-

dos por fábricas poluidoras. Inicialmente ligado ao racismo ambiental, o conceito ganha repercussão internacional e passa a envolver diferentes abordagens, além da questão racial. As lutas passam a ser diversas e possuem em comum o fato dos problemas ambientais concentrarem-se sobretudo em áreas onde vivem minorias étnicas ou populações de baixa renda. Tal movimento ganhou força política e influenciou alterações no quadro legal daquele país.

Ainda que as discussões relacionadas à justiça ambiental tenham ganhado força atualmente, sobretudo por teóricos e movimentos locais e regionais, situações de injustiças ambientais não são novas e variam tanto do ponto de vista histórico quanto espacial. Na América Latina, por exemplo, injustiças ambientais sob a forma de expropriação dos recursos naturais para as metrópoles europeias ocorrem desde o período colonial. Do ponto de vista da escala espacial, entendida aqui como a área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional ou global) (CORRÊA, 2016), o modelo hegemônico atual, pautado no capitalismo financeiro (escala global), extrai massivamente os recursos naturais das populações menos influentes e mais desfavorecidas (escala local e regional) em benefício das mais privilegiadas.

O presente artigo busca discutir as diferentes abordagens do conceito de justiça ambiental e como tais variações ocorrem de acordo com a escala espacial analisada. Quanto à metodologia, este estudo caracteriza-se por ser qualitativo, exploratório, bibliográfico e teórico, baseado em livros e artigos relacionados à justiça ambiental.

Analisa-se primeiramente alguns conflitos socioambientais anteriores ao conceito justiça ambiental como se conhece atualmente. Em seguida, focaliza-se nas origens do conceito como movimento organizado nos Estados Unidos e em suas diferentes acepções. A seção

seguinte indica como movimentos e pesquisas sobre justiça ambiental possuem diferentes abordagens e escalas. Por fim, este trabalho identifica os principais desafios atuais para a aplicação da justiça ambiental.

Conflitos socioambientais anteriores ao conceito atual de justiça ambiental

A exploração de recursos naturais e a degradação das condições de vida (ou extermínio) de grupos étnicos e raciais não é um fenômeno recente. Isso ocorreu, por exemplo, durante a fase do capitalismo comercial, período em que as metrópoles europeias buscavam extrair riquezas e produtos das colônias na América, África e Ásia.

A própria América Latina pode ser considerada uma histórica zona de sacrifício (PLACIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2018). O termo faz referência a áreas que tenham sido degradadas, contaminadas ou até mesmo tornadas inabitáveis em troca de algum tipo de benefício, como vantagem militar ou tecnológica, progresso científico, ou benefício econômico (REINERT, 2018). Desse modo, para que algo ou alguém seja beneficiado, alguém é sacrificado.

Com o chamado capitalismo industrial, a exploração dos recursos naturais (e humanos) intensificou-se, sobretudo nos países industrializados desenvolvidos. A consolidação do regime fordista, em meados do século passado, proporcionou uma intensa produção, acarretando aumento da exploração dos recursos naturais e crescimento da deposição de rejeitos e emissão de poluentes (GOMES, 2013). Como solução, em meados do século XX, passa-se a instalar fábricas poluentes em países subdesenvolvidos, onde as leis ambientais, quando existentes, eram incipientes e pouco restritivas, além da força de trabalho ser menos custosa.

Porém, de modo contraditório, observa-se nas décadas seguintes a emergência de discursos e práticas antagônicas referentes às questões ambientais. Por um lado, promove-se a chamada obsolescência programada, que consiste na diminuição da durabilidade dos produtos em curto período de tempo para que sejam substituídos rapidamente (GUILTINAN, 2009). Com isso, visa-se aumentar o consumo a fim de dar vazão ao excedente de mercadorias produzidas.

Por outro lado, passam a acontecer inúmeras conferências e debates internacionais, que, com o passar dos anos, assumem paulatinamente um caráter reformista, abordando conteúdos e práticas em um formato específico, dominante e padronizado (GOMES, 2013). Trata-se do modelo hegemônico refletido nas políticas relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para Rodrigues (2016, p. 211), “os discursos sobre o meio ambiente têm a finalidade de permitir a continuidade da produção de mercadorias e garantir a apropriação privada de riquezas, reafirmando a ideologia dominante”.

Origens do conceito de justiça ambiental

O movimento justiça ambiental como iniciativa organizada começou no final da década de 1970 e início de 1980, lutando contra poluições locais que afetavam desproporcionalmente comunidades negras e desfavorecidas nos Estados Unidos (ACSELRAD, 2002; BULLARD; WRIGHT, 1993; MARTINEZ-ALIER, 2017). De acordo com Martinez-Alier (2014), alinhava-se às ideias de mobilização social pelos direitos civis iniciadas em meados do século XX por Martin Luther King e possuía relação com o Movimento Sindical de Trabalhadores Agrícolas *United Farm Workers*.

Dessa forma, várias associações localizadas em centros de cidades e áreas industriais passaram a protestar contra a poluição

do ar e a concentração de rejeitos perigosos, como o chumbo. Para Acselrad (2010, p. 110):

“a estratégia ancorada na noção de justiça ambiental (...) identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos”.

Desse modo, a desigualdade socioespacial não se restringe a questões econômicas, mas igualmente ao ônus ambiental frequentemente concentrado em comunidades de grupos desfavorecidos. Assim, existe um tautocronismo locacional entre determinados grupos raciais e exposições a fontes poluentes.

Na década de 1990, o movimento por justiça ambiental ganhou força nos Estados Unidos por meio de discursos oficiais. Nessa época o movimento restringia-se a situações de exposição excessiva aos riscos tóxicos e industriais de grupos já discriminados, como trabalhadores negros, hispânicos, asiáticos, pobres e grupos indígenas, cuja saúde é afetada de modo desproporcional. Com esta concepção, centrado em questões de justiça distributiva, o movimento contribuiu para introduzir a justiça ambiental em certas leis federais nos Estados Unidos. Além disso, colaborou com organizações e comunidades acadêmicas internacionais para a difusão das ideias de justiça ambiental.

A primeira cúpula nacional e internacional do movimento, *First National People of Color Environmental Leadership Summit*, em Washington D.C, foi organizada em 1991 por associações afro-americanas e reuniu mais de 300 dirigentes dos Estados Unidos, Canadá, América Latina e Ilhas Marshall (NAOUFAL, 2016). O primeiro encontro foi seguido de um segundo, reunindo 1400 pessoas,

dentre militantes locais, estudantes, pesquisadores, planejadores, analistas políticos e representantes de governos (BULLARD; WRIGHT, 1993). Tal mobilização resultou em duas dúzias de documentos políticos que mostram poderosas disparidades ambientais e de saúde entre pessoas negras e brancas. Segundo os mesmos autores, no Festival de Música Essence de 2002 em Nova Orleans, a Rede Nacional de Justiça Ambiental Negra (NBEJN) lançou sua Campanha Comunidades Saudáveis e Seguras, contra o envenenamento por chumbo na infância, asma e câncer na comunidade negra.

A influência do movimento estadunidense no Brasil ocorreu nesse mesmo período. Acselrad (2010) aponta que em 1998 algumas redes do movimento de justiça ambiental estadunidense encontraram-se com organizações brasileiras, sobretudo ONGs e grupos acadêmicos para formar alianças. Como resultado, foram publicados materiais sobre sindicalismo e justiça ambiental (IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ, 2000).

Em seguida, ocorreu em 2001 o Seminário Internacional de Justiça Ambiental e Cidadania, reunindo estadunidenses e brasileiros, e foi criada, no mesmo ano, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2010). Tal aproximação colaborou para expandir a abrangência das denúncias no Brasil para além da questão racial, incluindo discussões acerca da garantia de políticas igualitárias aos diferentes grupos sociais (étnicos, raciais e de classes), direitos justos e equitativos aos recursos ambientais, amplo acesso à informação sobre os recursos e sua destinação, assim como processos democráticos e participativos.

Significado de justiça ambiental

Existem diferenças em relação ao significado do conceito de justiça ambiental para os movimentos de justiça ambiental e para os teóricos. Os movimentos oferecem uma noção mais pragmática e ampla de justiça ambiental do que os acadêmicos. Ativistas frequentemente percebem sua identidade desvalorizada e relacionam a defesa de sua comunidade à busca por respeito, ligado diretamente à ampliação da participação em processos decisórios (SCHLOSBERG, 2007); sem restringirem o termo a uma única definição. Nesse caso, o conceito possui uma forte carga ideológico-simbólica.

Ainda que a definição do conceito possa variar de acordo com os autores, Schlosberg (2007) busca compreendê-lo por meio de quatro dimensões:

Distribuição: A ampla maioria dos trabalhos relacionados à justiça ambiental, tanto de estudos de caso quanto teóricos, evidenciam a desigualdade na distribuição de bens e serviços onde vivem minorias (ou majorias) negras, pobres e comunidades autóctones. Reivindicam, assim, que os impactos ambientais sejam distribuídos espacialmente de forma igualitária entre os diferentes grupos étnicos e sociais.

Reconhecimento: Trata-se da compreensão de que existe uma forte ligação entre a desvalorização racial e social e a distribuição desigual de danos ambientais. Os ativistas percebem esta relação e lutam por sua identidade cultural. Como exemplo, podemos citar as lutas indígenas por demarcação de terras e reconhecimento cultural e as reivindicações por direitos civis das comunidades negras nos Estados Unidos.

Participação: Reivindicações por direito à voz em comunidades marginalizadas têm se tornado comum em movimentos por justiça ambiental. Questões como racismo, classismo, xenofobia, etc. são

obstáculos estruturais para a participação política de grupos excluídos.

Capacidade: Relaciona-se ao pleno funcionamento das capacidades básicas necessárias para que os indivíduos possam viver plenamente com dignidade. Dito de outra forma, trata-se do respeito aos direitos básicos dos seres humanos.

Dessa forma, todas as dimensões supramencionadas relacionam-se entre si. De acordo com Rammê (2012), do ponto de vista filosófico, tais dimensões não representam apenas interesses humanos individuais, mas o bem comum para grupos humanos, outras formas de vida e a própria natureza em si. Assim, o autor amplia a perspectiva de justiça ambiental para considerar a justiça intrageracional, a justiça intergeracional e a justiça interespécies (ou biosférica).

Para o mesmo autor, a justiça intrageracional refere-se à injusta distribuição do espaço ambiental e do equilíbrio ecológico que atinge as gerações contemporâneas devido às desigualdades do poder. Assim, está diretamente relacionada à necessidade de repartição equânime sobre os direitos ao patrimônio natural da Terra. Abordando o futuro da humanidade, a justiça intergeracional concerne as relações entre os seres humanos vivos e as gerações futuras. A justiça interespécies indica que, além da justa distribuição ambiental, deve-se reconhecer os seres vivos não humanos e a própria natureza em si como sujeitos de justiça.

Ainda que a justiça ambiental seja plural e de difícil conceituação, a mesma ressignificou não apenas a questão ambiental, mas trouxe um alerta para a importância das questões de cunho social e econômico (ACSELRAD, 2010). Tais injustiças (sociais, econômicas e ambientais) são mais acentuadas no atual período pós-fordista, que alastra processos de exclusão em diferentes dimensões e escalas. Tal

fenômeno ocorre em convergência ao processo de exclusão social, discutido por Haesbaert (2014, p. 318):

“A exclusão social é multidimensional (em hipótese alguma apenas de ordem econômico-financeira), dinâmica ou mutável (e historicamente definida), encontra-se espacialmente contextualizada (não apenas ao nível de indivíduo-família, mas também de circunvizinhança e “comunidade”), é relacional muito mais do que meramente distributiva (depende da participação/integração social e das relações de poder) e implica um tipo de descontinuidade (mas não a completa separação) na relação entre os “excluídos” e o restante da sociedade.

Relacionando as injustiças ambientais à intensa desigualdade social atual, Placido, Castro e Guimarães (2018, p.13) apontam que:

“(...) a mesma estrutura de classe social que determina a desigual distribuição da riqueza e dos canais de acesso aos centros decisórios, também determina a desigual distribuição dos riscos ambientais e da poluição, afetando, portanto, a qualidade de vida destes indivíduos” (PLACIDO, CASTRO e GUIMARÃES, 2018, p. 13).

Resumidamente, as múltiplas abordagens de justiça ambiental envolvem aspectos ligados à localização diferenciada das externalidades ambientais negativas entre os agentes sociais, de acordo com suas origens étnicas, raciais ou da classe social a qual pertencem, historicamente definidas e espacialmente contextualizadas. Indo mais além, não se trata apenas de mover os impactos ambientais para outras áreas, mas de repensar o modo de produção capitalista e sua forma predatória de utilizar os recursos finitos e destruir a biodiversidade.

Amplitude de abordagens e escalas

O movimento por justiça ambiental possui historicamente estreita ligação com o racismo ambiental. Porém, a maioria das pesquisas e movimentos atuais relacionados ao conceito não estão diretamente ligados a questões raciais. De acordo com a escala espacial analisada (global, nacional, regional e local), os discursos e interesses podem divergir ou se interligar.

Percebe-se que discursos hegemônicos promovidos por instituições internacionais e agências financiadoras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (escala global) definem as normas a serem implementadas pelos Estados (escala nacional), responsáveis pela edição de leis. Por outro lado, os impactos (não apenas ambientais, mas sobretudo sociais) ocorrem principalmente em escala local, afetando de modo desproporcional os grupos desprivilegiados.

Rodrigues (2016) utiliza diferentes termos para relacionar o papel dos diferentes atores e escalas na questão ambiental, que é antes de tudo social. Define o termo *agente definidor* da hegemonia ambiental atual como sendo a ONU, por intermédio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMMD) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Rio 92). A autora considera o Banco Mundial e o FMI os *agentes determinantes*, por concretizarem a hegemonia do pensamento neoliberal e definirem políticas espaciais e territoriais ao financiarem Estados emergentes e em vias de desenvolvimento. Por outro lado, os *agentes executores* são os países que, ao assinarem os acordos internacionais, são reféns das normas impostas. Os *agentes*

produtores e promotores são tipicamente capitalistas, como os promotores imobiliários, os proprietários de terra e os loteadores, bem como o Estado. Acrescentamos aqui o termo “agentes resultantes” para considerar os grupos étnicos, raciais e desfavorecidos, que sentem desproporcionalmente os ônus ambientais em escala local.

Haesbaert (2014) utiliza o conceito de “glocalização” como sendo um conjunto de situações locais que sofrem interferências da escala global. Desse modo, o capitalismo pós-fordista atual, ao promover a flexibilização (e a precarização) do trabalho, a obsolescência programada dos produtos, o individualismo e as privatizações (por meio do pensamento neoliberal), acentua as desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Porém, os discursos ambientais, sobretudo por parte de instituições e pesquisadores situados em países nórdicos, mormente camuflam os aspectos sociais da justiça ambiental. Em outras palavras, enfatizam os efeitos e não as causas dos problemas ao salientarem questões relacionadas ao aquecimento climático e à energia em escala regional e global (SCHLOSBERG, 2013; SNELL, FAIRBROTHER, 2013; PADDEU, 2016; HEFFRON, McCAULEY, 2018).

No Sul, pesquisadores e movimentos enfatizam questões relacionadas à exploração histórica e estrutural. A América Latina, por exemplo, se caracteriza por nações formadas por sociedades historicamente muito desiguais. Nas últimas décadas, aumentaram as lutas políticas e sociais em um período de redemocratização (pós governos ditatoriais) propício à expressão de reivindicações socioambientais.

No início dos anos 1990, o economista ecológico Joan Martinez-Alier e o historiador Ramachandra Guha criaram o conceito de

ecologismo dos pobres, defendendo a criação de um termo mais específico para o tipo de ambientalismo vivenciado na América Latina. Tal ecologismo, diferente daquele existente nos países mais ricos, indica que as pessoas pobres dos países pobres se mobilizam não guiadas por conceitos abstratos de respeito à natureza, mas pela situação concreta de deterioração do ambiente em que vivem e pela falta de acesso a recursos básicos (FOLCHI, 2019).

Martinez-Alier (2017) aponta a reivindicação, nas Nações Unidas, de governos de países relativamente pobres quanto ao pagamento da dívida ecológica, ou débito ecológico, por nações desenvolvidas. O termo “dívida ecológica” passa a ganhar destaque em 1991 por organizações de justiça ambiental latino-americanas. Para seus defensores, os maiores poluidores climáticos (países desenvolvidos) não adotaram/adotam medidas necessárias e efetivas para lidar com o aquecimento climático global, apesar de admitirem sua responsabilidade. Dessa forma, os países do Sul são como “fumantes passivos” sofrendo os impactos de uma crise gerada pelos ricos e seus elevados padrões de consumo e emissões. Além disso, o autor (Id, 2017, p. 35) indica que “(...) muito da indústria pesada nos países desenvolvidos foi realocada para os países em desenvolvimento, em busca de energia e trabalho baratos”. Assim, a região vem sendo exposta aos riscos causados pelo modo de vida e pelas transferências de ônus ambiental dos países ricos.

Ainda que a exploração e a exportação de matérias-primas não sejam atividades novas na América Latina, Svampa (2013) denuncia o atual “Consenso das Commodities”, baseado na exportação de bens primários em larga escala na região. Tal realidade sustenta-se em uma nova ordem econômica e político-ideológica fundamentada pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e bens

de consumo demandados pelos países centrais e potências emergentes. Tal realidade intensificou a construção de megaprojetos tendentes ao controle, extração, exploração e exportação de bens naturais. Além disso, o processo é acompanhado pela perda da soberania alimentar, aumento de conflitos agrários e diversas formas de injustiças ambientais. Para a autora (Id, 2013, p. 34):

El neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana.

Para Acsehrad (2010, p. 11):

(...) como para a expansão da monocultura do eucalipto, perdem os quilombolas suas terras e fontes de água; como, para a expansão da soja transgênica, são inviabilizadas as atividades dos pequenos agricultores orgânicos; como, por causa da produção de energia barata para as multinacionais do alumínio, perdem os pescadores e ribeirinhos do Tocantins sua capacidade de pescar; como, para a produção de petroquímicos, perdem os trabalhadores sua saúde pela contaminação por poluentes orgânicos persistentes.

O atual paradigma da economia verde, promovido a partir do contexto da crise econômica de 2008, vem sendo incentivado por instituições internacionais, como a ONU, e incorporado por grande parte dos governos internacionais. Visa, por meio de inovações tecnológicas, impulsionar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reduzir a pobreza e preservar os recursos naturais (MATZEMBA-

CHER; MEIRE, 2020). Por trás do discurso hegemônico, seguem prioritários o lucro e o crescimento econômico. A proposta não interrompe os excessos do capitalismo, mas constrói-se sobre eles.

Em âmbito urbano, as injustiças ambientais são vivenciadas de diferentes modos. As sociedades atuais vivem sobretudo em aglomerações urbanas e “é no urbano que os chamados “problemas ambientais” ganham relevância” (RODRIGUES, 2016, p. 219). Diferentes papéis e interesses são percebidos de acordo com os agentes em questão. Moradores vivendo em áreas precárias são na realidade vítimas da elevada especulação imobiliária e concentração de renda, sobretudo em grandes cidades. Buscam abrigos em áreas precárias, tentando sobreviver em meio à falta de infraestrutura básica (como saneamento e meios de transporte). Ao mesmo tempo, são considerados muitas vezes “culpados” pelos problemas ambientais do meio onde vivem. Por outro lado, grandes loteamentos fechados em áreas verdes, bem como empreendimentos causadores de impactos ambientais (e sociais), são considerados promotores da “sustentabilidade”.

Assim, impactos sociais e ambientais locais são causados por interesses de agentes promotores e decisores situados em diferentes esferas de poder. Porém, a “culpa” pelos problemas ambientais recai mormente no âmbito individual. Assim, a visão dominante do “pensar global, agir local” faz com que a responsabilidade pelo aumento do uso de recursos e geração de rejeitos recaia sobre o consumidor, sem discutir o papel dos agentes produtores. Para Sposito (2016), existe ainda, no plano ideológico, a ideia utópica de ser possível atingir uma “justiça” por meio da participação de todos na sociedade de consumo.

Desse modo, as contradições entre os discursos e as práticas atuais, pautadas no modo de produção capitalista, evidenciam as relações entre as diferentes escalas espaciais, inclusive entre o rural e o urbano. Um exemplo é o aumento significativo de doenças causadas por vírus provenientes de animais selvagens. Quinze anos antes da pandemia da doença COVID-19 afetar o sistema de saúde e a economia mundial em 2020, pesquisadores (WOLFE et al., 2005) alertavam sobre a emergência de novas doenças zoonóticas, como a SARS, serem causadas sobretudo por mudanças antropogênicas nos habitats dos animais selvagens, além de alterações climáticas. Com o desmatamento de grandes florestas tropicais para pasto ou mineração, vírus antes presentes apenas em animais selvagens passaram a se hospedar em animais domesticados.

Gottdenker et al. (2014) analisaram mais de trezentos artigos científicos correlacionando mudanças no uso do solo (desmatamento, desenvolvimento da agricultura/irrigação, urbanização) e o aumento na transmissão de doenças zoonóticas. Na mesma direção, Chua (2003) aponta que o desmatamento de florestas tropicais na Malásia e Singapura para criação de porcos para exportação permitiu que o Nipah vírus passasse a se hospedar nos porcos domésticos, causando com isso um surto da doença entre os seres humanos da região. Ainda que tais pesquisas sejam da área das ciências biológicas e não incluam o termo justiça ambiental em suas discussões, demonstram que impactos em áreas como a saúde são causados por alterações de cunho social, econômico e ecológico, como desmatamentos, falta de saneamento básico e violação de direitos humanos.

Um conceito que permite ampliar as discussões sobre as crises ambientais e as disputas sociais refere-se à ecologia política.

Ainda que a literatura sobre justiça ambiental e ecologia política se relacionem, Swyngedouw (2017, p. 78) apresenta suas diferenças:

“Ao passo que a literatura de justiça ambiental é focada principalmente em padrões de desigualdade socioespacial e os procedimentos políticos através dos quais eles são mediados, a literatura da ecologia política urbana (...) preocupa-se primeiramente com os processos político-econômicos envolvidos na reformulação de articulações entre humanos e não-humanos e a produção de desigualdades socioambientais. Esses processos não são plano de fundo para a desigualdade social, mas constituem essa desigualdade social de maneira ativa, e, portanto, não podem ser ignoradas”.

Dessa forma, a ecologia política enfatiza o poder na ecologia dos seres humanos (MARTINEZ-ALIER, 2017). Dito de outro modo, estudos de ecologia política focam nas causas das desigualdades sociais e ambientais que são geradoras de reivindicações por parte dos movimentos de justiça ambiental.

Atualmente, projetos de mapeamento dos movimentos por justiça ambiental buscam fortalecer o engajamento político-participativo e dar voz às populações afetadas. O projeto europeu *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade* (EJOLT) criou uma parceria mundial por meio da transferência de conhecimentos (DOUGUET et al, 2016). Tal troca de saberes ocorre entre pesquisadores e movimentos de justiça ambiental ao redor do mundo por meio da elaboração e divulgação de um atlas virtual contendo a distribuição espacial dos conflitos socioambientais¹. O mesmo aponta a enorme diversidade de temas abordados pelos movimentos de justiça ambiental e apresenta informações detalhadas de cada conflito, como

¹ Ver <https://ejatlas.org>

atores envolvidos, formas de mobilização, impactos, resultados das reivindicações, publicações e materiais para maiores informações.

No Brasil, o projeto “Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais”, realizado entre 2007 e 2010 pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), compilou informações sobre 541 casos de conflitos ambientais naquele estado (GESTA, 2010?). Os conflitos dizem respeito a múltiplas questões, como áreas protegidas, atividades agroindustriais e industriais, dinâmicas urbanas, etc.

Principais desafios à justiça ambiental

Existem diversas barreiras para o alcance prático da justiça ambiental. Podemos resumi-las em cinco principais pontos: (1) sistema de mercantilização do meio ambiente, (2) modernização ecológica, (3) defesa de interesses particulares, (4) abordagens descendentes e (5) dificuldade de reconhecimento.

A respeito da **mercantilização ambiental**, vários projetos e serviços ambientais causadores de impactos ambientais são autorizados, sobretudo em países em desenvolvimento, em troca de compensações financeiras ou ajuda social (BRITO; BRITO; SOUZA, 2015; FEARNSSIDE, 2019). Nesse sentido, Blanchon, Moreau e Veyret (2009) se interrogam sobre a questão ética por trás de tais fenômenos, pois a relação das sociedades com seu ambiente seria tão facilmente negociável? Tal sistema é capaz de perpetuar injustiças ambientais, pois comunidades pobres podem encontrar no armazenamento ou tratamento de resíduos uma fonte de renda. Assim, alienadas, não percebem sua situação como um conflito a ser evitado, mas como um meio de sobrevivência.

Para Placido, Castro e Guimarães (2018), existe uma contradição entre o discurso de geração de emprego e renda para a população local com a chegada de grandes empreendimentos e a análise dos riscos e desigualdades resultantes. Dessa forma, parece haver uma aparente negociação/resolução de conflitos ambientais a partir da criação de consensos democráticos que são, na realidade, focados na flexibilização de direitos constitucionalmente conquistados.

Além disso, o discurso da sustentabilidade é engolido pela prática da **modernização ambiental**, que, segundo Acselrad (2002), atribui ao mercado a capacidade institucional de solucionar a degradação ambiental, abrindo mercados para tecnologias ditas limpas. Para Swyngedouw (2017, p.71) “há muito dinheiro a ser feito através das estratégias de modernização ecológica”. Países desenvolvidos passaram a investir em soluções tecnológicas para eficiência energética. Porém, os mesmos tiveram aumento de suas emissões totais de dióxido de carbono no mesmo período. Como exemplo, os Estados Unidos obtiveram, entre 1975 e 1996, os ganhos de 34% em eficiência e 29,7% no aumento de suas emissões totais. (CLARK, YORK, 2005 apud PIRES, SILVA, 2017). Os governantes acreditam que os problemas ambientais serão resolvidos com o auxílio da tecnologia. Porém, os mesmos pouco discutem sobre como diminuir o consumismo. Baseados em um capitalismo “mais verde”, ignoram as contradições inerentes à sociedade capitalista. A natureza é tida como mercadoria, ou seja, subordinada às exigências do capital.

Além da modernização mais verde, táticas de *marketing* para a venda de produtos sustentáveis gera na realidade o aumento do consumo e, conseqüentemente, da extração de recursos e da produção de resíduos. Ademais, o fenômeno da obsolescência progra-

mada é responsável pela fabricação de produtos de curta durabilidade para que sejam brevemente substituídos, aumentando o lucro das empresas de um lado e ampliando a produção de lixo e as desigualdades sociais, de outro.

Ademais, de acordo com Acelrad (2010), o grupo de entidades combativas às práticas de injustiças ambientais cresceu em número reduzido se comparado à parcela de dirigentes de ONGs que vendem seus serviços e prestam consultoria sobretudo a empresas poluidoras. Dessa forma, o movimento ambientalista entrou em declínio e movimentos sociais passaram a incluir em sua pauta questões ambientais. Como exemplo, o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) denuncia no Brasil a agricultura químico-mecanizada, responsável por retirar a fertilidade do solo e destruir a biodiversidade.

Outro desafio para a aplicação da justiça ambiental é o fato de os movimentos locais serem extremamente díspares e mormente voltados à **defesa de interesses particulares**, diversos e às vezes contraditórios. Como apontado por Blanchon, Moreau e Veyret (2009), alguns não são necessariamente defensores da natureza. A título de exemplo, o fenômeno estadunidense “não em meu quintal” (*Not in my backyard* – NYMB) descreve a oposição a certos projetos polêmicos ou que possam ser prejudiciais ao entorno. Dessa forma, projetos que trazem poluição - como um aeroporto, que traz ruídos inconvenientes e aumenta o tráfego - são indesejáveis apenas se forem concebidos próximos à residência da pessoa, porém, são benéficos se estiverem em outras áreas. Pensa-se apenas na melhoria da qualidade de vida local, passando os danos ambientais para outras áreas. A este respeito, Rammê (2012) indica que guiados pelo sonho e pela moder-

nização, somos conduzidos por uma ideologia de liberdades individuais que privilegia os interesses privados em detrimento daqueles que são coletivos.

São muito comuns **abordagens descendentes** durante a tomada de decisões em países autoritários ou que possuem uma democracia instável (ARRETCHE, 2013). Em outras palavras, governos nacionais ou instituições internacionais tomam decisões que trazem impactos locais sem o conhecimento ou consentimento das populações afetadas (EMPINOTTI; GONTIJO; OLIVEIRA, 2018). Assim, ao tentar combater certas injustiças, acabam por criar outras.

Existe ainda grande **dificuldade de reconhecimento dos atores locais**, pois os saberes locais geralmente são pouco utilizados. Na prática, são geridos pelo Estado e pelas grandes corporações. A criação de instrumentos participativos que não funcionam na prática é comum em países latino-americanos (EMPINOTTI; GONTIJO; OLIVEIRA, 2018), pois os poderes decisórios continuam em mãos dos atores hegemônicos, como o Estado, as elites locais ou ainda sob o controle de instituições financeiras internacionais.

Nesse sentido, Ribot (2003, p. 2, tradução nossa) afirma que “transferência de poder sem representação responsável é algo perigoso. Porém, a existência de uma representação responsável sem poder é algo vazio”. Nesse sentido, Fraser (2008) discute o conceito de *misframing justice* (justiça desenquadrada), indicando a existência de clivagens entre as fronteiras decisórias (nível nacional) e quem é afetado por tais decisões (nível local). Assim, para que as lutas por justiça ambiental sejam efetivas, é necessário que as mesmas sejam reconhecidas por quem detém o poder de decisão.

Considerações finais

Esta pesquisa trouxe reflexões sobre diferentes abordagens relacionadas à justiça ambiental. Ainda que injustiças de ordem socioambiental não sejam novas, apenas recentemente o conceito emergiu sob a forma de movimentos organizados. Inicialmente ligado ao racismo ambiental, logo o conceito passou a incorporar grupos ligados a minorias étnicas e comunidades desfavorecidas que lutam contra injustiças ambientais, que são, sobretudo, sociais.

Para compreender a razão da emergência atual do conceito, relacionou-se às ideias de hegemonia e contra-hegemonia. Por um lado, o paradigma ambiental hegemônico atual baseia-se nas matrizes discursivas impostas por agentes definidores (como a ONU) intermediados por agentes determinantes (agências financeiras internacionais), que impõem um ideal de sustentabilidade pautado na economia “verde”, no individualismo e na obsolescência programada, gerando mais consumo e, ao mesmo tempo, promovendo a ideia de que todos possuem direitos igualitários aos bens e serviços. Desse modo, camufla-se as reais causas dos impactos ambientais e sociais que são vivenciados sobretudo em escala local por grupos desfavorecidos.

Por outro lado, movimentos que lutam pela justiça ambiental são exemplos de estratégias contra-hegemônicas que buscam alterar a hegemonia atual. Os desafios para sua efetividade são inúmeros, como a alienação sobre as causas das injustiças por parte da sociedade em geral, e até mesmo, de algumas pessoas que sofrem tais injustiças. Além disso, sobretudo em países emergentes e em vias de desenvolvimento com histórico de governos autoritários e sociedades estruturalmente desiguais, é latente a dificuldade de reconhecimento dos atores locais. Grandes projetos são decididos e implantados de

forma descendente sem que haja uma real participação dos que serão afetados.

Ao enfatizar-se a importância das questões sociais em escala local não se pretende deixar de lado a necessidade de se discutir os afeitos ambientais em escala global, mas antes enfatizar que problemas ambientais em âmbito mundial (como o aquecimento climático), são acirrados por discursos hegemônicos que geram consenso global e promovem ações de exploração, destruição e contaminações (como a construção de hidrelétricas, o incentivo ao agronegócio, etc.), criando zonas de sacrifício em escala regional e local e afetando sensivelmente a vida das pessoas que ali vivem.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 5, p. 49-59, 2002.

_____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010

ARRETCHE, M. Demos-constraining or demos-enabling federalism? Political institutions and policy change in Brazil. *Journal of politics in Latin America*, v. 5, n. 2, p. 133-150, 2013.

BLANCHON, D.; MOREAU, D.; VEYRET, Y. Comprendre et construire la justice environnementale. *Annales de géographie*, n. 1, p. 35-60, 2009.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é e o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRITO, B. L. R.; BRITO, D. M. C.; SOUZA, E. A. Pressupostos teóricos da natureza. *Planeta Amazônia: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas*, Macapá, n. 7, p. 141-147, 2015.

BULLARD, R. D.; WRIGHT, B. H. Environmental justice for all: community perspectives on health and research. *Toxicology and Industrial Health*, v. 9, n. 5, p. 821-841, 1993.

CORRÊA, R.L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 41-52.

CHUA, K. B. Nipah virus outbreak in Malaysia. *Journal of clinical virology*, v. 26, n. 3, p. 265-275, 2003.

DOUGUET, J-M.; RAHARINIRINA, V.; O'CONNOR, M.; ROMAN, P. Construction d'un partenariat de connaissances sur les questions de justice environnementale: Exemple du projet européen EJOLT. *Éducation relative à l'environnement*, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2016.

EMPINOTTI, V.L.; GONTIJO, W.C.; OLIVEIRA, V.E. Federalism, water, and (de)centralization in Brazil: the case of the São Francisco River water diversion. *Reg Environ Change*, n. 18, p. 1655-1666, 2018.

FEARNSIDE, P.M. Environmental justice and Brazil's Amazonian dams. In: N.A. Robins & B. Fraser (coord.). *Landscapes of Inequity: the quest for environmental justice in the Andes/Amazon region*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2019, p. 103-124.

FOLCHI, M. Environmentalism of the poor: environmental conflicts and environmental justice. In: DELGADO, L.; MARIN, V (coord.). *Social-ecological systems of Latin America: complexities and challenges*. Basel: Springer Nature Switzerland, 2019, p. 95-115.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, 11-39, 2008.

GESTA. *Mapa dos conflitos ambientais*. 2010? Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>> Acesso em: 07 ago. 2020.

GOMES, G.C. Ecologia política: educação ambiental e a formação de uma determinada consciência acerca da questão ambiental. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 4, n. 6, p. 119-138, 2013.

GOTTDENKER, N. L., STREICKER, D. G., FAUST, C. L. et al. Anthropogenic Land Use Change and Infectious Diseases: A Review of the Evidence. *EcoHealth*, n. 11, p. 619-632, 2014.

GUILTINAN, J. Creative Destruction and Destructive Creations: Environmental Ethics and Planned Obsolescence. *Journal of Business Ethics*, v. 89, p. 19–28, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10551-008-9907-9>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEFFRON, H. J.; McCAULEY, D. What is the 'Just Transition'? *Geoforum*, n. 88, p. 74-77, 2018.

IBASE; CUT-RJ; IPPUR/UFRJ. *Sindicalismo e justiça ambiental*. v. 3. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e decrescimento econômico: uma aliança entre dois movimentos. In: CASTRO, J. E.; CUNHA, L. H.; FERNANDES, M.; SOUSA, C. M. (Org.). *Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água*. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 25-66.

_____. *L'écologisme des pauvres: une étude des conflits environnementaux dans le monde*. Paris: Les Petits Matins/Institut Veblen, 2014.

MATZEMBACHER, D.E.; MEIRA, F.B. A roupa nova do rei: economia verde entre inovação e conservação: uma leitura crítica a partir de Karl Polanyi. *Revista de estudos organizacionais e sociedade*, v. 7, n. 18, p. 1-40, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25113/farol.v7i18.4104>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

MIRANDA, G.M.; REYNARD, E. Integrated Water Resources Management in Federations: the Examples of Brazil and Switzerland. *Water*, v. 12, n. 1914, 2020.

NAOUFAL, N. Connexions entre la justice environnementale, l'écologisme populaire et l'écocitoyenneté. *Vertigo*, v. 16, n.1, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/vertigo/17053?lang=pt#tocto2n5>. Acesso em: 10 abril 2020.

OLIVEIRA, C. A. G.; SANCHEZ, C. P. Educação ambiental, justiça ambiental e questões de gênero: a perspectiva de um grupo de educadoras ambientais comunitárias de Magé, RJ. *Revista eletrônica de mestrado em educação ambiental*, Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 151-170, 2018.

PADDEU, F. D'un mouvement à l'autre: des luttes contestataires de justice environnementale aux pratiques alternatives de justice alimentaire? Justice alimentaire e agriculture. *Justice spatiale*, n. 9, p. 1-36, 2016.

PIRES, G. N.; SILVA, M. B. O. Para além do ecologismo conservador: produção destrutiva e intensificação da crise ambiental. *Revista espaço acadêmico*, n. 196, p. 54-65, 2017.

PLACIDO, P. O.; CASTRO, E. M. N. V.; GUIMARÃES, M. Travessias para educação ambiental 'desde el Sur': uma agenda política crítica comum em 'zonas de sacrifício' como o Brasil e a América Latina. *Revista de educação ambiental Ambiente e educação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 8-30, 2018.

RAMMÊ, R. S. *Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica*. Caxias do Sul: Educs, 2012.

REINERT, H. Notes from a Projected Sacrifice Zone. *International Journal for Critical Geographies*, v. 17, n. 2, p. 597-617, 2018.

RIBOT, J.C. Democratic Decentralization of Natural Resources. In: VAN DE WALLE, N.; BALL, N.; RAMACHANDRAN, V. *Beyond Structural Adjustment*. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 159-182.

RODRIGUES, A.M. A matriz discursiva sobre o "meio ambiente": produção do espaço urbano – agentes, escalas conflitos. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 207-230.

SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice: theories, movements and nature*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007.

_____. Theorising environmental justice: the expanding sphere of a discourse. *Environmental politics*, v. 22, n. 1, p. 37-55, 2013.

SNELL, D.; FAIRBROTHER, P. 'Just transition and labour environmentalism in Australia'. In: RATHZEL, N.; UZZELL, D. (coord.). *Trade Unions in the Green Economy: Working for the Environment*. London: Routledge, 2013, p. 146-161.

SOUZA, F.A.C. A relação natureza-sociedade no modo de produção capitalista. *Em pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 153-168, 2015.

SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2005.

SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 123-146.

SVAMPA, M. N. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n.244, p. 30-46, 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/6451/CONICET_Digital_Nro.6853_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y> . Acesso em: 05 ago. 2020.

SWYNGEDOUW, E. Cidades, coesão social e o meio ambiente: justiça urbana ambiental ou ecologia POLÍTICA? In: CASTRO, J. E.; CUNHA, L. H.; FERNANDES, M.; SOUSA, C. M. (coord.). *Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água*. Campina Grande: EDUEPB, 2017, cap. 2, p. 67-114.

WITHANACHCHI, S. et al. Building non-hegemonic political culture for sustainable rural development. In: ALBRECHT, S.; BRAUN, R.; HEUSCHKEL, Z.; MARI, F.; PIPPING, J. *Future of food state of the art: challenges and options for action*. München: Oekom, 2013, p. 231-241.

WOLFE, N. D.; DASZAK, P.; KILPATRICK, A. M., BURKE, D. S. Bushmeat hunting, deforestation, and prediction of zoonoses emergence. *Emerg Infect Dis.*, v. 11, n. 12, p. 1822–1827, 2005.

Submetido em: 26 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2020.

Aprovado em: 22 de abril de 2020.

Como citar este artigo:

MIRANDA, Grazielle Muniz. Justiça ambiental: múltiplas abordagens e escalas espaciais. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 405-433, jan.-jun./2020.

**DESENVOLVIMENTO
(IN)SUSTENTÁVEL DO PANTANAL
BRASILEIRO: REGIONALIZAÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS (1970-2018)**

*(UN)SUSTAUNABLE DEVELOPMENT OF
THE BRAZILIAN PANTANAL WETLAND:
REGIONALIZATION AND PUBLIC POLICIES
(1970-2018)*

*DESARROLLO (IN)SUSTENTABLE DEL
PANTANAL BRASILEÑO:
REGIONALIZACIÓN Y POLÍTICAS
PÚBLICAS (1970-2018)*

ONÉLIA CARMEM ROSSETTO

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT) – Cuiabá/MT.
E-mail: carmemrossetto@gmail.com

GISELI DALLA NORA

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT) – Cuiabá/MT.
E-mail: giseli.nora@gmail.com

CARLOS HIROO SAITO

Universidade de Brasília (UnB) –
Brasília/DF.
E-mail: carlos.h.saito@hotmail.com

Resumo: A principal característica do Pantanal é o pulso de inundação, ou seja, as águas recobrem a planície por alguns meses anuais. Tal fenômeno atinge as áreas dos municípios com diferentes intensidades e desse fato depende a sensível biodiversidade e a sociodiversidade pantaneira. Todavia, as políticas públicas regionalizam os municípios de forma homogênea. Diante dessa problemática, a pesquisa teve como objetivo analisar seis programas (1970-2018) e descrever cenários por meio de duas legislações direcionadas ao Bioma Pantanal. Adotou-se como metodologia a análise do conteúdo nas categorias: critérios de regionalização; grau de interferência do pulso de inundação no agrupamento dos municípios; ações desenvolvidas pelas políticas e os impactos socioambientais; inclusão da sociodiversidade na elaboração das ações. Os resultados apontam a necessidade de considerar: altimetria do relevo e interferência do pulso de inundação na biodiversidade e sociodiversidade; visão sistêmica de interação entre planalto e planície; identificação dos serviços ambientais e implantação de política de pagamento ou compensação.

Palavras-chave: Pantanal, políticas públicas, regionalização, desenvolvimento sustentável.

Abstract: The main characteristic of the Pantanal is the flood pulse, that is, the waters cover the plains for a few months a year. However, such a phenomenon reaches the areas of the municipalities with different intensities and plays an important role in the Pantanal's sensitive biodiversity and socio-diversity. Nevertheless, the public policies regionalize the municipalities homogeneously. Faced with this problem, the research aimed to analyze six programs (1970-2018) and describe scenarios by means of two legislations directed to the Pantanal Biome. Content analysis in the categories was adopted as a methodology: regionalization criteria; degree of flood pulse interference in the municipality grouping; actions developed by policies and socioenvironmental impacts; inclusion of socio-diversity in the elaboration of actions. The results point to the need to consider: relief altimetry and flood pulse interference in the biodiversity and socio-diversity; systemic view of the interaction between plateau and plain; identification of environmental services, implementation of payment or compensation policy.

Keywords: Pantanal, public policies, regionalization, sustainable development.

Resumen: La principal característica del Pantanal es el pulso de inundaciones, o sea, las aguas cubren la planicie por algunos meses anuales con todo, tal fenómeno alcanza las áreas de los municipios con diferentes intensidades y de ese acto depende la sensible biodiversidad y la socio diversidad pantanera, todavía, las políticas públicas regionalizan de forma homogéneamente. Contra esta problemática, la búsqueda tuvo como objetivo analizar seis programas (1970-2018) y describir escenarios a través de dos legislaciones dirigidas al Bioma Pantanal. Se adoptó como metodología el análisis del contenido en las categorías: Criterios de regionalización; grado de interferencia del pulso de inundación en la agrupación de los municipios; acciones desarrolladas por las políticas y los impactos socioambientales; inclusión de la socio diversidad en la elaboración de las acciones. Los resultados enlacen la necesidad de considerar: altimetría del alivio e interferencia del pulso de inundación en la biodiversidad y socio diversidad; visión sistemática de la integración entre meseta y llanura; identificación de los servicios ambientales e implantación de políticas de pago o compensación.

Palabras llaves: Pantanal, políticas públicas, regionalización, desarrollo sustentable.

Introdução

As políticas públicas direcionadas à sustentabilidade socioambiental incluem, entre outros aspectos, o reconhecimento da limitação ecológica dos recursos e sua destinação favorável à qualidade da vida humana, sem causar danos às funções e serviços ambientais. Nas palavras de Sachs (2008; 2009), isso implica em uma reorientação da maneira como os recursos da natureza são empregados e como os benefícios são compartilhados, ou seja, o bem-estar social deve ser garantido, do mesmo modo que a qualidade do ambiente natural.

No Brasil, as políticas ambientais e de planejamento territorial apresentam dificuldades em conciliar medidas que favoreçam na mesma proporção a sociedade e a natureza, haja vista a valorização monetária dos recursos naturais e a desigual distribuição da renda obtida pela exploração desses recursos (BINSWANGER, 2001). Tal fato ocorre em todos os biomas, inclusive no Pantanal, a maior planície de inundação da América do Sul com extensão de 138.183 km² (SILVA; ABDON, 1998).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (BRASIL, 2004) o Bioma Pantanal ocupa aproximadamente 2% do território brasileiro e abrange 16 municípios dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Devido à sua biodiversidade e sociodiversidade, foi declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira de 1988, sítio designado como área de relevante importância internacional pela Convenção de Áreas Úmidas RAMSAR no ano de 1993 e Reserva da Biosfera pela UNESCO no ano de 2000 (NEVES, 2009).

A principal característica do Bioma Pantanal é o pulso de inundação, ou seja, as águas recobrem a planície anualmente por

cerca de seis meses. Dois fatores explicam esse fenômeno: a) as diferenças altimétricas acentuadas, enquanto na planície do Pantanal as altitudes estão entre 80 e 150 m, as áreas mais altas dos planaltos e serras circunvizinhas oscilam entre 800 e 1.200m; b) a sazonalidade climática com duas estações definidas, as chuvas entre outubro e abril e as secas entre maio e setembro. Tais fatores influenciam para que ocorram as inundações periódicas, que propiciam a migração dos peixes e outras espécies aquáticas, além de cobrir a planície com matéria orgânica. Os processos biológicos principais realizam-se dentro da planície inundável e se acoplam ou desacoplam com o rio e os planaltos circundantes, de acordo com o pulso de inundação (JUNK; SILVA, 1999; JUNK et al., 2006; CUNHA et al., 2006).

A influência do subir e baixar das águas no ambiente natural resulta em biodiversidade e sociodiversidade peculiar. O Pantanal é habitat de 263 espécies de peixes, 113 de répteis, 41 de anfíbios, 463 de aves, 1.032 de borboletas e 132 espécies de mamíferos, sendo 2 endêmicas e cerca de 2.000 espécies de plantas (BRASIL, s/d). Esses números indicam que o Pantanal não possui altos valores de endemismo, mas, apesar disso, a área possui uma grande abundância de animais. O Pantanal é considerado a área úmida mais rica do mundo em diversidade de aves (TUBELIS; TOMAS, 2003).

A diversidade da flora e da fauna do pantanal pode ser explicada pela Teoria dos Refúgios (AB'SÁBER, 1988) que se refere aos seus padrões de distribuição na América Tropical, especificamente das repercussões das mudanças climáticas quaternárias sobre o quadro distributivo das tipologias vegetais. Para o autor, os refúgios, são áreas que preservaram remanescentes da vegetação que se expandiu no passado e atualmente destoam do

clima, convivendo com condições edáficas e microclimáticas especiais, como é o caso das cactáceas da periferia do Pantanal mato-grossense, exprimidas entre planícies submersíveis e encostas de maciços. A partir dessa análise, Ab'Saber (1988) afirma que o Pantanal Mato Grossoense se configuraria como um espaço de transição e contato, ou seja, um espaço de tensão ecológica, com ocorrência tanto de exemplares de floras chaquenas, dos cerrados; e componentes amazônicos e pré-amazônicos junto de ecossistemas aquáticos e subaquáticos de extensão significativa, produzindo daí essa grande diversificação de habitats.

Além da diversidade faunística e florística, é importante enfatizar a diversidade cultural dos povos pantaneiros. Residem nesse espaço geográfico 15.864 indígenas (ROSSETTO; GIRARDI, 2015), cerca de 4.338 pescadores profissionais artesanais (ROSSETTO; TOCANTINS, 2015), além de comunidades tradicionais, quilombolas e camponeses que mantêm a tradição na utilização da natureza e em aspectos da cultura material e imaterial.

Chiaravalloti, Homewood e Erikson (2017), ao pesquisarem a população local pantaneira, enfatizam que as políticas públicas buscam garantir a regularização fundiária, a diminuição da pobreza e a preservação do meio ambiente, contudo, substituem economias de pequena escala e áreas naturais pela exploração intensiva de recursos sem resultados positivos no bem-estar da população local.

As inundações periódicas resultam em mudanças drásticas das condições ambientais dos habitats e influenciam no modo de vida e nas atividades econômicas praticadas no bioma que, durante séculos, desenvolveu a pecuária extensiva de baixo impacto ambiental. Atualmente tal prática está sendo substituída pela pecuária semiextensiva e intensiva em conjunto com a agricultura

monocultora, especialmente a soja, cultivada nos planaltos circunvizinhos, avançando cada dia mais em direção à planície e interferindo nas relações ecológicas e sociais.

As políticas públicas direcionadas ao Pantanal pouco têm contribuído para gestão desses processos visando minimizar ou evitar os impactos socioambientais. Tal hipótese norteia o presente artigo que tem como objetivo analisar seis programas (1970-2018) e descrever cenários por meio de duas legislações direcionadas ao Bioma Pantanal.

Além da presente introdução, o texto está organizado em seções. Na primeira descreve a metodologia adotada; na segunda apresenta as formas de regionalização do Pantanal Brasileiro e as Políticas de Intervenção entre 1970 e 2018, avaliando se foi considerado o grau de interferência do pulso de inundação no agrupamento dos municípios alvos das políticas públicas e os impactos socioambientais dos programas analisados; a terceira seção apresenta parâmetros para orientar a elaboração, implantação e implementação de políticas públicas na perspectiva do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável.

Metodologia

A presente pesquisa pautou-se na investigação documental com vistas a analisar as formas de regionalização utilizadas pelas políticas públicas direcionadas ao Pantanal brasileiro, subsidiada pelos pressupostos de Limonad Haesbaert e Moreira (2004), ao conceber que a regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional.

A regionalização pode, assim, abranger uma ampla gama de campos e métodos, que podem ser supervisionados, isto é, eles assumem conhecimento prévio sobre o processo de agrupamento de variáveis relevantes a serem projetadas, demonstrando contiguidade espacial e critérios de agregação e desagregação (DUQUE et al., 2007).

Consoante a verificação das formas de regionalização, desenvolveu-se a seleção e análise dos programas, planos e projetos destinados ao Pantanal brasileiro entre 1970 e 2018, considerando como critério os mais citados na literatura científica, quais sejam: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal (CIDEPAN); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN); Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE); Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO); Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP); Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal – Programa Pantanal e duas legislações contemporâneas: Lei nº 8.830 de 21 de janeiro de 2008 que estabelece a Política Estadual de Gestão e Proteção da Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso, definindo seus princípios e atribuições do poder público para manutenção da sustentabilidade ambiental, econômica e social e o Projeto de Lei do Senado Nº 750 de 2011 que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal.

Como técnica para o exame detalhado dos textos, foram adotadas as premissas de análise de conteúdo feitas por Bardin (1977), descritas em três fases fundamentais: pré-análise, exploração de conteúdo e tratamento dos resultados. Na trajetória da sua efetivação, optou-se por quatro eixos de análises: a) critérios de

regionalização do Pantanal brasileiro; b) grau de interferência do pulso de inundação no agrupamento dos municípios alvos das políticas públicas; c) ações desenvolvidas pelos programas e legislações e os impactos socioambientais deles decorrentes, d) a inclusão ou não da sociodiversidade na elaboração, implantação e implementação das ações.

A perspectiva teórica foi subsidiada pelos aportes da sustentabilidade ambiental (SACHS, 2008; 2009; LEFF, 1998; 2000; LEIS, 1999) e resultou na proposição de parâmetros para elaboração de políticas, projetos, planos, programas e legislações direcionadas ao Bioma Pantanal.

Pantanal Brasileiro: Análise das Formas de Regionalização e das Políticas de Intervenção (1970-2018) sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável

No Brasil, o processo de regionalização de determinada parcela do espaço geográfico é atribuição do poder público e visa a divisão de um território para o planejamento das atividades econômicas, as quais nem sempre incorporam preocupações com a sociodiversidade, os modelos regionais e locais, a exemplo da identidade cultural, mercados e fluxos geoeconômicos específicos, aspectos naturais, humanos e sociais próprios de cada bioma.

A regionalização do Pantanal resulta de um processo de configuração territorial impulsionado por políticas públicas, implantadas a partir da década de 30 do século XX, quando o Centro-Oeste passou a ser alvo de incentivos financeiros governamentais e privados que direcionavam os fluxos migratórios, resultando na ocupação dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas, considerados vazios demográficos, apesar de serem

territórios de diversas etnias indígenas e populações tradicionais (ROSSETTO 2015; CASTRO, 1994).

Na época, o que atraía os gestores públicos e o capital privado para esses locais era a abundância de riquezas naturais parcialmente exploradas, na perspectiva das políticas públicas, representavam áreas que poderiam contribuir decisivamente para o processo de acúmulo de capital e *superávit* da balança comercial brasileira. Acerca dos fluxos migratórios e o processo de expansão da fronteira agrícola, Rossetto (2015) registra que entre 1960 e 1980 os contingentes populacionais direcionados ao Estado de Mato Grosso afastavam-se do Pantanal por ser uma área úmida e ficar inundada sazonalmente, característica inapropriada para a agropecuária. Todavia, avançaram em direção aos biomas Amazônia e Cerrado, locais que possibilitaram maior rentabilidade econômica, com menores investimentos.

As múltiplas regionalizações do país, estabelecidas pelo IBGE, adquirem diferentes nuances estando relacionadas as intencionalidades que caracterizam cada momento histórico e político. Na perspectiva de Contel (2014) a proposta de 1942 foi fundamentada principalmente no conceito de região natural, enquanto as divisões de 1970 e 1992 tiveram como base os conceitos de região homogênea e polarizada.

Segundo o autor, a divisão de 1970 teve como principal objetivo subsidiar o planejamento econômico do Governo Militar instalado que definiu os recortes e agrupamentos territoriais do espaço brasileiro em mesorregiões e microrregiões geográficas. Teoricamente, tais unidades espaciais estavam baseadas principalmente nas especificidades sociais, econômicas e, em menor magnitude nos aspectos naturais. Esta concepção de regionalização

do espaço foi base para a divisão territorial do Pantanal em mesorregiões e microrregiões (Quadro 1).

Quadro 1: Localização Regional dos Municípios do Pantanal Brasileiro – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2017).

Municípios	Microrregião	Mesorregião
Barão de Melgaço - MT	Alto Pantanal	Centro-Sul Mato-Grossense
Cáceres- MT	Alto Pantanal	Centro-Sul Mato-Grossense
Itiquira- MT	Rondonópolis	Sudeste Mato-Grossense
Lambari D'Oeste- MT	Jauru	Sudoeste Mato-Grossense
Nossa Senhora do Livramento- MT	Cuiabá	Centro-Sul Mato-Grossense
Poconé- MT	Alto Pantanal	Centro-Sul Mato-Grossense
Santo Antônio de Leverger- MT	Cuiabá	Centro-Sul Mato-Grossense
Aquidauana - MS	Aquidauana	Pantanais Sul Mato-Grossenses
Bodoquena - MS	Bodoquena	Sudoeste Sul Mato-Grossense
Corumbá – MS	Baixo Pantanal	Pantanais Sul Mato-Grossenses
Coxim – MS	Alto Taquari	Centro-Norte Sul Mato-Grossense
Ladário – MS	Baixo Pantanal	Pantanais Sul Mato-Grossenses
Miranda – MS	Aquidauana	Pantanais Sul Mato-Grossenses
Sonora – MS	Alto Taquari	Centro-Norte Sul Mato-Grossense
Porto Murtinho - MS	Baixo Pantanal	Pantanais Sul Mato-Grossenses
Rio Verde de MT - MS	Alto Taquari	Centro-Norte Sul Mato-Grossense

Fontes: Mato Grosso (2015a) e Mato Grosso do Sul (2015). Organizado pelos autores (2017).

O Quadro 1 demonstra a divisão regional do Pantanal considerada para o planejamento das políticas públicas nos últimos quarenta e oito anos (1970-2018) e agrupa municípios sem considerar a influência do pulso de inundação. O IBGE adota critérios de regionalização baseado principalmente nos aspectos socioeconômicos e geopolíticos, o que termina por secundarizar os aspectos naturais. No caso do Pantanal, em que os aspectos ambientais são determinantes para o reconhecimento de diversos "pantanais", considerando o tempo de permanência de lâminas de água de cheias e enchentes nos grandes banhados (AB'SABER, 1988), essa forma de regionalização cria problemas no reconhecimento da efetiva diversidade. Pode-se citar como exemplo o fato de que agrupou-se na mesma microrregião geográfica municípios como Barão de Melgaço que apresenta cerca de 99,2% da sua área municipal inundada e Cáceres que tem apenas 56,1% de área inundável. Tal cálculo dos percentuais de inundação foi realizada por Rossetto; Girardi (2012) com base na proposta de Silva e Abdon (1998). A paisagem desses municípios apresenta características distintas de solo, vegetação e fauna, correlativamente tem diferentes graus de vulnerabilidade ambiental.

As políticas públicas implantadas no Bioma Pantanal entre 1970 e 2018 desconsideraram no agrupamento regional a proporção das áreas inundáveis em cada município (Tabela 1), tratando o bioma como se fosse homogêneo e realizando intervenções através de Programas, Planos e Projetos que buscavam o desenvolvimento econômico do Pantanal sem respeitar as características naturais conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Análise de Conteúdo dos Programas, Planos e Projetos para o Pantanal Brasileiro (1970-2008).

PROGRAMAS/PROJETOS / PLANOS		CRITÉRIOS DE ANÁLISE			
ANO	Denominação	Critérios de Regionalização	Considerou o pulso de inundação	Ações/Impactos	Inclusão da Sociobiodiversidade
1971	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal (CIDEPAN)	Não teve	Não Considerou	(-)	Não incluiu
1974	Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)	Não teve	Não Considerou	Regularização dos cursos de água/interferências no pulso de inundação	Não incluiu
1981	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)	Não teve	Não Considerou	Construção e pavimentação de estradas	Ações direcionadas à educação indígena e rural
1992	Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do estado de Mato Grosso (PRODEAGRO)	Não teve	Não Considerou	Preparou as bases para o zoneamento agroecológico; e regularização de posses de terra	Ações direcionadas à regularização de áreas de agricultura familiar

<p>1993</p>	<p>Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP)</p>	<p>Regionalização* de Silva e Abdon (1998)</p>	<p>Considerou parcialmente</p>	<p>Delimitou áreas com problemas ecológicos para propor ações específicas de fiscalização, controle e/ou recuperação dos ambientes degradados</p>	<p>Não incluiu</p>
<p>2001-2008</p>	<p>Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal (PROGRAMA PANTANAL)</p>	<p>Regionalização* de Silva e Abdon (1998)</p>	<p>Considerou parcialmente</p>	<p>Gerenciamento dos recursos naturais; incentivo a atividades econômicas compatíveis com o ecossistema pantaneiro</p>	<p>Atividades ambientais sustentáveis em áreas indígenas</p>

Fonte: Banco Interamericano de Desarrollo (2000) e Brasil (1997). Organizado pelos autores (2019).

* Embora os próprios autores chamem cada um dos Pantanaís de “sub-região”, a divisão proposta por Silva e Abdon está muito mais próxima de uma compartimentação do Pantanal, a partir das relações naturais (paisagens), do que de uma regionalização do Pantanal.

A análise de conteúdo dos programas selecionados originou o quadro 2 como forma de simplificar a apresentação dos resultados. Em relação aos critérios de regionalização e grau de interferência do pulso de inundação, no agrupamento dos municípios, constata-se que entre 1970 e 1992 tais critérios não eram considerados.

Em 1970 foi implantado o CIDEPAN no formato de consórcio municipal, agrupando prefeitos de quinze municípios para discutirem um plano de desenvolvimento para o Pantanal. Tal propósito originou em 1974 o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) que buscava, a curto e médio prazo, acelerar o processo de desenvolvimento e o aproveitamento das

potencialidades da planície pantaneira, integrando o Pantanal à política desenvolvimentista nacional.

Entre os projetos selecionados, as ações desenvolvidas pelo PRODEPAN resultaram em impactos ambientais significativos, pois, foram construídos pôlderes, ou seja, as águas que inundavam a planície por meio do pulso de inundação foram desviadas através da construção de diques e aterros, as áreas seriam drenadas e ocupadas com atividades econômicas. Buscava-se, assim, regularização dos cursos d'água, com vistas ao controle das enchentes. A referida ação teria impacto direto no pulso de inundação, ou seja, o movimento sazonal das águas que possibilita a vida terrestre e aquática durante os ciclos anuais sofreria intervenções, fato que resultaria em impactos ecológicos consideráveis que não foram medidos e avaliados pela comunidade científica.

Abreu (2001), ao analisar o PRODEPAN, descreve as intervenções diretas no pulso de inundação com a elevação de aterros para a construção de estradas. Esta autora, afirma ainda que as obras de engenharia não previram os períodos de cheias alegando que os estudos climáticos realizados confirmaram um ciclo de 15 anos de seca, mas justamente na implementação do projeto ocorreu a grande cheia de 1974, inutilizando várias obras em curso. Ela destaca ainda a construção do polder Corumbá-Ladário em 6.000 hectares que seriam utilizados para o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros destinados a abastecer os municípios envolvidos.

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi financiado pelo Banco Mundial e tinha como objetivo integrar o Pantanal e o Estado de Mato Grosso ao contexto nacional. Sua execução foi efetivada por meio de uma parceria entre o Estado de Mato Grosso e os seguintes municípios da

Bacia do Rio Paraguai: Cáceres, Mirassol do Oeste, Tangará da Serra, Barra do Bugres, Araputanga, Quatro Marcos, Rio Branco, Salto do Céu e Jauru.

O referido programa financiou a pavimentação de rodovias, estimulando grandes contingentes migratórios para os estados de Mato Grosso e Rondônia. Esse fator contribuiu para a ocupação desordenada de algumas áreas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com o intuito de praticar a agricultura intensiva, um dos efeitos foi a devastação do Cerrado, influenciando diretamente na dinâmica de escoamento e inundação do Pantanal.

A ocupação das áreas de cerrado no entorno da planície pantaneira e sua substituição por lavouras desde a década de 1980 resulta em maior volume de sedimentos carregados para a planície, que sofre uma sobrecarga sedimentar devido a processos acelerados de erosão nos planaltos circunvizinhos, causando, em alguns casos, o assoreamento dos leitos fluviais (JUNK et al., 2006), principalmente do rio Paraguai onde seus afluentes trazem sedimentos do planalto que vão se depositando ao longo dos mesmos e do próprio rio Paraguai (LEWIN, 1996).

Como exemplo é oportuno destacar os impactos socioambientais do assoreamento do rio Taquari, Pantanal Sul Mato-Grossense, um dos principais formadores do Pantanal que, devido à expansão da atividade agropecuária na sua alta bacia, iniciada no final da década de 1970, sofreu assoreamento – elemento que contribuiu para a inundação permanente, nas últimas décadas, de milhares de km de terras na planície do seu baixo curso (GALDINO; VIEIRA; PELLEGRIN, 2005). Essa inundação tem sido apontada como o mais grave problema ambiental e socioeconômico do Pantanal durante os séculos XX e XXI.

A sociodiversidade da população pantaneira e os conhecimentos tradicionais não integravam os componentes dos Programas analisados, contudo, registrou-se algumas ações no âmbito POLONOROESTE (1981-1988) direcionadas à formação de professores leigos das áreas rurais e à educação indígena.

A partir de 1992 observa-se a preocupação com a conservação e preservação ambiental através do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO), que resultou de um convênio entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e visava investir recursos financeiros no sentido de orientar a utilização dos recursos naturais e consolidar a produção agrícola, através de apoio aos pequenos produtores rurais, além de apoiar mudanças em políticas, regulamentos e programas de investimentos para fornecer uma estrutura coerente de incentivos para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso; apoiar o zoneamento agroecológico, regularização de posses de terras e o gerenciamento ambiental.

Observa-se que até 1992, os programas, planos e projetos direcionados ao Pantanal apresentavam a mesma intencionalidade no sentido de desenvolvimento econômico e estavam alinhados a agendas de desenvolvimento internacional, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principais agências financiadoras das ações de infraestrutura e tecnologia agropecuária.

As consequências ambientais desses programas foram drásticas, a principal delas foi a alteração do curso do pulso de inundação devido à construção de estradas, aterros e pontes que prejudicaram a fauna adaptada aos movimentos das águas,

principalmente os estoques pesqueiros utilizados pelas comunidades tradicionais como base da alimentação e alternativa de renda através da pesca profissional artesanal.

Em 1998 registra-se a primeira forma de regionalização do Pantanal brasileiro que adota como critérios os aspectos relacionados à inundação, relevo, solo e vegetação. Tal divisão territorial foi criada por Silva e Abdon (1998), que definiram o limite entre planalto e planície, ou seja, áreas inundáveis ou não inundáveis, dividindo o Pantanal em onze sub-regiões (Tabela 1). Segundo a Tabela 1, um município pode se sobrepor a até 4 sub-regiões diferentes do Pantanal, de forma que Barão de Melgaço e Corumbá são os municípios que possuem a maior área de seu território no Pantanal com 99,2% e 95,6%, seguido de Poconé com 80,3%, ou seja, parte considerável da área municipal sofre a influência do pulso de inundação. Os municípios de Bodoquena (1,8%), Lambari D'Oeste (15,9%), Sonora (16,7%) e Ladário (17,5) possuem a menor área de seu território no Pantanal (SILVA; ABDON, 1998).

Tabela 1: Municípios pertencentes a sub-regiões pantaneiras/Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1998).

Sub-regiões	Área (Km ²)	Porcentagem de Inundação (%)	Municípios
Cáceres	12.456	9,01	Cáceres; Lambari D'Oeste (MT)
Poconé	16.066	11,63	Cáceres, Poconé, Nossa Sra. do Livramento, Barão de Melgaço, Sto. Antônio de Leverger (MT)
Barão de Melgaço	18.167	13,15	Itiquira, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger (MT)
Paraguai	8.147	5,90	Poconé (MT), Corumbá e Ladário (MS)
Paiaguás	27.082	19,60	Sonora, Coxim e Corumbá (MS)

Nhecolândia	26.921	19,48	Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauna e Corumbá (MS)
Abobral	2.833	2,05	Aquidauana, Corumbá (MS)
Aquidauana	5.008	3,62	Aquidauana (MS)
Miranda	4.383	3,17	Aquidauana, Bodoquena, Miranda (MS)
Nabileque	13.281	9,61	Corumbá, Porto Murtinho, Miranda (MS)
Porto Murtinho	3.839	2,78	Porto Murtinho (MS)
Total	138.183	100,00	16

Fonte: Adaptado de Silva e Abdon (1998, p. 1709-1710).

A divisão proposta por Silva e Abdon (1998) tinha como objetivo delimitar e quantificar a planície do Pantanal no Brasil, na escala de 1:250000, suas sub-regiões e a participação estadual e municipal nessa região. O esforço apresentado por estes autores vai muito mais ao encontro da necessidade de uma definição de limites oficiais e coerentes do Pantanal, bem como sua subdivisão baseada nas características das paisagens (fitofisionomias, relevo, inundação etc.), do que propriamente uma regionalização, nos moldes como é amplamente entendida no Brasil.

Apesar da relevância dos resultados obtidos por Silva e Abdon (1998), a subdivisão proposta foi pouco utilizada como base para o planejamento regional, sendo usada apenas parcialmente pelo PCBAP e pelo Programa Pantanal. Contudo, tal subdivisão foi amplamente utilizada em pesquisas científicas sobretudo pela ciência geográfica. As ações elaboradas sempre foram iguais para todos os municípios pantaneiros, em nenhuma política, plano ou programa analisado identificou-se alguma medida que considerasse

o pulso de inundação como elemento importante que originasse diferenciações nas ações.

O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) envolveu os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tinha como objetivos disciplinar, dentro de critérios técnicos de conservação, o uso e preservação dos recursos naturais, resguardando a qualidade ambiental da Bacia do Alto Paraguai (BAP), dentro de uma política conservacionista e incentivo a atividades econômicas compatíveis com o ecossistema pantaneiro. O PCBAP foi precursor do Zoneamento Ecológico-econômico, que se desenvolveu a partir de 1992 para o território nacional, com finalidade de promover o ordenamento territorial seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Em 2001 foi implantado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - Programa Pantanal, constituído por seis projetos e um projeto especial a serem executados pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). É relevante ressaltar que tal programa expressou preocupações com as populações tradicionais, mas restritas às populações indígenas.

Ao priorizar a população indígena, as demais populações tradicionais como pescadores profissionais artesanais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, entre outros, foram excluídos dos processos. Ao analisar todos os programas que constituem a amostra da pesquisa, conclui-se que, embora ocupem a região pantaneira há séculos, as populações tradicionais, de maneira geral, não foram beneficiadas ou ouvidas pelos programas

direcionados ao Pantanal, ou seja, a sociodiversidade não foi considerada em sua totalidade.

Após o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal – Programa Pantanal que vigorou até 2008, com exceção do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH PARAGUAI), elaborado entre 2015 e 2017 e aprovado em 2018, não foi proposto nenhum outro programa de desenvolvimento regional direcionado ao Pantanal. A partir de então, os instrumentos de gestão ambiental desse bioma apoiaram-se em legislações com destaque para Lei nº 8.830 de 21 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2008) e o Projeto de Lei do Senado Federal nº 750 de 2011, denominado Lei do Pantanal (BRASIL, 2011) que ainda tramita nas esferas decisórias governamentais e foi proposto pelo ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi – considerado, por Saito e Azevedo (2017), um intelectual orgânico do setor do agronegócio, cujas propostas reformistas visam manter a hegemonia de seu grupo particular.

As análises de tais legislações se justificam porque apontam cenários futuros, indicando como se tem pensado a gestão socioambiental desse importante bioma. Para efeito comparativo, elegeu-se alguns temas comuns aos dois textos legais demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3: Lei nº 8.830 de 21/01/2008 e o Projeto de Lei do Senado Nº 750 de 2011.

Critérios de Análise	Lei nº 8.830 de 21/01/2008	Projeto de Lei do Senado nº 750 de 2011	Análise Comparativa
-----------------------------	-----------------------------------	--	----------------------------

<p>Regularização/grau de interferências no pulso de inundação</p>	<p>§ 2º Os limites do Pantanal em Mato Grosso devem ser entendidos nesse caso como delimitadores de ações específicas na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai - BAP.</p>	<p>Parágrafo único: As delimitações do Pantanal brasileiro estão definidas em estudos da EMBRAPA/PANTANA L.</p>	<p>O enfoque dado pelo projeto de lei do Senado 750/2011, sem identificar os estudos, dificulta a análise de critérios utilizados e possibilita o aumento ou diminuição da área territorial do Pantanal. Tal fato, reduz essa área apenas à planície alagável, desconsiderando a relação sistêmica entre o planalto e planície. Na medida em que os problemas afetam o entorno do Pantanal repercutem diretamente sobre a planície alagável.</p>
<p>Ações desenvolvidas e impactos socioambientais</p>	<p>I - Articular-se com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a União, visando uma política integrada para a Bacia do Alto Paraguai.</p>	<p>V – A consolidação e a ampliação de parcerias internacional, nacional, estadual, interestadual e setorial para o intercâmbio de informações e a integração de políticas públicas articuladas e aplicáveis ao bioma Pantanal.</p>	<p>Gestão compartilhada: considera-se um avanço a responsabilidade com uma política nacional e internacional de gestão integrada aumenta a</p>

			escala geográfica envolvendo países da América do Sul que possuem áreas de Pantanal em seus territórios.
Art. 11. A limpeza de pastagem, para fins da pecuária extensiva, fica permitida para as espécies [...] na forma do regulamento. §1º Fica vedada a limpeza de pastagem nos capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares.	Art. 13 Limpeza de pastagem, para fins da pecuária extensiva, fica permitida para as espécies [...] na forma do regulamento. §1º. Tratando-se de áreas não alagáveis, que não sejam capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares, será permitida em área passível de exploração, a substituição da vegetação nativa por pastagens de melhor valor nutricional. §2º. Havendo a presença de espécies arbóreas, que se fizer necessária a retirada de material madeireiro, deverá ser solicitado mediante apresentação de um projeto de licenciamento ambiental. §3º. Fica vedado o desmate nos capões, cordilheiras, diques marginais, naturais e matas ciliares, exceto quando for para acesso à habitação dos ribeirinhos, sede e	Manejo de vegetação nativa: ambos os textos mantiveram a limpeza de pastagens como técnica de manejo da pecuária. O projeto de lei passa a regularizar o desmatamento da vegetação nativa do Pantanal em áreas específicas e sua substituição por pastagens. O pulso de inundação é mencionado, no sentido de que as infraestruturas construídas não interfiram no seu curso.	

		retiros de fazendas e desenvolvimento de atividades turísticas, vedadas às intervenções que impeçam o fluxo da água.	
--	--	--	--

<p>Inclusão da Sociobiodiversidade</p>	<p>IX – Incentivar as ações de manutenção dos estoques pesqueiros, agregando valor ao pescado capturado pelos pescadores artesanais, através do desenvolvimento das cadeias produtivas da carne e do couro do peixe;</p> <p>IX – Reconhecer, implementar e subsidiar atividades sustentáveis desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais;</p> <p>XI – Incentivar atividades de ecoturismo como forma de gerar emprego e renda e de fiscalizar, proteger e divulgar o ambiente pantaneiro.</p>	<p>Art. 16 Fica estabelecido um período de 05 (cinco) anos de moratória nos rios do Pantanal brasileiro, tanto para pesca profissional como amadora, devendo o governo federal instituir um programa de apoio aos pescadores profissionais existentes no Pantanal.</p> <p>§ 6º É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar na planície pantaneira, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto, na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.</p>	<p>A moratória estabelecida desconsidera a contribuição do pescado na composição da renda familiar dos pescadores artesanais e comunidades ribeirinhas que perderão suas fontes de renda. A cadeia produtiva da pesca amadora sofrerá prejuízos consideráveis, principalmente no comércio de produtos da pesca esportiva. A base econômica de municípios que dependem da pesca esportiva também será prejudicada. A perspectiva da economia sustentável se mantém em ambos os textos. São incentivadas atividades econômicas ligadas ao ecoturismo e, nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é</p>
---	--	--	---

			admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II relacionados à prática de aquicultura e infraestrutura a ela associadas.
--	--	--	--

	<p>XII – Reconhecimento dos saberes tradicionais como contribuição para o desenvolvimento e gestão das potencialidades da região;</p> <p>XIII – Respeito e valorização às formas de uso e gestão dos bens ambientais utilizados por povos e comunidades tradicionais; tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses; IV - Assegurar os direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais à autodeterminação na construção de políticas de gestão em território tradicional.</p>	<p>XII – Do reconhecimento dos saberes tradicionais como contribuição para o desenvolvimento e a gestão das potencialidades da região; XIII – Do respeito às formas de uso e de gestão dos bens ambientais utilizados por povos e comunidades tradicionais, bem como a sua valorização; XIV – Do respeito à diversidade biológica e aos valores ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, religiosos, recreativos e estéticos associados. IX – O reconhecimento à implementação e o subsídio a atividades sustentáveis desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Ambos os textos legais incluem as comunidades tradicionais com os mesmos parâmetros.</p>
--	--	--	---

Fonte: Brasil (2008) e Brasil (2011). Organizado pelos autores (2019).

Os instrumentos de gestão ambiental residem no licenciamento prévio das atividades junto ao órgão ambiental estadual. Observa-se a permissividade da lei no que se refere à supressão parcial da vegetação nativa, visando sua substituição, nas Áreas de Conservação Permanente poderá ser realizada por meio de prévio licenciamento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O pulso de inundação é mencionado sempre no sentido de proteção do seu curso, portanto, nas Áreas de Conservação Permanente será permitido a construção de estradas para acesso às propriedades rurais desde que não impeçam o fluxo de água.

Um aspecto relevante demonstrado pela análise das duas políticas diz respeito à vegetação nativa, utilizada como alimentação do gado em um modelo tradicional de manejo. Ambos os textos permitem que seja realizada a limpeza de pasto, ou seja, a retirada de espécies inadequadas à alimentação do gado. Porém, no Projeto de Lei do Senado Nº 750 de 2011 observa que será permitida a limpeza de pasto em áreas não alagáveis, que não sejam capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares, assim, ocorrerá a substituição da vegetação nativa por pastagens de melhor valor nutricional. Com tal medida, libera-se o desmatamento de áreas do Pantanal, antes passíveis apenas de reforma de pasto.

O desmatamento fica proibido em áreas como capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares, exceto quando for para acesso, habitação dos ribeirinhos, sede e retiros de fazendas e desenvolvimento de atividades turísticas, vedadas às intervenções que impeçam o fluxo da água.

Em se tratando de supressão de vegetação nativa de porte arbóreo, a maior parte dessas classes são, justamente, as cordilheiras, capões e matas ciliares (floresta ripícola). O problema

da liberação da substituição da vegetação nativa por pastagem introduzida está sobretudo relacionado à degradação dos campos naturais (não inundáveis, ou ainda, que sofrem menos com as inundações). Esses que, mesmo não apresentando significativa quantia de vegetação arbórea, têm papel fundamental na dinâmica natural do Pantanal.

O desmatamento do Pantanal vem acompanhando a modernização da atividade econômica da agropecuária haja vista que a diminuição da capacidade de suporte das pastagens nativas, decorrente da invasão por espécies arbustivas, tais como canjiqueira (*Byrsonima cydoniifolia*), assa-peixe (*Vernonanthura brasiliana*), exige a limpeza de campo, uma das atividades que mais onera economicamente o sistema de produção.

Silva e Passos (2018) reafirmam, com base na análise do discurso dos habitantes do Pantanal da Nhecolândia, que a maior frequência e intensidade da presença da vegetação arbustiva invasora está ocupando sobretudo áreas de baías e dos campos. Tal fato é atribuído às secas prolongadas da última década que influenciam no pulso de inundação, tendo em conta que, no Pantanal, a dinâmica de muitas espécies vegetais acompanha o subir e baixar das águas, que pode promover a limpeza das pastagens, ou (em determinadas ocasiões) permitir o maior ou menor grau de infestação dos campos com espécies invasoras.

Os solos da planície pantaneira, de modo geral, apresentam limitações à lavoura, caracterizando-se pela presença de lateritas em áreas úmidas (hidromórficas) e planossolos, além de várias outras classes, todos alagáveis, em maior ou menor grau e de baixa fertilidade (BRASIL, 1997b). Contudo, as bordas da planície e os planaltos adjacentes são agricultáveis, correlativamente, constata-se

a diversidade de espécies agrícolas cultivadas, principalmente a cana-de-açúcar, soja e mandioca, além da expressiva produção da pecuária (Tabela 2).

Tabela 2: Principais Atividades Agropecuárias dos Municípios do Pantanal Brasileiro.

Municípios	Principais Espécies Agrícolas (t) *	Pecuária Bovina (Cabeças) **
Barão de Melgaço - MT	Mandioca (1.072); cana-de-açúcar (962)	149.286
Cáceres - MT	Mandioca (18.200); soja (8.400)	980.953
Itiquira - MT	Soja (540.000); cana-de-açúcar (360.000)	268.525
Lambari D'Oeste - MT	Cana-de-açúcar (942.799); soja (2.700)	125.852
Nossa Senhora do Livramento - MT	Cana-de-açúcar (8.800); mandioca (8.400)	157.506
Poconé - MT	Cana-de-açúcar (42.036); mandioca (9.750)	432.090
Santo Antônio de Leverger - MT	Cana-de-açúcar (174.261); soja (66.413)	490.032
Aquidauana - MS	Mandioca (2.250); cana-de-açúcar (750)	803.976
Bodoquena - MS	Arroz (7.654); soja (2.850)	170.773
Corumbá - MS	Mandioca (5.400); soja (4.711)	1.761.574
Coxim - MS	Soja (33.696); milho 927.360)	518.516
Ladário - MS	Mandioca (525); tomate (100)	10.257
Miranda - MS	Arroz (30.473); sorgo (17.370)	356.998
Sonora - MS	Cana-de-açúcar (1.106.408); soja (191.880)	143.440
Porto Murtinho - MS	Milho (7.719); soja (6.087)	724.505

*MS e MT: Dados de 2015.

**MS e MT: Dados de 2014.

Fonte: SEMANDE (www.semade.ms.gov.br/dados-estatisticos-dos-municipios-de-ms. Acesso em: ago. 2017) e Mato Grosso (Anuário Estatístico de Mato Grosso 2014. Disponível em: www.dados.mt.gov.br/arquivos/data/public/c6242c664d.php. Acesso em: jul. 2017).

Embora as legislações proíbam, nos limites da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso, a implantação de projetos agrícolas, exceto a atividade agrícola de subsistência e a pecuária extensiva, a análise da tabela remete à conclusão que as áreas nativas do Pantanal brasileiro estão sendo ocupadas por *commodities*, especialmente no planalto (ROSSETTO; GIRARDI, 2012). O caso que exemplifica tal realidade foi noticiado em 06/07/2018 e ocorreu no município de Poconé - MT que tem 80,3% de sua área alagável, ou seja, no Pantanal (SILVA; ABDON, 1998), onde uma fazenda que faz a integração lavoura-pecuária em uma área de 1.500 hectares alcançou o título de campeã estadual de produtividade pelo Comitê Estratégico de Soja Brasil (CESB) edição 2017/2018, produzindo 100,41 sacas por hectare, atingindo volume recorde em Mato Grosso (DOMINGUES, 2018).

A soja é cultivada de novembro a março, na época de maiores índices pluviométricos, quando o pulso de inundação atinge sua capacidade máxima e se estende sobre a planície. Se considerarmos que os tratamentos culturais com o uso de agrotóxicos ocorrem nessa época e a conectividade hídrica está acentuada, é possível criarmos a hipótese que, na perspectiva sistema de interação planalto-planície, todos os insumos utilizados serão carreados para planície causando

impactos socioambientais que ainda carecem de estudos pela comunidade científica.

As consequências das mudanças no sistema de manejo e usos produtivos das terras do Pantanal resultam em alterações na vegetação natural dos municípios da Bacia do Alto Paraguai, que se estendem em graus variados, tanto no planalto como na planície (Tabela 3).

Tabela 3: Percentual de Alteração na Área Natural dos Municípios do Pantanal Norte Mato-grossense – Bacia do Alto Paraguai (2012-2014).

Município	Planície (%)	Planalto (%)
Barão de Melgaço	0,32	-
Poconé	0,34	0,41
Itiquira	0,67	0,13
Cáceres	0,36	0,17
Nossa Senhora do Livramento	1,14	0,44
Santo Antônio do Leverger	1,07	0,53
Lambari D'Oeste	-	0,35

Fonte: Adaptado de Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2012 a 2014. Instituto SOS Pantanal, WWF- Brasil. Brasília, 2015. Disponível em www.embrapa.br/documents/1354999/1529097/BAP+-+Mapeamento+da+Bacia+do+Alto+Paraguai+-+estudo+completo/e66e3afb-2334-4511-96a0-af5642a56283. Acesso em: jun. 2017.

A tabela privilegia os municípios da Bacia do Alto Paraguai onde se localizam as nascentes dos principais rios que cortam o Pantanal, tributários da bacia hidrográfica do rio Paraguai, e demonstra a alteração percentual das áreas de planície e de planalto.

As elevadas taxas pluviométricas nas áreas de planalto, aliadas aos tipos de solo e às formas de uso, têm como consequência uma alta produção de sedimentos que são carregados pelos cursos d'água para as regiões mais baixas, depositando-se na planície, onde as pequenas velocidades do escoamento favorecem sua sedimentação, podendo provocar o assoreamento dos rios e alterar a dinâmica de inundação em microformas (geomorfológicas) na planície.

A análise dos dados indica que os municípios de Santo Antônio do Leverger e Nossa Senhora do Livramento são os que apresentam maior impacto de retirada da vegetação natural nas áreas de planície, ou seja, nas áreas inundáveis. Ademais, do ponto de vista geomorfológico, o Pantanal é uma extensa planície sedimentar que recebe material das áreas altas circundantes, então os dejetos da agricultura monocultora (entre eles inseticidas e herbicidas) tendem a se espalhar pela planície carregados pelas águas do pulso de inundação.

Apesar das leis nº 8.830 de 21 de janeiro de 2008 e do Projeto de Lei do Senado Nº 750 de 2011 proibirem a construção de diques, barragens ou obras de alterações dos cursos d'água, demonstrando a preocupação em não alterar o trajeto do fluxo natural da água, ou seja, do pulso de inundação, pesquisas de campo realizadas pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA) da Universidade Federal de Mato Grosso revelam a presença de canais de drenagem nos municípios de Cáceres, Poconé e Santo Antônio de Leverger.

Tais canais servem para escoar a água do pulso de inundação em direção aos rios localizados em áreas circunvizinhas, permitindo o plantio em locais antes propícios somente à pecuária. Os impactos socioambientais dessas práticas carecem de pesquisas

científicas, entretanto, observou-se em campo o prejuízo de pecuaristas vizinhos às áreas que utilizam canais de drenagem, porque suas terras, antes ocupadas pelo pulso de inundação, com águas que contribuíam para a limpeza das pastagens e para o abastecimento das represas, se encontram secas, obrigando-os a construir outras represas.

Em março de 2018, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) elaborou, junto à sociedade civil organizada, o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH PARAGUAI), que inclui os principais rios do Pantanal: Paraguai, Taquari, São Lourenço, Cuiabá, Itiquira, Miranda, Aquidauana, Negro, Apa e Jauru. No âmbito do texto, prevê ações (estudos, gestão e obras) a serem implementadas em 78 municípios – trinta (30) em Mato Grosso e quarenta e oito (48) em Mato Grosso do Sul.

Elaborado na perspectiva do desenvolvimento sustentável, está dividido nos programas, a saber: Governança para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos; Implementação e Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos; Solução de conflitos pelo uso dos Recursos Hídricos; Conservação dos Recursos Hídricos; Elaboração de estudos hidrológicos e sedimentológicos da RH-Paraguai, avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos no regime hidrológico e na dinâmica das inundações na planície do Pantanal (BRASIL, 2018).

Sobre a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas nos rios do Pantanal, Crabb et al. (2017) registram a interrupção do ritmo natural do Pantanal e do pulso de inundação, fragmentando ecossistemas e afetando as relações ecológicas. Como ainda é recente,

o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH PARAGUAI) ainda carece de monitoramento na fase de implantação e implementação.

Parâmetros para Elaboração das Políticas Públicas

Diante das análises realizadas, propõe-se considerar os seguintes parâmetros na elaboração das futuras políticas e ações destinadas ao Bioma Pantanal:

a) considerar a altimetria do relevo e a interferência do pulso de inundação na biodiversidade e na sociodiversidade, regionalizando especificamente os municípios do Pantanal de acordo com o percentual municipal de área alagável, de forma a vier a criar políticas, planos e programas direcionados mais à preservação do que à conservação ambiental para aqueles que sofrem maior influência do pulso de inundação e têm maior contribuição na formação da área do Pantanal, quais sejam: Corumbá (44,74%), Poconé (10,21%), Cáceres (10,11%) e Aquidauana (9,36%);

b) considerar o conceito de externalidade, ou seja, regular a intensidade e extensão da exploração da natureza, registrando os danos causados por empreendimentos privados sobre o bem coletivo Pantanal, patrimônio natural da humanidade, imputando valor econômico a elementos da natureza e da cultura, difíceis de serem valorados, mas que devem ser contabilizados como custo social coletivo, criando mecanismos de cobranças monetárias, responsabilizando os agentes causadores das externalidades negativas;

c) manter a visão sistêmica da interação entre o planalto, onde se localizam as nascentes dos mananciais hídricos formadores do Pantanal, responsáveis por grande parte da produção hídrica que mantém o pulso de inundação da planície pantaneira, e a planície propriamente dita, que recebe as águas e os sedimentos oriundos dos planaltos, controlando as práticas econômicas que ocorrem nas partes altas e baixas da bacia hidrográfica do rio Paraguai. Essa visão sistêmica reconecta as zonas úmidas como elementos da bacia hidrográfica e contribui para a integração do Pantanal na gestão da bacia hidrográfica (COOLS et al., 2013). A conexão entre sub-regiões do Pantanal deve também ser acompanhada, dentro da visão sistêmica, de um olhar sobre a interação entre o Pantanal e outras regiões, considerando por exemplo a importância dos low level jets que trazem umidade da Amazônia para esta região (VERNEKAR; KIRTMAN; FENNESSY, 2003);

d) identificar os serviços ambientais oferecidos pelo Bioma Pantanal, entre eles a capacidade de produção de água e o equilíbrio do ciclo hidrológico, a decomposição e a limpeza dos dejetos, com a ciclagem de nutrientes, a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético, a diversidade cultural e de valores imateriais entre outros, e implantar política e programas de pagamento ou compensação por serviços ambientais principalmente para unidades produtivas localizadas nas áreas com maior influência do pulso de inundação;

e) considerar mecanismos e arranjos institucionais que remunerem produtores agropecuários das áreas rurais do Pantanal que desenvolvam ações de preservação e conservação ambiental;

f) implementar ações de sinergia e elaborar políticas conjuntas entre Brasil, Bolívia e Paraguai, países onde o bioma está inserido, cuja gestão compartilhada já consta nas legislações brasileiras, Lei nº 8.830 de 21 de janeiro de 2008 e o Projeto de Lei do Senado Federal nº 750 de 2011. Essa gestão coletiva do Pantanal foi corroborada em 2018 durante o 8º Fórum Mundial da Água onde foi assinada uma declaração pelos ministros dos três países;

g) desenvolver a capacitação de *stakeholders* e tomadores de decisão, buscando reduzir, restringir e alterar práticas inadequadas no Bioma Pantanal. Essa capacitação deve ser focada na apreensão de uma visão sistêmica de todo o processo da paisagem de zonas úmidas, integrando a alfabetização científica e o respeito ao conhecimento e às práticas culturais, numa abordagem interdisciplinar (SCHULZ et al., 2019). Modelos baseados em mapas conceituais podem ser úteis nesse trabalho (SAITO, 2017).

Considerações finais

Entre 1970 e 1992, as políticas direcionadas ao Pantanal Brasileiro se caracterizavam pela lógica do desenvolvimento de uma região considerada improdutiva, em decorrência da pecuária

extensiva de baixo índice zootécnico. A lógica de mercado não considera a biodiversidade e a sociodiversidade como elementos importantes, portanto, a natureza e a cultura não têm influência nos projetos desenvolvimentistas baseados na exploração dos recursos naturais e na sujeição dos povos tradicionais aos interesses exploratórios e acumuladores de capital.

Nos textos legais e nos planos direcionados ao Pantanal brasileiro, a partir de 1992, registra-se a perspectiva do desenvolvimento sustentável aliando o manejo das atividades econômicas com a conservação e preservação ambiental. Contudo, na prática, observa-se a permissividade dos órgãos gestores licenciando atividades que não são permitidas no bioma, a exemplo do cultivo da monocultura de soja em municípios com elevado percentual do seu território em áreas de planície, como no caso do município de Poconé. E a ausência de monitoramento e pesquisas científicas que colaborem para a minimização dos impactos socioambientais.

Considerando o avanço da agropecuária e a substituição das técnicas de manejo dos ambientes tradicionais por técnicas modernas, sem o respectivo cuidado com a preservação e a conservação do Pantanal, obtêm-se maior eficiência econômica e impactos socioambientais negativos. Tal cenário aliado à fragilidade ou ausência de mecanismos de gestão conduzirá à incorporação do Pantanal na lógica do agronegócio, que vem transformando de forma irreversível a biodiversidade e a sociodiversidade de outros biomas brasileiros. É urgente repensar as formas de desenvolvimento do Pantanal, de realizar a revisão sistêmica das políticas públicas, para evitar a perda, de forma irreversível, deste patrimônio natural da humanidade.

Referências bibliográficas

AB' SÁBER, A. N. Pantanal Mato Grossense e a Teoria dos Refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, tomo 2, p. 9-57, 1988.

ABREU, S. de. *Planejamento governamental: a SUDECO no "Espaço Mato-Grossense"*. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

BARDIN, L. *L'analyse de Contenu*. Paris: Presses universitaires de France, 1977.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *Desarrollo sostenible del Pantanal*. Documento Del. Operación n. 1290/OC-BR. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-55.

BRASIL. Pantanal. *Biomás*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, s/d. Disponível em: www.mma.gov.br/biomás/pantanal. Acesso em: jul. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Biomás*. 2004 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomás.html?edicao=16060&t=downloads> . Acesso em: ago. 2020

BRASIL. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP*. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. v. II, tomo IV. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997a.

BRASIL. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP*. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. v. II, tomo I. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997b.

BRASIL. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP*. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. v. II, tomo III. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997c.

BRASIL. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP*. Análise Integrada e Prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. v. III. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997d.

BRASIL. *Projeto de Lei 750/2011*. Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências. Disponível em: www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103831 Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. *Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai*. Resumo Executivo/ Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2018.

CASTRO, S. P. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: A Nata e a Borra da Sociedade*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1994.

CHIARAVALLOTI, R. M.; HOMEWOOD, K.; ERIKSON, K. Sustainability and Land tenure: Who owns the floodplain in the Pantanal, Brazil? *Land Use Policy*, v. 64, p. 511-524, 2017.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 3, 2014. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.990>

COOLS, J.; JOHNSTON, R.; HATTERMANN, F. F.; DOUVEN, W.; ZSUFFA, I. Tools for wetland management: Lessons learnt from a comparative assessment. *Environmental Science & Policy*, 34, p. 138-145, 2013.

CRABB, L.; LAING, A.; WHITNEY, B.; SAITO, C. Hydroelectric dams threaten Brazil's mysterious Pantanal – one of the world's great wetlands. *The Conversation*, USA, nov. 2017. Disponível em: <http://theconversation.com/hydroelectric-dams-threaten-brazils-mysterious-pantanal-one-of-the-worlds-great-wetlands-86588>. Acesso em: 15 set. 2018.

CUNHA, C. N. da; JUNK, W. J. A preliminary classification of habitats of the Pantanal of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, and its relation to national and international classification systems. In: JUNK, W. J.; CUNHA, C. N. da; WANTZEN, K. M. (Eds.). *The Pantanal: Ecology, biodiversity and sustainable management of a large neotropical seasonal wetland*. Pensoft: Sofia-Moscow. 2011.

DOMINGUES, R. Lavoura de Soja do Pantanal tem a Melhor Produtividade do Brasil. *Jornal Oeste*, 06 jul. 2018. Disponível em: www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=45268¬icia=lavoura_de_soja_do_pantanal_tem_a_melhor_produtividade_do_brasil. Acesso em: jul. 2018.

DUQUE, J. C.; RAMOS, R.; SURINACH, J. *Supervised Regionalization Methods: A Survey*. IREA Working Papers, v. 30, n. 3, p. 195-220, 2007.

FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

GALDINO, S.; VIEIRA, L. M.; PELLEGRIN, L. A. *Impactos Ambientais e Socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari-Pantanal*. Corumbá: Embrapa, Pantanal, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO SOS PANTANAL. *Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2012 a 2014*. Instituto SOS Pantanal, WWF- Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: www.sospantanal.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publicac%CC%A7a%CC%83o_BAP_Relato%CC%81rio_2012-2014_Web.pdf. Acesso em: jun. 2017.

JUNK, W. J.; SILVA, C. J. da. O conceito de pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal – Manejo e Conservação, 2, 1996, Corumbá. *Anais [...]*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 1999. p. 17-28.

JUNK, W. J.; NUNES DA CUNHA, C.; WANTZEN, K. M.; PETERMANN, P.; STRÜSSMAN, C.; MARQUES, M. I.; ADIS, J. Biodiversity and its conservation in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil. *Aquatic Sciences*, v. 68, p. 278-309, 2006.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder*. Madrid, España: Siglo veintiuno editores, 1998.

LEFF, E. Tempo de sustentabilidade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, a. 3, n. 6-7, p. 5-14, 2000.

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEWIN, J. Floodplain. Construction and erosion. In: PETTS, G.; CALOW, P. (Eds). *River Flows and Channel Forms*. Blackwell Science, 1996. p. 220.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.) *Brasil, Século XXI - Por uma Nova Regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MATO GROSSO. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*. Cuiabá: SEPLAN, 2014. Disponível em: www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/. Acesso em: jul. 2017.

MATO GROSSO. *Lei n° 8.830 de 21 de janeiro de 2008* que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DOC-Legisla%C3%A7%C3%A3o%20citada-20111220%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DOC-Legisla%C3%A7%C3%A3o%20citada-20111220%20(1).pdf). Acesso em: mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. *Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2015*: Ano base: 2014. Campo Grande: SEMADE, 2015. Disponível em: www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/12/Perfil-Estatistico-de-MS-2015-revisao.pdf. Acesso em: ago. 2017.

NEVES, A. C. O. Conservation of the Pantanal Wetlands: The Definitive Moment for Decision Making. *Ambio*, v. 38, n. 2, p. 127-128, 2009.

ROSSETTO, O. C. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-grossense In: ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N (Orgs.). *Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade*. 1. Ed. Porto Alegre: Compasso Lugar, Cultura. 2015. p. 29-80. Disponível em: https://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1. Acesso em: ago. 2017.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P. Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro. *Revista NERA (UNESP)*, a. 15, n. 21, p. 135-161, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2115/1953>. Acesso em: jul. 2018.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P. Trajetória e Resiliência dos Povos Indígenas do Pantanal Brasileiro. In: ROSSETTO, O. C.;

TOCANTINS, N (Orgs.). *Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade*. 1. Ed. Porto Alegre: Compasso-Lugar, Cultura, 2015. p.197-239. Disponível em: https://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1. Acesso em: ago. 2017.

ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N. Características Socioeconômicas dos Pescadores Profissionais Artesanais da Bacia Do Alto Paraguai (BAP) e do Pantanal Norte Mato-Grossense. In: ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N (Orgs.). *Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade*. 1. Ed. Porto Alegre: Compasso-Lugar, Cultura, 2015. p. 161-196. Disponível em: https://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1 . Acesso em: ago. 2017.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAITO, C. H. Concept Map to Visualize Opposite Perspectives of Rapa Nui History as a Whole. *Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences*, v. 1, n. 5), artigo 00029, 2017. <https://doi.org/10.15406/jhaas.2017.01.00029>

SAITO, C. H.; AZEVEDO, A. A. Organic Intellectuals: Legitimizing Agribusiness Production in Brazil. *International Gramsci Journal*, v. 2, n. 2, p. 107-132, 2017. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1075&context=gramsci>. Acesso em: ago. 2018.

SCHULZ, C.; WHITNEY, B. S.; ROSSETTO, O. C.; et al. Physical, ecological and human dimensions of environmental change in Brazil's Pantanal wetland: Synthesis and research agenda. *Science of the Total Environment*, 687, p. 1011-1027, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.06.023>

SILVA, J. S.V. da; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 33. n. especial, p. 1703-1711, out. 1998.

SILVA, M. H. S.; PASSOS, M. M. dos. Discurso de A(U)Tores da Paisagem do Pantanal da Nhecolândia. *Mercator*, Fortaleza, v. 17, e17015, p. 1-16, 2018. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1145-1-11121-1-10-20180705%20(1).pdf. Acesso em: out. 2018.

TUBELIS, D. P.; TOMAS, W. M. Bird species of the Pantanal Wetland, Brazil. *Ararajuba*, v. 11, n. 1, p. 5-37, 2003.

Submetido em: 15 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

Como citar este artigo:

ROSSETTO, Onélia Carmen; NORA, Giseli Dalla; SAITO, Carlos Hiroo. Desenvolvimento (in)sustentável do Pantanal brasileiro: regionalização e políticas públicas (1970-2018). **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 434-476, jan.-jun./2020.

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO EM QUIXADÁ-BRASIL COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

*ANALYSIS OF USE AND OCCUPATION IN
QUIXADÁ-BRAZIL AS A SUBSIDY TO
ENVIRONMENTAL PLANNING*

*ANÁLISIS DE USO Y OCUPACIÓN EN
QUIXADÁ-BRASIL COMO SUBSIDIO A LA
PLANIFICACIÓN AMBIENTAL*

ANDREA BEZERRA CRISPIM

Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) –
Fortaleza/CE.

E-mail: crispimprof1@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo realizar o estudo da dinâmica ambiental do município de Quixadá, localizado no Sertão Central do Ceará-Brasil, tendo como suporte a análise geoespacial de informações geográficas das atividades relacionadas ao uso e ocupação referente aos anos de 1985 e 2015. A área de estudo possui uma área de aproximadamente 2024km². A metodologia baseou-se na realização de mapeamentos em escala de 1:40.000 e atividades de campo. Utilizou-se de procedimentos como a análise espacial a partir de ferramentas disponíveis em *softwares* específicos, com destaque ao *QGIS* 3.4. Como principais resultados, ilustram-se as mudanças ocorridas nos ambientes de Quixadá, destacando os vetores de pressão ocasionados na área, como a atividade agropecuária. Componentes ambientais, a exemplo da caatinga arbustiva aberta, tiveram uma diminuição em aproximadamente 307,27 km², ocorrendo uma perda de 28,32% na área. Ao final da pesquisa, foram delineadas diretrizes sobre as mudanças ocorridas no espaço geográfico de Quixadá, o que vem a contribuir nas tomadas de decisões no que concerne o planejamento territorial do município.

Palavras-chave: planejamento ambiental, análise espacial, dinâmica de uso e ocupação.

Abstract: The article aims to study the environmental dynamics of the city of Quixadá, located in the Central Sertão do Ceará-Brazil, based on the geospatial analysis of georeferenced geographic information on activities related to use and occupation for the years 1985 and 2015. The study area has an area of approximately 2024 km². The methodology was based on mapping at a scale of 1: 40000 and field activities. Procedures such as spatial analysis were used based on tools available in specific software, with emphasis on QGIS 3.4. As main results, the changes that occurred in the Quixadá environments are illustrated, highlighting the pressure vectors caused in the area, such as agricultural activity. environmental components, such as the open shrubland, decreased by approximately 307,27 km², with a loss of 28,32% in the area. At the end of the research, guidelines were outlined on the changes that occurred in the geographic space of Quixadá, which has contributed to decision-making with regard to the territorial planning of the municipality.

Keywords: environmental planning, spatial analysis, dynamics of use and occupation.

Resumen: El artículo tiene como objetivo llevar a cabo el estudio de la dinámica ambiental del municipio de Quixadá, ubicado en el Hinterland Central de Ceará-Brasil, basado en el análisis geoespacial de información geográfica georreferenciada sobre actividades relacionadas con el uso y la ocupación para los años 1985 y 2015. El área de estudio tiene un área de aproximadamente 2024 km². La metodología se basó en el mapeo a escala 1:40.000 y en actividades de campo. Se utilizaron procedimientos como el análisis espacial basados en herramientas disponibles en software específico, con énfasis en QGIS 3.4. Como resultados principales, se ilustran los cambios que ocurrieron en los ambientes de Quixadá, destacando los vectores de presión causados en el área, como la actividad agrícola. Los componentes ambientales, como el matorral abierto, disminuyeron en aproximadamente 307,27 km², con una pérdida del 28,32% en el área. Al final de la investigación, se delinearon pautas sobre los cambios que ocurrieron en el espacio geográfico de Quixadá, lo que contribuye a la toma de decisiones con respecto a la planificación territorial del municipio.

Palabras-clave: planificación ambiental, análisis espacial, dinámica de uso y ocupación.

Introdução

A evolução das geotecnologias, principalmente na segunda metade do século XX, vem contribuindo de forma significativa nas tomadas de decisões frente aos mais diversos estudos territoriais, destacando as questões direcionadas às mudanças ocorridas no espaço geográfico, com ênfase na dinâmica do uso e ocupação do solo. Como suporte para análise dos estudos territoriais, a utilização do Sistema de Informações Geográficas (SIG's) passa a fornecer um arcabouço metodológico, propiciando inúmeras possibilidades de informações no processo de sistematização e análise de dados geográficos.

O debate em torno de ferramentas que contribuam ao estabelecimento de análises geoespaciais mais precisas, com a necessidade em quantificar as mudanças referentes ao uso e ocupação nos mais diversos territórios, e em particular nas regiões semiáridas, tem surgido nos últimos anos com o desafio em contribuir a uma melhor compreensão das mudanças paisagísticas.

A necessidade em trabalhar com análises espaciais frente ao disciplinamento do uso do solo, como a elaboração de mapeamentos temáticos (mapa geomorfológico, mapa de declividade, mapa hipsométrico, mapa de aptidão agrícola, mapa de dinâmica de uso do solo, dentre outros) que visem à tomada de decisões no solo urbano e rural, tem feito das novas geotecnologias uma ferramenta primordial ao planejamento ambiental.

Com ênfase nos Sistemas de Informações Geográficas que permitem trabalhar com um número expressivo de informações georreferenciadas, e propiciando a análise geoespacial dos diversos fenômenos geográficos, destaca-se a relevância da utilização dessa

técnica em processos decisórios no âmbito do planejamento ambiental, como a delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP's), associados a critérios jurídicos como o novo Código Florestal (Lei nº12.651/2012) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU.

Contribuindo de forma enfática nos estudos direcionados ao planejamento ambiental das cidades brasileiras, e as mudanças frente ao uso e ocupação do solo, a utilização de técnicas de geoprocessamento permite uma melhor análise com maior acurácia no que condiz ao aumento e direcionamento de atividades específicas. Cita-se como exemplo atividades relacionadas à agropecuária extensiva e sua relação com o aumento da degradação ambiental em regiões semiáridas.

Dando ênfase ao planejamento ambiental, que constitui um instrumento primordial no processo de construção de uma plataforma ambiental sustentável e mais acessível à sociedade, este passa a ser uma ferramenta essencial para integrar e gerenciar a utilização dos elementos ambientais nas tomadas de decisões, com o desafio em compatibilizar as políticas de desenvolvimento e a preservação ambiental.

Mediante exposto, a presente pesquisa propõe realizar o estudo das mudanças relacionadas ao uso e ocupação da terra no município de Quixadá, localizado no sertão central do estado do Ceará – Brasil, tendo como recurso a utilização do Sistema de Informações Geográficas na realização da análise espacial, com objetivo de quantificar as mudanças ambientais e processos de transição das atividades no município semiárido, contribuindo na elaboração de um planejamento ambiental sustentável.

Sistema de informações geográficas e análise geoespacial

A espacialização e análise dos fenômenos geográficos têm se estabelecido como um procedimento utilizado na elaboração das mais diversas informações georreferenciadas, passando a contribuir de forma precisa e necessária ao planejamento territorial, seja em áreas urbanas ou em área rurais.

Mediante a definição abordada por Câmara *et al.* (2004), que discute a utilização de ferramentas de Geoprocessamento como um aporte metodológico primordial às pesquisas geográficas, a análise espacial compreende todo um processo de sistematização e distribuição de dados geográficos oriundos de objetos georreferenciados e espacializados no espaço geográfico, possuindo uma determinada característica e correlação com outros objetos geográficos.

Tais características, de acordo com os autores, passam a possuir uma maior precisão técnica devido à disponibilidade e capacidade para armazenamento, processamento, e sistematização de informações trabalhadas através do Sistema de Informação Geográfica (SIG's), sendo este primordial na representação de dados geoespaciais.

Na busca de uma melhor compreensão da dinâmica socioeconômica e ambiental, Lima *et al.* (2017) destaca o avanço tecnológico, com ênfase nas geotecnologias, como um instrumento que subsidia no entendimento da expansão de atividades socioeconômicas decorrentes da atuação das mais variadas intervenções ocorridas no espaço geográfico. Tal discussão soma-se à necessidade em abordar de forma não reducionista a utilização das geotecnologias na perspectiva de um planejamento ambiental, com

objetivo em subsidiar na compreensão das mudanças ambientais frente o uso e ocupação do solo.

Nesta perspectiva, Menezes e Fernandes (2013) destacam que mesmo tendo um surgimento recente em ambientes computacionais, o SIG obteve um grande avanço teórico, tecnológico e computacional, podendo ser utilizado nos mais diversos campos de atuação. Na perspectiva geográfica, tal sistema operacional é primordial na realização de mapeamentos de uso do solo para compreender e quantificar as mudanças paisagísticas ocorridas.

Seguindo a discussão feita por Prina e Trentin (2015), dada a importância em estudar as atividades socioeconômicas e seus impactos sobre os componentes geoambientais, os conceitos tangentes às geotecnologias envolvem um conjunto de procedimentos que visam a manipulação de dados geográficos, estando estes georreferenciados e aptos à realização das mais diversas análises geoespaciais.

Em termos conceituais, Fitz (2008) caracteriza o SIG como um sistema de gerenciamento de dados geográficos, com informações gráficas e não gráficas e que envolve o procedimento de obtenção, manipulação, exibição e impressão de dados com representação gráfica, algoritmos e técnicas para análise das informações geográficas. Na perspectiva de análise do uso do solo, o SIG passa a constituir uma ferramenta primordial no estabelecimento e criação de informações urbanas e rurais.

A importância do Sistema de Informações Geográficas (SIG's) na elaboração de informações correspondentes à dinâmica de uso do solo toma uma maior notoriedade quando este passa a integrar informações geográficas em uma base de dados provenientes de dados geocartográficos, utilizando-se de procedimentos

metodológicos e especificações técnicas para melhor acurácia no processo de análise espacial. Esta por sua vez, contribui ao processo de geração de mapas temáticos, servindo como suporte na análise dos fenômenos geográficos.

Esta análise espacial dos dados geográficos, conforme aponta Câmara *et al.* (2007), tem como principal característica a capacidade de mensuração de propriedades e relacionamentos entre os fenômenos geográficos, tendo como ponto principal a localização espacial do fenômeno e correlação entre estes.

Este processo, de acordo com Aronoff (1989), toma como suporte o Sistema de Informações Geográficas, que funciona como um conjunto de procedimentos de suporte à análise espacial para manipular estes dados geoespaciais, seja em análises simples até análises mais complexas, com a utilização de modelagens ambientais. Cada procedimento passa a ser utilizado de acordo com os objetivos traçados em determinada pesquisa, contribuindo de forma positiva ao planejamento dos territórios e na gestão de políticas ambientais.

Bases normativas com ênfase ao planejamento ambiental

O planejamento ambiental, em particular na região semiárida, tem sido muitas vezes palco de decisões políticas que tem retratado como o planejamento econômico tem sido incrementado de forma paliativa, não dando propostas efetivas para diminuir os problemas socioeconômicos, de modo a alcançar a superação das desigualdades sociais das cidades brasileiras.

De acordo com Rodriguez e Silva (2013), o planejamento ambiental passa a ser um processo intelectual no qual são projetados os instrumentos da política ambiental baseados em abordagens

técnico-científico, instrumental e participativa, facilitando o processo de implementação de um leque de ações ao processo de gestão dos mais diversos territórios.

Na perspectiva do território brasileiro, possuindo maior ênfase na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 70, o planejamento ambiental tem sido associado com outros instrumentos jurídicos, a exemplo da elaboração das políticas urbanísticas, com o objetivo de articular políticas ambientais como o zoneamento ambiental e zoneamento urbano, sendo estas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto das Cidades (Lei Federal nº10.257/2000).

Esta base jurídica possui um amplo leque de diretrizes que visam nortear atividades urbanas e ambientais, levando em consideração o desafio de minimizar os problemas em áreas com maior vulnerabilidade social.

Neste contexto, a implementação de políticas públicas passa a ser de responsabilidade do Estado, que deve ter como um dos objetivos primordiais a elaboração de um planejamento ambiental que visa, muitas vezes, a elaboração políticas públicas que vão desde a valorização de algumas áreas urbanas, até a falta de políticas públicas em ambientes mais periféricos. Por sua vez, de acordo com Corrêa (2003), o Estado passa a planejar a expansão de uma economia de forma desigual, reestruturando o espaço geográfico da área de forma a aumentar a segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que incorpora o discurso de modernização, se apropriando dos espaços na perspectiva de utilização dos elementos naturais.

Desta forma, a omissão do Estado no que condiz ao planejamento de políticas ambientais tem ocasionado o aumento de problemas ambientais, como aumento na incidência de solos

expostos, degradação da cobertura vegetal, poluição dos recursos hídricos e perda da capacidade de resiliência dos geoambientes.

Mesmo saindo do contexto da Região Metropolitana de Fortaleza - Ceará, onde os problemas ambientais tornam-se mais nítidos, o município de Quixadá perpassa por problemas socioambientais que vão desde a expansão de áreas degradadas até a necessidade de elaboração de políticas que visem minimizar o aumento da segregação socioespacial do município.

Da elaboração de leis até sua execução, no município de Quixadá há a ineficiência em executar o que está descrito, conforme estabelecido no Art. 10 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU (2000).

Art. 10 - A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo atuar nos espaços urbanos, procurando promover e harmonizar o seu crescimento e o seu desenvolvimento, controlando conflitos e estimulando usos compatíveis e deve ser orientada pelas seguintes diretrizes:

I - estabelecer as formas de parcelamento do solo, de modo a orientar o processo de urbanização, a integração da malha viária e o direcionamento dos investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos urbanos;

II - controlar o uso e a ocupação do solo, buscando equilíbrio na utilização dos espaços e compatibilizando a intensidade de uso do solo com a oferta de serviços;

III - disciplinar os métodos construtivos de modo a tornar compatíveis as edificações aos padrões de salubridade e segurança;

Contribuindo com as questões levantadas anteriormente, destaca-se também o potencial turístico, que tem sido um dos pontos atrativos do município. Destaca-se que muitas das atividades realizadas têm estabelecido formas de usos incompatíveis com o que está descrito em legislações pertinentes, como o Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município, elaborado no ano de 2000.

Ressalta-se que, para efeitos da lei e de acordo com o parágrafo 3º do art. 40 estabelecido pelo Estatuto das Cidades, a lei que institui o Plano Diretor deverá ser revisada de dez em dez anos. Ao que condiz a lei do município, a mesma deveria ter sido revisada no ano de 2010.

O quadro ambiental de Quixadá apresenta-se, assim, em uma lógica ambiental regida pelo discurso desenvolvimentista sem levar em conta a sustentabilidade dos geoambientes. A definição do termo quando utilizada de forma pragmática, conforme estabelecido por Souza (2010), soma-se a uma plataforma de ações simplistas que passam a caracterizar um ambiente com mudanças intensas em seu quadro ambiental, demonstrando o aumento dos problemas ambientais da área em decorrência da forma de uso dos geoambientes.

Nesse sentido, perdura-se o discurso de um crescimento econômico paralelo ao desenvolvimento sustentável, mas que enfoca um modelo de planejamento típico de outras cidades, como intensificação da pressão socioeconômica sobre os ambientes naturais, a falta de uma legislação específica ou da ausência de execução desta, e o fato de não se estabelecer plataformas ambientais que possam ser seguidas de forma concreta.

Doravante a este quadro ambiental, soma-se a ausência da aplicabilidade dos instrumentos legais que devem nortear a forma como o uso do solo é regido. Estes instrumentos são essenciais no estabelecimento de normas legislativas na consideração da preservação e conservação dos elementos naturais.

Para Phillippi *et al.* (2004), um dos grandes paradigmas do planejamento ambiental é perceber que os impactos ambientais negativos produzidos são consequência do modelo de desenvolvimento frágil, correspondente à administração pública frente à execução das políticas ambientais.

Ao considerarmos os instrumentos jurídicos no âmbito do planejamento ambiental, estabelecemos uma ferramenta de controle ambiental cujo objetivo é diminuir os impactos ocasionados pelas atividades socioeconômicas. A relação entre estes impactos ambientais e os elementos naturais é indissociável, uma vez que todo projeto de intervenção socioeconômica, seja no meio urbano ou rural, age sobremaneira no espaço geográfico.

A necessidade de se pensar em novas estratégias para o planejamento ambiental dos municípios é um grande desafio, face à lógica de valorização do município em torno dos elementos naturais. Tal estratégia remete-se a um planejamento ambiental engajado com o estudo integrado dos componentes ambientais, que sigam critérios e padrões de usos do solo, estabelecendo normas de acordo com a legislação federal, estadual e municipal.

A figura 01 ilustra a base jurídica referente à legislação ambiental brasileira, destacando a necessidade do estabelecimento de diretrizes ambientais que sigam a obrigatoriedade do papel das instituições seja de responsabilidade federal, estadual ou municipal, com ênfase na importância de um planejamento sustentável e integrado com outras políticas, a exemplo da política de desenvolvimento urbano, com destaque ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU.

Figura 01: Base jurídica referente à legislação ambiental brasileira.

Fonte: Org. AUTOR.

Com o processo de redemocratização ocorrido no final do século XX no Brasil, têm-se o surgimento de uma ampla plataforma ambiental, tendo como eixo balizador o artigo 225 da Constituição Federal, dando amplos direitos à população o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado e de bem de uso comum do povo.

Mesmo com leis anteriores como a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), aprovada em 31 de agosto de 1981, que estabelece instrumentos importantes como o Zoneamento Ambiental, Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA e Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, sendo este o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, o território brasileiro passou a ter como base as diretrizes tomadas na Constituição Federal.

Soma-se a este conjunto de diretrizes como o Conselho Estadual do Meio Ambiente-COEMA, órgão consultivo e deliberativo que funciona a nível estadual e o Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, com as mesmas atribuições, mas funcionando na esfera municipal.

Outras leis são necessárias e somam-se como critério básico para a formulação de políticas ambientais em Quixadá. Cita-se como exemplo o Código Florestal (lei nº 12.651/2012) que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e estabelece normas e diretrizes quanto ao nível de delimitação e proteção de áreas consideradas frágeis. Dentre os ambientes passíveis de proteção em Quixadá, destacam-se as Áreas de Proteção Permanente (APP's) presentes na área de estudo.

Coloca-se a necessidade da inclusão e utilização das legislações vigentes no planejamento ambiental em Quixadá, com ênfase em um modelo de planejamento que democratize o acesso a todos os espaços ambientais da área, respeitando as mais diversas instâncias e respeitando a capacidade de suporte dos sistemas ambientais.

As ferramentas jurídicas citadas anteriormente e que corroboram ao planejamento ambiental sustentável, devem fundamentar as estratégias de composição do planejamento territorial, que compõem uma determinada área com seus limites geográficos bem descritos. No caso dos municípios, o planejamento ambiental corresponde a uma ferramenta estratégica de organização geoespacial dos atributos naturais, na tentativa de organizar, amenizar e solucionar problemas ambientais decorrentes dos agentes produtores do espaço geográfico.

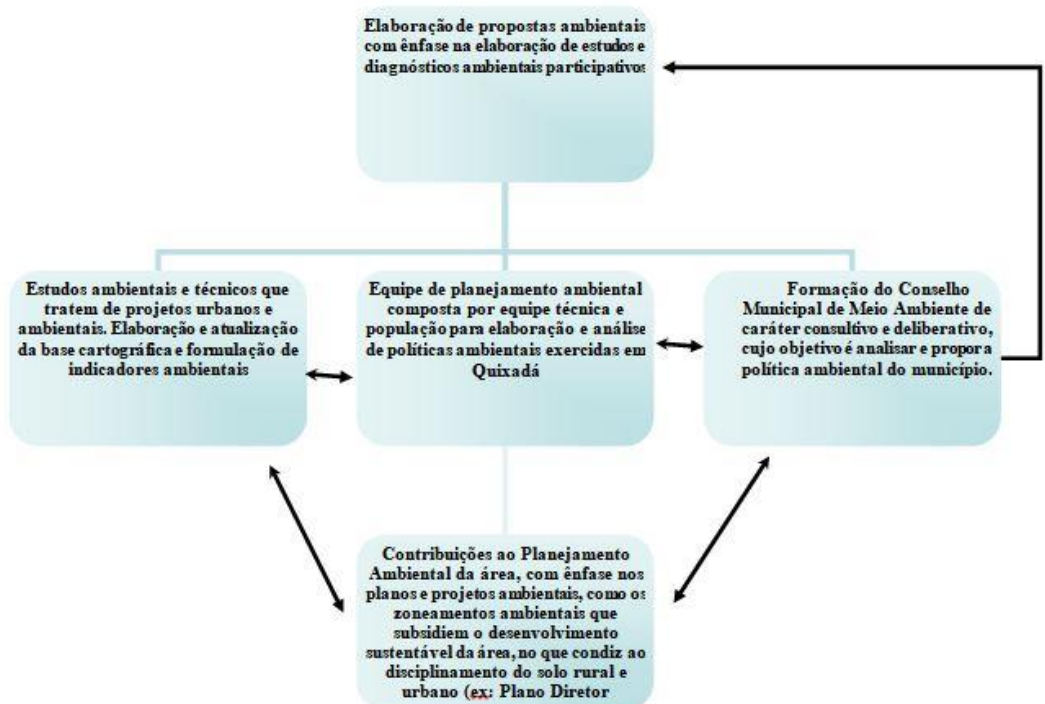
Rodriguez e Silva (2010) justificam a elaboração do planejamento ambiental como necessidade social, com amplo objetivo de satisfazer as necessidades básicas da população local com ênfase na tomada de decisões, destacando a necessidade da participação popular como peça fundamental no processo da participação pública,

bem como dos agentes econômicos e políticos envolvidos, atuando nos diferentes níveis e âmbitos do planejamento.

Faz-se necessário estabelecer que o planejamento ambiental em Quixadá deva possuir como eixo prioritário o entendimento da dinâmica ambiental e da capacidade de suporte dos sistemas ambientais em decorrência dos usos socioeconômicos.

A figura 02 demonstra a relação que deve ser estabelecida entre o Estado e a população na discussão de um planejamento ambiental que subsidie a tomada de decisões voltadas ao ordenamento territorial.

Figura 02: Fluxograma subsidiando o planejamento ambiental.



Fonte: Org. AUTOR.

Necessita-se, portanto, de uma maior articulação entre todas as esferas do poder público no âmbito das políticas ambientais, analisando e executando proposições de forma articulada com as

demais políticas de âmbito econômico, cultura e social, estabelecendo novas diretrizes voltadas a um desenvolvimento com ênfase na perspectiva da sustentabilidade ambiental.

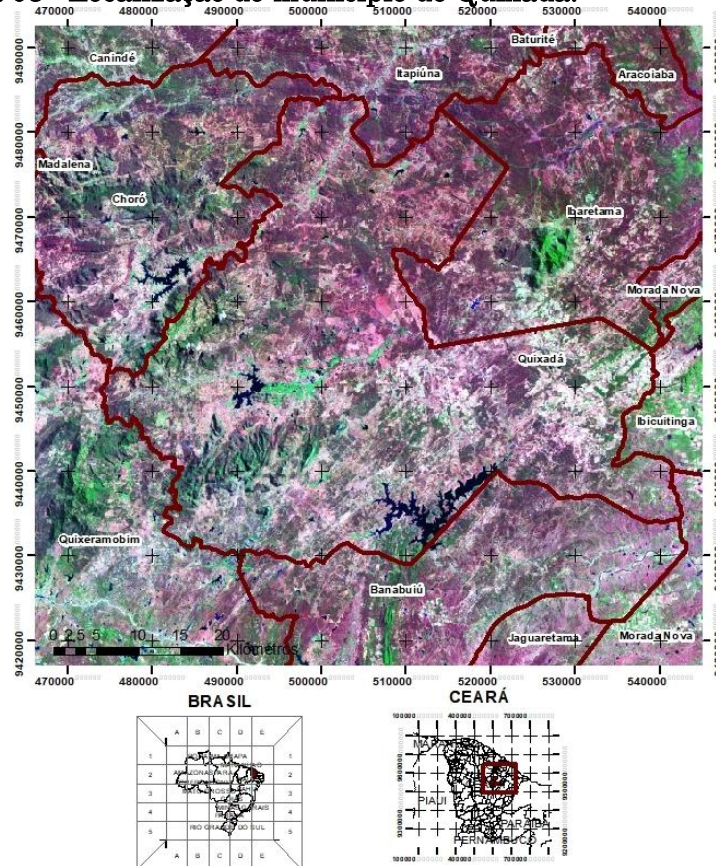
Dentro desse escopo, os estudos ambientais e técnicos devem subsidiar eixos estratégicos para Quixadá, já que, na atualidade, a área perpassa por uma série de intervenções em seu núcleo urbano, devido principalmente à supervalorização turística.

Paralela a estas intervenções na área, perduram-se problemas associados ainda a questões básicas como o não acesso aos recursos hídricos. Estes pontos merecem maior destaque, já que para se realizar um planejamento ambiental justo, é necessário abordar e articular a utilização dos elementos naturais, dando ênfase a sua justa distribuição frente à necessidade de uso da população de forma sustentável.

Material e Método

Área de estudo

O município de Quixadá está localizado na área centro-ocidental do estado do Ceará, mais precisamente entre as coordenadas geográficas 4°50' e 5°30' de latitude sul, e 39°30' e 38°50' de longitude oeste (Figura 03). Possui uma área de aproximadamente 2.024,44 km², tendo em seus limites territoriais os municípios de Choró, Itapiúna, Ibareta, Ibicuitinga, Banabuiú e Quixeramobim.

Figura 03 : Localização do município de Quixadá.

Fonte: Org. AUTOR.

Sobre suas condições geológicas, a área em estudo está inserida no Complexo Granítico Quixadá-Quixeramobim, que fica situado na porção central do Ceará. Conforme Souza (2006), a análise do relevo regional evidencia a convergência de fatores geológicos, paleoclimáticos, e morfodinâmicos subatuais e atuais, que se manifestaram de modo dinâmico no decorrer da evolução geoambiental da área.

Há um amplo predomínio de rochas do embasamento cristalino, representadas por gnaisses, migmatitos e granitos, aos quais se associam restos de supracrustais, sob a forma de estreitas faixas preenchidas por xistos, quartzitos, metacalcários e anfíbolitos.

Ocorrem, ainda, constituindo manchas isoladas, áreas de coberturas recentes formadas por sedimentos detríticos conglomeráticos, arenosos a argilosos, de espessuras bastante reduzidas e aluviões (MORAES, 1989).

Suas características geomorfológicas, caracterizadas pelas planícies de inundação, depressão sertaneja, campos de inselbergs, maciços residuais e cristas residuais, evidenciam a relação da morfologia com os fatores litológicos e as marcas das flutuações climáticas cenozóicas que geraram as superfícies degradacionais e agradacionais.

Com características típicas de ambientes localizados na região semiárida, o município de Quixadá tem suas características naturais submetidas às condições atmosféricas com variações temporais de elementos climáticos que compõem um conjunto de condições naturais típicas da região: altas taxas de temperatura, baixos índices e médias pluviométricas anuais abaixo de 800 mm, e porte vegetacional típico da caatinga arbórea e arbustiva, com exceção das matas ciliares localizadas ao longo das planícies fluviais.

Revisão de conhecimentos para fundamentação teórica

Esta etapa condiz às fases de leituras realizadas ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa. Foram consultados livros em meio impresso e digital, teses, dissertações e artigos científicos pesquisados no *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), que abordam os temas relacionados à dinâmica e degradação ambiental, legislação ambiental e urbanística, dinâmica das paisagens, dinâmicas territoriais do semiárido, políticas públicas voltadas para o entendimento das questões associadas ao ambiente semiárido e aos impactos ambientais e socioeconômicos relacionados à seca.

Os temas debatidos visam analisar os aspectos históricos e socioeconômicos, buscando compreender a relação entre as mudanças ambientais configuradas na área e algumas políticas de convivência com o semiárido pensado a nível municipal, estadual e federal.

As leituras realizadas sobre as legislações específicas para a área de estudo, foram feitas com o objetivo de atribuir a relação entre a intensificação de problemas ambientais e a ausência de políticas ambientais na área. Foi analisada a legislação urbanística da área, dando ênfase ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU, do ano de 2000.

Sobre as legislações ambientais, foi dada ênfase às resoluções do CONAMA, COEMA, COMAM, lei da PNMA e Código Florestal, dando ênfase a importância dessas legislações na perspectiva do planejamento ambiental. Paralelo às leituras, foram trabalhadas abordagens de campo na área de estudo, sendo esta considerada parte imprescindível da pesquisa.

Atividade de campo: a importância da análise empírica na compreensão das paisagens

Esta etapa objetiva identificar de forma empírica as mudanças ocorridas no conjunto de paisagens inseridas na área de estudo, objetivando realizar análises empíricas e mapeando as condições ambientais, com destaque aos ambientes com evidências de manchas de solo exposto, condições de pousio e atividades relacionadas à agropecuária.

A análise empírica para identificação destes setores foi primordial no entendimento de um ambiente que tem passado por um processo de degradação, caracterizado principalmente por

mudanças significativas de suas paisagens, realizado pelas mais diversas atividades socioeconômicas.

Materiais utilizados e procedimentos técnicos para a elaboração dos mapas temáticos

A metodologia trabalhada na presente pesquisa utilizou-se de dados geocartográficos, estando estes referenciados no Sistema de Referência de Coordenadas Geodésicas: Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS 2000, obtendo melhor acurácia no que corresponde ao processo de manipulação e análise para geração das informações no mapa de dinâmica de uso.

Todos os dados geográficos foram sobrepostos em camadas (*shp's*) sendo utilizada a ferramenta de análise espacial *Intersection*, onde esta produz informações cruzadas entre as camadas, formando informações geográficas da área. Destaca-se que as informações foram organizadas e inseridas em um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados *PostgreSQL*, para armazenamento das informações georreferenciadas, contribuindo de forma mais precisa no âmbito das análises geotopológicas. Segue abaixo os procedimentos utilizados de forma mais sucinta para cada mapa.

Mapa de Uso e Cobertura Vegetal, do ano de 2015.

O mapa de uso e cobertura vegetal foi elaborado partindo das análises empíricas e utilização de métodos do sensoriamento remoto. Foram coletados e georreferenciados aproximadamente 50 pontos na área de estudo, identificando os principais tipos de usos. Posterior às atividades de campo, realizou-se etapas de análise da área para a identificação dos tipos de uso exercidos.

Como contribuição para a análise das paisagens foi utilizada a imagem de satélite *Landsat-8*, com resolução espacial de 30 metros, composição 654 (RGB) e resolução espacial de 15 metros após a utilização das técnicas de fusonamento, com data da imagem: 22/09/2015, bem como a utilização de uma base digital em formato *shapefile* da Secretaria de Recursos Hídricos do estado do Ceará, do ano de 2015.

Com o objetivo de garantir um melhor resultado final do mapeamento, optou-se pela não utilização de classificação supervisionada da imagem. Através da sobreposição dos dados espaciais disponíveis (*Shapefiles*) dos limites municipais, arquivos urbanos e ambientais; arquivos *raster: Landsat 8 e SRTM*, o procedimento foi realizado de forma manual através do processo de vetorização das classes determinadas, com a utilização da ferramenta *editor – start editing do software ArcGis 9.3*

Mapa de Uso e Cobertura Vegetal, do ano de 1985.

A elaboração do mapa de uso e cobertura vegetal foi feita a partir da imagem *Landsat 5*, composição R5G4B3, resolução espacial de 30 metros. O procedimento foi realizado de forma manual através do processo de vetorização das classes determinadas com a utilização da ferramenta *edition – start editing do software ArcGis 9.3*, para a elaboração dos arquivos em *Shapefile*.

Mapa de Dinâmica de Uso e Cobertura Vegetal dos anos de 1985 e 2015.

Mapa elaborado a partir da sobreposição de overlays dos mapas referentes aos anos de 1985 e 2015 no software Quantum GIS

2.10.1, através da função vetor – intersecção. As informações foram classificadas e quantificadas de acordo com as mudanças ocasionadas nos ambientes e o layout trabalhado no ArcGis 10.2, sendo executadas as atualizações das mudanças de uso e ocupação do solo através da imagem de satélite Landsat-8, ano de 2019 e disponível através do software Google Earth Pro.

Resultados e discussões

A análise espacial é um dos principais procedimentos utilizados na elaboração de mapas ambientais, utilizando-se de ferramentas primordiais na construção, sistematização e análise de informações geoespaciais.

Os mapas de uso e ocupação dos anos de 1985 e 2015 foram trabalhados através da sobreposição de camadas para estabelecer uma nova informação geográfica. Os mesmos foram mapeados em escala de 1:40.000, tendo suas tipologias de uso definidas por: caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva, mata ciliar/agroextrativismo, as exposições rochosas e as manchas de solo exposto e em estado de pousio.

Sobre a perspectiva do uso e ocupação, o desmatamento provocado no município de Quixadá, em sua maioria realizada sobre as depressões sertanejas, caracteriza-se pelo uso intenso de várias atividades. Conforme verificado em visitas de campo, a prática agropecuária tem sido fator primordial na intensificação da degradação ambiental nesses ambientes.

A retirada da cobertura vegetal derivada de práticas de maior impacto passou a ocasionar mudanças significativas na estabilidade dos ambientes, mudanças essas que ocorrem não

somente relacionadas às condições fitoecológicas, mas em todo o conjunto geoambiental da área.

As formações vegetacionais em sua maior importância para o equilíbrio dos ambientes têm um reflexo direto das condições pedológicas, tendo, portanto, um importante papel na estabilidade dos geoambientes, tanto do ponto de vista natural quanto socioeconômico. Necessário destacar que em alguns ambientes de Quixadá, coberturas vegetacionais que sofreram progressivas alterações em seu quadro natural, devido ao processo de desmatamento derivado das culturas de subsistência e a ocupação derivada do binômio gado-algodão, fez com que algumas áreas antes ocupadas pela caatinga arbustiva densa, dessem espaço à caatinga arbustiva aberta.

Considerando o estágio de ocupação dessas áreas, verifica-se que a degradação desses ambientes está, sobretudo, relacionada à retirada da cobertura vegetal e a falta de manejo sustentável desses componentes naturais. Em termo de localização espacial e possuindo maior espacialização na área, a vegetação da caatinga arbustiva densa e aberta, está sobreposta aos ambientes de rochas cristalinas da depressão sertaneja e parte rebaixada dos maciços residuais, com espécies adaptadas a baixos volumes pluviométricos, ocupando ambientes que variam entre 150 e 400 metros.

No âmbito das mudanças ocorridas nesses ambientes, destacam os vetores de pressão destacados por atividades como a agropecuária. A caatinga arbustiva aberta teve uma diminuição em aproximadamente 307,27 km², ocorrendo uma perda de 28,32%% na área.

Outo cenário preocupante condiz à vegetação caatinga densa. Houve uma diminuição de aproximadamente 31,57%. No ano

de 1985 a cobertura vegetal possuía 170,47 km² e no ano de 2015 uma extensão de aproximadamente 116,70 km². As atividades agropecuárias obtiveram um aumento de aproximadamente 49,65%, destacando que estas atividades estão intrinsecamente associadas ao processo de supressão de boa parte da cobertura vegetal nas áreas mais interioranas de Quixadá (Imagens 01 e 02).

Imagem 01: Marcas de degradação ambiental no município de Quixadá. Observar a retirada da cobertura vegetal (Dezembro 2015)



Fonte: Org. AUTOR.

Imagem 02 : Marcas de degradação ambiental no município de Quixadá. Observar a retirada da cobertura vegetal (Dezembro de 2015)



Fonte: Org. AUTOR.

A intensificação, também, dos solos expostos pela área tem sido o resultado de atividades intensas, estando esse processo relacionado principalmente às atividades agropecuárias e o aumento de queimadas ocorridas ao longo de sua ocupação.

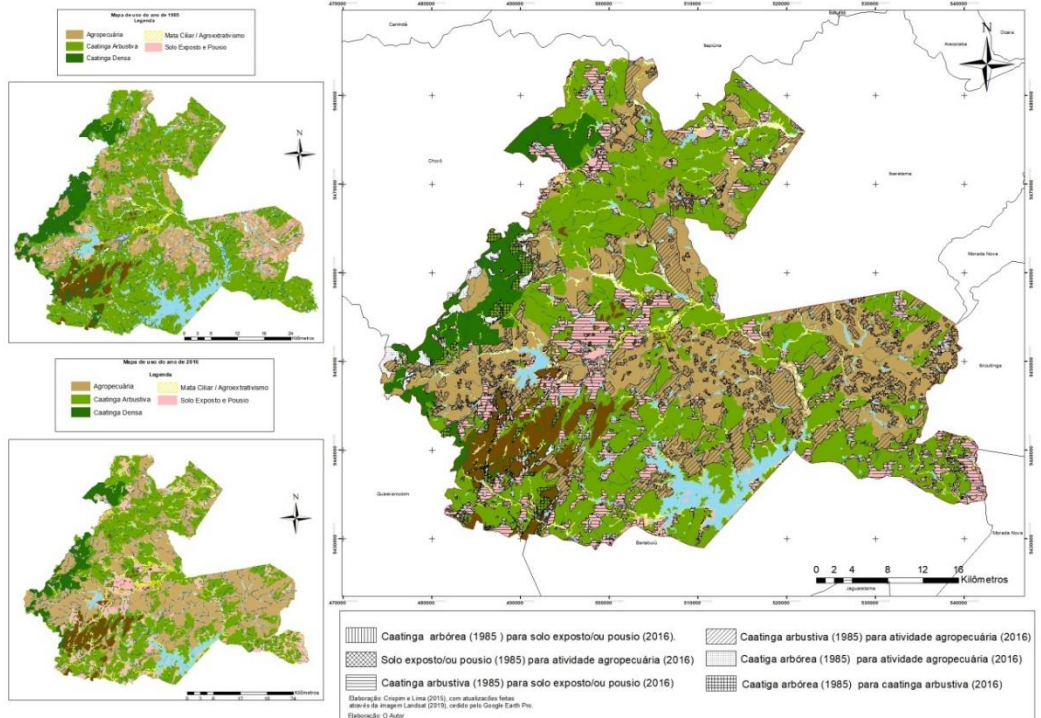
Ressaltando a importância de uma cartografia ambiental aplicada aos estudos territoriais, a pesquisa estabeleceu a espacialização da dinâmica de uso do ano de 1985 e 2015, quantificando assim a predominância de usos, utilizando-se de ferramentas de geoprocessamento de dados para a elaboração das informações geográficas georreferenciadas. Como resultado desta análise, através das sobreposições das camadas temáticas realizadas nos mapas anteriores, obteve-se o mapa de dinâmica de uso do município, em que foram estabelecidas manchas que ilustram cada mudança verificada na área.

Destaca-se que cada área mapeada está relacionada à supressão ou ao aumento de uma atividade socioeconômica,

substituição da caatinga densa por caatinga arbustiva e aumento das condições de solo exposto na área.

Conforme ilustra a figura 04, nota-se a predominância das atividades agropecuárias nos últimos 30 anos e o aumento do solo exposto.

Figura 04: Mapa de dinâmica de uso do município de Quixadá.



Fonte: Org. AUTOR.

É necessário enfatizar que, mesmo calculando a diferença destas áreas, é impossível mensurar tais mudanças em sua totalidade, devido à própria dinâmica de uso e atividades socioeconômicas que acontecem na região.

Outra área que possui relação direta com a cobertura vegetal como fator de equilíbrio dinâmico ambiental associa-se aos ambientes de vertentes. Na Serra do Estevão, porção oeste da área,

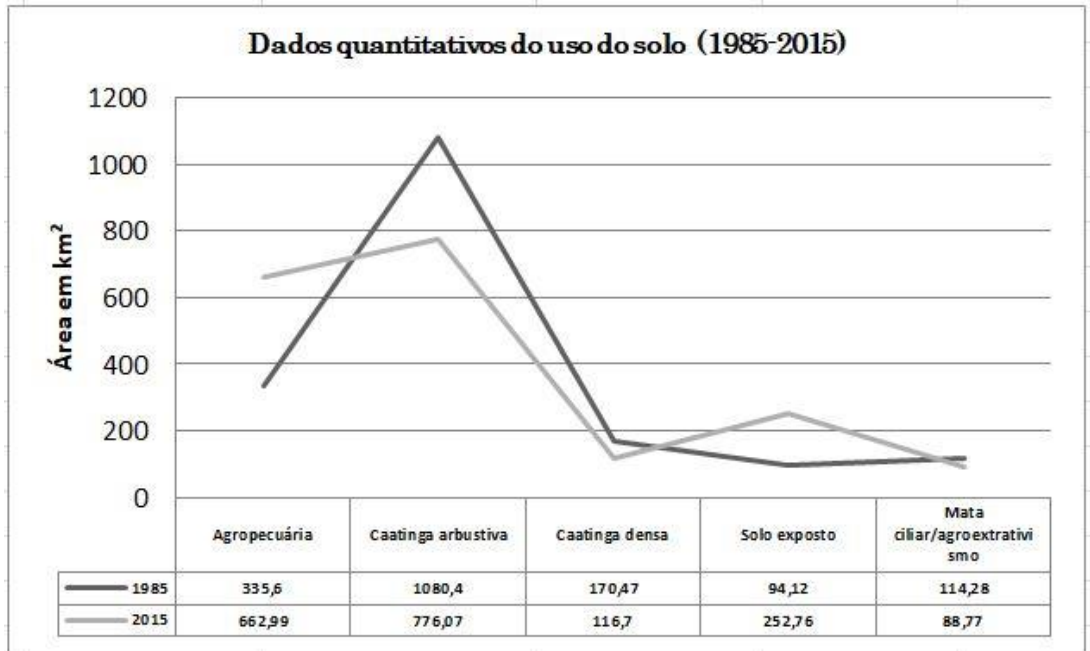
onde há predominância massiva da caatinga arbórea, a mesma sofreu uma perda significativa desta unidade ambiental.

As manchas de solos expostos ou em condições de pousio tiveram um aumento significativo entre 1985 e 2015, já que neste primeiro ano, as marcas da degradação ambiental abrangiam uma área de aproximadamente 94,12km² e em 2015, uma abrangência aproximada de 252,76 km².

Outro aspecto relevante e que merece destaque na presente pesquisa, condiz em algumas manchas de solo exposto inseridas em áreas com predominância das atividades agropecuárias, que coloca a discussão de um ambiente que passou por um processo de degradação mais intenso anterior a 1985, e que provavelmente passou por condições de um ambiente em estado de pousio, dando lugar novamente a prática agropecuária.

A dinâmica em relação ao uso e ocupação predominante entre os anos de 1985 e 2015 (Gráfico 01) destaca mudanças significativas no contexto paisagístico da área, associando a agropecuária como um dos principais vetores de pressão sobre a vegetação da caatinga, dentre outras atividades que tiveram como consequência a exposição de solos expostos.

Gráfico 01: Mudanças no uso do solo em Quixadá em valores quantitativos.

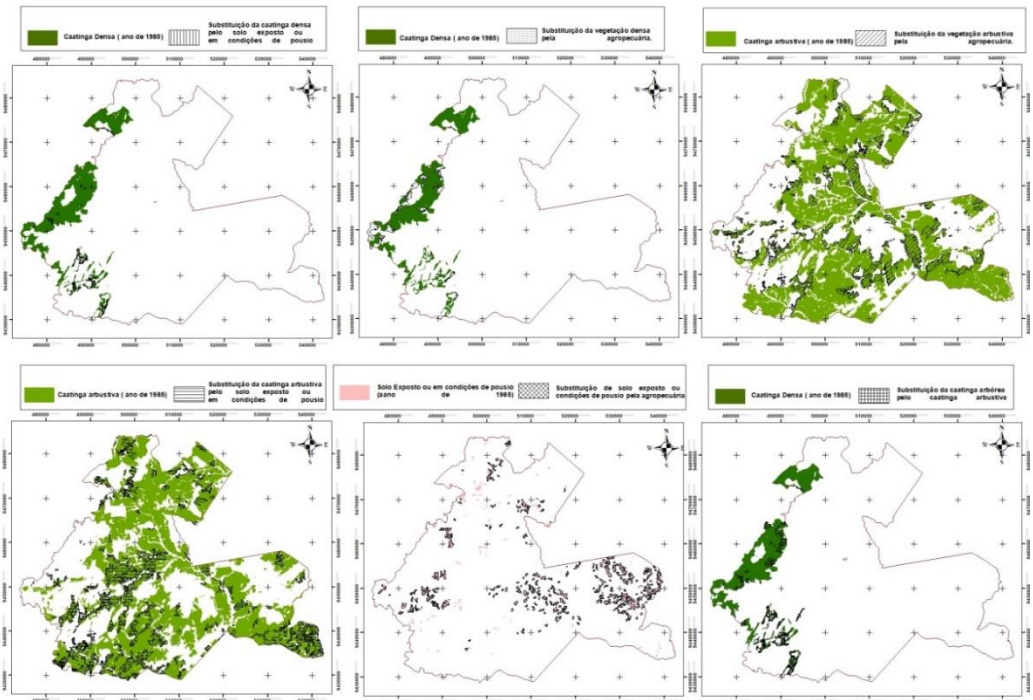


Fonte: Org. AUTOR.

Verifica-se em termos quantitativos, de acordo com dados dos anos de 1985 e 2015, o aumento em aproximadamente 158,64 km² dos solos expostos, ocasionando dentre outros impactos o aumento da instabilidade ambiental em áreas que deveriam estar resguardadas legalmente, como as Áreas de Preservação Permanente (APP's).

A figura 05 mostra de forma mais detalhada as mudanças ocorridas na área, destacando os principais vetores de pressão, bem como a intensificação da degradação da área sobreposta aos componentes ambientais.

Figura 05: Mapa das mudanças ocorridas na área em relação aos vetores de pressão.



Fonte: Org. AUTOR.

Tais mudanças passaram a estabelecer uma lógica de utilização da área em decorrência de impactos ambientais negativos atribuídos, principalmente, à redução da caatinga arbórea e o aumento de ambientes degradados, destacando o uso inadequado da vegetação da caatinga.

Conclusões

Mediante análise, toma-se como resultado que o planejamento ambiental, em particular na região semiárida, tem sido muitas vezes palco de decisões políticas que tem retratado como o planejamento econômico tem sido incrementado de forma paliativa, não dando propostas efetivas para diminuir os problemas

socioeconômicos de modo a alcançar a superação da desigualdade social e problemas ambientais existentes no semiárido.

Observando a complexidade que é estabelecida no planejamento ambiental estruturado pelo Estado e as discussões sobre as condições ambientais em Quixadá, são destacadas diretrizes com o objetivo de contribuir com o planejamento orientado para a sustentabilidade dos ambientes e equidade social da área.

Destacam-se algumas propostas como a elaboração do Zoneamento Ambiental, propondo diretrizes de uso na tentativa de minimizar os problemas ambientais e socioeconômicos configurados na área, atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU, bem como seu Zoneamento Urbano, devendo este estar compatível com o Zoneamento Ambiental e traçando diretrizes que considerem a percepção e entendimento de que as mudanças ambientais estão intrinsecamente relacionadas à elaboração de políticas ambientais sustentáveis.

Referências bibliográficas

ARONOFF, S. *Geographic information systems: a management perspective*. Ottawa, WDL Publications, 1989.

CÂMARA, G; Fucks, S; Carvalho, M.S; Monteiro. A, M,V. *Análise Espacial de Dados Geográficos*. São José dos Campos, INPE, 2004. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/cursos/ser301/referencias.html>.

BRASIL, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Institui o Estatuto das Cidades. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, jul. 2001

_____. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ago. 1981.

_____. Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, abr. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2002

FITZ, Paulo Roberto. *Geoprocessamento sem Complicação*. São Paulo: Oficinas de textos, 2008.

FERNANDES, M. C.; MENEZES, P. L. de. *Roteiro de Cartografia*. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

LIMA, C. A.; SOUZA, M. O. A.; MENEZES, S. J. M. C.; RIBEIRO, C.A.A.S. Geotecnologias aplicadas à gestão ambiental. *Revista Diversidade e Gestão*. Rio de Janeiro, volume especial, n. 1, p. 56-69, 2017.

MORAES, J. O. de. Granitoides do Ceará: Região de Quixadá-Solonópole. *Revista de Geologia*, v. 2, p. 73-91, Edições Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1989. 142p.

PRINA, B. Z.; TRENTIN, R. Geotecnologias: discussões e análises a respeito da evolução dos sistemas global de navegação por satélites-GNSS. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v.19, n.2, p. 1258-1270, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, *Plano diretor de desenvolvimento urbano, Quixadá, 2000*. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Quixada_PlanoDiretorCE.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PHILIPPI, A.; MALHEIROS, T. F.; SALLES, C. P.; SILVEIRA, V. F. *Gestão Ambiental Municipal: subsídios para a estruturação de sistema de Meio Ambiente*. Salvador, 2004.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. *Planejamento e Gestão Ambiental: subsídios da geocologia das paisagens e teoria geossistêmica*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SOUZA, M. J. N. de. A Problemática Ambiental: Cenários para o Bioma da Caatinga no Nordeste do Brasil. ISILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira II*. 1º Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUSA, S. A. M. *Avaliação de implementação de uma unidade de conservação de proteção integral: O caso do Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá-CE*. Dissertação (Mestrado em Geografia), UECE, 2010. p. 131.

Submetido em: 26 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 27 de maio de 2020.

Aprovado em: 08 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

CRISPIM, Andrea Bezerra. Análise do uso e ocupação em Quixadá-Brasil como subsídio ao planejamento ambiental. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 477-507, jan.-jun./2020.

AS ÁGUAS E A MODERNIZAÇÃO EM VITÓRIA (ES): A PAISAGEM COMO ESTÉTICA

*WATER AND MODERNIZATION IN
VITÓRIA (ES): THE LANESCAPE AS A
ESTHETIC*

*LAS AGUAS Y LA MODERNIZACIÓN EN
VITÓRIA (ES): EL PAISAJE COMO
ESTÉTICA*

TATIANA CANICALI CASADO

Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES) – Vitória/ES.
E-mail: taticanicali@gmail.com

ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA

Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES) – Vitória/ES.
E-mail: eneidamendonca@gmail.com

GUSTAVO ZAMPRONI GOMES

Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES) – Vitória/ES.
E-mail: gustavozgomes@hotmail.com

Resumo: A forte presença hídrica no contexto urbano capixaba significou, historicamente, a construção de relações sócio-espaciais peculiares, pautadas pela integração de diversas esferas da vida cotidiana. A passagem para o século XX marca o momento em que essa construção assume um novo caráter, a partir da idealização da paisagem como produto da modernidade. O trabalho procurou compreender de que modo o papel das águas no contexto capixaba, entre meados do século XIX e meados do século XX, é representativo do processo de modernização no qual a paisagem constitui uma das formas de expressão. As [possíveis] contribuições que aqui se fazem versam acerca dos novos significados atribuídos à relação homem-natureza, sobretudo pautados na estetização de tudo aquilo que um dia fora único e integrado, a cultura.

Palavras-chave: paisagem, águas, modernização, Vitória (ES).

Abstract: The strong hydric presence in the urban context of Espírito Santo meant, historically, the construction of peculiar socio-spatial relations, based on the integration of several spheres of daily life. The passage to the twentieth century marks the moment when this construction takes on a new character, from the idealization of the landscape as a product of modernity. The paper sought to understand how the role of water in the context of the capixaba, between the middle of the nineteenth century and the middle of the twentieth century, is representative of the process of modernization in which the landscape is one of the forms of expression. The [possible] contributions made here are about the new meanings attributed to the human-nature relationship, mainly based on the aestheticization of everything that once was unique and integrated, culture

Keywords: landscape, waters, modernization, Vitória (ES).

Resumen: La fuerte presencia hídrica en el contexto urbano en Vitória (ES) significó, históricamente, la construcción de relaciones socio-espaciales peculiares, pautadas por la integración de diversas esferas de la vida cotidiana. El paso hacia el siglo XX marca el momento en que esa construcción asume un nuevo carácter, a partir de la idealización del paisaje como producto de la modernidad. El trabajo buscó comprender de qué modo el papel de las aguas en el contexto en Vitória, entre mediados del siglo XIX y mediados del siglo XX, es representativo del proceso de modernización en el que el paisaje constituye una de las formas de expresión. Las [posibles] contribuciones que aquí se hacen versan acerca de los nuevos significados atribuidos a la relación hombre-naturaleza, sobre todo pautados en la estetización de todo aquello que un día fuera único e integrado, la cultura.

Palabras clave: paisaje, aguas, modernización, Vitória (ES).

Introdução

A presença hídrica no contexto do espaço urbano de Vitória é tomada como objeto de investigação dentro do recorte temporal entre a década de 1840 e a década de 1950, o que busca contemplar

desde o primeiro periódico efetivo¹ que veio a circular no Espírito Santo, o *Correio da Victoria* (1849 a 1872) até o governo de Jones dos Santos Neves (1951 a 1955), cujas ações encerraram um ciclo de grandes transformações remodeladoras em Vitória idealizadas desde Muniz Freire (1892 a 1896) ao final do século XIX. O estudo de Bellini (2014) aponta para uma forte relação da noção de paisagem com os aspectos visuais/ panorâmicos e o apelo estético-civilizatório de ordenamento do espaço urbano presente nas intervenções remodeladoras realizadas na Capital entre o final do século XIX e o começo do século XX. A ideia de paisagem que se delineia, portanto, corresponde à própria historicidade do conceito indicado por Cauquelin (2007, p. 16), para quem a paisagem constitui uma invenção moderna construída a partir de um “[...] conjunto de valores ordenados em uma visão, [...]”, orientados, sobretudo, pelo higienismo e pelo embelezamento impostos como padrões hegemônicos de vida pela burguesia.

Se, por um lado, revelam-se indícios da “invisibilização de agentes e práticas” apontada por Souza (2015), por outro lado abre-se um campo de diálogo entre visibilidade e espacialidade como proposto por Gomes (2013), o primeiro entendido como o conjunto de “[...] determinadas condições [que] contribuem diretamente para que algumas imagens sejam mais notadas [...]” (GOMES, 2013) e o segundo como um “[...] jogo de posições relativas de coisas e/ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre esse mesmo espaço” (ibidem, p. 17). Neste ponto, importa a reflexão provocada por Souza (2015) ao indicar que o termo paisagem assumiu,

¹ Oliveira (2008) indica que, embora O Estafeta constituísse o primeiro jornal impresso do Espírito Santo a circular, em 1840, não passou do número inaugural. Dessa forma, o *Correio da Victoria*, cuja circulação iniciou em 17 de janeiro de 1849, inaugura a história do jornalismo capixaba.

historicamente, um conteúdo excessivamente visual e representacional ao qual, de alguma forma, distorceu a abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza defendida pelo geógrafo alemão Carl Troll na década de 1930 ao introduzir a expressão *Landschaftsökologie*². Nesse sentido, a ênfase desenfreada na aparência da paisagem oculta sua essência, invisibiliza agentes e práticas, quer seja por meio da “representação seletiva” da paisagem ou por meio de “intervenções no próprio substrato espacial material”³. O que Souza (2015) expõe dialoga diretamente com o que Gomes (2013) chama de “regimes de visibilidade”, ou seja, para estes autores, o que se “vê” não está relacionado simplesmente a uma concepção absoluta da visão de espaço, mas, de modo relevante, é tributário de uma visão de “espaço relativo”. Para ambos, o conceito de posição, fundamental na visibilidade dos fenômenos, incide nos “procedimentos regulares [...] que estabelecem socialmente aquilo que deve ser visto, [...]”⁴ e o que não “merece” ser visto. Para Gomes (2013, p. 55), “O tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas.”

Ao remeter, em Vitória (ES), aos espaços que atuaram na fruição da paisagem, observam-se diferentes “regimes de visibilidade”, o que reflete a construção de distintos valores do olhar.

² Segundo Souza (2015) a expressão *Landschaftsökologie* (Ecologia da Paisagem), introduzida por Carl Troll na Alemanha, acabou sendo mal interpretada e mal traduzida pelos geógrafos anglo-saxônicos com o termo *Landscape ecology*.

³ Souza (2015, p. 66) utiliza essa expressão para designar o espaço geográfico na sua materialidade, compreendido pelo sítio (“natureza primeira”), referindo-se à topografia e ao conjunto de condições naturais abióticas, e pelo ambiente construído (“natureza segunda”), isto é, o espaço socialmente produzido.

⁴ Gomes (2013, p.51) chama de regime de visibilidade ordinário aquele que “faz parte do cotidiano” e que é “previsível, repetitivo e não impactante” em contraponto ao regime de visibilidade extraordinário que “[...] capta a atenção, cria ou se associa a um evento, tem impacto, mobiliza e interfere nessa ordem do cotidiano”.

Desse modo, partimos do ponto de que é possível compreender a construção da ideia de paisagem moderna a partir da dialética visibilidade-espacialidade das águas no contexto urbano capixaba entre os séculos XIX e XX.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa buscou em mensagens e relatórios de governo, periódicos locais⁵, iconografias e bibliografias, identificar e refletir acerca das práticas e espaços associados às águas neste período. Importa indicar a pesquisa realizada por Bellini (2014) intitulada *Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 A 1916 – Vitória (Es)* como suporte inicial o qual nos permitiu construir as indagações motivadoras deste trabalho, quais sejam o papel assumido pelas águas no espaço urbano em modernização de Vitória e sua relação com a construção da paisagem moderna capixaba. Nesse sentido a pesquisa concentrou-se em investigar: I. nas práticas sociais relacionadas às águas, os locais de ocorrência; II. nos espaços públicos cuja presença de água, visível ou não, fora de alguma maneira registrada, as práticas sociais relatadas entre 1849 e 1955 na Capital capixaba. Em ambas as frentes, mais que identificar tais práticas sócio-espaciais⁶, buscou-se compreendê-las em suas historicidades, ou seja, como ações que participam de um

⁵ Realizada nos Relatórios, Mensagens de Governo e periódicos disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, publicados entre 1849 e 1955.

⁶ O termo “sócio-espacial” é utilizado em diálogo com Souza (2015, p. 15-16), para quem, a expressão usando hífen, diferentemente da grafia “socioespacial”, abrange não apenas a dimensão espacial de determinado objeto, mas também se refere às relações sociais que produziram o espaço.

contexto de muitas camadas históricas, de um palimpsesto urbano.

A paisagem como estetização da separação homem-natureza

A partir da modernidade, o entendimento hegemônico e naturalizado sobre o que se denomina ‘natureza’ e ‘sociedade’ difere do entendimento das sociedades pré-modernas, para quem estas ‘categorias’ sequer existiam enquanto linguagem e a ideia de cultura⁷ figurava um modo de existência único (BESSE, 2006), indissociável e integrado das antigas sociedades agrárias. Para Kurz (2002) a modernidade separou, de modo funcional e desigual, a sociedade em ‘subsistemas’, dentre os quais a economia se revela como aquele que, ao mesmo tempo, constitui o conteúdo central e o fim em si mesmo da sociedade. Todos os demais ‘subsistemas’, nessa perspectiva, possuem significado desprezadamente secundário e submisso à reprodução econômica capitalista. Neste grupo refutado, inserem-se esferas cindidas da vida, como a religião, a arte e a cultura, de tal modo que esvaziam-se seus conteúdos sociais e autonomizam-se suas estéticas, suas formas.

Observam-se, nesta lógica, dois processos: o que separa uma esfera da vida e o que autonomiza o separado. Uma vez separadas e emancipadas, estas esferas independem de qualquer conteúdo social visto que suas formas são sem conteúdo ou seus conteúdos são simplesmente suas formas. A significância da cisão e autonomização da estética de seus ‘conteúdos sociais’, como se observa na separação homem-natureza, não desaparece, portanto, nas paisagens, pelo

⁷ Segundo Kurz (2002), a palavra latina “cultus” deu origem ao conceito “cultura” e está ligado a “plantação”, “agricultura”, “serviço divino”, “sociabilidade”, “formação” e até mesmo “vestimenta”.

contrário, integra-se negativamente na vida social dissolvido na economização do mundo. Nesse sentido, interessa-nos refletir a paisagem no interior deste contexto, ou seja, parte-se do entendimento de que a paisagem materializa a separação e a autonomização estética da relação homem-natureza, portanto, do modo de existência do homem.

O momento em que a ideia de natureza parece ter se separado da cultura das sociedades se situa, de alguma maneira, na passagem da Idade Média para a Moderna segundo Besse (2006) e seus interlocutores, como Yves Bonnefoy e Georg Simmel. Para estes autores a paisagem somente existe porque, enquanto extrato de um todo, assume autonomia e articula uma dinâmica própria e independente em relação ao todo. Yves Bonnefoy indica o aparecimento da paisagem na modernidade ao contrapô-la à Idade Média, quando a paisagem não constituía uma possibilidade para os artistas, já que, “Não se representa o particular quando se tem a felicidade do universal, [...]” (BONNEFOY, 1992, p. 162 *apud* BESSE, 2006, VIII prefácio).

Georg Simmel denomina de ‘violência da paisagem’ a “[...] experiência de ser arrancado do sentimento de pertencer a um Todo [...] e tornar-se “[...] um conjunto independente, que se desprende do precedente e reivindica seu direito em relação a ele” (SIMMEL, 1988, p. 232 *apud* BESSE, 2006, VIII prefácio). Para Besse (2006), Simmel coloca a paisagem como atributo da modernidade, cuja individualização das formas de vida constitui a sua própria condição de ser. Segundo Besse (2006, VIII, prefácio), “A paisagem significa originalmente a restrição do mundo visível ao campo visual que se abre a partir deste recorte primordial. O sentimento de pertencer à

generosa presença daquilo que é, é substituído então por uma contemplação à distância do mundo.

A desnaturalização da ideia de paisagem está presente em Cauquelin (2003) ao induzir a reflexão acerca da modernidade e revelar uma [outra] apreensão de mundo, pré-moderna e estética. Dessa forma, a autora recorre, na historicidade do conceito, à dialética sociedade-natureza. Segundo Cauquelin (2003), entre os gregos antigos sequer havia a palavra ou qualquer forma de expressão e representação semelhante ao conceito de paisagem. A natureza é entendida pelos gregos antigos como dinâmica viva, cujas manifestações são visíveis em todo lugar. Sua apreensão ‘pertence à ordem do intelecto’, e, não necessariamente, passa pela ordem da estética, ou, nas palavras da autora:

Com essa “ideia” ou forma de natureza, que é preciso compreender nos seus meandros, não é absolutamente necessário, para apreendê-la, passar pela contemplação dos seus aspectos paisagísticos. A natureza, sua compreensão, pertence à ordem do intelecto, não da sensibilidade. A natureza não está para ser vista, mas para ser analisada. [...] Os dados dos sentidos não nos trazem informações sobre a natureza, mas sim sobre sua aparência, da qual é preciso tomar distância (CAUQUELIN, 2003, p. 25).

A análise da natureza, para os pensadores gregos, dispensava qualquer interesse pelo sensível e pelo estético com o fim em si mesmo. O ‘grau zero da paisagem’ revela a natureza enquanto processo, ou seja, enquanto totalidade, cujas partes não tenham sentido senão dentro do conjunto. Joachim Ritter remete à *theoria tou Kosmou*, quando coloca que a paisagem é correlata ao desenvolvimento de uma consciência estética da natureza na qual não é preciso mais pertencer ao lugar para vê-lo. Nesse sentido,

segundo Ritter (1980) *apud* Besse (2006), na modernidade a natureza separada do todo existencial, passa a ser apresentada como totalidade e como cosmos. Para Besse (2006), Ritter provoca uma reflexão de natureza cosmológica e ontológica acerca da relação sociedade-natureza ao questionar o que significa o fato de algo que, na origem, possuía uma conotação essencialmente teórica e passa a requerer uma representação estética?

Uma reorientação histórica fundamenta a passagem de uma contemplação ‘teórica’ para uma contemplação ‘estética’, e ela se dá a partir da modernidade. “A estética (portanto, a paisagem) é necessária justamente no contexto inaugurado pela ciência moderna: aquele de uma nova relação com o mundo (que foi caracterizada como uma relação de divisão)” (BESSE, 2006, p. 38). Como aponta Besse, “Em outros termos, a paisagem prolonga, na experiência sensível, o antigo cosmos. A experiência paisagística reconduz e veicula, no plano da estética, a densidade espiritual de uma situação filosófica” (ibidem, p. 2). Para Ritter, “Não podendo mais o céu e a terra da existência humana aceder ao saber e à expressão na ciência como outrora, a literatura e a arte os traduzem esteticamente sob a forma de paisagens” (RITTER, 1980, p. 27 *apud* BESSE, op. cit., p. 38). Ao buscar o papel da representação paisagística como totalidade da existência do homem no mundo, Besse indica o fato da paisagem evidenciar:

a experiência sensível da Terra como espaço aberto, espaço a ser percorrido e descoberto. [...] a representação da paisagem ‘encarna’ graficamente o novo pensamento e a nova experiência da Terra como solo universal da existência humana, que têm lugar na geografia do século XVI na esteira das grandes navegações e da descoberta de novos mundos (BESSE, 2006, p. 40).

Ao retomar Cauquelin (2003) acerca do sentido da contemplação do mundo na antiguidade e na Idade Média, segundo Yves Bonnefoy, nota-se sua natureza filosófica (*theoria*) como forma de pensar e entender algum fenômeno a partir da observação. E, conforme aponta Besse, a mudança advinda da modernidade é estrutural no que tange à relação sujeito/objeto, ou seja, “A paisagem é [...] não apenas o prolongamento do vocabulário antigo da ‘teoria’ filosófica, mas também a ilustração visual da nova experiência geográfica do mundo” (BESSE, op. cit, p. 41).

Práticas sócio-espaciais e as águas no contexto capixaba (1849 a 1955)

É inegável a forte e decisiva importância das águas na produção do espaço urbano de Vitória desde a fundação da Vila em 1551. O núcleo ocupacional inicial se restringiu às partes elevadas sobretudo numa estratégia militar, mas também como consequência da condicionante geográfica, já que a parte baixa da Vila era formada por manguezais e portanto, sob forte influência das marés.. Inúmeras descrições da Ilha de Vitória atestavam suas qualidades paisagísticas, percebidas sobretudo até o século XIX como um panorama equilibrado de terra, água e homem. Cabe destacar a contribuição de Levy Rocha (2008) com as impressões registradas por D. Pedro II em sua viagem ao Espírito Santo em 1860: **“A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe;** o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços” (ROCHA, 2008, p. 42, grifo nosso). Luiz Serafim Derenzi (1965) fornece ainda uma ideia do entrelaçamento que ocorria em Vitória entre o mar e a cidade.

Na segunda metade do século XVIII, **a capital do Espírito Santo, vista do continente, tem belo aspecto paisagístico.** Lembra pequeno feudo medieval, encastelado nas grimpas das montanhas a se espalhar em águas tranquilas de um lago. **O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa e morre em torno do “Colégio” e da Matriz.** As tórres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. **Não há separação definitiva entre as águas e a terra. O mar entra pela “Prainha” e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio], dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas. Nas marés menores descobrem bancos de areia, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches** (DERENZI, 1965, p. 95, grifo nosso).

Não obstante os relatos exaltarem as qualidades paisagísticas da integração águas-cidade, grande era o comprometimento dessa integração com o funcionamento da cidade. Para Gonçalves (2017), a presença de várias ilhas e pedras submersas no estreito canal da Baía, além das poucas e pequenas praias acessíveis apenas por barcos muito pequenos e canoas favoreceu, em grande medida, a defesa da Vila, ao propiciar naufrágios ou impossibilitar o ancoramento de naus e caravelas. O suporte econômico dependia das comunicações que se faziam “além mar”, o que justificava a existência de um conjunto de estruturas e edificações relacionadas ao comércio marítimo, sobretudo trapiches e ancoradouros, já que “As naus e caravelas ficavam mais afastadas, no meio do canal, aguardando que fossem carregadas pacientemente pelas idas e vindas dos pequenos barcos” (GONÇALVES, 2017, p. 66).

Dessa forma, a presença de fortes⁸ e trapiches comerciais às margens da Baía de Vitória até o século XIX materializavam o usufruto do mar preponderantemente relacionado às questões utilitárias da Cidade, quais sejam militares ou econômicas. As nascentes de água potável e os córregos⁹ originários das mesmas indicavam a possibilidade de captação de água¹⁰ para os afazeres domésticos, para o consumo e asseio pessoal, enquanto as áreas semialagadas – Reguinho, [Mangal do] Campinho e Pelames – destinavam-se a receber os rejeitos da Cidade. Embora este cenário seja inegável, pouco destaque é dado às relações que se estabeleciam no contato com as águas presentes na Capital. É certo que a ausência de faixas permanentes de areia e os terrenos encharcados e lamaçais não favoreciam, ao menos nos limites¹¹ da Cidade, outras atividades senão aquelas de natureza militar ou econômica. Contudo, isso não significa a inexistência e mesmo a irrelevância de outras. O papel exercido pelas águas em Vitória estendia-se também às atividades e práticas cotidianas banais, inerentes a um modo de vida ao mesmo tempo urbano e rural, sobretudo até o final do século XIX na Capital. Pressupostas de uma situação cujo mar avançava-lhe cidade adentro, e, no sentido oposto, rios e nascentes nele desaguavam, deixando lamaçais de mangues, charcos e córregos, essas práticas revelam os

⁸ Derenzi (1995) e Lima Júnior (1994) indicam que no século XVIII quatro fortes marcavam a defesa da Baía em Vitória: Forte São João, Forte de Santo Inácio ou São Maurício, Forte N. S. do Monte do Carmo e Forte de São Tiago ou São Diogo.

⁹ Dois córregos desembocavam na área semialagada e “pantanososa” conhecida como “Reguinho”, o qual se situava ao final da então Rua da Praia (posterior Rua do Ouvidor). Com a construção da Igreja de N. S. da Conceição, no século XVIII, O “Reguinho” passa a receber o nome de Largo da Conceição (ou “Prainha”).

¹⁰ Essa captação se dava por meio das fontes construídas na Cidade. Segundo Saint Hilare *apud* Freire (2006) e Derenzi (1965), as fontes que abasteciam a população eram: a da Fonte Grande; a da Lapa – na região do antigo Campinho; e a da Capixaba, próxima ao Forte São João, hoje Clube Saldanha da Gama.

¹¹ Os limites da Cidade, até o final do século XIX, compreendiam as áreas entre a Santa Casa de Misericórdia e o Forte São João.

interstícios da interação entre as águas e a sociedade, levada a extremos nos anos de 1900.

Cabe destacar, no que tange às práticas relacionadas às águas e os espaços de ocorrência, o transporte/ deslocamento realizava-se, além da Baía de Vitória, um canal presente no Campinho atendia os religiosos do Convento São Francisco por meio do Cais de São Francisco. Muitos foram os relatos ainda, relativos às festas religiosas as quais se utilizavam da Baía para realização de procissões marítimas. A captação de água ocorria junto às fontes Grande, Lapa (Campinho) e Capixaba. Já a lavagem de roupas, foram indicados o Pelames e as lavanderias públicas construídas na administração de Jerônimo Monteiro, entre 1908 e 1912. Nota-se ainda a prática do banho em banheiros e casas de banho, situados na região central da Cidade, à então Rua Conde D'Eu e Praça Oito de Setembro, e também junto à Fonte Grande. A prática do banho de mar foi registrada desde o final do século XIX na Praia da Costa e na Praia de Piratininga, e, a partir da primeira década do século XX, em praias da Capital. Importa ainda indicar, registros confirmam também que essa era uma prática de crianças, pessoas pobres e vagantes na Baía de Vitória (porção central) e no Cais de São Francisco, quando o mar ainda era presente.

A realização de *picnics*, também conhecidos como convescotes, ocorria nas praias, contudo, nota-se, em alguns casos, a preferência por locais menos frequentados e com presença forte de árvores, o que remete à uma ideia de campo/ floresta. A pesca e a cata de caranguejos e mexilhões ocorria sobretudo à Baía de Vitória, com destaque para os relatos que indicavam o Mangal do Campinho, a Cidade de Palha (Vila Rubim) e a antiga Rua da Praia como locais onde se encontravam caranguejos facilmente, muitas vezes,

andando, em quantidade, pelas ruas. Por fim, o despejo de dejetos, comum nos antigos Campinho, Pelames e Reguinho.

No que se refere aos espaços públicos com presença de água e as práticas relatadas nos mesmos, destacaremos os locais comumente relacionados ao despejo de dejetos até o final do século XIX, a saber, o Reguinho, o Pelames e o Campinho, como locais onde ocorriam também cenas da vida cotidiana, como brincadeiras infantis e recreativas, encontros de negócios, festas e procissões religiosas, lavagem de roupas, produção de redes e limpeza de peixes por pescadores. No Pelames, ocorria ainda a atividade do curtume, sendo os trabalhadores ligados a essa atividade denominados “borboletas do Pelames”, como consta na Mensagem de Governo de 1912 de Jerônimo Monteiro, numa possível alusão àqueles que trabalhavam em meio aos flamboyants ali presentes. O Pelames é descrito ainda como local onde havia uma chácara de verduras que abastecia a cidade, e cujos quintais das casas apresentam frondosos jardins.

Essa descrição, portanto, aponta para uma visão diferente daquela constantemente encontrada ao final do século XIX acerca da insalubridade do local. Não foi possível apreender, neste caso, se o espaço foi depreciado ao longo do século XIX ou se estes “cenários” se davam concomitantemente. Nota-se ainda, uma diminuição significativa dos espaços com presença de água em Vitória, resultado dos aterros efetuados nas áreas nalagadas e semi alagadas entre o final do século XIX e início do século XX, bem como dos aterros para construção do porto na Baía de Vitória à primeira metade do século XX.

Espaços como o Largo da Conceição/ Prainha e o Campinho, deram lugar à Praça da Independência (Praça Costa Pereira) e

Parque Moscoso, respectivamente, e as práticas associadas aos mesmos ficaram restritas às festas e solenidades cívicas e às atividades recreativas e contemplativas. Nesse sentido, juntamente com as águas, foram soterradas também práticas cotidianas inerentes a um modo de vida “obrigado” a conviver com as águas entremeias à Cidade. Discorremos, dessa forma, acerca destas mudanças à luz do discurso hegemônico da modernização.

A passagem do século XIX para o século XX é marcada por uma profunda mudança de hábitos no que tange ao contato e convívio com as águas em Vitória. Essa mudança, relacionada a uma nova forma de ver o mundo a partir do discurso hegemônico da modernidade, é pautada nas questões de ordem higiênica, moral-estética e econômica. Dessa maneira, até o início do século XX são fartos os relatos e notícias sobre o estado de insalubridade da Cidade, concentradas nas áreas semialagadas¹², nas imediações dos chafarizes e lavanderias e em inúmeras ruas¹³, sobretudo em função da presença de córregos - transformados em valas a céu aberto - e de lamaçais. A prática de sepultamento nos terrenos de igrejas e conventos na Cidade Alta até a primeira década do século XX agravava este cenário, em função do risco de contaminação das águas que provinham das nascentes com os resíduos gerados pela decomposição dos corpos.

Nota-se, dessa forma, à exceção da Baía de Vitória, cujas funções de defesa, comunicação e comércio e a favorável posição

¹² Sobretudo no antigo Campinho (que deu lugar ao Parque Moscoso em 1912), no Reguinho (aproximadamente, onde seria inaugurada a Preaça Costa Pereira na década de 1920) e no antigo Pelames (região que compreendia a área entre a atual Rua Gama Rosa e a Coronel Monjardim).

¹³ As mais citadas: Rua da Várzea, Rua do Reguinho, Rua do Estanque, Rua da Lapa, Rua do Piolho

geográfica, garantiam requisitos suficientes para a sua qualificação¹⁴ objetiva – utilidade - e subjetiva – estética, que as águas presentes nos interstícios da trama urbana tinham suas imagens fortemente atreladas à insalubridade até o início do século XX. O que de fato foi revelador na pesquisa é que, muito embora esse contexto insinue uma completa rejeição destes “espaços de insalubridade” por parte de moradores e visitantes, inúmeras atividades desenvolviam-se nos mesmos, não obstante suas condições de higiene. Estas atividades, pela forma como são colocadas, denotam que ocorriam frequentemente, como uma prática comum do dia-a-dia na Cidade, a exemplo das brincadeiras infantis¹⁵, dos negócios que tinham estes locais como ponto de encontro, das rotas das procissões, cortejos e blocos carnavalescos, além do próprio encontro social e do trabalho¹⁶.

- Quem não se recorda dos Pelames, a Praça Paula Castro, **onde as crianças cantavam rodas**, à tarde, e Siá Maria dos Cágados zelava pela sua preciosa coleção de quelônios? **Os garotos brincavam de pique, escondidos nos flamboyants**, ou corriam do popular Grela, um doido manso que assustava as alunas do Carmo?

A Praça Pelames era outro alagadiço resultante da entrada de água, na baixa-mar, pela Rua do Piolho, a atual Treze de Maio, antes do aterro da Prainha. [...]. **Tinha diversas casas térreas, com belíssimos jardins**, na base do morro Cidade Alta. **Eram famosas as borboletas dos Pelames, nome que resultou do principal ofício dos seus moradores – o**

¹⁴ Essa qualificação, no entanto, não significava ausência de impressões negativas quanto às condições higiênicas, já que, as marés baixas somadas ao lixo despejado e aos rejeitos de peixes e do comércio à beira mar, conferiam um aspecto de sujeira às margens da Baía na Capital.

¹⁵ Relatadas no Reguinho (jogos de rasteira), no Largo da Conceição (jogos de sella e de barra) e na Baía (banho de mar).

¹⁶ No Largo da Conceição, concentravam-se pescadores, por haver ali uma prainha, de onde partiam e chegavam com suas embarcações. No Pelames, há relatos acerca de pescadores faziam ali suas redes.

curtume. Ali, os pescadores faziam suas redes. As chácaras foram conservadas e, até há pouco tempo, existiam belos pomares na base do morro (NOVAES, 2017, p. 190, grifo nosso).

Ocorre que muitos destes relatos aparecem somente a partir da década de 1910, fazendo alusão a um “passado” remoto, mas que, em verdade, acabara de ocorrer. Essa aparência de tempo longínquo se deve em grande medida à expectativa por sanar os problemas sanitários, superada com as transformações ocorridas no Centro de Vitória, sobretudo na administração de Jerônimo Monteiro entre 1908 e 1912, quando muitos destes espaços desapareceram ou se transfiguraram de tal forma que já não era mais possível reconhecê-los como vestígios de tempos de outrora. Importa destacar a matéria publicada no *Diário da Manhã* em 18 de agosto de 1927:

Predomina hoje, por assim dizer, o elemento novo na população da nossa capital. E é fácil compreender porque o trabalho foi attrahindo gente de outras plagas e a mocidade actual não se póde lembrar da cidade em seus característicos de há uns vinte annos para traz. A não ser por ouvir contar, **poucos dos nossos jovens se lembrarão de que o Largo da Conceição**, onde hoje está installada, com mais amplitude, alias, a bella Praca da Independencia, com os seus jardins e os seus repuxos, bellos prédios, cafés luxuosos, e um lindo Theatro, **era um capinzal cheio de castanheiras, em cujos troncos ficavam amarrados os burros de carga. Capinzal onde as creanças, desconhecendo ainda o futebol, faziam os jogos de sella e de barra, de batalhões e presos fugidios.** [...] **E o Reguinho ! Quem se lembrará desse logar onde a menina fazia os seus jogos de rasteira**, antes das innovações esportivas que hoje dominam? (OS ASPECTOS..., 1927, p. 17, grifo nosso).

A segunda metade do século XIX é marcada pelo agravamento da insalubridade da Cidade de Vitória, com a chegada

das epidemias na década de 1850. Medidas higiênicas começam a ser tomadas, incluindo a obrigatoriedade da quarentena nos portos de São Mateus, Rio Doce, Guarapari, Benevente e Itapemirim (MEDIDAS..., 1855^a, p. 2). A partir de então, as áreas consideradas críticas, em sua maioria associadas àquelas semi-alagadas e aos córregos, tornam-se focos das ações sanitárias. No que tange à baía, tomamos atenção à distinção feita, em nota ao *Correio da Victoria* em 1855, entre praia e mar. Por praia¹⁷ ou praia de banho, compreendiam as faixas permanentes de areia e o mar, ausentes de manguezal, situadas fora dos limites então reduzidos da Capital e destinadas ao banho de mar desde a segunda metade do século XIX. Já por mar compreendiam “mar aberto”, e, sobretudo, a Baía de Vitória em sua porção central, tomada por mangais e pedras onde se desenrolavam, principalmente, atividades portuárias e comerciais. Dessa forma, ao mar correspondente à “Baía de Vitória”, permitia-se lançar os rejeitos da cidade, enquanto que às praias pairava o zelo quanto a sua proteção higiênica.

Em quanto se não visitar os domicílios dos pobres, em quanto não se arrojarem ao mar quanto gênero podre por ahi existe; em quanto não estiver aceiada a cidade, e as casas caiadas, e limpas; em quanto não se for lançar longe das praias o lixo e emundicias que se tirão da cidade; [...] Medidas de mero aparato não nos convem [...] (A PROPOSITO..., 1855b, p. 2).

A Lei n. 35 de 15 de outubro de 1873, publicada no jornal *O Espírito Santense* de 16 de dezembro do mesmo ano, obriga que

¹⁷ Apesar da existência de uma rua conhecida como “Rua da Praia” e de, em algumas notas publicadas nos Relatórios e Mensagens de Governo e nos periódicos pesquisados, a expressão “praia” remonte à área central de Vitória, em quase todas as ocorrências, o termo “praia” designa “praia de banho”, portanto, fora da Cidade.

proprietários e inquilinos mantenham seus quintais limpos, sem águas estagnadas ou lixo, proíbe o lançamento de “[...] águas servidas, vidros, cisco ou qualquer outra imundicia nas ruas e praças [...]” e estabelece o local e o horário “próprio” para isso: “O despejo de águas servidas ou infectas se fará em vasilhas tapadas, **depois de nove horas da noite à beira mar**” (ESPIRITO SANTO..., 1873, p. 1, grifo nosso). A legitimação do mar como local de despejo e da noite como invisibilizadora das práticas depreciadas revela uma ideia de espacialidade das práticas sociais relacionadas às águas, marcada por um ritmo temporal cotidiano. O ritmo da cidade é o ritmo do trabalho. E tudo que não se queria na cidade, deveria ocorrer fora desse ritmo¹⁸. O mar [Baía de Vitória] participa ainda de outra dualidade a partir da noção de trabalho e não trabalho. O Relatório *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo* de 1839, em trecho dedicado à necessidade de iluminação da Capital, sugere que a utilização da Baía de Vitória por “pessoas que vivem de arte marítima”, embora fosse frequente, não era bem vista às autoridades, sendo importante a ação policial no sentido de conter possíveis atos de violência praticados pelos mesmos.

[...], sendo Ella, hum porto de mar, **he frequentada por muitas pessoas que vivem de arte marítima, as quaes pela sua rasteira educação** pouco escrupulo sentem em decidir qualquer pequena desavença á ponta de faca (ILUMINACAO..., 1839, p. 16, grifo nosso).

Este relato, ao mesmo tempo, indica a Baía de Vitória sendo frequentada por “pessoas que vivem de arte marítima” e revela uma visão depreciativa destes, pressuposta de uma ideia de trabalho

¹⁸ Tempos depois, o Código de Posturas de 1900 em seu artigo n. 450 dispõe: “Depois das dez horas da noite é proibido transitar na Cidade vagabundos.”

associada à produção de capital. A prática da pesca de subsistência, embora constituísse uma necessidade para grande parte da população, dada a escassez e os altos preços da carne, era combatida sob a alegação econômica, já que era tida como uma atividade não produtiva e, portanto, não lucrativa. A ideia de ociosidade aparece com um mal que representa uma ameaça ao trabalho. Dessa forma, aqueles que pescavam para consumo próprio eram considerados ociosos e vadios, como consta no Relatório do então presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Veloso, de 1858, publicado no jornal *Correio da Victoria*. Ao retratar com indignação o fato de boa parte da população preferir a cata de mariscos para sobrevivência ao invés do trabalho na agricultura, sugere que, para tentar combater a “ociosidade”, os “vadios” sejam obrigados ao trabalho forçado e rigidamente fiscalizado em colônias específicas para essa finalidade.

[...] vê-se um grande numero de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde e typos de robustez, conduzindo cestos e gamellas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhe offerece numa natureza ociosa e inactiva, quando não se resolvem a procurar nos pântanos e mangues o caranguejo goiamû etc.

Será por lhe faltar terreno, que tal gente deixa de se applicar a agricultura?

O que lhe falta é o incentivo do trabalho, desde que suas necessidades, se satisfazem de mexilhões, ostras, caranguejos, goiamús, etc.

Para ella o que entendo que se podera fazer, fora **consideral-os vadios, e como tal obrigar-os a trabalhar retidos em colonias especiaes, e sob a direcção de severo regimen**; por vontade sua essa gente não se applicará a nenhum viver, que se tire de seu – *dolce far niente*[prazer de não fazer nada] (COLONISAÇÃO..., 1859, p. 1, grifo nosso).

O *Correio da Victoria*, dez anos antes, em 1849, em secção dedicada às notícias da economia, já fazia menção à necessidade de maior empenho de mão-de-obra na agricultura, em detrimento da extração de madeira e da pesca.

Há um grande inconveniente deste commercio [da madeira], e é o definhamento da lavoura, [...], porque os braços que devião ser empregados na plantação destes gêneros, occupão-se só nas derrubadas, e falquejamento das madeiras. [...]. **Tambem os braços, que se occupão na pesca fazem sensível falta á lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal.**

Há na província povoações inteiras, que vivem da pesca, residem á borda do mar, e, quando o tempo não permite embarcarem-se nas suas pirogas para irem procurar o diário alimento, são assaltadas pela fome, [...]. Não basta para ser-lhes considerado pescador, que se possua uma choça perto do mar, uma pequena canôa, e certos outros objetos desse mister. **A pesca, que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é a feita em alto mar, e não a das enseadas,** quando nella se occupão milhares de braços, e quando dela usão só para sua alimentação, abandonando a lavoura, primaria, e mais lucrativa fonte de riquezas publicas (LAVOURA..., 1849, p. 2, grifo nosso).

Se, na metade do século XIX, a pesca enquanto atividade de subsistência representava uma ameaça à agricultura, no início do século XX a industrialização torna-se condição *sine qua non* para sua aceitação. O Código de Posturas de 1900, no Capítulo IX que trata da pesca, isenta de imposto a indústria da pesca profissional, ao passo que impõe aos demais pescadores, não profissionais¹⁹, a necessidade de licenciamento e pagamento de imposto junto à municipalidade.

¹⁹ Está-se falando aqui, na linguagem contemporânea, da “pesca amadora”, e, dentro dela, da “pesca esportiva”, sendo, para efeitos deste artigo, a primeira praticada com a finalidade de lazer e cujo produto não se destina à comercialização, e a segunda, contida na primeira, porém, sem abate obrigatório do pescado.

Mais uma vez, portanto, coloca-se a pesca como valor de troca em detrimento do valor cultural da atividade como sustento e prática cotidiana.

Não obstante tais imposições e “modalidades”, a prática da pesca participava da produção do espaço urbano de Vitória, quer seja no que tange às relações sociais e suas manifestações imateriais, ou na (re)produção da espacialidade, a partir de um processo contínuo de transformações no espaço social material. A exemplo do primeiro, citamos as devoções religiosas e suas diversas manifestações espaciais, como as procissões e regatas marítimas²⁰, além das festas dedicadas aos santos de devoção. A exemplo do segundo, citamos a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1755, após inúmeras solicitações dos pescadores da “Prainha” para que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” aos sábados após o dia de trabalho. A desapropriação da Igreja com vistas à sua demolição, ao final do século XIX, gerou a insatisfação dos religiosos, contudo não evitou a construção do Teatro Melpômene, em 1896, no mesmo local (ELTON, 2014). Cabe também reforçar o “Pelames” como local onde confeccionavam redes de pesca, como exposto por Novaes (2017) e a “Prainha” como local onde os pescadores se reuniam após cada dia de trabalho, de acordo com Elton (2014). Acerca do Campinho, o jornal *A Folha do Povo* de 21 de março de 1952, na crônica *Pobre vive de teimoso, de Darli Santos*, narra o diálogo ressentido de populares que viram, no aterro do Parque Moscoso, findar a possibilidade da cata de caranguejo para produção da torta capixaba.

²⁰ Lima Junior (1994) cita as Regatas de Santa Catarina, em decorrência da Festa de Santa Catarina, celebrada a 25 de novembro. Segundo o autor, essas regatas eram disputadas em longas canoas tripuladas por pescadores que faziam seus próprios remos.

[...] Veja só você. Nem os carangueijinhos que a gente apanhava de vez em quando não vamos conseguir mais. Esse aterro acabou com tudo. Essa história de progresso é muito boa para os ricos. A observação tinha muito de trágica e de engraçada. E de inteligente. Realmente, **era ali que um elevado número de pessoas, durante as trovoadas, a época da Semana Santa, ia buscar o carangueijo para a torta de pobre.** Torta já se vê sem os mariscos que só os ricos podem comer. Mas já dava para tapeiar. Agora os carangueijos foram soterrados pelas máquinas modernas, impiedosas, que vão levando tudo de roldão. [...] (POBRE..., 1952, p.3, grifo nosso).

Ainda sobre o aterro do Campinho, o *Correio da Victoria* de 3 de agosto de 1871, em nota do então secretário de governo - Francisco de Rodrigues de Barcellos Freyre - sobre a canalização do esgoto, atesta a necessidade de construção de um canal - e não de uma vala como proposto pela *comissão de salubridade pública* - “[...] que sirva ao mesmo tempo ao tráfego de canoas, para não privar deste uso, quer ao commercio, quer aos particulares, [...]” (REQUERIMENTOS..., 1871, p. 3). A crônica *Parque Moscoso*, escrita por Eugênio de Assis e publicada na Revista Vida Capichaba de 30 de janeiro de 1940, inicia-se assim: “Em outros tempos, o atual Parque Moscoso não passava de uma sequencia do mar e que pelos aborígenes era utilizado” (PARQUE..., 1940, p. 12).

A prática do transporte e deslocamento marítimo e fluvial, exercida por canoeiros - ou catraieiros - na Baía de Vitória é marcada, historicamente, por conflitos. Fundamentais desde os primórdios tempos da ocupação portuguesa, suas atividades permitiram o abastecimento da Capital e a comunicação dentro e entre as Províncias. Contudo, como encontramos em Freire (2006), os transportadores de pequenas embarcações enfrentaram imposições que os desagradavam, pelo menos desde o início do século XVIII,

como a proibição de cobrança de passagens no trecho entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, por parte de barqueiros e catraieiros, aos franciscanos junto ao Cais de São Francisco.

Os religiosos continuavam merecendo favores excepcionais... Uma ordem régia de 1720, por exemplo, proibiu aos barqueiros e canoeiros cobrarem passagens aos franciscanos, em viagem por mar ou rio, no trecho entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Embora não pudessem possuir navios, conseguiram estes religiosos que a Câmara de Vitória lhes doasse uns chãos, onde fizeram um cais, no lugar ainda hoje recordado, vulgarmente, como “cais de São Francisco” (FREIRE, 2006, p. 174).

Entre o final do século XIX e meados do século XX, muitos relatos atestam conflitos com as autoridades pela cobrança de impostos pelos serviços prestados, pelas greves praticadas e reivindicações de direitos, melhores condições de trabalho e salariais. Consta ainda o apoio e participação destes profissionais nas romarias em devoção à Nossa Senhora da Penha, quando da festa em homenagem à Santa, disponibilizando suas embarcações para os fiéis.

Observa-se, portanto, a utilização das águas que inundavam a região do antigo Campinho também para fins de locomoção, assim como para embarque e desembarque de padres do Convento de São Francisco, quando, outrora, ali existia o cais de São Francisco, além da já conhecida utilização, por parte da população, para despejo dos dejetos. Elton (1986) coloca que “Mesmo assim, com tantos detritos a lhe sujarem as águas, esse cais, quando na preamar, se enchia de crianças, que lá se banhavam alegremente” (ELTON, 1986, p. 127), conforme verificou no jornal *A Província do Espírito Santo* em 27 de novembro de 1886. O mesmo autor também revela a utilização da

antiga Avenida Cais Schmidt, anteriormente Cais do Queimado, por “[...] desocupados e moleques da Cidade de Palha (Vila Rubim), que aí se banhavam, inteiramente despidos, embora fosse o comércio relativamente ativo nessa artéria, que, com o aterro para a construção definitiva do Cais do Porto, desapareceu” (ELTON, 1986, p. 100).

Embora a prática do banho de mar ocorresse de maneira desprezível, sobretudo por crianças, conforme relatara Elton (1986), os primeiros registros nos periódicos locais aparecem de forma indireta, associados aos afogamentos por acidente ou por suicídio. Salvo estes casos, até a primeira década do século XX, o banho de mar não fora noticiado como uma prática do simples prazer, mas, nas últimas décadas do século XIX, como recurso terapêutico, como consta em *Regras higienicas para banhos de mar* publicado no jornal *O Horizonte*, de 17 de março de 1883. Tais regras, publicadas em francês, fornecem uma sequência de 6 passos para o banho de mar, sugerindo, dessa forma, uma prática ritualística semelhante a um receituário médico - incluindo dosagem (10 minutos) -, restrita às classes mais favorecidas, as quais teriam condições de traduzi-las por conta própria e, assim, usufruir dos benefícios medicinais dos banhos de águas salgadas.

À penúltima década do século XIX, o banho de mar, assumido por suas propriedades terapêuticas, torna-se uma prática visibilizada pelos periódicos locais. Por vezes, relatos acerca do banho de mar sugerem que sua finalidade primordial terapêutica servia mais como uma “agradável” desculpa para o simples prazer de refrescar-se e divertir-se, sobretudo nos períodos mais quentes do ano, em praias de Vila Velha. A prática do banho de mar na antiga capital aparece, portanto, para além dos benefícios à saúde, como

uma fuga ao calor, à rotina do trabalho e à própria cidade de Vitória, em busca de tratar o corpo e também o espírito, ainda que isso não tenha sido assumido como tal.

O divertimento, nessa lógica, reitera aquilo que colocamos em momento anterior em diálogo com Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos* (1947, p. 75) ao indicarem que “tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo.” É o que consta no jornal *A Provincia do Espirito Santo* de 5 de janeiro de 1883:

A' banhos. - A lendária e pitoresca Vila Velha [...] desde o mez ultimo que agasalha amorosa em seu limitado e paupérrimo âmbito um grande numero de famílias desta capital, que, ás primeiras manifestações do fulgido e quente verão, [...] e foram haurir ali, nas proximidades da barra, uns hautos tonificantes de ar fortemente saturado pelas emanções do mar; [...].

A população adventícia que ali demora - **um pretexto como outro qualquer** - gosa dos espelendidos e ridentes panoramas que descortinam-se do alto da Penha e de Piratininga; aprecia os passeios á tarde pelo Inhoá, e á noite, em vez d'uma *soriée*, d'uma serenata, alegre e familiar, saborêa dois dedos de prosa; e cedo, ás 9 horas, vae pressurosa procurar o leito e os lenções! Teimam contra essa manifestação higienica dos banhistas, uns cacotes amantes do solo, que aborrecem-se algumas horas, muito satisfeitamente, muito tranquilamente, a tirar e passar fixas, que propriamente não são de consolação, e sim de... nickel !

Quem dá uns tons mais risonhos e variados ao quadro da vida da <colônia victoriense> são os meninas, uns pirralhos alegres e traquinas, **que não deixam o mar senão quando dormem.** [...] (A' BANHOS..., 1883, edição 00120, p. 3, grifo nosso).

Em que pese a grande preferência por praias de banho, portanto, com faixa de areia e “fora” da Capital àquele tempo, como já observamos, o banho de mar também ocorria na região central de Vitória, e passou a contar, em 1887, com banheiros para banhistas à antiga Rua Conde D’Eu, cujos quintais das casas terminavam à beira mar. Estas estruturas foram proporcionadas por comerciantes, como expõe *A Provincia do Espirito Santo* de 8 de janeiro de 1887 “[...] em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica, resolveram d’ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável publico os seus banheiros sitos á Rua Conde d’Eu, prevenindo que não se fornece aos banhistas toalha nem sabão” (F. 1887, p. 4). A existência de “casas de banho”, contudo, remonta o final do ano de 1877, quando foi inaugurada uma casa de banhos frios junto à Fonte Grande - conforme consta em Relatório no jornal *O Espirito Santense* de 1º de maio de 1878. Os proprietários destas casas de banhos, de uso público, tinham isenção de impostos e podiam cobrar taxas para arcar com as despesas das mesmas, contudo não podiam obter lucros por tal atividade. Algumas décadas depois, em Relatório apresentado pelo então presidente do Estado Jerônimo Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de Maio de 1912, faz-se menção à construção de duas lavanderias juntamente com “banheiros de chuva” e “gabinetes sanitários”, situados à Villa Moscoso - com 40 tanques - e no arrabalde de Santo Antônio - com 20 tanques-, e, na porção central da cidade, a construção de uma Casa de Banhos à Praça Oito de Setembro, com “[...] banhos quentes e frios, reservados, loja de barbeiro e limpeza de calçados” (ESPIRITO..., 1913, p. 339).

Importa observar, nas estruturas inauguradas na administração de Jerônimo Monteiro na primeira década do século XX, o incremento destas “casas”, com a incorporação de outros

serviços associados. Verifica-se que desde a década de 1890 esta mudança se iniciara, por iniciativa dos comerciantes de Vitória os quais já projetavam a popularização do banho de mar e viam, com isso, possibilidades de incrementar os negócios. Inicia-se, a partir de então, a criação da necessidade de artigos voltados para esse novo hábito, alcançando, à década de 1930, na Praia Comprida, a cobiça por “elegantes *maillots*” da “moda praia” entre a elite capixaba. Já nas primeiras décadas do século XX, praias de banho tornam-se acessíveis na Capital, com a inauguração da linha de bonde até a Praia do Suá, em 1908, e depois até a Praia Comprida na década de 1930. A Praia do Suá corresponde, portanto, à primeira “praia de banhos”²¹ da cidade de Vitória, sendo comum, além do banho de mar, a realização de piqueniques²² e a prática esportiva. Ocorre que, a partir da década de 1920, a Praia Comprida passa a atrair o maior fluxo de banhistas, sobretudo das classes privilegiadas, ao passo que a Praia do Suá, reduto de pescadores, teve sua imagem associada às classes de baixa renda, perdendo, dessa forma, o prestígio que alcançara no início do século. A década de 1950 representa, para a Praia do Suá, o período crítico, comprovado pelas inúmeras notícias que fazem referência ao estado de abandono, má conservação, carência de transporte e precarização dos pescadores.

Na Praia Comprida, por sua vez, a “alta sociedade” prestigia os banhistas pelos seus trajes e comportamentos. O banho de mar à fantasia realizado no período do carnaval nas Praias, Comprida em Vitória, da Costa e de Piratininga em Vila Velha, agitavam a Cidade,

²¹ Como chamavam as praias fora do limite da cidade no início do século XX.

²² Realizados, sobretudo, nas “praias de banhos” da Capital, Camburi, Ilha do Boi, Praia da Costa, Praia de Piratininga, Manguinhos, Guarapari e Linhares.

estendendo suas comemorações ao núcleo central da Capital, com os bailes de entrega dos prêmios dos concursos de fantasia. Os periódicos *Diário da Manhã* e *Vida Capixaba* apresentam, entre as décadas de 1920 e 1930, inúmeros relatos sobre os banhos de mar e as movimentadas Praia Comprida e Praia da Costa. À década de 1950, o banho de mar já constituía uma prática comum aos finais de semana, estendida a outras praias da Capital como Camburi, antes denominada Piranhem ou Maruyphe, Praia de Santa Helena e Praia do Barracão. Esta ampliação espacial da prática do banho de mar não só acompanha, como impulsiona o processo de ocupação de novas áreas de expansão em Vitória. À medida que os aterros e a urbanização destas áreas se concretiza, uma parte da população capixaba, sobretudo das classes mais abastadas, sente-se atraída em fixar residência em terrenos próximos ao mar.

No que tange à porção central da Cidade, muito embora já demonstrado a utilização da baía e dos espaços de águas para diversas finalidades, inclusive para o banho de mar, tais práticas foram invisibilizadas pelo anseio da modernidade. Este anseio tem como um dos marcos iniciais, além dos aterros sobre as áreas [semil]alagadas, a construção do Jardim Municipal – e posterior Éden Parque - nos últimos anos do século XIX na administração de Muniz Freire. À beira do mar [baía], o Jardim Municipal constituiu pioneiro e importante espaço construído com finalidade de receber atividades festivas e recreativas, solenidades e eventos sociais. Em 1907, dois anos após receber o Éden Parque, é inaugurado o primeiro cinematógrafo de Vitória, o que ampliou a oferta de lazer na Capital. No que se refere às águas, o Jardim Municipal/ Éden Parque era também utilizado para contemplação da paisagem, como apontado por Bellini (2014), como ponto de embarque para Vila Velha até 1910

e como ponto de saída de regatas e de cortejos marítimos fúnebres e religiosos. Tais práticas, amplamente visibilizadas pelos periódicos, revelam o prestígio atribuído a esse espaço, estrategicamente localizado à Baía de Vitória.

Considerações finais

O papel das águas no contexto capixaba se revelou representativo do processo de modernização e constituiu a paisagem a partir do momento em que a ideia de modernidade de estabelece espacialmente na Capital capixaba. Observou-se que até o final do século XIX as áreas [semi] alagáveis – Campinho, Reguinho e Pelames – impossibilitaram a ocupação e assumiram papéis pouco prestigiados, contudo, não únicos. Não obstante a alta frequência de relatos que atestavam sobre a insalubridade destes espaços, nas entrelinhas, constituíam palcos de uma vida cotidiana em que diferentes práticas coexistiam espacialmente, assim como diferentes espaços correlacionavam as mesmas práticas. As práticas sócio-espaciais até este período insinuam, por meio de vestígios como a pesca para subsistência, o banho de mar despretenso, as brincadeiras em meio aos lamaçais e a devoção religiosa, uma ideia de cultura como um modo de existência único e integrado. As águas, neste contexto, não constituem a paisagem moderna, mas participam, efetivamente, da construção desse modo de existência, da cultura.

Os aterros e as transformações remodeladoras ocorridas em Vitória desde as últimas décadas do século XIX ganharam impulso com a expansão da Cidade principalmente rumo ao Novo Arrabalde ocorrida a partir das primeiras décadas do século XX. As novas áreas para ocupação trouxeram também novas formas de uso e apropriação

do espaço urbano [e das águas], dentre as quais, o banho de mar é representante. Inicialmente divulgado para fins terapêuticos, o banho de mar vem a se popularizar no início do século XX em Vitória, alcançando grande prestígio à década de 1920 na Praia Comprida e Praia da Costa. Mais do que a busca por saúde, famílias inteiras fizeram do banho de mar um pretexto para a exibição social. O usufruto do mar passa a uma valoração, direta ou indiretamente, relacionada a um poder de troca. Verifica-se que ações vinculadas às águas não tributárias de valor de troca eram constantemente combatidas, ou, no mínimo ignoradas para darem lugar ao novo, ao moderno e ao civilizatório.

Também corresponde a essa modernidade, os passeios contemplativos junto ao Jardim Municipal/ Éden Parque e ao Parque Moscoso. Locais estes os quais constituem a materialização da paisagem moderna e hegemônica. A visibilidade conferida aos novos hábitos compreende a invisibilização das práticas cotidianas banais, mas não irrelevantes, que se faziam presentes na Cidade. As águas, nestes casos, constituem a paisagem, moderna como lhe é inerente, panorâmica, visibilizada, naturalizada e enquadrada segundo a moldura do positivismo civilizatório. Visto por esta perspectiva, o modo com o qual as águas na Capital capixaba se integravam - pacífica e conflituosamente - ao contexto urbano é interrompido e cindido em esferas separadas e autonomizadas, sendo a estética representada sob a forma da paisagem. Nesse sentido, a paisagem confere às águas no contexto capixaba um novo significado, vinculado à valorização hegemônica da aparente autonomia de seus conteúdos

sociais e à “economia desvinculada”²³ como o fim em si mesmo da sociedade moderna.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução Guido Antonio. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BELLINI, A. K. de Q. Costa. *Espaços públicos abertos e o usufruto da Paisagem: 1860 A 1916 – Vitória (ES)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2003.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1965.

ELTON, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. Vitória: IJSN, 1986.

_____. *Velhos Templos e Tipos Populares de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2014.

FREIRE, Mário A. *A capitania do Espírito Santo*. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). 2ª edição organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Ilha de Vitória: Flor&Cultura editores, 2006.

GOMES, P. C. da C. *O lugar do olhar*. Elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, João R. V. *Vitória Fortificações e Ilhas*. Vila Velha: Above Editora e Publicações, 2017.

²³ Segundo Robert Kurz (1996), “O dinheiro agora está preso a um circuito cibernético fechado sobre si mesmo. [...] Assim, o historiador Karl Polanyi chamou a economia de mercado moderna de uma “economia desvinculada” dos contextos da vida.”

KURZ, R. *A estética da modernização*. Tradução Cláudio Roberto Duarte. Revista Exit, jan.2002. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>

KURZ, R. *O Programa Suicida da Economia*. Tradução José Marcos Macedo. Folha de São Paulo. 02 de junho de 1996. Original *Der Sieg der Ökonomie über das Leben* em www.exit-online.org. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides. *Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais*. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1994.

NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro: Sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

PANZINI, Franco. *Projetar a Natureza*. Arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

SOUZA, L. H. P. de. *Praia do Suá: Mudanças e permanências na paisagem*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

SOUZA, M. L. de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa sócio-espaçial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Relatórios, mensagens de governo e periódicos

A' BANHOS, Factos e boatos. Noticias locaes. *A Provincia do Espirito Santo*, ed.00120, p. 3, 5 jan. 1883.

A PROPOSITO DA EPIDEMIA. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 6 out. 1855b.

COLONISAÇÃO (cont.). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo*, Pedro Leão Veloso. *Correio da Victoria*, Vitória, 9 jul. 1859. Parte Oficial, p. 1.

DESASTRES. Noticias Diversas. *Correio da Victoria*, Vitória, Ed.00009, p. 3, 29 jan. 1859.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Jerônimo de Souza Monteiro). *Relatório Exposição sobre os Negócios do Estado no*

Quatriennio de 1909 a 1912 apresentado ao Congresso Legislativo no dia 23 de maio de 1913. Vitória, 1913.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1873-1889: Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas). *Lei n. 35 de 15 de novembro de 1873. O Espírito Santense.* Vitória: Typographia Ladeira do Palacio, p.1, 16 dez 1873.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839.* Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

ILUMINAÇÃO DA CAPITAL. Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839.* Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

LAVOURA E COMMERCIO. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 27 jan. 1849.

MEDIDAS SANITARIAS. Parte Official. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 6 out. 1855a.

OS ASPECTOS Antiguidade e novidades. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 17, 18 ago. 1927.

PARQUE MOSCOSO. *Vida Capichaba*, Vitória, ed.494, p. 12, 30 ago 1940.

REQUERIMENTOS....*Correio da Victoria*, Vitória, p. 3, 3 ago. 1871.

Submetido em: 04 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 10 de março de 2020.

Aprovado em: 21 de março de 2020.

Como citar este artigo:

CASADO, Tatiana Caniçali; MENDONÇA, Eneida Maria Souza; GOMES, Gustavo Zamproni. As águas e a modernização em Vitória (es): a paisagem como estética. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 508-541, jan.-jun./2020.

**APLICAÇÃO DO MÉTODO
HIPOTÉTICO-DEDUTIVO NA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS
AMBIENTAIS DA ZONA COSTEIRA
METROPOLITANA DE FORTALEZA-
CEARÁ**

*APPLICATION OF THE HYPOTHETICAL-
DEDUCTIVE METHOD IN THE EVALUATION
OF THE ENVIRONMENTAL POLICIES OF THE
METROPOLITAN COASTAL ZONE OF
FORTALEZA-CEARÁ*

*APPLICATION DE LA MÉTHODE
HYPOTHÉTIQUE-DÉDUCTIVE DANS
L'ÉVALUATION DES POLITIQUES
ENVIRONNEMENTALES DE LA ZONE CÔTIÈRE
MÉTROPOLITAINE DE FORTALEZA-CEARÁ*

**OTÁVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA LIMA
BARRA**

Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
Fortaleza/CE.

E-mail: otavioaolbarra@gmail.com

DELANO NOGUEIRA AMARAL

Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
Fortaleza/CE.

E-mail: delanonamaral@gmail.com

FRANCISCO EDMAR DE SOUSA SILVA

Universidade Regional do Cariri (URCA) –
Crato/CE.

E-mail: edmaruece@hotmail.com

FÁBIO PERDIGÃO VASCONCELOS

Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
Fortaleza/CE.

E-mail: fabioperdigao@gmail.com

Resumo: Entende-se como método científico, o conjunto de procedimentos necessários para estabelecer uma verdade científica. Na Geografia – ciência das relações entre sociedade e natureza – ao depender do objeto analisado, será exigida a aplicação de um método específico. Nesse contexto encontra-se o Método Hipotético-Dedutivo (MHD), caracterizado pela formulação de hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a aplicabilidade do MHD nos procedimentos de avaliação das políticas ambientais de gerenciamento costeiro no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará. Para tanto realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema; uma pesquisa documental das leis de gerenciamento costeiro; e a realização de entrevistas com representantes dos poderes públicos de três municípios que compõem a RMF. Os resultados provenientes dos testes das hipóteses foram díspares, alguns confirmando a hipótese central e outros a refutando, o que exigiu reformulações. Por fim, depreendeu-se que as etapas que constituem o MHD mostraram-se adequadas nas fases iniciais do problema.

Palavras-chave: método, hipóteses, políticas ambientais, zona costeira, Região Metropolitana de Fortaleza.

Abstract: A scientific method is understood as the set of procedures necessary to establish a scientific truth. In Geography - science of the relations between society and nature - depending on the object analyzed, the application of a specific method will be required. In this context is the hypothetical-deductive method (MHD), characterized by the formulation of hypotheses that can be confirmed or refuted. This work aims to demonstrate the applicability of MHD in the assessment procedures of environmental policies for coastal management on the coast of the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), Ceará. To this end, a bibliographic research was conducted on the topic; a documentary survey of coastal management laws; and conducting interviews with representatives of public authorities in three municipalities that make up the RMF. The results from the hypothesis tests were mixed, some confirming the central hypothesis and others refuting what required reformulations. Finally, it emerged that the stages that make up the MHD proved to be adequate in the early stages of the problem.

Keywords: method, hypotheses, environmental policies, coastal zone, Metropolitan Region of Fortaleza.

Résumé: Une méthode scientifique est comprise comme l'ensemble des procédures nécessaires pour établir une vérité scientifique. En Géographie - science des relations entre société et nature - selon l'objet analysé, l'application d'une méthode spécifique sera nécessaire. Dans ce contexte, la méthode hypothétique-déductive (MHD), caractérisée par la formulation d'hypothèses qui peuvent être confirmées ou réfutées. Ce travail vise à démontrer l'applicabilité du MHD dans les procédures d'évaluation des politiques environnementales pour la gestion côtière sur la côte de la région métropolitaine de Fortaleza (RMF), Ceará. À cette fin, une enquête bibliographique a été menée sur le sujet; une enquête documentaire sur les lois de gestion côtière; et mener des entretiens avec des représentants des autorités publiques de trois municipalités qui composent le CMR. Les résultats des tests d'hypothèse étaient mitigés, certains confirmant l'hypothèse centrale et d'autres réfutant ce qui nécessitait des reformulations. Enfin, il est apparu que les étapes qui composent le MHD se sont avérées adéquates aux premiers stades du problème.

Mots-clés: méthode, hypothèses, politiques environnementales, zone côtière, Région métropolitaine de Fortaleza.

Introdução¹

O método científico é caracterizado como um conjunto de regras ou procedimentos indispensáveis para o estabelecimento de uma verdade científica. Assim, não há ciência sem método (MARCONI e LAKATOS, 2003).

A Geografia, como ciência que partilha, simultaneamente, os objetivos das ciências naturais e humanas (SILVA, 1971), possui, em seu escopo, variadas linhas de pesquisa que exigirão métodos científicos específicos. É nesse contexto que se insere o Método Hipotético-Dedutivo (MHD).

Sposito (2004) expõe que o Método Hipotético-Dedutivo é aquele através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses. A partir das hipóteses, os resultados obtidos podem ser deduzidos e, com base nos resultados, essa hipótese pode ser confirmada ou refutada. Este método foi introduzido pelo austríaco Karl Popper em “A lógica da Investigação Científica”, publicado pela primeira vez em 1935.

Deste modo, uma observação prévia (1ª etapa do MHD) da zona costeira da Região Metropolitana de Fortaleza fez-se levantar hipóteses sobre a existência de variados conflitos de natureza socioambiental, sendo necessário um ordenamento territorial baseado nos princípios de uma gestão costeira integrada (BARRA et.al, 2019). Nesse sentido, torna-se imperativa a efetivação dos

¹ Etapa do Projeto de Pesquisa “Avaliação do Gerenciamento Costeiro nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza: subsídios para uma Gestão Costeira Integrada do Litoral Cearense” institucionalizado pela Resolução Nº 4223/fev.2018 – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE/Universidade Estadual do Ceará – UECE. Financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

diversos instrumentos de gerenciamento costeiro presentes na legislação ambiental brasileira.

Entretanto, para que se consiga aferir se as políticas de gerenciamento costeiro estão sendo efetivas na preservação e conservação dos litorais é indispensável que se realize a avaliação desses processos de gestão, sendo esta avaliação uma etapa inerente ao ciclo da gestão costeira integrada (OLSEN, 2003; SCHERER et.al., 2018; VASCONCELOS, 2005).

Esse processo de avaliação mostra-se necessário, uma vez que os litorais apresentam-se como espaços complexos, onde coabitam sistemas naturais e humanos. Esta convivência, não necessariamente se dá de forma harmoniosa, resultando em variadas formas de impactos adversos.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da aplicabilidade das etapas do MHD em um estudo socioambiental, procurando observar as fragilidades desse Método. Para tanto, utilizou-se enquanto recorte de análise, entrevistas com gestores públicos de municípios do litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará, a fim de se avaliar o estado da gerência ambiental costeira dessa grande região litorânea.

Um estudo necessário, tendo em vista as poucas discussões recentes que facilitem o ensino do Método Hipotético-Dedutivo a formandos de Geografia (DINIZ, 2015), bem como a todo público geográfico.

Aspectos socioambientais da RM de Fortaleza

A Região Metropolitana de Fortaleza teve sua criação de forma instituída, através da Lei Complementar Nº 14/1973. Ao longo do tempo, a RMF aumentou significativamente no

quantitativo de municípios. Em 1973, eram apenas 5. Atualmente a RMF possui 19 municípios (Quadro 1), respondendo por mais de 4 milhões de habitantes – pouco mais de 40% do total da população do estado (IBGE, 2018).

Quadro 1: Evolução do quantitativo de municípios da RMF.

Região Metropolitana de Fortaleza	1973	1986	1991	1999	2006	2009	2015	2016
Número de municípios	5	6	8	13	13	15	19	19

Fonte: IPECE (2017).

A compartimentação do relevo da RMF é representada, basicamente, pelos domínios geomorfológicos: Planície Litorânea, Planície Fluvial, Tabuleiros Pré-Litorâneos, Depressão Sertaneja e Maciços Residuais (SOUZA, 1988).

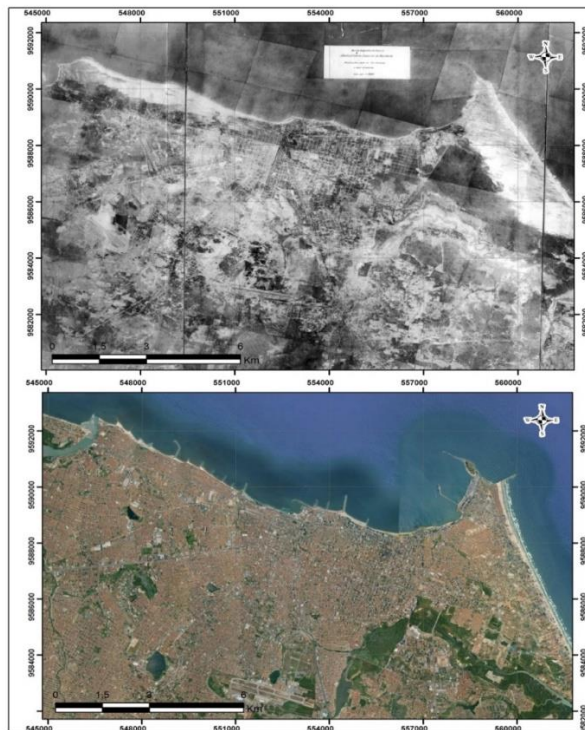
O grande adensamento populacional tem pressionado, ao longo de décadas, os vários sistemas ambientais presentes no espaço metropolitano. Silva (2009) expõe que o universo metropolitano de Fortaleza mostra-se problemático pela deficiência ou mesmo ausência de políticas públicas capazes de discutir e propor, em conjunto, vários aspectos da gestão urbana e da problemática ambiental decorrente. Corroboram Araújo e Pessoa (2019), nessa perspectiva, pontuando:

No Brasil, o desenvolvimento urbano a partir da década de 1970 vem sendo acrescido de arranjos urbano-regionais derivados da metropolização, fazendo com que o contexto já preocupante dos impactos gerados pelas dinâmicas urbanas seja acrescido de um componente de regionalização do território – expandindo e intensificando esses impactos (ARAÚJO e PESSOA, 2019, p. 2078).

Deste modo, a partir da metrópole central, há o avanço das atividades socioeconômicas para os municípios circundantes, através de vetores de expansão socioespaciais da RMF (SMITH, 2001; PAIVA, 2010). Nesse sentido, merece destaque a expansão de atividades diretamente relacionadas à costa e ao mar.

A RMF possui 19 municípios agregados. Para exemplificar Fortaleza, uma metrópole litorânea, 5ª maior capital do país (IBGE, 2019), já avançando como uma das maiores densidades demográficas do Brasil (ibidem), tem – desde os anos de 1940 – um litoral bastante alterado, com vetores de pressão consideráveis, como a instalação do Porto do Mucuripe e o elevado grau de urbanização sobre os sistemas costeiros originais ao longo de seus 32 km de linha costeira (Figura 1).

Figura 1: Transformações na paisagem do litoral de Fortaleza.



Fonte: Serviço Geológico do Exército e *Google Earth*.

Outro município que merece destaque é Aquiraz, um local predominantemente turístico, onde está inserido o maior parque aquático do Brasil, um grandioso complexo de resorts e estruturas hoteleiras diversas, em grande maioria, localizadas na praia local de Porto das Dunas (Figura 2).

Figura 2: Porto das Dunas antes e depois do intenso processo de ocupação. Nota-se o grande campo de dunas na paisagem da esquerda (década de 1950) e imagem atual à direita. Abaixo, fotos de estruturas hoteleiras na mesma praia.



Fonte: CPRM (1958) in Sampaio (2017). Google Earth. Autores (2020).

As praias de Aquiraz foram as primeiras a receber veranistas fortalezenses, cerca de 20% de suas residências são de uso sazonal, sendo a 2ª maior concentração desses veranistas do Estado (IBGE, 2010; RODRIGUES e DANTAS, 2017). Sampaio (2017) define a região do Porto das Dunas como:

Lócus de práticas de lazer de classes sociais mais abastadas, o Porto das Dunas concentra empreendimentos turísticos e imobiliários de luxo, como cinco resorts e dois grandes condomínios de alto padrão (utilizados tanto para primeira residência, devido à proximidade de Fortaleza, como também para uso aos finais de semana). (SAMPAIO, 2017, p. 72).

São Gonçalo do Amarante já recebe, atualmente, quase metade dos investimentos estrangeiros do estado, concentrados, basicamente no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP (Figura 3) (O Povo, 2018). Ademais, conflitos socioambientais entre poder público, setor privado e comunidades tradicionais coexistem, no local, de maneira bastante acirrada.

Figura 3: Praia do Pecém (em São Gonçalo do Amarante) meados da década de 1970 e foto atual do Porto na mesma praia.



Fonte: Ceará Portos. Autores (2019).

Considerações sobre o Método Hipotético-Dedutivo

Na gênese da palavra método, do grego, *methodos*: *met*, que significa “através de”, ou, “por meio de”, e *hodos*, que por sua

vez entende-se como “caminho” (TRUJILLO FERRARI, 1982), o método é posto como uma ferramenta de investigação da realidade a partir de um olhar criticamente científico. Dessa forma, Barbosa (2006, p.15) indica que essa etimologia aponta para a compreensão de “o caminho para chegar a um fim”. Através do Dicionário básico de Filosofia, Japiassu e Marcondes (1990, p.130) acusam que o método é um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo”.

A escolha do método está diretamente ligada aos melhores caminhos para a realização da pesquisa e com o olhar do pesquisador, como afirma Sposito (2004), que métodos são utilizados dependendo da própria intencionalidade do investigador. Dessa forma, compreende-se que o método é não só um direcionamento para os procedimentos científicos para obtenção de seus fins, ele também se torna meio, processo que dialoga com a forma de realizar a pesquisa e de caráter identitário do investigador.

Apesar desse caráter pessoal do investigador sobre a escolha do “melhor caminho” para forma de fazer ciência através da realização da pesquisa, não se pode deixar de lado a questão da seriedade dos procedimentos. Severino (1992, p. 121) pontua que o método se caracteriza através de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que devem permitir ao pesquisador descobrir “relações das casuais constantes que existem nos fenômenos”.

Logo, o caráter pessoal do pesquisador na escolha do método é restrito a forma de seu olhar sobre o objeto, ou seja, sobre o caminho lógico de procedimentos que o mesmo se sente mais confortável em trilhar para realizar suas investigações. Inclusive,

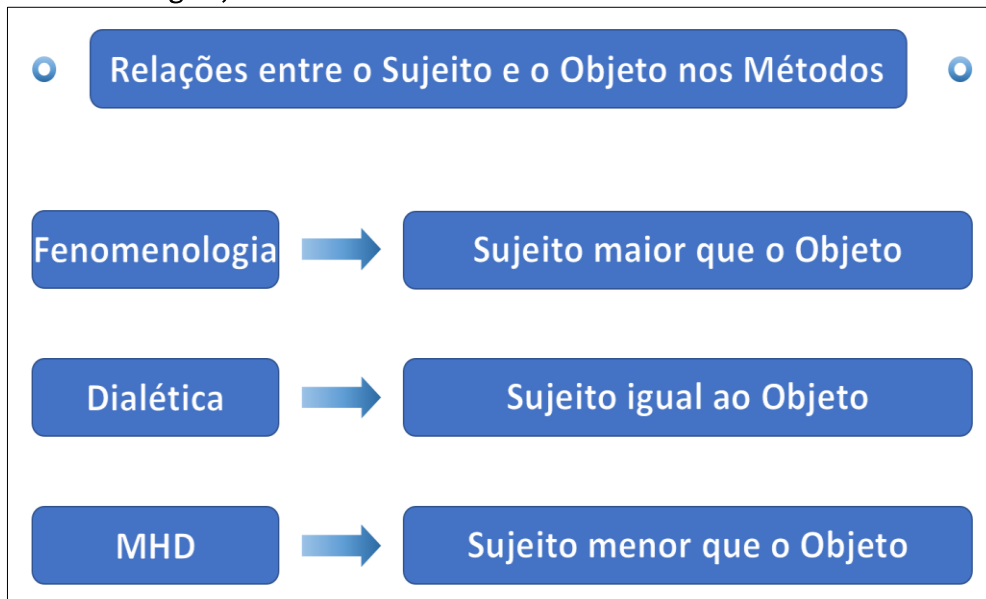
Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118), apontam que não há nenhum método melhor do que o outro; é uma questão que está diretamente relacionada a problemática a ser investigada e a preferência do olhar do investigador – decidindo, inclusive, questões ligadas ao qualitativo e ao quantitativo.

O método é um mecanismo imprescindível para realização das pesquisas científicas, de forma que, independentemente dos resultados, o próprio método é um “porta-voz” sobre como a pesquisa se comporta. Assim, como pontua Sposito (2004), o método funciona como um dispositivo de orientação na tentativa de interpretação da realidade a partir de uma reflexão intelectual. Para o mesmo autor, só existem, concretamente, três métodos distintos e “filosoficamente coerentes para este trabalho intelectual” para o campo geográfico: o Fenomenológico, o Dialético e o Método Hipotético Dedutivo (MHD).

Para Sposito (2004, op. cit.), cada um desses três métodos se comporta de uma forma diferente em relação ao grau de importância entre o sujeito e o objeto – de forma que essa interação está diretamente ligada à forma da pesquisa e do olhar investigador.

No primeiro desses métodos, evidenciados na Figura 4, o ponto de vista do pesquisador (sujeito) tem um espaço privilegiado, de maneira que ele se torna tão referencial que se sobrepõe ao próprio objeto em estudo; noutro, os graus de importância são equilibrados, entre sujeito e objeto, sem haver qualquer distinção de valor entre eles; o último torna-se o oposto do primeiro, o objeto de estudo, suas complexidades, fenômenos e relações são maiores que o olhar do pesquisador que busca entendê-lo.

Figura 4: Relações entre o Sujeito e o Objeto dos três métodos Fenomenológico, Dialético e MHD.



Fonte: Sposito (2004) adaptado.

Nesse sentido, este trabalho tem como foco um aprofundamento das contribuições que o Método Hipotético Dedutivo pode proporcionar para a ciência geográfica. Esse mecanismo de realização e reflexão de pesquisas foi proposto por Sir Karl Raymund Popper, expondo-o à academia pela primeira vez em 1935, por meio da obra “A lógica da investigação científica”. Marconi e Lakatos (2010) apontam que o MHD se apresenta como um “método de tentativas e eliminação de erros” que se baseia em hipóteses.

Assim, o cenário que corresponde à criação deste método está inserido em um contexto histórico guiado pela superação do embate contínuo entre empiristas *versus* racionalistas. Ou seja, entre a dualidade do dedutivismo de René Descartes (1596-1650) e o indutivismo de Francis Bacon (1561-1626), correntes contrárias em sua forma de produzir ciência, mas que poderiam encontrar no

MHD parâmetros que contemplassem parte do princípio de ambas, todavia, de forma complementar – tendo fortes críticas ao indutivismo – mas utilizando parte de seus mecanismos de ponderação para complementar o dedutivismo.

Popper (1975) afirma que a ciência é hipotética e provisória, ou seja, sem um conhecimento definitivo, finalizado ou absoluto. Dessa forma, o MHD consiste no processo da percepção de problemáticas, lacunas, brechas, ou contradições no conhecimento prévio de um dado objeto de estudo, ou de uma teoria já consolidada (DINIZ, 2015). A partir dessas evidências são formuladas conjecturas, soluções ou hipóteses, que posteriormente são testadas através de diversas análises, o que o proponente do método chama de falseamento das hipóteses.

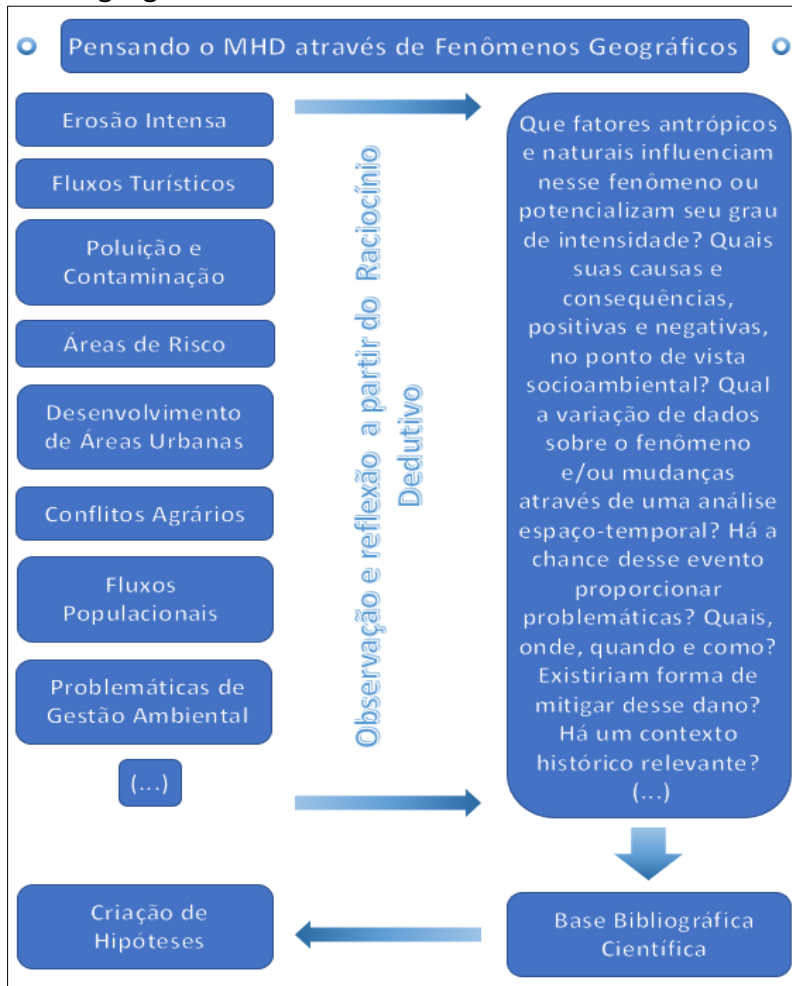
Ainda que popularizados por Popper no século XX, esses princípios podem ser observados ainda no fim do século XIX nas chamadas Ciências da Terra, conforme expõe Vitte (2012) ao pontuar sobre os trabalhos do geólogo norte-americano Karl Grove Gilbert:

Em 1895, discorrendo sobre o seu ensaio de 1886, na Geological Society of Washington, Gilbert afirmou que, quando o investigador procura descobrir a origem de um fato ou de um grupo de fatos, cuja origem seja desconhecida, sua primeira atitude é conjecturar. Em outras palavras, ele constrói uma hipótese. Então ele passa a testar a hipótese. Para Gilbert, o método da hipótese encontra suas explicações da Natureza inteiramente em fatos observados (VITTE, 2012, p.29).

No caso do campo geográfico, tanto para o campo da Geografia Física, como da Humana, o MHD pode ser usado como uma importante ferramenta de pesquisa científica e que, infelizmente, há pouca aplicação desse método na esfera geográfica

(DINIZ, op. cit, 2015). Dessa forma, a Figura 5 aponta diversas formas que o olhar hipotético-dedutivo pode guiar diversas pesquisas que relacionem questões ambientais e sociais, através de um método questionador, lógico, eficaz e pragmático.

Figura 5: A Percepção através Método Hipotético Dedutivo sob os fenômenos geográficos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse primeiro momento é uma forma de observar e pensar o problema contemplado, de forma que, através de leituras de trabalhos passados sobre os assuntos, o raciocínio dedutivo conduza a reflexão sobre possíveis hipóteses para o fenômeno assistido.

A maneira de refletir o espaço, os processos, os agentes (...) está diretamente ligado a forma de conduzir a pesquisa. Assim, os questionamentos em exemplo da Figura 6 podem ser realizados para quase todas as áreas evidenciadas onde a Geografia atua – e para muitas outras não citadas – onde novos questionamentos também podem ser formulados para reflexão de hipóteses.

Os questionamentos induzem ao diálogo entre o que está sendo observado no fenômeno e ao que o pesquisador detém de base bibliográfica científica, de forma que a resultante desse processo leva ao processo de ponderação da problemática através da criação de hipóteses. Assim, o pesquisador aqui reflete sobre respostas para as perguntas apresentadas, que são particulares do evento que está sendo contemplado por ele, onde parte dessas respostas pode ser embasada por estudos já realizados.

Posteriormente às hipóteses formuladas, há o exercício de planejamento e execução do experimento, para aquisição de dados que irão evidenciar se as hipóteses estão, ou não, corretas – no caso, esta é a técnica de falseamento. A forma de captação dos dados depende diretamente do objeto da pesquisa, ou da área de estudo, de forma que há variadas maneiras de aquisição de informações que dialogue com as afirmações hipotéticas.

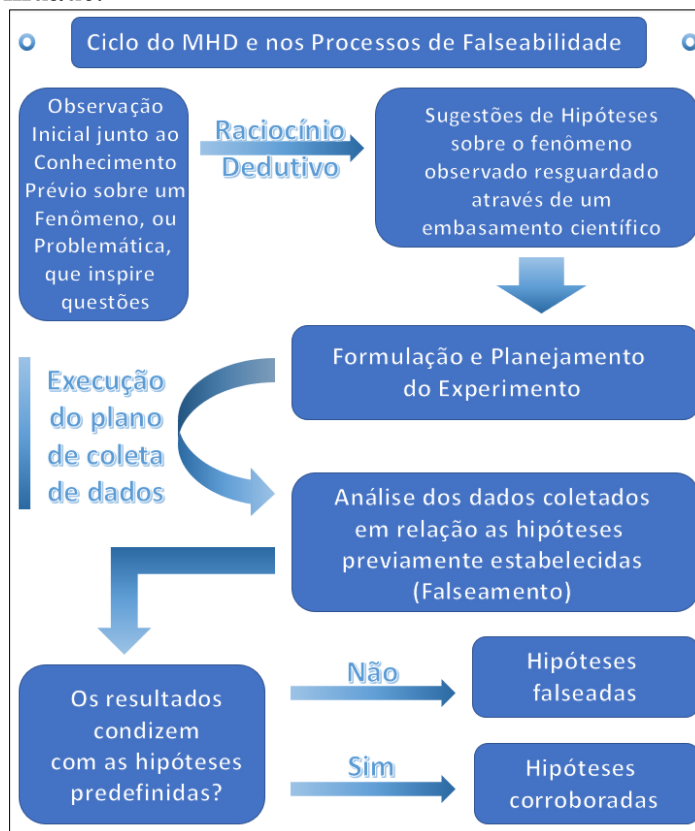
Para exemplos de técnicas de captação de dados: realização de questionários e entrevistas; sistematização de dados de hemeroteca; análises estatísticas; técnicas diversas atreladas ao geoprocessamento; realização de perfis topográficos; dentre outros.

Essa técnica de “falsear” uma determinada hipótese/solução pode ser feita de diversas maneiras, de forma que o olhar do pesquisador, a dinâmica da pesquisa e os recursos e técnicas apontam para a melhor forma de análise a ser escolhida.

Após analisados os resultados/amostras, as soluções ou hipóteses formuladas previamente são postas em avaliação, que podem ser rejeitadas ou corroboradas.

Para o elaborador do MHD, Popper (1975) explana que esse processo de falseamento se torna infinito, assim como são infundáveis os processos de evolução da ciência, tendo seu ciclo apresentado na Figura 6.

Figura 6: Fluxograma do Circuito do MHD e dos Processos de Falseabilidade.



Fonte: Org. pelos autores.

No caso, as hipóteses falseadas serão aquelas que estão sujeitas a ser reformuladas, para que voltem a participar de todo este circuito novamente, assim, as corroboradas correspondem

àquelas que apresentam dados científicos concretos, porém, podem estar sujeitos a refutações em outros momentos, por outros autores, ou conjunturas, se necessário.

Todo conhecimento científico pode está exposto a novas experimentações, ou estudos, que ou tornam aquela evidência ainda mais concreta, ou guia a ciência para um novo patamar, naquela área científica, sobre um determinado assunto.

Todo método tem possibilidades e limitações. Citando Miller (1974) e Tychy (1974), Pereira (1998) pontua que a tentativa de Popper em estabelecer a verossimilitude como um ideal a ser alcançado pela ciência sofreu severas críticas, uma vez que, para referidos autores, nunca poderíamos saber se uma teoria é verdadeira, deste modo, o objetivo de Popper de comparar teorias quanto a sua veracidade não poderia ser atingido.

Deste modo, para refutar uma teoria, não seria adequado guiar-se por uma ideia absoluta de verdade, mas sim teorias que fossem apenas possivelmente verdadeiras, ou no dizer de Watkins (1979), “teorias que resistiram às mais severas críticas, sem que tenha sido possível, pelo menos até determinado momento, descobrir qualquer inconsistência entre os princípios da teoria ou entre ela e as evidências disponíveis” (PEREIRA, op. cit., 241).

Litoral e Políticas de Gerenciamento

Para Moraes (2007), a localização litorânea expressa uma situação geográfica singular de grande importância estratégica na vida das sociedades contemporâneas. Seja como base de fluxos de circulação oceânica, seja como lugar de lazer, ou como um lugar de recursos naturais valiosos ou ainda como suporte de ecossistemas

de alta relevância ambiental; destarte, a zona costeira afirma-se como espaço privilegiado para o planejamento.

A pressão demográfica exercida nesses ambientes mostra-se considerável, uma vez que cerca de 2/3 da população mundial vive a menos de 50 km do mar; das 22 megacidades mundiais (acima de 10 milhões de habitantes), 15 são costeiras e, no Brasil, metade da população reside a menos de 200 quilômetros da costa (BARRAGÁN e ANDRÉS, 2015; VASCONCELOS, 2005).

Segundo o IBGE (2010) 23,58% da população brasileira concentra-se na região litorânea, realidade advinda de nosso processo de formação territorial e consolidado pelas atividades socioeconômicas da costa, responsáveis por cerca de R\$1,11 trilhão de PIB brasileiro em 2015 (CARVALHO, 2018).

Com o advento da questão ambiental a nível internacional, a partir da década de 1970, vários documentos vieram ressaltar a importância de um estudo sistemático dos sistemas costeiros a fim de garantir a preservação desses ambientes. Os desmembramentos desse pensamento no Brasil surgem a partir de 1974 com a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, que tinha como principal objetivo coordenar a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM (normatizada por lei em 1980).

Após isso, a Constituição de 1988 definiu a zona costeira brasileira como "patrimônio nacional". Em 1990 surgiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) com sua segunda edição aprovada em 1997, o PNGC II. Posteriormente à aprovação do PNGC II, ainda em vigor, foi publicado o Decreto nº 5.300/2004, que regulamentou a Lei do Gerenciamento Costeiro e definiu critérios para gestão da orla marítima (MMA, 2016).

No âmbito dos estados, as políticas de gestão do litoral se dão mediante os Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro, estes sujeitos às políticas federais correlatas. No Ceará, o gerenciamento costeiro (GERCO) teve início por volta dos anos 1990, mas se consolidou através da Lei nº 13.796, de 30 de junho de 2006, a qual instituiu a Política Estadual do Gerenciamento Costeiro (PEGC) que trouxe o conjunto de "definições, princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e atividades voltados a condicionar a ação governamental e a sociedade quanto à utilização sustentável dos recursos ambientais da zona costeira do estado" (Art.1º).

A elaboração de macrozoneamentos e diagnósticos socioambientais; produtos cartográficos; criação de conselhos deliberativos e a implementação do Projeto Orla em alguns municípios foram medidas que demonstraram avanços dessa política no estado do Ceará (CEARÁ, 2004). Além disso, instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira – ZEEC (2006) ², a criação de Unidades de Conservação costeiras e marinhas, a Certificação Praia Limpa, demonstraram avanços no que tange ao gerenciamento costeiro na esfera estadual cearense.

As cidades do litoral cearense apresentaram um maior desenvolvimento a partir da década de 1980, quando houve a implantação das primeiras ações de desenvolvimento tanto governamentais, como privadas, através de investimentos em infraestrutura viária, de serviços e comercial, o que intensificou o fluxo migratório para a zona litorânea e a transformação do

² O Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira (ZEEC) do Ceará se encontra em revisão (CEARÁ, 2019).

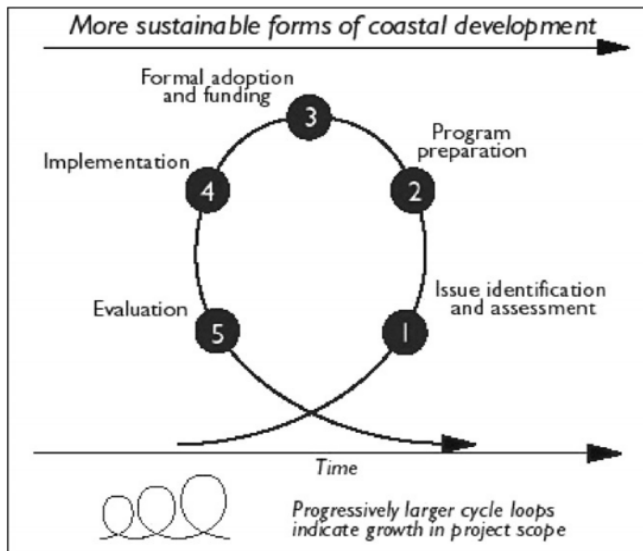
ambiente costeiro pela exploração dos recursos naturais (RODRIGUES, 2004).

Nesse mesmo contexto, Pereira e Dantas (2008) expõem que, no Ceará, o morar ocasionalmente próximo ao mar ganha impulso a partir do final dos anos 1960 início dos 1970, “denotando como os novos significados atribuídos às praias desperta nos cidadãos a valorização no residir em uma área litorânea tornando este espaço um produto a ser consumido.” (PEREIRA e DANTAS, 2008, p.94).

Para Souto (2016), as políticas de gerenciamento costeiro no Brasil passaram por três períodos distintos: 1º) Período de preparação; 2º) Período de implantação; 3º) Período de consolidação.

Passados quase trinta anos do início da inserção das políticas de gerenciamento ambiental costeiro no Brasil, a fase que ora se mostra, é a de Avaliação. Corrobora com esta ideia, Olsen (2003), ao pontuar as 5 fases para um gerenciamento costeiro integrado (Figura 7): 1ª) Identificação e análise dos problemas costeiros; 2ª) Preparação do programa; 3ª) Adoção formal e financiamento; 4ª) Implementação e 5ª) Avaliação.

Figura 7: Ciclos ou fases para o gerenciamento costeiro.



Fonte: Olsen (2003).

Como já mencionado, a avaliação dos processos de gestão é um dos passos previstos no ciclo da gestão costeira. Nesta etapa, deve-se:

verificar se as ações tomadas estão surtindo os efeitos desejados na melhora do ambiente costeiro-marinho e no bem-estar humano das comunidades costeiras. Além das ações operativas, as iniciativas estratégicas da gestão, a própria estrutura que permite uma boa gestão e o envolvimento dos atores, entendidos aqui como governança, devem ser constantemente monitorados (SCHERER et.al., 2018, p.432).

Referidos autores complementam pontuando que a ausência de avaliação das políticas e instrumentos legais de gestão costeira pode trazer dificuldades aos processos de gestão adaptativa, inibindo possíveis melhorias ambientais e sociais nos sistemas costeiros.

Metodologia

As etapas que constituem o MHD regeram os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Prodanov & Freitas (2013) expressam que a pesquisa científica, de abordagem hipotético-dedutiva, tem início com a formulação de um problema. Após essa fase, o pesquisador passa para a fase de observação e, por conseguinte, a formulação de hipóteses, ou descrições-tentativa, consistentes com o que foi observado.

Tais hipóteses são utilizadas para fazer prognósticos, os quais serão comprovados ou não por meio de testes, experimentos ou observações mais detalhadas (PRODANOV e FREITAS, op.cit.).

A hipótese surge como resultado de especulações de natureza variada (SILVA, 1971). Este autor aponta que, por esta razão é que o pesquisador deve evitar, durante o percurso de construção do trabalho científico, eliminar prenoções, juízos valorativos, a obscuridade dos conceitos empregados e demais fatores de “perturbação” para que a hipótese tenha formulação clara e precisa e continua afirmando que:

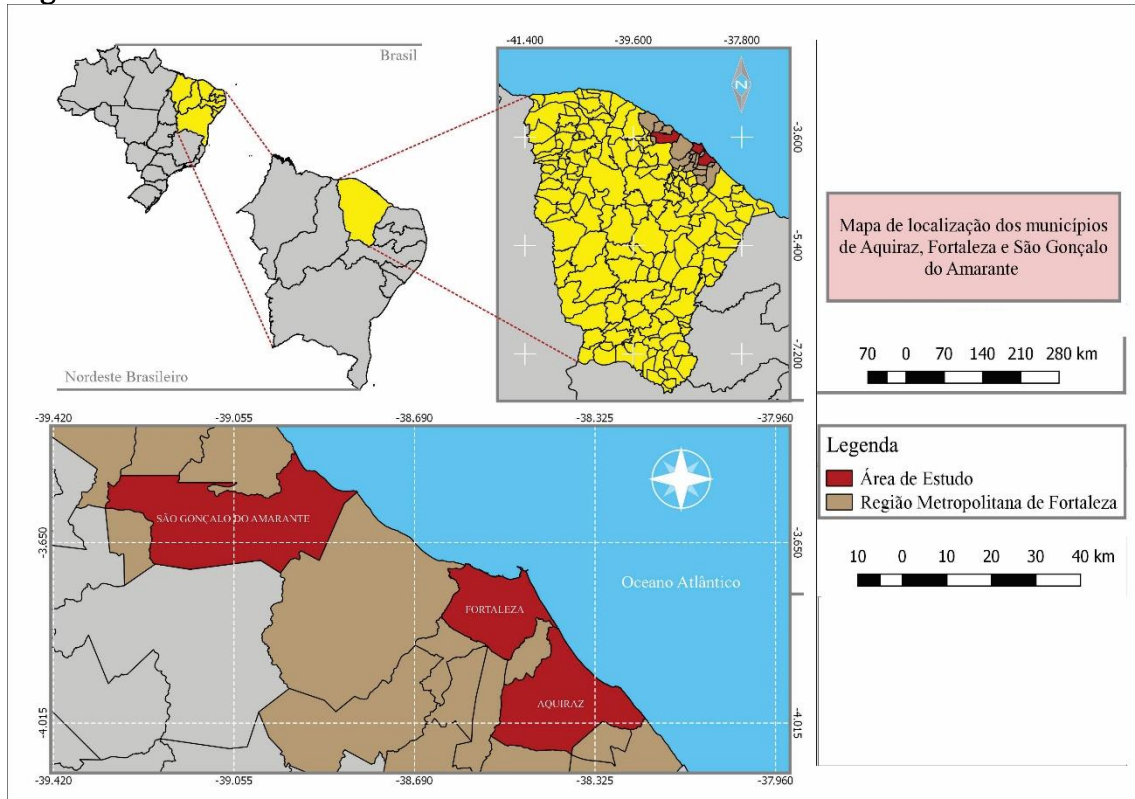
[...] uma hipótese científica possui exigências próprias. Uma delas, e a fundamental, é que seja passível de verificação por outros pesquisadores nas mesmas condições dadas. Outro aspecto é que ela se refere sempre a um determinado aspecto da realidade e, neste sentido, ela é uma caracterização e delimitação do campo a ser pesquisado. (SILVA, 1971, p. 3).

Deste modo, quaisquer procedimentos científicos devem percorrer os seguintes passos: formulação da hipótese; observação (coleta de dados); análise dos dados e generalização ou formulação de leis e teorias (SILVA, op.cit.). Referido autor destaca que na fase de observação, o pesquisador geógrafo vale-se de técnicas diversas –

inerentes ao objeto estudado – que sejam significativas em relação à hipótese levantada.

A coleta de dados neste artigo baseou-se nos seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico acerca do método científico abordado; na pesquisa documental das políticas de gerenciamento costeiro; e na realização de entrevistas com gestores ambientais dos Poderes Municipais, responsáveis pela gestão costeira de três municípios costeiros da Região Metropolitana de Fortaleza (Figura 8): Aquiraz, São Gonçalo do Amarante e a capital Fortaleza, que aqui – para resguardar a identidade dos entrevistados conforme regras do Comitê de Ética no qual o questionário foi submetido – serão chamados: *município A*, *município B* e *município C*.

As amostras constituíram-se como do tipo não-probabilísticas direcionadas a um grupo específico de forma intencional, a saber um grupo de gestores responsáveis por determinado assunto relativo à gestão ambiental costeira de dado município da RMF.

Figura 8: Área de estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesta tipologia de amostra torna-se comum, enquanto procedimento, a escolha de elementos para a amostra com base em critérios referentes à “população de interesse”, o que se torna seu critério de seleção e análise. Marconi e Lakatos (1982) explicam que em uma amostra não-probabilística intencional possui limitações técnicas, entretanto tem sua validade dentro de um contexto específico, fato que possa justificar, por exemplo, um número menor de indivíduos a serem analisados e/ou consultados.

Embora possua limitações uma amostra não-probabilística intencional serve para o início de uma investigação (VARÃO et.al., 2005/2006) ou de primeiras hipóteses.

Deste modo, a entrevista constitui-se um tipo de coleta importante, sobretudo, quando faltam informações preliminares sobre o assunto abordado na pesquisa (SILVA, 1971). Na construção deste artigo foi escolhido um tipo de entrevista do tipo padronizada ou estruturada (MARCONI e LAKATOS, 1982), caracterizada por se seguir um roteiro previamente estabelecido e de indagações predeterminadas descritas na Tabela 1.

Tabela 1: Perguntas predeterminadas utilizadas nas entrevistas³

1. Em sua opinião, as políticas, planos e instrumentos de gerenciamento costeiro no estado do Ceará são aplicados efetivamente?	7. Justifique sua resposta sobre o mais eficiente
2. Justifique sua resposta	8. Além das políticas, planos e dos instrumentos citados acima, que outras medidas o senhor (a) considera como importantes para um gerenciamento costeiro com resultados mais efetivos?
3. O (A) senhor (a) considera que existem embargos para a execução plena das políticas, planos e dos instrumentos de gerenciamento costeiro no estado do Ceará?	9. De uma maneira geral, como você classifica a eficiência do Planejamento Costeiro na escala do Município ou do Estado? Escolha um grau de 0 a 5.
4. Em caso afirmativo, quais seriam esses embargos?	10. Qual a principal atividade desenvolvida pelo órgão que você gerencia? a) Educação Ambiental; b) Pesquisa; c) Gestão Pública; d) Fiscalização; e) Outro:
5. Em sua opinião, que ações poderiam resolver os possíveis embargos à efetividade das políticas, planos e instrumentos de gerenciamento costeiro no estado?	11. Em sua opinião como gestor público, qual análise global você faz sobre o Gerenciamento Costeiro Municipal ou Estadual? a) Ineficiente ou inexistente; b) Pouco eficiente; c) Eficiente, mas precisa melhorar

³ Registradas sob o Parecer nº 3.344.315 do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

	d) Eficiente; e) Muito eficiente *Comentário justificativo.
<p>6. Quais dessas políticas, planos e instrumentos de gestão, o senhor (a) considera como o(s) mais eficiente(s) para a gestão costeira? Atribua uma nota de 1 a 7.</p> <p>Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC ()</p> <p>Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) ()</p> <p>Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC) ()</p> <p>Projeto Orla ()</p> <p>Plano Diretor Municipal ()</p> <p>Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ()</p> <p>Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas Urbanas (Lei nº 13.240/2015) ()</p>	<p>12. Gostaria de acrescentar algum comentário/sugestão/ideia sobre o gerenciamento costeiro municipal ou estadual?</p>

Fonte: Org, pelos autores.

As etapas do Método Hipotético-Dedutivo e sua aplicabilidade neste trabalho se deram da seguinte forma:

Formulação do problema: o problema da efetividade das políticas de gerenciamento costeiro no litoral metropolitano de Fortaleza/CE;

Surgimento da hipótese: Apesar do relativo avanço das políticas de gerenciamento costeiro no litoral metropolitano de Fortaleza, essas ainda se mostram inefetivas.

Busca de suportes teóricos e empíricos: levantamento bibliográfico ou “estado da arte” da temática e análise documental das políticas de gerenciamento costeiro.

Teste das hipóteses (procedimentos operacionais da pesquisa): realização das entrevistas.

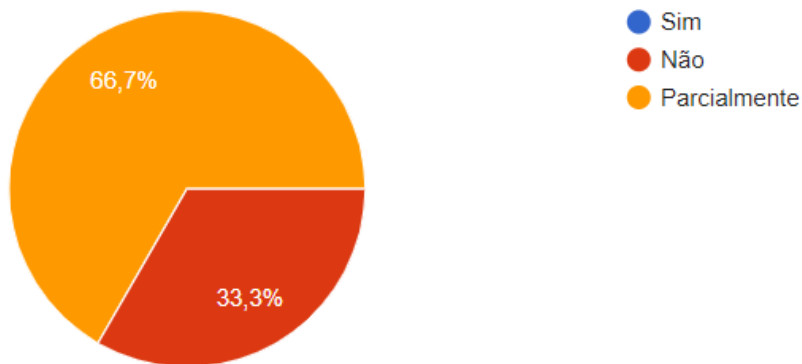
Aplicação das etapas do MHD: análise e discussão

Muitas podem ser as metodologias que cumpram a etapa avaliativa das políticas de gerenciamento costeiro, optamos aqui pela realização de entrevistas com gestores públicos municipais a fim de que nossa hipótese fosse testada. As respostas serão descritas a seguir.

Efetividade do gerenciamento costeiro na visão da gestão pública

A pergunta de nº1 do roteiro indagava: “Em sua opinião, as políticas, planos e instrumentos de gerenciamento costeiro no estado do Ceará são aplicados efetivamente?” A resposta está na Figura 9.

Figura 9: Gráfico com a resposta da pergunta de nº 1.



Fonte: Org. pelos autores.

As justificativas da questão nº 1 da entrevista se deram da seguinte maneira:

Município A: Porque o mapeamento não tem uma divulgação clara e acessível para que todos tenham disponível para consulta.

Município B: Carecem de maior participação do público, em geral.

Município C: Uma grande dificuldade é o uso do litoral por vários atores diferentes com interesses diferentes e não raramente conflitantes.

Pelas respostas acima, foi constatado que, apesar de discordarem minimamente nas respostas, dois gestores concordam no que diz respeito ao acesso e participação social que, para eles, deveria se dar de uma forma maior. O terceiro reconhece que os conflitos se dão pela existência de vários atores disputando o mesmo local, o que deixa implícito o fator social na questão.

Prosseguindo, o item 3 considerou: “O (A) senhor (a) considera que existem embargos para a execução plena das políticas, planos e dos instrumentos de gerenciamento costeiro no estado do Ceará?”. As respostas foram unânimes, reconhecendo a resposta “sim” pelos três gestores.

A questão de nº 4 pedia: “Em caso afirmativo, quais seriam esses embargos?”

A resposta referente ao Município A foi: *os conceitos trazidos pela lei atual, especialmente quanto a falésias, não dão o tratamento adequado para sua proteção, com novo conceito denominado “falésia morta” na literatura científica. Não há uma revisão do plano de gerenciamento há mais de 20 anos, nem mesmo que seja construído de forma compartilhada com a comunidade.*

A gestão do Município B respondeu: *A integração entre os municípios precisaria aumentar.*

O gestor do Município C pontuou: O uso do espaço é pouco disciplinado e há pouco interesse em homogeneizar o uso.

Nessa primeira parte das repostas pelos gestores dos municípios A, B e C, integrantes da RMF, podem ser observadas diferentes visões acerca do gerenciamento costeiro dos municípios em que trabalham, embora possam concordar que as políticas não são plenamente efetivas, a participação da população poderia ser maior, deveria haver uma disciplinarização dos usos, bem como a busca dos atores sociais às informações precisaria ser feita de uma maneira mais acessível. A revisão dos planos de gerenciamento é uma necessidade admitida por um dos entrevistados. Outro ponto que merece destaque é a ausência de integração entre os municípios como um embargo para efetivação das políticas.

O ponto de nº 5: “Em sua opinião, que ações poderiam resolver os possíveis embargos à efetividade das políticas, planos e instrumentos de gerenciamento costeiro no estado?”.

O representante do Município A pontuou: *Maior acesso e divulgação do zoneamento da zona costeira através do acesso dos mapas em sites e inserção dos shapex dos imóveis nessas bases digitais do estado; ter acesso e divulgação das áreas licenciadas e autorizadas ambientalmente constando as atividades, para acesso de todos. Necessidade de implementar um programa de educação ambiental da gestão costeira que tenha maior participação da comunidade. Zoneamento de áreas para desenvolvimento turístico.* O Representante do Município B considerou: *Maior integração entre os sujeitos envolvidos.*

Para o representante do local C: *Espaços de diálogos e criação de câmaras que buscassem unificar o entendimento sobre como o espaço deve ser utilizado.*

Embora um entrevistado tenha se expressado mais em relação aos outros – o que pode ser normal em entrevistas com questões abertas – os mesmos concordam novamente que a participação da sociedade nas decisões públicas precisa ser maior, com espaços maiores de discussão. Nota-se também na fala de um dos entrevistados, a atribuição da responsabilidade nos processos de gestão a outras instâncias, embora não as mencione claramente.

No item nº 6 consistia em atribuir valores (de 1 a 7) aos instrumentos utilizados no gerenciamento costeiro (Quadro 4). A resposta da gestão A foi indicada no quadro abaixo pelo símbolo □ a gestão B por ○, enquanto o município C pelo símbolo △

Quadro 4: Resposta do questionamento nº 6.

Instrumento	1	2	3	4	5	6	7
Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC	□	△	○				
Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC		○	△			□	
Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC	○		□	△			
Projeto Orla	△		○	□			
Plano Diretor Municipal		□		○			△
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	○			□	△		
Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas Urbanas (Lei nº 13.240/2015)		○				△	□

Fonte: Org. pelos autores.

Nota-se que os entrevistados tiveram opiniões completamente distintas em relação à importância dos instrumentos de gerenciamento costeiro. Justificaram as escolhas no ponto nº 7.

Representante do Município A: *O ZEEC traz transparência para todos os interessados em desenvolver atividades na região, como principal instrumento de planejamento para aquisição de terras.* Para o Representante de B: *O Plano Diretor é a ferramenta mais próxima da gestão local, gerindo, assim, o território no qual o litoral está inserido.* Já para o representante do Município C os instrumentos foram postos: *Por ordem de vinculação entre a política pública e o instrumento. Aqueles que estabelecem normas são os mais efetivos, se não houver normatização o instrumento acaba sendo ineficaz.*

O item seguinte (Nº 8) solicitou: “Além das políticas, planos e dos instrumentos citados acima, que outras medidas o senhor (a) considera como importantes para um gerenciamento costeiro com resultados mais efetivos?” O gestor de A respondeu: *Educação ambiental.* O gestor de B: *Maior fiscalização por parte dos órgãos públicos e leis específicas para o uso do território costeiro.* Para o gestor de C: *câmaras de discussão permanentes para a gestão do espaço costeiro.*

No ponto Nove foi proposto: “De uma maneira geral, como você classifica a eficiência do Planejamento Costeiro na escala do Município ou do Estado? Escolha um grau de 0 a 5”.

Município A:

Inexistente	0	1	2	3	4	5	Excelente
				X			

Município B:

Inexistente	0	1	2	3	4	5	Excelente
				X			

Município C:

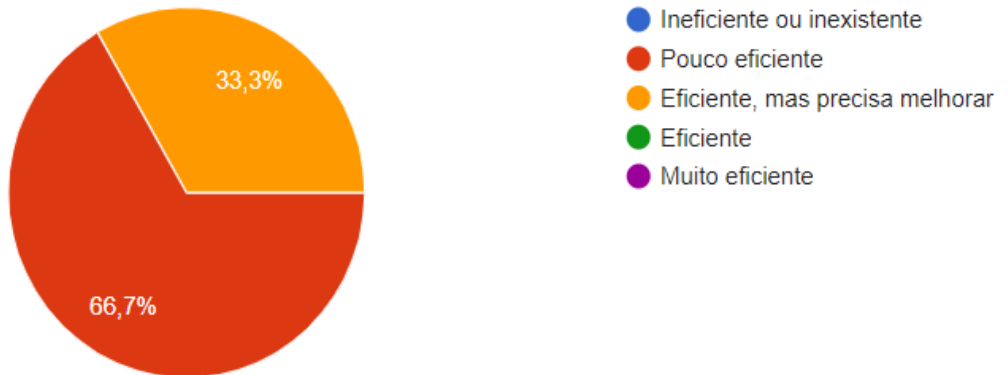
Inexistente	0	1	2	3	4	5	Excelente
			X				

Nesse quesito foi observada unanimidade em duas das respostas, demonstrando que dois dos gestores reconhecem um avanço em fase intermediária nas políticas de gerenciamento costeiro em seus municípios. Já para o representante da localidade C, o cenário seria mais pessimista dando uma nota um pouco inferior à fase intermediária de eficiência no Planejamento Costeiro do município o qual representa.

O item nº 10 do questionário perguntava: “Qual a principal atividade desenvolvida pelo órgão que você gerencia?”. Todas as respostas, como já pontuado diversas vezes acima, foi “Gestão Pública”.

As respostas ao questionamento presente no item de nº 11 “em sua opinião como gestor público, qual análise global você faz sobre o Gerenciamento Costeiro Municipal ou Estadual?” foram representadas na Figura 10.

Figura 10: Gráfico com a análise global do entrevistado sobre o Gerenciamento Costeiro Municipal.



Fonte: Org. pelos autores.

O item 11 pedia uma justificativa à interrogação feita. A representação do município A não justificou a esse questionamento. O representante de B expôs: *Através do grande fluxo de informações através de planos e oficinas, falta maior efetividade na aplicação prática das mesmas.* Em C, o comentário justificativo foi: *Há muitas colocações, a maioria não normatizada e não clara, que não leva em consideração a legislação ou as finanças públicas.*

A última questão (nº 12) consistiu em: “Gostaria de acrescentar algum comentário/sugestão/ideia sobre o gerenciamento costeiro municipal ou estadual?”

A: *Sim, o município tem que tomar as rédeas da região costeira, especialmente na sua área de praia que devem ter o acesso livre em qualquer sentido e direção na forma da lei do PNGC 7661/88 art. 10.*

B: *Buscar mais a participação dos entes envolvidos. Apesar dos convites, as populações não se sentem contempladas pelas decisões. É necessário fazer com que as pessoas se sintam mais representadas em suas demandas específicas. Todos os atores*

deveriam se sentir mais contemplados na efetivação das políticas públicas.

C: Necessita de aprimoramento e discussão para levar em consideração as necessidades dos diversos atores, diminuindo conflitos ao invés de tentar impor uma linha de raciocínio ou outra.

As respostas advindas das questões semiestruturadas das entrevistas puderam corroborar e refutar a hipótese central deste artigo como pode ser observada no Quadro 5. Cabe destacar que a refutação não significa que a hipótese central tenha sido totalmente descartada, mas sim que ela pode ser reformulada ao ser posta em sucessivos testes.

Quadro 5: Corroborações e refutações.

Resposta	Entrevistado 01	Entrevistado 02	Entrevistado 02
Nº 1	Corroborou	Corroborou	Corroborou
Nº 2	Refutou	Refutou	Refutou
Nº 3	Corroborou	Corroborou	Corroborou
Nº 4	Refutou	Refutou	Refutou
Nº 5	Refutou	Refutou	Refutou
Nº 6	Impreciso	Impreciso	Impreciso
Nº 7	Refutou	Refutou	Refutou
Nº 8	Corroborou	Corroborou	Corroborou
Nº 9	Refutou	Refutou	Refutou
Nº 10	Impreciso	Impreciso	Impreciso
Nº 11	Refutou	Corroborou	Corroborou
Nº 12	Refutou	Refutou	Refutou

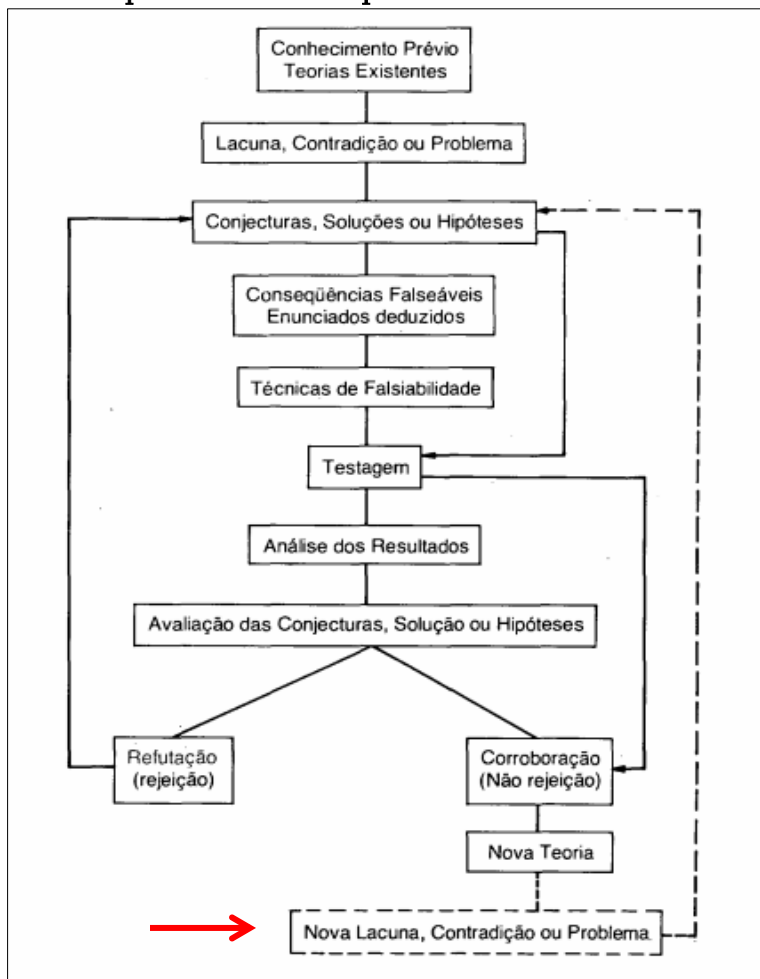
Fonte: Org. pelos autores.

O Quadro 5 permite se chegar às seguintes impressões: a nomenclatura “Impreciso” remete-se às respostas que não estão

diretamente ligadas à corroboração ou refutação/falseamento da hipótese, uma vez que são respostas de perguntas complementares.

Conforme já colocado acima, hipóteses falseadas ou refutadas serão aquelas sujeitas a reformulações, tornando possível seu retorno para o problema científico. A correção do modelo e a abertura para novas leis e teorias é o fechamento da aplicação do Método Hipotético-Dedutivo para dada pesquisa (Figura 13).

Figura 13: Etapas do Método Hipotético-Dedutivo.



Fonte: Marconi e Lakatos (2003) adaptada.

Deste modo, mediante as entrevistas, a hipótese central “apesar do relativo avanço das políticas de gerenciamento costeiro no litoral metropolitano de Fortaleza, essas ainda se mostram inefetivas” pôde ser reformulada para outras hipóteses, quais sejam: as políticas não são plenamente efetivas porque a participação da população nas decisões não é maior; câmaras permanentes, com a participação da sociedade civil que atua nos ambientes costeiros, é uma iniciativa necessária para a gestão costeira; a revisão dos planos de gerenciamento costeiro mostra-se como uma necessidade; a ausência de integração entre os municípios constitui-se como um embargo para efetivação das políticas públicas de gerenciamento costeiro; o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE é o instrumento mais eficaz para o gerenciamento costeiro; os Planos Diretores são os melhores instrumentos para a gestão dos litorais dos municípios; não havendo normatização, o instrumento acaba sendo ineficaz.

Cabe ressaltar, no entanto, que o Método Hipotético Dedutivo mostrou-se, neste trabalho, eficaz para as primeiras etapas da pesquisa, o início de um processo de investigação, constituindo-se eficiente para a formulação de um problema científico a ser analisado e como apoio para o surgimento das primeiras hipóteses, além de abrir possibilidades para que outras teorias ou problemas científicos possam surgir, o que demonstra que nenhuma discussão se esgota em si mesma, mas abre perspectivas para outras lacunas científicas.

No artigo em questão, as limitações provenientes do MHD são aquelas referentes às subjetividades provenientes das repostas dos entrevistados. As intencionalidades, motivações e o contexto social, político e econômico desses entrevistados podem não ter sido

contemplados pelo método aqui adotado. Isto porque perpassa a objetividade inerente ao próprio Método Hipotético Dedutivo.

A discussão das respostas adquiridas nas entrevistas passaria pela análise de outros métodos, a depender do ponto de vista da pesquisa com que essas respostas sejam analisadas. O objeto a ser analisado chamará o método mais adequado que possa dar conta de sua resolução. Na Geografia e o seu múltiplo universo de problemas científicos, possivelmente nunca se poderá ter um único método para se analisar um problema. Porém, sempre haverá um método predominante de análise.

Segundo Popper (1987), a atitude racionalista consiste na disposição para ouvir argumentos críticos e aprender com a experiência, reconhecendo que sempre podemos estar errados (PEREIRA, 1998). Deste modo, para sermos revolucionários, as teorias científicas deveriam ser postas em tensão constante, no sentido de “reconhecemos os seus limites e conseguirmos, através desse método de crítica constante, nos aproximar cada vez mais da verdadeira constituição da natureza” (Popper, 1987 apud Pereira, 1998). Infere-se, deste modo, que até as próprias teorias científicas não estão isentas de erro.

Considerações Finais

Neste artigo foi considerada a aplicação do Método Hipotético-Dedutivo (MHD) para os estudos socioambientais na Geografia, ressaltando suas diversas possibilidades para essa ciência, de forma que ele não é explorado como deveria. Dessa forma, como exemplificação, foi aplicado uma avaliação das políticas de gerenciamento costeiro do litoral metropolitano de Fortaleza a luz deste método.

Diferentemente dos outros métodos existentes – e bastante debatidos – o MHD não dispõe de tanta notabilidade, sendo necessário que se desenvolvam mais estudos sobre o mesmo, fato que justifica a ausência de mais autores atuais que debatam sobre o tema.

As etapas do MHD foram utilizadas para aferição dos resultados ao serem consideradas, inicialmente, a problemática a ser estudada e a hipótese a ser testada. Para teste das hipóteses foram realizadas entrevistas com gestores públicos em três municípios costeiros que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Para tanto foi utilizada a análise não probabilística intencional aos sujeitos de interesse que, embora possa apresentar lacunas, mostra-se como uma análise adequada para o início do processo de investigação do problema científico.

Em suma, os gestores apontam que as políticas ambientais responsáveis pelo ordenamento costeiro são parcialmente efetivas, o que remete à importância que as mesmas sejam revisadas com maior participação das populações locais.

Os resultados provenientes dos testes das hipóteses – baseados nas respostas dos gestores às entrevistas – foram díspares, confirmando a hipótese inicial, como também a reformulando, o que infere que a hipótese central pôde dar origem a outras que explicassem o problema científico analisado. Esta reformulação representa a correção do modelo e uma nova abertura para outras leis e teorias confluindo para o fechamento da aplicação do Método Hipotético-Dedutivo para o trabalho científico.

Cabe ressaltar, no entanto, as limitações do método na aplicação das entrevistas, uma vez que as mesmas renderão possibilidades para o subjetivismo baseado na opinião dos gestores

públicos entrevistados, o que pode não representar uma verdade absoluta.

Dessa forma, o Método Hipotético Dedutivo apresenta eficácia nas fases iniciais da pesquisa, mas para a continuidade da mesma, dependendo da abordagem, – como a análise das intencionalidades e demais questões apresentadas pelos atores entrevistados – outros métodos devem ser aplicados, uma vez que abordarão outras temáticas de pesquisa.

Finalmente, conclui-se que o MHD pode ser aplicado nas pesquisas de cunho socioambiental, em diversas áreas caras a Geografia, sendo de grande ajuda nas primeiras impressões do problema e posterior formulação das hipóteses. Contudo, outras questões advindas dos testes das hipóteses devem ser apreciadas por outras formas metodológicas que melhor se encaixam no problema a ser pesquisado. O objeto, junto ao olhar do pesquisador, chamará seu método.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Célia Baía; PESSOA, Zoraide Souza. Cidades Sustentáveis e as Políticas Públicas Urbanas: desafios na Região Metropolitana de Natal/RN. In: Lindijane de Souza Bento Almeida [et.al.] (orgs). *Anais do III ENEPCP – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*. Natal, ANEPCP, 2019.

BARBOSA, J. A. Reflexões Sobre o Método. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900. Periódicos/Unesp. *Itinerários*, Araraquara, n. 24, 15-31, 2006; disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/viewFile/2626/2297>

BARRA, E. S. O. As Duas Respostas de Kant ao Problema de Hume. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 9, n. 11-12, p. 145-178, Jan./Dez. 2002.

BARRA, Otávio Augusto de Oliveira Lima [et.al]. Aplicação do Método Hipotético-Dedutivo aos estudos socioambientais de uma área costeira do estado do Ceará. In: *Anais da XXIV Semana Universitária da UECE*. Fortaleza: 2019.

BARRAGÁN, J. M.; DE ANDRÉS, M. Analysis and trends of the world's coastal cities and agglomerations. *Ocean and Coastal Management*, v. 114, p. 11–20, 2015.

BRASIL. *IBGE Cidades (2019)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em jun. de 2020.

BRASIL. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em nov. de 2018.

BRASIL. *Censo Demográfico*. IBGE (2010). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em nov. de 2019.

BRASIL. *Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005*. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Brasília, 23 de fevereiro de 2005.

BRASIL. *Decreto 5300/04. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC*, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 2004.

BRASIL. *Resolução CIRM nº 01, de 21 de novembro de 1990*. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Brasília, 21 de novembro de 1990.

BRASIL. *Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974*. Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências. Brasília, 12 de setembro de 1974.

BRASIL. *Lei Complementar Nº 14/1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza*.

BRASIL. *Ministério do Meio Ambiente - MMA. Gerenciamento Costeiro no Brasil (2016)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>. Acesso nov./2016.

CARVALHO, Andréa Bento. *Economia Do Mar: Conceito, Valor e Importância para o Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento - PUCRS, 2018.

CEARÁ. Secretaria de Meio Ambiente. *Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará* (2019).

CEARÁ. *Ceará Portos*. Disponível em: <http://wp.cearaportos.ce.gov.br/museu/fotos-comunidade.html>. Acesso em nov. de 2018.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. *Anuário Estatístico do Ceará (2017)*. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2017/territorio/divisao.htm>. Acesso em nov. de 2019.

CEARÁ. *Lei Estadual do Gerenciamento Costeiro do Estado do Ceará nº 13.796, de 30 de Junho de 2006*, que institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 30 jun. 2006.

CEARÁ. *Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE*. Gerenciamento Costeiro do Ceará - GERCO/CE (2004). Disponível em: http://gerco.semace.ce.gov.br/gerco_ceara.asp. Acesso em nov. de 2018.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) /Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR) 2006, *Zoneamento Ecológico-Econômico do Ceará – Zona Costeira*, SEMACE, Fortaleza.

DINIZ, M. T. M. Contribuições ao ensino do método hipotético-dedutivo a estudantes de Geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 19, n. 2, maio/ago. 2015.

FORTALEZA. Lei Complementar Nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. *Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza*.

FORTALEZA. *Plano de Gestão Integrada da Orla do Município de Fortaleza* (2006).

JAPIASSU, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. Disponível em: http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf, Acesso em dez. de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 5. Ed 4. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1982.

MILLER, D. Popper's qualitative: theory of verossimilitude. *British Journal for the Philosophy of Science*, v.25, p.166-77, 1974.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDEN-BERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42. Disponível em <http://books.scielo.org/id/d5t55/09>. Acesso em jan. de 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2007.

OLSEN, Stephen B. Frameworks and indicators for assessing progress in integrated coastal management initiatives. *Ocean e Coastal Management*. v. 46, p.347-361, 2003.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Turismo e Metropolização na Região Metropolitana de Fortaleza. In: MACHADO, Denise P. et al. (org.). *I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [CD-ROM].

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20 (2): 93-106, dez. 2008.

PEREIRA, Benedito. As limitações do Método Científico: implicações para a Educação Física. *Rev. paul. Educ. Fís.*, São Paulo, 12(2): 228-48, jul./dez. 1998.

POPPER, K. R. *Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionária*, São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1975.

_____. *O realismo e o objetivo da ciência*. Lisboa, Dom Quixote, 1987.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Rosa Alice. *Os impactos do desenvolvimento nas comunidades litorâneas do município de Aquiraz - Ceará*. (Dissertação). Universidade Federal do Ceará. Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR. Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, 2004.

RODRIGUES, F. N.; DANTAS, E. W. C. Resorts no Nordeste Brasileiro: da inserção ao discurso empresarial verde no Porto das Dunas, Aquiraz/CE. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 2-20, mai./ago. 2017.

SAMPAIO, Camila Freire. *Territórios da Fantasia: a Produção Socioespacial de Resorts no Litoral do Ceará*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.

São Gonçalo do Amarante recebe quase metade de todo o investimento do Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 15/08/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/08/sao-goncalo-do-amarante-recebe-quase-metade-de-todo-o-investimento-do.html>. Acesso em out. de 2019.

SCHERER, M. E. G. et al. Avaliação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil: União, Estados e Municípios. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 44, Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, p. 431-444, fevereiro 2018.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Armando Corrêa da. Notas sobre o método científico e a observação em Geografia. *Tribuna Metodológica. Métodos em Questão*. São Paulo, IGEO/USP, 1971.

SILVA, José Borzacchiello da. Características gerais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). In: Maria Clélia Lustosa Costa e Eustógio Wanderley Correia Dantas [organizadores]. *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SMITH, Roberto. *A dinâmica da Região Metropolitana de Fortaleza e os vetores de expansão territorial*. Mimeo. Fortaleza, 2001.

SOUTO, Raquel Dezidério. *Assinatura de Sustentabilidade dos municípios costeiros do Rio de Janeiro: proposta de uma estrutura de avaliação*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, M. J. N. de. Contribuição ao Estudo das Unidades Morfo-Estruturais do Estado do Ceará. *Revista de Geologia*, v.1, p.73-91, Edições Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1988.

SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfica*. São Paulo. Editora: UNESP, 2004.

TRUJILLO FERRARI, Alonso. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TYCHY, P. On Popper's definitions of verossimilitude. *British Journal of the Philosophy of Science*, v.25, p.155-60, 1974.

VARÃO, C.; BATISTA, C.; MARTINHO, V. *Métodos de amostragem*. Metodologia da Investigação I. 2005-2006, [27 Slides]. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/metodosamostragemt2.pdf>. Acesso em junho de 2020.

VASCONCELOS, Fabio. Perdigão. *Gestão Integrada da Zona Costeira: Ocupação Antrópica Desordenada, Erosão, Assoreamento e Poluição Ambiental do Litoral*. Fortaleza: Premium, 2005.

VITTE, Antonio Carlos. Os fundamentos metodológicos da Geomorfologia e a sua influência no desenvolvimento das ciências. In: VITTE, Antonio Carlos. GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

WATKINS, J. Contra a ciência normal. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A., orgs. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979. p.33-48.

Submetido em: 16 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em: 15 de setembro de 2020.

Aprovado em: 26 de setembro de 2020.

Como citar este artigo:

BARRA, Otávio Augusto de Oliveira Lima; AMARAL, Delano Nogueira; SILVA, Francisco Edmar de Sousa; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Aplicação do método hipotético-dedutivo na avaliação das políticas ambientais da zona costeira metropolitana de Fortaleza-Ceará. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 542-585, jan.-jun./2020.

A SOBERANIA ALIMENTAR NA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

*FOOD SOVEREIGNTY IN BRAZILIAN
AGRARIAN GEOGRAPHY*

*SOBERANÍA ALIMENTARIA EN LA
GEOGRAFÍA BRASILEÑA*

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) –
Alfenas/MG.

E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) –
Alfenas/MG.

E-mail: leolencioni@gmail.com

RODRIGO DE PAULO SOUZA E SILVA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) –
Alfenas/MG.

E-mail: contato.topografiarps@gmail.com

JOSÉ ROBERTO SALVATERRA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) –
Alfenas/MG.

E-mail: josesalvaterra@gmail.com

Resumo: Com a proposição da soberania alimentar pela coalizão internacional *La Via Campesina*, em 1996, as políticas alimentares se consolidaram como um dos mais importantes componentes da Questão Agrária atual. A soberania alimentar evidenciou a necessidade de o alimento não ser tratado como uma mercadoria, mas como um bem social. Considerando esse contexto, no presente trabalho objetiva-se analisar como a soberania alimentar tem sido abordada pela Geografia Agrária brasileira. Para isso, são estudados três dos principais periódicos de Geografia Agrária do Brasil: a Revista NERA, a Revista Campo-Território e a Revista Agrária. Demonstra-se que a soberania alimentar tem sido abordada por meio da perspectiva camponista dos estudos agrários, porém, são poucos os casos em que os autores a refletem conceitualmente, sendo mais comum sua relação com estudos de caso. Além disso, também se constatou que poucos artigos sobre a soberania alimentar publicados nesses periódicos de Geografia Agrária utilizaram-se de conceitos geográficos para desenvolver suas análises.

Palavras-chave: questão agrária, soberania alimentar, geografia agrária, camponato.

Abstract: With the proposal of food sovereignty by the international coalition *La Via Campesina* in 1996, food policies were consolidated as one of the most important components of the current Agrarian Question. Food sovereignty has highlighted the need for food not to be treated as a commodity but as a social good. Considering this context, the present paper aims to analyze how the Brazilian Agrarian Geography has approached food sovereignty. For this, three of the main journals of Brazilian Agrarian Geography are studied: the NERA Journal, the Campo-Territory Journal and the Agrária Journal. It is demonstrated that food sovereignty has been approached through the peasant perspective of agrarian studies, however, there are few cases in which the authors reflect it conceptually, being more common relation with case studies. In addition, the paper found that few articles on food sovereignty published in these Agrarian Geography journals used geographical concepts to develop their analyzes.

Keywords: agrarian question, food sovereignty, agrarian geography, peasantry.

Resumen: Con la propuesta de soberanía alimentaria de la coalición internacional La Vía Campesina en 1996, las políticas alimentarias se consolidaron como uno de los componentes más importantes de la actual Cuestión Agraria. La soberanía alimentaria ha puesto de relieve la necesidad de que los alimentos no se traten como una mercancía sino como un bien social. Considerando este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la soberanía alimentaria ha sido abordada por la Geografía Agraria brasileña. Para ello, se estudian tres de las principales revistas de Geografía Agraria brasileña: la revista NERA, la revista Campo-Territorio y la revista Agrária. Está demostrado que la soberanía alimentaria se ha abordado desde la perspectiva campesina de los estudios agrarios, sin embargo, hay pocos casos en que los autores lo reflejen conceptualmente, siendo la relación más común con los estudios de casos. Además, también se descubrió que pocos artículos sobre soberanía alimentaria publicados en estas revistas de Geografía Agraria usaban conceptos geográficos para desarrollar sus análisis.

Palabras clave: cuestión agraria, soberanía alimentaria, geografía agraria, campesinado.

Introdução

O alimento é um dos principais elementos da Questão Agrária atual (McMICHAEL, 2014). Em torno dele orbitam significativos tensionamentos que caracterizam o campo contemporâneo como o uso em larga escala de insumos químicos e de sementes geneticamente modificadas por parte do agronegócio e o controle dos mercados pelas grandes corporações com a consequente inviabilização econômica de unidades de produção camponesas. Como parte desse processo, a mais importante coalizão de movimentos camponeses do globo, a *La Via Campesina*¹, desde 1996, tem proposto a soberania alimentar como uma possibilidade de superar a mercantilização da comida que tem sido gerada pelas relações capitalistas, especialmente por meio das grandes corporações (DESMARAIS, 2007).

Reconhecendo esse contexto, no presente artigo consta uma análise sobre a abordagem da soberania alimentar pela Geografia Agrária brasileira. Como na atualidade os periódicos acadêmicos são referências na divulgação do conhecimento científico (ABADAL, 2017), pesquisamos três dentre as principais revistas de Geografia Agrária do Brasil: a Revista NERA, publicada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente; a Revista Campo-Território, publicada pelo Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), *campus* de Uberlândia e a Revista Agrária, do Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade de São Paulo (USP), *campus* de

¹ A *La Via Campesina* foi fundada em 1993 com uma pauta contrária ao neoliberalismo no campo. Atualmente, ela é composta por 182 organizações camponesas, oriundas de 81 países, se constituindo como uma das principais vozes contrárias à globalização neoliberal.

São Paulo. Foram avaliados fatores como a relação entre a soberania alimentar e conceitos trabalhados pela Geografia, a relação com as tendências dos estudos agrários (as teses do desaparecimento ou permanência do campesinato, por exemplo) e os objetos de pesquisa atrelados a esse tipo de abordagem.

Dentre as principais conclusões trazidas pelo trabalho destaca-se que a soberania alimentar tem sido abordada quase que exclusivamente por meio da perspectiva camponista dos estudos agrários. Ou seja, tem sido mais comum a utilização da soberania alimentar em trabalhos que consideram a resistência do campesinato frente ao processo de expansão do capitalismo no campo e não o seu desaparecimento. Isso é interpretado no texto por meio do debate paradigmático sobre os estudos agrários. Para tal, nos embasamos em trabalhos como os de Vinha (2012), Fernandes (2013), Felício (2011) e Camacho (2014), que consideram a existência do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Para o primeiro, a questão agrária é estrutural e sua superação exige a superação do capitalismo. Ainda para o PQA, o capitalismo não é uma totalidade, pois no seu interior são produzidas de modo contraditório e desigual relações sociais que não estão embasadas no assalariamento, como ocorre nas unidades de produção camponesas. Por outro lado, para o PCA o capitalismo é uma totalidade e em razão disso, a tendência é o desaparecimento do campesinato. Ao mesmo tempo, no trabalho também constatamos que são poucos os casos em que os autores que abordaram o tema da soberania alimentar a refletem conceitualmente ou até mesmo, metodologicamente, sendo mais comum que ela ilustre estudos de caso. Também se constatou que poucos artigos buscaram abordar a

soberania alimentar pelo viés da Geografia, sendo que dentre esses poucos, prevaleceu, o uso do conceito de território.

O trabalho está organizado em quatro seções: na primeira constam os procedimentos metodológicos, na segunda trazemos uma recuperação histórica da incorporação da soberania alimentar por movimentos camponeses que integram a *La Via Campesina*, na terceira apresentamos uma discussão sobre a abordagem da soberania alimentar pela academia e na quarta consta a exposição dos resultados.

Procedimentos metodológicos

O primeiro passo dos procedimentos metodológicos que embasaram essa pesquisa foi a definição dos periódicos que seriam analisados. Para isso, partimos de discussões com as de Vinha (2012) e Marques (2019) sobre o papel dos grupos de pesquisas na construção de tendências dos estudos da Geografia Agrária brasileira. Também definimos que as revistas que integrariam o estudo, além de terem como foco a Geografia Agrária, deveriam ser classificadas como, no mínimo B2 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no triênio 2010-2012 ou no quadriênio 2013-2016. Assim, foram selecionadas as revistas Agrária, Campo-Território e NERA.

Num segundo momento, a metodologia empregada nesta pesquisa se baseou no acesso ao endereço eletrônico das revistas supracitadas, onde foram pesquisados em cada número ou edição, os artigos que apresentassem a soberania alimentar em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Os artigos enquadrados nesses aspectos foram separados por edição e ano, em seguida, eles foram agrupados em pastas e subpastas. Após a seleção e leitura dos artigos, os

mesmos foram organizados e categorizados por meio do *software Microsoft Excel*. Com isso, efetivamos a composição de gráficos e tabelas. Os dados tabelados incluíram a universidade onde os autores atuam, os conceitos e as categorias utilizados nas pesquisas, o número de publicações com a temática por revista e o ano de publicação, bem como as palavras-chave utilizadas.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas de caráter semiestruturado com os editores dos periódicos analisados. Os assuntos abordados nas entrevistas foram: i) histórico e objetivos do periódico; ii) leitura sobre a incorporação da soberania alimentar pelos autores que publicam no periódico; iii) tendências temporais da submissão de artigos que abordam a soberania alimentar; iv) levantamento sobre as universidades ou grupos de pesquisa que mais trouxeram contribuições para a discussão da soberania alimentar na revista.

Com isso, visou-se cruzar os dados provenientes das tabelas e gráficos gerados por meio do *Excel* com as informações coletadas por meio das entrevistas e, deste modo, realizar uma análise mais aprofundada sobre a questão. Cabe ressaltar aqui que as entrevistas foram realizadas com uma das editoras da Revista NERA (entrevistada 01) e com o editor da Revista Campo-Território (entrevistado 02). Não se realizou a entrevista com o corpo editorial da Revista Agrária, uma vez que não foram respondidos os e-mails e os telefonemas destinados ao corpo editorial desta. Sobre isso, vale lembrar ainda, que aparentemente a Revista Agrária encontra-se fora de atividade, haja vista que sua última edição data de 2013. Apesar de existirem chamadas para a submissão de artigos para dossiês nos anos de 2016 e 2017, esses não estão disponíveis no endereço eletrônico desse periódico.

A soberania alimentar e os movimentos camponeses

Ao contrário da Questão Agrária “clássica”, que, num contexto pós I Revolução Industrial, em meados do século XIX, previa a destruição do campesinato em razão do avanço da industrialização do campo (KAUTSKY, 1988), a Questão Agrária “atual” possui no movimento camponês organizado globalmente pela *La Via Campesina* uma prova de que o capitalismo não se impõe como uma totalidade (McMICHAEL, 2014). Ao mesmo tempo em que as relações capitalistas se expandem, elas permitem a reprodução de outras relações sociais que não estão alicerçadas no assalariamento e na busca por lucros ampliados, como é o caso do trabalho familiar que caracteriza o campesinato (MARTINS, 1995). O agronegócio, a maior expressão do capitalismo no campo contemporâneo, constrói hegemonias sobre um conjunto de sistemas (produtivo, ideológico, tecnológico, mercantil e financeiro) (FERNANDES, 2017). Porém, ao mesmo tempo emergem relações sociais e processos distintos dessa dinâmica como a recampesinização de países como a China e o Vietnã, o crescimento de parcelas da população de centros urbanos que anseia por alimentos saudáveis e a busca por modelos de produção agrícola que sejam menos nocivos ao meio ambiente, especialmente no que se refere ao uso de agrotóxicos e ao desmatamento. Assim, a agricultura camponesa persiste por oferecer respostas à falha metabólica do modo de produção capitalista, indo além do modelo intensivo do agronegócio (VAN DER PLOEG, 2016; WITTMAN, 2009).

As principais ações de resistência do campesinato na atualidade estão vinculadas direta ou indiretamente ao alimento, seja no sentido da disputa pela terra, no jeito de produzir ou dos

mercados. Não à toa, desde que a *La Via Campesina* se consolidou como a principal articulação de movimentos camponeses do mundo, em meados da década de 1990 (DESMARAIS, 2007), a soberania alimentar tornou-se uma de suas principais bandeiras de luta. Por mais que as origens do discurso sobre a soberania alimentar estejam em movimentos camponeses e governos da América Central, em meados da década de 1980 (EDELMAN, 2014), é com a sua incorporação pela *La Via Campesina*, no II Congresso Internacional, organizado em Tlaxcala, no México, em 1996, que ela ganha maior proeminência (DESMARAIS, 2015). Desde então, diversos outros coletivos passaram a orientar suas ações com base no modelo da soberania alimentar, o que faz dela uma das principais referências no enfrentamento ao processo de mercantilização da comida, característico do capitalismo atual (PATEL, 2009). Por meio da soberania alimentar evidencia-se que a luta contra o capitalismo é também a luta pela orientação dos processos e políticas alimentares e que isso exige a criação de vínculos entre o campo e a cidade, devido ao fato de que os limites estruturais desses espaços estão articulados dialeticamente.

Conforme Edelman (2014), a soberania alimentar é diversa e complexa, aparecendo como *slogan*, paradigma, conjunto de políticas, movimento e aspirações utópicas. Em sua trajetória, ela também tem sido relacionada a diferentes escalas. Ao ser apresentada pela *La Via Campesina*, em 1996, por exemplo, ela foi referenciada como uma proposta de organização dos sistemas agroalimentares do Estado-Nação (LA VIA CAMPESINA, 1996). Contudo, com a formação do *International Planning Committee for Food Sovereignty* (Comitê de Planejamento Internacional por Soberania Alimentar – IPC), em 2002, que envolveu organizações de

vários países, e o Fórum de Nyéleni por Soberania Alimentar, ocorrido em 2007, no Mali, passou-se a destacar a importância de que cada povo construa a soberania alimentar (IPC, 2002; NYÉLÉNI DECLARATION, 2007). Com isso, evidenciou-se que as comunidades devem controlar suas políticas e sistemas alimentares, dando prioridade aos camponeses e indígenas enquanto provedores de alimentos. Por isso, tem sido comum que a soberania alimentar seja relacionada como a criação de circuitos curtos de alimentação, ou então, simplesmente como a busca pela valorização da comida local.

As mudanças na interpretação sobre a escala em que deve ocorrer a soberania alimentar também envolvem a relação campo-cidade. Nos primeiros anos após sua incorporação pela *La Via Campesina*, entendia-se a soberania alimentar quase que exclusivamente pelo viés dos movimentos camponeses com foco na reforma agrária. Contudo, autores como De Schutter (2015), McMichael (2014) e Coca e Barbosa Jr (2018) chamam atenção para a emergência de uma “segunda geração” da soberania alimentar, que mesmo sem deixar de dar centralidade às disputas pelos territórios produtivos no campo, se caracteriza por também valorizar os espaços de consumo nos centros urbanos. Esse processo, expresso em ações como feiras de produtores locais, hortas urbanas e conselhos de políticas alimentares, é mais forte no Hemisfério Norte, porém, também está presente no Hemisfério Sul.

Assim, ao ser incorporada como um dos objetivos de luta da *La Via Campesina* e de outras organizações que possuem relação direta ou indireta com ela, a soberania alimentar deu ênfase ao vínculo entre as lacunas das políticas alimentares no campo e na cidade e a discussão sobre o modelo de desenvolvimento agrário por meio da disputa entre o campesinato e o agronegócio. Com isso,

fatores como o paradoxo entre a fome e a obesidade, a dificuldade de os camponeses comercializarem sua produção e o conseqüente êxodo rural, além do patriarcalismo e ancianização do campo, passaram a ser vistos como atrelados aos processos de alimentação. Evidentemente, a mudança para a implementação da soberania alimentar possui caráter estrutural e exige que o controle exercido pelas grandes corporações sobre as políticas alimentares seja rompido por meio da priorização de camponeses e indígenas (HOLT GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011; ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2012).

A compreensão sobre o caráter estrutural do alimento pode ser vista nas pautas de lutas de movimentos camponeses brasileiros que integram a *La Via Campesina*². Em 2011, por exemplo, o MST teve reconhecida a amplitude de sua luta pela soberania alimentar ao receber o *Food Sovereignty Prize* (Prêmio de Soberania Alimentar), ofertado pela *Community Food Security Coalition* (Coalizão Comunitária por Segurança Alimentar) e pela *US Food Sovereignty Alliance* (Aliança Estadunidense por Soberania Alimentar). Dentre os argumentos para tal premiação constaram a contribuição do MST para a reforma agrária, a cultura e a ecologia no Brasil (GRASSROOTS INTERNATIONAL, 2011)). Assim, a ênfase não foi dada na produção de alimentos, simplesmente, mas na participação desse coletivo na construção de um modelo de desenvolvimento para o campo com potencial alternativo ao do agronegócio. Por sua vez, o MMC (s/d, não paginado), em seu

² São membros brasileiros da *La Via Campesina*: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

programa de ação, ao mesmo tempo em que adota uma postura feminista, salientando seu objetivo de contribuir para a superação do patriarcalismo no campo, também destaca sua luta “pela defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, patrimônio da humanidade a serviço dos povos, garantindo soberania alimentar”. Outro exemplo pode ser encontrado no MPA (2012), que, através do Plano Camponês visa construir um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Nesse documento, as soberanias alimentar, energética, hídrica, territorial, mineral e da biodiversidade compõem um dos 5 eixos de orientação para a ação do movimento, dentre outros, no sentido de reivindicar políticas públicas para as unidades de produção camponesas.

Esses exemplos denotam que a soberania alimentar tem sido presente nas estratégias dos movimentos camponeses para a criação de alternativas à hegemonia do agronegócio no campo. Ao mesmo tempo são levados em consideração os impactos das políticas alimentares também nos centros urbanos. Assim, a Questão Agrária atual denota que o entendimento sobre campo e a cidade não pode se dar apenas pela perspectiva dicotômica, mas por meio das relações dialéticas que estabelecem entre si. Ir além do modelo do agronegócio é um passo visto como de fundamental importância para que a população do campo e da cidade tenha acesso a alimentos saudáveis.

A soberania alimentar e a academia

Depois de termos destacado, no tópico anterior, como a soberania alimentar tem sido trabalhada por meio de uma perspectiva abrangente pelos movimentos camponeses vinculados à *La Via Campesina*, trazemos aqui uma breve apresentação sobre alguns dos mais importantes momentos e características de sua

abordagem pela academia. Isso trará referências para, na sequência do trabalho, discutirmos a incorporação da soberania alimentar pela Geografia Agrária brasileira. Evidentemente, não objetivamos, nesse tópico, dar conta de abordar a incorporação da soberania alimentar pela academia considerando a totalidade desse processo, mas, ao menos destacar de modo sucinto algumas das principais tendências dos estudos acadêmicos que a possuem como referência.

Após sua incorporação pela *La Via Campesina*, em 1996, a soberania alimentar passou a ser utilizada como referência em ações desenvolvidas por movimentos camponeses de todos os continentes. Isso chamou a atenção da academia e, desde então, diversos estudos têm trazido o objetivo de debate-la como conceito ou entender sua relação com outros conceitos já consolidados no discurso acadêmico, assim como sua possível aplicação em propostas de intervenção no campo e na cidade ou sua incorporação como dispositivo legal por países e localidades (COCA, 2016; LEVKOE; BREM-WILSON; ANDERSON, 2018; WITTMAN, 2015).

A importância da soberania alimentar nos estudos acadêmicos pode ser observada, por exemplo, na construção de dois importantes eventos internacionais que a trataram como tema central. Em 2013, como parte das comemorações dos 40 anos do *Journal of Peasant Studies* e dos 20 anos da *La Via Campesina*, o *Program of Agrarian Studies* (Programa de Estudos Agrários), da Yale University, foi organizada a conferência *Food Sovereignty: a critical dialogue* (Soberania alimentar: um diálogo crítico). Em 2014, o *International Institute of Social Studies* (Instituto Internacional de Estudos Sociais – IISS), da The Hague University organizou o *Critical Dialogue on Food Sovereignty* (Diálogo Crítico sobre a Soberania Alimentar). Juntos, esses eventos contaram com mais de

600 participantes vindos de todos os continentes, além de terem trazido entre seus conferencistas renomados pesquisadores sobre os estudos agrários.

Também destaca a abrangência da incorporação da soberania alimentar pela academia a produção de coletâneas que a possuem como foco central. São exemplos os livros organizados por Wittman *et al* (2010, 2011), Andrée *et al* (2014) e Desmariais *et al* (2017), além das edições especiais do *Jornal Peasant Studies* (volume 41, edição 6, de 2014), da *Third World Quarterly* (volume 36, edição 3) e do *Canadian Food Studies* (volume 02, edição 02, de 2015).

Ressalta-se que dentre esses exemplos internacionais de eventos acadêmicos, dossiês e coletâneas, nenhum foi organizado exclusivamente pela e/ou para a Geografia, o que indica que a soberania alimentar tem se configurado como um conceito/proposição trabalhado, majoritariamente, por meio de uma perspectiva interdisciplinar. Além da Geografia, os trabalhos que compuseram esses eventos e publicações estão vinculados a diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a História, a Filosofia, as Relações Internacionais, a Antropologia e o Direito. Em parte, tomando por referência a discussão trazida por Wittman (2011), o caráter interdisciplinar dos estudos sobre soberania alimentar pode ser explicado pelo fato deles se apoiarem em conceitos como regimes alimentares, direitos humanos, Agroecologia e cidadania que são utilizados por diferentes campos do conhecimento.

Além disso, como destacado no recente trabalho autoetnográfico de Levkoe *et al* (2018), uma das particularidades das contribuições acadêmicas sobre a soberania alimentar reside na relação entre os autores e os movimentos e instituições abordados. Em linhas gerais, mesmo não sendo presente na totalidade das

pesquisas sobre o tema, tem sido crescente a transição da pesquisa acadêmica ao engajamento prático por parte dos estudiosos da soberania alimentar. De tal modo, esse processo tem gerado três pilares focados em: “[...] pessoas (humanização das relações de pesquisa), poder (equalização das relações de poder) e mudança (busca por orientações transformadoras)” (LEVKOE; BREM-WILSON; ANDERSON, 2018, p. 2, tradução nossa).

Assim, constata-se que por ser um processo recente, a academia ainda tem buscado entender o caráter teórico-conceitual e metodológico da soberania alimentar. Não à toa, nos últimos anos tem sido considerável o número de trabalhos que visam discuti-la conceitualmente, sendo exemplos os de Edelman (2014), Desmarais (2015), Wittman (2011), McMichael (2014), Akram-Lodhi (2015), Conversi (2016) entre muitos outros. Ao mesmo tempo, também têm sido produzidos diversos trabalhos que versam sobre a capacidade de a soberania alimentar contribuir com processos de mudança social, seja por meio de sua incorporação por movimentos camponeses (CLARK, 2017; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010), movimentos urbanos (ALKON; MARES, 2012; ROMAN-ALCALÁ, 2015) ou sua inserção em dispositivos legais, especialmente constituições de Estados-Nação (MCKAY; NEHRING; WALSH-DILLEY, 2014; PEÑA, 2017; WITTMAN; BLESCH, 2015).

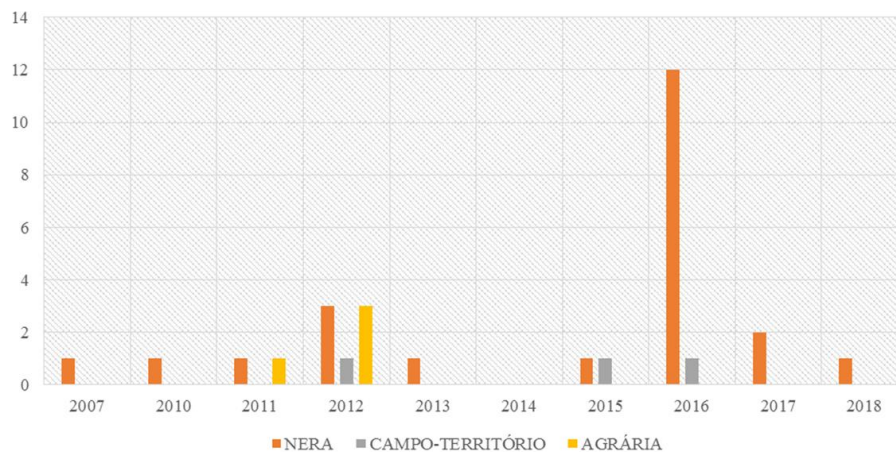
De tal modo, em razão de os desequilíbrios dos sistemas alimentares apontarem para os limites do modo de produção capitalista, tem sido crescente na academia a produção de trabalhos sobre a soberania alimentar. Interessa-nos saber como esse processo tem se dado na Geografia Agrária brasileira.

A soberania alimentar em periódicos brasileiros de Geografia Agrária

A partir da realização do levantamento bibliográfico foi possível constatar que a soberania alimentar vem ganhando maior espaço nas pesquisas da Geografia Agrária brasileira a partir do último decênio. Entendemos que isso demonstra um esforço desse ramo da ciência geográfica de acompanhar os novos temas da Questão Agrária, até mesmo, devido ao fato de que, como já expressado nesse artigo, a mais usada definição de soberania alimentar data de 2007, quando ocorreu o Encontro Nyénéli.

Na Revista Agrária, a primeira edição onde a soberania alimentar aparece em um artigo é a de número 15, datada de 2011. Na revista Campo-Território, a primeira referência se deu na edição de número 7, de 2012. Por seu turno, na revista NERA, a soberania alimentar aparece pela primeira vez em um artigo de 2007, mas é a partir de 2010 que o tema surge com maior recorrência. A periodização dos artigos que possuem em seu resumo ou em suas palavras-chave a soberania alimentar pode ser constatada no gráfico 01:

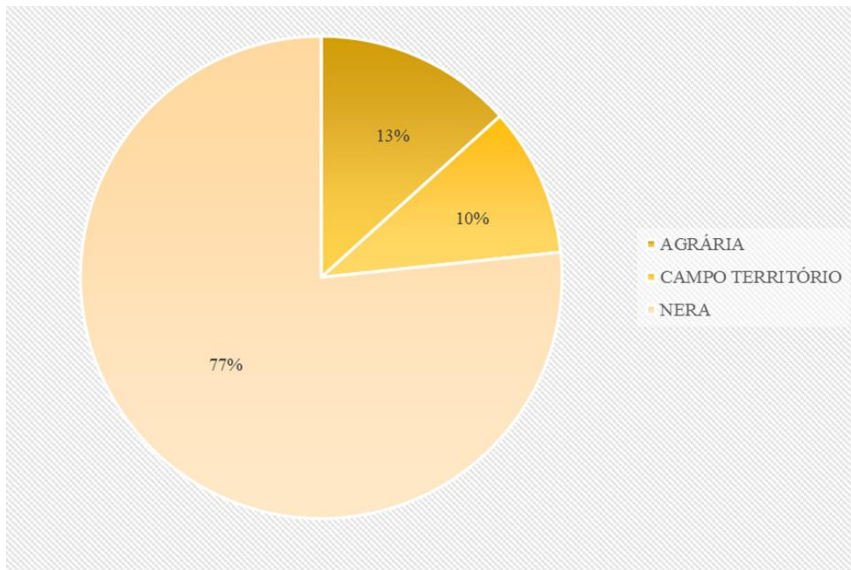
Gráfico 1: Número de publicação por revista de acordo com o ano de publicação.



Fonte: Autores, 2019.

Como pode-se perceber no gráfico 02, dentre os três periódicos abordados na pesquisa, a Revista NERA foi o que concentrou a maior quantidade de artigos referentes à soberania alimentar.

Gráfico 2: Porcentagem dos artigos pesquisados de acordo com a revista de publicação.



Fonte: Autores, 2019.

Esse destaque pode ser explicado, de acordo a entrevistada 01, pelo fato de os principais grupos de pesquisa, ou aqueles que trouxeram maiores contribuições para a temática, serem o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), ambos ligados à UNESP. Nos últimos anos, pesquisadores vinculados a e esses coletivos do pensamento têm se dedicado ao estudo da soberania alimentar em diferentes escalas e contextos, a exemplo das teses de Coca (2016) e Origuéla (2019) e das dissertações de Valério (2015) e Zanotto (2017).

Contudo, as revistas Campo-Território e Agrária demonstraram uma menor adesão ao tema da soberania alimentar ao longo dos anos. Questionado sobre isso, o entrevistado 02 apontou que este

[...] é um dos temas relevantes da questão agrária e da Geografia Agrária crítica. Pela sua carência e importância temática no periódico pode ser objeto de uma edição especial abordando experiências e reflexões teórico-metodológicas no Brasil e no mundo (Entrevistado 02 - Editor da Revista Campo-Território - 02/07/2019).

Além disso, foi possível perceber que as pesquisas envolvendo a soberania alimentar compartilham das discussões, dos conceitos e das teorias provenientes do PQA, por isso, consideram que apesar de hegemônico, o agronegócio não é uma totalidade no campo. Segundo a editora da Revista NERA:

A soberania alimentar é um tema abordado pelos pesquisadores do Paradigma da Questão Agrária. Ela é compreendida como uma proposta oriunda dos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina que visa a construção de um regime alimentar alternativo ao corporativista. Além da evolução da ideia de soberania alimentar, normalmente, abordam-se as práticas e políticas públicas que podem levar a sua construção (Entrevistada 01 - Editora da Revista NERA - 21/06/2019).

Isso decorre do fato de que a soberania alimentar vem se apresentando como uma leitura alternativa à hegemonia das grandes corporações no sistema agroalimentar global e às contradições geradas pela expansão do capitalismo no campo. Portanto, ela passa a ser trabalhada no meio acadêmico por pesquisadores que se baseiam, principalmente, no materialismo histórico-dialético e, por isso, reconhecem que os problemas que afetam a população camponesa têm origem na luta de classes, ou

seja, são estruturais. Aos autores que trabalham com a soberania alimentar implica a consideração da existência da Questão Agrária.

De acordo com Fernandes (2001), os problemas relacionados à Questão Agrária dizem respeito à concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação e exclusão de camponeses e trabalhadores assalariados, à luta pela terra, e outros inúmeros fatores. Os entraves ocasionados por ela serão sempre constantes, uma vez que são problemas de ordem estrutural do sistema capitalista. Assim, a soberania alimentar surge enquanto uma proposta alternativa ao modo de produção capitalista e a forma como o consumo e a comercialização de alimentos são condicionadas por ele. Sendo assim, foi constatado que os pesquisadores que trabalham com a soberania alimentar são aqueles que se baseiam no PQA.

Outro ponto fundamental para essa pesquisa foi entender de que modo a soberania alimentar vem sendo trabalhada na Geografia Agrária brasileira. Para isso, foi averiguado se os trabalhos que tratam do tema se utilizam de conceitos geográficos, quais deles e com qual perspectiva. Observou-se que muitos dos artigos analisados utilizaram-se de discussões teóricas baseadas em outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História, e até mesmo a Nutrição. Deste modo, constatou-se certa carência de pesquisas que analisem a soberania alimentar com base na Geografia.

Dentre os trabalhos que se utilizam do enfoque geográfico, grande parte embasou-se em conceitos e categorias como região, espaço e território. Nesses casos, predominam as vinculações com a Geografia Crítica e a utilização do materialismo-histórico-dialético como método.

Dentre os conceitos geográficos, o mais utilizado é o de território. Percebe-se a influência das abordagens de geógrafos que

contribuíram para a consolidação do marxismo na Geografia Agrária, como é o caso de Oliveira (1999) e Fernandes (2009). O primeiro discute o processo de monopolização do território pelo capital e o segundo trata da tipologia dos territórios e das conflitualidades. Nesses casos, a soberania alimentar aparece como uma referência na disputa por terras entre o campesinato e o agronegócio. Além disso, vale destacar que o conceito geográfico de território aparece como referência para a discussão sobre a soberania alimentar em artigos de geógrafos (as) (e.g. SANTOS, 2012), de acadêmicos de outras áreas do conhecimento em parceria com geógrafos (e.g. VINHA; SCHIAVINATTO, 2015) ou até mesmo sozinhos (e.g. TORRES *et al*, 2016).

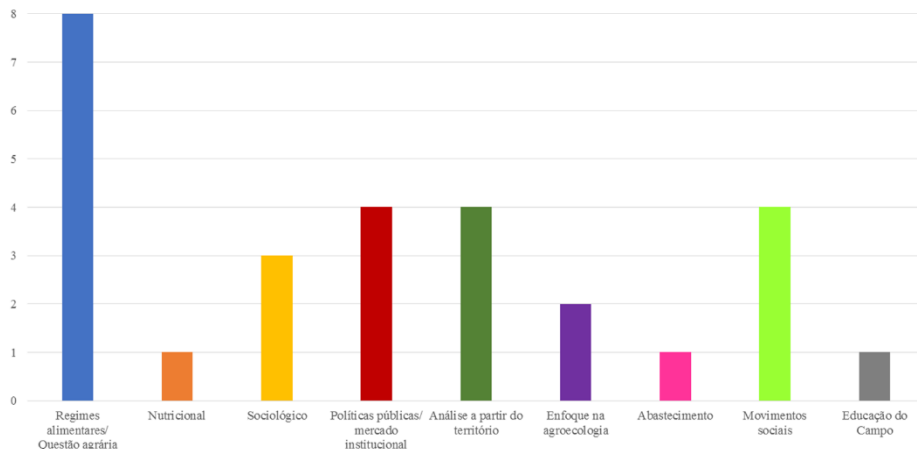
Outro conceito que se destaca é o de espaço, o qual é entendido, majoritariamente, como produzido pelas relações sociais e não como receptáculo ou um dado *a priori*. O trabalho de Valério (2016), por exemplo, demonstra como a territorialização do capital sucroalcooleiro na região da Alta Paulista, estado de São Paulo, impacta os fluxos de alimentos no espaço, causando repercussões na soberania alimentar.

Além desses, também merece menção o conceito de região. Como a soberania alimentar é interpretada como um direito de cada povo, tem sido recorrente o uso da região para a realização desse recorte. Todavia, ao contrário do espaço e do território, as reflexões sobre a região não vão além das abordagens clássicas, quase sempre as resumindo a um conjunto de unidades administrativas. No trabalho de Silva (2016), por exemplo, é feito um recorte da região do Caribe Colombiano para discutir a segurança e a soberania alimentar em comunidades negras.

Por conseguinte, além dos conceitos e categorias da Geografia, foi possível observar que a Agroecologia vem sendo utilizada por alguns pesquisadores enquanto lente teórico-metodológica capaz de proporcionar aos mesmos um entendimento das dinâmicas espaciais e territoriais do campesinato, sendo essa uma tendência dos estudos da questão agrária atual no Brasil e no mundo. Como a Agroecologia agrega conhecimentos de diversas ciências (ALTIERI, 2009), sua relação com a soberania alimentar em trabalhos efetivados por geógrafos abre possibilidade para o diálogo interdisciplinar.

Por meio da análise dos artigos foi possível delimitar 9 tendências de enfoques dados à soberania alimentar (Gráfico 03):

Gráfico 3: Número de artigos de acordo com o enfoque dado à soberania alimentar.



Fonte: Autores, 2019.

Esses dados demonstram que a tendência mais recorrente nas pesquisas, aparecendo em oito artigos, foi a utilização da abordagem teórico-metodológica dos Regimes Alimentares e da Questão Agrária, criada por Friedman e McMichael (1989); além da

relação entre esse tema com a questão agrária (BORRAS JR, 2016). Estes artigos abordam os impactos gerados pelas grandes corporações na produção de alimentos, a exemplo da expansão da produção de agrocombustíveis, tratando a soberania alimentar enquanto uma alternativa para a superação desse contexto.

Em segundo lugar, com quatro artigos cada, aparecem três tendências. A primeira, concerne aos artigos que abordam a soberania alimentar por meio da dimensão das políticas públicas e dos mercados institucionais, apontando as potências e as dificuldades enfrentadas por estes programas no Brasil, na Argentina e no Paraguai. A segunda tendência, refere-se aos artigos que partem da análise dos territórios camponeses para evidenciar a Agroecologia enquanto sistema produtivo capaz de garantir a reprodução familiar e a soberania alimentar. Já a terceira tendência, abarca os artigos que realizam uma análise a respeito da importância dos movimentos sociais para a consolidação da soberania alimentar no Brasil, Colômbia e Argentina. Assim, percebe-se que tem sido comum nas discussões sobre a soberania alimentar em periódicos de Geografia Agrária brasileiros a referência a exemplos de outros contextos latino-americanos, além das próprias experiências do Brasil.

Em seguida, aparece a abordagem sociológica com três artigos. Estes analisam, entre outros fatores, o processo de formação e organização da *La via Campesina* e sua importância para o debate da soberania alimentar, bem como as ações coletivas que possibilitam que a soberania alimentar seja construída pela agricultura camponesa no México. De tal modo, a soberania alimentar é um exemplo de que as discussões sobre movimentos sociais ainda compõem um dos principais temas da Geografia

Agrária brasileira. Contudo, tem sido dada, cada vez mais, ênfase à internacionalização das lutas camponesas, devido aos contornos globais da Questão Agrária atual.

O tratamento da soberania alimentar por meio de análises acerca da Agroecologia aparece em dois artigos. Isso indica que a Agroecologia é vista enquanto um método de produção de alimentos utilizado por movimentos sociais que valoriza os conhecimentos tradicionais do campesinato, sendo a base para se alcançar a soberania alimentar.

Por fim, aparecem as pesquisas com enfoques no abastecimento e na Educação do Campo. O abastecimento tem sido relacionado com a soberania alimentar como forma de demonstrar os efeitos do agronegócio sobre a alimentação da população, na medida em que produções de alimentos são suprimidas em detrimento das áreas destinadas à produção de commodities como a cana-de-açúcar. Por seu turno, a Educação do Campo é relacionada com a soberania alimentar por meio, dentro outros, do protagonismo das escolas do campo para a consolidação de práticas que visem uma alimentação saudável.

Nesse sentido, percebe-se que a incorporação da soberania alimentar por autores que publicam em periódicos de Geografia Agrária brasileira tem se dado por meio de um diálogo interdisciplinar, fazendo eco aos novos temas da Questão Agrária, onde além das questões fundiárias também ganham destaque as relações de vida e trabalho (BORRAS JR, 2016).

Considerações finais

Analisando os resultados aqui expressos, ficou claro que a partir da última década tem sido crescente o interesse pela soberania alimentar em artigos publicados nos principais periódicos da Geografia Agrária do Brasil. Com base nos exemplos das revistas NERA, Campo-Território e Agrária percebe-se que esse tema tem sido trabalhado como uma referência dos novos componentes que caracterizam a Questão Agrária, a exemplo da internacionalização da agricultura e as relações escalares entre os sistemas alimentares. A Revista NERA vem despontando enquanto o periódico que mais tem publicado trabalhos versando sobre a soberania alimentar, sendo que, em parte, isso pode ser explicado pelo fato da revista ter organizado um dossiê sobre o tema no ano de 2016.

Por meio do exame dos três periódicos constatou-se que ainda existe uma tendência de se trabalhar com a soberania alimentar sem se utilizar diretamente metodologias e enfoques geográficos. São frequentemente utilizados conceitos de ciências como a Sociologia, a História e até mesmo a Nutrição. Um dos motivos para isso pode residir no fato de que o alimento é um tema transversal, ou seja, sua abordagem requer que o pesquisador recorra a diferentes leituras do mundo, desde as que possuem foco direto no modo de organização das sociedades, até os que possuem relação direta com os sistemas ecológicos. A tendência pelo uso de categorias e conceitos que não pertencem à Geografia também pode estar relacionada com o fato das discussões acerca da soberania alimentar serem recentes no Brasil. Algumas das maiores referências sobre o tema, como McMichael (2009; 2014) e Wittman (2011), são provenientes de outras áreas do conhecimento, o que pode

estar influenciando o uso de conceitos externos à Geografia nas pesquisas produzidas no país.

No caso dos trabalhos tratam da soberania alimentar e que dialogam com o enfoque geográfico aferiu-se que, dentre as categorias e os conceitos mais utilizados, território apresenta maior recorrência. Isso se explica pela centralidade que a soberania alimentar tem adquirido nas lutas camponesas, especialmente em relação à reforma agrária. Também aparecem referências ao conceito de globalização, haja vista que a soberania alimentar emerge como uma reação local aos efeitos perversos do capitalismo mundializado.

Referências

ABADAL, ERNEST (Org.). *Revistas científicas. Situación actual y retos de futuro*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017.

ALKON, Alison Hope; MARES, Teresa Marie. Food sovereignty in US food movements: radical visions and neoliberal constraints. *Agriculture and Human Values*, v. 29, n. 3, p. 347–359, 2012.

ALTIERI, Miguel. Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. *Monthly Review*, p. 102–114, 2009.

ANDRÉE, Peter *et al.* *Globalization and food sovereignty: global and local change in the new politics of food*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

BORRAS JR, Saturnino M. *Land politics, agrarian movements and scholar-activism*. 2016. Disponível em: <https://www.tni.org/en/publication/land-politics-agrarian-movements-and-scholar-activism>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na Educação do Campo*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CLARK, Patrick. Neo-developmentalism and a “vía campesina” for rural development: Unreconciled projects in Ecuador’s Citizen’s Revolution. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, p. 348–364, 2017.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *A soberania alimentar através*

do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; BARBOSA JR, Ricardo. Hortas escolares em Vancouver, Canadá como parte da “segunda geração” da soberania alimentar. *Ateliê Geográfico*, v. 12, n. 1, p. 219–236, 2018.

De SCHUTTER, Olivier. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. *Open Democracy*, 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/olivier-de-schutter/food-democracy-south-and-north-from-food-sovereignty-to-transition-initiatives>. Acessado em: 19 de fev. 2020.

DESMARAIS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants*. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. The gift of food sovereignty. *Canadian Food Studies*, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

DESMARAIS, Annette Aurélie; CLAEYS, Priscilla; TRAUGER, Amy. *Public policies for food sovereignty: social movements and the State*. New York: Routledge, 2017.

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 959–978, 2014.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. *A ocupação de terra no Brasil: uma página virada da história?* 2001. Disponível em: http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html. Acesso em: 20 de fev. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, MarcosAurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 35-71.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento*. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente

Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 2017. *O agronegócio não é o centro do universo*. Disponível em: <http://redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/>. Acesso em: 12 out. 2019.

FRIEDMAN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. The rise and decline of national agricultures , 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. XXIX, n. 2, p. 93–117, 1989.

GRASSROOTS INTERNATIONAL. 2011. *2011 Food Sovereignty Prize winners announced/Grassroots International*. Disponível em: <https://grassrootsonline.org/press-releases/newspress-releases2011-food-sovereignty-prize-winners-announced/>. Acesso em: 12 out. 2019.

HOLT GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? *The Journal of peasant studies*, v. 38, n. 1, p. 109–144, 2011.

INTERNATIONAL PLANNING COMMITTEE FOR FOOD SOVEREIGNTY (IPC). 2002. *Declaration NGO Forum FAO Summit Rome +5. 2002*. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-ngo-forum-fao-summit-rome5/>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

KAUTSKY, Karl. *The Agrarian Question*. London: Zwan Publications, 1988.

LEVKOE, Charles Z.; BREM-WILSON, Josh; ANDERSON, Colin R. People, power, change: three pillars of a food sovereignty research praxis. *Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 7, p. 1389-1412, 2018.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. Geografia agrária crítica : um pouco de história. *GeoUsp - Espaço e Tempo*, v. 22, n. 3, p. 504–514, 2019.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149–175, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

McKAY, Ben; NEHRING, Ryan; WALSH-DILLEY, Marygold. The ‘state’ of food sovereignty in Latin America: political projects and alternative pathways in Venezuela, Ecuador and Bolivia. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1175–1200, 2014.

- McMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the “world food crisis”. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009.
- McMICHAEL, Philip. Historicizing Food Sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 933–957, 2014.
- MMC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Lutas*. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>. Acesso em: 12 out. 2019.
- MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. *Plano Camponês*. Vitória, 2012.
- NYÉLÉNI DECLARATION. *Declaration of Nyéléni. Forum for Food Sovereignty*. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article290>. Acesso em: 20 de fev. 2020.
- OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. *Território e territorialidades em disputa: Subordinação, autonomia e emancipação do campesinato no Rio Grande do Sul*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.
- PATEL, Raj. Food Sovereignty, *Journal of Peasant Studies*, v.36, n. 3, p.663-673, 2009.
- PEÑA, Karla. State-led grassroots participation and Ecuador’s land law. In: DESMARAIS, ANNETTE AURÉLIE; CLAEYS, PRISCILLA; TRA (Orgs.). *Public policies for food sovereignty: social movements and the State*. New York: Routledge, 2017. p. 19–35.
- ROMAN-ALCALÁ, Antonio. Broadening the land question in food sovereignty to northern settings: a case study of Occupy the Farm. *Globalizations*, v. 12, n. 4, p. 545–558, 2015.
- ROSSET, Peter M.; MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. Rural Social Movements and Agroecology: context, theory , and process. *Ecology and Society*, v. 17, n. 3, p. 1–12, 2012.
- SANTOS, Laiany Rose Souza. Ensaio sobre o território do assentamento: uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres. *Campo-Território*, v. 7, n. 14, p. 1-28, 2012.
- SILVA, Lucas Bento. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de PalosPrieto, região do Caribe Colombiano.

Revista NERA, n. 32, p. 195-213, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luís; OTTENHEIMER, Ana. La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción urbano/rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP- Argentina). *Revista NERA*, n. 32, p. 91-110, 2015.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. *A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2015.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Qual a segurança da dependência? Agronegócio canavieiro e abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. *Campo-Território*, v. 11, n. 24, p. 314-343, 2016.

Van der PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e a arte da agricultura*. São Paulo/Porto Alegre: EdUNESP/Editora UFRGS, 2016.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. *Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária brasileira: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista NERA*, n. 26, p. 183-203, 2015.

WITTMAN, Hannah. Food Sovereignty: a new rights framework for food and nature? *Environment and Society: Advances in Research*, Wageningen, v. 2, n. 1, p.87–105, 2011.

WITTMAN, Hannah. From protest to policy: The challenges of institutionalizing food sovereignty. *Canadian Food Studies*, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.

WITTMAN, Hannah. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 4, p. 805–826, 2009.

WITTMAN, Hannah; BLESH, Jennifer. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable

rural development in Brazil. *Agrarian Change*, v. 17, n. 1, 2015, p. 87-105.

WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie. *Food sovereignty: reconnecting food, nature & community*. Black Point: Fernwood/Food First, 2010.

WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie. *Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems*. Winnipeg: Fernwood Publishing, 2011.

ZANOTTO, Rita. *Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo.

Submetido em: 30 de março de 2020.

Aprovado em: 25 de abril de 2020.

Como citar este artigo:

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; SOUZA E SILVA, Rodrigo De Paulo; SALVATERRA, José Roberto. A soberania alimentar na Geografia Agrária brasileira. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 586-615, jan.-jun./2020.

**TRAJETÓRIAS TERRITORIAIS DO
TRABALHO NO
AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO
NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

*TERRITORIAL TRAJECTORIES OF LABOR
IN SUGARCANE HYDROAGRICULTURAL IN
THE ADMINISTRATIVE REGION OF
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)*

*TRAYECTORIAS TERRITORIALES DE
TRABAJO EN AGROHIDROENEGOCIO
CAÑERO EN LA REGIÓN ADMINISTRATIVA
DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)*

FREDI DOS SANTOS BENTO

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: fredisousuke@gmail.com

ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo: Nesse final da segunda década do século XXI, amplia-se cada vez mais a ofensiva do capital sobre o trabalho, movida pela necessidade insaciável de acumulação/reprodução. Em nosso país, dentre as inúmeras formas de personificação deste modelo societal, destacamos o agrohidronegócio canavieiro, que sob a prerrogativa do discurso falacioso do desenvolvimento nacional, social, sustentável etc., oculta sua face perversa quando se põe em consideração as condições de vida (trabalho, saúde) dos trabalhadores, das comunidades lindeiras atingidas, bem como a sociedade em geral. Nesse aspecto nos chama a atenção os avanços da mecanização nos canaviais, que tem como um de seus rebatimentos a ampliação da precarização da mão de obra migrante sazonal. Dessa forma, neste texto propomos o debate em respeito as trajetórias territoriais do trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), dado o fato desta estar imersa no que estamos considerando enquanto Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro no Brasil, território que engloba os cinco estados com maior produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do país.

Palavras-chave: trabalho, agrohidronegócio canavieiro, trajetórias territoriais do trabalho, migração, região administrativa de Presidente Prudente (SP).

Abstract: At the end of the second decade of the 21st century, the offensive of capital on labor is increasing, driven by the insatiable need for accumulation / reproduction. In our country, among the numerous forms of personification of this societal model, we highlight sugarcane hydroagricultural that under the prerogative of the fallacious discourse of national, social, sustainable development etc. hides its perverse face when considering the living conditions (labor, health) of workers, neighboring communities affected, as well as society in general. In this respect, the advances in mechanization in the sugarcane fields draw our attention, which has as one of its repercussions the expansion of precarious seasonal migrant labor. Thus, in this text we propose a debate regarding the territorial trajectories of labor in the Administrative Region of Presidente Prudente (SP), given the fact that it is immersed in what we are considering as a Sugarcane Hydroagricultural Polygon in Brazil, territory that encompasses the five states with the largest production of sugarcane, sugar and ethanol in the country.

Keywords: labor, sugarcane hydroagricultural, territorial trajectories of labor, migration, administrative region of Presidente Prudente (SP).

Resumen: A finales de la segunda década del siglo XXI, la ofensiva del capital sobre el trabajo está aumentando impulsado por la insaciable necesidad de acumulación / reproducción. En nuestro país, entre las numerosas formas de personificación de este modelo social, destacamos el agrohídronegocio cañero, que bajo la prerrogativa del discurso falaz del desarrollo nacional, social, sostenible, etc., oculta su cara perversa al considerar las condiciones de vida (trabajo, salud) de los trabajadores, comunidades vecinas afectadas, así como la sociedad en general. A este respecto, los avances en la mecanización en los campos de caña de azúcar llaman nuestra atención, que tiene como una de sus repercusiones la expansión de la mano de obra migratoria estacional precaria. Así, en este texto proponemos un debate sobre las trayectorias territoriales de trabajo en la Región Administrativa de Presidente Prudente (SP), dado el hecho de que está inmerso en lo que consideramos como el Polígono de Agrohídronegocio Cañero en Brasil, un territorio que abarca los cinco estados con la mayor producción de caña de azúcar, azúcar y etanol en el país.

Palabras-clave: trabajo, agrohidronegocio cañero, trayectorias territoriales de trabajo, migración, región administrativa de Presidente Prudente (SP).

Introdução¹

Neste texto queremos oferecer um debate em respeito aos aprofundamentos referentes a expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) que está imersa no “Polígono do Agrohidronegócio”, localizado no Centro-Sul do Brasil. O destaque principal vai para os (re) arranjos que se configuram no período marcado pela transição técnica/tecnológica nos canaviais dessa região, com ênfase para o controle do trabalho, especialmente nas operações de corte e plantio da cana-de-açúcar. Estudos realizados e orientados por Thomaz Junior (2009;2010;2012;2014;2017;2018) no âmbito da demarcação territorial do Polígono do Agrohidronegócio reúnem reflexões teórico-conceituais e referenciais metodológicos para o estudo do processo social de trabalho no contexto da atividade agroindustrial canavieira nos cinco maiores produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do país: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás.

Por estar localizada no Polígono do Agrohidronegócio², a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) se destaca pela disponibilidade de terras férteis, planas e com acesso à logística requerida pelo capital agroindustrial, e de recursos hídricos. É

¹ Este texto reflete o que pudemos desenvolver na pesquisa: Migração do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) sob o processo: 2016/03984-0.

² Na Geografia merecem destaque também a respeito da discussão sobre o agrohidronegócio, pesquisas que utilizam termos como hidroterritórios, em que há a inter-relação entre o controle do território e da água. Referimo-nos aos trabalhos de Torres (2007) e Mendonça; Mesquita (2007).

exatamente com base nessa combinação fundamental que Thomaz Junior (2009; 2010) enfatiza que o agronegócio não pode ser relacionado apenas à monopolização das terras, ou mesmo ao controle sobre o acesso à água e às demais cadeias produtivas e à comercialização. É, sim, resultado de um processo no qual as frações do território do agrohídronegócio canavieiro em disputa têm expressado uma nova geografia da cana-de-açúcar no espaço agrário brasileiro.

Então, consolida-se o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis, férteis e planas do país, com melhor disponibilização dos recursos hídricos, logística favorável de transporte etc. Ele rompe assim, as barreiras para o expansionismo em escala nacional, considerando que 85% das terras cultivadas com cana-de-açúcar, ou 10,5 milhões de ha, encontram-se nessa porção do território brasileiro localizada no Centro-Sul do país (Polígono do Agrohídronegócio), com destaque para a cana-de-açúcar, por ocupar a maior área irrigada do país, ou 3,5 milhões de ha.

Ademais, nos chama a atenção, a gestação de um discurso falacioso pautado pela melhoria das condições de trabalho, erigido a partir de novas formas de gestão e controle do próprio trabalho, bem como da empregabilidade - resultados da mecanização -, por meio da qualificação profissional, do uso de tecnologias de ponta nos canaviais, com direito ao controle e à automação do processo produtivo, ao maior respeito às leis trabalhistas, além da perspectiva de que o corte e plantio mecanizados não ocasionem agravos à saúde dos trabalhadores, como apresentado por representantes do agrohídronegócio canavieiro.

Em oposição a esse discurso, a reestruturação produtiva do capital efetivada nas últimas décadas tem resultado em mudanças

profundas no processo de acumulação, promovendo mutações nas relações de trabalho, com rebatimentos desastrosos para os trabalhadores, cada vez mais pauperizados pelo capital por causa da adoção de formas de gestão flexível, do enxugamento da força de trabalho, da ampliação da produtividade agrícola, aumento da terceirização e das migrações do trabalho para o capital, bem como o surgimento de um discurso falacioso no que tange a qualificação profissional enquanto possibilidade de requalificação no mercado de trabalho tem aberto caminho para a renovação e recriação de formas assemelhadas de trabalho escravo (CARVALHAL, 2004; PERPETUA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019).

É com ênfase para as migrações do trabalho para o capital que estamos chamando à atenção para o grau de plasticidade que assume a força de trabalho neste início de século, e que é marca fundamental nos entendimentos em respeito de uma leitura geográfica e territorial do trabalho que estamos nos propondo a realizar, enquanto objetivo principal deste texto, dadas as devidas mediações com a teoria, para o que estamos pontuando enquanto trajetórias territoriais do trabalho (TTT), que trazemos neste texto.

Na construção desta leitura estamos levando em consideração a discussão em respeito às trajetórias laborais dos trabalhadores, tendo em vista sua importância na compreensão dos novos itinerários do mundo do trabalho, os sentidos subjetivos presentes nas histórias de vida, e nos relatos orais apresentados pelos trabalhadores e trabalhadoras, bem como nas interações sociais obtidas no curso de vida dos mesmos e seus contextos histórico-sociais analisados na compreensão temporal das trajetórias (ROBERTI, 2011).

Para realizarmos tal intento, buscamos compreender a dinâmica estrutural e conjuntural, além de realizarmos trabalhos de campo na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), dada a possibilidade de problematização, tendo em vista entendermos o trabalho de campo enquanto “laboratório por excelência do geógrafo”, que adjunto das investigações realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas, tem nos possibilitado apreender a trajetória pessoal, laboral e familiar dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Quanto às entrevistas, temos nos utilizado de entrevistas semiestruturadas junto aos trabalhadores (operadores de colheitadeira e cortadores manuais, tratoristas, fiscais, motoristas e demais trabalhadores empregados, além dos trabalhadores desempregados e descartados, com vistas a colher relatos orais dos trabalhadores). Da mesma forma que buscamos informações junto às instâncias de representação, como os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), SER's (Sindicato dos Empregados Rurais); CPT (Comissão Pastoral da Terra), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); DataLUTA; DataCETAS, etc. todos a nível regional, ou seja, que recobrem os municípios enfocados.

Com relação às informações obtidas a partir das entrevistas, procederemos à transcrição, com vistas a privilegiar o entendimento das narrativas. No entanto, em relação ao diálogo junto aos trabalhadores, fez-se mister a produção de representações a partir do exposto pelos mesmos (entrevistas, conversas, relatos orais), análise das trajetórias territoriais do trabalho, e os laços interpessoais que ligam os trabalhadores.

Em respeito a representação das trajetórias territoriais do trabalho, destacamos a utilização do *ATLAS.ti*³(ATLAS=Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagssprache, ou Arquivo para Linguagem em Tecnologia, do Mundo da Vida e do Cotidiano) e ti (interpretação de texto), desenvolvido pela Universidade de Berlim, sendo criado para a utilização em pesquisas qualitativas como suporte para a interpretação de textos, bem como para pesquisa qualitativa social e linguística (POCRIFKA; CARVALHO, 2014; ARIZA, et.al, 2015a).

Esse programa segue a Grounded Theory-Teoria Fundamentada (GT), que objetiva a compreensão de um fenômeno social a partir de várias categorias em nível ampliado de abstrações, permitindo assim a construção de uma teoria, desse modo o programa apresenta uma série de recursos como: Unidade Hermenêutica, Documentos Primários, Codificação, Códigos, entre outros, possibilitando assim a análise das entrevistas semiestruturadas, dos relatos orais, fotografias e outros documentos realizados ou tirados ao longo do desenvolvimento da pesquisa (ARIZA, et.al, 2015a).

Entretanto, em respeito as entrevistas e relatos orais colhidos faz se primordial pontuarmos a utilização de outro procedimento metodológico que é o da etnografia virtual/netnografia/webnografia/ciberantropologia, dada esta ter sido uma aposta realizada desde o início de nossa pesquisa no mestrado acadêmico tendo em consideração a manutenção do contato com alguns trabalhadores desde o período de nossa graduação, sendo

³ Ao fazermos uso deste software, enfatizamos que a mesma se fez a partir da versão 6.2 do mesmo, sob licença para estudantes (*student licence*), ou seja, uma versão gratuita, mas que não possui todos os recursos de versões mais atuais do software supracitado.

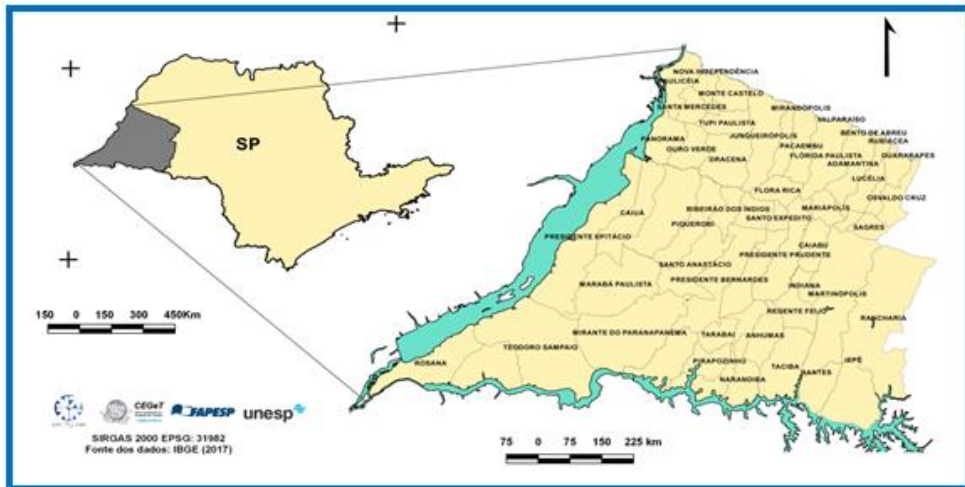
importante pontuarmos as dificuldades do ‘estar lá’ e ‘escrever aqui’ como assevera Geertz (1989), e que neste texto estamos chamando a atenção para o fato de termos podido continuar a acompanhar as trajetórias laboral e de vida dos trabalhadores.

Assim, o texto está dividido em duas seções, sendo a primeira referente à realização de uma discussão em respeito ao desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). E uma segunda seção que versa o debate em respeito as trajetórias territoriais do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro nesta região.

A expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) e as migrações do trabalho para o capital

Ao pensarmos a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) (Mapa 01), é necessário depreendermos que a mesma é constituída por 53 municípios, 03 regiões de governo, 03 escritórios de desenvolvimento regional (Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Dracena) possuindo ainda uma área em torno de 23.779, 11 mil quilômetros quadrados e uma densidade populacional em torno de 35, 58 (habitantes/km²).

Mapa 01: Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).



Fonte: Pesquisa de Campo (2018-2019). Organização: Autores (2020).

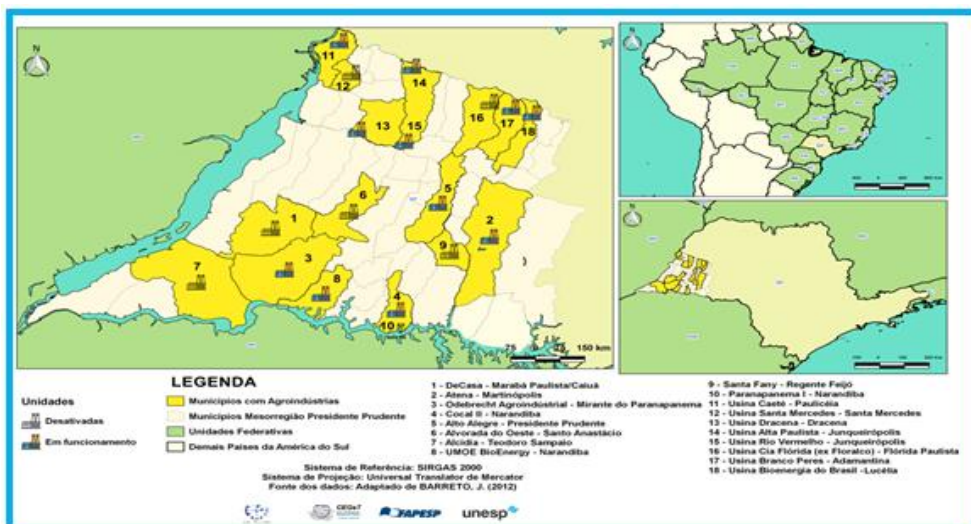
A expansão do agrohidronegócio na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), manifesta o conteúdo de contradições que marcam a gestão territorial empreendida pelo setor, dadas as ações e formas que esse capital tem encontrado de monopolizar o território, seja através da aliança capital/Estado, seja pela via o embate direto para com os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras que vendem sua força de trabalho nos canaviais etc.

Sob o crivo dessas afirmações é que se insere a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), alvo nos últimos anos do reordenamento territorial promovido pelo agrohidronegócio canavieiro, que deixaram (deixam) marcas claras no território, tendo-se em conta a amplitude das contradições apreendidas neste processo, em uma região que historicamente é conhecida pelo *conflito*, sendo esses ligados ao processo de ocupação das terras, que transcorre desde o início do século XIX, atrelado à manutenção da existência de terras griladas (LEITE, 1998).

Em meio a esses conflitos territoriais e de interesses de classe que enfatizamos a necessidade de compreensão do processo que Thomaz Junior (2017) pontua enquanto degradação sistêmica do trabalho. O autor considera as interconectividades entre adoecimento físico e mental dos trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro, dada à intensa flexibilização, associados às novas formas de gerenciar e controlar a força de trabalho empregada (tais como: descumprimentos da legislação trabalhista, perda de direitos, intensificação do ritmo de trabalho e da jornada, desligamentos, desemprego), e exposição a riscos (contaminação, intoxicação, mutilações), com a intensificação do uso de agroquímicos (agrotóxicos, adubos, maturadores etc.).

Barreto; Thomaz Junior (2012) sublinham que o agrohidronegócio canavieiro vivenciou dois grandes momentos na região, sendo o primeiro durante o PRÓALCOOL (décadas de setenta e oitenta) e o segundo a partir de 2005 através dos incentivos estatais e da ampliação da produção de veículos com a tecnologia *flex fuel*, ocorrendo assim, não apenas a expansão da lavoura canavieira, como também a implantação de novas unidades processadoras (Mapa 02).

Mapa 02: Territorialização das agroindústrias canaveiras na Região Administrativa de Presidente Prudente.



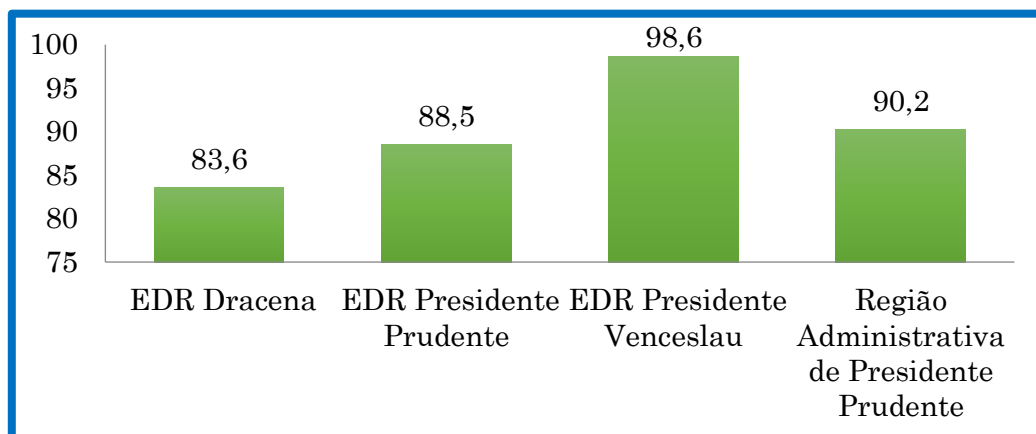
Fonte: Pesquisa de Campo (2018-2019). Organização: Autores (2020).

Nestes primeiros anos do século XXI, a Região Administrativa de Presidente Prudente também tem sido alvo do processo que envolve o estado de São Paulo, que advém da transição técnico-ocupacional porque tem passado a região, que diferente de outras partes do estado, cujo processo iniciou há algumas décadas, toma maior contraste neste início de século.

Isso se a partir da ampliação da mecanização do corte da cana também na região, dado que o índice de mecanização da região de acordo com o IEA, tenha ultrapassando a marca de 90% (Gráfico 01) e que resulta na diminuição do corte manual que tem registrado apenas cerca de 3.592 trabalhadores, sendo 2.020 pertencentes ao EDR de Presidente Prudente, 1.357 ao EDR de Dracena e 215 trabalhadores ao EDR de Presidente Venceslau, ao mesmo tempo em que a produção de cana mecanizada na safra 2016/2017 alcançou a marca de 35.109.093 milhões de toneladas enquanto que a produção

manual na região ficou em torno de 3.997.776 milhões de toneladas (IEA, 2017).

Gráfico 01: Índice de mecanização por EDR e Região Administrativa Safra 2016/2017.



Fonte: IEA (2017).

Em meio a ampliação da mecanização dos canaviais na região, cresce também a precarização do trabalho, sendo importante fazermos um chamamento para uma das principais engrenagens que movem o agrohidronegócio canavieiro, que diz respeito a utilização da mão de obra migrante temporária, naquilo que estamos concebendo enquanto ‘migrações do trabalho para o capital’.

Ao pensarmos a compreensão das migrações do trabalho para o capital neste início do século XXI, é preciso que consideremos que as principais teorias que circundam as migrações têm um viés macroeconômico e que não dá conta de responder uma série de questões que o fenômeno migratório tem possibilitado neste início do século, dessa forma é que Saquet; Mondardo (2008, p.118) entendem as migrações enquanto produto e produtor de uma ‘complexa trama

territorial entre os territórios de origem e destino' dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

Herrera (2003) chama a atenção para o fato de que o temário das migrações não é tão novo assim e estudos envolvendo as relações de deslocamento populacional já existem há décadas, com destaque para uma perspectiva dita 'modernizadora' das migrações, relacionada aos fatores de expulsão e atração, relacionados a variáveis econômicas, havendo uma dicotomia entre lugares de origem e de destino, sendo estes considerados 'unidades sociais autônomas'

Para a mesma autora, um outro olhar para o tema envolve o fato de que não podemos analisar os processos migratórios fora da lógica de acumulação capitalista e uma terceira perspectiva estaria relacionada a migração enquanto parte de um conjunto de estratégias de sobrevivência das famílias camponesas.

Bendito (1993) destaca que as migrações são resultantes de uma complexa combinação de efeitos '*push*' e '*pull*', na qual a subjetividade têm grande participação, dado que a decisão de migrar seja transcendente, ao mesmo tempo em que para aqueles que desejam migrar, se tenha que considerar as informações fornecidas por aqueles que realizaram o deslocamento anteriormente, principalmente amigos e familiares. Para o autor o fator '*push*' ou expulsista é muito importante, mas este está sempre relacionado com fatores de atração do tipo '*pull*'.

Abad (2015) nos permite refletir também em respeito a ideia de retorno, tendo em consideração que boa parte das análises se associam apenas ao momento da ida, ou seja, do deslocamento para os locais de destino dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes e com isso o autor desenvolve a ideia de 'perspectiva migratória' que

engloba o conjunto de mudanças e redefinições que são característicos a trajetória migratória dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ortín (2013) chama a atenção para um grande número de análises que têm por objetivo as migrações, como por exemplo as análises a nível micro e macro que dão conta de uma série de questões que abarcam o temário neste início do século, trazendo para o debate uma série de situações vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

Dessa forma, ao pensarmos nos trabalhadores e trabalhadoras migrantes temporários temos que entender que o mesmo passa boa parte do ano, a percorrer as rotas (corredores) migratórios, desempenhando o papel de mão de obra barata para as mais distintas frações do capital em âmbito nacional, destacando seu papel no agrohidronegócio canavieiro, que é base de nossas investigações.

Por essa perspectiva, podemos enxergar os camponeses brasileiros, enquanto trabalhadores e trabalhadoras migrantes, tendo em conta que sua expropriação não representa uma perda total dos vínculos com a terra, nos permitindo considerar questões que vão para além da esfera econômica, e que nos possibilita penetrar na dimensão da subjetividade dos mesmos.

Martins (1986) enfatiza a existência de três modalidades de migrações temporárias: as chamadas migrações cíclicas, com período de saída e retorno definidos, migrações denominadas e ritmadas pelo tempo cíclico das estações do ano e migrações relacionadas ao ritmo irregular das grandes obras, que não obedecem a ciclos, ao mesmo tempo em que considera a existência de vários tipos de migrantes temporários.

Moraes; Frazão; Rogério Junior (2009) chamam a atenção para a perspectiva dos estudos das migrações internas no Brasil estar relacionado ao que esses autores entendem enquanto quatro categorias, sendo elas a da migração do campo para a cidade; a do avanço das frentes agrícolas; as migrações sazonais, que neste texto estamos entendendo enquanto migrações do trabalho para o capital e a fuga das secas, acrescentando-se ainda, as migrações para as grandes obras.

Herrera (2003) destaca o papel das redes sociais ou redes de solidariedade nos processos migratórios, tornando a família enquanto uma unidade migratória, tendo em consideração que as mesmas permitem a construção de vínculos entre aqueles que migram para os lugares de destino e aqueles que permanecem nos lugares de origem, dado que para a autora a decisão de migrar não seja uma decisão individual, mas esteja embasada num processo familiar e social.

Tal perspectiva é importante, se considerarmos aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optam pela (i) mobilidade, que neste texto estamos entendendo de duas formas, uma associada a vontade de permanecer e outra que traz mais sentidos a nossa análise que considera o impedimento dos mesmos em realizar o deslocamento, por uma série de fatores, com ênfase para aqueles relacionados ao adoecimento e descarte dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em consideração que a imobilidade faça parte do cotidiano desses em meio a transição técnico-ocupacional nos canais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Em consideração a (i) mobilidade, Bauman (1999) destaca que mesmo a nossa revelia, todos estamos em movimento num mundo dito globalizado, entretanto o autor faz considerações em

respeito a negação da liberdade de movimento aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes do mundo inteiro, que ao transpassarem fronteiras entre os países, muitas vezes são vistos enquanto invasores num território que não é o seu.

Silva; Menezes (2006, p.04) possibilitam a leitura das migrações enquanto um processo social e os trabalhadores e trabalhadoras migrantes enquanto agentes desse processo, sendo importante a consideração das migrações enquanto um acontecimento histórico, que afeta os que partem e aqueles que ficam, sendo constituída por ‘elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia’.

Para as mesmas autoras, as migrações enquanto processo respondem as ‘necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida)’ p.05. As migrações de retorno teriam assim um ponto de origem e outro de destino (retorno), ao mesmo tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes não enxergam sua volta enquanto retorno, sendo as migrações um ‘ponto de contato permanente entre um e o outro local’.

Silva (2006; 2011, p. 167) assevera que houve uma mudança na cartografia migratória a partir dos anos 2000, dada a intensificação do ritmo de trabalho e da média da cana cortada, podendo-se considerar os trabalhadores e trabalhadoras migrantes sob duas óticas, sendo estes trabalhadores ‘produzidos a partir do bojo de determinadas relações sociais, resultantes de um processo de violência e expropriação’.

A mesma autora considera que os trabalhadores migrantes estão inseridos numa realidade social definida por laços sociais e que nos possibilita a compreensão de que a denominação dos mesmos enquanto migrantes, omite ‘um conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social’ p.167, e que permite a autora empreender uma leitura em consideração ao que a mesma pontua enquanto ‘territórios migratórios’, debate que retomaremos ao discutirmos as trajetórias territoriais do trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente.

Ao passo que ao considerarmos a identidade individual e social desses trabalhadores, estamos empreendendo correlações com os expostos de Silva (2005) ao considerar que a pessoa dos trabalhadores migrantes seja constituída pelo que a autora pontua enquanto elementos étnicos, de gênero, idade e culturais que não podem e não devem ser desatrelados da sua força de trabalho e que em nossa análise tem papel primordial ao considerarmos as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras.

Silva (2005, p.23) ao refletir sobre o temário das migrações temporárias, assevera que as mesmas insurgem enquanto uma estratégia, enquanto solução material em um duplo sentido, dado que o assalariamento ‘permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário’.

Tal visão advogada por Silva (2005) ao entender as migrações enquanto uma estratégia, é por nós compartilhada, apesar de asseverarmos nossa compreensão atrelada das migrações enquanto parte das necessidades do capital em se utilizar da força de trabalho, ao mesmo tempo em que não podemos deixar de considerar uma série de outros fatores que devem ser pontuados ao analisarmos

as motivações e objetivos dos trabalhadores e trabalhadoras ao empreenderem o movimento migratório, sendo os mesmos parte do que estamos entendendo enquanto migrações do trabalho para o capital.

As migrações do trabalho para o capital representam assim, um processo mais complexo que o simples deslocamento, devendo-se considerar também as estratégias travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras ao realizarem este deslocamento, sem deixar de considerar que todas as estratégias criadas pelos mesmos ainda sim estão submetidas aos interesses e estratégias do capital, não havendo um rompimento desta relação perversa promovida pelo capital.

E com o intuito de podermos compreender e desvendar essas estratégias travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras e de que forma as mesmas mantêm-se submetidas aos interesses e estratégias do capital agroindustrial canavieiro é que chamamos a atenção para a necessidade de realização de uma leitura das trajetórias territoriais do trabalho empreendidas pelos mesmos, enquanto forma de lançarmos luz para o debate em respeito a precarização da mão de obra migrante não apenas para os canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), como em todo o país.

Trajetórias territoriais do trabalho (TTT) no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)

Ao debatermos os entendimentos em respeito as trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, é necessário que consideremos sua compreensão encimadas nas trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores migrantes temporários na cana-de-açúcar neste início de século.

Para tanto, selecionamos duas entrevistas pelas quais pudemos ter uma compreensão das trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras pelo território brasileiro e que pudemos acompanhar seja através de entrevistas semiestruturadas e relatos orais nos municípios de origem, seja através da utilização dos recursos descritos no início deste texto no que diz respeito a netnografia ou etnografia virtual.

Nessa perspectiva, para a realização desse exercício é preciso que consideremos também o debate em torno do conceito de território, dadas as contribuições de uma série de autores que nos ajudam em nossa leitura das trajetórias territoriais do trabalho, sendo essa crucial em nosso empreendimento de realização não apenas de uma leitura geográfica do trabalho e das migrações do trabalho para o capital como também pelo fato de materializarem o atual período vivenciado pelo agrohídronegócio canavieiro no Brasil e que rebata no aparecimento dos trabalhadores e trabalhadoras adoecidos descartados pelo agrohídronegócio canavieiro.

Em respeito as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras, Bueno; Silva (2012) chamam a atenção para os movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços rurais e urbanos, bem como ao fato de que suas trajetórias sejam marcadas pela transitoriedade, devendo se levar em consideração que as práticas envolvidas nas mais distintas jornadas desempenhadas por esses, são reincorporadas no agrohídronegócio canavieiro.

Nesse ínterim, as autoras realizam uma leitura que permite a compreensão da trajetória laboral das mulheres trabalhadoras desde o trabalho familiar e como este é reaproveitado para a realização do corte da cana-de-açúcar, permitindo assim a construção

de uma narrativa que estabeleça contato direto com a memória das trabalhadoras entrevistadas.

Essas considerações são importantes, dado que um dos grandes desafios na construção/compreensão das trajetórias territoriais do trabalho diz respeito a própria tentativa de exercitar a memória dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

Em respeito à memória, Vargas-Evaristo (2012, p. 164) enfatiza que ao se ascender a memória e a experiência de vida cada pessoa, nos permite compreender que cada indivíduo toma contato com o tipo de realidade no qual encontra-se imerso, de forma que essas experiências ficam impressas em sua memória, dado que através das narrativas dos sujeitos é que podemos analisar o passado, o presente e também o futuro, mas não apenas de um sujeito, mas de um grupo social.

Pollak (1989, p. 14) ao enfatizar a memória, destaca o silêncio e o esquecimento, bem como o não dito enquanto parte da análise das narrativas dos depoimentos dos sujeitos, tendo em consideração as ‘memórias subterrâneas’ dos sujeitos, enquanto opostas ao que o autor pontua enquanto uma memória oficial, e é nesse sentido que queremos compreender as trajetórias territoriais do trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras, podendo captar também no ‘não dito’ e no ‘indizível’, sinais que nos permitam a compreensão do real estado de coisas que se interpõem para esses sujeitos. Assim, a memória individual é resultado da ‘gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões’.

Pollak (1992) ao tratar dos elementos constituintes da memória, chama a atenção para os acontecimentos ‘vividos pessoalmente’, bem como os acontecimentos ‘vividos por tabela’, que

de acordo com o autor, seriam aqueles vivenciados em grupo, ou seja, pelo coletivo de pessoas que o sujeito depoente julga pertencer.

Outro ponto estocado pelo autor e que é importante em nossa análise das trajetórias territoriais do trabalho a partir dos relatos orais colhidos com os trabalhadores migrantes temporários para a cana-de-açúcar, diz respeito a existência dos chamados 'lugares de memória', que estariam de acordo com esse autor, ligados a um acontecimento, lembrança, que pode não estar atrelada a um tempo cronológico como enfatizado anteriormente, sendo tal leitura importante quando questionamos aos trabalhadores o que lhes vem em mente ao pensar em seus locais de origem.

Ademais, ao investirmos no entendimento das trajetórias territoriais do trabalho, é importante que reconheçamos o papel que a memória se interpõem para com a construção das mesmas, tendo em consideração que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, sendo importante asseverar em nossa compreensão a dimensão da identidade e (des)identidade dos trabalhadores e trabalhadoras com sua própria trajetória vivenciada e por isso a necessidade de se investir na história oral, enquanto uma 'história do tempo presente'

Bourdieu (1996) ao tratar da história de vida, pressupõe que a vida é uma história, sendo também o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual, alertando para o fato de que a narrativa dos fatos pelos trabalhadores e trabalhadoras, não se sucedem cronologicamente, ou seja, não obedecem a uma sequência ordenada de acontecimentos, ou melhor, uma leitura das trajetórias enquanto posições sucessivamente ocupadas por um sujeito em um espaço, noção essa que deixa a desejar, quando se pensa numa leitura territorial das trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores.

Dubar (1998) chama a atenção para a discussão em respeito as trajetórias sociais objetivas e subjetivas, considerando que as primeiras resultam das posições sociais ocupadas por um indivíduo e as subjetivas dizem respeito as possibilidades alçadas através da entrevista biográfica, possibilitando a compreensão dos percursos biográficos, sendo que para a compreensão das trajetórias laborais em si, é preciso a análise de ambas, permitindo a análise não apenas da trajetória laboral, como também da trajetória de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, que pode ser lida a partir das trajetórias laborais dos mesmos, sendo a segunda parte da primeira.

Roberti (2011) entende as trajetórias laborais enquanto as posições sucessivas que as pessoas vão desempenhando em seu trabalho ao longo da vida, no que traduzimos para as diferentes lavras que os trabalhadores desempenham, embora a autora considere ainda que “a trajetória laboral permite analisar a interação entre o aspecto objetivo e as concepções subjetivas do trabalho”, p.43, nos permitindo fazer um chamamento para as diferentes experiências laborais que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes vivenciam ao longo de sua vida, nos permitindo compreendermos as diferentes estratégias desenvolvidas pelos mesmos, apesar do fato de estarem subordinadas as estratégias promovidas pelas mais distintas frações do capital, com ênfase para o agroindustrial canavieiro.

A autora supracitada trabalha com a ideia de curso de vida, sendo a trajetória uma das ferramentas metodológicas em sua noção, além da transição e do *timing point*, advogando que os estudos relacionados às trajetórias têm suas raízes relacionadas ao Enfoque Biográfico, dado que as trajetórias centram sua atenção na

interpretação dos fenômenos sociais ao longo do tempo, com ênfase para a multiplicidade de escalas sociais presentes nas biografias.

As trajetórias de vida seriam parte de contextos histórico-sociais que condicionariam seu desenvolvimento e abarcariam uma série de questões desde o trabalho (trajetória laboral), escolaridade, vida reprodutiva, migração, mobilidade social, de modo que não nos prendamos apenas as distintas/diferentes posições ocupadas pelos sujeitos em sua história (ROBERTI, 2011).

Em consideração as trajetórias laborais, a mesma autora considera que essas têm papel preponderante para a experiência vivida, dado que através das experiências laborais se constitua uma forma de acesso a subjetividade, valores, estratégias, pontos de vista e processos sociais que marcam uma vida individual, se referindo assim a interação entre indivíduos e sociedade, que permite a relação entre tempo biográfico e tempo histórico-social (ROBERTI, 2011).

Eugenia de La O (2001) ao referenciar as trajetórias laborais assevera que as mesmas não podem ser compreendidas sem considerar o contexto econômico local, a dinâmica dos mercados de trabalho e as condições laborais e institucionais que regulam o acesso ao emprego.

As considerações realizadas em respeito as trajetórias de vida e laboral até o presente momento neste texto, têm significado para a análise que pretendemos realizar em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, devendo se considerar que as trajetórias não são resultados de uma série de posições ocupadas pelo mesmo agente social.

Isso ocorre pois mesmo que decidam pelo movimento migratório é preciso que se leve em consideração os 'condicionantes externos', ou seja, as 'estruturas onde as práticas são tecidas por

homens e mulheres de diferentes classes sociais’, não sendo as migrações ‘meros deslocamentos demográficos num determinado espaço social’... tendo em consideração que ‘ enquanto uns partem, outros ficam e os chamados pontos de origem e destino são constituídos por redes, que envolvem vários sujeitos’ (SILVA; MELO, 2009, p. 135).

Nessa perspectiva, ao emprendermos uma análise referenciada no que estamos chamando de trajetórias territoriais do trabalho, estamos considerando a apropriação territorial realizada na mobilidade, bem como a comunicação entre espaços e sujeitos, como enfatizado por Silva; Melo (2009).

Para tal construção, temos que considerar *a priori* aquilo que é narrado por aqueles que reconstroem sua trajetória a partir de sua memória, sendo importante asseverar que ‘a experiência que passa de pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores’, tendo em consideração que ‘quem viaja tem muito para contar’ como assevera Benjamim (1985, p. 198) ao tecer considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.

Em contrapartida, para podermos empreender a leitura em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, é preciso que levemos em consideração o que estamos apreendendo enquanto trabalho, migrações do trabalho e trajetórias, bem como é preciso que estabeleçamos o que estamos entendendo enquanto território, de modo a podermos avançar nesta leitura.

A necessidade de compreensão do conceito de território tem sentido, ao retomarmos os expostos de Silva; Melo (2009), que levam em consideração a apropriação territorial realizada na mobilidade. Todavia, para empreendermos tal análise é necessário que saibamos o que estamos entendendo enquanto conceito, que diz respeito a

‘nossa percepção, buscando esclarecer a natureza das relações existentes entre os fenômenos (coisas), rompendo com a singularidade com que capitaneamos nossos sentidos, levando para o plano da totalidade’, como advoga Moreira (2007, p. 106).

Ao tatearmos o conceito de território, é importante considerarmos os expostos de Saquet (2007; 2009) ao ler o território enquanto uma construção social, histórica, relacional e que está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço, como também das pessoas. Desse modo, o território também significa articulações sociais, conflitos, cooperação, sendo produto de tramas que envolvem as formas espaciais.

Suertegaray (2001) enfatiza que o território diz respeito ao espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia as questões envolvendo a política e a dominação/ apropriação, sendo definido por e a partir de relações de poder, e Porto-Gonçalves (2008) considera-o enquanto espaço apropriado, espaço feito coisa própria, sendo instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio do mesmo.

Raffestin (1993, p. 143) ao tratar do território, advoga que o mesmo se forma a partir do espaço, sendo o resultado de ‘uma ação conduzida por um ator sintagmático’, que ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, territorializa-o. Em contrapartida, numa perspectiva diferente, Haesbaert (2006) adverte que o território pode ser entendido enquanto uma relação de apropriação/domínio das sociedades sobre o espaço, tendo o mesmo uma dupla dimensão, material e simbólica, dada a própria etimologia da palavra território, associada a *terror* e *aterrorizar*.

Saquet (2007, p. 59) chama a atenção para o fato de que o processo de produção do território é constituído pelo movimento

histórico e por simultaneidades, sendo organizado por ‘agentes humanos, política, jurídica e economicamente, sendo interessante também se considerar o processo de territorialização enquanto um ‘movimento historicamente determinado’, tendo em vista que na mobilidade da força de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras migrantes também experimentar/produziriam territorialidades.

O mesmo autor assevera que o território também significa identidade, que permite a produção de territorialidades, havendo no território temporalidades e territorialidades, bem como descontinuidades. Nessa perspectiva, Musset (2015) destaca que os fenômenos relacionados a mobilidade e aos deslocamentos, longe de serem fluídos e homogêneos, são marcados por ‘tempos e momentos’, chamando a atenção para os ‘territórios de espera’.

Entretanto, a partir das considerações apresentadas, estamos lendo os territórios não somente por e a partir de relações de poder, como também enquanto ‘territórios em disputa’, tendo em consideração que a reflexão em respeito a distintas visões deste conceito, dizem respeito ao enriquecimento da análise dos mesmos enquanto parte da simbiose que forma as trajetórias territoriais do trabalho, simbiose essa que como destacado anteriormente, diz respeito as trajetórias de vida e laboral dos trabalhadores e a apropriação territorial realizada ao longo das mesmas.

Em meio a esses postulados, é necessário consideramos os expostos por Silva (2011); Flores (2006) ao considerarem a existência de *territórios migratórios*, enquanto processos sociais em que os sujeitos fazem a história em condições determinadas, território esse em que se constroem redes e se elaboram estratégias.

Saquet; Mondardo (2008), propõem que as relações de poder que caracterizam os territórios, estão presentes no estar fixo e na

mobilidade, dado que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes efetivam relações nos vários territórios que perpassam, construindo assim várias redes locais e extra locais, dado que os trabalhadores migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da venda de sua força de trabalho, comunicação, comercialização.

Fazito (2002) assevera que nas migrações, as redes sociais e de solidariedade, permitem que façamos uma leitura considerando que migrantes e não migrantes estejam unidos em uma teia complexa de papéis e relações sociais e que possibilita a compreensão de Saquet; Mondardo (2008) em respeito a formação de territórios em rede no processo migratório e que têm rebatimento em suas trajetórias.

Dessa maneira é que Fazito (2002) e Saquet; Mondardo (2008) consideram que as trajetórias espaciais sejam fundamentais na construção das redes migratórias e que de acordo com o autor, possibilita a compreensão do processo migratório enquanto ‘movimento e interação’, e que une territórios de origem e de destino, sendo tal unificação possibilitada a partir das redes, que se tornam capazes de imprimir a identidade construída entre territórios na mobilidade, e que permite a construção de um território interativo, conectando territórios através de suas trajetórias territoriais.

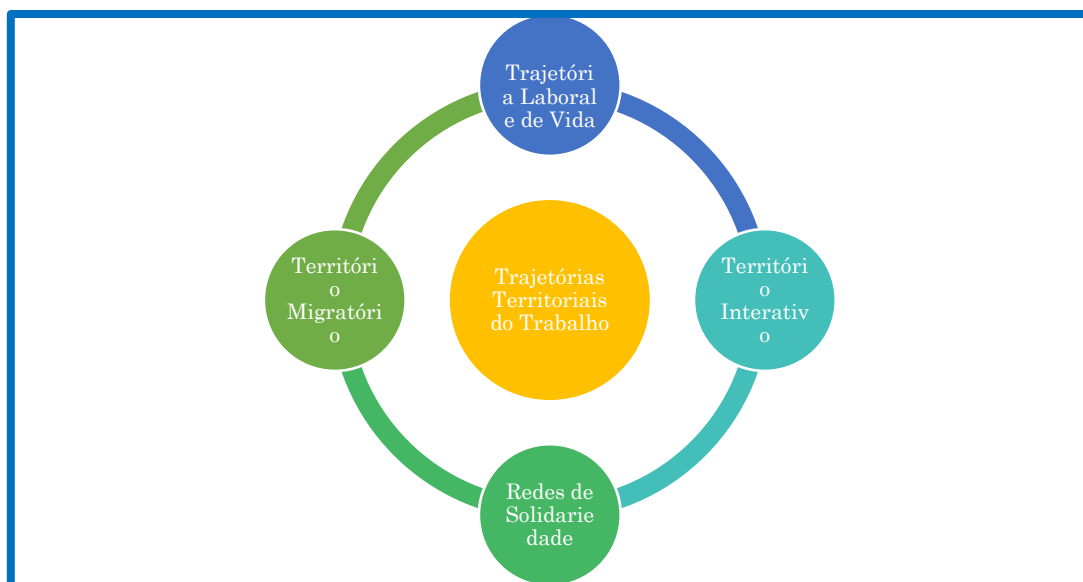
É nessa perspectiva que queremos ler as trajetórias territoriais do trabalho, considerando não apenas o que expusemos em respeito as trajetórias laborais dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, como também a interação entre os territórios que eles perpassam, bem como a apropriação territorial realizada pelos mesmos ao longo de sua trajetória.

Para termos sucesso nessa empreitada, não devemos deixar de considerar o papel da memória, como debatido anteriormente,

tendo em conta que as trajetórias que analisamos neste texto, são parte da externalização dos trabalhadores migrantes temporários na cana-de-açúcar na Região Administrativa de Presidente Prudente.

Para a compreensão (realização) do entendimento em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, estamos considerando não apenas a possibilidade de compreendermos questões atinentes a memória e as histórias de vida desses seres sociais, como também a temporalidade presente nas diferentes mudanças de lavras, ou seja, nos permitindo entender o movimento migratório em sua gênese.

Assim, ao estocarmos o que estamos compreendendo enquanto trajetórias territoriais do trabalho, estamos chamando atenção para a trajetória laboral e de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, dada sua capacidade de se territorializarem em cada deslocamento efetivado, ao mesmo tempo em que travam relações que permitem a apropriação territorial desses distintos territórios, que unificados pelas redes sociais e de solidariedade, fazem parte de um território interativo, formado por diversos pontos que caracterizam as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras (Figura 01).

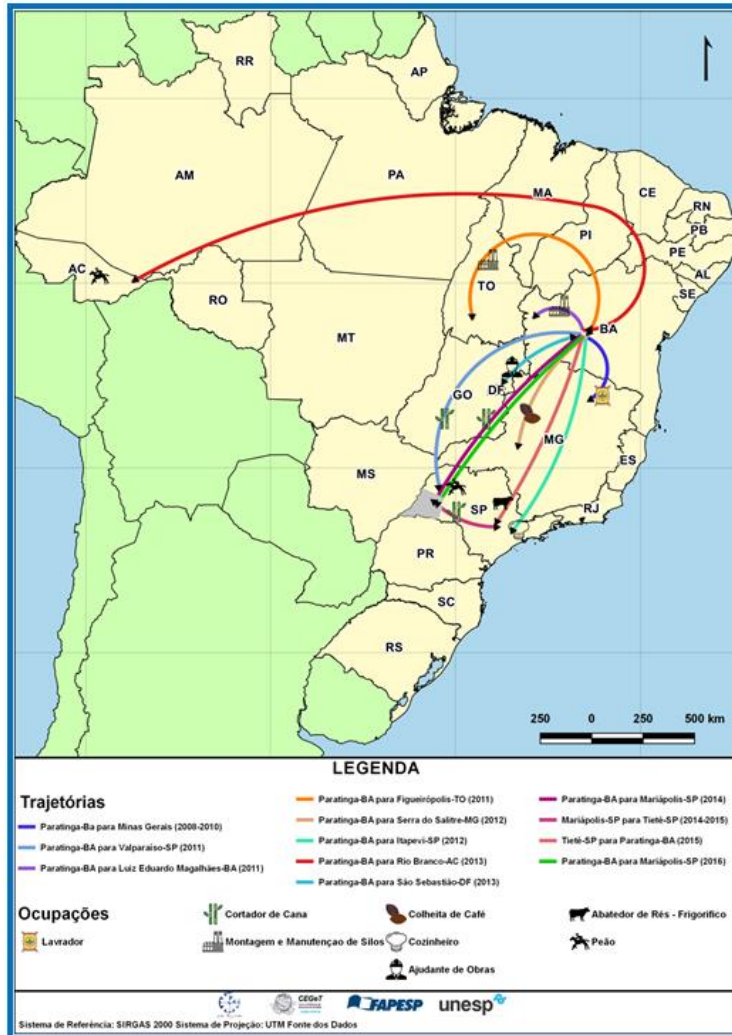
Figura 01: Trajetórias Territoriais do Trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017-2019). Organização: Autores (2020).

E por isso a necessidade de empreendermos uma análise que verse o movimento migratório a partir das trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores e a territorialização presente neste processo, então chamarmos a atenção para as trajetórias territoriais do trabalho, enquanto forma de ilustrarmos o adoecimento físico e mental dos trabalhadores na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), em uma perspectiva que ligue as doenças ocupacionais menos às disposições biológicas e anormalidades orgânicas, de incidência isolada sobre os trabalhadores e prioritariamente relacionadas à realização da atividade laboral, principalmente em meio ao ambiente pautado pela reestruturação produtiva, com a ampliação da flexibilização, intensificação dos processos exploratórios ligados ao descumprimento da legislação trabalhista e que ampliam ainda mais a degradação do trabalho,

além das novas formas de adoecimento, aliadas à intensificação do modelo químico-dependente dos tratos culturais (Mapa 03).

Mapa 03: Exemplo de trajetória territorial do trabalho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017-2019). Organização: Autores (2020).

Aos nos referenciarmos nesta discussão, estamos diante de um cenário marcado pelos novos territórios da degradação sistêmica do trabalho que caracterizam o Polígono do Agrohidronegócio

Canavieiro e por si só, a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), tendo em vista que o avanço tecnológico no setor canavieiro, não condiz com um maior respeito aos direitos dos trabalhadores, dada a manutenção de práticas predatórias que flexibilizam contratos, impõem dinâmicas territoriais aos trabalhadores não desejadas por eles, a exemplo das migrações do trabalho para o capital que se amplificam neste período de transição tecnológica.

A degradação sistêmica do trabalho é deste modo, parte dos resultados da precarização do trabalho contemporânea, dados os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, tendo em vista que o capital se aproprie hoje dos anos futuros dos trabalhadores, por meio de mecanismos de intensificação, extensão do tempo de trabalho ou procedimentos que qualificam a superexploração do trabalho e que se apresentam ao analisarmos as trajetórias territoriais do trabalho (VERÇOZA; MORAES SILVA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2017) e nos estimulam a continuarmos os entendimentos em relação aos desdobramentos da expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) e os rebatimentos para a força de trabalho empregada, com ênfase para a mão de obra migrante temporária.

Considerações Finais

O esforço de construirmos as trajetórias laborais dos trabalhadores e trabalhadoras, diz respeito a uma das metodologia que empreendemos ao longo de nossa pesquisa, que é a da etnografia virtual ou netnografia, metodologia pela qual pudemos acompanhar as trajetórias dos trabalhadores selecionados, mesmo que os mesmos

já não se encontrassem na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Dessa forma, as trajetórias territoriais do trabalho acabam por nos revelar toda uma série de contradições que marcam os trabalhadores e trabalhadoras migrantes neste início do século XXI, principalmente tendo em conta a plasticidade do trabalho que marca sua lavra e que nos permite considerar o movimento territorial da classe trabalhadora, enquanto expressão geográfica da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Outra questão diz respeito ao próprio receio (medo) dos trabalhadores de adoecer, pois adoecer significa parar de trabalhar e parar de trabalhar por si só significa deixar de auferir a renda necessária para a manutenção da família, ou no caso dos trabalhadores migrantes temporários, sujeitos que tem vivenciado intensamente a transição tecnológica no agrohíbrido negócio canavieiro, significa o rompimento com sua estratégia de permanência na terra, dado que muitos dos trabalhadores migrantes que percorrem os corredores migratórios do país são provenientes de povoados, vilarejos na área rural e que nos estimulam a continuarmos a empreender este debate, tendo em consideração nosso interesse em pensarmos uma sociedade distinta a que está posta, com olhares para o mundo do trabalho (BENTO, THOMAZ JUNIOR, 2015; BENTO, 2019).

Referências bibliográficas

ABAD, J.S. Crisis y estrategias migratorias de reproducción social. Un análisis a partir del estudio de la migración ecuatoriana. *Migraciones*, 37, p.195-216, 2015.

ARIZA, L.G. et.al. Relações entre análise textual discursiva e o software ATLAS.ti em interações dialógicas. *Campo Abierto*, vol.34, n.2, p.105-124, 2015.

BARRETO, M. J.; THOMAZ JÚNIOR, A. O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: [s/n], 2012

BARRETO, M.J. *Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto (SP)*. 2018.377f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 1999.

BENDITO, T. V. La dimensión geodemográfica de las migraciones, expectativas en Europa Occidental. *Polígonos*, n.3, p.105-132, 1993.

BENJAMIM, W. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, n. 1, 2015.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. Os desafios para a construção de uma Geografia do Trabalho no início do século XXI em meio ao adoecimento e descarte de trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 20, n. 1, 2019.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: *Razões práticas*. 1.ed. Campinas: Papirus,1996, p.74-82.

BUENO, J. D.; SILVA, M. A. M. Espaços e tempos cruzados-trajetórias de trabalhadoras no interior paulista. *Raízes*, vol.33, n.2, jul-dez.,2012.

CARVALHAL, M. D. *A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos*. 2004.347f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.19, n.62, abr. 1998.

EUGENIA DE LA O, M. Trayectorias laborales en obreros de la industria maquiladora en la frontera norte de México: un recuento para los años noventa. *Revista Mexicana de Sociología*, vol.63, n.2, p.27-62 abril-junho, 2001.

FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.

FLORES, S. M. L. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales en el caso de México. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7. 2006, Quito. *Anais...* Quito: [s/n], 2006.

GEERTZ, C. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2006,186p.

HERRERA, Gioconda. La migración vista desde el lugar de origen. *Revista de FLACSO-Ecuador*, n.15, enero, 2003.

LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998, 202p.

MARTINS, J. S. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não há terra para plantar neste verão* (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.44-61.

MELO, B. M. *Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista*. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. *Anais...*, Salvador, 2007.

MONDARDO, M. L. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural? *Terra Livre*, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, p. 51-74, ago-dez, 2007.

MORAES, M. D. C.; FRAZÃO, F.; ROGÉRIO JUNIOR, T. A questão social das migrações temporárias de trabalhadores agrícolas do Nordeste para a agroindústria canavieira de São Paulo: uma das faces do agronegócio da cana no Brasil. *Revista Desenvolvimento Social*, Montes Claros-MG, n. 3, p. 73-92, julho de 2009.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

MUSSET, A. De los lugares de espera a los territorios de la espera. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 61, n. 2, 2015.

ORTÍN, J. Migraciones. Desarrollos teóricos, evidencias empíricas y consistencias conceptuales. Las otras fronteras en la condición de migrante. *Revista Latinoamericana*, v. 12, n. 35, p. 165-182, 2013.

PERPETUA, G. M. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

POCRIFKA, D. H.; CARVALHO, A. B. G. P. O êxito do uso do software Atlas TI na pesquisa qualitativa. In: ATAS COLÓQUIO LATINOAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 3. 2014, Fortaleza. *Anais...Fortaleza*: p.20-25, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: CECENÁ, Ana Esther (coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

ROBERTI, M. E. *El enfoque biográfico en análisis social: una aproximación a los aspectos teórico-metodológicos de los estudios con*

trayectorias laborales. 2011. 87f. Tese (Doutorado em Sociologia), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.

SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan-jun de 2007.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades*. 1.ed. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, 365p.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, jul-dez, 2008.

SILVA, M.A.M.; MELO, B.M. Partir e ficar, dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. *Revista Internacional Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 129-151, jul.-dez. 2009.

SILVA, M.A.M.; MENEZES, M.A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. In: *Revista Eletrônica do NEAD*, Brasília, no prelo, 2006.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 02-39, 2005.

SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista Abra* Campinas, v. 33, n. 2, p. 118-143, ago-dez, 2006.

SILVA, M.A.M Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, p. 161-178, outubro, 2011.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 93, julio de 2001.

TORRES, A. T. G. *A luta de classes pela água*. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia passo-a-passo**: (ensaios críticos dos anos 90). 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2005, 176p.

THOMAZ JUNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. (Limites explicativos, autocrítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Revista Campo-território*, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, agosto de 2010.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). *Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES* - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de Geo Crítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]

THOMAZ JUNIOR, A. Redefinições do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates. *Veredas*, Xochimilco, v. 15, p. 477-52, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Geografia do Trabalho por Inteiro, *PEGADA*-A Revista da Geografia do Trabalho Presidente Prudente, v. 19, n. 2, 2018, p. 6-56. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>

THOMAZ JUNIOR, A. *Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho*. Mimeog. 2019 Disponível em: <http://gege.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20do%20Trabalho%20-%202019/THOMAZ%20-%20Novos%20Territ%F3rios%20da%20Degr ad%20Sist%EAmica%20do%20Trabalho-Final.pdf>

VARGAS-EVARISTO, S. Generación, trabajo y juvent. Relatos de vida de jóvenes mixtecos y zapotecos en el circuito de migración rural hacia la frontera norte. *Revista Liminar Estudios Sociales y Humanistas*, San Cristóbal de las Casas, v. 10, n. 2, julio-diciembre, 2012.

VERÇOZA, L.; SILVA, M. A. M. *Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência*. São Carlos, 2016. (Mimeogr.).

Submetido em: 24 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 28 de maio de 2020.

Aprovado em: 10 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

BENTO, Fredi dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 616-653, jan.-jun./2020.

**FRONTEIRA E MOBILIDADE DO
TRABALHO EM MONTE
ALEGRE/PA: DESLOCAMENTO E
CONFINAMENTO TERRITORIAL**

*FRONTIER AND MOBILITY OF LABOR IN
MONTE ALEGRE/PA: DISPLACEMENT
AND TERRITORIAL CONFINEMENT*

*FRONTERA Y MOVILIDAD DEL TRABAJO
EN MONTE ALEGRE/PA:
DESPLAZAMIENTO Y CONFINAMIENTO
TERRITORIAL*

DANIEL NUNES LEAL

Universidade de São Paulo (USP) – São
Paulo/SP.

E-mail: daniel.leal@uesp.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar modificações em áreas de fronteira de Monte Alegre, no noroeste do Pará, como momentos de formação da mobilidade do trabalho no Brasil. Tal processo, pois, é inserido na constituição de um território do Estado nacional como parte da reprodução global do capital. A partir de pesquisas de campo, recompomos a expansão da fronteira, inicialmente, pelo elo entre formas cooperativas de trabalho e repartição fundiária e o controle sobre tal trabalho, pelo comércio local, na produção de mercadorias. Enquanto a busca por caça justifica a ocupação de novas terras, a intensificação da venda de benfeitorias é estimulada por obras públicas e de loteamento tanto quanto pela maior circulação monetária e pela contratação de diárias. Por conseguinte, a diversificação nos meios de emprego da força de trabalho evidencia o aprofundamento da dependência de dinheiro e a gradual necessidade de investimento na terra, mesmo para quem detém os próprios meios de produção. A recente criação de um corredor de unidades de conservação e a profusão de programas de assistência, relativas às formas críticas da acumulação, expõem uma mobilização que tende do deslocamento, para exploração de trabalho, a um sentido de confinamento territorial.

Palavras-chave: fronteira, mobilidade do trabalho, confinamento territorial, Monte Alegre, crise do capital.

Abstract: This article aims to understand changes in frontier areas of Monte Alegre, in northwestern Pará, as moments of formation of labor mobility in Brazil. Thus, this process is inserted in the constitution of a territory of the national State as a part of the global reproduction of capital. Based on field research, we recompose the expansion of the frontier, initially, by the connection between cooperative forms of labor and land distribution and the control over this labor, by local commerce, in the production of commodities. While the search for hunting justifies the occupation of new lands, the intensification of the sale of the improvements is provoked by public works and land demarcation, as well as by the monetary circulation and the payment of daily works. Consequently, the diversification of forms of employment in the area shows the deepening of the dependence on money and the gradual necessity for investment in land, even for those who remains the ownership of their means of production. The recent creation of a corridor of conservation units and the profusion of assistance programs, related to the critical forms of accumulation, expose a mobilization that tends from displacement, to exploitation of labor, to a sense of territorial confinement.

Keywords: frontier, labor mobility, territorial confinement, Monte Alegre, crisis of capital.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo abordar las transformaciones en áreas de frontera de Monte Alegre, en noroeste de Pará, como momentos de formación de la movilidad del trabajo en Brasil. Este proceso, entonces, se inserta en la constitución de un territorio del Estado nacional como parte de la reproducción global del capital. Con base en la investigación de campo, delineamos la evolución de la frontera, inicialmente, a través del vínculo entre las formas cooperativas de trabajo y de distribución de la tierra y el control sobre este trabajo, por parte del comercio local, en la producción de mercancías. Mientras que el agotamiento de la caza justifica la ocupación de nuevas tierras, la intensificación de la venta de mejorías en la tierra se ve estimulada por obras públicas y de demarcación de la tierra, así como por la mayor circulación monetaria y la contratación de trabajos diarios. En consecuencia, la diversificación de las formas de empleo de la fuerza de trabajo muestra la profundización de la dependencia de dinero y la necesidad gradual de inversiones en la tierra, incluso para aquellos en tenencia de sus medios de producción. La reciente creación de un corredor de unidades de conservación y la profusión de programas de asistencia,

relacionados con las formas críticas de acumulación, exponen una movilización que tiende al desplazamiento, a fin de la explotación de trabajo, a un sentido de confinamiento territorial.

Palabras clave: frontera, movilidad del trabajo, confinamiento territorial, Monte Alegre, crisis del capital.

Introdução

Partindo de relações reproduzidas numa área de fronteira, buscamos tratar de aspectos da formação do trabalho no Brasil. Nesses termos, a fronteira exprime modificações na constituição de um território do Estado nacional no processo global de modernização capitalista, correspondendo ao movimento interno de expansão e aos limites geográficos da soberania estatal.

Através dessa tensão entre particularidade e totalidade, ajustar relações a um regimento que autoriza ou não falar do tema pode soar um tanto inapropriado. É por isso que convém retomar pesquisas sobre Monte Alegre (no noroeste do Pará), em que a bibliografia, por regra, está concentrada nas áreas de várzea. Os debates aqui levantados sintetizam parte de nossa dissertação de mestrado e elementos de trabalhos de campo realizados em 2017, que se embasaram em entrevistas abertas com lavradores que fundaram a comunidade rural do Limão e o PDS Serra Azul¹. Ao narrarem suas trajetórias de vida, como chegaram ao local que moram e como sobrevivem, esses sujeitos personificam momentos do desenvolvimento do trabalho como categoria capitalista e os limites desse processo.

¹ A dissertação foi defendida na Universidade de São Paulo em 2019, com o título “Transformações da fronteira na Calha Norte paraense” (LEAL, 2018), enquanto a pesquisa foi financiada pela Coordenação para o Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES).

A reunião dos depoimentos nos permite traçar a evolução das comunidades, de modo a organizar a apresentação do texto. Apesar do possível esquematismo, o intuito é nuançar práticas sociais que parecem transitar entre a continuidade e a ruptura com determinadas relações de produção. Dita contradição é interpretada conforme uma genealogia da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) na área, pela qual terra, trabalho e capital são autonomizados em categorias capitalistas e mercados aparentemente independentes entre si (MARX, 2017). A composição do Estado como regulador desses mercados, no território, permite distinguir mudanças no planejamento que são, por sua vez, referentes a conjunturas determinadas da reprodução capitalista, de formação à crise.

Historicamente falando, começamos descrevendo os acordos cooperativos de trabalho e de distribuição fundiária em sua relação com o comércio na comunidade do Limão. A procura de condições preexistentes na mata se realiza juntamente à demarcação de lotes e à construção da rodovia PA-254. Mas sobretudo a ampliação do consumo e da circulação de dinheiro, bem como a difusão de trabalhos ocasionais e complementares, impelem à operação de um mercado de terras e à ocupação de pontos sempre mais distantes da cidade. Tal expediente tende a continuamente se repor até o estabelecimento de um corredor de unidades de conservação ao norte. Assim, a alternativa de reorganizar as próprias condições de produção na fronteira vai se exaurindo, só que não exatamente pela incapacidade de tomar de posse a terra, e nem apenas devido ao frequente empobrecimento do solo. Novas políticas e a dependência de dinheiro entre os agentes apontam para formas de mobilização que, para além do deslocamento para a produção de valor, confina territorialmente os produtores (KLUCK, 2019).

Apontamentos sobre a formação do trabalho no Brasil

Interpretar o processo de formação e crise do trabalho leva a considerar a contradição entre distintos níveis de análise da fronteira, que cotejam a particularidade nacional brasileira com a esfera agrícola, a reprodução capitalista global e as relações de produção e de classe sob as quais os agentes se reproduzem. Tais relações são, além do mais, particularizadas em comparação com a diversidade das fronteiras e a áreas onde os mercados de terra, trabalho e capital parecem estritamente formalizados. Como fundamento do processo, a exploração do trabalho é o que confere sentido à autonomização desses mercados.

A mercadoria força de trabalho, na concepção de Gaudemar (1977), deve circular de acordo com as contingências do processo de valorização, mas se dispor no mercado como um ato da vontade de seu proprietário. O atributo de mobilidade, que subjaz exclusivamente ao trabalho, resulta do processo histórico que livra o produtor tanto das relações servis de dependência como de suas próprias condições de produção, o que o restringe à necessidade de se vender.

A formação da mobilidade do trabalho, na metrópole, pressupõe a produção de mercadorias tropicais com exploração de trabalho escravo e pela ocupação da fronteira na colônia (NOVAIS, 1983). Justamente aí, onde segundo Marx o produtor é dono dos meios de produção, e trabalha para si em vez de para o capital, é que a expropriação revela ser o segredo da acumulação (MARX, 2013, cap. 25).

Nessa medida, acompanha o poder de concessão de sesmarias, reservado à Coroa lusitana na América, um

desenvolvimento extensivo das relações capitalistas no território, que permanece após a Independência do Brasil. Mesmo na passagem do escravismo para o trabalho livre, com a promoção da tentativa de submeter o produtor pela precificação da terra no mercado, o assalariamento não se generaliza como forma (MARTINS, 1979). O comando da força de trabalho, face à alternativa da expansão da fronteira, deve se “fechar” em dinâmicas particulares, regionais, da produção de mercadorias (OLIVEIRA, 2008).

Sobretudo a partir de meados da década de 1950, entretanto, o processo de institucionalização do Estado, na configuração do território de exercício de sua soberania, interfere ativamente nos diversos arranjos político-econômicos regionais como amostras de atraso a ser superado. Ou seja, tais particularidades, articuladas em “arquipélagos” de mercado, mas não resolutamente integradas no território, devem ser homogeneizadas em padrões nacionalmente estipulados de reprodução do capital (OLIVEIRA, 2008).

Os esforços de modernização nos quais se institui o Estado nacional seguem, por sua vez, os níveis de produtividade regulados pela concorrência global. Aqui, a formação da classe trabalhadora é simultânea à produção de uma superpopulação excedente, relativamente subsidiária à valorização, que circula pelo território a depender da demanda por força de trabalho nos ciclos nacionais de acumulação (MARX, 2013). Em contrapartida, ao passo que tais ações procuraram impor o trabalho assalariado como a forma exclusiva da riqueza, na extração de mais-valia, elas nem por isso deixaram de reproduzir relações que pareciam permanecer com a reinserção da posse da terra em termos, por assim dizer, de espontaneidade dos produtores. Da perspectiva da formação categorial do capital, o planejamento visa operar mercados

autonomizados de terra, trabalho e capital, no território, à revelia de formas regionais de reprodução dos lavradores, mas em certo sentido mantendo-as ou reformulando-as. Tal contradição impulsiona a territorialização da fronteira em seus variados contextos.

A mobilização do trabalho na fundação da comunidade do Limão

O Limão, em Monte Alegre/PA, é uma das comunidades rurais beiradas à rodovia PA-254, que cruza de Oriximiná a Prainha e cuja construção comporta similitudes com outras estradas programadas para a Amazônia durante a ditadura militar. Seguindo o modelo de “espinha de peixe”, tais vias são abertas pelo Estado, cercadas de lotes destinados à colonização e intervaladas por ramais picados pelos próprios lavradores. Por repor formas de reprodução já ocorridas em outras áreas, essas relações não se realizam sobre um vazio.

Reunindo relatos de diferentes moradores, é possível delinear que o Limão se origina ainda no fim da década de 1950, com a vinda de ouremenses (do nordeste do Pará) por interesse de um comerciante de arroz. A posse comum das terras partilha de acordos na delimitação e distribuição fundiária que resgatam aquelas relações de trabalho de Ourém, primeiramente ordenadas na formação coletiva dos roçados e na construção das casas. Simultaneamente, as famílias subsistem com o empréstimo, no comércio, de dinheiro e de bens que elas não fabricam. O acesso a terra é “livre”, mas mediado pela necessidade de abastecimento que deve garantir a reposição das condições locais de produção.

Parte considerável, senão todos os nossos interlocutores, dedica-se na época de fundação da comunidade ao cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca, para subsistência e venda no comércio.

Também desfrutam de caça, extrativismo vegetal e pesca, apropriando-se das condições preexistentes nas terras ocupadas. A banha dos animais, criados soltos, é aproveitada para refogar e fritar alimentos, bem como, ocasionalmente, para fabricar sabão. O fogão é improvisado com latas de querosene, enquanto a lenha é queimada para preparar as refeições. Uma fração da madeira extraída no terreno é aproveitada na construção dos móveis (basicamente, uma mesa e bancos) e das casas, forradas com palha e compostas de sala, cozinha com jirau e um número variado de quartos. Quando podem, os moradores cavam cacimbas; se não, buscam água no igarapé do Limão, onde as mulheres lavam as roupas. Os dejetos são depositados no mato ou em fossa, enquanto as enfermidades são tratadas com ervas, raízes, cascas e banha na preparação de chás, emplastros, óleos e garrafadas.

A abertura dos terrenos demanda a ajuda mútua entre companheiros, com emprego de instrumentos e técnicas que podem exprimir um ritmo menos produtivo do trabalho familiar compensado pelo esforço coletivo. Os lavradores recorriam aos mutirões, localmente denominados “puxirum”, como narra um entrevistado:

Acabei com três terreno na mata só à custa das minhas mão. E meus filhos foram crescendo e me ajudaram [...] Eu, [a] bem dizer, era o chefe da mata. Pessoal me botava era de junto pra trabalhar, de derrubada. Me chamava pra mim administrar os trabalhador da derrubada [...] Sabe quando eu trabalhava? Dia trocado. Que nem, você tá apertado pra colher uma produção de legume, fazia aquele puxirum. Você sabe o que é puxirum? Muita gente junta trabalhando, fazia aquele puxirum e ia todo mundo trabalhar junto. Fazia aquele horror de serviço. Pode ser na colheita, na broca, na derruba...

Os mais experientes são designados chefes de turma, enquanto a troca de dias substitui uma contratação que demandaria um dinheiro que inexistia ali. Tal esforço abrevia o tempo para abrir roçados e produzir, até para aproveitar as temporadas mais adequadas ao plantio e à colheita – ao início e ao fim da estação chuvosa. Encerrados os serviços, o tamanho da família é uma variável de suma importância na manutenção da lavoura.

Segundo Araújo (1996, p. 246), nas comunidades recém-surgidas as tarefas coletivas são organizadas em arranjos de reconhecimento mútuo que “são, em primeiro lugar, grupos de mobilização do trabalho”. No geral, estes se formam com o deslocamento de indivíduos que se conhecem de ligações anteriores de parentesco, afinidade ou vizinhança e se reencontram numa nova frente. Os lavradores colocam força de trabalho à disposição com base na troca de coisas idênticas – por exemplo, mesmo número de dias de trabalho ou igual tipo de serviço –, que servem de “ajuda suplementar” a quem, caso contrário, trabalharia solitariamente (ibidem, p. 246).

A troca de coisas idênticas deve pressupor que os vizinhos se reconheçam como iguais entre si, mas talvez não se possa afirmar o mesmo com relação a quem fornece os instrumentos indispensáveis aos trabalhos. O comerciante não é dono das terras, de maneira a tributar o produto do roçado, tampouco expropria estes lavradores de sua base fundiária, explorando força de trabalho escravizando ou assalariando. Se o lavrador, como possuidor de parte dos meios de subsistência, a princípio desfruta de certa liberdade no trato de suas mercadorias, por ausência de comprador deve, conforme um entrevistado, “trabalhar e produzir e vender” para uma só pessoa. Logo, o problema é menos de quem possui os meios de produção do

que de quem pode presidir o trabalho pelo monopólio da circulação de mercadorias.

No Limão, o sistema funcionava com o empréstimo de dinheiro vertido em produtos no próprio armazém. Os lavradores precisavam adquirir a primeira leva de sementes de arroz, instrumentos de trabalho – terçado, enxada, foice, etc. – e outros artigos que não produziam, como querosene, espingarda, roupas e pólvora. A produção era entregue no comércio, cotada e descontada da quantia adiantada, resultando no endividamento ou até num saldo para o “freguês”. A base desses cálculos era a arbitrariedade do próprio “patrão”, mas justificada com os preços de mercados extrarregionais. Tal esquema, de acordo com Geffray (1996), cimenta um imaginário partilhado coletivamente de equivalência entre os agentes e de força imponderável do mercado, de onde sobressai uma ficção prática de igualdade.

Acompanha o acordo mútuo na divisão da terra a dilatação territorial da fronteira, narrada mediante o esgotamento da caça e a venda das benfeitorias. A terra não é, aqui, uma mercadoria regulada pelo rendimento que aparentemente provê a seu proprietário. Entretanto, já provavelmente no fim da década de 1960, o Estado inicia obras de loteamento que são alvo de conflitos, pois colonos japoneses que avançam das proximidades têm interesse nas terras onde se situaria a *rua* da comunidade – o local dos comércios.

É quando KT, um imigrante japonês que desembarca no Brasil aos oito anos de idade, em 1955², chega ao Limão. Ele compra

² Monte Alegre esteve entre as cidades amazônicas que recebeu colonos japoneses em meados do século XX, em duas levas subvencionadas por companhias migratórias. A dissertação de Ishizu (2007) informa que, de um grupo inicial de 32 homens jovens e solteiros chegados em 1931, restam apenas três durante a II Guerra; já entre os anos de 1953 e 1955, 126 famílias são instaladas pela Companhia Tsuji, em parceria com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, antecessor do INCRA), a noroeste da cidade (ibidem, p. 81-90). Acrescentamos uma

terrenos nos arredores e concentra cerca de 900 ha para o cultivo de pimenta-do-reino, contando, para tal, com a contratação sazonal de força de trabalho:

Tinha empreiteiro, tinha diarista. Aquele pessoal do Limão quase todo trabalhava pra japonesada, né. Era eu... mais ou menos umas cinco famílias atuava lá, né. Eu trabalhava com o pessoal lá; pimenta, tomate, produção de tomate. Por isso que hoje eles sabem plantar pimenta e tomate [...] Mas depois a gente entrou lá perto, começou a plantar pimenta, precisou de muita mão de obra. Usou muita mão de obra, desde criança, mulheres, tudo. Eu, quando tinha pimenta, tinha mais ou menos 120 pessoas trabalhando pra apanhar pimenta, durante dois ou quase três meses.

Correspondente à cooperação no puxirum, o dinheiro adquirido na diária representa um contraste sensível nas relações de trabalho. Em outra ocasião, suscitamos a hipótese de que essa capacidade de recrutamento se vinculava a trajetórias individuais de acumulação por agentes que já residiam na área. Possuir dinheiro, num contexto de pouca circulação monetária mas que se transformava, ia permitindo ser proprietário de terras e de força de trabalho alheia (LEAL, 2018).

Doravante, é de se perguntar se passa a operar um mercado fundiário, ainda que na consciência das personas seja a benfeitoria o objeto de transação. O “fiado” também não é exatamente anulado pela disseminação do pagamento de diárias – como se se tratasse de um resquício a ser eliminado ao longo da modernização –, ensejando constelações, ao contrário, que parecem sustentar as relações

última leva de três imigrantes que, já na década de 1960, chegam ao município diplomados em agronomia pela Universidade de Tóquio e por intermédio da JICA. Interessa ainda, reter que os japoneses fundaram a primeira cooperativa agrícola da cidade e se dedicaram principalmente ao cultivo de pimenta-do-reino e de jutasemente. Sobre a colonização japonesa na Amazônia e a importância das culturas de pimenta-do-reino e de juta, cf. esp. Homma (2016).

anteriores. Por sinal, um entrevistado comenta como a remuneração semanal no pimental era toda comprometida com a quitação junto ao armazém.

Tal situação difere daquela na qual o pagamento é obtido todo de uma vez, na colheita e segundo a arbitrariedade do comerciante. Este ainda guarda o poder de adiantar mercadorias a quem desejar, mas ao receber dinheiro de terceiros – não se trabalha para um só “patrão” – o “freguês” tem aberta a possibilidade de acessar um mercado mais amplo, inclusive com um rol de bens de consumo mais variado. O dinheiro é então capaz de, até segunda ordem, conferir a liberdade a seu possuidor de poupá-lo ou desembolsá-lo onde bem entender, se bem que se trate da imposição de outra relação de dependência, mais abstrata – e da qual logo trataremos.

Alguns dos que vendem suas terras ou benfeitorias seguem para a floresta, primeiramente sozinhos e em busca de caça e terras férteis, até encontrar um sítio considerado adequado nas margens de um igarapé. Quando, mais tarde, se concentra nessa nova frente a parentela e os vizinhos, novas comunidades são fundadas em torno de grupos de trabalho e de laços sociais pregressos.

Na retaguarda desse processo, parte dos recém-chegados é de meeiros que aguardam a possibilidade de apossar terras nas comunidades que vão surgindo. Ainda que a repartição do resultado do trabalho seja em produto, é possível que a meação represente, para o migrante, a oportunidade de acumular algum excedente por ventura necessário para abastecê-lo enquanto se instala na nova terra. Os mais antigos podem precisar dos serviços dos meeiros em seus terrenos enquanto ficam na *rua* com a família, de modo que os locais de trabalho e de residência se separam. Claro que permanece

possível a venda da força de trabalho em diárias, ao mesmo tempo que prossegue a demarcação fundiária e se inicia a construção da PA-254, no caso, pelos próprios moradores, que nem sempre recebem ordenados do Estado. A despeito de demarcação não significar titulação, a terra é comprada a dinheiro e relativamente concentrada, sendo voltada ao cultivo de pasto e à criação de gado.

Nessa configuração, a fronteira se estende por um ramal rumo nordeste, seguida de serviços de loteamento e, conseqüentemente, da estratificação fundiária. Em direção oeste, já no eixo da rodovia, os lotes são agrupados em dezoito setores no Projeto Integrado de Colonização (PIC) Monte Alegre, de 1971, sendo delimitado na margem direita o Setor Zero, na esquerda o Setor Um e assim por diante. Para sermos sucintos, mudanças na centralidade do comércio, a ação estatal e o emprego em obras públicas e na agricultura denotam a conexão entre as relações de trabalho e o dinheiro que vai presidindo a reprodução dos lavradores.

Fronteira e diversificação da mobilidade do trabalho

Como vimos, as relações de produção na comunidade do Limão são, de início, caracterizadas por acordos coletivos de distribuição fundiária e da divisão dos lotes, com emprego da família no cultivo dos roçados. Parte da produção é comprometida com o armazém local, que abastece os lavradores pelo empréstimo de dinheiro para aquisição dos instrumentos de trabalho e de bens não produzidos domesticamente. Ao passo que a expansão da fronteira é calcada na procura pela retomada da posse das próprias condições de produção, o funcionamento gradual do mercado fundiário impulsiona a expulsão de lavradores para pontos mais distantes na floresta. Em simultâneo, as colheitas variavelmente contam com a contratação de

diárias, que alteram as alianças pessoais estabelecidas com o comércio.

A difusão das diárias é argumentada por Oliveira (1991) como um meio de reposição do campesinato, no mesmo âmbito que a ajuda mútua e a parceria. Esses recursos, escreve o geógrafo, “garantem a complexidade das relações na produção camponesa”, “fundamentalmente articulada a partir da família” (ibidem, p. 56). A diária, como “trabalho acessório”, consiste na transformação periódica do camponês em assalariado, para compor uma “fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades” (ibidem, p. 57). Os fatores que levam à venda de força de trabalho, geralmente limitada à colheita, teriam que ser analisados caso a caso, pois nem sempre quem contrata é capitalista e quem se assalaria se encontra integralmente expropriado. Mas caso a relação venha a opor proletários a capitalistas, a posse ainda seria viável alhures:

[...] o camponês expropriado, que pela lógica do capital, deveria proletarizar-se, reconquista a autonomia do trabalho, ocupando novos espaços em terras sem ocupação. É nessa luta pela manutenção da condição de lavrador autônomo, pela conquista da posse que os posseiros, na luta contra o capital, vão construindo o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a posse, a terra de trabalho (OLIVEIRA, 1991, p. 71).

Esse excerto sintetiza em que medida o trabalho acessório pode divorciar dos meios de produção, restringir ao assalariamento e estipular o antagonismo de classe, problematizando que alternativas são abertas a partir da expropriação. Se as diárias suplementam o trabalho familiar nos mesmos termos que o puxirum e a meação, ao menos aqui elas repõem a autonomia camponesa na reiteração da posse que dilata a ocupação da fronteira.

Silva (1982), ao contrário, levanta o eventual fim da capacidade de posse por conta da precificação da terra no mercado. Nesse caso, a industrialização brasileira, além de historicamente ter intensificado a produção agrícola nas áreas já ocupadas, incorpora terras como se as fabricasse no processo. À abertura de cada parcela acompanha a maior intensidade de investimento de capital, de modo que o ritmo de expansão da fronteira é definido pelo nível da produtividade social:

Resumindo, a existência de “terras sem dono” na fronteira funciona como um regulador da intensificação da agricultura, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. Em sentido contrário, o custo adicional da intensificação pelo capital determina o ritmo da incorporação produtiva das terras na fronteira (SILVA, 1982, p. 116).

No elo estabelecido com o desenvolvimento das forças produtivas, o assim chamado “fechamento da fronteira” indica que “terras livres” não podem mais ser apropriadas por “pequenos produtores de subsistência” (ibidem, p. 117). Não pela inexistência, mas pela precificação e conseqüente definição jurídica da terra como propriedade. Na Amazônia, isso se daria mais “de fora para dentro” do que pela extensão de áreas cultivadas, já que a terra é privada da produção e resumida à função de “reserva de valor” e de “meio de acesso a outras formas de riqueza” ligadas à propriedade, sobretudo pela pecuária (ibidem, p. 117).

Diga-se de passagem, imputar valor a terra postula sobre a preexistência de trabalho numa noção de natureza, independentemente de relações que a produzam, regulada por uma média social metamorfoseante – o que é incabível à crítica do valor em Marx (2013). De resto, a vinculação entre a produtividade do

capital e a posse concreta da terra na fronteira, se bem que pese a contradição todo-parte, não segue uma generalidade que conduza a conclusões precipitadas?

De certo ângulo, as teses de Silva (1982) e de Oliveira (1991) se distanciam na medida em que, enquanto na última a possibilidade de restituição da posse é aberta, na primeira ela tende a um encerramento em função do mercado de terras. Em ambas as teorias, contudo, a conexão entre expropriação e expansão da fronteira está inserida numa imposição externa de relações capitalistas, o que corresponde às acepções dualistas de campesinato e de fronteira já criticadas por Musumeci (1988). Embora as condições camponesas de produção resultem da reposição contraditória do capital, tudo se passa como se operassem dois sistemas econômicos, de valores e de representações apartados e essencialmente distintos.

A rigor, no que toca à dita “autonomia do trabalho”, as relações mencionadas nunca deixaram de passar pelo sistema de empréstimos em monopólio do comércio patronal, que reitera formas regionais de reprodução do capital (OLIVEIRA, 2008). No Limão, observamos como a venda de terras e sua relativa concentração, tal qual a retomada da posse, não são incitadas “de fora”. A demarcação e a construção da rodovia, fomentadas pelo Estado, parecem intrínsecas à circulação monetária que entrementes transforma as relações da produção. Nesse caso, a intermediação do dinheiro age tanto na expulsão quanto na manutenção dos lavradores como donos de seus meios de produção.

Conforme Hébette e Marin (1981), esse processo de monetarização resulta da subordinação do capital mercantil amazônico à condição de agente produtivo do capital industrial global comandado do Centro-Sul do país. O mercado se expande com a

implantação de uma rede de comunicações que indiretamente dissolve, via comércio, as organizações produtivas anteriores (ibidem, p. 204). Os meios para circulação das mercadorias se multiplicam pela ampliação do consumo e pela movimentação do comércio, com a capilarização da rede bancária, consumo de bens industrializados e fomento direto do Estado – por exemplo, na concessão de crédito e da aposentadoria rural. Dessa maneira,

A demanda pelos bens ofertados no comércio encoraja um tipo de atividade que proporciona entradas de dinheiro vivo em ciclos reduzidos – atividades de retorno absolutamente oposto ao da agricultura sujeita ao ciclo anual de safras [...] A monetarização da economia leva assim o agricultor a desempenhar atividades complementares à agricultura e de pagamento imediato, ou atividades ocasionais, substitutivas, por tempo limitado (garimpo, por exemplo, estadia propositalmente temporária nas empreitadas de grande rotatividade de força de trabalho) (HÉBETTE; MARIN, 1981, p. 205-206).

No trecho acima, a monetarização, estimulada pelo planejamento estatal e pelo consumo de bens industrializados no comércio, conduz à busca por atividades “de retorno imediato” que completam ou substituem ocasionalmente a agricultura. Baumfeld (1984) acrescentaria que tal diversificação, nas formas de mobilização da força de trabalho, é marcada pela superexploração e alta rotatividade como traços característicos da formação do trabalho nos países de industrialização recente:

A própria dinâmica do setor de atividade precarizada vai implicar numa multiplicidade de ocupações em locais diversos, do terciário inferior à construção civil, de atividades ilegais às safras agrícolas, com intensidade de mobilidade temporal, ocupacional e espacial superiores às intensidades verificadas num mesmo espaço de

tempo nos países desenvolvidos (BAUMFELD, 1984, p. 31).

A existência dessa “superpopulação relativa de atividades precarizadas” é, por conseguinte, inserida na especificidade da esfera agrícola e da produção de renda fundiária. Visto que uma eventual restrição de acesso aos meios de produção acarretaria o aumento do preço da terra, o dispêndio de capital é compensado com a exploração mais acentuada de trabalho por intervalos mais curtos. Igualmente, os próprios “tempos de não trabalho” típicos da agricultura – por exemplo, o tempo de maturação de um cultivo – criam uma “base objetiva para formas diversificadas de mobilidade da força de trabalho agrícola” (ibidem, p. 34-35).

Se a relação de dependência abstrata assim imposta não se faz meramente extinguindo ou perpetuando certa forma de reprodução da fronteira, a genealogia da mobilidade do trabalho na área aponta para a variação dos meios empregados pelos lavradores para se reproduzirem. Seu sentido é o da passagem da fronteira, na reiteração de relações regionais, para a circulação, intermediada por dinheiro, de trabalhadores (em regra, excedentes), por um território que visa ser nacionalmente integrado por ação do planejamento.

Um gradual esgotamento ou uma renovação das possibilidades?

Residindo próximo ao Limão, MS, nascido em 1970, é o mais velho de seis filhos. Aos 19 anos, ele migra de Monte Alegre para garimpar ouro em Laranjal do Jari/AP, ingressando aos 23 como carpinteiro na Jari Florestal. Aos fins de semana, ajuda os colegas numa oficina da empresa, o que lhe permite aprender a fabricar parafusos e angariar, posteriormente, uma vaga de torneiro mecânico. Ao retornar à cidade natal em 2001, aos 31 anos, conhece

a esposa e vai morar em terras doadas pelo sogro, onde passa por adversidades que o levam a vender uma vaca e a comprar seu atual lote. A primeira casa é de palha, mas vendendo força de trabalho em diárias ele compra tijolos e constrói a residência em que vive com a família.

Com o comércio de diárias entre os próprios lavradores, temos a ampliação do consumo de artigos adquiridos a dinheiro. O terreno da residência, separado do roçado, é comprado com os ganhos embolsados da venda de uma vaca, o que atesta preços módicos para a terra na época. Se inicialmente a casa é de palha – que pode ser apanhada nas matas e capoeiras –, ela é substituída por tijolos que poderiam até ser fabricados domesticamente, mas que são obtidos no comércio.

Igualmente, produzir na terra vai demandando dinheiro na contratação das diárias e na mecanização, na compra de insumos, etc.; em resumo, no investimento de capital na terra. Essas formas de emprego da força de trabalho não excluem a família lavradora da possibilidade de cultivar e de se apossar, por assim dizer, dos meios pretéritos à produção. Em contrapartida, parece que não possuir dinheiro representa, cada vez mais, um grande infortúnio:

Pois é. Aqui mesmo nós não tem mais produção. Aí por falta de quê? Por falta de dinheiro. O que falta aqui pra nós? Nessa área aqui de terra, vai daí até bem aí assim pra lá, uns bom pedaço aí, muito boa pra mecanizar. Mas a gente não tem... eu não tenho condição. Essa área daqui assim, ó.

Relatos que ouvimos com frequência sublinham a necessidade de inversões para fomentar a produtividade da terra. Na avaliação de outro entrevistado, quem possui dinheiro pode comprar

o terreno de um vizinho depauperado e recuperá-lo para atulhamento com pastagem:

Quase não existe mais plantio, e vira pasto, só que tão virando áreas abandonadas, né, cara. Que vamos dizer: o pasto aí tem muita área que é 20%, 30% da área, cercada tudo. Mas a juqueira [vegetação daninha] tomou de conta, né. Então, quer dizer, hoje é aproveitado muito pouco da área [...] Aí esse produtor, ele foi se acabando, né, como diz a história. Ele foi vendendo gadinho, vendendo, vendendo, e aí ele tá chegando numa situação assim: que a cerca dele tá acabada, o pasto tá enjuquirado, a parte de documentação, que aí eu falo pra você, não procurou se regularizar, aí não consegue tirar financiamento pra recuperação no banco, não tem mais o gado pra fazer a recuperação por conta própria, e aí que ele acaba abandonando. Aí que entra o vizinho dele ou outra pessoa, que vai comprando essa área, vai procurando mecanizar, faz uma recuperação de área e vai saindo, né.

Nesse cenário, comunidades surgem e desaparecem rapidamente. A produção depende de investimentos constantes, a começar pelo licenciamento do terreno, e na forma de insumos, recuperação do solo e remoção de ervas daninhas. Também adicionaríamos inversões em irrigação, estocagem, planos de comercialização, etc., que poderiam ser financiados no banco. Na verdade, hoje, na maior parte dos casos o crédito rural dispensa o título de propriedade como garantia, prevalecendo outros recursos, como o aval da associação local; algo que não raro redundava em dívidas (LEAL, 2018, cap. 4.1).

A necessidade de investimentos de capital na terra manifesta a concorrência entre diferentes níveis de produtividade social, pelos quais, como nota Marx (2013, cap. 23), os que estão abaixo da média da produção são expropriados. Não obstante os produtores sejam forçosamente sujeitados ao processo, em nosso caso

eles podem ser expulsos sem necessariamente serem privados de suas condições de produção.

De toda forma, um expediente que faz frente a tal pauperização consiste no êxodo para a cidade. Número expressivo de expropriados que passam a morar na periferia de Monte Alegre subsiste com assistência de auxílios governamentais e pelo emprego eventual ou permanente de força de trabalho como mototaxistas, no pequeno comércio local, na pesca, na construção civil, etc., ou até como diaristas, vaqueiros e empregados de fazendas. Outros, por sua vez, possuem imóveis rurais e ora se dedicam mais a este ora trabalham na cidade³.

Outro recurso seria continuar a retomar a posse em pontos mais distantes. À primeira vista, essa possibilidade parece, porém, vetada pela delimitação de um mosaico de unidades de conservação ao norte, cujas raias são violentamente disputadas.

A propósito, na divisa sul de onde hoje é a Floresta Estadual (Flota) do Paru (fundada em 2006), lavradores lutam, desde 2005, pela regulação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul. O local esteve na mira de fazendeiros do sudoeste do Pará que, na busca por terras para extração ilegal de madeira e alocação de gado, desferiam ameaças e invadiram a reserva de manejo coletivo do assentamento. Passados determinados episódios de violência explícita, as tarefas de normalização se encaminham para seu

³ Por justificativas que atravessam do acesso a um leque de bens de consumo antes inexistente à necessidade de investimento na terra, é possível falar de uma indefinição dos limites entre o rural e a cidade nos termos comumente conhecidos? Não estamos pensando exatamente nas teses do “novo rural brasileiro” (Silva, 1999), nas quais a multiplicação dos serviços oferecidos no campo que antes eram atribuídos majoritariamente à cidade, como atividades turísticas e de lazer, pode servir como complemento monetário de famílias ou atividade de empresas especializadas. Nossa ênfase é mais em como o consumo de mercadorias e de serviços e equipamentos urbanos (nos termos de Castells, 2009) estipula, em sentidos variados, a reprodução do rural e de hábitos urbanos.

desfecho, embora a área de reserva permaneça grilada e jagunços ora ou outra rondem por ali (LEAL, 2018). Da mesma forma, empresas clandestinas ainda encomendam madeira extraída por moradores que veem, aí, a oportunidade de embolsarem dinheiro rapidamente.

O PDS responde hoje pela maior parte da produção agrícola de Monte Alegre (ibidem, p. 182). Basicamente, milho, feijão, banana, cacau, hortaliças e pimenta-do-reino são embarcados em caminhões de assentados, em viagens de cerca de seis horas, a dez reais por saca. A produção é negociada com atravessadores na cidade ou vendida em feiras organizadas pelos lavradores em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais. Caso os ganhos não sejam poupados, pagam o comércio local ou são gastos na cidade, na aquisição de instrumentos de trabalho, gasolina para geradores, gelo para conservar os alimentos, etc. ou mesmo em sabão, óleo, farinha e arroz – outrora fabricados em casa.

A manutenção da roça e o replantio são serviços via de regra reservados à família, mas a colheita pode demandar o pagamento de diárias. As mulheres vêm a tratar do cultivo com os homens e cuidam da criação de animais de pequeno porte, de tarefas domésticas e das crianças. Alguns recorrem complementarmente à Flota Paru para extrativismo de camu-camu, andiroba, óleo de copaíba, açaí, sementes de cumaru, látex de balata e, principalmente, castanha-do-pará. No caso, pais e filhos revezam a estadia na mata, abastecidos com artigos emprestados do comércio local que são pagos com o dinheiro obtido da venda dos bens coletados a intermediários.

O plano de manejo da Flota prevê termos de uso para assegurar o garimpo de baixa escala e o extrativismo aos lavradores, tal como prescreve a exploração de recursos e serviços florestais por empresas licitadas. Funciona no local apenas uma madeireira, mas

a expectativa é que o manejo seja ampliado e se incluam serviços ecoturísticos e a negociação de créditos de carbono. A tributação é revertida em fundos ambientais, distribuídos entre o município, o fundo estadual de conservação e os órgãos representativos das comunidades do interior e dos entornos da unidade (PARÁ, 2010).

Participa em maior ou menor grau da composição monetária das famílias as aposentadorias e o benefício por projetos assistenciais, não obstante o aguardo de crédito agrícola, a depender da conclusão do PDS. Esse modelo de assentamento expede certificados coletivos de uso que garantem os mesmos direitos de uma propriedade, com exceção da autorização para venda. Isso não impede a operação de um mercado fundiário local enquanto o INCRA prepara a documentação para quem, ao atender a critérios predefinidos, se encaixa no “perfil de agricultor”.

Através da classificação empreendida pelo Estado – que, desse ângulo, busca barrar a intensificação do mercado e da muito provável concentração fundiária –, os subsídios à reprodução, que até segunda ordem ensinam a permanência na mesma parcela de terra, são inexoravelmente financiados com dinheiro. Se a decretação de áreas protegidas pretende breçar a expansão da fronteira como posse de terras, ela também implica novos meios de gestão fundiária no fluxo de força de trabalho pelo território. Manifestamente, a administração de Estado não revoga a capacidade do lavrador de produzir e de subsistir da terra ao menos em partes; pelo contrário, ela parece até reforçar ou reformular essas possibilidades em certos sentidos. Em todo caso, o que temos proposto como argumento é relacionar o fenômeno à totalidade.

Mobilidade do trabalho e confinamento territorial

Durante a ditadura militar, a leitura sobre a diversificação da mobilidade do trabalho na esfera agrícola está atrelada à agenda econômica do regime e ao papel indispensável do sistema financeiro. Enquanto perdura o “milagre econômico”, o combate à inflação consiste, no retrato exibido por Oliveira (2013), em impedir que alterações nos custos de reprodução do trabalho sejam repassadas à produção. Os prejuízos são, então, transferidos para as classes baixas e ajustados por políticas de correção monetária. Em simultâneo, subsídios a grandes empresas pelas medidas, por exemplo, da SUDAM ou de bancos de investimento, permitiriam, para além da proteção dos mercados, a homogeneização de setores ainda não comandados pelo capital monopolizado. Nesse processo, o excedente produzido pelas famílias e pelas empresas é reencaminhado para o mercado financeiro, que passa a competir com a chamada “aplicação produtiva” do capital:

Assim, o superexcedente, que se contabilizava no nível das famílias e das empresas, como poupança e lucros não-distribuídos, dirigiu-se ao mercado financeiro, para a aplicação em papéis que, para uns, significavam aumento da renda e, para outros, possibilidade de viabilizar a expansão, o controle sobre outras áreas e setores da economia. Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas. Sem embargo, o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos (OLIVEIRA, 2013, p. 102).

Em suma, se antes a financeirização é um dispositivo acionado para retomar a acumulação, doravante disputa o uso do excedente social por meio da especulação com a produção de capital. Como destaca o autor, é a dívida o que vai sustentar a política nacional de incentivos fiscais, no ciclo de arrocho de salários e concentração de renda que renova as exportações e o apelo ao crédito externo (ibidem, p. 103).

Em consequência, o déficit orçamentário dos anos 1980 leva à retração dos incentivos e a novo aumento da carga tributária e da superexploração do trabalho. Respeitante à “questão agrária”, Costa (2000) assume que a crise fiscal deflagra a falência do modelo atrelado à grande empresa agropecuária, efetivado às expensas e em razão da expansão do campesinato na fronteira. Durante a reabertura do país, a unidade camponesa pode revelar-se mais produtiva que o latifúndio, de modo que os fomentos, em vez de voltados a companhias “de fora”, deveriam se dirigir a áreas de colonização mais antiga e abranger maior gama de ocupações (ibidem, p. 90-97).

A propensão para tal redirecionamento teria resultado da organização mais complexa dos movimentos sociais frente ao Estado, que deve se ajustar às demandas locais. O autor mostra como, porém, para o caso das linhas de crédito, a previsão de flexibilidade se choca com a prática dos bancos públicos, que liberam recursos, na maior parte das vezes, em favor de médios e grandes pecuaristas (ibidem, p. 97-98).

Tais fomentos expressam uma correlação de forças antagônicas, é claro, mas também interessa distinguir como subjaz à política a tônica na flexibilização, desde alterações na garantia e no pagamento de empréstimos até o atendimento com foco local. Sem

depreciar as reivindicações dos movimentos sociais, podemos extrair dos projetos estatais que, ainda apoiando a grande empresa, positivam as relações sob as quais se reproduzem os lavradores como se estas fossem, digamos, espontâneas.

O foco na “flexibilidade” por parte das medidas oficiais não é à toa caso comparado ao diagnóstico de Harvey (2012) do estágio de “acumulação flexível” do capital. Desde os anos 1970, ele argumenta, a organização do trabalho é respaldada primordialmente no sistema financeiro em ascensão e na desregulamentação dos mercados. Com isso, da mesma maneira, um conceito fragmentado de território vai substituindo o planejamento regional de grande magnitude (ibidem, cap. 4) – seria o caso falar de uma aplicação “cirúrgica” das medidas de planejamento?

O autor deixa em aberto se a “acumulação flexível” representa uma nova fase ou se caracteriza reparos transitórios desse capitalismo de fim de século. Sem excluir o plano histórico, a crise em Marx (2017) é imanente ao próprio conceito de capital, e é efetivamente expressa na análise da queda tendencial da taxa de lucro. Aqui, o aumento da razão de capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (força de trabalho), ou seja, o aumento da composição orgânica do capital determina que igual ou crescente taxa de mais-valia gerada por uma força de trabalho individual exprime uma taxa decrescente de lucro, enquanto cresce, ainda que não na mesma medida, o volume de valor do capital constante. A mesma massa de força de trabalho processa um volume sempre crescente de capital constante, barateando a produção que contém, entretanto, um quantum menor de trabalho para cada soma de capital (MARX, 2017, seção III). Assim, o crescimento da

produtividade contraditoriamente corresponde à exploração cada vez menor de trabalho, a ponto mesmo de dispensá-lo.

Kurz (2019) assinala que, da I Grande Guerra até o final da década de 1970, a exploração da substância real de valor, isto é, de trabalho, pode se expandir em função do crescimento da mais-valia relativa. Nessas circunstâncias, o capitalismo cresce, interna e externamente, em inclinação contrária à crise, reduzindo custos com a reprodução da força de trabalho pelo incremento das forças produtivas e pela extensão da logística social. Uma vez que essa capacidade é exaurida na revolução microeletrônica dos anos 1980, até mesmo os setores que apresentam lucratividade deixam de responder ao processo de criação de valor no conjunto da sociedade:

Em suma, pode-se dizer que com a revolução microeletrônica, cujo potencial está longe do esgotamento, a partir de inícios dos anos 80, juntamente com a expansão fordista, estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global. **Isto significa que hoje já não existe o mecanismo histórico de compensação**, que sustentou a expansão simultânea do trabalho improdutivo em termos capitalistas. Na verdade, **a base da reprodução capitalista já alcançou o seu limite absoluto, ainda que o seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal**. Mas, tal realização, já não se apresenta apenas como diminuição acentuada da taxa de lucro. Esta expressão indica, de fato, somente o modo como aparece o limite relativo da reprodução capitalista nas condições de uma massa absoluta de lucro ainda em crescimento (ampliação do modo de produção) [...] Ao mesmo tempo, **o processo de acumulação ainda continua, formalmente, por certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor** (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem

substância, nas suas diversas formas fenomênicas (KURZ, 2019, p. 85, **grifos nossos**).

Nesses termos, na imposição do limite à produção, o dispêndio da substância social do trabalho não coincide mais com sua forma representada no dinheiro. A produção de valor prossegue, mas já não remunera o necessário à valorização, tanto que a acumulação é doravante guiada pela geração de “capital fictício” e de dinheiro dessubstancializado.

Flexibilização e superfluidade do trabalho parecem, portanto, concatenados à reprodução fictícia do capital, e, com efeito, implicam mudanças no planejamento estatal. Retrospectivamente, podemos discernir a formação dos mercados nacionais de terra, trabalho e capital por meio da diversificação nas formas de mobilização do trabalho num território nacional. No processo, a interposição do capital fictício, na reprodução das relações de produção, é sucessivamente incontornável, mas isso se realiza variavelmente no conjunto das fronteiras. Em Monte Alegre, as formas de mobilização mais recentes passam, em maior ou menor grau, pela redistribuição de fundos e projetos que postulam uma espontaneidade que, inversamente, confina o lavrador a sua terra. Falando de outra perspectiva, a mobilização vai pendendo da produção ao consumo, a fim de reproduzir um dinheiro dessubstancializado.

Considerações finais

A apresentação de um percurso histórico nos serviu para problematizar a formação e a crise de condições determinadas da reprodução social fundadas no trabalho, mediante relações estabelecidas nas áreas de fronteira de Monte Alegre. A aparente

permanência e as modificações nas relações de produção são revisitadas por uma genealogia da mobilidade do trabalho, que passa às costas dos agentes e que determina as perspectivas e práticas aqui desenroladas.

Esse processo segue da fronteira como expediente de dinâmicas regionais (OLIVEIRA, 2008) ao planejamento pelo Estado, de início pela posse da terra, que não é monopólio de uma classe de proprietários. Entrementes, sem excluir a função anterior, ela atua na formação dos mercados de terra, trabalho e capital servindo de *locus* da superpopulação relativa nacional, pela diversificação da mobilidade do trabalho.

Dito doutra forma, a fronteira atravessa da sujeição na esfera da circulação, com extração do excedente pela classe dominante regional, para a venda de força de trabalho por uma sujeição impessoal ao dinheiro. Finalmente, agora confirmando a determinação anterior a partir da totalidade do capital, tais modificações culminam na progressiva incapacidade de incorporação de trabalho no processo produtivo.

Assim, foi permitido destacar uma reprodução cada vez mais intermediada por fomentos estatais que pretendem fixar os lavradores, mesmo que guardada a continuidade com certa espontaneidade em relação ao mercado. A relação de capital não deixa de mobilizar. Isso porque via planejamento, para além da exploração em função da produção, o consumo fomentado por programas de assistência se levanta como momento, digamos, de uma gestão de crise. Nesse aspecto, a conservação ambiental pode ser encarada como outro meio de operar a terra como mercadoria, e, igualmente, de financiar o Estado quando o limite da valorização já foi atingido.

Diante disso, terminamos por indagar se há um esvaziamento de sentido na espoliação da terra que compele à incorporação de trabalho no avanço da fronteira. Sem dúvida, expulsões e tomada de terras por posse ou grilagem ainda acontecem, mas se elas remetem à formação categorial do capital – ou à sua autonomização –, esbarram no limite interno absoluto da valorização. A violência não se realiza só com a retirada à força, pois a mobilização também confina e reitera a representação de espontaneidade do lavrador (KLUCK, 2019). Essa forma da mobilidade respalda uma exploração de trabalho insuficiente para remunerar os juros que financiam o Estado e a reprodução capitalista, desvelando a crise da acumulação. Mobilidade, então, que tende a se encaminhar para outros mecanismos de reprodução, também fictícios talvez.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Roberto. “Fondation d’un lieu et rapports de domination”. In: LUSOTOPIE. *L’oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996.
- BAUMFELD, Carlos M. “Formação do trabalho: mobilidade e imobilização da força de trabalho na agricultura brasileira. ‘Uma análise crítica da formulação de Gaudemar’”. *Anuário do instituto de geociências* vol. 8 n.1, p. 25-45, 1984.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2009.
- COSTA, Francisco de A. “Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO”. In: TURA, Letícia R.; _____. (orgs.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília jurídica/FASE, 2000.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GEFFRAY, Christian. “Le modèle de l’exploitation paternaliste”. In: LUSOTOPIE. *L’oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: investigação sobre a origem de nosso tempo*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Elizabeth A. “Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília”. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro: ABEP, 1981.

HOMMA, Alfredo Kingo O. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília: Embrapa, 2016.

ISHIZU, Tatsuo. *Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre – 1926-1962*. Dissertação de mestrado. Belém: CFCH-UFPA, 2007.

KLUCK, Erick Gabriel J. *Quando o planejamento vai para o brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2019.

KURZ, Robert. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global”. *Geografães*, vol. 18 n. 1, p. 55-115, 2019.

LEAL, Daniel N. *Transformações da fronteira na Calha Norte paraense*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2018.

LEITE, Ana Carolina G. *O campesinato do Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese de doutorado. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2015.

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Lech, 1979.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital*. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta: campesinato, colonização “espontânea” e patronagem na Amazônia oriental*. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1988.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *A noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARÁ. *Plano de manejo da Floresta Estadual do Paru*. Belém: Imazon/Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2010.

SILVA, José G. da. *Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Submetido em: 30 de março de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de maio de 2020.

Aprovado em: 11 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

LEAL, Daniel Nunes. Fronteira e mobilidade do trabalho em Monte Alegre/PA: deslocamento e confinamento territorial. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 654-685, jan.-jun./2020.

TERRITORIALIDADE INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL

INDIGENOUS TERRITORIALITY IN RIO GRANDE DO SUL

TERRITORIALIDAD INDÍGENA EN RIO GRANDE DO SUL

FERNANDO ERNESTO BAGGIO DI SOPRA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) – Tramandaí/RS.
E-mail: baggio.funai@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda aspectos referentes à territorialidade indígena no Estado Rio Grande do Sul, buscando identificar territórios-zona e territórios-rede intrínsecos aos povos indígenas Kaingang, Charrua e Mbyá Guarani. Após uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de território, foram sistematizadas as recentes territorializações indígenas no Rio Grande do Sul, as quais, sobrepostas, configuram-se numa multiterritorialidade indígena mais ampla e abrangente. Posteriormente, são analisados três estudos de caso envolvendo indígenas Kaingang: um acadêmico, um cacique de retomada de terra tradicional e uma liderança cuja família reterritorializou-se em uma metrópole. No primeiro caso, são transcritos trechos do TCC do indígena Douglas Jacinto da Rosa, no qual constam conceitos como Jykrê e Nanh Ga, bastante úteis para a compreensão da territorialidade Kaingang. Por fim, são transcritos trechos de entrevistas realizadas com duas lideranças Kaingang: Maurício Salvador, da retomada da Floresta Nacional de Canela/RS, e João Carlos Padilha, da comunidade Kaingang de Porto Alegre e da Terra Indígena Borboleta, reivindicada por seu povo.

Palavras-chave: territorialidade, indígena, Kaingang. Charrua, Mbyá Guarani.

Abstract: This article addresses aspects related to indigenous territoriality in the State of Rio Grande do Sul, seeking to identify territories-zones and network territories intrinsic to the indigenous peoples of Kaingang, Charrua and Mbyá Guarani. After a brief bibliographic review regarding the concept of territory, the recent indigenous territorializations in the Rio Grande do Sul were systematized, as they, overlapping, are configured in a wider indigenous multiterritoriality. Subsequently, three case studies involving Kaingang Indians are analyzed: an academic, a chief of traditional land retaking and a leader whose family has reterritorialized itself in a metropolis. In the first case, excerpts from the TCC of the indigenous Douglas Jacinto da Rosa are transcribed, containing concepts such as Jykrê and Nanh Ga, which are very useful for understanding Kaingang territoriality. Finally, excerpts from interviews with two Kaingang leaders are transcribed: Maurício Salvador, from the resumption of the National Forest of Canela/RS, and João Carlos Padilha, from the Kaingang community in Porto Alegre and from the Borboleta Indigenous Land, claimed by his people.

Keywords: territoriality, indigenous, Kaingang, Charrua, Mbyá Guarani.

Resumen: Este artículo aborda aspectos relacionados con la territorialidad indígena en el Estado de Rio Grande do Sul, buscando identificar territorios-zonas y territorios de red intrínsecos a los pueblos indígenas de Kaingang, Charrua y Mbyá Guarani. Después de una breve revisión bibliográfica sobre el concepto de territorio, se sistematizaron las recientes territorializaciones indígenas recientes en Rio Grande do Sul, que, traslapadas, se configuran en una multiterritorialidad indígena más amplia e integral. Posteriormente, se analizan tres estudios de caso que involucran a indios Kaingang: un académico, un jefe de recuperación de tierras tradicional y un líder cuya familia se ha reterritorializado en una metrópoli. En el primer caso, se transcriben extractos del TCC de los indígenas Douglas Jacinto da Rosa, que contienen conceptos como Jykrê y Nanh Ga, que son muy útiles para comprender la territorialidad de Kaingang. Finalmente, se transcriben extractos de entrevistas con dos líderes de Kaingang: Maurício Salvador, de la reanudación del Bosque Nacional de Canela/RS, y João Carlos Padilha, de la comunidad de Kaingang en Porto Alegre y de la Tierra Indígena Borboleta, reclamada por su pueblo.

Palabras-clave: territorialidade, indígena, Kaingang, Charrua, Mbyá Guarani.

Introdução

Antes de abordarmos o tema da territorialidade indígena no Estado do Rio Grande do Sul, necessitamos previamente explicitar algumas questões conceituais referentes à concepção de “território” utilizada no presente artigo.

Para Marcelo Lopes de Souza, o território é concebido “por e a partir de relações de poder”. Ou seja, o território caracteriza-se como a dinâmica sociopolítica materializada no espaço, resultante das interações entre os coletivos sociais e a natureza. Nesse sentido, Souza (2009) associa os processos de desterritorialização aos processos de desenraizamento sociocultural de indivíduos ou grupos no espaço geográfico, mas salienta a relevância das questões propriamente relacionadas ao poder político, na constituição dos territórios.

Rogério Haesbaert (2003), por sua vez, destaca a existência de territórios-rede espacialmente descontínuos e fragmentados, porém socialmente coesos. Ao contrário dos territórios-zona, delimitados cartesianamente no espaço, os territórios-rede caracterizam-se por serem mais fluidos e flexíveis, não apresentando necessariamente uma delimitação rígida e estática.

Para Haesbaert (2005), a mobilidade possui relevância fundamental nas análises referentes à territorialidade, pois fluxos, trajetos, circulações e deslocamentos também configuram-se como partes integrantes da territorialidade de determinado grupo social. Pode-se assim dizer que o trajeto percorrido com frequência por determinado povo indígena, por exemplo, com o tempo torna-se

também seu território tradicional. Nessa concepção, o território caracteriza-se por ser descontínuo e fragmentado no espaço, interconectando áreas fixas, áreas temporárias e os trajetos percorridos entre ambas. Em tais fluxos, as cidades, ou aldeias, podem também representar “nós”, ou pontos de convergência e de apoio, na estrutura do território-rede.

Conforme Haesbaert (2004), a fluidez inerente aos territórios-rede pode significar algo mais benéfico para determinado povo, do que a manutenção de um território fixo, com suas fronteiras rígidas e delimitadas. Vale ressaltar que um território fixo exige um esquema de defesa de limites e fronteiras, enquanto um território-rede assume feições mais fluidas, possibilitando uma maior liberdade de deslocamento no espaço geográfico.

Em boa parte das análises territoriais, as desterritorializações acabam sendo compreendidas como a extinção de determinado povo ou grupo social, no entanto o coletivo desterritorializado comumente reorganiza-se e tende a se reterritorializar num espaço distinto. Nesse sentido, os territórios-rede sobrepostos a territórios-zona podem servir como abrigo provisório para os povos recém-desterritorializados de seus territórios tradicionais.

No caso específico do Rio Grande do Sul, podemos citar os indígenas Kaingang e Mbyá Guarani, cujos territórios-rede espalham-se pelo Estado inteiro e permitem que os indígenas reterritorializem-se com frequência, mantendo vínculos territoriais com diversas aldeias, além de manter os novos vínculos territoriais criados com os centros urbanos. Nesse contexto, podemos identificar elementos ligados à multiterritorialidade nas andanças indígenas pelo Rio Grande do Sul, onde muitas vezes o indígena possui parte

da família vivendo em uma aldeia situada no interior do Estado e ao mesmo tempo ele estuda e vive na capital, além de territorializar-se provisoriamente em acampamentos de retomada de terras tradicionais, durante suas férias e finais de semana. Ou seja, o indígena no Rio Grande do Sul consegue ativar diversas territorialidades concomitantes e complementares, adaptando-se às imposições da sociedade não-indígena e recriando formas de ocupar tradicionalmente novos e antigos territórios.

Vale também ressaltar que o conceito de “divisão territorial” muitas vezes se confunde com a divisão político-administrativa, porém há casos em que a fronteira territorial transcende a fronteira política, feito o território tradicional Mapuche, por exemplo, que abrange partes do Chile e da Argentina, ou o território tradicional Mbyá Guarani, que abrange porções da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do sul do Brasil.

Percurso metodológico

Após a definição do conceito de “território” a ser utilizado no presente trabalho, buscou-se compreender aspectos da territorialidade indígena no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas. Houve a necessidade de diferenciar os três povos indígenas que atualmente habitam o Rio Grande do Sul: os Charrua, os Kaingang e os Mbyá Guarani, em decorrência de que cada povo possui sua própria territorialidade, distinta das demais.

Buscando conseguir visualizar com maior nitidez e amplitude o atual contexto territorial indígena do Estado do Rio Grande do Sul, optou-se pela realização de entrevistas com lideranças indígenas, tendo em vista a importância em

compreendermos a perspectiva protagonizada pelas múltiplas narrativas indígenas acerca dos fatos históricos. Do mesmo modo, optou-se por utilizar como referencial bibliográfico a obra de um antropólogo indígena pertencente à etnia Kaingang.

Assim, são analisados três estudos de caso envolvendo indígenas Kaingang: um acadêmico, um cacique de retomada de terra tradicional e uma liderança cuja família reterritorializou-se em uma metrópole. No primeiro caso, são transcritos trechos do TCC do indígena Douglas Jacinto da Rosa, no qual constam conceitos como Jykrê e Nanh Ga, bastante úteis para a compreensão da territorialidade Kaingang. Por fim, são transcritos trechos de entrevistas realizadas com duas lideranças da etnia Kaingang: Maurício Salvador, da retomada da Floresta Nacional de Canela/RS, e João Carlos Padilha, que é uma das lideranças da comunidade Kaingang de Porto Alegre/RS e da Terra Indígena Borboleta, cuja demarcação é reivindicada por seu povo.

Embora não tenham sido realizadas entrevistas com indígenas pertencentes às etnias Charrua e Mbyá Guarani, o presente artigo buscou sistematizar aspectos relacionados à territorialidade dos mesmos, contidas em artigos e livros acerca do tema.

Por fim, foram também realizadas pesquisas junto aos dados públicos disponibilizados por instituições que trabalham com povos indígenas, feito a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul

Buscando compreender as dinâmicas territoriais indígenas (Kaingang, Charrua e Mbyá Guarani) no Rio Grande do Sul, é necessário previamente contextualizarmos a questão territorial

indígena no Estado. Os indígenas da etnia Charrua, por exemplo, no início da colonização da América ocupavam territórios situados na região do Pampa, abrangendo partes da Argentina, do Uruguai e do sul e sudoeste do Rio Grande do Sul. De certa forma, podemos afirmar que deterministicamente o povo indígena Charrua constituiu-se por meio das relações entre o coletivo social e o espaço geográfico pampeano.

Nesse sentido, de acordo com Becker (1982), vale ressaltar que os europeus que colonizaram o Rio Grande do Sul a partir do século XVI trouxeram para cá bois e cavalos, os quais acabaram espalhando-se por grande parte do Estado. Deparando-se com milhares de cabeças de gado vivendo livremente pelo Pampa, os indígenas Charrua acabaram criando vínculos fortíssimos com o gado: a carne de boi passou a se constituir como base alimentar do povo Charrua, o couro do gado passou a ser utilizado como vestimenta e cobertura das suas habitações, e os cavalos passaram a servir de montaria (transporte) aos indígenas Charrua.

Por sua vez, os indígenas pertencentes à etnia Kaingang viviam tradicionalmente nas áreas situadas nas porções norte e noroeste do atual Rio Grande do Sul, no Planalto que se estende até o sul de São Paulo, caracterizadas fundamentalmente pela presença de seculares araucárias, das quais os Kaingang coletavam pinhões, que se constituíam como a base alimentar deste povo. Tendo em vista que no início do século XX as áreas Kaingang foram demarcadas em formas de “ilhas” deixando fora de seus limites as matas nativas que se localizavam entre as aldeias, ao contrário do que ocorreu na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, a qual foi demarcada continuamente, as terras indígenas Kaingang situadas no atual Estado do Rio Grande do Sul contemplam apenas áreas

relativamente pequenas, quando comparadas à demarcação da Raposa Serra do Sol ou ao Parque Indígena do Xingu e às terras Kayapó na divisa entre Mato Grosso e Pará, por exemplo.

Em relação às formas de ocupação territorial, o pensador indígena Davi Kopenawa questiona o raciocínio não-indígena que legitima a demarcação em “ilhas”:

Depois de Manaus e Brasília, conheci São Paulo. Foi a primeira vez que viajei tão longe por cima da grande terra do Brasil. Compreendi então o quanto é imenso o território dos brancos para além de nossa floresta e pensei: “Eles ficam agrupados numas poucas cidades espalhadas aqui e ali! Entre elas, no meio, é tudo vazio! Então por que querem tanto tomar nossa floresta?” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 387).

Praticamente “confinados” em pequenas áreas demarcadas em “ilhas” no norte do Rio Grande do Sul, os Kaingang começaram a guerrear entre si, em disputas clânicas ou familiares, buscando o domínio das referidas terras. Tal dinâmica territorial pode ser verificada em obras como *“A guerra dos bugres: a saga da nação caingangue no Rio Grande do Sul”* (1986), de Carlos Wagner, Humberto Andreatta e André Pereira, que retrata um contexto de disputas internas pela liderança na Terra Indígena Guarita, bem como as relações entre Kaingang, a sociedade não-indígena e o poder público, as quais comumente eram desfavoráveis aos indígenas.

Com a chegada dos colonos europeus, a pressão pelo usufruto das terras Kaingang aumentou, fazendo com que muitos indígenas comessem a arrendar suas terras tradicionais para colonos que cultivam soja transgênica, por exemplo. Nesse contexto, muitas matas nativas de domínio do povo indígena Kaingang foram sendo arrendadas a colonos descendentes de europeus, que

devastaram extensas áreas de matas nativas e as substituíram por extensas monoculturas de soja.

Com a substituição de matas nativas por monoculturas de soja, ocorreram muitos conflitos internos nas próprias comunidades Kaingang, fazendo com que muitas famílias Kaingang fossem obrigadas a sair de suas terras tradicionais demarcadas no Norte do Estado, migrando para a Serra, para o litoral, para os Vales do Caí e Taquari e para a região metropolitana de Porto Alegre/RS, onde passaram a lutar pela posse de terrenos e pequenos pedaços de terra junto às Prefeituras Municipais e ao Governo do Estado. Nesse sentido, vale ressaltar que o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), entre 2011 e 2014, adquiriu setes pequenas terras aos indígenas Kaingang, como parte do Plano Básico Ambiental (PBA), no âmbito as ações de mitigação de impactos decorrentes da duplicação da BR 386. Nesse processo, foram adquiridas terras para as comunidades Kaingang de Estrela/RS, Tabaí/RS, Lajeado/RS, Farroupilha/RS, São Leopoldo/RS e Porto Alegre/RS.

O terceiro grupo étnico de indígenas que habita o Rio Grande do Sul, denominados Mbyá Guarani, tradicionalmente ocupa áreas de mata atlântica seja na região litorânea ou nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí. Exímios agricultores, foram os Guarani os responsáveis pela disseminação de várias espécies de alimentos pelo nosso Estado. De forma genérica, podemos dizer que os Guarani ocupam tradicionalmente quase todo o Estado do Rio Grande do Sul, com exceção do Pampa e das Florestas com Araucárias, estas de ocupação tradicional Charrua e Kaingang. Atualmente os Guarani possuem aldeias constituídas no litoral do Estado, na região metropolitana de Porto Alegre, na região de Santa Maria, na região

das Missões e também no norte do Estado, como é o caso da aldeia Guarani situada na Terra Indígena Guarita, demarcada tradicionalmente para o povo Kaingang.

Outro fato interessante são as toponímias Guarani existentes na região: grande parte do nome dos rios possui origem etimológica na língua Mbyá Guarani, na qual a letra “y” significa “rio, água”. Assim os rios do Rio Grande do Sul possuem nomes como Jacuí, Ibicuí, Inhanduí, Taquari, Caí, Vacacaí e tantos outros mais terminados em “i”, ou “y” no original em língua materna Mbyá Guarani. Tais toponímias revelam um dado interessante: os rios constituíam-se territórios tradicionais dos indígenas Mbyá Guarani. Existem também no Rio Grande do Sul, porém em número reduzido, nomes de rios originados na Língua Kaingang, como o Arroio Fão, que deriva de “fag”, cujo significado é araucária.

Através das toponímias dos rios sul-riograndenses, pode-se perceber aspectos da territorialização Guarani no espaço, entranhando-se no espaço pelas suas vias fluviais, feito veias que carregam a cultura pelo território. Assim, podemos supor que a territorialidade Guarani relaciona-se intrinsecamente com os rios e com a mata atlântica, do mesmo modo que a territorialidade Charrua identificava-se com os campos pampeanos e que a territorialidade Kaingang relaciona-se com o planalto e as florestas com araucárias.

Por sua vez, os indígenas da etnia Charrua, expulsos de suas terras tradicionais situadas na região sul/sudoeste do atual Estado do Rio Grande do Sul durante o processo colonizatório, viram-se obrigados a reterritorializarem-se na região de Porto Alegre/RS, onde fundaram a Aldeia Polidoro Charrua em uma área de 8,4 hectares disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, no bairro Lomba do Pinheiro. Nesta reterritorialização, os Charrua

depararam-se com um ambiente totalmente distinto de onde viviam: em vez dos campos ondulados pampeanos repletos de gado livre, depararam-se com uma metrópole em meio a um Bioma distinto, com recursos naturais também distintos, em meio à região de Mata Atlântica. Desse modo, os Charrua viram-se obrigados a deixar o gado de lado e começaram a dedicar-se ao plantio de pequenos roçados de mandioca, banana, feijão e outros alimentos mais, diferentes dos que existiam em seu território ancestral localizado no Pampa.

Outro aspecto que provavelmente causou estranheza aos Charrua nessa recente reterritorialização refere-se à disponibilidade de plantas medicinais nativas utilizadas pelos indígenas, já que na Mata Atlântica tanto as frutas como as plantas medicinais são distintas das que existem no Pampa. Acostumados a viver livres, seminômades pelo Pampa, os Charrua encontram-se em processo de gradativa adaptação ao semi-sedentarismo inerente ao enraizamento de seu povo em uma aldeia situada na região periférica de uma metrópole feita Porto Alegre/RS.

Conforme Vidart (2010), o povo indígena Charrua vivia em constantes reterritorializações pelos vastos campos pampeanos, no que poderíamos configurar como um extenso território-zona, no interior do qual, diversos grupos de indígenas seminômades coexistiam com seus micro-territórios-rede, constituindo um imenso território-zona pampeano. Ou seja, numa escala local os Charrua viviam em territórios-rede itinerantes e descontínuos no espaço, em territórios muitas vezes sobrepostos ao território de algum outro grupo indígena pampeano, feito os Guenoa, os Mbohane, os Jaró, os Minuano e vários outros que acabaram extintos no processo de colonização afro-europeia do atual Estado do Rio Grande do Sul. Após

viver durante vários séculos no Pampa, os indígenas Charrua reterritorializaram-se em Porto Alegre, num rígido território-zona com menos de nove hectares de área, onde não é possível a existência de rebanhos bovinos livres pelo campo, para sustentar a comunidade indígena e prover couro de boi para fabricar roupas, bolsas, artesanato e outros utensílios mais.

Por sua vez, após a demarcação das terras tradicionais do povo indígena Kaingang na região norte/noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, os indígenas Kaingang também foram obrigados a reconfigurar sua territorialidade, antes delimitada pelas limites “orgânicos” com os territórios de outros grupos indígenas, e posteriormente delimitada cartesianamente no espaço, por meio da demarcação estatal de terras indígenas.

Os limites da terra indígena podem ser analisados sob duas perspectivas: a externa, pela qual representa um limite para frear o capitalismo desenvolvimentista, e a interna, pela qual o limite significa uma fronteira que impede o território indígena de se expandir e seguir seu rumo orgânico e evolutivo no espaço. Vale salientar que a territorialidade orgânica indígena não pode ser considerada estática, mas sim deve ser sempre relevada seu caráter volátil, seja adaptando-se ou conquistando espaços dotados de ambientes naturais e socioeconômicos distintos.

Nesse sentido, vale ressaltar que os indígenas Kaingang acabam territorializando-se também no movimento, ou seja, o trajeto no deslocamento entre duas aldeias acaba tornando-se território, pois tanto o ambiente indigeniza-se por meio do plantio de sementes pelo caminho, como também o indígena apropria-se simbolicamente deste caminho/território, criando assim caminhos tradicionais, e tais fluxos e circulações de indígenas acabam imprimindo sua identidade

no espaço. Com o tempo, podem surgir novas aldeias no meio do trajeto entre duas aldeias já existentes, acarretando o surgimento de novos caminhos entre ambas, além de novas trilhas em busca de recursos naturais, que acabam expandindo o território tradicional indígena. Essas novas trilhas, por sua vez, possivelmente adquirirão aspectos da identidade cultural indígena em diversos elementos da paisagem, consolidando ainda mais a presença indígena no espaço, fortalecendo as redes entre os vários territórios e constituindo, em escala macro, um imenso território tradicional zonal, formando por diversos micro-territórios tradicionais articulados em redes, os quais se expandem e se contraem, conforme ocorrem transformações ambientais e socioeconômicas no entorno. O território, desse modo, acaba tornando-se um escudo de resistência à expansão do capitalismo desenvolvimentista.

Analisando especificamente a territorialidade Kaingang no Rio Grande do Sul, de acordo com Kern (1994) podemos dizer que há vários séculos os antepassados dos Kaingang ocupavam grande parte do Planalto, da Serra e dos Campos de Cima da Serra, na região onde localizam-se sítios arqueológicos da Tradição Taquara, caracterizados pela presença de casas semi-subterrâneas e de araucárias. Nas escavações arqueológicas nestas regiões, é comum encontrarem restos de pinhão, que se constituía como a base alimentar dos povos da Tradição Taquara, que vieram posteriormente se tornar os indígenas Kaingang. Praticamente todas as retomadas de terras tradicionais Kaingang no atual Estado do Rio Grande do Sul caracterizam-se por serem localizadas em áreas com presença de floresta com araucárias, tal como a recente retomada na Floresta Nacional de Canela/RS. As antigas aldeias dos antepassados dos atuais Kaingang eram constituídas por várias

casas semi-subterrâneas em áreas elevadas, com túneis interconectando tais casas, comumente próximas a alguma Floresta com Araucárias.

Comparando com a habitação tradicional dos indígenas Mbyá Guarani, por exemplo, construídas com barro e madeira perto de cursos fluviais, as casas semi-subterrâneas dos Kaingang possuem características bastante distintas: o fato das casas serem “enterradas” servia para proteger os indígenas dos fortes ventos gelados, característicos do rigoroso inverno sul-rio-grandense, além de também servir para proteção do grupo contra possíveis inimigos, pois as casas escondem-se abaixo do solo. Já as habitações tradicionais Charrua, por sua vez, caracterizavam-se por toldos cobertos com couro de gado, característica esse que fortalecia o caráter seminômade deste povo indígena, acostumado a percorrer a vastidão do Pampa a cavalo e fixar-se temporariamente onde houvesse abundância de gado para alimentar-se.

Após a demarcação das terras tradicionais Kaingang no norte/noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, as relações entre indígenas e não-indígenas modificaram-se profundamente: em lugar dos conflitos físicos pela posse da terra, tornaram então a selar contratos de arrendamento das terras indígenas para o plantio de monoculturas de soja, essencialmente. O lucro de tais arrendamentos concentra-se até hoje na mão de poucas lideranças, enquanto a maior parte das comunidades Kaingang perdeu suas matas nativas para caçar e coletar alimentos, ficando também praticamente sem espaço para plantar roçados de subsistência. Sem terra para sobreviver, muitos Kaingang resolveram partir para outras regiões do Estado, em busca da retomada das terras tradicionais de seus antepassados. Nesse movimento, ocorreram diversas reterritorializações, como em

Farroupilha, em Bento Gonçalves, em Canela, no Vale do Taquari e do Caí, e até na região metropolitana de Porto Alegre. Além das reterritorializações em áreas tradicionais ocupadas por seus ancestrais, os Kaingang passaram a expandir-se territorialmente ao sul, ocupando áreas em Santa Maria, em Rio Grande e Pelotas, na região sul do Estado.

No verão, quando boa parcela da população riograndense desloca-se para as praias litorâneas, os Kaingang passaram também a migrar sazonalmente para o litoral do Estado, com o objetivo de comercializar seu artesanato tradicional aos veranistas e, assim, gerar renda para suas famílias sobreviver. Vale salientar que em virtude da inexistência de áreas para caçar, coletar e cultivar seus alimentos, os Kaingang dependem quase que exclusivamente da confecção e comercialização de artesanato tradicional, fabricado com cipós, taquaras, sementes e outras matérias-primas mais. Nesse sentido, vale também salientar que até poucas décadas atrás o elemento mais importante existente num território para o povo Kaingang era a presença de araucárias, da qual coletavam pinhões, e atualmente os recursos naturais mais importantes numa área a ser retomada pelos Kaingang passaram a ser cipós e taquaras, com os quais os indígenas podem confeccionar artesanato, gerar renda e assim sustentar suas famílias. A proximidade com os centros urbanos também passou a ser considerado um fator diferencial na escolha das áreas a serem retomadas/conquistadas pelos Kaingang, bem como o apoio disponibilizado pelas Prefeituras Municipais.

Sobre as diferenças e semelhanças entre a vida do indígena na aldeia e na cidade, o pensador indígena Ailton Krenak traz algumas considerações importantes referentes à territorialidade e ao

confinamento, proferidas em razão do atual contexto de pandemia de Covid-19:

A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reserva de 4 mil hectares – que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita –, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez resistentes. Como posso explicar a uma pessoa que está fechada a um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas eu já plantei milho, já plantei uma árvore... (Krenak, 2020)

Na configuração dos territórios-rede Kaingang no atual Estado do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que as aldeias constituem “nós” nas redes territoriais, como elos de conexão entre diversos caminhos e fluxos, os quais assemelham-se a teias tecidas no espaço, unindo as diversas partes do território, ou dos múltiplos territórios que se sobrepõem. Até mesmo internamente na cultura Kaingang pode haver múltiplas territorialidades sobrepostas, tendo em vista que as comunidades Kaingang subdividem-se em clãs, sendo que os dois principais são kamé e kainru. Desse modo, dentro de um território Kaingang pode haver um subterritório kamé e outro subterritório kainru, cujas espacialidades podem ser sobrepostas ou não. Por exemplo, pode haver determinada área de floresta de domínio do clã kainru, na qual os indígenas pertencentes ao clã kamé não podem ingressar, bem como seu oposto também pode ocorrer. Nestes casos, as duas territorialidades, kamé e kainru, interconectam-se e formam uma territorialidade mais ampla, numa escala maior, inerente à cultura Kaingang, englobando ambos aspectos clânicos e seus reflexos na territorialidade. Nesse sentido, como os indígenas pertencentes ao clã kamé tendem a ser mais diretos e incisivos, talvez a territorialidade kamé exerça certo

protagonismo nos processos de expansão territorial Kaingang, enquanto os indígenas kainru tendem a ser mais reflexivos e passivos. Podemos assim supor que os indígenas kamé tendem a conquistar territórios para o povo Kaingang, ao passo que os indígenas kainru ocupam-se em nutrir e alimentar vínculos simbólicos, por meio de seu caráter reflexivo e, de certo modo, maternal. No entanto, tal suposição comportamental parte de uma perspectiva não-indígena da realidade cultural Kaingang, podendo não corresponder às análises efetuadas por um psicólogo Kaingang, por exemplo.

Um fator de extrema importância nas territorializações indígenas é o casamento entre membros de distintas aldeias, que acaba criando e fortalecendo os vínculos territoriais entre as aldeias/comunidades indígenas. Nesse sentido, o casamento interaldeias pode ser considerado uma estratégia de territorialização, ou de expansão das redes territoriais. Por exemplo, no Parque Indígena do Xingu o cacique Megaron Txucarramãe, da etnia Kayapó (Mebengokre) casou-se com as filhas de três caciques de etnias distintas da sua, com o objetivo específico de estreitar laços culturais e reforçar os vínculos territoriais entre as comunidades indígenas de ambas as etnias. A partir dos casamentos, Megaron estendeu a territorialidade de sua etnia Kayapó Mebengokre a todo Xingu, aliada às demais territorialidades xinguanas que se cruzam e sobrepõem, constituindo assim uma territorialidade indígena xinguanas, mais abrangente e unificadora, junto com os indígenas das demais etnias, os quais costumam atuar politicamente em bloco, fato esse que os deixa ainda mais fortes, frente às imposições da sociedade não-indígena.

Já os indígenas Mbyá Guarani possuem uma dinâmica territorial distinta tanto dos Kaingang quanto dos Charrua, apesar de apresentarem certas similaridades com os territórios-rede típicos do povo indígena Kaingang. A cultura Mbyá Guarani caracteriza-se fundamentalmente pela íntima relação cultural dos indígenas com a Mata Atlântica, bem como pelas andanças tradicionais em busca da terra sem males. Nessas andanças, muitos locais de passagem acabam tornando-se retomadas e aldeias, principalmente próximo a pequenos rios. Tais acampamentos acabam configurando “nós” na rede territorial Mbyá Guarani, servindo de pontos de apoio às suas andanças tradicionais.

Diferentemente dos Charrua, que reterritorializaram-se na periferia de uma cidade situada em Bioma distinto de onde viviam seus antepassados, sendo forçados a adaptar sua cultura ao novo ambiente, no caso dos Mbyá Guarani pode-se dizer que na maioria dos casos a dinâmica territorial foi oposta: foi a cidade que invadiu o território tradicional Mbyá Guarani, sobrepondo-o com concreto retilíneo. Em Porto Alegre, a opinião pública pode dizer que os Charrua ocuparam a cidade, como forma de inibi-los politicamente. Nessa lógica, podemos também afirmar que a cidade de Porto Alegre ocupou o território tradicional Mbyá Guarani, cujos antepassados habitavam praticamente todos os portos fluviais do atual Rio Grande do Sul.

Em relação específica à cidade de Porto Alegre, pode-se também dizer que esta caracteriza-se como um dos limites do território tradicional do povo Kaingang, em virtude da existência de cadeia de morros na cidade, nos quais ainda resistem algumas araucárias.

Outro fenômeno digno de consideração no contexto da territorialidade indígena no Rio Grande do Sul refere-se à dinâmica pela qual os indígenas Kaingang têm territorializado-se no entorno de grandes centros urbanos, feito Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Bento Gonçalves, Santa Maria, dentre outros mais. Podemos supor que um dos fatores atrativos aos indígenas é o desenvolvimento econômico dessas cidades, que proporcionam tanto uma demanda relativamente alta por artesanato indígena, como também em relação ao apoio disponibilizado por tais Prefeituras Municipais às comunidades indígenas, por meio da construção de casas, instalação de rede de água e esgoto, disponibilização de cestas básicas para contribuir com a segurança alimentar, entre outras políticas públicas afins.

Ao contrário dos Mbyá Guarani, que buscam áreas de mata nativa próximas de rios, os Kaingang atualmente tem territorializado-se em terrenos relativamente pequenos, com menos de dez hectares, nas periferias dos grandes centros urbanos. Enquanto os Mbyá Guarani costumam cultivar seu alimento (milhos, batata, abóbora, moranga...), comercializando artesanato como forma de complementar sua renda, os Kaingang por sua vez dependem quase que exclusivamente da comercialização de artesanato para comprar alimentos e prover o sustento de suas famílias. Desse modo, os Mbyá Guarani têm conseguido territorializar-se em áreas relativamente maiores, quando comparadas às recentes territorializações Kaingang e Charrua, em decorrência de sua preferência por áreas com matas nativas mais afastadas, em detrimento à proximidade com os grandes centros urbanos.

Outro fator que vem causando cada vez mais impacto nas dinâmicas territoriais indígenas é a presença de universidades públicas, nas quais há disponibilidade de vagas reservadas para indígenas, como a Universidade Federal de Santa Maria, a de Pelotas, a de Rio Grande, a UFRGS em Porto Alegre, entre outras mais. A estas cidades, cerca de vinte famílias indígenas migram anualmente, provenientes de diversas aldeias de todo Estado, territorializando-se temporariamente, enquanto cursam a universidade. Em boa parte desses casos, o indígena universitário leva consigo para a cidade seu marido/esposa e seus filhos, os quais, com o tempo, acabam territorializando-se e criando vínculos nestes centros urbanos, a ponto de fundarem aldeias nas periferias destas cidades. Exemplos dessa dinâmica territorial são a Aldeia Três Soitas, em Santa Maria, e a Aldeia Gyró, em Pelotas, ambas da etnia Kaingang. Embora a criação para estas duas aldeias possa ter ocorrido previamente ao ingresso de indígenas na Universidade Federal de Pelotas e Santa Maria, não se pode ignorar o poder de atração indígena inerente à presença de uma Universidade Federal em uma determinada cidade. Em Porto Alegre, por exemplo, onde dezenas de universitários indígenas residem, os mesmos estão organizando-se em um coletivo de estudantes, o qual foi o responsável pela organização do VII ENEI (Encontro Nacional dos Estudantes Indígena), realizado na UFRGS, em 2019.

Sobre a relação entre os indígenas e as universidades, vale salientar o trabalho realizado pela professora Ana Elisa de Castro Freitas junto aos estudantes indígenas, no sentido de fomentar, organizar e articular a produção científica referente ao assunto:

(...) a presença de jovens indígenas em uma dada instituição implica em uma dilatação do território

indígena, uma espécie de integração às avessas: as coletividades de pertencimento destes estudantes se sentem implicadas no que ocorre durante suas trajetórias acadêmicas, e exercem através deles poder de agência sobre as universidades (FREITAS, 2015, p. 14).

Analisando a contribuição das universidades públicas no processo de reterritorialização indígena no Rio Grande do Sul, podemos afirmar que elas atuam como agente catalisador e posteriormente propulsor, já que inicialmente a universidade atrai um contingente indígena e logo depois estes indígenas tendem a territorializar-se na cidade, expandindo seu território tradicional, ou melhor, tornando tradicional um ambiente urbano.

Embora não seja possível afirmar que as duas supracitadas aldeias, situadas longe do território tradicional Kaingang, foram criadas em virtude da existência de Universidades Federais em Santa Maria/RS e Pelotas/RS, pode-se sim afirmar que a existência destas duas aldeias fortalece a presença indígena na universidade, e vice-versa. Nesse contexto, a universidade configura-se como um nó na rede territorial indígena, unindo e articulando particularidades indígenas vindas de todos os cantos do Estado, fortalecendo assim seus vínculos e sua identidade cultural.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Gestão socioambiental de terras indígenas sob uma perspectiva Kaingang: um ensaio etnográfico em Re Kuju” (UFPR, 2016), o indígena Kaingang Douglas Jacinto da Rosa busca conceituar a noção de ‘uso cultural’ do território, sob a ótica do povo indígena Kaingang, além de contextualizar as lutas territoriais do povo Kaingang:

O reconhecimento territorial indígena no sul deve considerar uma espécie de ‘ecologia de ilhas’, metáfora que espelha o perfil de terras indígenas

em mosaico, descontínuas, distantes quilômetros entre si e separadas por cidades, estradas, sistemas monoculturais, latifúndios, barragens, e outros aparatos nacionais. Tais ilhas são conectadas justamente pelos fluxos territoriais indígenas, e dever-se-ia prever corredores que reconheçam e potencializem esta mobilidade. (...) A ocupação Kaingang nesse território, no atual contexto, inclui mais de 30 Terras Indígenas demarcadas pelo Estado brasileiro, mas em grande parte nosso território está sobreposto na atualidade por cidades, latifúndios, lavouras. Parte é também compartilhada por outras populações indígenas, em zonas de fronteira com Guarani, Xokleng/Laklanõ, Xetá, mas também quilombolas, agricultores sem-terra, faxinalenses e outras alteridades tradicionais.

Implicitamente, Jacinto da Rosa identifica a presença da lógica reticular dos territórios-rede na territorialidade Kaingang, por meio dos fluxos entre as terras indígenas demarcadas “em ilhas” no Rio Grande do Sul. Analisando a importância das terras indígenas no tocante à proteção da biodiversidade, Jacinto da Rosa (2016) pondera que demarcar terras indígenas significa resguardar recursos naturais:

Frente a distorções e invisibilidades, existe também o reconhecimento de que, mesmo nas terras indígenas com pequenas extensões territoriais, os indígenas têm exercido um papel importante no resguardo da biodiversidade Sul brasileira, como é o caso da Terra Indígena Mangueirinha, no estado Paraná, Kaingang, onde repousa um dos maiores remanescentes de floresta de araucária (*Araucaria angustifolia*) nativa do mundo. De fato, atualmente em termos etnográficos podemos afirmar que demarcar TIs é também preservar os recursos naturais.

É interessante ressaltar que na cultura Kaingang, o modo de vida pode ser replicado espacialmente em distintos territórios, desde que estes contenham alguns recursos naturais essenciais à

manutenção do modo de vida Kaingang. Na ausência de tais recursos, os Kaingang acabam recriando seu ambiente num espaço distinto. Sobre a territorialidade Kaingang, Jacinto da Rosa (2016) diz:

Paralelo às negativas do Estado, os Kaingang recriam e acionam os espaços nos seus antigos territórios, espaços constitutivos de sua identidade e concepção socioambiental. Nitidamente para os Kaingang o Território apresenta como sendo 'área de vida'.

Dentre os conceitos fundamentais para uma compreensão mais abrangente da concepção de território e modo de vida na cultura Kaingang, ressaltam-se dois: 'Nanh Ga' e 'Jykrê'. Em seu TCC, Jacinto da Rosa (2016) transcreve a fala de uma indígena:

Nanh Ga é a bandeira indígena que estará sempre de pé, nunca vai se terminar. Nanh Ga é como nós mesmos, os que vivem no mato. O mato é que aumentava nossa natureza Kaingang, nossa alegria, na época de pinhão (Marina dos Santos, TI Nonoai, Alto Uruguai, 2014).

Na sequência, Jacinto da Rosa (2016) fala sobre o significado de Nanh Ga:

(...)...as falas de certa forma apontam símbolos e elementos da paisagem que conformam uma paisagem ideal para reproduzir Nanh Ga. Aqui, a partir de uma já compreensão da relação territorial Kaingang, podemos dizer que Nanh Ga se manifesta na resistência Kaingang e na memória de uma vida plena de um Bem Viver, aqui com convicção posso dizer que Nanh Ga se faz presente também nas retomadas.

Em relação ao conceito de Jykrê, Jacinto da Rosa (2016) assim o define:

Sobre os sentidos de Jykrê, é pertinente reconhecê-lo no plano da cosmovisão do Povo Kaingang, cujos sentidos só são plenamente acessados por quem compartilha da vida Kaingang. Essa categoria emana de um ethos imemorial do nosso povo que ao longo dos tempos ganha forma na memória e na semântica e tem desdobramentos práticos, nas ações, na postura e nas relações Kaingang com seres animados e inanimados: plantas, animais, sol, lua, constelações, águas, fenômenos meteorológicos etc, que conjugados resultaria no que poderíamos chamar de um pensamento ou pretensão de Bem Viver, apontando para um modo de vida específico Kaingang. Essa premissa – de que o Jykre só é plenamente compreendido por quem é Kaingang – não exige o Estado de respeitar nosso pensamento, ao contrário, coloca o necessário respeito ao nosso pensamento como premissa de qualquer política pública. Ademais, as forças do sentido de Jykrê, se tornam mais visíveis nas relações sociais históricas e contemporâneas dos Kaingang com entes do Estado e a sociedade envolvente.

Jacinto da Rosa (2016) busca analisar, sob a perspectiva cultural de sua etnia, o atual contexto socioeconômico e territorial no qual os Kaingang estão inseridos:

Num plano histórico, durante a colonização, as lideranças agiam de acordo com uma lógica cultural Kaingang, ou seja, dotados de uma perspectiva que levasse em conta a permanência do Povo Kaingang diante da invasão, e nesse sentido mesmo num momento de radicais mudanças no nosso mundo suas perspectivas estavam norteadas por Jykrê. Mais recentemente a exploração dos recursos naturais dos territórios Kaingang e os modelos produtivos assimétricos inseridos nas Terras Indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, essa perspectiva nunca teve vazão dando lugar a políticas historicamente na lógica da assimilação. Num plano contemporâneo essas lideranças Kaingang nos últimos anos de resistência foram submetidas à violência física e cultural que vão de encontro ao Jykrê, que

inclusive hoje nas nossas relações com o Estado e a sociedade é difícil estabelecer um diálogo que recepcione nossos anseios.

Nas falas de Jacinto da Rosa (2016), é nitidamente perceptível uma preocupação referente à retomada de territórios tradicionais, a fim de manter viva e fortalecer a cultura Kaingang. Na sua visão, território e cultura andam sempre juntos. Percebe-se também em suas palavras a importância dos conceitos de Jykrê e Nanh Ga para o fortalecimento da territorialidade Kaingang. Nesse sentido, vale também ressaltar a autoconsciência cultural e histórica contida nas palavras de Jacinto da Rosa (2016), como fundamentais às novas territorializações efetuadas pelo povo indígena Kaingang no sul do Brasil, sejam reterritorializações em territórios tradicionais ou territorializações em novas áreas, como expressão orgânica da expansão territorial Kaingang. Percebe-se também na fala de Jacinto da Rosa a preocupação em articular o contexto territorial indígena com o contexto político no qual os indígenas estão inseridos. Ou seja, implicitamente podemos verificar que Jacinto da Rosa considera o poder como um elemento que influencia e interfere no território e nas territorializações, corroborando com as ideias de Marcelo Lopes de Souza.

Em entrevista realizada nos dias 3 e 4 de janeiro de 2020, o jovem indígena Kaingang Maurício Salvador, que recentemente assumiu a liderança da retomada Jag Tyg na Floresta Nacional de Canela/RS após o falecimento de seu pai (o grande kujã/pajé Zílio Salvador), relatou que seus pais nasceram nas terras Kaingang situadas no norte/noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul:

Meu nome é Maurício Salvador, sou da etnia Kaingang, tenho 24 anos, nasci em Porto Alegre e

moro atualmente em Canela. Na língua Kaingang, meu nome é Ven Tainh, que significa taquara verde. A história da minha família: somos uma família mais grande na etnia Kaingang, meus avós são naturais de duas das maiores aldeias do sul do Brasil. Meu avô é natural de Nonoai e minha avó é da Terra Indígena Serrinha. Antigamente meus avós levavam uma vida de agricultores. Plantavam mandioca, feijão, milho... e já faziam artesanato pra vender pros fóg (não indígena), pra trocar por sementes e por alimentos nos municípios próximos (Maurício Salvador, 2020).

Sobre os motivos que impulsionaram os pais de Salvador a reterritorializar-se na região da serra gaúcha, Salvador conta que se encontra viva na memória coletiva de sua família os relatos do tempo em que seus antepassados viviam na região da serra gaúcha:

Meus pais vieram pra cá por causa de vida difícil e conflitos internos na comunidade, com não indígena. Contavam que aqui em Canela tinha uma terra indígena chamada Konhun Mág (erva grande) e por aqui consegui preservar e cultivar a nossa cultura Kaingang. Meus avós me diziam que aqui em Canela havia muito pinheiro Pén, hoje chamado por vocês ‘pinheiro grosso’, uma cascata de Goj Konmo Tére (Cascata do Caracol). Eles viviam nesta região, tanto dentro quanto fora dela. Minha família até hoje viaja pelo Rio Grande do Sul, de Nonoai a Serrinha, Canela, Gramado, Porto Alegre... temos parentes em todo o sul (Maurício Salvador, 2020).

Em relação aos elementos que se caracterizam como essenciais a um território tradicional Kaingang, Salvador ressalta a importância da araucária, tanto simbolicamente quanto de maneira funcional, por meio da disponibilização de pinhões:

A araucária é um dos nossos principais recursos que usamos na culinária, medicina e

espiritualidade. A importância da floresta de araucária é porque nela conseguimos estar vivos, vivendo como devemos viver, ser o que somos de verdade (Maurício Salvador, 2020).

Sobre a territorialidade Kaingang, Salvador relata que para seu povo, todo território pode ser tradicional:

Pelo que meu pai dizia, antigamente teve um intenso conflito entre os indígenas e madeireiros aqui na região de Canela e muitos indígenas foram mortos e expulsos daqui. Para nós, todo território é tradicional, mas hoje o povo Kaingang foram concentrados em aldeias, mas essas áreas não tem nossos principais recursos que precisamos para a nossa cultura Kaingang. (Maurício Salvador, 2020)

Nas palavras de Salvador, percebe-se nitidamente a importância do território para a manutenção e fortalecimento da cultura de seu povo. A própria dinâmica de desterritorialização/reterritorialização pode ser compreendida, de certo modo, como tradicional para o povo indígena Kaingang, pois o seminomadismo há séculos está presente no modo de vida tradicional Kaingang.

Por sua vez, em entrevista com João Carlos Padilha, liderança Kaingang da Terra Indígena Borboleta e da comunidade indígena do Jardim Protásio/Morro Santana, realizada no dia 10 de janeiro de 2020, foi coletado o seguinte relato referente à reterritorialização Kaingang efetuada por seu grupo comunitário:

Meu nome é João Carlos Padilha e eu sou o cacique da Terra Indígena Borboleta e também sou cacique do grupo indígena que vive no Jardim Protásio Alves/Morro Santana, aqui em Porto Alegre. Então, faz mais ou menos uns trinta anos que eu moro em Porto Alegre, a vida foi muito difícil. A

gente perdeu a terra e teve que vir pra cidade. Viver aqui na cidade significa que tem que viver nas duas culturas: na cultura indígena e na cultura branca, e também tem que mudar os hábitos alimentares, mudar os hábitos que a gente vivia lá fora da natureza, completamente da natureza, nós vivia caçando, pescando... Plantava pouco e colhia bastante. Mais vivia da pesca e da coleta de frutas, do pinhão, do ariticum, do araçá, guabiju e dessas outras frutas nativas. Aqui na cidade é muito difícil, a gente tem que trabalhar e levantar cedo, ir pra luta pra poder ganhar dinheiro e pra poder sobreviver. Não é como lá fora, então é por isso que nós lutamos até agora pra conseguir demarcar a Borboleta. Nós vamos demarcar a Borboleta como terra tradicional, porque toda vida ela foi tradicional e não é agora que vai mudar (João Padilha, 2020).

Padilha aborda, com certo saudosismo, o tempo em que vivia no interior do Estado, coletando frutas nativas e pescando nos rios. No entanto, mesmo agora vivendo na capital Padilha não deixa de perambular pelas matas da região, coletando cipós e taquaras para confeccionar artesanato. Sobre a vida do indígena Kaingang nos grandes centros urbanos, Padilha relata:

A diferença de um Kaingang na cidade, de um homem branco, é que a gente descobriu que a natureza dá tudo pro ser humano, então a gente sempre tenta viver da natureza. Nós, mesmo aqui em Porto Alegre, nós sobrevivemos do artesanato, nós vamos buscar cipó no mato, vamos buscar taquara, remédio de ervas, frutas, lenhas quando a gente precisa (João Padilha, 2020).

No tocante à territorialidade pendular entre os polos Borboleta e Porto Alegre, Padilha afirma que mesmo após a demarcação da Terra Indígena Borboleta ele pretende continuar deslocando-se com frequência entre as duas áreas, pois ambas

constituem-se atualmente seu território tradicional, assim como o percurso/trajeto entre os dois locais:

Mesmo depois de demarcar a Borboleta, nós vamos continuar voltando às vezes pra Porto Alegre. Nós já temos vínculo aqui com a cidade. Os nossos filhos já casaram com pessoal de Porto Alegre. Nós temos vínculos aqui, então é por isso que nós também queremos conseguir um pedacinho de terra em Porto Alegre, porque Porto Alegre já consideramos também um território nosso, também, né, porque já faz mais de trinta anos que a gente vive aqui, então a gente mesmo indo voltando a viver lá na Borboleta, a gente vai continuar vivendo também em Porto Alegre. Com certeza vamos viver cinquenta por cento ou mais da natureza, mas nós vamos também usar a tecnologia, usar o que tem de bom na cultura branca também, como o carro, como a luz elétrica, como o fogão a gás e como outras coisas boas que tem na cultura branca. Então nós vamos fazer sempre esse trajeto, de vir da Borboleta aqui pra Borboleta, comprar coisas e levar coisas pra lá, trazer de lá pra cá também. A gente tem licença pra tirar material lá na reserva da UFRGS, com quase mil hectares de mata nativa no Morro Santana. Já faz quase trinta anos que a gente tira material de lá pra fazer artesanato, e a gente tá recuperando o mato, vamos trazer mudas de lá e vamos levar mudas daqui pra plantar na Borboleta. Vamos fazer sempre esse intercâmbio entre cidade e campo (João Padilha, 2020).

Sobre a relação dos indígenas com a universidade, Padilha relata que os indígenas, após um receio inicial, passaram a territorializar-se na Academia, utilizando-a como um pilar onde se apoiam diversas ações focadas no fortalecimento cultural indígena:

Primeiro a gente tava com um pé meio atrás com a universidade, mas depois a gente descobriu que a universidade é uma porteira que abre pra cultura indígena, pro índio brasileiro, também pra vencer

dentro desse sistema capitalista que nós estamos, sem perder a cultura, sem escandalizar a cultura. E universidade é uma inclusão social do Brasil. Eu já fui contratado por uma universidade pra dar aulas sobre a nossa cultura Kaingang, trabalhei uns três ou quatro anos no Encontro dos Saberes Indígenas, que é um programa federal que abrangeu todo território nacional. Minha filha também estuda na UFRGS (João Padilha, 2020).

Em relação ao contexto socioeconômico no qual os Kaingang porto-alegrenses atualmente estão inseridos, Padilha analisa:

Tem que ter uma reforma no Brasil pra pegar os sonegadores de impostos e assim baratear o imposto das micro e pequenas empresas, que é o que dá mais emprego pro brasileiro. E também a reforma da terra. Desde os anos sessenta foram empurrados pra cidade quase todos os pequenos, toda a pobreza, os índios, negros, os brancos pobres, todos foram empurrados do campo pra cidade. Ficou lá só os grandes fazendeiros e os grandes granjeiros de soja. Então nós queremos uma reforma da terra que mande de volta todos aqueles que quiserem voltar pro campo, com recursos, os índios, os negros e os brancos pobres que estão na cidade virando mendigo, virando ladrão, virando morador de rua (João Padilha, 2020).

No tocante à atuação política do povo Kaingang, Padilha demonstra ter plena consciência das limitações da política partidária, mas ressalta a importância do próprio indígena ocupar espaços de representatividade política, sem nenhum intermediário não-indígena falando em seu nome. Nesse sentido, o raciocínio de Padilha vai de encontro às ideias de Djamila Ribeiro (2017), referentes ao lugar de fala. Padilha diz:

Nós queremos também entrar na política. Primeiro a gente tinha medo de entrar na política, porque

todos os índios que entravam na política, eram mortos, matados. Quem se candidatou a vereador em algum lugar, acabou sendo morto. O Deputado Federal que a gente elegeu, O Mário Juruna, não conseguiu fazer nenhuma lei porque não conseguia ter quórum nas votações no Congresso. Ele nunca conseguiu fazer nada, era só pra ter uma representação indígena lá. Hoje nós temos já uma mulher, a Joênia Wapichana, temos bastante vereadores, temos alguns Deputados Estaduais mais chegados (João Padilha, 2020).

A partir dos relatos de Padilha, percebe-se que ele possui plena consciência das possibilidades político-partidárias que se abrem aos indígenas, porém entende que a solução das questões indígenas não depende exclusivamente da política partidária. Ou seja, a atuação político-partidária dos Kaingang pode ser útil e complementar, mas não substitui a política real da luta Kaingang pela demarcação de territórios junto ao poder público e à sociedade brasileira. Para Padilha, a luta Kaingang é na rua e na floresta, não somente no Congresso.

Considerações finais

Tanto nos relatos de Salvador como nos de Padilha e de Jacinto da Rosa, é nítida a relevância fundamental que o território possui para o fortalecimento da cultura Kaingang. Também é perceptível, em ambos os relatos, a dinâmica Kaingang na qual os territórios podem tradicionalizar-se, por meio da ocupação de novas áreas (no caso de Padilha) ou de retomadas (no caso de Salvador). Tais territorializações distinguem-se por alguns fatores, mas mantém diversas similaridades, também: no caso de Salvador podemos dizer que seu grupo Kaingang encontra-se em processo de reterritorialização, num território já ocupado por seus antepassados,

enquanto no caso de Padilha há dois movimentos complementares: uma territorialização em espaço distinto, na periferia de Porto Alegre, e uma reterritorialização em território que antigamente era de posse de seus antepassados. Como a família de Salvador acabou territorializando-se também em Porto Alegre antes do atual processo de retomada da Flona de Canela, tanto Padilha quanto Salvador atualmente vivem em constante movimento pendular entre Porto Alegre e suas áreas de retomadas de terras tradicionais.

Por fim, podemos identificar propriedades relacionadas à multiterritorialidade na cultura indígena no Rio Grande do Sul, em especial no tocante aos indígenas aldeados que posteriormente reterritorializam-se em uma cidade distinta, criando novos vínculos territoriais e ao mesmo tempo mantendo sua territorialidade tradicional. De certo modo, a multiterritorialidade também acaba tornando-se tradicional, constituída por vários níveis de territorialização no espaço, muitos deles sobrepostos ou configurados em rede.

Analisando a territorialidade Kaingang sob a perspectiva dos territórios-rede propostos por Rogério Haesbaert, podemos fazer algumas correlações conceituais entre suas teorias e a dinâmica territorial Kaingang contemporânea, interconectando territórios fisicamente delimitados e demarcados com acampamentos sazonais, com áreas de retomadas de terras tradicionais, com ocupação de novas áreas e também com o trajeto entre ambas as áreas, que se configura como o fluxo materializado no espaço. Nesse sentido, território não se caracteriza apenas como o domínio do espaço rígido e cartesiano, mas também como o controle dos fluxos e circulações. Pode-se assim dizer que os Kaingang integram uma complexa rede territorial que vai do Rio Grande do Sul até o sul de São Paulo,

englobando aldeias imersas em natureza relativamente bem conservada, intercaladas com áreas de arrendamento para monoculturas transgênicas, sedimentadas pelos “nós”, ou pontos de convergência, situados nos centros urbanos, como Porto Alegre, os quais enraizam-se em pilares como as universidades públicas.

Por sua vez, a territorialidade do povo Charrua, constituído por uma única comunidade enraizada em solo brasileiro, possui características bastante distintas dos demais povos indígenas, devido à necessidade de adaptar-se a um ambiente estranho, na região periférica de Porto Alegre, após historicamente terem vivido no Pampa, perto da fronteira com o Uruguai. Tradicionalmente acostumados a viver cavalgando pelos vastos campos pampeanos, atualmente os Charrua lutam para manter seus ritos e tradições numa pequena área com menos de nove hectares, sem as dimensões necessárias à pecuária extensiva típica do Pampa.

Vale salientar que a comunidade indígena Charrua do Rio Grande do Sul é atualmente composta pela Aldeia Polidoro, em Porto Alegre, além de diversos familiares da cacica Acuab que vivem espalhados pelas cidades do sudoeste do Estado. Assim, pode-se também sistematizar o território Charrua do seguinte modo: um polo central em Porto Alegre (Aldeia Polidoro) e um território-rede periférico, com indígenas esparsos pelo interior do Estado.

Os indígenas Mbyá Guarani, semelhantemente aos Kaingang, possuem uma territorialidade configurada essencialmente em rede, unindo diversos pequenos territórios e trajetos tradicionais, e constituindo assim um imenso território tradicional, em maior escala, de ocupação Mbyá Guarani. Exemplo desta estruturação pode ser visualizada no corredor de aldeias situadas no litoral do Estado, composto por sete aldeias que se

conectam, por onde os Mbyá Guarani transitam com frequência, criando a tradicionalidade no deslocamento constante.

Em suma, podemos dizer que a territorialidade indígena no Rio Grande do Sul é configurada basicamente por três distintas territorialidades, uma intrínseca a cada uma das etnias existentes no Estado, porém podemos também afirmar que existe uma territorialidade indígena mais abrangente, integradora, formada pela soma das três territorialidades: a Kaingang, a Charrua e a Mbyá Guarani. Cada vez mais as três etnias articulam-se ao redor de objetivos comuns, fortalecendo tal territorialidade indígena sul-riograndense. Essa multiterritorialidade acaba por fortalecer não só os vínculos entre as três culturas indígenas existentes no Rio Grande do Sul, como também atua no fortalecimento da luta pelas retomadas e conquistas de novos territórios. Ou seja, a luta Kaingang acaba contribuindo com a luta Mbyá Guarani, que por sua vez também contribui com a luta Charrua, e vice-versa. De forma ainda mais ampla, a luta dos povos indígenas do Rio Grande do Sul une-se também à luta dos demais indígenas brasileiros, constituindo assim um enorme território-rede indígena, que por sua vez conecta-se ao movimento indígena sul-americano, fortalecendo ainda mais a rede territorial indígena. Exemplo desse movimento indígena unificado é a Frente Indígena de Enfrentamento ao Covid-19, formada por lideranças indígenas dos três povos do Rio Grande do Sul, além de lideranças Xokleng de Santa Catarina. Essa Frente Indígena dialoga constantemente com lideranças indígenas do Brasil inteiro, fortalecendo os vínculos entre os vários povos e contribuindo para que todos consigam combater a grave pandemia de coronavírus, por meio da confecção e distribuição de máscaras, da arrecadação e distribuição de cestas básicas, entre outras ações mais, as quais

acabam unificando a luta dos diversos povos indígenas, em prol de objetivos comuns.

Nesse sentido, vale salientar a importância do bem viver para cada povo indígena. Para Baniwa (2019), é necessário que os povos indígenas continuem rememorando sua “história, pois ela é a base para a reconstrução do nosso bem viver”.

Por fim, podemos afirmar que a territorialidade indígena no Rio Grande do Sul pode ser visualizada tanto por meio da perspectiva de territórios-rede, como de territórios-zona, e que as três territorialidades indígenas existentes atualmente no Estado dialogam e articulam-se entre si, de maneira singular. Ao mesmo tempo em que a identidade de cada povo indígena fortalece-se com essa articulação, uma nova identidade plural também surge, decorrente da união das múltiplas identidades indígenas, incorporando ideais de autonomia e resistência, em busca do bem viver indígena.

Referências bibliográficas

BANIWA, André Fernando. *Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BECKER, Ítala Irene Basile. *El indio y la colonización: charrúas y minuanes*. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo. 1982.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil Povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de Saberes* (Org.). E-papers. Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003.

_____. *Territórios, redes e aglomerados de exclusão*. In. 'O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade'. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. 2005.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras. São Paulo, 2015.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

JACINTO DA ROSA, Douglas. *Gestão socioambiental de terras indígenas sob uma perspectiva Kaingang: um ensaio etnográfico em Re Kuju*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. UFPR, 2016.

PADILHA, João Carlos. *Entrevista I*. [jan. 2020]. Entrevistador: Autor. Porto Alegre, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALVADOR, Maurício. *Entrevista I*. [jan. 2020]. Entrevistador: Autor. Porto Alegre, 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental*. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VIDART, Daniel. *El mundo de los charrúas*. 3ª ed. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo, 2010.

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A guerra dos bugres: a saga da nação caingangue no Rio Grande do Sul*. Tchê. Porto Alegre, 1986.

Submetido em: 27 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de julho de 2020.

Aprovado em: 03 de agosto de 2020.

Como citar este artigo:

BAGGIO DI SOPRA, Fernando Ernesto. Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 686-722, jan.-jun./2020.

**CEARÁ RAÍZES INDÍGENAS: SOBRE
OS POVOS, TERRITÓRIOS E
CULTURA**

*INDIGENOUS ROOTS OF CEARÁ: ABOUT
PEOPLES, TERRITORIES AND CULTURE*

*RAÍCES INDÍGENAS DEL CEARÁ: SOBRE
PUEBLOS, TERRITORIOS Y CULTURA*

VITÓRIA ALVES DE LIMA

Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
Fortaleza/CE.

E-mail: valveslima8@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem em vista exibir aspectos relativos aos povos indígenas do estado do Ceará. Nesse sentido, propõem-se conceber o território indígena, a partir da geografia, e concebê-lo enquanto um espaço de reprodução cultural de um povo. Diante disso, cabe elucidar ao longo do texto, os conflitos territoriais, as questões territoriais vinculadas aos processos de demarcações de terras indígenas no estado, a atuação do movimento indígena, questões populacionais, e as heranças culturais que se concretizaram no modo de vida da população em geral. Para a realização desse trabalho, fez-se indispensável a pesquisa bibliográfica e estatística, para a coleta de informações, e juntamente à pesquisa documental, tem-se a participação dos sujeitos sociais por meio de relatos. Em suma, o estudo ressalta aspectos da população indígena cearense, a sua distribuição geográfica, a importância dos elementos culturais e a luta pela terra na tentativa de esboçar alguns encaminhamentos no estudo de povos indígenas a partir da geografia.

Palavras-chave: povo indígenas, Ceará, território.

Abstract: The present research aims to show aspects related to indigenous peoples of the state of Ceará. In this sense, it is proposed to conceive the indigenous territory, based on geography, is to conceive it as a space for the cultural reproduction of a people. It is require to elucidate throughout the text, territorial conflicts, territorial issues linked to the processes of demarcation of indigenous lands in the state, the proceeding of the indigenous movement, population issues, and the cultural inheritances that have materialized in the way of life of the population generally. In order to carry out this research, bibliographical and statistical search was indispensable for the collection of information, and together with documentary search, social subjects were involved through reports. In summary, the scientific research highlights aspects of the indigenous population of Ceará, such as geographic distribution, cultural elements and the struggle for land in an attempt to outline some directions in the study of indigenous peoples from geography.

Keywords: indigenous peoples, Ceará, territory.

Resumen: La presente investigación científica busca exhibir aspectos relacionados con los pueblos indígenas del estado de Ceará. En este sentido, se propone concebir el territorio indígena, basado en la geografía, y concebirlo en cuanto un espacio para la reproducción cultural de un pueblo. Diante disso, es necesario dilucidar a lo largo del texto, los conflictos territoriales, las cuestiones territoriales vinculados a los procesos de demarcación de las tierras indígenas en el estado, el desempeño del movimiento indígena, las cuestiones de población y las herencias culturales que se han materializado en el estilo de vida de la población en general. Para llevar a cabo esta investigación, la investigación bibliográfica y estadística es indispensable, para la recopilación de información, y junto con la investigación documental, tenemos la participaron de los sujetos sociales a través de conversaciones. En resumen, la investigación científica destaca aspectos de la población indígena de Ceará, su distribución geográfica, la importancia de los elementos culturales y la lucha por la tierra en un intento de delinear algunas direcciones en el estudio de los pueblos indígenas a través de la geografía.

Palabras clave: pueblos indígenas, Ceará, territorio.

Introdução

Desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, a figura do indígena é retratada como nacionalista, excêntrica, ultrapassada, selvagem, indesejada e silenciada. No Nordeste do Brasil, instituir-se-ia o primeiro centro da atividade econômica da colônia europeia, a produção açucareira, na qual, tinha como símbolo materializado as vastas plantações de cana-de-açúcar que ocuparam grande parcela do litoral nordestino. Para a estabilização dessa atividade, demandava-se grande quantidade de mão-de-obra, surgindo o regime de produção escravista, no início, implantado com a população indígena.

Entretanto, as condições e regime de trabalho, apresentavam-se totalmente desconhecidos pela cultura indígena. Posto isso, Gilberto Freyre (1966), alude em sua obra *Casa Grande e Senzala*, que as plantações de açúcar no Nordeste, foi um dos fatores para o extermínio de populações indígenas, seja como consequência do intenso trabalho ou dos incansáveis conflitos por terra. A expansão da monocultura do açúcar ocorreu de forma extremamente conflituosa, dizimando a população nativa, expropriando terras e cometendo usos irregulares de recursos naturais. Nos sertões do Nordeste, passam a ocorrer diversas invasões às terras indígenas e estabelecimento de uma nova atividade econômica, a pecuária extensiva, e com ela nasce o maior símbolo do poder econômico sertanejo, a fazenda de gado.

Ao passo que a estabilização dos colonizadores europeus se intensificava no Brasil, e sobretudo no atual estado do Ceará, emergia uma urgência de controle sob o território tradicionalmente ocupado, posto isso houve uma intensa ocorrência de conflitos territoriais de portugueses contra nativos, de nativos contra

portugueses e até mesmo entre tribos inimigas. Diante disso, Puntoni (2002) reporta-se para um episódio que retrata a ação sanguinária na expansão das fazendas criatórias de gado no sertão, a Guerra dos Bárbaros, que aconteceu nos sertões dos atuais estados do Ceará, Rio Grande do Norte, e Paraíba, tinha como objetivo exterminar aqueles que eram considerados bárbaros, ou seja, a população nativa.

Após a Guerra dos Bárbaros, e a vitória dos europeus em tal episódio, a diluição da imagem indígena à sociedade nacional passa a ser cada vez mais intensa, de forma que em meados do século XIX, segundo Barretto Filho (2004) afirmava-se a inexistência de índios no estado do Ceará, e em demais estados do Nordeste brasileiro. Dessa forma, projetos governamentais visavam a integração dos nativos a unidade nacional, “conjugavam aspectos que podemos chamar de assimilacionistas e preservacionistas [...] estimulando os casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos dentro dos limites dos antigos aldeamentos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25), dessa maneira, a ideia assimilacionista promovida pelo Estado, operava como um fator essencial no desaparecimento de tudo que remetia à imagem indígena, visto que, associava-se a cultura indígena, ao primitivo.

Manifesta-se então, no Ceará, a imagem do caboclo - resultante da procriação entre o índio e o europeu - como uma forma de alegar a inexistência de índios no estado, afirmando existirem apenas, descendentes de povos indígenas. No entanto, em meados dos anos 1970 e 1980, com o surgimento do movimento indígena, e segundo Barretto Filho (2004), com a presença da Equipe de Assessoria às comunidades Rurais da Arquidiocese de Fortaleza,

logo, a presença de população indígena passa a ser considerada, tanto perante à lei, quanto ao senso comum.

Diante do panorama exposto, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo realizar uma leitura da presença indígena no estado do Ceará, buscando focalizar, questões trabalhadas pela ciência geográfica, como o conceito de território, e entendendo-lo enquanto um espaço de reprodução cultural, sobretudo para a população indígena.

Ao tomar a questão indígena como temática de estudo, e visando alcançar o objetivo elaborado, realizou-se pesquisas bibliográficas e documentais em órgãos públicos como o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), e a Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Desse modo, para a realização do estudo, foram adotados dois procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa estatística e além disso, tem-se a participação dos sujeitos envolvidos. Para a pesquisa de cunho bibliográfico, efetuou-se a busca em anais de eventos, livros, periódicos, revistas, dissertações, teses e demais materiais acadêmicos, em sua maior parte em formato digital.

Já no que se refere à pesquisa estatística, os dados foram colhidos a partir de dossiês organizados por instituições que atuam junto aos povos indígenas do Ceará, como o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), e a Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (ADELCO), e além destes, tem-se o levantamento de dados nos portais de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará (DSEI-CE), e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). A

coleta das informações proporciona a organização de mapas e tabelas, que auxiliam de forma gráfica, na estruturação do texto.

Na estrutura do texto, no primeiro tópico, é proposta uma discussão de questões historiográficas que proporcionam um entendimento sobre o panorama geral da temática, para realizar essa discussão, adotou-se como referencial, pesquisadores da geografia, da história e antropologia. No segundo tópico, retoma-se algumas considerações propostas por autores das ciências humanas em geral, para trabalhar o conceito de território, e a partir disso, explanar algumas noções sobre território/terra indígena. No terceiro tópico, são expostas às etnias presentes no estado do Ceará, além disso, é detalhada participação dos povos indígenas na articulação dos movimentos sociais, elementos culturais e quantitativos populacionais.

Reflexões iniciais sobre a presença, o desaparecimento e a recente ascensão da população indígena cearense

O que hoje se conhece por nordeste do Brasil, foi palco dos primeiros contatos e conflitos entre colonizadores portugueses e povos originários no período colonial, época marcada por discordâncias, sobretudo culturais. A inserção do Brasil nas atividades coloniais, se deu a partir “das zonas litorâneas dos espaços territoriais que constituem a atual região Nordeste do país, especialmente as capitâneas de Pernambuco e Bahia” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69) conseqüentemente, a “monocultura do açúcar, viabilizada através do trabalho escravo indígena e africano, foi a maneira inicial da Coroa portuguesa tornar lucrativa a sua colônia americana” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69).

Diante disso, Portugal introduz dois sistemas agrícolas bem definidos, o de subsistência e exportação, no qual, dentre as culturas desenvolvidas no litoral “destaca-se a da cana-de-açúcar, que ocupa grandes trechos da faixa oriental do Nordeste” (ANDRADE, 1987, p. 81), e ocupa “áreas contínuas nas regiões do litoral e da Mata de Pernambuco, de Alagoas, do Rio Grande do Norte e da Paraíba [...] e no Recôncavo da Bahia” (ANDRADE, 1987, p. 81), e em decorrência dessa atividade torna-se responsável pelo desenvolvimento das primeiras cidades do Nordeste, as cidades de Recife, Olinda e Salvador.

No início da colonização açucareira, “o território cearense - como meio natural e base material da existência - não se apresentou nada favorável à fixação dos primeiros conquistadores” (JUCÁ NETO, 2012, p. 134) principalmente, em decorrência do clima seco e árido, diferente do clima ameno encontrado na Zona da Mata de Pernambuco e no Recôncavo Baiano. E assim, “a área geográfica, denominada Siara ou Seara Grande, foi praticamente a última região do Nordeste brasileiro a ser ocupada “produtivamente”, na perspectiva europeia” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69). A população europeia era temerosa à ocupação dos sertões cearenses, e esse “medo era resultante da adversidade climática e da resistência indígena” (JUCÁ NETO, 2012, p. 134).

O atual espaço correspondente ao estado do Ceará, se constituía enquanto um reduto aos povos que habitavam o Nordeste brasileiro, dessa forma, no “século XVII, a Capitania do Ceará foi, por excelência, o espaço acolhedor e concentrador de povos aflitos e fugitivos, fustigados, expulsos de seus antigos territórios” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 68). As relações efetivadas pelos nativos no território do Ceará, expressavam forte influência do domínio

indígena, possuindo pouca interferência estrangeira. Porém, o território não estava totalmente imbuído de anonimato, é possível compreender isso na afirmação de Sylvia Porto Alegre (1989) a respeito da presença forasteira:

Até meados do século XVII, a capitania do Seara Grande permaneceu quase despovoada de europeus, contando com a presença esporádica de “piratas”, sobretudo holandeses e franceses que extraíam do litoral a madeira, âmbar, pimenta, algodão nativo e animais (PORTO ALEGRE, 1989, p. 02).

Dessa forma, nota-se que o território cearense “permaneceu de domínio Indígena até por volta do fim do século XVII, quando passou a ser, definitivamente, ocupado ou, em outros termos, invadida por colonos europeus e luso-brasileiros” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69). Posto isso, nota-se que durante o século XVII, a Zona Mata de Pernambuco, cede seu lugar de destaque na economia, à outra área da região Nordeste, os sertões. De acordo com Dantas (1992):

Seria a vez de o interior da região, desprovido de maiores obstáculos naturais de vegetação ou relevo e dotado pelo São Francisco uma eficaz via de penetração e assentamento, ser rapidamente penetrado pelas grandes boiadas que, em cerca de cem anos, já transitavam, por duzentas léguas, entre a capital e o vale do rio Piauí. Teve assim o Nordeste, em pouco menos de duzentos anos de efetiva presença colonial, devassado quase todo seu território e, mais que isso, definido as bases de toda a sua economia ulterior (DANTAS, 1992, p. 431).

Assim, compreende-se a partir deste fragmento que, “a ampliação dos territórios litorâneos da Zona da Mata, para o plantio

da cana, gerou a conseqüente separação entre a atividade produtiva açucareira e a criação de gado” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69).

De acordo com Albuquerque (2002) as áreas que correspondem atualmente aos sertões dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, foram ocupadas por fazendeiros estrangeiros, enquanto o Ceará “somente nos fins do séc. XVII e inícios do XVIII, é que passou a integrar-se, efetivamente, aos interesses do mercantilismo europeu” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 70). Assim, o território sertanejo tornar-se-ia cenário de novas interações - entre o homem e o meio natural, e entre os próprios grupos sociais - e através do desenvolvimento da atividade pecuária, que segundo Albuquerque (2002) era subsidiária à monocultura açucareira, nesse sentido, a fazenda de gado “foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão” (JUCÁ NETO, 2012, p. 135).

A medida que o “movimento dos criadores ascendia nas terras indígenas, pois o gado criado solto adentrava as terras das comunidades” (VASCONCELOS, 2016, p. 75-76), emergia a disponibilidade de área e a possibilidade de recrutamento de trabalhadores, para a expansão da atividade, posto isso, mostrava-se a cena perfeita aos colonizadores, sendo a presença do indígena limitada apenas ao trabalho braçal. No entanto, o desejo português ia de embate ao que era visto como ideal pela população originária, que em parte, já havia sido expulsa de suas terras em decorrência da expansão monocultora, por isso, possuíam uma óptica completamente discordante da integração entre os distintos interesses, como aponta, o militar holandês Mathias Beck, ao afirmar que “[...] antes dos aldeamentos jesuíticos e da efetiva colonização

das terras cearenses, vários povos nativos haviam sonhado e defendido um Seara livre das dominações europeia” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 68). Em relatos de Mathias Beck, mais precisamente em sua Carta Escrita de Barbados em 08/10/1654, ele afirma que os povos do sertão demonstravam total aversão à presença de estrangeiros:

Os brasileiros que haviam fugido e se retirado de Pernambuco, mais de quatro mil almas que vinham de Itamaracá, Parahiba e Rio Grande, por terra, refugiar-se no Seara, disseram abertamente que todo o Brasil acabava de ser vergonhosamente perdido e entregue por assim dizer sem resistência aos portugueses; não fizeram senão jurar e tropejar contra os holandeses, que eles tinham tão fielmente servido e ajudado durante um grande número de anos, e que agora sem mirar a face do inimigo vinham abandonando Itamaracá, com todas as fortalezas, Parahiba e Rio-Grande, de sorte que no presente eles não podiam esperar senão cair em definitivo nas mãos dos portugueses para sofrer uma escravidão perpétua. Estavam eles tão exasperados que enviaram mensageiros aos brasileiros do Siara com ordem de massacrar os holandeses em toda parte onde pudessem encontrá-los, e não poupar a vida a nenhum deles. Uma vez senhores exclusivos do Seara, não permitiriam nem aos portugueses nem aos holandeses ali jamais se alojarem, e fariam do Seara seu local de restabelecimento (BECK 1654 apud CÂMARA, 1956, p. 29).

Como é percebido no relato de Mathias Beck, os povos indígenas demonstravam-se contrários ao modo de vida que lhes era imposto, pois temiam “cair em definitivo nas mãos dos portugueses para sofrer uma escravidão eterna” (BECK, apud CÂMARA, 1956, p. 29), dessa forma, os conflitos de interesse, sobretudo, culturais entre os dois grupos sociais obtiveram como resultado da aproximação forçada, um relacionamento extremamente violento e conflituoso, pois a medida que “se acentuava a pecuária extensiva, os conflitos

tornaram-se mais aguçados” (VASCONCELOS, 2016, p. 75), tendo em vista que, conforme “os estabelecimentos dos colonizadores cresciam, e os índios iam sendo empurrados para outras terras mais distantes” (LEITE NETO, 2006, p. 73) assim, deixavam para trás seus territórios e conseqüentemente, parte de sua memória. Além disso, segundo Albuquerque (2002) os colonizadores que atuavam na expansão da atividade pecuária, pouco se interessavam pelos povos originários, a não ser que, necessitassem de sua ajuda como aliados, trabalhadores braçais ou, principalmente, quando se tornaram necessários para a instituição do projeto colonizador.

No Brasil colonial, os povos indígenas, exerciam funções restritas ao bem-estar do colonizador. Quando aliados aos colonos, ou avassalados¹, de acordo com Puntoni (2000) sua presença era necessária para os diversos trabalhos, sobretudo, aqueles em que precisavam adentrar territórios distintos, além disso, eram responsáveis pelo povoamento das áreas, e principalmente para a defesa da terra, pois na visão estrangeira, “permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas” (PUNTONI, 2000, p. 49).

No que se refere ao trabalho, Pedro Theberge, quando se referiu aos indígenas que habitavam o Nordeste, ressaltou que: “a cútis das mãos fina, macia e isenta de calosidades, como as das pessoas que não trabalham” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 31), elucidando para as diferentes jornadas de trabalho que os indígenas cumpriam antes da ocupação estrangeira, ademais, o historiador complementa que os nativos sentiram na pele a dificuldade de adaptação ao modelo de agricultura de exportação e, ao se oporem às aproximações jesuíticas, sofriam graves agressões, punições, e eram

¹ Avassalados: referente a grupo dominado; escravizado.

submetidos a cativos, “assim, proporcionalmente ao avanço do colonizador, em direção às áreas indígenas, diferentes grupos, movidos pelo ódio aos colonos, estavam prontos para trucidar os intrusos que invadissem seus territórios” (LEITE NETO, 2006, p. 73).

No que se refere a figura indígena do Nordeste, e sobretudo do Ceará, registravam-se pelos religiosos e romancistas portugueses em suas cartas e diários, a visão extremamente romantizada da descrita população, e na maioria de seus escritos, permaneciam “traduzindo o índio como o exótico, o patriota, o bárbaro” (VASCONCELOS, 2016, p. 75). No entanto, segundo Puntoni (2000) essa visão idealista do índio como o grande herói patriota, limitar-se-ia aos romancistas e historiadores. No século XVIII com o avanço da mineração nos estados do Sudeste brasileiro, surge uma nova interpretação da figura indígena Nordestina. Dantas (1992) ao partir do mencionado contexto histórico, concebe a existência de uma visão contrária à dos colonizadores quinhentistas - que, não obstante, já deixavam clara sua aversão a um determinado grupo, os Tapuias do sertão - alegando que os índios do sertão nordestino, eram “marcados, sobretudo pelo processo histórico da sua marginalização” (DANTAS, 1992, p. 431).

Os povos originários que habitavam não só a região nordeste, como todo o território brasileiro, sofreram várias tentativas de sistematização, baseadas em um critério basilar, e nesse caso, a língua falada. De acordo com Laraia (2001), os grupos humanos possuem a capacidade de estabelecer o desenvolvimento da linguagem e do reconhecimento de símbolos próprios e, no Brasil, apesar da organização que era imposta aos grupos nativos, a população apresentava grande diversidade étnica. Essa classificação

etnolinguística, buscava minimizar as diversidades entre as etnias, em suma, Leite Neto (2006) ressalta que:

Nesses sistemas classificatórios, uma distinção básica ordena os indígenas brasileiros em dois grandes grupos. No grupo “Tupi”, estão incluídos os “índios de língua geral”, também reconhecidos como “habitantes do litoral”. No grupo “Tapuia” estão englobados os “índios de língua travada” reconhecidos como “habitantes do sertão” (LEITE NETO, 2006, p. 36).

Posto isso, delinearão-se no território nordestino, dois grandes grupos, e como critério organizacional utilizava-se o idioma por eles falado, para delimitar os integrantes de determinado grupo, sendo esses, os grupos Tupis e Tapuias². Apesar da aproximação com os povos da costa litorânea, e a apreciação visual da população, sobretudo de meninas e mulheres, o ideal de cultura adotado e replicado era estritamente vinculado às referências europeias, e no que concerne aos Tapuias, só lhes restam insultos e violência de todos os tipos, como é possível observar nessa afirmação que Dantas (1992) ressalta:

Segundo Steward (1946), “marginal” é, aliás, justamente a categoria escolhida para classificar dicotomicamente de todos os povos sul-americanos não relacionados à floresta tropical, caso típico de todos os povos do Nordeste se excluindo os Tupis costeiros”³ (DANTAS, 1992, p. 431).

No Ceará, assim como nas outras porções do Nordeste, era inegável a presença de indígenas, conforme Studart Filho (1962), a densidade populacional dos nativos cearenses era alta, “pois, até as

² Ver B. G. Dantas (1992) Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um esboço histórico. In CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

³ Ver: *Handbook of South American Indians*, de Steward, J. H. (ed.), 1949.

porções mais agrestes do litoral eram incessantemente percorridas por tribos selvagens [...] onde os recursos naturais se mostravam menos escassos” (STUDART FILHO, 1962, p. 12), não obstante, “as serras interioranas e o sertão, malgrado as circunstâncias desfavoráveis do seu clima áspero, não apresentariam menor densidade demográfica” (STUDART FILHO, 1962, p. 12). A partir dessas afirmações, é que cronistas portugueses relatavam o expressivo número de indígenas cearenses, alegando que se tratavam de infinitas léguas ocupadas. Em suma, Studart Filho (1962) reconhece a presença de cinco grupos nativos no território cearense, o Grupo Tupi, Grupo Cariri, Grupo Tremembé, Grupo Tarairiú e por fim, o Grupo Zê, Jê ou Jê.

Em Dantas (1992), a leitura é voltada à observação da distribuição geográfica dos povos no território, ressaltando que “no sertão, ao norte do São Francisco a diversidade de designações étnicas é ainda maior. [...] registram-se a presença, junto aos Kariri, dos Ikó, Payaku, Kanindé, Janduí, Inhamum, Calabaça e Xukuru” (DANTAS, 1992, p. 432), e nas vertentes da Serra da Ibiapaba, o território era “dominado pelo grupo Tupi dos Tobajara, vamos encontrar referências aos Karatiú, Reriú e Anacé” (DANTAS, 1992, p. 433) enquanto, a porção da costa litorânea, era dominada “pelo numeroso povo Tremembé” (DANTAS, 1992, p. 433).

Esse quantitativo elevado de população nativa, buscava sobretudo, proteger a si, seus semelhantes e as porções do espaço em que desenvolviam suas atividades, e para tanto, não mediram esforços para defender a qualquer custo seu território, utilizando como mecanismo de defesa, a própria força física e artefatos construídos com materiais que lhes eram fornecidos pelo meio natural. Portanto, tendo em vista as discrepâncias entre os seus

interesses, e o fato das terras dos vastos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba estarem ocupadas por grupos indígenas, remetia aos colonizadores, a necessidade de remoção dos povos das terras as quais lhe interessavam para a implantação das fazendas de gado. Nesse sentido, é possível observar, na afirmação de Vasconcelos (2016), uma das justificativas dos colonizadores para os constantes ataques:

Para saciarem as necessidades alimentares, os povos originários tinham o boi como [...], alvo de caça. Isso se tornou ponto de vários e contínuos conflitos, ao criminalizarem os indígenas, que foram enquadrados nas leis e costumes de Portugal. Assim, ao passo que o latifúndio ampliava os rebanhos no sertão nordestino, realizava-se a “limpeza dos territórios”, a fim de abrir espaços fins de criatórios (VASCONCELOS, 2016, p. 76).

Nesse sentido, os nativos decidem rebelar-se contra as atitudes dos colonizadores, e segundo Leite Neto (2006) os conflitos por terra ocorreram simultaneamente nos sertões dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Diante disso, os portugueses, enfurecidos com as revoltas, efetivavam ataques ainda mais severos e desumanos, e para tanto, contavam com o apoio de autoridades e justiça, visto que, essas estavam submetidas aos seus interesses, e “para abrandar os ânimos aguerridos e revoltosos, várias ordens foram expedidas pelo reino de Portugal, mandando exterminar os índios em conflito (LEITE NETO, 2006, p. 74), assim, “esgotados os métodos opressivos para conter os gentios, a saída encontrada, de acordo com os relatos das atividades portuguesas, residiu na destruição dos índios considerados bárbaros” (LEITE NETO, 2006, p. 75).

É nesse cenário que se delineia um grande confronto entre indígenas do grupo Tapuia, e portugueses, no Nordeste brasileiro, a Guerra dos Bárbaros⁴, “se destaca como uma das lutas, territorialmente ampliadas dos povos indígenas no Brasil” (VASCONCELOS, 2016, p. 75), assim, como reação ao avanço da presença inimiga, a Guerra dos Bárbaros “foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador” (PUNTONI, 2000, p. 77), conforme exemplifica Studart Filho (1959/1962 in LEITE NETO 2006) no seguinte fragmento:

A guerra dos Bárbaros, assim denominada por ter sido um movimento de índios não-aldeados, teve largo alcance e duração e ocorreu simultaneamente nas capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e posteriormente, Piauí (STUDART FILHO, 1959/1962 apud LEITE NETO, 2006, p. 77).

Com a finalidade de estabelecer a ordem na Capitania do Ceará e exterminar os Tapuia, foi organizado pelos colonos “um Conselho de Guerra. [...] Na ocasião, foi escolhido, como comandante da tropa encarregada de compreender os sediosos, o coronel João de Ramos Braga, conhecido por seu espírito sanguinário” (LEITE NETO, 2006, p. 78). Em suma, Leite Neto (2006) ressalta o fim do combate entre Tapuia e colonos, localizado na região do Rio Jaguaribe no ano de 1715, tendo como resultado das terríveis e sangrentas investidas, a derrota dos que integraram o grupo Tapuia.

⁴ Ver: STUDART FILHO, C. *Aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1965.

Após esse episódio, outras expedições⁵ foram realizadas na Capitania do Ceará, eram “punitivas e extremamente opressoras, contribuíram decisivamente para minar a capacidade de organização e de reação dos povos indígenas cearenses” (LEITE NETO, 2006, p. 79).

As seguidas derrotas sofridas pelos indígenas, e consequentemente o decaimento da população, são fatores que passam a enfraquecer a imagem heroica que lhes foi atribuída ao longo do processo de colonização. Os indígenas que não cediam as pressões dos conflitos armados eram dizimados, aos que restavam, o destino era a integração à sociedade, e com isso perdiam, de forma gradual, além dos seus territórios e sua identidade cultural. Como consequência, da cultura assimilacionista, é reforçada a ideia da morte indígena no Ceará.

O apagamento da identidade indígena é anunciado, e em “1850 os aldeamentos indígenas do Ceará são declarados extintos e suas terras são incorporadas aos próprios nacionais” (RATTS, 1998, p. 111), ademais, na interpretação efetuada pelo senso comum, a figura do “caboclo” expressa uma relação de ancestralidade, que alega como ultrapassada a imagem do nativo. Dessa forma, ao longo da historiografia cearense, aponta-se que “até pouco tempo atrás, o estado do Ceará, assim como o do Piauí e do Rio Grande do Norte, era dado pelos registros da FUNAI [...], como um dos únicos estados do Brasil em que inexistiam índios” (BARRETTO FILHO, 2004, p. 3). No sentido de compreender as razões para a negação da identidade indígena, a partir da afirmação de Sylvania Porto Alegre (1992), conclui-se que:

⁵ Ver sobre a Confederação dos Cariri no tópico 2.3.1. Territórios indígenas na/da formação socioespacial do Ceará. In: VASCONCELOS, T. S. L. *Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio* – 1. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2016.

Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras indígenas é definitivamente expropriada. Esse longo processo se expressa na prática com o argumento recorrente do “desaparecimento” do índio, conceito vago e ambíguo, que surge no discurso dos contemporâneos, para dar conta da desorganização das sociedades indígenas e justificar a expropriação de suas terras. A cobiça pelas terras indígenas encontrava um instrumento perfeito na legislação que regulamentava a propriedade da terra no Brasil, a qual determinava que os índios em contato com a população nacional perdiam o direito às terras que habitavam. A documentação dos arquivos provinciais é farta em cartas e relatórios ao governo central que passam a negar sistematicamente a existência de índios, com o intuito de apoderar-se do que resta de suas terras. [...] Gradativamente, o discurso do “desaparecimento” é absorvido pela historiografia, para descrever qualquer transformação decorrente do contato e da integração das sociedades indígenas, tornando-se um conceito vago e impreciso, mas de grande aceitação (PORTO ALEGRE, 1992, p. 3).

Dessa forma, Ratts (1998) enfatiza a interpretação feita por Sylvia Porto Alegre (1993) na qual, a autora busca caracterizar a cultura de contato:

Podemos concluir, portanto, que apesar do esvaziamento progressivo das aldeias, uma parte dos índios do Nordeste conseguiu permanecer no seu local de origem. A perda de visibilidade, o chamado ‘desaparecimento’, guarda uma relação direta com a emergência da categoria denominada “caboclo” produto da dinâmica cultural do contato. Buscando formas variadas de preservar sua unidade, os povos indígenas remanescentes na região valeram-se da dinâmica da cultura de contato para sobreviver (PORTO ALEGRE, 1993, p. 214 apud RATTTS, 1998, p. 114).

Diante do exposto, tratar o desaparecimento da população indígena é, importante retomar algumas questões historiográficas como, as que ressalta Ratts (1998)⁶ quando destaca fragmentos dos escritos inerentes a Pedro Theberge e Tristão de Alencar Araripe nos quais, referem-se à violência e ao processo de miscigenação como promotores do desaparecimento indígena, e, ao mesmo tempo, servem para auxiliar na compreensão de questões contemporâneas, ao passo que “a negação da existência dos índios transforma-os numa categoria ausente, esquecida pela sociedade brasileira” (PORTO ALEGRE, 1992, p. 4), é importante pois, trazer à tona questões da temática indigenista, visto que “reabrir a discussão do "desaparecimento" do índio é uma necessidade imposta pela própria realidade” (PORTO ALEGRE, 1992, p. 4).

O cenário que afirmava a “não existência de índios no Ceará”, é rompido, por volta dos anos de 1980 e, conforme o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (2015):

No início da década de 80, a partir da organização política dos Povos Tapeba e Tremembé de Almofala, inicialmente, e dos Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, posteriormente, assistimos a uma crescente mobilização comunitária baseada nas emergências de reivindicações étnicas no Ceará. A partir da década de 90, o processo atingiu diversos grupos no sertão do Ceará, onde existem fortes organizações do movimento indígena nos municípios de Crateús, Poranga, Monsenhor Tabosa, Quiterianópolis, Tamboril, Novo Oriente, entre outros. Este processo de mobilização política em torno da identidade étnica resultou na organização de vários povos indígenas na luta pela garantia de seus direitos constitucionais (CDPDH, 2015, p. 9).

⁶ Ver: RATTTS, A. J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996.

Conforme Barretto Filho (2004):

A presença indígena deixou de ser ignorada - ou melhor, passou a ser considerada - a partir da primeira metade da década de oitenta, quando a, então, Equipe de Assessoria à Comunidades Rurais - hoje, Equipe Arquidiocesana de Apoio à Questão Indígena - da Arquidiocese de Fortaleza passou a atuar no município de Caucaia, zona metropolitana de Fortaleza, Ceará, junto à coletividade dos assim denominados "Tapebas" - ou ainda, "Tapebanos" (que é uma locução adjetiva para "do Tapeba", "da lagoa do Tapeba") (BARRETTO FILHO, 2004, p. 3).

Em suma, apreende-se que a trajetória para o reconhecimento da identidade da população indígena no estado do Ceará foi longa e conflituosa. De início, a igreja católica juntamente com o povo Tapeba nos anos de 1980, possuíram um papel importante na luta pela afirmação étnica, e a partir da década de 1990 a organização do movimento indígena proporcionou um maior alcance e disseminação dos interesses comuns. No tópico seguinte, procura-se realizar uma breve apresentação sobre as diversas abordagens do conceito de terra indígena.

Terras indígenas: as diferentes abordagens

O Brasil é um país de dimensões geográficas continentais, apresenta grande extensão territorial, grande diversidade natural, bem como populacional. Na tentativa de entender as diferentes sociedades que compõem esse grande país, voltamo-nos para a observação da população indígena, que ocupa “12,5% do território nacional” (MONDARDO, 2019, p. 19). No que concerne à geografia, o conceito de território permeia entre relações de poder, relações econômicas e culturais exercidas em uma determinada porção do

espaço e por um determinado grupo, dessa maneira, autores como Marcelo Lopes de Souza (1995)⁷, que explana em seus ensaios os processos que auxiliam na construção dos territórios.

Nesse sentido, “A Geografia interessada nas lutas indígenas e nas formas de organização territorial deve manter o diálogo mediador da Antropologia em suas análises” (MONDARDO, 2019, p. 35), posto isso, sob a óptica das ciências humanísticas, estudiosos procuram elaborar definições acerca do conceito de terra ou território indígena, para tanto, faz-se necessário entender as diferentes formas de aplicação desse conceito. Na geografia, Rogério Haesbaert (2004), em sua concepção de território, alude para a importância de retomar os estudos elaborados por autores como Bonnemaïson e Crambrèzy (1996), que proporcionam abordagens sobre povos tradicionais, em que a mesma, “reforça a dimensão do território enquanto representação, valor simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 50).

Na antropologia, o território indígena é incorporado, em alguns casos, a interpretação de terra tradicionalmente ocupada. Na leitura de Almeida (2008), a terra tradicionalmente ocupada, expressa uma ligação de pertencimento, uso e ocupação das pessoas para com o mundo natural, nesse sentido, o autor a concebe enquanto “áreas de uso comum, voltadas para o extrativismo, a pesca, a pequena agricultura e o pastoreio, focalizadas por diferentes instrumentos jurídicos” (ALMEIDA, 2008, p. 35). O uso desse termo para designar terras indígenas, surge, segundo Almeida (2008) a partir da emergência da identidade étnica, conforme se observa no fragmento:

⁷ Ver o texto de SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia conceitos e temas*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

O significado da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” tem revelado uma tendência de se tornar mais abrangente e complexo em razão das mobilizações étnicas dos movimentos indígenas, quilombolas, e dos demais movimentos sociais (ALMEIDA, 2008, p. 38).

Em contrapartida a interpretação realizada por Almeida (2008) – a qual, valorizam as manifestações tradicionais entre as pessoas e à terra – Mondardo (2019), em uma explanação geográfica, expõe a noção de tekoha⁸, uma expressão de língua Tupi Guarani, que “faz referência à dimensão espaçotemporal (material e simbólica) do quadro de vida indígena” (MONDARDO, 2019, p. 52), ademais, é a “e cosmopolítica indígena, tekoha apresenta uma concepção mais ampla do que terra, embora esta seja a base de sua elaboração. Tekoha, é o extenso da cultura” (MONDARDO, 2019, p. 57), dessa forma, verifica-se “que o tekoha tem sido uma dimensão geográfica, pela ênfase dada à terra como fator indispensável ao seu modo de viver” (MONDARDO, 2018, p. 142).

Sob outra óptica, Oliveira (2004), remete em seus ensaios que as terras indígenas podem ser compreendidas a partir do processo de territorialização, que ele define como:

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação e reestruturando as suas formas culturais (OLIVEIRA, 2004 p. 22-24).

⁸ Está associada à espacialidade indígena. *Teko + Há*, onde, *Teko* refere-se ao modo de vida, e *Há*, à Territorialização dessas relações sociais. (MONDARDO, 2018, p. 135).

Dessa forma, é possível observar na interpretação antropológica, a valorização da dimensão simbólico-cultural, como centro das relações entre as pessoas e o território que habitam.

A perspectiva de Oliveira (1997), busca enfatizar a percepção da população indígena sob sua própria história. Dessa forma, à terra indígena é compreendida a partir de uma interligação de saberes, entre as interpretações realizadas pelos próprios povos indígenas e os geógrafos que trabalham a temática. Diante disso, o autor resgata questões vinculadas à memória, e afirma que o território indígena é:

É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios, e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. É o espaço no qual, durante milênios, cada povo indígena ensaiou seus movimentos, seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo de vida, enfim construiu sua história (OLIVEIRA, 1997, p. 183).

E completa a definição, afirmando que é:

Um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume em produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima” (OLIVEIRA, 1997, p. 183).

Outro ponto de vista desenvolvido na geografia é elaborado por Lira (2005) que entende o território indígena como contraposto

ao território capitalista, pois, o “território indígena possui diferenças históricas significativas em relação ao território capitalista” (LIRA, 2005, p. 1). Segundo Lira (2005), as diferenças entre os dois territórios giram em torno de seu modo de uso:

O território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o território capitalista. O território indígena foge dessa concepção, pois ele está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de um povo e seu habitat. Considerando também, que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado.

A leitura sobre as distinções entre os territórios indígena e capitalista, pode ser visualizada, também, em Oliveira (1997):

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários (OLIVEIRA, 1997, p. 178).

No que concerne à definição jurídica sobre terras indígenas, observa-se que a interpretação é totalmente jurídica, e prescrita na Constituição Federal de 1988, dessa forma “Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil”. (CF 88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96, art. 231,

§ 1º). Ademais, “Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades” (FUNAI, 2016). O quadro 1 apresenta a modalidade das terras indígenas.

Quadro 1: Modalidade de terras indígenas – FUNAI (2016).

Terras tradicionalmente ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.
Reservas Indígenas: São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional.
Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.
Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área.

Fonte: FUNAI, (2016). Organização: Autor.

Com a finalidade de possuir o pleno controle sobre seus territórios, a principal pauta reivindicada pelos povos indígenas, é a demarcação de suas terras, e este processo é de competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No quadro 2, é possível observar as fases do processo administrativo demarcatório, que em tese, ocorreria em um período de até 5 anos, porém, no estado do Ceará, existem processos de demarcação de terras indígenas circulando há mais de 30 anos, tornando-se um dos estados mais atrasados nessa questão.

Quadro 2: Fases da demarcação – FUNAI (2016).

1ª Fase: Em estudo - Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.
2ª Fase: Delimitadas - Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão

acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.
3ª Fase: Declaradas - Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.
4ª Fase: Homologadas - Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.
5ª Fase: Regularizadas - Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.
6ª Fase: Interditadas - Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

Fonte: FUNAI, (2016). Organização: Autor.

Após a leitura das tentativas de definição do território indígena, torna-se necessário destacar a identidade e a presença dos povos indígenas do estado do Ceará, em suma, no seguinte tópico, destaca-se a população em números, as etnias e aspectos culturais.

Povos indígenas do estado do Ceará e atuação do movimento indígena

A partir do que foi exposto acerca da trajetória histórica dos povos indígenas no estado do Ceará, é possível compreender que a mesma, foi marcada, sobretudo, por resistências. O reconhecimento da identidade indígena deu-se, não apenas perante o senso comum, como é relatado à Barretto Filho em uma entrevista “Pela própria convivência você ia logo cirando, analisando. [...]. Em tudo eles (indígenas) são diferentes. [...]. Muito fácil da gente conhecer eles.” (BARRETO FILHO, 2004, p. 133). Ademais, também passam a ser reconhecidos de forma legal, como expressa o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH, 2015) no seguinte fragmento:

A legislação nacional mostrou-se favorável às causas indígenas a partir das mobilizações que resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, proporcionando, assim, possibilidades para o reconhecimento de múltiplas reordenações de agrupamentos que até então permaneciam invisíveis, desassistidos e sujeitos aos diferentes tipos de exploração nas relações de trabalho, tudo isso em meio a uma histórica expropriação territorial e a uma forte estigmatização pela sociedade envolvente (CDPDH, 2015, p. 9).

Entretanto, essas características não são reconhecidas de forma unânime pela maioria da população e, muitas vezes são ignoradas pelo estado. Assim, a luta dos povos indígenas não para, exercendo uma constante renovação, para alcançar seus interesses, e dentre essas dificuldades, pode-se observar, de acordo com o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (2015):

Dentre as maiores dificuldades enfrentadas atualmente pelos Povos Indígenas no Ceará estão: o reconhecimento étnico por parte da sociedade envolvente; a permanente luta pela demarcação de suas terras; a resistência contra a especulação imobiliária; a instalação de empreendimentos em seus territórios tradicionais ainda não regularizados; e a morosidade e ineficiência do estado brasileiro em garantir seus direitos constitucionais ao território. São muitos os ataques aos direitos dos povos indígenas oriundos do poder legislativo federal, sobretudo patrocinado pela bancada ruralista (Deputados e Senadores ligados à agroindústria e grandes proprietários de terra). Esses ataques são fruto da ausência de representação indígena no parlamento e da forte mobilização gerada pelo poder econômico. Esse vazio representativo possibilita que as forças contrárias aos direitos indígenas ganhem força e eco nos espaços institucionais bem como no Congresso Nacional. O reflexo negativo disso está na elaboração dos projetos de lei, projetos de emenda à constituição, decretos, portarias etc., que

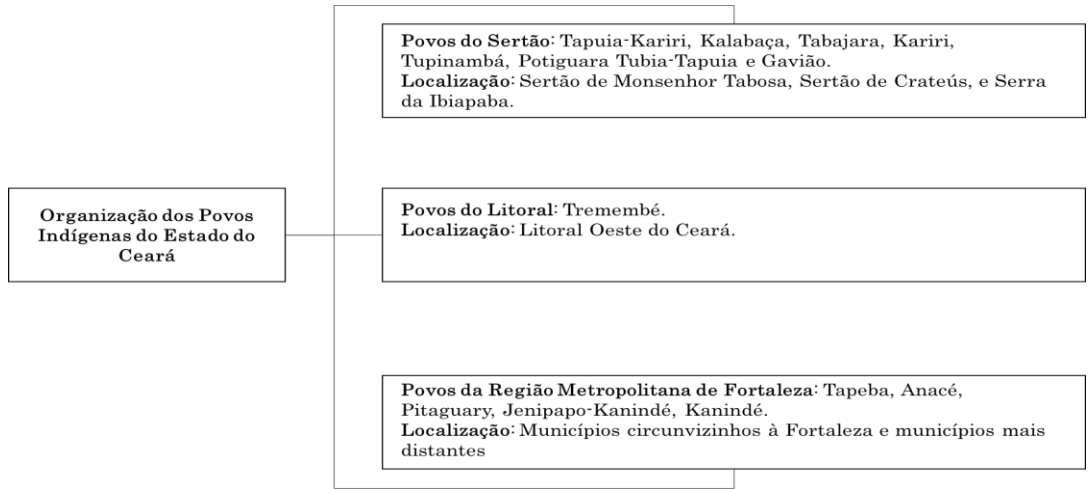
inviabilizam qualquer avanço na luta indígena uma vez que o poder legislativo é responsável pela criação de leis que vigorarão em todo território brasileiro e, por consequência, nas comunidades indígenas (CDPDH, 2015, p. 20).

Diante disso, surgido a partir de uma necessidade interna de organização, o movimento indígena, atua como parte essencial do processo de territorialização, que conforme Almeida (2008):

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA, 2008, p. 118).

Nesse sentido, o movimento indígena no estado do Ceará, atua como principal articulador dos interesses de 14 povos indígenas no território cearense. Além de compreender articulações internas, integram em âmbitos regional e nacional a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A principal luta do movimento indígena, circunda na demarcação de terras indígenas, e conseqüentemente, o reconhecimento cultural. Com a finalidade de estabelecer uma sistematização geopolítica entre as etnias, nasce uma estratificação que fragmenta em três grandes grupos os nativos do estado do Ceará, sendo utilizado como critério para divisão, a proximidade política e geográfica, assim, tem-se: os Povos da Região Metropolitana, Povos do Sertão e Povos do Litoral.

Figura 1: organização geopolítica dos povos indígenas do Ceará.



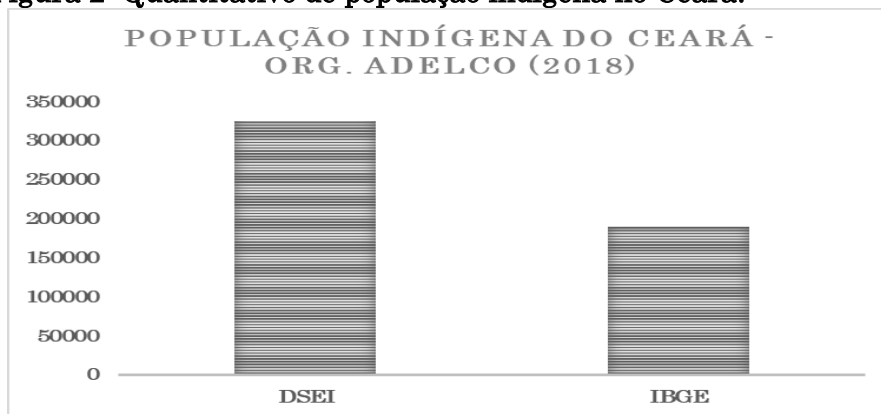
Fonte: ADELCO (2018). Organização: Autor.

Posto isso, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH, 2015) e outros órgãos como a Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (AELDCO) afirmam que, se tem o conhecimento de 16 etnias presentes no estado, no entanto, apenas 14 etnias estão vinculadas ao movimento indígena, sendo essas: Tapeba, Tabajara, Potiguara, Pitaguary, Tremembé, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tubiba-Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá, e estão dispostas em 18 municípios do estado. De acordo com o Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará (DSEI-CE) da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Ceará (SESAI-MS-CE), no ano de 2016, garante em sua área de cobertura, atendimento à 20 (municípios).

Segundo as fontes de dados disponíveis, como o Sistema de Informação à Atenção da Saúde Indígena (SIASI) e o Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará (DSEI-CE) da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Ceará

(SESAI-MS-CE), os mesmos, contabilizam a presença de cerca de 32 mil indígenas autodeclarados no Ceará, no ano de 2016. Apesar desses dados estarem relacionados ao atendimento oferecido à população dentro da área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena, e não corresponderem a um Censo Demográfico específico, tal qual o Censo Demográfico da População Indígena⁹ realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), optou-se para sua utilização na realização deste estudo, por tratarem-se de dados mais específicos e atualizados. A Figura 2 apresenta o quantitativo de população indígena no Ceará.

Figura 2: Quantitativo de população indígena no Ceará.



Fonte: ADELCO (2018). Organização: Autor.

Ao comparar os dois quantitativos apresentados, observa-se uma grande discrepância entre os dados. Enquanto a contagem do Distrito Especial de Saúde Indígena apresenta, no ano de 2016, cerca de 32 mil pessoas dispostas em 18 municípios, o Censo Demográfico, ressalta no ano de 2010, a presença de cerca de 19 mil pessoas autodeclaradas indígenas, distribuídas em 162 municípios do estado do Ceará, uma diferença não só de caráter quantitativo, mas também

⁹ Ver em IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012.

de caráter locacional. Assim, os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são frutos de respostas a um questionário, no qual, o sujeito responde as seguintes indagações (IBGE, 2010):

6.04 – A sua cor ou raça é: 1 – Branca; 2 – Preta; 3 – Amarela; 4 – Parda; 5 – Indígena.

6.05 – Você se considera indígena? 1 – Sim; 2 – Não.

6.06 – Qual é a sua etnia ou o povo a que pertence?

6.07 – Fala língua indígena no domicílio? (Considere também o uso da língua de sinais: 1 – Sim; 2 – Não.

6.08 – Qual (is)? (ADELCO, 2018, p. 25).

Em suma, os questionamentos apresentam demasiada objetividade, apesar de alguns avanços no detalhamento dos critérios, sobretudo, aos que se referem ao “pertencimento étnico, bem como sobre a língua falada nos domicílios, marca o aprimoramento do censo, considerando critérios internacionais de reconhecimento étnico.” (ADELCO, 2018, p. 25) abordarem questões de cunho indenitário. Assim, “o IBGE não estratifica as estimativas populacionais por cor ou raça, não havendo, portanto, um dado oficial atualizado para a população indígena com base nos censos demográficos”. (ADELCO, 2018, p. 26).

Após realizar essa abordagem de caráter quantitativo geral, manifesta-se a necessidade de explicitar de forma representacional a distribuição geográfica e a situação fundiária das terras indígenas do Ceará, por povo. Para tanto, será utilizado como critério de sistematização no quadro, a organização geopolítica elaborada pelo movimento indígena do Ceará, separando em blocos, os Povos do Sertão, Povos do Litoral e Povos da Região Metropolitana de

Fortaleza, e após a leitura do quadro, é possível observar sua localização no estado a partir da representação gráfica.

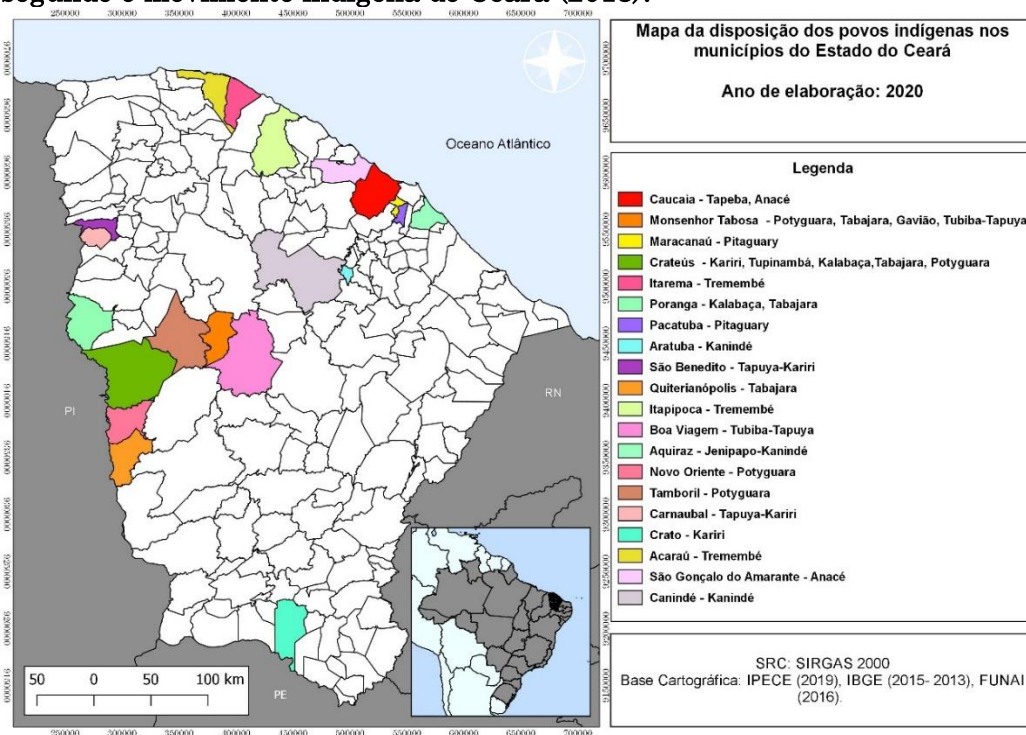
Quadro 3: Localização, situação fundiária e quantitativo populacional por etnia dos povos indígenas do Ceará.

Os Povos Indígenas do Ceará - ADELCO e CDPDH (2018; 2015)			
Povos do Sertão			
Etnia	Localização	Situação Fundiária	População em números
Tapuya-Kariri	São Benedito e Carnaubal.	Início do processo: 2007 Situação: Em estudo	736 indígenas
Potyguara	Monsenhor Tabosa, Tamboril Crateús e Novo Oriente.	Início do processo: 2003 Situação: Transferência do Incra para Funai.	4.658 indígenas
Tabajara	Monsenhor Tabosa, Tamboril, Poranga, Crateús e Quiterianópolis	Início do processo: 2003 Situação: Sem providências	4.840 indígenas
Gavião	Monsenhor Tabosa	Início do processo: SD Situação: Sem providências	86 indígenas
Kalabaça	Crateús e Poranga	Início do processo: 2003 Situação: Transferência para a FUNAI	290 indígenas
Tupinambá	Crateús	Início do processo: 2003 Situação: Sem providências	23 indígenas
Kariri	Crateús e Crato	Início do processo: SD Situação: Sem providências	215 indígenas
Tubiba-Tapuya	Monsenhor Tabosa e Boa Viagem	Início do processo: 2003 Situação: Em estudo	243 indígenas
Povos do Litoral			

Tremembé	Itarema, Acaraú e Itapipoca	Almofala - Início do processo: 1986 - Delimitada Córrego João Pereira - Início do processo: 1992 - Homologada Queimadas - Início do processo: 2003 - declarada Barra do Mundaú - Início do processo: 2003 - declarada	3.817 indígenas
Povos da Região Metropolitana de Fortaleza			
Tapeba	Caucaia	Início do processo: 1985 Situação: Delimitada	8.010 indígenas
Anacé	Caucaia e São Gonçalo do Amarante	Taba dos Anacé - Início do processo: 2003 Situação: Encaminhada Anacé - Início do processo: 2003 Situação: Em estudo	2.361 indígenas
Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba	Início do processo: 1993 Situação: Declarada	4.478 indígenas
Jenipapo-Kanindé	Aquiraz	Início do processo: 1995 Situação: Declarada	409 indígenas
Kanindé	Canindé e Aratuba	Início do processo: 2001 Situação: Em estudo	1.177 indígenas

Fonte: ADELCO (2018); CDPDH (2015). Organização: Autor.

Mapa 1: Distribuição dos povos indígenas do Ceará por município segundo o movimento indígena do Ceará (2018).



Fonte: ADELCO (2018), CDPDH (2015). Organização: Autor.

Como instrumento de consolidação das variadas práticas identitárias, a instauração de políticas públicas atua no “fortalecimento da produção, da difusão e do consumo de manifestações culturais” (ADELCO, 2018, p. 108). Para tanto, “destacam-se, entre os povos indígenas do Ceará, o acesso à Política de Pontos de Cultura promovida pelo Ministério da Cultura (Minc) e as iniciativas de museus indígenas”. (ADELCO, 2018, p. 109). Dentre os museus e pontos de cultura identificados no estado do Ceará, a Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (ADELCO, 2018) afirma que:

Foram identificados nove museus ou pontos de cultura indígenas em funcionamento, sendo: 5 museus em aldeias do movimento Potygatapuaia na

Terra Indígena Serra das Matas, 1 museu na aldeia de Jucás na cidade de Monsenhor Tabosa, 1 museu do Povo Kariri na cidade de Crateús, 1 museu do Povo Kanindé em Aratuba, e 1 museu Jenipapo Kanindé na Terra Indígena Lagoa Encantada. Há também um museu na Terra Indígena Tapeba, o Cacique Perna de Pau, que se encontra fechado, e um museu em fase de implantação e finalização na Terra Indígena Pitaguary. Foram identificados, ainda, povos com planos de construção de 3 novos museus ainda não implantados: Povo Tapuya Kariri, Povo Tremembé de Almofala e Povo Tremembé de Queimadas (ADELCO, 2018, p. 110).

Considerações finais

A partir do exposto, é possível concluir que a população indígena no Ceará constitui um papel indispensável, tanto na formação territorial, como na formação cultural do povo cearense. Assim, ressalta-se a importância de visualizar, mesmo que de uma forma resumida, as lutas, os conflitos a que foram expostos, e sobretudo da resistência que emanam.

As lutas cravadas em torno de questões territoriais, permanecem no período atual e, em suma, como os próprios indígenas afirmam, a demarcação de terras indígenas consiste em um processo muito lento. A partir dos anos de 1990, o movimento indígena se fortalece no estado do Ceará, sendo uma forma de organização que visa a união para alcançar a garantia de direitos prescritos na legislação brasileira, como o direito à terra, educação e saúde diferenciada. Em comparação com outros estados do Nordeste do Brasil, em relato, a população indígena afirma que o estado do Ceará é um dos mais atrasados na demarcação de terras indígenas, e por conta disso, muitas vezes a população recorre a prática da autodemarcação, ou seja, as retomadas. No ano de 2017, as

retomadas reacenderam em torno de um dos territórios indígenas cearenses, a terra indígena Tapeba, localizada em Caucaia, município da Região Metropolitana de Fortaleza, onde rodovias foram bloqueadas, ocupações efetivadas, e conflitos travados.

No que se refere à população, a partir da observação dos dados disponíveis em diversos portais, o Ceará apresenta um quantitativo razoável de indígenas. Os municípios de Caucaia e Monsenhor Tabosa apresentam os maiores contingentes populacionais de indígenas do estado, de acordo com o Sistema de Informação à Atenção da Saúde Indígena (SIASI), contabilizando unidos, um total de 14.892 indígenas, já os municípios de Canindé e São Gonçalo do Amarante são os que possuem o menor contingente de população indígena, apresentando juntos cerca de 300 indígenas. As interpretações dos dados populacionais proporcionam a compreensão da distribuição da população no território cearense, e esta está associada à processos históricos de organização, influências externas e desagregação de grupos.

No Ceará, a cultura indígena pode ser destacada em alguns aspectos cotidianos, como dormir em redes, ter presente em sua dieta cotidiana alimentos feitos à base de milho e farinha de mandioca, como a tapioca. As manifestações culturais de origem indígena giram em torno de rituais sagrados, apresentando diferentes danças, ritos, vestimentas, alimentos e músicas. Nos momentos de festa, a população destaca que as vestimentas são confeccionadas com fibras de carnaúba, tucum ou palhas, para beber, produzem o mocoororó, bebida feita à base de caju, para a comemoração dançam o toré sagrado ao som do maracá, nas escolas praticam esportes tradicionais, e emanam cantos baseados em suas lendas e mitos, e em alguns municípios como Caucaia, reservam um dia em seu

calendário festivo para celebrar a presença indígena no território. A cultura, é um elemento fundamental para a compreensão das raízes indígenas, pois a propagação dos costumes e ensinamentos ancestrais é feita de geração para geração, como aponta Claval (2007), quando ressalta que a cultura é primeiramente uma herança.

Por fim, os povos originários do Ceará buscam visibilidade nas lutas por terra e direitos básicos como educação e saúde, para isso, concentram-se em organizações em diversas escalas nacionais, estaduais e locais. Afirmam que a demarcação de terras é essencial para sua existência, pois, enxergam-na como o palco de todas as suas relações sociais, carregada de símbolos e significados, e por conta disso, a leitura do território contribui diretamente para a compreensão desses conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- ADELCO. *Situação dos Povos Indígenas no Ceará*. Fortaleza, 2018.
- ALBUQUERQUE, M. C. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Fortaleza, (Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará) 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ANDRADE, M. C. de. *Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina*. São Paulo: 4ª Ed. Editora Atlas, 1987.
- BARRETTO FILHO, H. T. invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In OLIVEIRA, J. P. de (org). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. LACED, 2004.
- BARRETTO FILHO, H. T. *Tapebas, Tapebanos e pernas e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica*. DAN/ Ceará UNB, Brasil, 1994. (Série Antropologia, 165).

CDPDH. *Dossiê: denúncia sobre a situação territorial dos povos indígenas no Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza: 2015.

CÂMARA, J. A. Aspectos do domínio holandês no Ceará. Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*, 1965.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3ª Edição. Florianópolis: Ed UFSC, 2007.

DANTAS, B. G. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um esboço histórico. In CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

FUNAI. *Modalidades de Terras Indígenas*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FUNAI. *Legislação Indigenista*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/legislacao>. Acesso em: 30 abr. 2020.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2012.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

LEITE NETO, J. *Índios e Terras: 1850-1880*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

LIRA, E. R. de. A geografia, o território capitalista e o território indígena. *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira* – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

MONDARDO, M. *Tekoha: Lutas Indígenas pelo Território*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência* SP. USP/FFLCH. Livre Docência 1997.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In OLIVEIRA, J. P. de (org). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. LACED, 2004.

PORTO ALEGRE, M. S. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do Trabalho livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, Edições UFC, 1989/ 90.

PORTO ALEGRE, M. S. *Rompendo o silêncio: por uma revisão do "desaparecimento" dos povos indígenas*. 1992.

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil*, São Paulo: Hucitcc: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

RATTS, A. J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas do Ceará. *Cadernos Ceru*. Série 2 – n°9. 1998.

STUDART FILHO, C. Aborígenes do Ceará. Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*, 1962.

VASCONCELOS, T. S. L. *Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio*. 1. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2016.

Submetido em: 08 de maio de 2020.

Devolvido para revisão em: 03 de junho de 2020.

Aprovado em: 12 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

LIMA, Vitória Alves. Ceará raízes indígenas: sobre os povos, territórios e cultura. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 723-761, jan.-jun./2020.

**TERRITORIALIDADES NEGRAS E A
COLONIALIDADE DO SETOR
TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO BAIXO
SUL DA BAHIA**

*BLACK TERRITORIALITIES AND
COLONIALITY OF THE TOURIST REAL
ESTATE IN THE LOWER SOUTH OF BAHIA*

*TERRITORIALIDAD NEGRA Y LA
COLONIALIDAD DEL SECTOR TURISTICO
INMOBILIARIO EN EL BAIXO SUR DE
BAHIA*

RAMON ALVES MALTA

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano (IF Baiano) – Valença/BA
E-mail: remonalvesmalta@gmail.com

EDUARDO ÁLVARES DA SILVA BARCELOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano (IF Baiano) – Valença/BA.
E-mail: eduardo.barcelos@ifbaiano.edu.br

Resumo: Os processos contemporâneos de territorialização de grandes projetos no território nacional tem reproduzido a colonialidade do poder como princípio organizador que articula as múltiplas hierarquias e desigualdades do sistema mundial capitalista. A permanência de formas coloniais de classificação, fragmentação e exclusão territoriais leva adiante a produção de múltiplas dinâmicas de desterritorialização e uma complexidade de práticas que desorganizam ecossistemas locais e formas produtivas autóctones e potencialidades de autonomia e emancipação. Na presente investigação a análise dos conflitos socioambientais envolvendo o setor turístico-imobiliário e as comunidades camponesas negras localizadas ao Sul da Ilha de Boipeba, no Baixo Sul da Bahia, ilustra a permanência de difentes práticas coloniais e processos de desterritorialização. As evidências empíricas revelam alguns aspectos da colonialidade do poder, fornecendo elementos para entender de que modo a violência antinegra tem sido exercida a fim de viabilizar o turismo elitizado e o branqueamento territorial.

Palavras-chave: colonialidade, Baixo Sul da Bahia, território, camponato, racismo.

Abstract: Contemporary processes of territorialization of major projects in the national territory have reproduced the coloniality of power as an organizing principle that articulates the multiple hierarchies and inequalities of the capitalist world system. The permanence of colonial forms of territorial classification, fragmentation and exclusion leads to the production of multiple dynamics of deterritorialization and a complexity of practices that disorganize local ecosystems and indigenous productive forms and the potential for autonomy and emancipation. In the present investigation, the analysis of socio-environmental conflicts involving the tourist real-estate sector and the black peasant communities located in the south of the island of Boipeba, in the Lower South of Bahia illustrates the permanence of innumerable colonial practices and processes of deterritorialization. The empirical evidence reveals some aspects of the coloniality of power, providing elements to understand how anti-black violence has been exercised in order to make elite tourism and territorial whitening viable.

Keywords: Coloniality, Lower South of Bahia, Territory, Peasantry, Racism

Resumen: Los procesos contemporáneos de territorialización de mega proyectos en el territorio nacional han reproducido la colonialidad del poder como un principio organizador que articula las múltiples jerarquías y desigualdades del sistema mundial capitalista. La permanencia de las formas coloniales de clasificación territorial, fragmentación y exclusión conduce a la producción de múltiples dinámicas de desterritorialización y una complejidad de prácticas que desorganizan los ecosistemas locales y las formas productivas indígenas y el potencial de autonomía y emancipación. En la presente investigación, el análisis de conflictos socioambientales relacionados con el sector turístico-inmobiliario y las comunidades campesinas negras ubicadas en el sur de la isla de Boipeba, en el sur de Bahía, ilustra la permanencia de innumerables prácticas coloniales y procesos de desterritorialización. La evidencia empírica revela algunos aspectos de la colonialidad del poder, proporcionando elementos para comprender cómo se ha ejercido la violencia contra los negros para hacer viable el turismo de élite y el blanqueamiento territorial.

Palabras clave: colonialidad, Baixo Sur de Bahía, territorio, campesino, racismo.

Introdução¹

Nos últimos anos, a emergência de conflitos socioambientais envolvendo grandes projetos de desenvolvimento aprofundou os processos de violência e desterritorialização de formas produtivas tradicionais e complexificou as estratégias de resistência e antagonismo. A chegada de grandes empreendimentos vem impondo práticas espaciais de poder que moldam as diferentes histórias e geografias locais, anunciando uma profunda “modelagem” da ordem sócio-territorial, onde os grandes projetos condicionam, dão origem e fazem constituir diferentes formas de exclusão e precarização territoriais marcadas pelo conflito e por processos coloniais históricos.

A análise destes conflitos – onde se opõem distintos ordenamentos territoriais e grupos que legitimam suas práticas e formas de uso do território – permitem decifrar as agendas políticas e as contradições vividas pelos atores envolvidos. Nos territórios rurais onde se concentram o campesinato negro e indígena estes conflitos tem recrudescido a reprodução das estruturais coloniais baseadas na raça e racismo e uma dinâmica de marginalização e invisibilização diante da atuação do Estado, articulado com grupos econômicos.

No Baixo Sul da Bahia, os conflitos socioambientais intensificaram-se nas últimas décadas e envolvem uma série de desdobramentos motivadas pela especulação turística e imobiliária. A região se destaca pelo seu rico patrimônio natural e por uma rica diversidade cultural associada às territorialidades de comunidades

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Especialização em Meio Ambiente e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano, *campus* Valença, Bahia.

pesqueiras tradicionais, aqui consideradas como *campesinato de influências indígena e africana* (bantu-indígena) (BRANDÃO, 2018; grifo nosso).

Por concentrar esta rica diversidade socioambiental, a região é alvo de intensa especulação fundiária e tem se caracterizado como zona de influência de inúmeros arranjos políticos de desenvolvimento (PORTO, 2016), por meio de projetos envolvendo grandes corporações e agentes financeiros como o Grupo Michelin, grupos empresariais de Maricultura, Grupo Globo (Família Marinho), Armínio Fraga, Banco Opportunity, Cultrosa, Cantagalo e outros.

O turismo em Itacaré, Barra Grande, Boipeba, Moreré, Morro de São Paulo tem potencializado a especulação do setor turístico-imobiliário (sobretudo na construção de resorts, hotéis, aeroportos, helipontos, campos de golfe, marinas, hidronegócio). A ação coordenada dos grupos econômicos tem atuado no sentido de elitizar o turismo e controlar e concentrar a oferta de bens e serviços, capazes de garantir a construção de "espaços de lazer". A condição essencial para este exercício – no caso para que a colonialidade opere – tem sido a expulsão deste campesinato que historicamente ocupou esses espaços e a oferta de trabalhos precários.

A fim de desbobrar estas dinâmicas de poder envolvendo as disputas territoriais no Baixo Sul da Bahia, o presente trabalho toma como ponto de partida a análise dos processos de (des)territorialização no Sul da Ilha de Boibepa, Baixo Sul da Bahia, recuperando as trajetórias de formação do campesinato negro e os conflitos socioambientais e antagonismos mais recentes envolvendo o setor turístico-imobiliário na região. A figura 1 ilustra a região envolvida na pesquisa.

Figura 1: Municípios, comunidades e cercamento de terras por grandes empreendimentos turísticos e imobiliários no Baixo Sul.



Fonte e elaboração: Eduardo Barcelos e Ramon Malta

A partir de um resgate historiográfico e etnográfico das comunidades de Cova de Onça na Ilha de Boipeba, situada no município de Cairu e de Barra dos Carvalhos, no município de Nilo Peçanha, o objetivo do trabalho foi analisar de que modo a violência colonial e antinegra tem sido reproduzida historicamente na viabilização das elites locais e, mais recentemente, dos grandes interesses do capital turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia.

O caminhar dessa pesquisa traz contribuições que são fruto de interações com inúmeros interlocutores. Cada ida às *roças*, aos portos, às ruínas das casas de farinha, ao *território*, proporcionou captar as percepções sobre o modo de vida, as estratégias de territorialização, de afirmação da condição camponesa, mas, sobretudo, do contexto de ameaças, da violência e do confronto social envolvendo o setor turístico-imobiliário. Neste caminhar, adotou-se a observação participante e a escuta ampliada enquanto método de pesquisa, que deu conta de capturar as falas, visões e percepções dos comunitários sobre o conflito (HAGUETTE, 2010). Além disso, a partir das vivências no território, procedeu-se ainda com entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade, história oral e uso de questionários, envolvendo 54 camponeses/as.

Assim, busca-se com este trabalho uma discussão acerca da relação território, conflito e colonialidade.

***“Farinha branca e braços negros”*: o Baixo Sul, a terra e o campesinato negro como problema**

As diversas formas de ocupação territorial pela população local na porção Sul da Ilha de Boipeba, no Baixo Sul da Bahia, permaneceram como estratégias para manter diferentes populações na terra e, conseqüentemente, para manter a condição camponesa

marcada pela atividade agrícola, extrativista e pesqueira. Estas diferentes formas comunitárias confrontava-se com as elites fundiárias locais, onde a terra era a forma de acumular riqueza e as estratégias estavam sempre marcadas por práticas fraudulentas, pois tratava-se de criar documentos que viabilizassem o fato das terras serem de particulares, onde os "tarefeiros" tinham um prazo para cultivar suas tarefas de mandioca. Mas, na prática, o suposto pagamento ao arrendador previsto nestes documentos não era o aspecto mais importante. Na maioria das vezes, o pagamento nem acontecia, e o que importava era a relação que se estabelecia entre o suposto "dono da terra" e a população local – de arrendador e arrendatário.

Era comum a expulsão da população local da área sem nenhuma responsabilização ou "indenização", além da manutenção de relações de apadrinhamento e utilização da mão de obra negra local como modo de abrir fronteiras agrícolas a troco de um pedaço de terra para fazer roça de mandioca. Entre os comunitários de Barra dos Carvalhos e Cova de Onça, isso foi predominante no pós abolição (ver Figura 2).

Figura 2: Recibo de de arrendamento das décadas de 1938, 1983, 1965 e 1970.



Fonte: Ramon Alves (2018).

As configurações fundiárias estabelecidas no Baixo Sul apontam a importância da condição camponesa na formação territorial da região. Embora os clássicos que estudaram a estrutura econômica brasileira difundissem, no imaginário do conjunto de historiadores e outros pensadores da época, a representação de um “Brasil *plantacionista*”, relegando a um lugar marginal a produção para abastecimento interno e a condição camponesa, o brasilianista Barickman (2003) destaca, no Baixo Sul, o importante papel das Vilas de Baixo na produção de gêneros alimentícios realizado por pessoas escravizadas, além das interações socioeconômicas entre o Recôncavo Norte e Salvador. A economia que se desenvolvia na Ilha de Boipeba e nas demais Vilas de Baixo da Capitania Comarca de Ilhéus, tinha um protagonismo neste abastecimento interno. Durante o período colonial, as principais fontes de alimentação provinham da farinha de mandioca e da carne, cabendo a essa localidade um papel central no fornecimento do gênero alimentício que também sustentava o modelo do escravismo colonial.

Ao aprofundar o estudo sobre o modelo de produção escravista colonial, Gorender (2010) relata que os portugueses empregaram o sistema de concessão de pequenas parcelas de terras aos escravos não só no Brasil, mas também na Ilha de São Tomé, onde também existiu a “brecha camponesa”, descrita por Cardoso (1968). A “brecha camponesa” tensiona a visão monolítica da grande lavoura descrita por Caio Prado Júnior (monocultura, agroexportação e trabalho escravo) e o campo marxista de historiadores que não estiveram atentos para as diferentes formas camponesas. Esta configuração tornou-se tão importante que foi, inclusive, transferida para outras áreas coloniais e difundida no Caribe como o “Sistema do Brasil”. Estes aspectos foram corriqueiros em Cairu (BA), na relação entre os jesuítas, indígenas e a população negra, e depois nos aforamentos de terras realizados pelos jesuítas e a população local.

Uma análise minuciosa para os principais fatos da própria historiografia baiana nos permite identificar como a presença desta configuração era relevante. Ela aparecia nas diversas estratégias de guerra e revoltas populares, especialmente quando pretendia desabastecer a capital baiana de alimentos (sobretudo de farinha, sem ela a população da época morria de fome). Assim, as Vilas de Baixo (hoje Baixo Sul), quando somadas ao seu Recôncavo – onde prevalecia a produção açucareira e de tabaco – se tornaram importantes centros de abastecimento da capital.

Santos (2004), além de historiografar essa região e destacar esse abastecimento da metrópole Salvador, reconstituiu algumas insurgências indígenas e negras sob a forma de ataques e aquilombamentos no século XVII em Camamu. A autora aponta a crucialidade de pensar estes aspectos, se debruçando sob as regiões

vizinhas das Vilas de Boipeba e Cairu, pois foi ao lado destas duas vilas que Camamu tornou-se a principal produtora de farinha de mandioca das capitanias de Ilhéus e da Bahia por praticamente maior parte do período colonial. Este ponto destacado pela autora permite-nos perceber que as Vilas do Baixo Sul funcionavam em rede, portanto não faz sentido, na atualidade, fazer um recorte historiográfico que não privilegie essas relações, que permanecem forte no território.

Não destacar essa “brecha” no modelo escravista colonial é invisibilizar a sócio gênese e o papel de um *protocampesinato negro e indígena*, além de sua importância na produção de alimentos. Freyre (1978), em seus estudos, aponta que os trabalhos envolvendo a produção de farinha possuem amplo conhecimento indígena. No Baixo Sul, o intercâmbio entre os ameríndios e os diferentes povos da diáspora africana, sobretudo a exemplo do tronco linguístico Bantu, permitiu a estes últimos o aprendizado das atividades ligadas à produção de diversos subprodutos ligados à cultura da mandioca, tendo a farinha como o principal produto comercializável. Foi assim que ela se difundiu entre a população local.

Essas Vilas tem suas histórias marcadas por inúmeros conflitos, dentre eles os ataques de estrangeiros e brigas envolvendo aforamentos, pois as propriedades jesuítas eram terras arrendadas e as exigências giravam em torno da produção de farinha, da caça e da pesca através dos aldeamentos. Assim, tornavam-se recorrente os ataques, tanto dos povos indígenas que habitavam o “sertão limítrofe”, quanto a partir da conformação de mocambos, (especialmente no final do século XVII, período em que estoura, por exemplo, uma revolta em Camamu) (SANTOS, 2004).

Assim, estas estratégias de luta não poderiam ser fragmentadas entre camponeses negros e povos originários, pois, do mesmo modo que negros da diáspora e povos originários obtiveram e difundiram os aprendizados da culinária e do cultivo de plantas, fruto da relação desses dois povos, do ponto de vista das estratégias de luta por território essas trocas também teriam acontecido, sendo inclusive incorporadas pelos aquilombados.

A farinha de mandioca sempre foi um item fundamental da economia baiana, especialmente no abastecimento interno. A cultura da mandioca teve forte protagonismo deste campesinato, empenhando desde o aforamento e a ocupação de áreas, o plantio e a colheita até a atividade agroindustrial da produção desse gênero alimentício. No entanto, a visão monolítica que, durante um período, difundiu o território do Recôncavo como exclusivamente produtor de cana-de-açúcar e tabaco, invisibilizou tanto o papel que estes sujeitos desempenharam quanto das Vilas que se destacaram nessa tarefa.

E por falar em tarefa, o campesinato que se constituiu na porção Sul da ilha de Tinharé-Boipeba (que também se reconhece como tarefeiro e lavrador na relação com a agricultura, e pescador ou marisqueiro na relação com o mar), tem seu imaginário marcado por relações de aforamento, arrendamentos e concessões de terras ao longo do século XX, dedicados à essa produção e de outros cereais, mas ambas movidas por mãos negras. Tanto as fontes baseadas na História Oral e nos arquivos impressos, quanto nos contratos de arrendamentos levantados revelam a produção de culturas alimentares, chamadas pelos comunitários mais velhos de *cereais*.

A relação arrendador e arrendatário, que predominou ao longo do século XX, no Sul da Ilha de Boipeba, é marcada por relações de poder que desvelam muitos aspectos, como acordos estabelecidos

por fora do plano jurídico, práticas costumeiras que prevaleciam sobre o legislado, relação de superexploração da mão de obra negra ou, como diria Bruno (2019), ações coercitivas de controle da força de trabalho, com a emergência da especulação destes territórios.

Por conta da naturalização das estruturas de poder – *status* do branco como o privilegiado que atua no sentido de manter as desigualdades e os não brancos na subalternidade – as ofensivas recentes dos grupos econômicos, as manobras judiciais, a atuação dos diversos órgãos ambientais não é vista como uma ação antinegra. O *habitus* social que internalizou a posição dos pais destes camponeses na sociedade atual potencializou essa naturalização, revelada pela investigação de Alves (2018). Ao estudar a periferia de São Paulo, ele desvenda como o estado produz geografias da morte a um grupo (pobre e negros) e o privilégio para outros (branquitude), ao passo que celebra a idéia de homem cordial e sua abordagem revela uma economia da violência antinegra na construção do Brasil.

Os pobres urbanos são vistos como uma *ameaça de subdesenvolvimento*, assim na tentativa de atrair e viabilizar investimentos estrangeiros, a garantia da cidade sem pobres tornou-se uma questão de desenvolvimento urbano. Logo, no modelo de governança liberal, agrupam-se agendas de segurança e de desenvolvimento, e a raça é mobilizada a medida que o sistema de justiça é implantado para conter o crime negro na justificativa de reduzir a criminalidade (Alves, 2018). Estes aspectos são dimensões constitutivas não só da ordem urbana, mas serve para entendermos espaços não urbanos onde as contradições do urbano se manifestam, a exemplo dos projetos turísticos imobiliários na Ilha de Boipeba.

Do mesmo modo, reproduzindo esta mecânica racista e colonial, a grilagem judicial destinada ao capital imobiliário-

turístico no Baixo Sul reproduz esta violência antinegra e impossibilita o campesinato de exercer seus direitos civis, visto como indesejável, para que justifique a desocupação dos espaços destinados a promoção do turismo para consumidores de alto padrão e para construções imobiliárias de luxo. Assim como no passado, o “corpo negro” que historicamente territorializou o Baixo Sul, torna-se indesejável e vítima da necropolítica promovida por setores do estado. O destaque acima é crucial, pois o universo empírico em análise é negro, a Bahia é um território negro, e o Sul deste território, também.

Trajatórias históricas de ocupação da ilha de Boipeba: articulações do judiciário, empresariado e classe política

Se você tivesse um advogado, um padrinho, o primeiro ponta pé que ele deveria dar em era cima de Ana da Silva Pinto. Perguntar, a quem foi que você vendeu essa fazenda? A Ramiro Campelo de Queiroz [...]. Aí exigir esses documentos de compra e venda. Aí disse que Ramiro Campelo de Queiroz vendeu pra esse povo, povo que a gente não conhece [...]. Roberto Marinho, não sei lá quem [...] um cara que nem eu aqui, pescador de Barra dos Carvalhos, eu nem acesso a casa dessa Zete (Ana da Silva Pinto), nem sei onde é [...]. Então como é que posso desvendar uma coisa? Isso é caso pra advogado (C., camponês, residente em Barra dos Carvalhos, 2018).

As terras do Sul da Ilha de Boipeba já vinham sendo ocupadas por diversas gerações, *Bragantino*, *Claudemilson*, *Gildênio* – avô de um interlocutor, *Sóstenes*, avô do sr Batista, *Amarildo*, *Francino*, *Mané de Chico*² e diversas mulheres, tais como *Dona Rosa*, *Inês*, *Vane*. Todas essas pessoas eram camponeses/as. São alguns/as

² Os nomes destacados em itálico são de pessoas que já faleceram.

desses posseiros/as e as localidades Maricoabo, Porto de Miguel, Porto Dendzeiro, Porto de Euclides, Cueira, Cueirinha, Rio do Dendê, Rio Laranjeiras, Fonte do Campo da Roda, Fonte da Costa que evidenciam como esses/as camponeses/as constroem a paisagem que ganham seus nomes nos locais onde desempenharam as atividades de caça, pesca, extrativismo, cultivo da terra e acesso a água potável. Para subsidiar uma compreensão das tramas envolvendo a questão fundiária e as relações de poder que perduram desde o início do século passado e que se aprofundam agora como o grande empreendimento no sul da ilha segue alguns apontamentos de entrevistas realizadas, acerca das gerações que antecederam as territorialidades negras presentes na atualidade.

Os questionamentos sobre à genealogia da posse da terra relaciona os posseiros da atualidade à origem familiar dos camponeses antecessores que ocuparam o mesmo território. Alguns dos camponeses, nascidos na década de 1940 e 1960, são de famílias posseiras desde a época de seus bisavós e bisavôs; e outros camponeses ocupam o território desde a geração de seus avós e avôs. Assim, somando as gerações ligadas aos avós, avôs, bisavós e bisavôs, elas representam uma história secular. Esses elementos são interessantes, pois sugerem pistas para perceber de que modo essas territorialidades negras permaneceram no pós abolição. Tendo em vista a média de idade dos entrevistados, ao retroceder 4 gerações é possível retornar pelo menos a um século atrás para entender essas territorialidades.

De acordo com os relatos dos interlocutores, a trama da ocupação da terra pelos camponeses data do século XIX, apesar dos documentos restantes envolvendo arrendamento serem do início do século XX. O regime de ocupação era de arrendador e arrendatário,

sendo que as áreas entre 1 e 10 tarefas³ eram arrendadas aos camponeses por Mário Pinto, o mesmo que aparece nos recibos de arrendamento da Figura 2. Este emitia os recibos de arrendamento, com sua assinatura e timbre, em nome da Fazenda Cova da Onça e Companhia Valença Industrial (CVI), o que, segundo os interlocutores, indicam que Mario Pinto era o responsável (dono) das terras.

Um dos interlocutores chama atenção para o nível de escolaridade dos camponeses das gerações de seus avós. Eles eram analfabetos, e boa parte dos camponeses ainda hoje permanecem na mesma situação, fato este que tem dificultado o acesso à direitos e a justiça. De acordo com o censo agropecuário (IBGE, 2017), no estado da Bahia, entre outubro de 2016 e setembro de 2017, cerca de 22,35% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários nunca havia frequentado a escola, e apenas 11,72% tem o ensino médio regular. Ainda segundo esses dados preliminares (IBGE, 2017), em Nilo Peçanha, 25% dos produtores nunca frequentou a escola; cerca de 12,21% possui apenas o ensino fundamental (1º grau); 20,48% possuem o antigo primário (elementar) e 19,33% classe de alfabetização. A questão da escolaridade é importante para entender o contexto em que a repressão e a violência estatal é exercida e em que medida os camponeses tem condições de reagir.

³ Tarefa é uma unidade antiga de medida agrária. É comumente utilizada no Baixo Sul da Bahia, equivale a 4356 m² quadrados. Um hectare, unidade também usual no território em análise, tem cerca de 10.000 m² e equivale a cerca de 2,3 tarefas.

A Fazenda Cova de Onça frente às estratégias de reprodução camponesa

Nos diálogos em campo, os interlocutores se referiam à Mário Pinto como dono da antiga Fábrica de Tecidos situada em Valença e da Fazenda nas terras da União, no Sul da Ilha de Boipeba. Seu nome e sobrenome “Pinto” e em seguida Cosme Pinto consta nos recibos de arrendamento ao longo do século XX, demonstrando como esta família participou das tramas fundiárias envolvendo o Sul da Ilha.

A partir dos recibos analisados, que possuem a assinatura de Mário Pinto, datados de 1963, 1965, 1966, 1969 e 1970, junto com outras estratégias de pesquisa bibliográfica e de campo e análise documental foi possível construir essa associação junto com os interlocutores. Os recibos que possuem o timbre da Companhia Valença Industrial são da década de 1930, do ano 1935, referindo-se a *Terrenos – Fazenda Cova de Onça*. Estes recibos, já na mesma década, em 1938, passaram a ter o timbre Pinto e Irmão e com a mesma referência, *Terrenos – Fazenda Cova de Onça*. Do início da década de 1950 até o início da década de 1960 permanece o timbre Pinto e Irmão e a referência *Terrenos – Fazenda Cova de Onça* e, a partir de 1963, o timbre passa a ser o de Mário Amaro Pinto, mas a referência *Terrenos – Fazenda Cova de Onça* continua.

O interesse de Mário Pinto na ilha de Boipeba era na extração de madeira e na abertura de fronteira. Arrendava a terra apenas para culturas temporárias, e depois desse ciclo, a terra retornava para ele, pois a principal função dos camponeses era garantir a abertura de novas áreas. Os camponeses chegavam em áreas de capoeira ou mata e realizavam todo o trabalho de retirada da vegetação, da madeira, limpeza da área, encoivramento e depois

implantavam seus cultivos temporários como bananeira, mandioca e abóbora. Assim, a área ficava pronta a disposição do grileiro, sobretudo para poder plantar piaçava, dendê e côco. Nesse sentido, Mário Pinto ofertava novas áreas aos camponeses, que trabalhavam informalmente para os fazendeiros.

Os camponeses antigos, já falecidos, que estabeleciam esse regime de ocupação da terra, com os camponeses da geração de 1970 adiante iniciaram algumas estratégias de permanência na terra, através do estabelecimento de cultivos permanentes. Os depoimentos destacam que a introdução das culturas permanentes foi um dos componentes importantes para a fixação desses camponeses. Este é um dentre vários aspectos que evidenciam que não havia controle dessas terras pelo suposto *proprietário*. Ele utilizava a mão-de-obra nativa para ampliar seus domínios territoriais e, em troca, os camponeses arrendavam sua terra e realizavam pagamentos pequenos, pois precisavam, além de garantir sua alimentação, que tinha a farinha como base, realizar o comércio no mercado local em Barra dos Carvalhos e em Salvador.

Inúmeros camponeses relatam que, desde a segunda metade do século XX, já realizavam viagens para Salvador com embarcações, carregadas de cereais, para fins de comercialização. Deste modo, a população local com interesse em comercializar os produtos que provinham da terra rumo à Salvador, dedicava-se ao plantio de culturas temporárias, visto que eram proibidos de plantar outros cultivos permanentes, pois poderia se caracterizar usucapião.

Esta brecha para cultivo da terra e fixação, segundo os mais velhos, não foi bem aproveitada pelos jovens camponeses da comunidade (essa geração que hoje tem entre 25 e 35 anos). A maioria nessa faixa etária não fazia roças, mas desenvolviam

atividades a partir dos cultivos já existentes de seus pais ou, quando faziam, era em pedaços pequenos, limitando a reprodução da condição camponesa das gerações seguintes. Este aspecto dificultou a territorialização de todos os camponeses da comunidade, sobretudo os mais jovens, tendo em vista que até o momento que o terreno estava sob domínio de Cosme Pinto, o mesmo não impossibilitava os posseiros de cultivarem.

Castro (2009) destaca a exclusão no acesso aos serviços públicos: saúde educação, transporte e condições de produzir e comercializar os produtos das unidades familiares, como fatores primordiais que dificultam a sucessão rural e a permanência da juventude no campo. Além disso, o argumento da “preguiça dos jovens” é uma justificativa para o exercício da autoridade paterna na unidade familiar, colocando o jovem em uma condição subalterna. Assim, diante de uma situação de dificuldade relacionada à viabilidade econômica das unidades familiares, diante de um cenário de alta competitividade dos cultivos convencionais, os mais jovens buscam nos serviços melhores condições de trabalho, que sejam capazes de gerar renda monetária e melhores condições de vida (TROIAN e BREITENBACH, 2018).

Desta forma, ao permanecerem na zona rural, que é ribeirinha, veem a inserção nas atividades do circuito do turismo via pequenos fretes de embarcações ou trabalhos temporários no comércio até a criação de organismos aquáticos, como alternativa. Para estes jovens, filhos de camponeses que desenvolvem atividade agrícola e pesqueira, a atividade laboral ligada ao turismo é vista como a possibilidade de aproximação desse universo que exhibe um estilo de vida urbano, do turismo, do lazer e, corroborando com Castro (2009), ainda que essa inserção seja em condições precárias

no mundo do trabalho, é vista como uma possibilidade de afastamento dessa posição paterna hierárquica, que coloca o jovem em submissão dentro de um contexto marcado por dificuldades econômicas e sociais no seio familiar.

Construção afro-brasileira da paisagem e configurações identitárias a partir dos antagonismos

Figura 3: Paisagem do sul da Ilha de Boipeba e da comunidade de Barra dos Carvalhos.



Fonte: Ramon Alves (2018)

A construção da paisagem no Baixo Sul é marcada pela influência da população negra que soma-se aos conhecimentos indígenas. Fruto da contribuição desses dois povos, destaca-se os saberes na construção da casa de farinha, no processo produtivo e na obtenção do óleo e azeite de dendê que são seculares. A formação da paisagem também se constitui como forma de resistência desse campesinato de forte variante negra. Watkins (2015^a) aponta que

essas paisagens ajudaram a conformar as culturas e as identidades locais, bastando observar o pirão de farinha e dendê em confluência com a fauna aquática, a palmeira africana perto do mangue, e as *moquecas*, mariscada com azeite dessa palmeira, especiarias e muita pimenta.

A fotografia acima (Figura 3) mostra essa paisagem construída pela população diaspórica ao longo de décadas. Predomina a cultura do dendê e mais abaixo das plantas de porte maior há uma infinidade de cultivos. A fotografia foi realizada no campo das mangabas, local onde a comunidade da Cova de Onça realiza o agroextrativismo da referida fruta e reivindica o território comunal, grilado pela Fazenda Mangaba Cultivo de Coco. Do outro lado, é possível ver a comunidade de Barra dos Carvalhos, que historicamente teve essa territorialidade descontínua entre o continente e a Ilha. Conforme já destacamos nas tramas fundiárias, foram os camponeses dessa comunidade que se dedicaram aos diversos plantios, ao longo dos séculos, no Sul da Ilha.

Figura 4: Paisagem da costa litorânea próximo à Ponta dos Castelhanos das Mangabas em Cova de Onça, mostrando a costa litorânea.



Fonte: Ramon Alves (2018)

Ambas as fotografias (na Figura 4) também foram retiradas do campo das mangabas e que, na atualidade, tem sofrido a ofensiva da especulação imobiliária e turística via Fazenda Mangaba Cultivo de Côco (que possui o aparato jurídico de posse do território perante os órgãos competentes e aguarda o licenciamento para iniciar a construção do *resort*). Com isso, o acesso aos bens comuns (ar, água, natureza, praias) do patrimônio natural desta costa litorânea tem sido cada vez mais subordinado ao modelo econômico onde a prioridade parte da economia, e não do cidadão. As comunidades camponesas que habitam o território têm sido excluídas gradativamente do acesso a estes bens.

Conforme aponta Milton Santos (2011), há uma conjugação de esforços públicos e privados na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e de suas condições, associado à violação dos direitos de comunidades locais e aspectos do racismo como componente da trajetória colonial. Em consequência disso, há imposição de uma racionalidade econômica que é exercida, sobretudo por grupos econômicos, com o uso exacerbado da força e do poder estatal na consolidação e criação de condições que propiciem seu crescimento.

Dominação racial e configuração identitária

Essas territorialidades e paisagens construídas foram estratégias de defesa que se constituíram ao longo dos séculos. Ao apontar raça, racismo e a estrutura racial hierarquizada como aspectos norteadores dessa reflexão, isso não deixa de se refletir também no modelo agrário. Destaca-se aí duas questões centrais: a terra (território) e a raça estão presentes como problemas estruturais

da sociedade brasileira. Logo, os conflitos raciais são parte das instituições, e essa, inclusive, é a tese que afirma o racismo institucional. Sua concepção institucional “trata o poder como elemento central da relação social”. Racismo é sinônimo de dominação, “*detém poder os grupos que detém domínio sobre a organização política e econômica da sociedade*” (ALMEIDA, 2018, p. 30-31). No entanto, a manutenção desse poder depende da capacidade deste grupo de conseguir institucionalizar seus interesses, de naturalizar seu domínio ou cristalizar a naturalidade da dominação.

Deste modo, Almeida (2018) assinala que as instituições determinam e moldam o comportamento humano, sendo a naturalização de determinadas formas sociais em formas diferentes de se definir o conceito, sendo elas: i) instituições enquanto somatório de normas, técnicas, padrões de controle que condicionam o comportamento dos sujeitos, resultam das lutas e conflitos pelo monopólio do poder social; ii) instituições como parte da estrutura social que também carregam em si os conflitos existentes na sociedade, ou seja, as instituições são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle das instituições.

Da abordagem anterior, interessa explorar o segundo aspecto, imaginando que um cenário de conflito socioambiental nos oferece uma oportunidade a partir da empiria de explorar as contradições. É, também, dentro deste contexto que é possível discutir os processos de reconfigurações identitárias. Modonesi (2010) aborda o antagonismo e os processos de subordinação, ou seja, a condição de subalternidade quando uma comunidade local (um grupo social) experimenta, a partir do cenário da dominação

capitalista, a emergência de subjetividades políticas e de um conjunto de reivindicações.

Acerca da concepção estrutural do racismo, um aspecto interessante são as duas dimensões da sua politicidade. Uma delas é de interesse, a dimensão institucional, na qual o Estado e os setores, tais como o judiciário, criam mecanismos para a promoção da violência sistêmica enquanto prática do cotidiano (ALMEIDA, 2018). Todavia, nem sempre a promoção da violência estatal é vista como uma ação antinegra, tendo em vista que racismo é sinônimo de dominação, exercido com uso do aparato estatal.

A *doxa* de prevalência do preconceito de classe em detrimento do de raça no Brasil (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007) tem dificultado a visibilização do racismo estrutural. Entre a população negra, os efeitos disso no campo perpassa sobretudo pela questão territorial, seja na espoliação de uma base material, física e geográfica, ou na interferência sob a conduta destes grupos. Neste sentido, há uma tentativa de destruir uma base identitária ligada a um modo de vida tradicional, que tem a história e a memória de grupos específicos como pilar.

Watkins (2015^a, 2015b) destaca que, apesar da estrutura racial hierarquizada se refletir no modo de produção agrícola, ela se expressa também no avanço dos grandes empreendimentos (*resorts*), a partir da sua faceta colonial nesses ordenamentos. Por outro lado, ele revela a importância desse campesinato no Baixo Sul e o papel da população negra do campo na construção da paisagem afro-brasileira, sendo essa a população – de passado diaspórico – que preserva o patrimônio natural, biocultural e de práticas seculares.

Ao utilizar o termo agroecologia colonial para fazer referência ao período entre a proclamação da república e o pós-

abolição, Watkins (2015^a, 2015b) enfatiza que a agricultura baiana era muito expressiva, sobretudo no Sul da comarca de Ilhéus, com a produção de mandioca. A contribuição dos conhecimentos africanos na agricultura e na etnobotânica para a emergência do campesinato afro-brasileiro foi muito expressiva neste território, especialmente as contribuições para as dimensões ecológicas, culturais e econômicas nas Américas.

Figura .: Berçário em frente à comunidade Cova de Onça e local onde pescadores e marisqueiras armam seus apetrechos.



Fonte: Ramon Alves (2018)

É essa condição aberta e instável que pode potencializar a conformação de uma subjetividade política, pautadas pela ação, pelo antagonismo, pelo reconhecimento étnico e pela reivindicação de direitos. Modonesi (2010) ao revisitar os conceitos de subalternidade, antagonismo e autonomia, busca analisar e interpretar como se conformam os processos de subjetivação política no contexto das relações e processos de dominação. Além disso, de como os conflitos emergem e conformam essas subjetividades, também analisa os processos de subordinação, emancipação e insubordinação.

Antagonismo relaciona-se com a questão da consciência, da autonomia forjada a partir do conflito, da contradição, que favorece a emergência de um sujeito insubordinado – o antagonista – o sujeito que se configura no conflito. O antagonismo é o elemento potencial da subjetividade do trabalhador submetido a relação de exploração e dominação. Assim, a subjetividade subversiva e insubordinada (MODONESI, 2010) na atualidade não tem sido forjada pela maioria, tomando o caso do conflito estabelecido que envolve os camponeses de Barra dos Carvalhos e o grande projeto na Ponta dos Castelhanos. Apenas alguns camponeses tem forjado essa consciência de insubordinação e subversão em busca da emancipação.

Trajatória do conflito em Barra dos Carvalhos

De acordo com o Programa de Saúde da Família (PSF) de Barra dos Carvalhos, na localidade vivem cerca de 299 famílias. Após o processo de criação de camarão nas áreas de manguezais, aumentaram o número de ocorrências de acidentes relacionados ao trabalho (retirada da vegetação, destoca, queima, atividade predatória, etc.), que estão ligados, sobretudo, à instalação de viveiros. Na atualidade, tal atividade tem se tornado tanto um problema ambiental, ao impactar o meio ambiente, quanto de reprodução social, pois confronta o modo de vida tradicional dessa comunidade. Além disso, tem se configurado como uma questão de saúde pública.

A Associação dos Lavradores Rurais da Comunidade de Barra dos Carvalhos foi fundada em 2004. Os sócios viram na associação uma forma de travarem, juntos, a luta pela permanência na terra reivindicando seus territórios, o que tornou possível o reconhecimento de uma dimensão coletiva da luta. No entanto, houve

cooptação de indivíduos da comunidade, a fim de realizar o processo de fiscalização da área para intimidar os camponeses que andavam nas suas roças. A oferta de assessoria jurídica para criar e regularizar a Associação e, depois, travar a batalha judicial foi realizada por Adriano Meireles, ex vice-prefeito de Cairu e parente de Hildécio Meireles. Hildécio foi deputado estadual, e o mesmo tem seu nome associado a casos de grilagens de territórios quilombolas de comunidades pesqueiras no Baixo Sul, a exemplo de Graciosa, em Taperoá.

Segundo os pescadores, em 2006, a Associação entrou com ação contra Ramilo Campelo de Queiroz, que durou 10 anos, até uma decisão judicial autorizar a retirada do gado da área. No entanto, os prejuízos provocados pelo gado e pela ação de capangas e homens que derrubaram as plantas com motosserra não foram contabilizados. De acordo com os pescadores, em 2015, foi realizada a demarcação da área, mas as medições nunca foram disponibilizadas aos camponeses, ficando acessível apenas para os advogados.

O Projeto Turístico-Imobiliário da Ponta dos Castelhanos entra na questão, pois tanto os interlocutores quanto alguns documentos ressaltam que o grupo econômico deixou R\$ 10 milhões para ser pago após o processo de “regularização da área” perante a SPU via aforamento (AATR, 2017). E na audiência realizada com as partes havia 10 advogados de Ramiro Campelo de Queiroz contra dois advogados (supostamente dos camponeses), e um destes advogados era da empresa Mangaba Cultivo de Coco. Os camponeses relatam que seus advogados constantemente solicitavam que eles vendessem as terras a fim de pagar os honorários dos mesmos. Aqui acionamos o conceito de *cidadania mutilada* e concretamente a falta

de acesso à assessoria jurídica confiável como determinante para processos de grilagem judicial.

Morro de São Paulo como um paradigma: antinegitude, branqueamento e colonialidade do turismo elitizado no Baixo Sul da Bahia

Figura 6: O píer do Morro de São Paulo e o trabalho informal



Fonte: Ramon Alves (2018)

Morro de São Paulo (MSP) é um dos destinos mais visitados da Ilha Tinharé-Boipeba, tanto que tornou-se, na atualidade, uma “referência” para diversos jovens (sobretudo negros e rurais) das cidades do Baixo Sul, que migram à procura de trabalho. Este território tem se convertido gradativamente ao consumo privado de bens e corpos. O exemplo de MSP é fundamental para desvelar o modelo de turismo imposto na região como continuidade da colonialidade e os aspectos contraditórios envolvidos na construção do Projeto Turístico Imobiliário da Ponta dos Castelhanos.

A *doxa* do aumento do emprego e da geração de renda por meio do turismo e também motivada pelas narrativas geradas pelo futuro *resort* é um dos pontos destacados entre os jovens

comunitários de Barra dos Carvalhos e Cova de Onça. Isto faz alguns deles defenderem o empreendimento. Apesar deste ponto de vista partir de uma noção bem individualizada, de imaginar o território como pólo aglutinador de consumidores do turismo – inclusive de massas – podemos citar a Ilha de Tinharé, Morro de São Paulo – Cairu, como exemplo. Alguns pescadores, por terem lanchas ou pequenas embarcações, imaginam que estes veículos serão alugados, ou ainda os que possuem restaurantes e lanchonetes tem a expectativa dos turistas consumirem nestes estabelecimentos.

Retomando o MSP como exemplo trágico do turismo elitizado, podemos destacar alguns pontos. Geralmente os grandes resorts ou empreendimentos do ramo turístico-imobiliário já possuem os serviços de táxi aéreo, lanchas para visitas às piscinas naturais, passeios de volta as ilhas, refeições, hospedagens, e todas as questões pertinentes à oferta de serviços que a concepção elitizada de turismo já sugere. Esse padrão persiste no imaginário social de sujeitos do território e, inclusive, motiva sua reprodução em outras localidades. Além disso, uma quantidade elevada dos imóveis da localidade são de estrangeiros. Ou seja, a oferta dos principais serviços – pousadas, habitações, transportes e guias para passeios às Ilhas do arquipélago partindo de Morro de São Paulo – já possuem articulações com empresas e lanchas que fazem os percursos.

A partir destas tramas já estabelecidas, se torna muito difícil um turista contratar alguém fora desse nicho de mercado. Por dentro das vias legais, há uma monopolização proporcionada sobretudo pelo consumidor turista de alto padrão, mas também pelo turismo de massas. Com isso, a legislação atua no sentido de elitizar o turismo e concentrar os principais serviços nas mãos de alguns empresários.

Figura 7: Turismo elitizado nas Ilhas de Tinharé-Boipeba (piscinas naturais na praia de Garapuí e vista para o mar partindo da igreja na Velha Boipeba)



Fonte: Ramon Alves (2018)

A inserção destas articulações já consolidadas na região sugere uma concentração de renda, de recursos e de oferta de serviços para os consumidores de alto padrão, os mesmos que, normalmente, não desejam ter contato com a população nativa. Ribeiro (2018, p. 135), neste sentido, ao realizar um estudo conceitual de *gentrificação*⁴, afirma que ela “expressa um processo social, econômico e espacial que vai muito além da saída de moradores ocasionada pelas forças do capital, ou ainda da reforma de espaços físicos na cidade”.

A *gentrificação antinegra*, além de revelar um conjunto de práticas que fazem com que os corpos negros tornem-se indesejados na territorialização destes espaços para fins de lazer e usufruto do

⁴ A palavra *gentrification*, incorporada em nosso vocabulário como *gentrificação*, surge de uma observação feita por Glass em áreas da capital britânica na década de 1960, com a substituição de moradores mais pobres por outros integrantes de classes mais altas.

recursos naturais, reserva o *lugar subalternizado* para a população negra, expresso no carregamento das malas dos turistas nas ladeiras e escadas, no comércio ambulante, na cor dos garçons e garçonetes e no turismo sexual.

Essa dinâmica de branqueamento das praias do Baixo Sul vem acompanhada de uma autorização do uso do aparato estatal para realizar o controle destes corpos indesejados, vistos cotidianamente como promotores da violência, do tráfico e de ações indesejáveis contra a branquitude – que compõe o segmento de consumo do turismo elitizado – a exemplo do aumento da violência e do clamor por segurança que isso gera, com implicações na progressão do genocídio da população negra, majoritariamente jovem.

Ao buscar compreender as múltiplas dimensões espaciais que o racismo enquanto mecanismo de dominação desenvolve, Santos et. Al. (2017) desenvolve a concepção de *erritório to do erritório* como uma diretriz biopolítica racial hegemônica, que constitui um conjunto de dispositivos de poder, manifesto através de deslocamentos, expulsões de populações, imposições de formas culturais comportamentais e da relação natureza e sociedade. Tal diretriz sublinha a *colonialidade do poder* (GROSFOGUEL, 2008), pois centraliza raça e racismo como princípios organizadores que estruturam o território.

Para Quijano (2009) a imposição de uma classificação como padrão de dominação baseada em critérios raciais (étnicos) das populações do mundo, tem origem e difusão a partir da América, onde o trabalho, a raça e o gênero, constituem três instâncias diferentes pelas quais os indivíduos classificam e são classificados e a colonialidade do poder os articula numa estrutura comum. A partir

delas se ordenam as relações de exploração, dominação e conflito e os processos de classificação social fazem associação ou dissociação dessas instâncias pensando o complexo exploração/dominação/conflito. A dominação viabiliza a exploração, e raramente encontram-se separadas.

Figura 8. Branqueamento territorial na Ilha de Boipeba na praia da Cueira. A população local no trabalho informal enquanto a branquitude consome o turismo.



Fonte: Ramon Alves (2018)

O processo de gentrificação antinegra e de colonialidade tem efeitos diretos na desterritorialização das populações camponesas no Baixo Sul, pois, à medida em que o mercado turístico e imobiliário avança nos territórios, atraindo novos investidores – sobretudo internacionais – e inscrevendo a terra e os recursos naturais no mercado de terras, esse processo de desterritorialização e colonialidade se intensifica. Assim, as unidades familiares passam a não disporem das condições materiais necessárias para a reprodução da sua condição camponesa e da juventude, que passa a ocupar uma condição marginal e subalterna nas relações estabelecidas.

Com efeito, os territórios passam a sofrer uma série de modificações que limitam a reprodução da condição camponesa, causada pela ação do rentismo que vai modificando as dinâmicas do território. A inserção da juventude do campo no narcotráfico – enquanto componente fundamental do Estado – tem sido um dos dilemas. A medida em que a limpeza étnica, o branqueamento das praias, a elitização do turismo privatista avança, os ordenamentos inscrevem o território num cenário cada vez maior de precarização territorial para grupos específicos, obedecendo a uma hierarquia racial que, conforme aponta Peixoto e Silva (2016, p. 569), vai substituindo pessoas por uma paisagem cultural a gosto do mercado tendo o “branqueamento enquanto aspiração histórico da elite nacional”.

São estes aspectos que subsidiam, nos dias de hoje, a compreensão da forma de expressão desses ordenamentos, como reprodução de uma lógica colonial. Fernandes (1988, p.4) alerta que estes aspectos permanecem como traço fundamental “da continuidade de estruturas sociais e mentais coloniais e escravistas (...). O dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente”. Isso liga a luta de raças e a luta de classes.

Apesar dos debates ligados à gentrificação restringirem-se a uma análise da dinâmica capitalista no âmbito urbano, análogo ao que fez Ribeiro (2018), alguns aspectos são fundamentais para pensar o universo não urbano em análise e as novas formas de gentrificação em curso. Dentre essas novas formas tem-se o exemplo dos bangalôs na praia do Pratigi, situada ao lado de Barra dos Carvalho, via construção de Resort por estrangeiros e o Projeto da Ponta dos Castelhanos, no Sul da Ilha de Boipeba. Ambos projetos

atuam em territórios recentemente incorporados ao circuito do grande turismo e contam com uma gama de investimentos do capital imobiliário e de distintos agentes financeiros.

A gentrificação do espaço se expressa através da filtragem social e do protagonismo do Estado, substituindo grupos sociais frequentadores destes espaços por outros grupos (RIBEIRO, 2018). O processo de gentrificação comercial expresso em Morro de São Paulo e Boipeba é um exemplo concreto, no qual consiste no pioneirismo de alguns comerciantes de certas áreas que passaram a adaptar seus comércios para atrair determinada clientela, com elevado poder aquisitivo.

Outro exemplo é em Pratigi. O Festival Universo Paralelo que acontece a cada dois anos na Praia de Pratigi, na costa litorânea entre os municípios de Nilo Peçanha e Ituberá tem gentrificado o uso daquele espaço. Pratigi, por exemplo, era uma praia popular, amplamente visitada pela população local. O festival, no entanto, é privativo, conta com música eletrônica e diversos artistas de renome nacional e internacional. O evento custa caro para a realidade do território e o público que frequenta é composto de pessoas de outras localidades do Brasil e de outros países, pessoas majoritariamente brancas, de classe média alta, que aproveitam esse período para desfrutar do "Universo Paralelo". A população local, ao contrário, aproveita para trabalhar esse período.

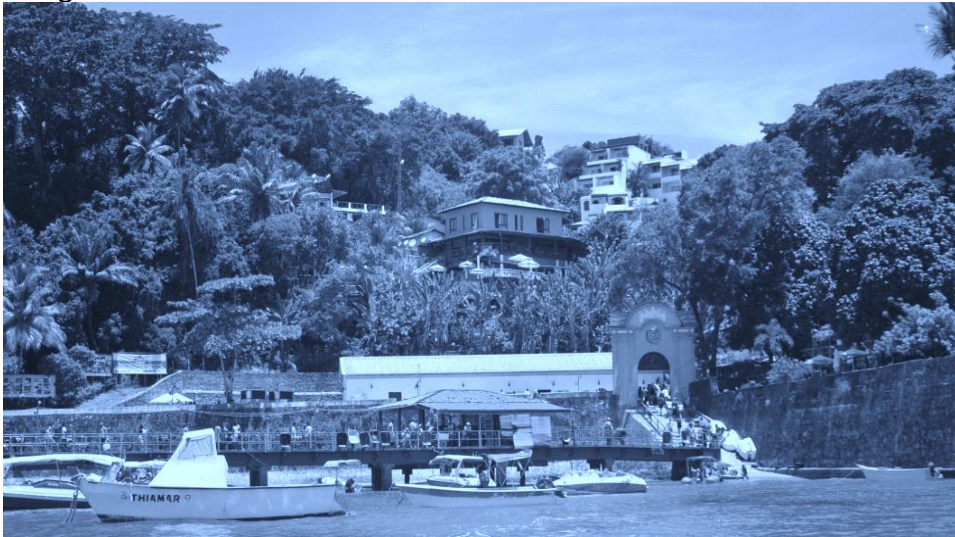
A ação de controle dos corpos que devem ou não circular nos “paraísos naturais” na Ilha de Tinharé, não é alheia ao poder estatal. Evidentemente, para isso acontecer, é necessário que haja articulação entre amplos setores, sobretudo políticos, e neste sentido Cairu tem se destacado. Em Morro de São Paulo a privatização dos espaços públicos e recursos naturais já é algo institucionalizado. A

prefeitura sancionou a Lei Complementar 515/2017, de 22 de agosto de 2017, que instituiu a Tarifa por Uso do Patrimônio do Arquipélago Municipal. Assim, estabeleceu-se uma taxa⁵ de cobrança variável de quinze, dezessete ou vinte reais por pessoa para a entrada na Ilha (CAIRU, 2017a; 2017b).

A apropriação do espaço para o consumo do turismo elitizado tem produzido uma série de transformações socioespaciais. Tem-se percebido a forte atuação do Estado no sentido de dinamizar a atividade turística elitizada, a serviço do mercado imobiliário e de seus agentes financeiros, os mesmos que promovem e intensificam os conflitos. Ao mesmo tempo, observa-se um cenário de desigualdade, concentração de riqueza e aumento da violência no território, que fica envolvido por promessas de empregos à população local e melhorias das condições de vida. Estes aspectos desiguais aprofundam o impacto das forças globais na produção do lugar, os impactos nas dinâmicas biofísicas e culturais locais e, principalmente, os deslocamentos, o que pode acontecer futuramente com Cova de Onça.

⁵ Para ver regulamentação da referida Lei e a cobrança da taxa, conferir o Art. 4º do decreto N° 2.513, de 06 de outubro de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da Tarifa por Uso do Patrimônio do Arquipélago Municipal e dá outras providências.

Figura 9: Elitização do turismo: entrada e saída de Morro de São Paulo e fila de turistas para pagamento da taxa municipal obrigatória.



Fonte: Ramon Alves (2018)

O conflito com o grande empreendimento: Lutas camponesas, corpos negros e o Projeto Turístico-Imobiliário na Ponta dos Castelhanos

O grande empreendimento turístico imobiliário previsto em uma propriedade de 1.651 hectares na Ilha de Boipeba, se constitui na atualidade como a maior ameaça desse território. Ainda sem obter a licença de operação, sua implantação está prevista na intitulado Fazenda Ponta dos Castelhanos, adquirida em 2008 por um grupo de rentistas, numa trama imobiliária que envolveu lideranças políticas locais e a violação de direitos através de processos de grilagem judicial. Em 2004, depois de ações violentas realizadas por Marcos - filho de Cosme Pinto (antigo dono da fazenda) - e Ramiro José Campelo de Queiroz à camponeses no Sul da Ilha de Boipeba, dois camponeses de Barra dos Carvalhos decidiram organizar um grupo e constituíram, com 54 membros, a Associação de Lavradores Rurais de Barra dos Carvalhos com o objetivo de garantir a

permanência na terra. Sustentaram uma batalha judicial de reintegração de posse por 10 anos com Ramiro José. Apesar da sentença judicial favorável, a estratégia de Ramiro foi de cooptar advogados, coagir e ameaçar os camponeses para garantir a venda de suas áreas a preços irrisórios.

Segundo a AATR (2017), em 2008, quando foi adquirida a área pelos novos proprietários da Mangaba Cultivo de Côco, a escritura com valor de transação de R\$ 25 milhões condicionou o pagamento de R\$ 10 milhões deste total ao registro da escritura e obtenção do aforamento da área perante a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Tal condicionamento, atrelado ao pagamento dessa quantia representava também a expulsão dos camponeses de seus territórios, pois nunca foi de interesse dos rentistas ter seus nomes associados a casos de grilagens e violência antinegra.

O nome “Fazenda Ponta dos Castelhanos” é de um registro de 2006 quando no dia 16 de agosto do referido ano, o então falecido Cosme Antônio Pinto da Silva, marido e herdeiro de Ana da Silva Pinto, nos autos de seus bens, arrolou a “Fazenda Cova da Onça”, através de carta de adjudicação favorecendo à Ramiro José Campelo de Queiroz Júnior e Marcio Lacerda Campelo de Queiróz, que vendeu a área em seguida a Mangaba Cultivo de Côco LTDA (AATR, 2017). O nome Ponta dos Castelhanos faz referência a praia dos Castelhanos, situada ao Norte das proximidades de Cova de Onça.

A Mangaba Cultivo de Côco Ltda. é a responsável pela implantação do empreendimento turístico e imobiliário. De acordo com a receita federal (BRASIL, 2020) a Mangaba Cultivo de Côco Ltda é uma Sociedade Empresarial Limitada, que possui capital social de R\$ 20 milhões e 6 sócios em seu quadro: a) Marcelo Pradez de Faria Stallone, sócio administrador com 25%; b) José Roberto

Marinho que detém 25%; c) Arthur Baer Bahia, sócio administrador com 10%; d) Sonoio Participações LTDA., sócio com 15%, sendo Camila Simoes de Azevedo Macedo a representante legal; e) Filadélfia Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA., cujo representante legal é Diogo Cajado de Freitas Valle e; f) Armínio Fraga Neto.

A construção do *resort* prevê 69 lotes para implantação de residências, 32 casas no Morro das Mangabas, duas pousadas ao longo da costa, com mais 50 casas anexas, campo de golfe numa área prevista de 370 hectares com consumo de água para fins de irrigação, píer e infraestrutura náutica na enseada da comunidade de Cova de Onça (local de desova de organismos aquáticos) para comportar 152 embarcações, exploração de jazidas de solo e de areia, instalação de aeródromo em 22 hectares da Ilha. Além de comprometer os principais cursos de água (Rio dos Patos e Rio Catu), o desmatamento da vegetação nativa interfere na reprodução dos meios de vida das comunidades tradicionais, diante da supressão de floresta de restinga, floresta ombrófila, inclusive de áreas comunais da Comunidade de Cova de Onça, como o campo das mangabas, que é destinado ao agroextrativismo (GRAEL AMBIENTAL, 2014).

Considerações finais

A experiência do campesinato negro que se constituiu ao Sul da Ilha de Boipeba trouxe-nos possibilidades de interpretação dos processos de (r)existência em um cenário de rupturas e transformações, mesmo diante de uma realidade de intensa especulação do capital turístico imobiliário e violência promovida por agentes locais. Os aspectos da historiografia apontaram as casas de farinha, as roças, o mangue, o mar e o trabalho como elementos

importantes na constituição da condição camponesa, mesmo diante de um contexto de recentes transformações dessa condição atravessada pela ação do rentismo, expresso no grupo Mangaba Cultivo de Côco, *resorts* e agentes locais.

Os elementos que integram as representações da formação social dessa condição, foram aspectos que contribuiriam para analisar as formas de vida das famílias, ao longo das décadas, que territorializaram no Sul da Ilha. O trabalho na terra *desde o tempo dos antigos*, o agroextrativismo, a caça, o beneficiamento do pescado, a complexa rede de relações com as comunidades do entorno, os caminhos, cursos de água, percursos alternativos de chegada e saída em pontos fora da rota convencional, até a condição de força de trabalho na retirada de madeira no Sul da Ilha e desembarque na Fábrica de Tecidos no Porto de Valença apontam os elementos de formação socioterritorial do Baixo Sul.

No tempo presente, o projeto turístico imobiliário da Ponta dos Castelhanos, cujo grupo econômico não pode estar associado às práticas de pistolagem, esbulho e violência antinegra vem complexificando esta trajetória histórica. O conjunto de atos ilícitos e ameaças do grande empreendimento deve-se ao fato dos posseiros do Sul da Ilha de Boipeba terem iniciado um processo de construção da resistência frente à grilagem de terras da União. Posseiros de Barra dos Carvalhos iniciaram um engajamento, mas culminou na busca de assessoria jurídica, que foi posteriormente cooptada, segundo os relatos. Foi possível perceber que houve, simultaneamente, estratégias de cooptação das lideranças, de intimidação, de coação e de ameaça dos camponeses/posseiros promovidas pelo empresariado local; por outro o modo de vida, ou seja, a cosmovisão dos camponeses e a forma de relacionar-se com a natureza tornou-se (*r*)*existência*.

Deste modo, o conflito instalado em Barra dos Carvalhos e Cova de Onça envolvendo o mega projeto turístico foi se constituindo como um *problema público*.

Com a eminência do projeto turístico e a desterritorialização, a vida dos comunitários de Barra dos Carvalhos e de Cova de Onça se encontra sob forte ameaça: na alteração dos regimes alimentares, nas transformações socioeconômicas, concentração fundiária, privatização e racionamento dos recursos naturais, aumento da violência, alcoolismo e genocídio da juventude negra, gerando mais precariedade dos meios de vida.

A *gentrificação* já protagonizada pelo capital turístico e imobiliário aliado a desterritorialização das populações camponesas no Baixo Sul, como o caso de MSP, coloca as comunidades em um contexto de precarização territorial, pois esta concepção de turismo é antagônica ao modo de vida tradicional desse campesinato. A gentrificação antinegra da costa litorânea do Baixo Sul mostra como os empreendimentos lucram e se reproduzem a partir da filtragem e regulação racial, constituindo *enclaves da branquitude*. Com a ameaça do *resort* na Ponta dos Castelhanos, tais processos recolocam, em novas escalas, a colonialidade e o turismo elitizado, promovendo e intensificando os conflitos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural*. Letramento. 1ª edição, 204 p. 2018.

ALVES, J. A. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Minneapolis & Londres: University of Minnesota Press, 2018.

AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (Orgs.). *No rastro da grilagem*. Salvador: AATR, Vol. 1, 2017, 64 p.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, J. D. *A Práxis camponesa nos terreiros da nação kongo-angola: memorial biocultural como defesa do território ancestral da comunidade de terreiro do campo bantu-indígena Caxuté*. Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) - Amargosa, BA, 85 p, 2018.

BRASIL. *Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral*. Disponível em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRUNO, R. A humilhação como recurso de poder: empregadores e trabalhadores rurais escravizados no brasil contemporâneo. p. 151-165. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, pp. 151-165, 2019.

CAIRU. *Decreto Nº 2.513, de 06 de outubro de 2017*: dispõe sobre a regulamentação da Tarifa por Uso do Patrimônio do Arquipélago Municipal e dá outras providências. Diário Oficial do Município: Cairú, BA, ano 2505, n. , p. 0-12, 10 out 2017b. Disponível em: <<https://www.cairu.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2505&c=131>>. Acesso em 10 nov. 2019.

CAIRU. *Lei Complementar Nº 515, de 22 de agosto de 2017*: dispõe sobre a instituição da Tarifa por Uso do Patrimônio do Arquipélago Municipal e dá outras providências. Diário Oficial do Município: Cairú, BA, ano 2484, p. 1-5, 15 set 2017a. Disponível em: <<https://www.cairu.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2484&c=131>>. Acesso em 5 nov. 2019.

CAIRU. *Lei Nº 583 16 de dezembro de 2019*: dispõe sobre o plano Setorial de abastecimento de água e esgotamento Sanitário de Cairu e dá outras providências. Diário Oficial do Município: Cairú, BA, ano 3689, p. 1-16, 16 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.cairu.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=3689&c=131>>. Acesso em 27 dez. 2019.

CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro das Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niños e Juventud*, Colômbia, v. 1, n. 7, p. 179-208, 2009.

FERNANDES, F. Lutas de Raças e de Classes. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/luta-de-racas-e-declasses?page=full#sthash.DI85xbTF.dpuf-Março>>. Acesso em 15 mar. 2020.

FIGUEREDO, A; GROSFOGUEL, R. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, São Paulo. Abril/junho, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GOMES, F; dos S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1a ed., São Paulo: Claro Enigma. Coleção Agenda brasileira, 2015, 235p.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 650 p.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 12.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2010

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 20 mar. 2020.

LEITE, D. G. *Emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp005425.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2018.

MODONESI, M. *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política*. 1 ed., Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

PORTO, J. R. S. *Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2016, 308 p.

PEIXOTO, R. C. D.; SILVA, J. S. da. Segregação racial na orla de Belém: os portos públicos da Estrada Nova e o Ver-o-Peso. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 11, n. 3, p. 563-579, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n3/1981-8122-bgoeldi-11-3-0563.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: *SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Orgs.) Epistemologias do Sul*. Coimbra, p. 73-118, 2009, 532 p.

RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 2018.

SANTOS, L. de M. *Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII*. Dissertação de mestrado. 2004, 103 p.

SANTOS, M. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. SILVA, E. da; NEVES, G. R.; MARTINS, L. B. (Orgs.). Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins (Org). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). 224 p.

SANTOS, R. E. dos; SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P.; SILVA, N. C. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (Orgs.). *Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, p. 464-491. 2018, 1150 p.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, Dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 dez. 2019.

WATKINS, C. An Afro-brazilian Landscape: African Oil Palms and Socioecological Change in Bahia, Brazil. *Environment and History*, 21. 2015a, p. 13–42.

WATKINS, C. *An Afro-brazilian Landscape: African Oil Palms and Socioecological Change in Bahia, Brazil*. Louisiana State University. 2015b, 601 p.

Submetido em: 27 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 01 de junho de 2020.

Aprovado em: 14 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

MALTA, Ramon Alves; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva, Antônio. Territorialidades negras e a colonialidade do setor turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 762-804, jan.-jun./2020.

**E QUEM DISSE QUE GEOGRAFIA E
ARTE RIMAM? A FORMAÇÃO
DOCENTE NA PERSPECTIVA DAS
RELAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E
ARTE**

*WHO SAID GEOGRAPHY AND ART
RHYME? TEACHER FORMATION IN THE
PERSPECTIVE OF THE RELATIONS
BETWEEN GEOGRAPHY AND ART*

*¿Y QUIÉN DIJO LA GEOGRAFÍA Y EL
ARTE RIMAN? LA FORMACIÓN DOCENTE
EM LA PERSPECTIVA DE LAS
RELACIONES ENTRE GEOGRAFÍA Y ARTE*

IGOR CARLOS FEITOSA ALENCAR
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) /
AGB João Pessoa – João Pessoa (PB).
E-mail: igor.urca@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar as relações entre Geografia e Arte no que tange a formação docente no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri. Para tanto, nos debruçamos na literatura sobre ensino de Geografia, linguagens, currículo e formação docente. Foram analisadas as ementas e programas das disciplinas de Prática Curricular II e V do Currículo 2005/2006 e realizamos entrevistas com docentes e discentes. Enquanto resultados obtidos encontramos as discussões sobre Geografia e Arte praticamente condensadas na disciplina de Prática Curricular V e também, muitas vezes, restritas a músicas e a obras literárias. No entanto, apesar dessa discussão apresentar-se em “ilhas” ao longo do curso, é perceptível que contribuem e enriquecem tanto a formação docente quanto a prática pedagógica, como demonstram principalmente as entrevistas.

Palavras-chave: geografia, arte, formação docente, linguagens, currículo.

Abstract: This article aims to investigate the relations between Geography and Art regarding the teacher formation in the licentiate degree in Geography course at the Regional University of Cariri. To do so, we look at the literature on Geography teaching, languages, curriculum and teacher formation. The syllabus and programs of the Curricular Practice II and V subjects of the 2005/2006 Curriculum were analyzed and interviews were conducted with teachers and students. As for the results obtained, we found that the discussions on Geography and Art were practically condensed in the subject of Curricular Practice V and often restricted to music and literary works. However, despite this discussion being presented in “islands” throughout the course, it is noticeable that they contribute and enrich teacher formation and pedagogical practice, as the interviews mainly demonstrate.

Keywords: geography, art, teacher training, languages, curriculum.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar la relación entre Geografía y Arte con respecto a la formación del profesorado en el curso de pregrado de Geografía en la Universidad Regional de Cariri. Con este fin, analizamos la literatura sobre enseñanza de geografía, idiomas, currículum y formación docente. También analizamos el programa de estudios y los programas de Práctica Curricular II y V del Currículo 2005/2006 y realizamos entrevistas con profesores y estudiantes. Como resultado, encontramos las discusiones sobre Geografía y Arte prácticamente condensadas en la disciplina de la Práctica Curricular V y también, a menudo, resumidas en canciones y obras literarias. Sin embargo, a pesar de que esta discusión se presentó en “islas” a lo largo del curso, es notable que contribuyan y enriquezcan tanto la capacitación docente como la práctica pedagógica, como lo demuestran las entrevistas.

Palabras clave: geografía, arte, formación del profesorado, lenguajes, plan de estudios

Introdução¹

A Arte existe porque a vida não basta.
Ferreira Gullar

Esse artigo trata-se de reflexões desenvolvidas a partir de uma pesquisa que teve por objetivo debater as relações entre a Arte e a Geografia na formação docente no curso de licenciatura plena em Geografia da Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato-CE.

Durante a formação docente nos deparamos com inúmeras dificuldades e cobranças. O ser professor traz consigo responsabilidades múltiplas, dentre as quais, o saber lidar com as diversas linguagens enquanto um facilitador ou mediador do processo de ensino-aprendizagem. Isso quer dizer que o fazer da profissão do professor necessita muito mais do que o domínio do conteúdo (sem excluir a essencialidade deste).

É nesse sentido que algumas questões apresentam-se fundamentais nessa discussão: há subsídios para o trato com a Arte no currículo do curso de Geografia na URCA? De que forma a Arte compõe a formação docente em Geografia a partir das disciplinas de Prática Curricular II e V do Currículo 2005/2006?

A escolha do Currículo 2005/2006 do curso de Licenciatura Plena em Geografia da URCA como objeto de análise está no fato deste ser um currículo que formou um considerável número de docentes, visto que a vigência do mesmo vai até o vestibular 2015.1. Outro ponto desta escolha pauta-se num exercício de pesquisa que

¹ Esse artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no dia 07 de agosto de 2018, nesse sentido registro o agradecimento ao meu orientador, professor Emerson Ribeiro, não só em relação a esse trabalho, mas sobretudo na convivência de toda graduação apontando sempre para a necessidade da arte permear nossa prática docente, nosso ser geógrafo e nossas lutas. E, como ele recorrentemente insiste em lembrar, após a revolução nos restará fazer poesia!

parte de um olhar para a própria formação sob a luz da Arte e suas relações com a Geografia.

A pesquisa ocorreu na dimensão documental com o levantamento bibliográfico acerca de formação docente, linguagens, currículo e ensino de Geografia. Também analisamos a partir do Plano Pedagógico do Curso as ementas e planos das disciplinas.

Nestas disciplinas buscamos averiguar como as questões relacionadas a Arte enquanto linguagem apresentam-se “no papel” e, *a posteriori*, realizamos entrevistas com dois professores que já ministraram as respectivas disciplinas em busca de informações sobre se e como esta articulação entre a Arte e o ensino de Geografia ocorre.

Também foram selecionados para análise questionários aplicados aos estudantes (inicialmente cinco) que cursaram as disciplinas no sentido de entender se estes tiveram contato com discussões e/ou atividades que envolvesse Geografia e Arte e qual relação estabeleceram (ou não) com estas.

E por que a Arte? As manifestações artísticas estão no nosso cotidiano, das mais diversas formas possíveis. Estamos em contato com a Arte quase que diariamente, seja nas músicas que ouvimos, quadros que apreciamos, filmes que assistimos, a paisagem urbana dada na estética morfológica das cidades ou até mesmo na própria produção artística que porventura exercemos.

Porém, isso não implica dizer que por estarmos em contato com esta conseguimos incorporá-la na nossa formação docente. Não é banalidade perguntar: por que a Arte deve estar na formação docente? E como incorporar a Arte enquanto linguagem para o ensino de Geografia a partir da nossa formação?

Essas são questões iniciais que norteiam nossa discussão. Ainda refletimos, a partir dos nossos resultados, de que forma as discussões sobre Geografia e Arte encontram-se ao mesmo tempo restritas a músicas e a literatura e, concomitantemente, postas em “ilhas” ao longo do curso. Também buscamos analisar de que maneira a Arte contribuiu na formação de estudantes e na prática pedagógica de professores a partir das entrevistas realizadas.

Breve histórico dos currículos de Geografia no Brasil e na URCA

Todo saber, toda ciência tem por necessidade, ser ensinada. É preciso transmitir, num sentido de perpetuar e propiciar que nos mais diferentes contextos históricos e espaciais os seres humanos possam ter acesso a esse conhecimento.

Nas universidades é onde se organiza e estrutura-se o conhecimento científico com o fim de desenvolvê-lo, discuti-lo e construí-lo tanto “internamente” e também para além dos seus muros, seja na escola, nas praças, nos protestos, nas ruas e em todos os espaços que compõem a vida social em geral.

A Universidade Regional do Cariri (URCA) exerce papel estratégico no que tange ao desenvolvimento da região do Cariri cearense, pelo fato de, a partir de 1986 oferecer cursos superiores, principalmente na modalidade de licenciatura. A instalação desse aparato no interior do estado do Ceará possibilitou, ainda na década de 1980, a oportunidade de camadas mais carentes (em geral filhos e filhas de agricultores) obterem acesso ao ensino superior, além do dinamismo incorporado não só a cidade de Crato, onde instala-se o

primeiro Campus, mas também a toda região do Cariri assim como aos estados vizinhos (Pernambuco, Paraíba e Piauí²).

Essa organização do conhecimento científico se dá através dos currículos dos respectivos cursos. A organização destes atende aos pareceres, leis e orientações governamentais ligadas ao Ministério da Educação e também às demandas específicas de cada realidade sócio-espacial na qual insere-se o curso. E todos os critérios de orientação, são, sem exceção, também ideológicos.

No caso do curso de Geografia, data de 1962 o primeiro parecer acerca da organização das disciplinas voltadas para a formação de professores de Geografia no Brasil, Rocha (2000, p. 133) ao tratar sobre o currículo mínimo proposto pelo Conselho do Parecer nº 412/62 conta com as seguintes disciplinas obrigatórias: Geografia Física; Geografia Biológica ou Biogeografia; Geografia Humana; Geografia Regional; Geografia do Brasil; Cartografia e duas matérias escolhidas dentre as seguintes: Sociologia, História Econômica Geral e do Brasil, Fundamentos de Petrografia, Geologia, Pedologia, Mineralogia e Botânica.

A URCA foi fundada em 1986, porém o curso de Geografia data de 1964 (então Faculdade de Filosofia do Crato, ligada à Igreja Católica). Desde então, mais de meio século se passou e, obviamente, diversos currículos.

Em relação às disciplinas expostas do parecer de 1962, algumas coincidem com o currículo estudado, dentre elas, Geografia Regional, Cartografia, Antropologia Cultural, Geologia e Pedologia.

² A Universidade Regional do Cariri conta com mais de 27 mil egressos desde a sua fundação em 1986, conforme apontam os dados da própria universidade. Para saber mais, “Colação de grau da URCA conta com mais de 2 mil pessoas. Universidade Regional do Cariri, 2019. Disponível em: <<http://www.urca.br/novo/portal/index.php/latest-news/45208-colacao-de-grau-da-urca-conta-com-mais-de-2-mil-pessoas>>. Acesso em: 22/05/2020.

Não estamos argumentando que as discussões dentro do curso de Geografia da URCA que norteiam a organização dos currículos, no âmbito desses mais de cinquenta anos, perpassam como se estivessem estagnadas pelo fato da coincidência dos nomes das disciplinas citadas, até porque “o currículo não é algo estático, mas sim, a própria representação dos movimentos pelos quais uma determinada sociedade passa.” (FANTIN e TAUSCHECK 2005, p. 54). Todavia, isso também não exclui um caráter no mínimo curioso em relação ao fato.

Para caracterizar o perfil do curso de Geografia da URCA é preciso apoiar-se no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O mesmo tratando-se de um documento norteador apresenta, dentre outras informações, a perspectiva pedagógica, perfil do curso e dos egressos.

O PPC apresenta cronologicamente uma série de processos e projetos que ao longo do tempo modificaram a estrutura do curso de Geografia da URCA, desde a sua criação na antiga Faculdade de Filosofia do Crato.

Não há registros no PPC de alterações curriculares no curso de Geografia na Faculdade de Filosofia do Crato. Supõem-se que, desde o reconhecimento do curso pelo Decreto N. 69.977 em 1972 até a criação da URCA em 1986, se houve alterações curriculares, estas não estão disponíveis no PPC ou no site da Universidade.

É possível distinguir períodos de reestruturação e discussão dos currículos do curso de Geografia. Em um primeiro momento com a criação da URCA e incorporação dos cursos da Faculdade de Filosofia do Crato e da Universidade Estadual do Ceará, a reformulação curricular ocorreu apenas nos dois primeiros semestres, dando um tronco comum a eles.

A reestruturação curricular dada a partir da Resolução 04/88 da Reitoria da URCA, em 1988, contou com uma “preocupação em acompanhar no processo de formação dos professores as novas abordagens da Ciência Geográfica, e também dar ao currículo uma sequência lógica.” (PPC, 2013. p. 4)

Essa reestruturação reflete o período de discussões na Geografia pós “Virada Crítica”. Nesse sentido, a necessidade de reestruturação do curso apresenta-se, pelo menos no âmbito do currículo, como uma resposta ao anseio em levar da academia para a escola as perspectivas teórico-metodológicas da então recente fase Crítica “inaugurada” representativamente após o Encontro de Geógrafos da Associação dos Geógrafos Brasileiros no ano de 1978 em Fortaleza.

Já a década de 1990 é marcada por duas Comissões de Discussão Curricular no curso de Geografia da URCA, 1996 e 1999. É justamente nesse período que Leitinho (2000) realiza uma pesquisa de doutoramento acerca das diversas concepções curriculares na URCA.

Tendo como parâmetro as ideias de Henry Giroux, a análise de Leitinho (2000) abarca aspectos documentais, assim como a percepção de dados empíricos com entrevistas e depoimentos de professores e estudantes. Em vias de conclusão, a autora traz aspectos interessantes para se pensar a construção dos currículos pós década de 1990.

Ao terminar a análise dos currículos dos cursos de graduação da URCA, posso afirmar que o seu esquema conceitual de organização curricular é de *natureza predominantemente técnica*, privilegiando a *racionalidade técnico-instrumental* não valorizando as dimensões político-sociais do conhecimento.

Essa orientação gerou uma formação técnico-profissionalizante acrítica e despolitizada, fato que deve ser analisado na proposição do novo esquema conceitual (LEITINHO, 2000, p. 152, grifos da autora).

Expõe a autora que este tipo de formação pode ocasionar uma concepção acrítica e despolitizada, sendo essas características extremamente preocupantes quando pensamos que a maioria dos profissionais formados pela URCA são professores e professoras.

A reflexão acerca das conclusões da autora também devem perpassar no sentido de que esta é uma visão exterior, ou seja, por vezes o próprio quadro docente e discente da universidade não dispõe da possibilidade de realizar análises nesse sentido.

O tipo de formação profissional na URCA está objetivado, conforme o PPC (2014, p. 11), em “contribuir com a formação de um profissional capaz de ler, entender e atuar na realidade através de seu trabalho e ações no cotidiano” e ainda desenvolver “[...] o compromisso social em relação à qualidade do ensino, à reconstrução da universidade, da Geografia e da escola na sua prática pedagógica e profissional.”

Escolhemos para um maior aprofundamento no estudo as disciplinas de Práticas Curriculares II e V. As mesmas alocadas em dois períodos bastante distintos do curso, o segundo semestre, no qual o estudante encontra-se já um pouco habituado ao ambiente acadêmico e já tem noção se o curso realmente encaixa-se em suas perspectivas. E também o VI semestre, onde após percorrida metade do curso, o discente já apropria-se de conceitos e categorias geográficas, assim como de noções pedagógicas.

A escolha pelas disciplinas de Prática Curricular também visa compreender quais as perspectivas, objetivos e forma de organização delas. É uma tentativa de, amparados pela legislação,

como veremos a seguir, compreendermos o que se entende como prática curricular e, a luz dos nossos objetivos, quais os vínculos entre seus escopos com a formação docente frente as relações entre Geografia e Arte.

A pesquisa se desenvolve no âmbito do currículo pelo fato de ser justamente nesses documentos onde encontramos as orientações que norteiam o perfil do profissional que se pretende formar. É nesse sentido que Leão (2008, p. 56 *apud* SANTOS 2017, p. 90) atenta para a importância do currículo, afinal é nesse que encontramos “as competências desejadas para o futuro professor de Geografia, que devem orientar a escolha das disciplinas e a composição de suas ementas”.

Pesquisar questões acerca do currículo tem sido uma preocupação de teóricos da educação e pesquisadores em geral, principalmente diante de recorrentes ataques à educação que via de regra iniciam-se pelos currículos. Nesse sentido entende-se o currículo como:

o conceito mais importante que emergiu do campo dos estudos educacionais. [...] Todas as instituições educacionais afirmam e presumem dispor de um conhecimento ao qual outros têm direito de acesso e empregam gente que é especialista em tornar esse conhecimento acessível (os professores) – obviamente, com graus variados de sucesso (YOUNG, p. 197, 2014).

Portanto, é via currículo com as disciplinas de Prática Curricular II e V que investigamos as relações entre Geografia e Arte na formação dos/as professores/as do curso de Geografia da URCA.

As disciplinas de Prática Curricular

Essas disciplinas de Prática Curricular estão amparadas no que o Parecer CNE/CP nº 28/2001 entende enquanto prática como componente curricular, que “podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica (PARECER CNE/CP nº28/2001).

No currículo 2005/2006 do curso de Geografia da URCA, as atividades práticas como componente curricular são organizadas em caráter de disciplinas. Sendo um total de seis, dispostas ao longo do curso.

O Parecer ainda estabelece alguns objetivos destas práticas:

A prática como componente curricular é, pois, **uma prática que produz algo no âmbito do ensino**. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. **Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado** e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a **formação da identidade do professor como educador** (PARECER CNE/CP nº28/2001, grifos nosso).

Como define o Parecer, é ao ter que produzir algo no âmbito do ensino que entendemos a necessidade de uma incorporação da Arte, no sentido de estar presente na formação enquanto uma manifestação, entre as muitas, das produções humanas no processo de ensino-aprendizagem, até porque “[...] podemos afirmar que tanto

as artes como a ciência, são expressões da imaginação humana de sua criação e historicamente construídas.” (RIBEIRO, 2016, p. 55).

A disciplina de “Prática Curricular II – Conceitos do Ensino e Pesquisa da Geografia” (PC II), trata dos principais conceitos geográficos e nos ofereceu possibilidades de investigar de que forma a Arte está presente sob seguinte aspecto: se há a preocupação no oferecimento de subsídios para que os futuros professores e professoras possam trabalhar com as diversas manifestações artísticas em relação aos principais conceitos geográficos, tendo como perspectiva o ensino e a pesquisa.

Visto que, conforme afirma-se na Ementa da disciplina de PC II, tem-se por objetivo nesta disciplina a busca por:

Fundamentação teórica e perspectivas de aplicação dos conceitos geográficos mais relevantes para o ensino e pesquisa da Geografia: espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região, etc.; os conceitos geográficos nas propostas curriculares nacionais (PCN’s e outros).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), está o norteamento dos conteúdos e temas da Geografia a serem tratados na escola à época da formulação do currículo pesquisado. A relação destes com a Arte apresenta-se no PCN’s, principalmente, a partir de um debate que envolve a interdisciplinaridade mediada pelas múltiplas linguagens.

Nesse documento, ao tratar do ensino das categorias de paisagem, território, lugar e região (todas citadas no objetivo da disciplina de PC II), se afirma que as produções artísticas “são fontes que podem ser utilizadas por professores e alunos para obter informações, comparar, perguntar e inspirar-se para interpretar as

paisagens e construir conhecimentos sobre o espaço geográfico. (PCN/GEOGRAFIA, 1998, p. 33).

Nesse sentido, para que aconteça o que o PCN's propõe em relação ao trato com essas diferentes linguagens, o subsídio deve se dar a partir dos diálogos entre os fundamentos da Geografia e da Arte. Principalmente no cenário onde a construção dos currículos incide numa formação docente, conforme elucida Pontuschka (2008) que intensifica uma dicotomia da prática pedagógica em relação aos conteúdos, no qual “o espaço do conteúdo é ainda o das disciplinas específicas, e o da formação pedagógica, em geral, é caracterizado pela instrumentalização metodológica.” (p. 102).

No caso do currículo analisado, fica evidente essa dicotomia. A disciplina que visa apresentar e discutir inicialmente os principais conceitos da Geografia encontra-se no II semestre, ao passo que, a disciplina que vem a tratar das diferentes linguagens no ensino é encontrada três semestres a frente. Demonstrando claramente um hiato entre essas discussões.

A outra disciplina analisada, “Prática Curricular V – Linguagens e Metodologia do Trabalho Pedagógico” (PC V), está lotada no VI semestre do curso e nos possibilita a averiguação mais profunda das relações da Arte, principalmente nas formas das linguagens, em uma perspectiva pedagógica com a Geografia. Afinal, conforme a Ementa da disciplina de PC V, esta objetiva discussões no âmbito das:

[...] teorias da aprendizagem e os recursos didáticos na construção do conhecimento geográfico; procedimentos metodológicos e estratégias para a sala de aula; o papel e avaliação do livro didático em Geografia; as diferentes linguagens no ensino de Geografia, análise do seu potencial e aplicabilidade na sala de aula (música,

literatura, linguagem gráfica e cartográfica, recursos audiovisuais, etc.) (Ementa da disciplina de Prática Curricular V).

Nessa perspectiva a multiplicidade de linguagens, conforme propõe o PCN's, no ensino de Geografia apresenta-se enquanto recurso didático. Nos permite destacar particularidades, baseados na ementa e programa, da disciplina de PC V:

1. As possibilidades de discussão das principais categorias da ciência geográfica em diálogo através das linguagens, que por sua vez, estreitam o contato da formação docente com a Arte;
2. A oportunidade de superação, pelo viés curricular, da dicotomia entre as disciplinas conteudistas e pedagógicas na formação docente, conforme o alerta de Pontuschka.

Visando a superação dessa oposição expressa no item 3, o próprio Parecer CNE/CP 9/2001 (p. 56), que ampara as disciplinas de Prática Curricular, estabelece que:

[...] para superar a suposta oposição entre conteúdo e pedagogismo os currículos de formação de professores devem contemplar espaços, tempos e atividades adequadas que facilitem a seus alunos [graduandos] fazer permanentemente a transposição didática, isto é, a transformação dos objetos de conhecimento em objetos de ensino (PARECER CNE/CP 9/2001 p. 56).

Nesse sentido, o Parecer atenta ao fato de que não se deve deixar enquanto objetivo exclusivo de certas disciplinas discutir “questões da Geografia” e outras “questões pedagógicas”. Até porque a estrutura de formação de professores conhecidas como “3+1”, na

qual se estudavam três anos de determinada ciência e mais um ano de conteúdos pedagógicos, mostrou-se nefasta e deve ser superada.

O próprio PCN's discute a importância dos recursos didáticos pautados nas multilinguagens e interdisciplinaridade, que nas entrelinhas, expõe justamente a importância da Arte no ensino e pesquisa de Geografia de forma integrada.

A exemplo disso, entende-se que “[...] a Geografia trabalha com imagens, recorre a diferentes linguagens na busca de informações e como forma de expressar suas interpretações, hipóteses e conceitos” (PCN/GEOGRAFIA, 1998, p. 33).

As Práticas na prática: análise das entrevistas

As entrevistas realizadas são analisadas junto do que fora levantado na pesquisa bibliográfica com base no PPC e das ementas e planos das disciplinas de PC II e V. Buscando compreender o que está apontado no papel indo de encontro, muitas vezes, a prática relatada pelos estudantes e professores.

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturadas a partir de um roteiro específico para os discentes e outro para os docentes, que abrangiam cinco perguntas relacionadas as disciplinas de Prática II ou V (acerca da forma como foram apresentados os conteúdos, se foram acrescentadas na bibliografia obras literárias e/ou audiovisuais, como se deu a avaliação, entre outras) assim como dois questionamentos de âmbito mais geral, visando abarcar a percepção nas relações entre a Arte e a Geografia na perspectiva da formação docente na URCA dos respectivos entrevistados.

Entrevista com estudantes que cursaram as disciplinas de Prática Curricular II e V

O público selecionado foi de estudantes que ingressaram no curso até o vestibular 2015.1, último processo seletivo de turmas que se formaram no currículo 2005/2006. Para análise mais aprofundada, selecionamos trechos que consideramos mais relevantes para serem exploradas neste tópico.

No sentido de evitarmos quaisquer constrangimentos ou problemas futuros, optamos por manter oculta a identidade dos entrevistados e entrevistadas. O fato da ocultação também nos proporcionou que, ao saber que não seriam identificados, os entrevistados se mostraram mais à vontade para o fornecimento das informações solicitadas.

De início questionamos o *Entrevistado A*, de que forma o docente na sua respectiva turma – 2015.2, correspondente ao 1º semestre de 2016 – abordou e apresentou os principais conceitos geográfico. Em sua resposta, não percebemos nada surpreendente, segundo ele, o professor apresentou os conceitos e os trabalhou com a coletânea de textos organizados em apostila.

Já em relação a inserção de obras artísticas na discussão, nos foi informado da exibição de um filme, do qual não se recorda o título, mas que ao relatar, afirmou que “tinha como objetivo, a partir da observação, trabalhar a categoria de lugar”. Questionado sobre a atividade solicitada a partir do filme, informou que foi pedido uma resenha.

Ainda sobre essas obras artísticas que poderiam permitir uma discussão com maiores possibilidades de perspectivas sobre os conceitos, o *Entrevistado A*, afirmou que não houve nenhuma outra intervenção nesse sentido, somente o filme.

Sobre a avaliação, o plano da disciplina de PC II estabelece na AV1 uma prova escrita, fichamento e entrevista. Conforme o *Entrevistado A* informou, a entrevista citada para compor a AV1 não ocorreu, mesmo com o plano da disciplina contido na apostila, não se discutiu, se propôs, ou, sequer mencionou algo em relação a entrevista. Em nenhum outro espaço do plano é mencionado algo em relação a essa entrevista, nem objetivo e/ou metodologia para a respectiva realização.

A AV2, tem estabelecida no plano como atividades a realização de prova escrita e seminários, porém o *Entrevistado A* conta que foi realizado um portfólio a partir da prática de campo. Isso nos remete a uma dupla preocupação: a primeira que diz respeito a um certo desmerecimento em relação as orientações do plano da disciplina e, também, as poucas informações acerca das avaliações propostas.

Se há uma construção, por vezes exaustiva, por detrás das ementas e planos de disciplina, quando se propõe por exemplo, como está no plano de PC II, a realização de uma entrevista, e simplesmente não se transcorre acerca de, pelo menos, os objetivos que fundamentam a necessidade dessas, transparece que a perspectiva de avaliação é simplesmente colocada no plano para, como diz o ditado, “cumprir tabela” e que essa fica exclusivamente a critério do docente.

Não que esse não tenha respaldo, capacidade e autonomia para tal. Não estamos afirmando ou induzindo isso, mas o que nos parece é que há um certo desprezo a todo trabalho de construção das ementas e planos de disciplina que se reflete, conseqüentemente, no cotidiano das disciplinas ao longo do curso.

Quando questionado sobre como apreciava a forma que foram apresentados os conceitos e a metodologia de ensino e avaliação, afirmou que: “em aspectos gerais conseguiu apresentar de forma introdutória a discussão em torno das categorias. No fim da disciplina eu consegui sair com uma noção em que cada uma dessas consiste”.

Em direção as questões mais gerais, quando foi questionado se sentiu ausência de alguma outra referência durante a disciplina ele prontamente afirmou que não e complementou assegurando que na época “por estar no início do curso, a discussão ela é ainda bastante restrita, só que por exemplo hoje, tenho a noção de que se dá pra trabalhar com as categorias até em questões regionais, com as poesias de Patativa [do Assaré] que tem muito da categoria de lugar.”.

É interessante a avaliação que o *Entrevistado A* faz em relação ao momento que cursou a disciplina de PC II com o atual estado pessoal e acadêmico em que vive, e a maturação proporcionada ao longo do curso que o permitiu perceber, que “há várias metodologias para se trabalhar temas da Geografia escolar, através de filmes, músicas, fotografias, documentários, são recursos que podem ajudar em trabalhar os temas, tanto numa escala regional como mais ampla”.

Essa percepção se deve tanto as experiências durante as disciplinas que se sucedem, mas principalmente a partir do estágio. A volta à escola é sempre um momento de reflexão profunda acerca da prática pedagógica e da nossa própria formação.

Quando pedimos para que faça uma análise a partir do seu percurso na graduação, pensando os subsídios que a formação oferece para se trabalhar com a Arte e a Geografia, o mesmo afirma que há

uma oferta desses subsídios, porém essa discussão fica muito reclusa a disciplina de Prática Curricular V.

E como sugestão para uma revisão dessa questão propõe “complementar a discussão já proposta na cadeira [disciplina] de PC V, trazendo não só questões gerais, mas regionais, trabalhar com o cotidiano dos alunos da região do Cariri.”.

O *Entrevistado B*, que encontra-se no IX semestre, cursou a disciplina de PC V no período 2016.2, correspondente ao primeiro semestre de 2017, nos traz importantes informações acerca da disciplina.

Ele nos conta que o professor listou várias linguagens que poderiam ser utilizadas, na forma de metodologia, e posteriormente as explicou dando enfoque as músicas e o cinema. Quando pensamos essas linguagens no âmbito da formação docente, conseqüentemente, essa preocupação não fica reclusa aos muros da universidade, na esfera da Geografia escolar “[...] estas linguagens, com o uso do livro didático, propiciam ao professor adotar/experienciar uma metodologia mais participativa.” (ALVES, 2016, p. 30).

Sobre outras referências que poderiam compor a discussão, ele nos contou que foram tratadas músicas, relacionando canções de Belchior e Luiz Gonzaga, com temas da Geografia escolar, como migração.

Porém quando questionamos sobre alguma prática, no sentido de produção de algum material didático/pedagógico, ele afirma que não se recorda, apenas “apresentou seminários sobre as multilinguagens.”. E foram, justamente, esses seminários a única forma de avaliação que lembra ter realizado.

Novamente chegamos a preocupação no tocante a forma como as avaliações são estabelecidas nos planos de disciplina e como

ocorrem na prática. No caso da disciplina de PC V, a AV1 é composta pela elaboração de um Projeto Pedagógico a ser aplicado nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental e a AV2 a análise de um capítulo do Livro didático de Geografia utilizado no estágio supervisionado II no ensino fundamental.

A proposta de relacionar a disciplina de PC V com o Estágio Supervisionado II no Ensino fundamental, mediada pela elaboração do Projeto Pedagógico, consideramos de suma relevância nessa aproximação entre Geografia e Arte.

Quando há um abandono na elaboração do Projeto Pedagógico ocorre que, por mais que sejam apresentados seminários sobre uma infinidade de linguagens, não se compara, obviamente, a elaboração de um projeto pedagógico, pensado no âmbito do ensino fundamental, onde o discente deverá considerar na discussão das multilinguagens perspectivas teórico-metodológicas fundamentais e exequíveis.

Apesar da ausência dessa parte fundamental proposta no plano de disciplina, o *Entrevistado B* considera satisfatória como fora desenvolvida a disciplina, no sentido de que, “no âmbito em que aborda algumas propostas fundamentais, que podem ser realizadas para a diversidade de aplicar a Geografia em sala de aula.”

E como analisar, mesmo diante do não cumprimento do que propõe o plano, os estudantes considerarem satisfatória a forma como fora realizada? Isso se deve ao fato de, raramente, acontecer qualquer discussão sobre a ementa e o plano de disciplina. No máximo, apresenta-se no primeiro dia de aula e no restante do semestre, com sorte, a mesma permaneça com o estudante quando incluída na apostila.

Já o *Entrevistado B*, diferentemente do *Entrevistado A*, não considera que o curso de Geografia da URCA ofereça tantos subsídios para o trabalho com a Arte e a Geografia, segundo ele: “os professores não abordam a questão de relacionar a Arte a Geografia durante o curso, poucos professores tentam relacionar alguma expressão artística com a Geografia.”.

Fica nítido a partir das entrevistas que as linguagens artísticas são inseridas nas discussões em caráter bem limitado, apenas a primeira e a sétima Arte³ em destaque e, em menor expressão, também aparece a sexta.

Sem dúvida, a música, o cinema e a literatura são fontes praticamente inesgotáveis de possibilidades para se trabalhar não só temas da Geografia. Quando levamos em consideração a carga horária das disciplinas, é possível compreender o porquê do trato restrito a essas manifestações, dado pelo fato dessas se fazerem mais acessíveis e de maior proximidade com o cotidiano dos docentes e discentes.

Um apelo manifestado pelos discentes entrevistados é no trabalho da Arte e a Geografia em escalas mais próximas, buscando temáticas locais e regionais, principalmente em observância ao cotidiano dos alunos e a preocupação com a transformação da sala de aula pela Arte/Geografia.

Procurar trabalhar com o cotidiano é fundamental para a Arte. Frederico (2000, p. 302) ao tratar sobre a visão do filósofo

³ Classificação proposta pelo crítico de cinema Ricciotto Canudo, em 1993, no Manifesto das Sete Artes que tinha por objetivo o estabelecimento de uma ordem de caráter estético e comunicativo para as principais Artes existentes. Sendo elas: 1ª Arte - Música (som); 2ª Arte - Dança/Coreografia (movimento); 3ª Arte - Pintura (cor); 4ª Arte - Escultura (volume); 5ª Arte - Teatro (representação); 6ª Arte - Literatura (palavra) e 7ª Arte – Cinema.

Lukács, em que estabelece o papel fundamental do cotidiano em relação à Arte, no qual “[...] a Arte é uma atividade que parte da vida cotidiana para, em seguida, a ela retornar, produzindo nesse movimento reiterativo uma elevação na consciência sensível dos homens”.

Como afirmamos acima, na estrutura curricular do curso de Geografia da URCA 2005/2006, as discussões acerca do trato com a Arte e a Geografia, ainda que não pensada tal relação intrinsecamente – como defendemos – os possíveis subsídios estão concentrados na disciplina de PC V. Ainda que essa, como vimos nas entrevistas, sequer abarque totalmente a proposta contida na ementa e plano de disciplina.

Entrevista com os docentes que ministraram as disciplinas de Prática Curricular II e V

Foram entrevistados dois docentes, um referente a disciplina de PC II e outro a PC V. A partir das entrevistas, selecionamos trechos que consideramos mais interessantes para serem destacados em nossa análise.

O Entrevistado C ministra a disciplina de Prática Curricular II há pelo menos três períodos, em ambos os turnos, e nos relata de início a forma como procura tratar metodologicamente os conceitos da Geografia, onde ele busca o que chama de “construção de conceitos” que está pautada num diagnóstico para se extrair o conhecimento que os estudantes trazem.

Essa prática faz-se importante visto que a disciplina de PC II estando lotada no II semestre do curso, oferece ao professor um diagnóstico acerca de como esses estudantes chegam do Ensino Básico na universidade.

O trajeto, se assim podemos caracterizar, entre o conhecimento empírico fundamentado no senso comum e o conhecimento científico, utiliza a Arte enquanto ponte/mediação para tal, ao passo do entendimento dessa enquanto exercício de potencialização das discussões dos conceitos geográficos tratados na disciplina.

O docente cita exemplos de obras artísticas já utilizadas, como canções de Belchior e Flávio Leandro e poemas de Patativa do Assaré e Fernando Pessoa. Essas obras foram empregadas junto ao diálogo com o livro de Souza (2015) – Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.

Quando questionamos o *Entrevistado C* sobre indicações e inserções de obras artísticas na disciplina, além do que citamos anteriormente, ele recorda no semestre anterior o trabalho com o livro “O Símbolo perdido” de Dan Brown, onde segundo ele, foi solicitado que os estudantes buscassem identificar os conceitos da Geografia dentro dessa obra.

Nas palavras do *Entrevistado C*, ao avaliar essa atividade: “foi muito interessante porque nos chegaram muitas coisas legais, a gente trabalha com a metodologia de grelha de leitura onde os alunos leem a obra, comentam o que o autor disse e fazem a correlação com o conteúdo da Geografia, com os conceitos”.

Ele também revela uma dificuldade ao falar sobre o desejo de no presente semestre incorporar a discussão a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, fato que não ocorreu porque não há disponibilidade de tempo para tal inserção.

Essa fala nos atenta a um ponto importante: o fato de por mais que, por exemplo, determinadas obras literárias, filmes e etc. estejam no plano de determinada disciplina (ou o docente resolva

incluir), a própria dinâmica do semestre praticamente determina a condição de realização ou não do que está proposto. Por mais que o docente esteja disposto a inserções, cada turma manifesta uma dinâmica que influi diretamente na forma como a prática é desenvolvida.

Em relação as formas de avaliação, ele cita que tem como princípio a avaliação formativa e afirma que: “à prova ou um instrumento como prova que mensura o aluno em determinado conteúdo da Geografia, ela não garante a aprendizagem. No entanto, a avaliação formativa ela combina tanto o instrumento de prova, quanto confecção de materiais didáticos, quanto se o aluno ‘*de repente*’ sabe e domina os conteúdos”.

Nesse sentido, a visão ampla do professor em relação a avaliação, buscando uma gama de possibilidades para se avaliar o estudante, está intimamente ligada a perspectiva da avaliação formativa na qual inclui-se a Arte.

Fica evidente quando ele afirma que: “quando eu trago essas obras para que os alunos aprendam e discutam com a gente, eles não ‘tão’ simplesmente falando da obra, mas estão conectando com a teoria. Então, no meu ponto de vista, na avaliação formativa o aluno está aprendendo, e uma prova não mensura se o aluno vai aprender ou não.”

Ao fazer um panorama da disciplina, ele afirma que os alunos o surpreendem e que, volta e meia, antigos alunos o procuram e relatam sobre práticas que estão desenvolvendo e ali ele enxerga o sucesso do processo. Ou seja, o próprio professor afirma que a aula não tem fim, nunca acaba, portanto, o processo da disciplina não se encerra ao final do semestre, ele permeia a prática pedagógica dos estudantes, desde que tenha significado para eles.

Quando questionado sobre as possibilidades entre a Arte e o ensino de Geografia, ele elucida que “à Arte em si envereda por vários caminhos, abre o leque de muitas possibilidades no sentido conotativo, principalmente, porque os textos acadêmicos são denotativos, eles são pontuais, são objetivos... a Arte não, ela cria, a Arte inova e é nessa inovação que a gente percebe que a Geografia deve fazer parte”.

É nesse ponto elucidado pelo professor que corroboramos com sua linha de raciocínio no que diz respeito a complementaridade exercida pela Arte frente aos textos/materiais acadêmicos. O exercício desse diálogo mostra-se bastante proveitoso, como afirmou o professor, em nenhum momento há a anulação de uma perspectiva frente a outra, pelo contrário, elas caminham juntas.

Ao final, o *Entrevistado C* ao ser questionado como considera a oferta de subsídios para o trabalho com a Arte e a Geografia, no curso de Geografia da URCA, ele responde: “eu considero que pontualmente a gente consegue perceber uma mudança significativa em relação a inserção das expressões artísticas no seio de formação dos futuros professores”.

Essa fala de mudança, através da percepção, ela se dá no que tange as próprias práticas, ao “currículo vivido”, ou seja, por mais que os planos das disciplinas da estrutura curricular ao estabelecerem ou não o trato com a Arte, a prática no cotidiano trouxe a demanda desse trabalho, principalmente quando o docente tem aproximação com as linguagens artísticas.

No final da entrevista, ele relata que ao utilizar a Arte em suas aulas, é questionado pelos estudantes com perguntas do tipo “mas o que isso tem a ver com Geografia?”, ele atribui essas questões pelo fato da Arte acarretar um encantamento que nos liberta de

algumas amarras. No sentido de tornar a Arte instrumento de fazer com que o outro pense geograficamente na ausência de um texto teórico propriamente dito.

Do ponto de vista curricular da Geografia, ele defende uma maior inserção da Arte, mas ressalta a distinção entre o “currículo pré-ativo” e o “currículo interativo”. Sendo esse último aquele que, como coloca, “as pessoas fazem”, ou seja, no campo da prática, a inserção da Arte no currículo ocorre com determinados professores que em suas disciplinas inserem tais linguagens, seja numa discussão a partir de um poema ou mesmo na produção artística, sejam exposições fotográficas ou da metodologia das Instalações Geográficas, propostas por Ribeiro (2014).

O *Entrevistado D* foi professor da disciplina de Prática Curricular V no período de seis anos, com exceções nos momentos em que dividiu a disciplina com outros docentes. No início tratamos de que forma metodologicamente o mesmo tratava as multilinguagens.

Segundo ele, há um trato *a priori* acerca das interseções entre a Arte e a Geografia, onde se busca discutir alguns conceitos para posteriormente dialogar com a turma diretamente as questões relacionadas as linguagens.

Ele considera que a disciplina é um “desafio metodológico” quando se propõe a tratar da Arte com o ensino de Geografia. Esse desafio se estende desde a formação básica em que se consiste cada linguagem e, principalmente, no que tange as aplicações que podem ser experimentadas no ensino de Geografia.

Quando questionado sobre a produção de material tendo em vista o ensino de Geografia na perspectiva das multilinguagens, ele afirma que não é possível trabalhar com todas as linguagens, logo há uma delimitação. E, sob a justificativa de um apelo na

contemporaneidade no que se refere as imagens, considera que o geógrafo deva estar apto a este trato, portanto há um privilégio por materiais das Artes visuais.

Nesse sentido, durante as aulas há um trabalho centrado em curtas-metragens, não só relacionados a temas geográficos, e que também objetiva o entendimento dos professores em formação quanto a uma melhor distribuição em suas aulas para que possam se utilizar desses recursos didáticos.

O *Entrevistado D* atenta para questões que dificultam o trato com a Arte durante a disciplina, principalmente em termos de estrutura física da própria universidade, desde salas adequadas, climatizadas, até a própria ausência de laboratórios equipados, ilhas de edição e também na dificuldade de adquirir os materiais necessários.

Ele nos conta que buscam resolver a situação parcialmente com a incorporação de materiais mais acessíveis e substituição de equipamentos, como é o caso no trabalho com a fotografia, as câmeras adequadas pelos *smartphones*.

Nesse ponto podemos perceber que o trabalho com a Arte não depende unicamente de um currículo “bem” elaborado, de uma ementa mais ou menos ampla ou da própria vontade do professor. Há elementos estruturais que interferem e influenciam diretamente no acontecer da aula; ao denunciar a ausência de estrutura física na universidade o professor expõe outro aspecto na problemática analisada.

A própria produção de materiais didáticos fica prejudicada, e há, como fora relatado na entrevista, a realização de provas escritas e em um segundo momento o desenvolvimento de algo mais prático,

que sofre com as condições já citadas, mas que na medida do possível são realizadas, como mostras de curtas e exposições fotográficas.

Quando pedimos para o *Entrevistado D* avaliar a disciplina de Prática curricular V, ele insiste que ela não ocorre de maneira satisfatória principalmente pela ausência de estrutura física na universidade. Acarretando a impossibilidade do acesso a uma gama de linguagens que não podem ser trabalhadas de forma precária.

Sobre as possibilidades entre a Arte e o ensino de Geografia, o mesmo relaciona a Arte no que se refere a potencializar nossa percepção para com o mundo, a realidade e a própria Geografia. Principalmente quando pensamos aspectos mais sensitivos e humanos. Nas suas palavras: “se a Geografia já abraça o espaço, a paisagem, nesse encontro humanizado para a compreensão do homem em seu território, em sua paisagem, a Arte potencializa esse encontro, abrindo novas percepções a ele”

Ao final, avaliando se o curso de Geografia da URCA oferece subsídios para o trato da Arte e da Geografia, ele afirma que tem-se “material humano” para tal, e que “o corpo docente encontra-se preparado e disposto para esse trabalho”, em contrapartida, “as condições estruturais da universidade dificultam muito” e, pensando na perspectiva curricular, “poderia se disponibilizar mais disciplinas optativas com o objetivo de se tratar esse debate proveitoso entre a Arte e a Geografia.”

Ao sugerir esse aumento de disciplinas para essa temática, o professor expõe uma preocupação que já levantamos aqui, o fato das discussões acerca da Arte estarem concentradas apenas na disciplina de Prática Curricular V. Também foi perceptível, novamente, e diversos aspectos no tratar da disciplina, um certo afastamento do que está proposto na ementa e no plano.

Afinal, Geografia e Arte rimam?

As relações entre Arte e Geografia são encontradas desde a sistematização desse conhecimento enquanto ciência. Cene e Ferraz (2016) procuram discutir epistemologicamente essa relação. Tendo como ponto de partida a fragmentação da ciência no século XVII, sua separação da Arte como característica da ciência moderna e, mais especificamente, na relação desta com as produções de Humboldt.

O naturalista realizava grandes descrições e representações das paisagens dos lugares que pesquisava. Ficaria difícil imaginar essa relação da Arte e a Geografia em seus trabalhos – à primeira vista extremamente técnicos – porém, é justamente no ato da descrição e representação que ele incorpora a Arte a sua prática geográfica. Springer (2009, p. 10 *apud* CENE e FERRAZ 2016, p. 233) relata a origem dessa relação enquanto decorrência da influência do romantismo alemão no qual há “em sua produção científica para descrever a Natureza, uma forma de Arte e estética romântica para atingir um ‘estado’ estético e objetivo.”.

Ele tinha como objetivo não uma simples descrição, logo “não se trata apenas de representar pictórica ou descritivamente a natureza, mas uma comunhão entre as duas formas de representações (pintura e literatura), para assim alcançar seu objetivo na descrição do mundo.” (CENE e FERRAZ, 2016, p. 233).

A necessidade de se buscar nos primórdios da sistematização da Geografia moderna sua relação com a Arte, se faz cogente para demonstrar que essa discussão não é recente, e que não buscamos no currículo 2005/2006 do curso de Geografia da URCA algo inovador do ponto de vista histórico do desenvolvimento da ciência geográfica.

Nesse sentido, é perceptível a relação intrínseca da Arte com as linguagens. As contribuições dessas para as práticas pedagógicas em Geografia ficam claras a partir das entrevistas realizadas. Portanto, entendemos as relações entre a Arte e a Geografia mediadas pelas linguagens.

Haja visto que o processo de ensino-aprendizagem perpassa inevitavelmente por elas, em todas perspectivas, das mais tradicionais, as mais radicais ou criativas, as linguagens permeiam todo o processo. Há múltiplas formas e perspectivas de lidar, de mediar ou transmitir saberes e todas necessitam das linguagens.

Portanto, na formação docente deve-se apostar num conhecimento mínimo acerca dessas linguagens, afinal:

O exercício da análise geográfica tem maior competência de aproximação à complexidade do mundo se também for plural internamente: buscar diferentes pontos de vista para ler analiticamente o mundo e também ser capaz de escrever sobre isso sob diferentes aspectos (REICHWALD JR, 2004, p. 70 *apud* SOARES, 2013, p. 59).

Os diferentes pontos de vistas citados por Reichwald, ao nosso ver, podem ser supridos pelas linguagens que seriam espécies de caminhos e descaminhos, porque o processo é dialético, para a Arte e esta em sua capacidade potencializadora no que tange ao ensino-aprendizagem supre, ao nosso ver, diversas perspectivas para lidar não só com a Geografia, visto seu intrínseco caráter interdisciplinar.

As linguagens em si, carregam inúmeros signos e significados, e estes são fundamentais a nós, afinal, apesar dos homens não serem os únicos animais a se utilizarem deles, “estes signos não atingem a complexidade e a elaboração que podemos

encontrar na linguagem humana, na escrita, nas Artes [...]” (MORRIS, 1976, p. 5).

A complexidade acarretada pelos signos através das linguagens exerce íntima relação com a criatividade. A Arte permite a expansão da nossa capacidade de criação através do encantamento, da reflexão e da indignação. Quando inserida num viés geográfico traz essas possibilidades para a dimensão espacial, de produção e reprodução do cotidiano de determinado espaço.

É ao relacionar a Geografia e a Arte que, conforme Ribeiro (2013, p. 161), encontramos “[...] uma ruptura palpável para a superação do cotidiano, que se estabelece num dado espaço. É nas profundezas do pensamento criativo, do ato insano aos olhos do estabelecido para que a criação se realize, é nesse contexto que se apreende à Geografia.”.

Sendo que a Arte, inerentemente, traz através de suas obras, um carácter social visto seu enraizamento no cotidiano, sendo ela:

uma técnica social do sentimento, um instrumento da sociedade através do qual incorpora ao ciclo da vida social os aspectos mais íntimos e pessoais do nosso ser. Seria mais correto dizer que o sentimento não se torna social, mas, ao contrário, torna-se pessoal, quando cada um de nós vivencia uma obra de Arte, converte-se em pessoal sem com isto deixar de continuar social (VIGOTSKI, 1998, p. 315 *apud* NEWTON, 2008, p. 2).

A Arte aponta e dá pistas para a resolução de uma problemática quase clichê não só na Geografia escolar, mas que ainda é um desafio que requer atenção: a aproximação dos conteúdos com a realidade dos alunos. E por mais que a Arte permeie o cotidiano o desafio está em como realizar essa aproximação.

A utilização da Arte, todavia, acarreta uma problemática: as obras de Arte são exteriores a vida acadêmica e escolar, ou seja, não objetivam o ensino de conteúdo X de determinada área do conhecimento.

Em suma, a Arte na formação docente, através das linguagens, não implica na redução da obra em recurso (quase que descartável, “serve para esse tema, para esse não”). A Arte, portanto, não pode ser reduzida a tapa buraco de aula, afinal ela “não é uma complementação da vida, mas decorre no homem daquilo que é superior à vida. [...] toda obra de Arte sempre implica algum tema real concreto ou uma emoção absolutamente comum ligada ao mundo.” (VIGOTSKI, 2001, p. 339-340 *apud* NEWTON, 2008, p. 12)

Nesse sentido, a Arte na formação docente permite o desenvolvimento de nossas capacidades criadoras alinhadas a sensibilidade, uma formação mais humana. Precisamos criar nossas aulas e práticas pedagógicas, sendo a Arte fundamental nesse processo onde não necessitamos “descartar provas, exames e avaliações lineares, mas é preciso optar por um objetivo que leve o aluno a construir o conhecimento através da pesquisa objetiva real, da criação e da Arte, em decorrência da ciência geográfica” (RIBEIRO, 2013, p. 161).

Como é possível observar, não é somente incorporando a Arte que todos os problemas se resolverão. A problemática é ampla, inclui a pesquisa, a didática, domínio dos conteúdos, leitura e escrita. Aspectos esses embutidos na composição curricular da formação docente em Geografia que podem ser potencializados a partir da Arte, mediados pelas linguagens.

Os objetivos e critérios para a construção dos currículos estão intimamente relacionados a perspectiva de educação refletida

no curso. A linguagem, sendo ela artística ou não, permeia todo esse processo conflituoso. Soares (2013) apresenta um exemplo interessante em relação ao trato da Geografia e a da Arte utilizando-se das linguagens, a partir de uma prática pautada na teatralização no ensino médio. No trabalho em questão, há uma articulação entre literatura, música e as próprias Artes cênicas que circundam o conteúdo geográfico. Nesse contexto, segundo a autora, a Geografia,

“abarca tanto a vertente instrumental, por se tratar de uma outra disciplina que a partir do Teatro pode estimular a criatividade, quanto a vertente existencial, por possuir o objetivo de ler e compreender o mundo observando as interferências humanas na construção do espaço geográfico” (p. 61)

Para a realização de um trabalho desse cunho, o professor necessita de uma formação que abranja uma multiplicidade de linguagens para lidar com os conteúdos. Isso requer esforço pessoal, obviamente, mas que pode ser facilitado no seio do próprio curso de graduação.

Nesse sentido insistimos na importância da Arte para a formação docente, onde essa reverbera na prática pedagógica escolar. A professora cita, ao final do trabalho, a reação dos alunos com a atividade, os quais têm a oportunidade de desenvolver a autonomia e “liberdade de se expressarem e de mostrarem suas formas de ver o mundo. A prática do Teatro leva os alunos para a cena e lhes dá voz, ajudando a formar cidadãos capazes de compreender a sua realidade e mesmo de modificá-la” (SOARES, 2013, p. 79).

Portanto, na busca da construção desses “poemas” nos quais Geografia e Arte rimem, sejam em debates e construções teóricas e/ou em nossas práticas pedagógicas dentro e fora da universidade, as linguagens – inevitavelmente – irão compor do primeiro ao

derradeiro verso da obra que desejemos realizar. E sem dúvidas, a Geografia é fonte inesgotável de inspiração para tal trabalho.

Algumas considerações

Essa pesquisa em nenhum momento se propôs a fazer qualquer julgamento da forma na qual está posta a estrutura curricular do curso de Geografia da URCA, ou mesmo a maneira proposta de organização das disciplinas em suas respectivas ementas e planos. Muito menos enquadrar os docentes sob uma culpabilidade que permeia uma maneira extremamente banal em se fazer pesquisa: buscar culpados para saciar um anseio fundado na realização da crítica pela crítica.

Na proposta que tem como sul a pergunta se Geografia e Arte rimam, não buscamos apenas a dicotômica resposta positiva ou negativa para responder tal questionamento. Exploramos o tema, tal qual um poema: sua estrutura, as respectivas sílabas poéticas, a métrica, os versos, as estrofes e principalmente, as entrelinhas.

A partir das análises realizadas percebe-se que há uma concentração dessas discussões entre a Arte e a Geografia na disciplina de Prática Curricular V. E a inserção, pelo menos na ementa e plano de disciplina, das diferentes linguagens onde culminaria, a nosso ver, na elaboração do Projeto Pedagógico que tem a escola enquanto foco de aplicação.

É nessa disciplina onde observamos possibilidades de se oferecer os subsídios para o trato com a Geografia e a Arte, em termos de: metodologia de ensino e avaliação, assim como na bibliografia indicada. Porém, na prática, concentra-se essa discussão em torno da música e filmes (em número bem limitado, diga-se de passagem).

Quando as linguagens artísticas aparecem apenas enquanto complemento, ou mesmo não há discussão acerca delas no sentido de oferecer subsídios para a formação, evidencia-se uma perspectiva de formação docente que em geral expressa-se “regida pelo paradigma da racionalidade técnica, a qual privilegia a dimensão técnico-científica em detrimento da formação da autonomia intelectual, da reflexão, da criatividade e da sensibilidade.” (MENEZES e KARCHER, 2015, p. 55)

É justamente nesse paradigma conflituoso e dicotômico no qual a linguagem artística também sofre com o privilégio da linguagem técnico-científica, ao ser considerada ilegítima, ou até mesmo inapropriada para se tratar da ciência moderna.

Logo, dentro da perspectiva levantada de uma formação docente pautada no privilégio da formação e de uma linguagem técnico-científica, incorre a linguagem artística certa marginalização.

É o que percebemos quando analisamos a disciplina de Prática Curricular II. O trato dos principais conceitos e categorias da Geografia, tendo como privilégio a linguagem técnico-científica, induz aos estudantes, já no início do curso, que a única linguagem para o trato da ciência *stricto sensu* é essa. Restando as linguagens artísticas um papel apenas complementar que será recuperado no VI semestre com a disciplina de Prática V.

Posto esse cenário, foi possível apontar a partir das nossas análises essa problemática na ausência de discussões das relações entre a Arte e a Geografia, que se faz, ironicamente, presente no currículo 2005/2006 do curso de Geografia da URCA.

No delimitar das disciplinas escolhidas para se focar o estudo: Prática Curricular II e Prática Curricular V, explorando-as a

partir das ementas e planos de disciplina, assim como as entrevistas com discentes e docentes, onde evidenciou-se a dimensão das dificuldades e desafios na incorporação dessas linguagens e da Arte no ensino. O que nos permitiu algumas considerações:

1) Na elaboração das ementas, assim como em suas práticas, há um privilégio da linguagem técnico-científica em detrimento da possibilidade de inserção das linguagens artísticas (nossa proposta não é de substituir uma e privilegiar outra, pelo contrário, acreditamos em um diálogo entre essas, no sentido de complementaridade);

2) Nas ementas e planos das disciplinas há poucas informações acerca da realização do que se propõe, principalmente no que tange a articulação entre os objetivos e as formas de avaliação. Sendo essas ainda privilegiadas as provas escritas;

3) Quando partimos para a prática, as entrevistas revelaram um cenário que coloca a ementa e plano de disciplina como mero documento formal que apenas é apresentado no início da disciplina na maior parte do curso. Na prática há o distanciamento tanto nas propostas de metodologia de ensino, quanto nas formas de avaliação;

4) O trato com a Arte, diante da problemática das ementas e planos, fica *à mercê* do docente que assume a disciplina, apenas quando este traz em sua formação aproximação com determinada forma de Arte, incorpora na sua prática pedagógica, inclusive na disciplina de Prática Curricular V;

5) Quando a Arte emerge nas discussões das disciplinas, conforme apontam as entrevistas, há a percepção por parte dos estudantes na importância e potencialidade dessa em suas práticas

pedagógicas, mesmo que essas discussões estejam quase ausentes ou mesmo concentradas em determinadas disciplinas.

6) É preciso nas próximas organizações curriculares do curso de Geografia da URCA, atentar-se a sanar a problemática posta no fato de discussões em torno das linguagens e, conseqüentemente, da Arte, estarem dispostas em ilhas ao longo da graduação. Precisamos.

A arte na formação docente incide em profissionais mais atentos a formação sensível de seus respectivos educandos, na valorização e incentivo à criatividade, onde “abordar as diferentes linguagens é entendê-las não estritamente como elemento de um processo de comunicação, mas como fundamento de um processo de criação, de produção de pensamento sobre o espaço” (OLIVEIRA JR. e GIRARDI, 2011, p. 4).

A defesa da Arte no ensino é tomar partido por um modo de fazer ciência que não seja apenas pautado na racionalidade técnica. A vida muito mais do que baseada nesta requer, em todos os espaços a sensibilidade e a criatividade, aspectos importantíssimos no ser professor, formado na universidade e que via de regra atua na escola, na qual:

Diante de uma Geografia escolar sem cor e sem brilho, torna-se premente resgatar o amor e a poesia para que o professor possa realmente exercer sua função social (MENEZES e KAERCHER, 2015, p. 51).

Estendemos essa necessidade de colorir a Geografia primordialmente pela universidade, através da Arte na formação docente, para que consigamos também, assim como Belchior, aprender pela Geografia “que no mundo há lugar para um jovem

como eu amar e ser feliz”. Fazendo com que a aquarela do ensino de Geografia não seja sufocada por essa monocromática e fria perspectiva de ciência, talhada por uma racionalidade cada vez mais distante de uma realidade potencialmente colorível.

Referências bibliográficas

ALVES, Cícera Cecília Esmeraldo. Ensino de Geografia e suas diferentes linguagens no processo de ensino e aprendizagem: perspectivas para a educação básica e geográfica. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 27-34, fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 60977, de 21 de janeiro de 1972. *Decreto de Reconhecimento do Curso de Geografia e História Natural da Faculdade de Filosofia do Crato*. Brasília, 20 jan. 1972.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, MEC/SEF. 1998

CENE, Vonei Ricardo; FERRAZ, Máira Kahl. Geografia e Arte: Um debate epistemológico sobre suas relações. In: SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). *Geografia, Literatura e Arte: epistemologia, crítica e interlocuções*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. p. 220-247.

CNE. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. *Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: CNE, 2001.

DUARTE, Newton. *Arte e Formação Humana em Lukács e Vigotski*. In: 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação ANPED, 2008, Caxambu, MG. Constituição Brasileira, Direitos humanos e Educação _ 31ª Reunião anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2008. v. 1. p. 1-15.

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHECK, Neusa Maria. *Metodologia do Ensino de Geografia*. Curitiba: Ibpex, 2005. 127 p.

FREderico, Celso. Cotidiano e Arte em Lukács. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299-308, dec. 2000. ISSN 1806-9592. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9559>>. Acesso em: 10 sep. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000300022>.

LEITINHO, Meirecele Calíope. *Concepção e currículo*: Universidade Regional do cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. 206 p.

MENEZES, Victória Sabbado. KAERCHER, Nestor André. A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: por uma mudança de paradigma científico. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 47-59, jul. 2015

MORRIS, Charles William. *Fundamentos da Teoria dos Signos*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de; GIRARDI, Gisele. Diferentes linguagens no ensino de Geografia. In: XI *Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia*. Goiânia, 2011. Anais do XI ENPEG, Goiânia, 2011, v. 1, p. 1-9.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. A formação inicial do professor de Geografia. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes et al. *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas: Papirus, 15 ed. 2008, pp. 101-124.

RIBEIRO, Emerson. Pesquisa e criatividade na formação do professor de Geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 107-116, maio. 2013.

_____. *Arte e a Criatividade em Geografia: Práticas Pedagógicas em Instalações Geográficas*. 1. ed. Fortaleza: Universidade Regional do Cariri, 2016. v. 1. 124p.

_____. *Processos criativos em Geografia: metodologia e avaliação para a sala de aula em instalações geográficas*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-02072014-132435. Acesso em: 2018-05-20.

_____. A Criatividade Em Geografia, Prática Pedagógica E Avaliação: Lanternas Geográficas. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p.61-75, ago. 2011.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma Breve História da Formação do Professor de Geografia no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, v. 15, p. 129-144, 2000.

SANTOS, Robson Alves. Formação docente em geografia e a estrutura curricular: o curso de graduação do Campus Catalão/UFG. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 7, n. 14, p.85-110, dez. 2017.

SOARES, Liana Macabu de Sousa. Teatralizando o ensino de geografia. *Revista Brasileira de Educação Geográfica*, Campinas, v. 3, n. 5, p.57-81, jun. 2013.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. *Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia – Proposta 2013-2014*. Crato, 2014.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, [s.l.], v. 44, n. 151, p.190-202, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053142851>.

Submetido em: 03 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 09 de julho de 2020.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

Como citar este artigo:

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa. E quem disse que Geografia e Arte rimam? A formação docente na perspectiva das relações entre Geografia e Arte. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 805-844, jan.-jun./2020.

**PRODUÇÃO DE UM TERRITÓRIO
DISCIPLINAR: O POLÍCIAMENTO
ESCOLAR DA CIPOE**

*PRODUCTION OF A DISCIPLINARY
TERRITORY: CIPOE'S SCHOOL POLICE*

*PRODUCCIÓN DE UN TERRITORIO
DISCIPLINARIO: LA POLICÍA ESCOLAR DE
LA CIPOE*

LEILDO DIAS SILVA

Secretaria de Estado da Educação do Pará.
E-mail: leildodias89@gmail.com

ALDO LUIZ FERNANDES SOUZA

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará (IFPA) – Belém/PA.
E-mail: aldofernand3@yahoo.com.br

Resumo: O policiamento escolar, para muitos, ainda soa com estranheza. Apesar de isso já ser realidade nas escolas de Belém, Ananindeua e Marituba (Pará), há poucas pesquisas sobre o tema. Esta pesquisa tem como tema o policiamento escolar, com recorte para as Rondas Escolares Ordinárias (REOs), entre os anos de 2015 e 2016, nas cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. Objetivamos analisar como se dá a produção do território do policiamento escolar, sobretudo por meio das REOs efetuadas pela Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). A metodologia que adotamos foi: 1) revisão de literatura especializada; 2) trabalhos de campos; 3) tabulação dos dados e 4) interpretação e análise dos dados. Como conclusões, podemos afirmar que há produção de um território do policiamento escolar e que, para isso, são utilizadas diversas estratégias/práticas, com ênfase nas práticas de poder disciplinar.

Palavras-chave: rondas escolares ordinárias, território, escola, disciplina.

Abstract: School policing still sounds strange to many. However, this is already reality in schools in Belém, Ananindeua and Marituba in Pará there are little research on this topic. The theme of this research is school policing, with a focus on Rondas Escolares Ordinarias between the years 2015 and 2016 in the cities of Belém, Ananindeua and Marituba. We aim to analyze how the school policing territory is produced through, above all, Ordinary School Rounds carried out by the Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). The methodology we adopted was: 1) review of specialized literature; 2) fieldwork; 3) data tabulation; 4) interpretation and analysis of such data. As conclusions, we can affirm that there is a construction of a school policing territory and for that, several strategies/practices are used, with emphasis, in the disciplinary power practices.

Keywords: ordinary school rounds, territory, school, discipline.

Resumen: La vigilancia escolar todavía suena extraña para muchos. Sin embargo, esto ya es cierto en las escuelas de Belém, Ananindeua y Marituba (Pará) y con poca investigación sobre este tema. El tema de esta investigación es la vigilancia escolar, con énfasis en las Rondas Escolares Ordinarias entre los años 2015 y 2016 en las ciudades de Belém, Ananindeua y Marituba. Nuestro objetivo es analizar cómo se produce el territorio de vigilancia escolar a través de, sobre todo, las Rondas Escolares Ordinarias llevadas a cabo por la Companhia Independente de Policiamento Escolar – CIPOE (Guardia Independiente de Vigilancia Escolar). La metodología que adoptamos fue: 1) revisión de literatura especializada; 2) trabajo de campo; 3) tabulación de datos; 4) interpretación y análisis de dichos datos. Como conclusiones, podemos afirmar que hay una construcción de un territorio de vigilancia escolar y para eso, se utilizan varias estrategias/prácticas, con énfasis en las prácticas de poder disciplinario.

Palabras clave: rondas escolares ordinarias, territorio, escuela, disciplina.

Introdução¹

O policiamento escolar é um exemplo do refinamento dos mecanismos disciplinar e de controle da sociedade brasileira, e seus efeitos não agem somente sobre a escola, mas também sobre a sociedade. Todavia, o policiamento escolar ainda pode soar com estranheza a muitos cidadãos. Mas, o fato é que ele acontece e tem-se uma escassez imensa de pesquisa sobre esse tema, que passa despercebido, inclusive, por pesquisadores das áreas de educação e de segurança pública.

Queremos, logo de início, informar o leitor de que o policiamento escolar na Grande Belém é efetuado pela Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), ligada à Polícia Militar (PM) do estado do Pará. Segundo o Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016, em seu artigo 259, “[...] compete à CIPOE, no que couber, executar as atividades constantes do art. 211 deste Regulamento, bem como executar policiamento ostensivo fardado nas escolas públicas estaduais e municipais.” (PARÁ, 2016, p. 52). Acerca das competências do artigo 211 do referido decreto, Dias Silva pontua:

Dentre essas [competências], estão o policiamento ostensivo, administração da Unidade, atualização da carta da área de sua atuação, bem com a análise criminal e o georreferenciamento da área de sua circunscrição, elaboração do plano de atuação em sua área, empenho na valorização do esforço comunitário, estabelecimento de rotina e procedimentos de atuação no seu campo de ação,

¹ O presente artigo é fruto das atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisas: 1) Defesa, Fronteira e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e 2) Saberes Geográficos: diálogos entre ensino, pesquisa e extensão, na linha de pesquisa Cidade, Violência e Escola, vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém.

execução do policiamento fardado em diversos campos, dentre estes nas escolas pela CIPOE, prevenção e repressão para manter a ordem (DIAS SILVA, 2020, p. 64).

A atuação dessa companhia se limita, praticamente, às cidades de Belém, Ananindeua e Marituba,² no Pará, dentro e no entorno das escolas estaduais e municipais. Seu objetivo é “preservar a ordem”, podendo, inclusive, haver repressão para que esse seja alcançado.

Dito isso, enfatizamos que, nesta pesquisa, temos como foco a CIPOE, mas fazendo o recorte para apenas uma de suas atividades, talvez sua principal, que é a Ronda Ordinária Escolar (REO) nos anos de 2015 e 2016. Nesse período, foram realizadas cerca de 21 mil rondas escolares nos municípios aqui estudados. Nosso objetivo foi analisar a produção do território do policiamento escolar, por meio do ator sintagmático CIPOE, nos anos citados. Todavia, entendemos que as demais atividades também sejam importantes e desempenhem papéis centrais para o funcionamento da companhia.

Para que alcançássemos esse objetivo, empregamos a seguinte metodologia: primeiro, como de praxe, procedeu-se à revisão de uma literatura que pudesse nos dar suporte no entendimento de como a CIPOE produz o seu território. Nesse ponto, tivemos que lidar com o desafio da quase completa ausência de bibliografia específica sobre a CIPOE. Para enfrentar esse desafio, buscamos suporte em autores que problematizam a categoria “território” ou temas relacionados e, assim, aproximamo-nos das reflexões de Raffestin (1993; 2008; 2012), Saquet (2006; 2008; 2013), Souza (1995; 2008; 2013) e Foucault (2004[1979]; 2008).

² As cidades de Belém, Ananindeua e Marituba, no Pará, formam uma conurbação e pertencem à Região Metropolitana de Belém.

Em segundo lugar, realizamos trabalhos de campo junto à companhia, por meio dos quais tivemos acesso às planilhas de realização das rondas escolares e ao Plano de Gestão CIPOE 2016–2018. Também realizamos algumas entrevistas com agentes da CIPOE, as quais ampliam as reflexões aqui propostas.

Em terceiro lugar, tabulamos os dados e elaboramos tabelas e mapas, os quais sintetizaram os dados constantes em planilhas com cerca de mil páginas. Para a elaboração dos mapas, usamos o *software* especializado para tal: o *ArcGIS*, versão 10.3.1. Por fim, interpretamos esses dados, já tabulados e mapeados, mediante a teoria que tomamos como suporte.

Além desta introdução, este artigo apresenta as seguintes seções: Poder: território, territorialidade e disciplina; A CIPOE em cena: ações e estratégias na produção do território do policiamento escolar e Conclusões.

Poder: território, territorialidade e disciplina

Neste trabalho, em função do nosso objeto de estudo — a CIPOE, uma política de segurança pública do estado do Pará ligada à PM e, portanto, uma política executada pelo Estado — fizemos algumas escolhas teóricas e metodológicas necessárias e que fossem coerentes com a problemática analisada, qual seja, a relação entre as REOs e a territorialidade da CIPOE em alguns municípios da Região Metropolitana de Belém.

A respeito de território e territorialidade, tem-se como suporte teórico/metodológico Raffestin (1993; 2008; 2012), Saquet

(2006, 2008; 2013)³ e Souza (1995; 2008; 2013).⁴ Também iremos nos aproximar das reflexões promovidas por Foucault (2004[1979]; 2008) acerca da categoria “disciplina” para entender a atuação da CIPOE e ampliar as reflexões sobre essa companhia.

Entendemos que há outras linhas de interpretações de território e territorialidade, as quais têm grande relevância na Ciência Geográfica. A escolha de Raffestin (1993; 2008; 2012) se deu em função da contribuição que esse autor nos oferece sobre a produção territorial e o sistema territorial. De tal modo, compreendemos que sua análise sobre esses conceitos seja viável (com as ressalvas e adaptações necessárias) à reflexão acerca da produção e do sistema territorial da CIPOE, uma companhia que consiste no principal ator (sintagmático) na produção do território do policiamento escolar.

Em nossa leitura, os autores citados anteriormente têm em comum o conceito de “poder”, sobretudo aquele teorizado por Foucault. Logicamente, eles não concordam plenamente com as abordagens de poder foucaultiana; contudo, as tomam como base para entender as relações e delegações de poder para além do Estado e de suas instituições. O foco desses autores está, também, no poder capilarizado, ou seja, nas suas extremidades.

Sobre os trabalhos de Foucault, tomamos como base alguns textos dos livros *Microfísica do Poder* (2004 [1979]) e *Segurança, território e população* (2008), com ênfase, em ambos os livros, nos conceitos de poder e disciplina. Além desses, o conceito de “polícia”

³ Estamos cientes de que Saquet (2006; 2008; 2013) difere de Raffestin quanto à concepção de espaço. Saquet diz que concorda com os trabalhos de Lefebvre, o qual toma o espaço como uma construção social e histórica.

⁴ Nesta pesquisa, nos interessa a dimensão política do território em Souza (1995; 2008; 2013). Contudo, compreendemos que sua construção acerca do território vai além da dimensão política. É, também, econômica, cultural, imaterial/material.

também é importante em seu processo histórico de constituição de sentido e significados, pois, entendemos que a CIPOE tem, como uma de suas práticas ou territorialidades, o exercício do poder por meio da disciplina.

Outros autores também serão mobilizados para ampliar as reflexões propostas neste artigo. São discussões pontuais a partir de alguns pesquisadores que problematizam questões como (in)segurança, violência e policiamento, as quais nos ajudam a ampliar o debate aqui proposto.

Acerca do território, aqui nos interessa sua dimensão política, trabalhada nos autores já citados. Logo de início, queremos demarcar que, entre os autores que discutiram território, a centralidade foi dada às pesquisas de Raffestin (1993; 2008; 2012), cuja dimensão política do seu conceito de território é enfatizada por Saquet (2006, p. 72): “Raffestin destaca o caráter político do território. Após fazer uma reflexão crítica sobre concepções de poder centradas na atuação do Estado, propugna, tendo como uma de suas principais referências Michel Foucault, em favor de distintas variantes do poder [...]”

Explicitado isso, centremos a atenção nos conceitos de território e territorialidade, discutidos por Raffestin:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço. O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 128).

Por meio das reflexões teóricas citadas, podemos estabelecer algumas aproximações com nosso objeto de análise. Nesse sentido, entendemos que a CIPOE, ao planejar e executar suas ações sobre um dado espaço, configura-se como um ator sintagmático,⁵ ou seja, tem suas ações guiadas por um programa e, nesse processo, produz território. A escala de produção desse território é o espaço que compreende as cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. A CIPOE se apropria desse espaço já produzido, projetando trabalho (energia e informação) por meio das rondas escolares, do atendimento de ocorrência em ambiente escolar, da produção de planos de segurança escolar e das operações especiais (por exemplo, as operações “voltas às aulas” e “raio escolar”). Entendemos que essas ações da companhia se constituem em relações de poder, das quais resultam a produção de territórios de disciplinamento e controle.

O território,⁶ como se sabe, resulta das práticas sociais ou é mantido por elas, o que, na Geografia, é denominado “territorialidade”. Sobre esse conceito, que é fundamental ao estudo que aqui é feito, concordamos com os encaminhamentos de Raffestin (1993; 2008; 2012), Souza (2008) e Saquet (2006; 2008; 2013). A respeito da territorialidade, Raffestin afirma que:

⁵ Raffestin (1993, p. 40) aponta e diferencia dois tipos de atores coletivos. “Aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de paradigmáticos. E continua: os atores sintagmáticos manifestam, com precisão, a ideia de articulação e de processo. Por outro lado, os atores paradigmáticos não estão integrados em um mesmo programa, eles operam por critérios que os indivíduos têm comum. Exemplo, os habitantes da Itália e da Bélgica “[s]ão uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra: a Itália, a Bélgica etc.” (p. 41).

⁶ Neste manuscrito, embora utilizando a interpretação e o uso do conceito de território em Raffestin (1993), nós não deixamos de considerar a importância do espaço para a compreensão do território. Críticas que Raffestin enfrenta por considerar o território como receptáculo, palco de ações.

[...] territoriality is the ensemble of relations that humans maintain with exteriority and alterity, with the assistance of mediators, for the satisfaction of their needs, towards the end of attaining the greatest possible autonomy — that is, the capacity to have aleatory relations with their physical and social environment — taking into account the resources of the system.⁷ (RAFFESTIN, 2012, p. 139).

Em relação à especificidade defendida por Raffestin (2012), é oportuno ressaltar que sua análise sugere que se compreenda a concepção conceitual de territorialidade não como algo dado, construído e consolidado, mas como uma construção viva, cambiante e em constante processo de reconstrução e ressignificação. Nesses termos, o autor defende a necessidade de inserir outro elemento, além do trabalho, que atualmente interfere com força e poder nas relações constitutivas do território: o dinheiro. Isso evidencia que a territorialidade é um processo e que, portanto, sofre mudanças e transformações. Não temos a pretensão de tomar essa nova concepção do autor, ou seja, colocar o dinheiro como elemento central na produção do território. Vamos, aqui, ficar com a definição anteriormente citada.

Saquet (2006; 2008; 2013) apresenta a seguinte definição para territorialidade:

[...] territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por

⁷ [...] territorialidade é o conjunto de relações que os seres humanos mantêm com a exterioridade e alteridade, com a assistência de mediadores, para a satisfação de suas necessidades, no sentido de alcançar a maior autonomia possível — isto é, a capacidade de manter relações aleatórias com o ambiente físico e social — levando em consideração os recursos do sistema (RAFFESTIN, 2012, p. 139 Tradução Nossa).

isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

De maneiras diferentes, ambos os autores apontam a territorialidade como um conjunto de relações sobre um dado território, e são essas relações, atividades ou práticas que criam ou mantêm tais territórios. Em outras palavras, a territorialidade pode ser entendida, *grosso modo*, como um conjunto variado de práticas cotidianas e ações que estão sujeitas a mudanças. Os autores que estudam/estudaram esse conceito apontam que a territorialidade tem caráter tanto material como imaterial.

Dito isso, a partir do que identificamos sobre o objeto em análise, é possível, em termos de elementos/variáveis, aproximarmos das reflexões de Raffestin (2008; 2012) sobre a produção territorial de um dado ator. Para isso, esse autor forneceu os seguintes elementos para um modelo de representação da produção territorial:⁸ A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico, orgânico e/ou social; L: trabalho à disposição do ator (o trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação); M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator; P: programa do ator, que é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas; R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral; Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico; So: ambiente social; S: ambiente geral (Sn + So); T: território produzido pelo ator no

⁸ Os elementos para um modelo de representação da produção territorial, em Raffestin (2008 e 2012), são similares (ou um avanço) àquilo que Raffestin (1993 [1980]) chamou de problemática relacional da produção do sistema territorial, com ênfase, sobretudo, nas relações de poder (relações sociais).

ambiente e Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território ou territorialidade (RAFFESTIN, 2008; 2012).

Esses elementos formam uma espécie de modelo territorial. Tal modelo é resumido por Raffestin da seguinte maneira (2012, p. 134):

$$A (L-M-P) \text{-----}R\text{-----}S (S_n/S_o) = T/T_a$$

Raffestin (2008; 2012) avança na discussão acerca dos elementos para um modelo de representação da produção territorial. Contudo, queremos apenas experimentar, analiticamente, os elementos constituidores do conceito de território tematizado por Raffestin com os elementos identificados na instituição aqui pesquisada: a CIPOE. É oportuno ressaltar que se trata de uma aproximação por analogia, pois sabemos que os elementos aqui empregados exercem funções distintas daquelas desempenhadas pelos elementos usados e analisados pelo autor em tela.

Os elementos/variáveis que envolvem o nosso objeto de estudo (CIPOE) na produção territorial são A: a CIPOE, que se constitui como um ator sintagmático, embora existam muitos outros; L: as REOs, os Atendimentos de Ocorrências Escolares, a construção de Planos de Segurança Escolares etc.; M: os materiais usados e à disposição da companhia (viaturas, armamentos, computadores etc.); P: policiamento escolar, o qual se embasa em um planejamento que define os objetivos e as metas; R: as relações que o ator realiza e que são bastante amplas (relações de observações, registros, mapeamentos, mediação, estratificação, classificação, hierarquização etc.); S: as relações que a companhia tem com o ambiente natural e com o ambiente social (esses ambientes são as

idades de Belém, Ananindeua e Marituba); T: a produção do território do policiamento escolar e Ta: as diversas práticas/atividades ou territorialidades que a CIPOE desenvolve com o ambiente e com os outros atores no território de sua atuação, que vão desde a mediação até a repressão.

Pela amplitude e complexidade que o tema envolve e requer, vamos, neste artigo, estudar apenas um dos trabalhos (atividades/práticas) que a CIPOE desenvolve no território de sua atuação: a REO. Iremos nos ocupar dos demais trabalhos (atividades/práticas) da companhia nos próximos artigos.

É oportuno dizer que os elementos do modelo de representação da produção territorial não são, em si, o sistema territorial, embora este seja, em alguma medida, resultado da produção do território mostrado no modelo anterior. O sistema territorial, em Raffestin (1993), apresenta três elementos ou “subconjuntos estruturais que sustentam a prática social” (p. 151), que são as tessituras/malhas (limites), os nós (pontos) e as redes (linhas).

De acordo com a discussão já apresentada, podemos dizer que, em termos analíticos, o Estado elabora um sistema territorial por meio da CIPOE. Esse sistema sustenta suas práticas sociais e, ao mesmo tempo, é fruto delas. A rigor, pode-se inferir que o sistema territorial da CIPOE (Estado) se apresenta como:

- a) *malhas* — na Grande Belém, são as Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISPs), as Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISPs)⁹, os

⁹ A respeito das RISPs, AISPs e BPM consultar a Lei n° 7.584, de 28 de dezembro de 2011 que dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa, do Pará.

Batalhões de Polícia Militar (BPM) e os Setores Territoriais de Policiamento Escolar (STs)¹⁰;

- b) *nós* — correspondem aos centros de poder e decisões do policiamento escolar hierarquizados, como o Comando Geral de Polícia Militar do Pará, o Comando de Policiamento Especializado, a CIPOE, as delegacias de polícia, a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA) etc.;
- c) *redes* — são constituídas por linhas concretas e/ou abstratas que conectam os pontos dentro das tessituras; assim, pode-se inferir que a rede do policiamento escolar é constituída por CIPOE/PM/Estado, escolas, Centro Integrado de Operações (CIOp)¹¹, Secretaria de Estado da Educação do Pará (SEDUC) etc.

As REOs e os Atendimentos de Ocorrências Escolares são movimentos dentro da rede. Ainda é importante mencionar que há diversos meios de comunicação não visíveis no espaço (por exemplo, ligação telefônica, *e-mail*, ofícios etc.) e que, portanto, há vários meios de ligação entre os *nós* dentro do território que estamos chamando de território do policiamento escolar.

Apesar de sabermos que Souza (1995; 2008; 2013) não faz uso de um sistema territorial — como o faz Raffestin — sua discussão de território também ganha importância em nossa pesquisa, sobretudo a dimensão política de sua abordagem. Acerca do território, Souza aponta:

[...] eu comparei o território a um “campo de força”: ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do

¹⁰ Consultar Dias Silva (2020).

¹¹ Se tratando de ocorrência de violência na escola, esta aciona o CIOp que em seguida aciona a CIPOE.

espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. [...] (SOUZA, 2008, p. 66).

Embora entendamos que a CIPOE é uma instituição do Estado, sendo ela própria o Estado, queremos ter o devido cuidado de não “coisificarmos” o território, ou seja, não entender essa categoria como um recorte somente ligado ao Estado-Nação ou tomado, efetivamente, como algo palpável/material (uma “coisa”), pois tal discussão já foi superada por uma parte dos geógrafos. Sobre essa “coisificação” do território, Souza (2008, p. 62) destaca que foi dominante “[...] entre os clássicos, a associação exclusiva ou quase exclusiva do termo ‘território’ a um tipo de recorte específico: aquele definido pelo Estado-nação, ou seja, o ‘território pátrio’, o ‘território nacional’”.

Discutiremos, sim, uma territorialidade do Estado, mas cientes de que há muitos outros territórios e agentes territoriais na área em que este estudo se deu. Na produção do território do policiamento escolar, há, enquanto ocorrência, um campo de forças em que há disputas entre os atores envolvidos nessa produção. Podemos citar, como exemplo, a resistência de parte do corpo docente sobre o policiamento em ambiente escolar; inclusive, há professores

e diretores que defendem o policiamento por não militares, ou seja, criticam o policiamento executado pela PM.¹²

A partir das diversas práticas de produção do território efetivadas pela CIPOE — atendimentos de ocorrências nas escolas, construção de planos de segurança escolar, REO etc. — outras são desencadeadas. Na nossa leitura, todas essas são de disciplina dos sujeitos, dos cidadãos e dos corpos com objetivo de produção de um território disciplinar.

A respeito do tema “disciplina”, Foucault desenvolveu extensa pesquisa em seus livros e cursos no Collège de France. Acerca daquilo que ele denomina “disciplina”, ressaltou que:

[a] disciplina é essencialmente centrípeta. Quero dizer que a disciplina funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. A disciplina concentra, centra, encerra. *O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites [...]* (FOUCAULT, 2008, p. 58–59, itálico nosso).

A disciplina age sobre os corpos e territórios, criando regras e padrões. Segundo Foucault (2008), ela constitui-se de quatro elementos principais: 1) decomposição, 2) classificação, 3) sequenciamento e 4) adestramento progressivo e de controle permanente. A saber, se necessário for, a CIPOE *divide* (decompõe) e *classifica* os alunos e seus atos em diferentes tipologias, como violentos, criminosos, ladrões e traficantes. A companhia *sequencia* as ações de modo coordenado, conectado e hierarquizado, pois, quando chega à escola, cada agente policial tem uma função na

¹² Dias Silva (2020) traz, no bojo de sua pesquisa, esses conflitos e disputas entorno do policiamento escolar.

verificação da “normalidade” do local. No caso das REOs, o comandante fala com a direção e realiza a vistoria da escola; o patrulheiro dá proteção ao comandante e o motorista busca informações com porteiros, ao mesmo tempo em que fica vigiando próximo da viatura. A CIPOE *condiciona* (adestra) os corpos e os comportamentos, permanentemente, a partir de um conjunto de regras e padrões.

Pode-se dizer que a disciplina tem duas dimensões básicas: a vertical (por exemplo, dividir, classificar, sequenciar e adestrar) e a horizontal que, por consequência, é espacial (também territorial). De acordo com Foucault, “[...] o primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites” (2008, p. 59). Um exemplo disso, no espaço de atuação da CIPOE, são as diversas tessituras territoriais que a companhia elabora ou usa, todas com limites bem definidos (AISPs, STs, bairros, escolas etc.). No entanto, não devemos esquecer que a CIPOE não atua sozinha na tarefa de disciplinamento dos sujeitos e na produção de um território disciplinar. A escola¹³ é, por excelência, disciplinadora ao instituir um conjunto de normas e regras que define formas de agir, maneiras de andar, padrões de vestimentas e modos de comportamentos, ao passo que proíbe tantos outros. Além dessas atribuições de caráter disciplinar, a escola, em alguma medida, atua como agente propulsor das ações da CIPOE. Em certas circunstâncias, a escola pode acionar, formalmente, a intervenção dessa companhia para “solucionar” determinados problemas disciplinares.

¹³ A disciplina promovida pela escola e polícia são de natureza diferentes. A primeira instituição tem disciplinamento de caráter formativo, em alguma medida, emancipatório, ao passo que a segunda tem caráter de disciplinamento repressivo.

Foucault (2008) também estudou o nascimento e a “evolução” da polícia que, segundo ele, atua sobre os corpos por meio da disciplina. Contudo, não podemos utilizar as definições do autor na íntegra, uma vez que sua análise é focada no espaço-tempo europeu do século XIX, com recortes bem restritos a hospitais e prisões. Nesta pesquisa, interessam-nos os aspectos gerais ligados à disciplina acerca da instituição polícia.

Em nossa leitura, as práticas disciplinares da CIPOE são territoriais. Em outras palavras, são territorialidades que produzem territórios de dominação e de disciplina. Esses territórios, em função de suas territorialidades ou práticas disciplinares, são zonais, contíguos. Como nos diz Saquet (2008), é um território “areal”.

Na próxima seção, o objetivo é descrever e analisar as práticas da CIPOE para sua atividade/ação/territorialidade denominada REO e, a partir e por meio dela, entender a produção territorial da companhia em ênfase. Por meio dessa atividade, julgamos que seja possível identificar as territorialidades de disciplinas e os interesses do ator em tela quando opta por alguns espaços ou por um substrato espacial material em detrimento de outros. Um exemplo disso é sua atuação, que se dá de determinada maneira no centro da cidade e de outra na periferia.

A CIPOE em cena: ações e estratégias na produção do território do policiamento escolar

Nesta seção, analisaremos os números das REOs efetuadas pela CIPOE via Cartão Programa nos anos de 2015 e 2016. Os dados analisados foram fornecidos pela própria CIPOE, em planilhas que mostram o quantitativo de rondas por escolas durante todos os dias dos anos citados. Embora essas planilhas nos permitam fazer uma

análise por escola, interessa-nos, aqui, o agrupamento das escolas por Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISPs) e a distribuição dessas rondas no território em análise.

Antes, porém, é necessário enfatizar que o policiamento escolar utiliza (e produz) diversos recortes territoriais, como citamos anteriormente, que compõem um dos elementos fundamentais do sistema territorial tal como é definido por Raffestin (1993): as malhas. Tais recortes/malhas são agrupamentos de bairros ou de municípios, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Recortes/malhas do policiamento escolar em Belém, Ananindeua e Marituba (Pará).

Setor territorial	Batalhão	AISP	Bairros, distritos e cidades
1	2º	1ª	Umarizal, Campina, Reduto, Cidade Velha.
		2ª	Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima.
	20º	3ª	Condor, Cremação.
		4ª	Batista Campos, Jurunas.
		5ª	Guamá.
		6ª	Terra Firme e Universitário.
2	1º	7ª	Val-de-Cans, Sacramento, Telégrafo, Barreiro, Miramar e Maracangalha.
		8ª	Marco, Pedreira e Curió-Utinga.
		9ª	Marambaia, Castanheira, Souza.
3	24º	10ª	Parque Verde, Mangueirão, Cabanagem, Panorama XXI, Coqueiro-Belém, Una.
		11ª	Tapanã, Pratinha e São Clemente.
	10º	12ª	Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Ponta Grossa, Agulha e Paracuri.
		13ª	Icoaraci: Tenoné, Águas Negras e Parque-Guajará.
		14ª	Distrito de Outeiro.
4	6º	17ª ¹⁴	Providência, Jaderlândia, Atalaia, Coqueiro, Guanabara.
		18ª	Cidade Nova, Jiboia Branca, 40 Horas, Icuí-Guajará, Icuí-Laranjeira e Guajará.

¹⁴ As AISPs 17ª à 21ª pertencem à cidade de Ananindeua/PA.

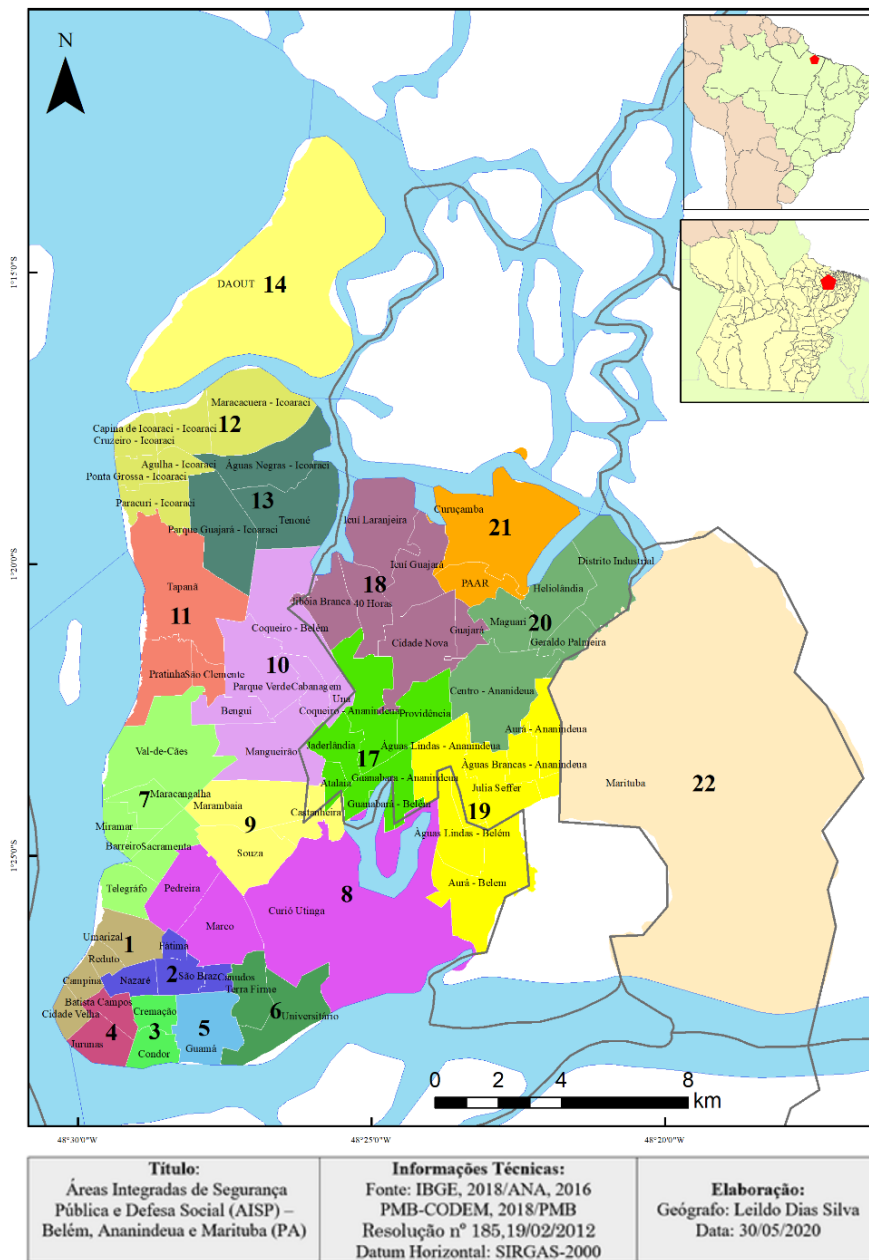
		19 ^a	Águas Brancas, Aurá, Aurá-Belém, Julia Seffer, Águas Lindas.
		20 ^a	Centro, Geraldo Palmeira, Heliolândia, Distrito Industrial, Maguari.
	29 ^o	21 ^a	Paar e Curuçambá.
	21 ^o	22 ^a	Cidade de Marituba.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Plano de Gestão da CIPOE 2016–2018.

A nossa pesquisa deu centralidade aos recortes territoriais das AISP, conforme mostra o Mapa 1, a seguir. Essas foram criadas e reguladas pela Resolução n^o 185, de 19 de fevereiro de 2012, do estado do Pará. Nos municípios em que a CIPOE atua, são 22 AISP; todavia, a 15^a e a 16^a correspondem ao Distrito de Mosqueiro, em Belém, as quais não recebem REOs e, por isso, ficaram de fora de nossas análises.

As REOs podem ser pensadas em qualquer uma das escalas territoriais elencadas no Quadro 1. Quem define esse planejamento do policiamento escolar é a CIPOE. Essa instituição pode, se for necessário, mobilizar o policiamento das AISP e dos BPMs, assim como optar por qualquer um dos referidos recortes/malhas territoriais para elaborar estratégias a concentrar/desconcentrar seu policiamento nas escolas. Por uma questão metodológica/analítica, optamos por fazer as análises das REOs de 2015 e 2016 por AISP.

Mapa 1: Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP)¹⁵



¹⁵ Agradecemos ao Laboratório de Análises Espaciais Professor Dr. Thomas Peter Hurtienne, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa) e ao seu coordenador, geógrafo Me. Wellington Fernandes, pelo apoio para a elaboração dos mapas usados neste artigo.

Note que o Estado elabora ordenamentos territoriais, ou seja, cria territórios zonais por meio de legislação específica para delimitar o espaço de ação das forças policiais. Como apontamos em Foucault (2008), a disciplina precisa de áreas bem delimitadas para que se processe de modo planejado e ordenado. O policiamento escolar não foge às estratégias elaboradas pelo Estado (ele é parte delas), sobretudo as de disciplina e, em alguma medida, de controle.

Como parte de uma das práticas de territorialidade disciplinar, as REOs trazem, em seu bojo, todo um sistema de padrões de funcionamento. Elas acontecem nos dias úteis da semana e contam com três viaturas e três motos, por dia, para fazer o “atendimento”. Essas operações sempre são compostas por, no mínimo, três policiais. Cada um deles desempenha uma função específica dentro da escola. Temos, nas viaturas, um comandante, um patrulheiro e um motorista.

Quanto às funções desses policiais nas viaturas e nas escolas, destacam-se as seguintes: o comandante da viatura é o encarregado de falar com a direção da escola. A ele compete fazer as observações e preencher o Boletim de Atendimento da Polícia Militar (BAPM), uma espécie de questionário que é preenchido com as informações colhidas na escola. Esse documento é de uso interno da CIPOE e não nos foi permitido ver seus registros. Depois de preenchido o BAPM, se a escola estiver dentro da “normalidade/padrão” — dentro daquilo que o policiamento classifica como tal — e não necessitar de uma atuação mais específica dos policiais no ambiente escolar, a direção assina o BAPM e a polícia se retira da escola. Como aponta Foucault (2004 [1979]), o olhar ou a

impressão de que estamos sendo vigiados já se configura disciplina¹⁶, o que torna a ronda escolar e a simples presença da PM um poderoso mecanismo simbólico e concreto de disciplinamento social.

Além do comandante da viatura, há o patrolheiro, que tem a função de fazer a segurança do comandante, dando-lhe cobertura dentro da escola. Às vezes, os policiais fazem uma vistoria no ambiente escolar e, havendo situações que sejam classificadas como “vulnerabilidades”, eles as identificam e apresentam à direção da escola. Há também o motorista que fica sempre em um local na escola que esteja mais próximo da viatura, sem perdê-la de vista. Esse ainda tem a função de conversar com o vigilante (porteiro) da escola para colher informações sobre as movimentações que acontecem em frente à instituição, a exemplo do uso de drogas, assaltos ou brigas. O motorista ainda pode conversar com os vendedores ambulantes que trabalham próximo à escola, pois, para a polícia, esses podem ter informações valiosas sobre os problemas que acontecem na instituição e em seu entorno.

Essas ações podem ser entendidas, também, como uma estratégia executada pelas REOs para ampliar a exequibilidade de suas metas. Ou seja, consultar os vigilantes, porteiros e/ou vendedores ambulantes pode ampliar o raio de ação no mapeamento das práticas de criminalidade, além de estabelecer relações de “parcerias e confiabilidade” com esses atores/sujeitos, à medida que creditam aos seus relatos o estatuto de confiança capaz de fornecer informações necessárias ao “combate à criminalidade”. Essa estratégia pode, também, construir uma extensão dos “olhos de vigilância” da CIPOE, à medida que esses sujeitos estão,

¹⁶ Essa ideia se aproxima das reflexões promovidas por Foucault acerca do *panopticon*. A respeito disso, consultar Foucault (2004 [1979], p. 210).

cotidianamente, no espaço escolar ou no seu entorno e, assim, podem fornecer registros valiosos. Essas ações incidem, em alguma medida, no disciplinamento dos comportamentos e corpos desses sujeitos, que passam a exercer, simbolicamente, a função de “vigias permanentes” da CIPOE.

Enfatizamos que os dados das REOs são gerados pela e para a CIPOE, sem que haja um controle de agentes externos. Eles são produzidos para o uso apenas da companhia e, inclusive, não estão disponíveis à sociedade em plataformas virtuais ou em arquivos materiais. Outra dificuldade para a análise diz respeito à ausência de uma série histórica desses dados que nos possibilitariam realizar um estudo mais denso sobre a atuação da CIPOE.

Com exceção dos dados dos anos de 2015, 2016 e 2017, não se têm dados sistematizados. Os de 2017 não nos foi fornecido, embora tenhamos recebido a “promessa” de que seriam disponibilizados. Enfim, há diversos complicadores, mas não se pode negar que esses dados ajudam e apontam para realidades importantes quanto à atuação e à produção do território pela CIPOE.

É importante dizer, também, que as escolas que recebem as REOs em um determinado dia, são listadas em um cartão (uma relação de nomes de escolas) denominado, pela CIPOE, Cartão Programa. Isso se constitui em uma espécie de “cartografia” na qual se identifica cada um dos espaços a ser vistoriado pelas REOs, com a devida localização espacial. Não se trata apenas de uma lista de nomes e endereços. Cada escola ali constante é fruto de um conjunto de ações e projetos políticos pensados pelos gestores públicos na execução da política de segurança, seguindo condições/critérios de visibilidade, mancha criminal e concentração de ocorrências escolares. Essas rondas são rotineiras, e não necessitam de uma

ocorrência de violência/criminalidade para que aconteçam. Em outras palavras, as REOs não dependem da vontade da escola; inclusive, a direção da escola não sabe o dia e horário que a polícia chegará. O controle sobre tais rondas é todo da polícia. A continuidade das ações da CIPOE, no tempo, e sua distribuição, no espaço, são mecanismos fundamentais para o disciplinamento social e para produção da territorialidade estatal.

É oportuno ressaltar que, a partir das rondas escolares, muitas outras práticas ou procedimentos são desencadeados no ambiente escolar. Em outros termos, isso é parte da territorialidade da CIPOE. Por essa chave de leitura, podemos nos aproximar das reflexões de Saquet (2013, p. 129), quando apontam que a “[...] territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas”. Ou seja, são as práticas e as relações sociais cotidianas e, por meio delas, pode-se “[...] identificar as de dominação de indivíduos e objetos”. No caso da CIPOE, as relações são de dominação e, por consequência, os territórios também.

Tomando como suporte as teorizações de Souza (2008, p. 66) acerca do território, as REOs são ações/movimentos, e é isso que constrói o território: “[...] não se exerce o poder sem contato [ação] com e referência à materialidade em geral.”. Entendemos, então, as rondas escolares como contato/ação do ator (a CIPOE), com a materialidade do campo de sua atuação. Por isso, vimos a necessidade de analisar tais rondas. Essas análises foram feitas comparando as rondas escolares com o número de escolas por cada AISPs, nos anos de 2015 e 2016, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Relação entre a Quantidade de Escolas e REOs em 2015-2016 por AISP

Relação entre Escolas e Rondas Escolares Ordinárias, em 2015 e 2016, por AISP						
AISP	2015				2016	
	N. Escolas	%	Rondas Escolares	%	Rondas Escolares	%
1 ^a	13	4,1	249	3,3	749	5,6
2 ^a	14	4,4	390	5,2	1173	8,7
3 ^a	9	2,9	194	2,6	500	3,7
4 ^a	15	4,8	242	3,2	593	4,4
5 ^a	18	5,7	628	8,3	798	5,9
6 ^a	6	1,9	218	2,9	373	2,8
7 ^a	26	8,3	304	4	637	4,7
8 ^a	18	5,7	450	6	682	5,1
9 ^a	22	7	264	3,5	455	3,4
10 ^a	29	9,2	655	8,7	1049	7,8
11 ^a	17	5,4	207	2,8	452	3,4
12 ^a	27	8,6	907	12	1415	10,5
13 ^a	3	0,9	125	1,7	125	0,9
14 ^a	8	2,5	301	4	549	4,1
17 ^a	35	11,1	846	11,2	1576	11,7
18 ^a	11	3,5	271	3,6	550	4,1
19 ^a	14	4,4	321	4,3	605	4,5
20 ^a	15	4,8	623	8,3	647	4,8
21 ^a	11	3,5	329	4,4	535	3,9
22 ^a	4	1,3	0	0	0	0
Total	315	100	7.524	100	13463	100

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas Planilhas de Escolas Rondadas do Cartão Programa de 2015 e 2016, CIPOE.

A Tabela 1 mostra que a quantidade de rondas aumentou de 7.524, em 2015, para 13.463, em 2016. Um aumento significativo, de quase o dobro. Em outros termos, o Estado está intensificando as REOs nas escolas da Grande Belém, como estratégia de disciplina e, em alguma medida, de controle. Acerca desse crescimento, a Tenente 1 (que planejava as ações da companhia) nos diz:

Mas eu sei que anterior a 2016 a gente tinha um atendimento grande, razoavelmente grande, que era uma quantidade grande de atendimento de boletins de atendimento [BAPM], que é que a gente chama tanto as rondas escolares como também as

ocorrências. Mas isso se dava também pelo fato de a gente ter uma quantidade maior de efetivos na rua, de efetivos, equipamentos, de viaturas tinha tudo em maior quantidade. Hoje a gente tem, pelo que eu estou vendo, uma redução de efetivos e mesmo assim um atendimento grande de ocorrências. Por quê? Porque a proximidade está cada vez maior, tanto da CIPOE com a SEDUC, quanto da CIPOE com a comunidade escolar, com as escolas (TENENTE 1 – CIPOE, 2019).

A primeira questão que devemos apontar sobre a explicação fornecida pela Tenente 1 é que o Estado vem ampliando suas ações de policiamento escolar. De acordo com o relato, a redução e as limitações de materiais não significaram a diminuição do trabalho da CIPOE. Pelo contrário. Houve um avanço por parte do Estado no que tange à sua atuação em um espaço em que a PM é/era negada, principalmente, pelo corpo docente das escolas.¹⁷ Portanto, o sucesso do programa não se deu, necessariamente, pelas condições materiais e de pessoal da CIPOE e, provavelmente, nem na necessidade da redução efetiva da criminalidade nas escolas¹⁸. Em defesa da companhia que representa, a tenente fez questão de frisar que, mesmo existindo uma diminuição das condições materiais, houve um crescimento de atuação. Esse ocorreu graças à capacidade da CIPOE em estabelecer vínculos e parcerias com a comunidade escolar. Ou seja, para a agente, a CIPOE é necessária e eficiente, e é capaz de executar suas funções mesmo diante de condições adversas. Para sustentar seu argumento, a tenente faz uso dos vínculos de

¹⁷ Dias Silva (2020) em pesquisa apontou os conflitos no ambiente escolar entre policiamento e a comunidade escolar.

¹⁸ Entre os anos de 2012 a 2016 a CIPOE fez 2.481 registros de ocorrências de criminalidade nas escolas, foram: em 2012, 649; 2013, 436; 2014, 304; 2015, 486; 2016, 606. Note-se que não houve redução acentuada desses registros entre os anos citados, logo, poder-se-ia inferir que a CIPOE não é eficiente. Contudo, cabe dizer que o policiamento escolar é fruto do discurso que a criminalidade invadiu a escola.

proximidades criados entre a sua companhia e a escola e/ou a SEDUC.

A segunda questão a ser observada diz respeito ao Estado com o atual governo (2019 a 2022), que tem planos e políticas que destacam a segurança pública, sobretudo, por meio do aumento de efetivo de agentes policiais. Até o final do período do atual governo, está prevista a efetivação de 7 mil novos agentes. Com isso, o policiamento escolar deve ter mais policiais e, portanto, deve-se ter intensificação da disciplina do Estado nas escolas.

Na Tabela 1, analisamos as AISPs que concentraram ou desconcentraram rondas. Se uma AISP tem número percentual de rondas bem acima do número percentual de escolas, dizemos, então, que ela concentrou rondas. Quando essa relação for inversa, dizemos que houve uma desconcentração de rondas. A escolha de ler os dados dessa maneira se deu em função de entendermos que a opção da CIPOE de concentrar ou desconcentrar as rondas em um determinado lugar não é ingênua, mas guiada por um projeto. Ressaltamos que Souza (2008) aponta que o substrato espacial material também influencia a construção do território. Por essa linha de raciocínio, a CIPOE, como ator responsável pelo programa, faz suas opções de execução de tal programa, associando-o a espaços e objetivos específicos. Pode-se inferir, ainda, que as REOs seguem condições/critérios a sua concentração ou desconcentração: a) mancha criminal (da própria CIPOE), b) registros de concentração de ocorrências nas escolas e c) visibilidade do policiamento escolar.

Ainda sobre a escolha, é importante demarcar que a CIPOE tem como razão de sua criação e como objetivo de atuação o policiamento nas/das escolas; daí a relevância de analisar as AISPs que concentram mais rondas. Por esse ângulo de percepção,

concentrar rondas significa dizer que as escolas de uma determinada área receberam com mais frequência a “visita” da polícia. Por conseguinte, essas escolas, seus alunos e o território estão submetidos com mais frequência às práticas de disciplina executadas pelo Estado.

Sendo assim, voltamos a nossa atenção à Tabela 1. Ela nos auxilia a visualizar em quais territórios se concentram as REOs, uma vez que essas não são homogêneas em termos de espacialização/concentração no território. Em 2015, as AISP que receberam mais rondas escolares, do total de 7.524, distribuídas em um universo de 315 escolas, foram as seguintes:

- 1) 20^a (Centro, Geraldo Palmeira, Heliolândia, Distrito Industrial, Maguari, em Ananindeua), que teve 623 (8,3%) rondas e 15 (4,8%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 3,5%;
- 2) 12^a (Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri) que teve 907 (12%) rondas e possui 27 (8,6%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 3,4%;
- 3) 5^a (Guamá) que apresentou 628 (8,3%) rondas e tem 18 (5,7%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 2,6%.

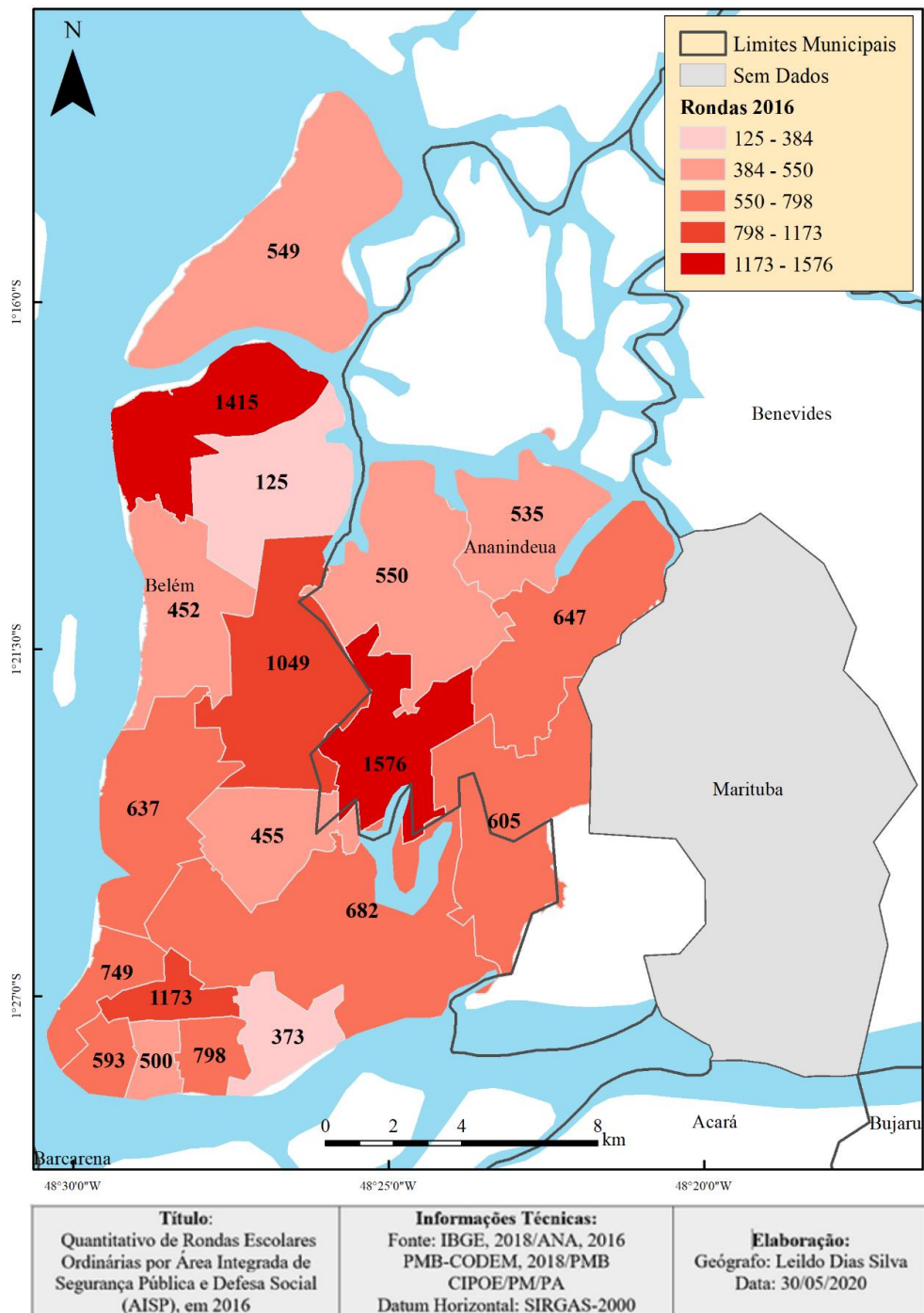
Seguindo a mesma lógica, no ano de 2016, as AISP que mais concentraram rondas, do total de 13.463, em um universo de 315 escolas, foram as seguintes:

- 1) 2^a (Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima) apresentou 1.173 (8,7%) rondas e tem 14 (4,4%) escolas; a diferença percentual é de 4,3% entre o número de escolas e o número de rondas;
- 2) 12^a (Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri) teve 1.415 (10,5%) rondas e possui 27 (8,6%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 1,9%;
- 3) 1^a (Umarizal, Campina, Reduto, Cidade Velha) que apresentou 749 (5,6%) rondas e tem 13 (4,1) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 1,5%.¹⁹

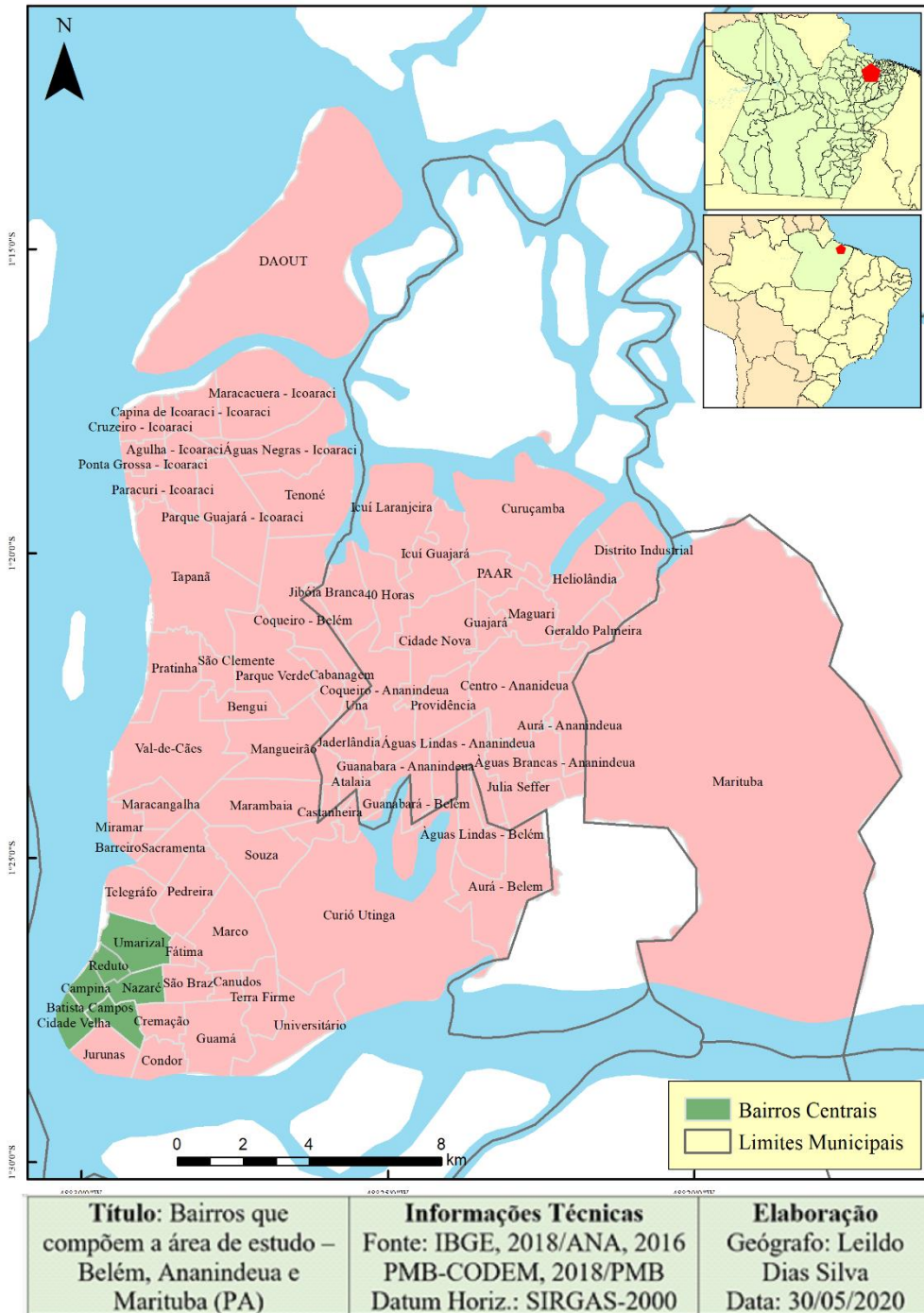
As AISPs que menos concentraram rondas, em 2015 e 2016, são as mesmas: 1) a 7^a (Val-de-Cans, Sacramenta, Telégrafo, Barreiro, Miramar e Maracangalha) que tem, em seu território, 26 (8,3%) escolas e apresentou, em 2015, 304 (4%) rondas e, em 2016, 637 (4,7%). A diferença entre o número de escolas e rondas é de 4,3 e 3,6%, respectivamente; 2) 9.^a (Marambaia, Castanheira e Souza) tem 22 (7%) escolas e apresentou, em 2015, 264 (3,5%) rondas e, em 2016, 455 (3,4%). A diferença entres essas duas variáveis é de 3,5 e 3,4%, respectivamente. Os Mapas 2 e 3, ambos a seguir, nos ajudam a espacializar as REOs e localizar os bairros tratados acima.

¹⁹ A 14^a AISP teve diferença percentual entre número de rondas e escolas de 1,6%. Contudo, a quantidade de escolas (das 315 que recebem rondas) nessa AISP é pouco significativa: apenas oito.

Mapa 2: Quantitativo de Rondas Escolares Ordinárias por Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), em 2016.



Mapa 3: Bairros que compõem a área de estudo – Belém, Ananindeua e Marituba.



Outra leitura possível — e que nos mostra um cenário próximo do descrito anteriormente sobre a concentração de rondas — é a quantidade absoluta de REOs nas AISPs, independentemente do número de escolas que essas áreas possuem. Em outras palavras, estamos interessados, agora, somente na quantidade de rondas. Há poucas variações das AISPs que encabeçam as listas dos anos de 2015 e 2016; por isso, vamos elencar somente os dados do ano de 2016 (Mapas 2 e 3). As AISPs que apresentaram as quantidades de rondas mais altas foram as seguintes:

- 1) a 17^a (Coqueiro, Providência, Jaderlândia, Atalaia e Guanabara, em Ananindeua), teve 1.576 (11,7%) rondas;
- 2) a 12^a (Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri), apresentou 1.415 (10,5%) rondas;
- 3) a 2^a (Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima) com 1.173 (8,7%) rondas;
- 4) a 10^a (Parque Verde, Mangueirão, Cabanagem, Panorama XXI, Coqueiro-Belém, Una) apresentou 1.049 (7,8%) rondas.

Os mapas 2 e 3 foram elaborados com o objetivo de contribuir para o entendimento da análise acerca da espacialização das REOs. O Mapa 2 trata da espacialização dessas rondas em 2016 e o Mapa 3 nos ajuda a localizar os bairros das cidades aqui em ênfase. Tais mapas (além do Mapa 1) mostram as malhas territoriais onde a CIPOE circunscreve o seu poder por meio de relações sociais. Essas relações conectam os pontos dentro dos limites da malha por meio

das REOs e de outras práticas para formar a sua rede, a rede do policiamento escolar.

Voltando-nos para as análises das REOs, queremos dizer que o espaço da cidade não é homogêneo. Ele é, no mínimo, dividido entre centro e periferias. E é nessa lógica centro-periferia que a concentração de rondas se dá. Para cada um desses espaços, uma ronda diferente. Nos bairros centrais de Belém, o objetivo da CIPOE é ser vista (visibilidade), pois o centro precisa se mostrar “seguro” e policiado e aqui as rondas podem ser, em algum grau, “preventivas”. É por isso que bairros com poucas escolas e com índices de criminalidade menor do que outros bairros periféricos possuem alta concentração de rondas escolares. São exemplos disso: Nazaré, Umarizal, Campina e Batista Campos (veja Mapa 3).

O fato de haver grande concentração do policiamento escolar nesses bairros centrais pode estar diretamente ligado ao quinto objetivo estratégico do Plano de Gestão CIPOE/2016–2018, o qual diz que as forças públicas estaduais precisam ser vistas ostensivamente para fortalecer a sensação de segurança. Logo, as melhores áreas para tais ações são aquelas que recebem maiores fluxos de pessoas, de modo a aumentar a possibilidade de maior visibilidade das ações da CIPOE: ou seja, as áreas centrais. Sobre isso, e com base nas reflexões de Raffestin (1993; 2008; 2012), pode-se dizer que a produção do território pela CIPOE, com recorte às rondas escolares, segue planos, estratégias e objetivos. Em outros termos, essas rondas são parte do programa do ator, com ênfase na produção do território do policiamento escolar.

Por outro lado, temos as rondas nas periferias que, de acordo com o que os dados sugerem, são guiadas pela mancha criminal da CIPOE. As AISP 10^a, 12^a e 17^a, que, em 2016, somam juntas mais

de 4 mil rondas escolares, possuem enormes periferias que carecem de serviços básicos de saneamento, saúde, educação e lazer. Essas periferias são, predominantemente, compostas por população pobre, parda e negra. Paracuri, Bengui, Cabanagem, Jaderlândia, Guanabara são apenas alguns exemplos dessa realidade. Nesses espaços, as rondas escolares têm caráter repressivo e violento, e seu objetivo é disciplinar os corpos desses sujeitos sob a batuta de que são “perigosos”. Assim, a violência disfarçada de disciplina se justifica aos olhos dos que classificam tais corpos como “perigosos”.

Por essa chave de interpretação — centro-periferia — aproximamo-nos das reflexões elaboradas por Souza (2008), que apontam que a produção do território depende, em grande medida, do substrato espacial material. Tanto no centro como na periferia, a CIPOE não foge de seu objetivo: manter a “ordem social”, e manter essa ordem significa reprimir e disciplinar uma classe enquanto “protege” outra. Lembremos que as escolas públicas, foco de atuação da companhia, são destinadas, quase que em sua plenitude, aos filhos de trabalhadores e periféricos.

Ainda a respeito do policiamento nas periferias, Dias Silva (2020) mostra, em mapas, que as escolas de ensino médio (as quais são de responsabilidade do governo estadual), geralmente, estão localizadas nos bairros mais centrais das AISPs das periferias da Grande Belém, e são nelas que os jovens/adolescentes estudam. São para esses sujeitos e corpos que a polícia direciona suas ações; são esses territórios, portanto, que precisam de disciplina. Isso, como nossos dados mostraram, revelam as intenções do ator territorial CIPOE. Como apontou Raffestin (2008), é desvendando as práticas territoriais dos atores que se consegue entender seu território e seu programa.

Ainda sobre a influência do substrato espacial material (neste caso, centro-periferia), destacamos que as AISPs que menos concentraram rondas escolares em 2015 e 2016 (a 7ª e a 9ª) apresentam, em sua maioria, um conjunto de bairros que podemos dizer que são intermediários entre o centro e a periferia: Souza, Castanheira, Marambaia, Telégrafo e Val-de-Cans, portanto, não seriam interessantes diante dos critérios para a concentração de rondas escolares, visibilidade e mancha criminal, pois não se enquadram em nenhum dos dois.

As REOs se configuram entre as principais estratégias que a CIPOE — enquanto um ator capaz de implementar um programa — usa para produzir um território disciplinar. Nessas rondas, a disciplina não acontece, necessariamente, pela repressão física. Ela pode ocorrer, também, “pelo ato de se fazer presente”, ou seja, pela presença da companhia, uma vez que essa instituição/ator (CIPOE/polícia) é capaz de intimidar pela possibilidade de uso legítimo da força, do qual pode lançar mão para manter a ordem social ou a suposta “segurança” da comunidade escolar (ou, pelo menos, de parte dela). O sucesso da disciplina se efetiva quando não é necessário o uso da força física ou da violência explícita pela polícia. As reflexões promovidas por Foucault (2004 [1979]; 2008) nos ajudam a pensar nesse sentido, uma vez que o não uso da força física pode significar que as normas, as regras — e, portanto, o adestramento dos corpos e a produção de território disciplinar — estão funcionando e que o Estado teve êxito no disciplinamento.

As rondas escolares, nas suas diversas intensidades, formas de apresentação e frequências, indicam ações da CIPOE e, logo, do Estado. E, se há ações, não existem dúvidas de que há produção territorial sobre o espaço de atuação dessa companhia. Souza (2008),

ao desenvolver suas reflexões quanto à produção do território, afirma que as ações, ou seja, a sua projeção, em um dado espaço e por um dado ator, é fundamental à produção do território. Nessa perspectiva, se não existissem as ações, não haveria conflitos/disputas e nem campo de força, logo, não haveria territórios. Com isso, cabe-nos dizer que as territorialidades (aqui podemos citar as rondas escolares) são construídas/ativadas pelas ações, as quais são e estão dentro de um processo e, portanto, são dinâmicas e passíveis de mudanças.

Conclusões

Mediante a teoria que nos deu suporte à pesquisa, com destaque a Raffestin (1993; 2008; 2012), pode-se afirmar que a CIPOE se apresenta como um ator sintagmático que mobiliza os elementos/variáveis do modelo territorial do citado autor. Em outros termos, a companhia se constitui como o principal ator que desenvolve um trabalho sobre um espaço. Esse trabalho é embasado em um programa (Plano de Gestão CIPOE 2016–2016) e mediado por relações de poder entre os diversos atores da comunidade escolar. E todas essas relações acontecem no ambiente escolar (ambiente social) ou em ambientes relacionados a ele. O resultado de tais relações, que envolvem esses elementos/variáveis, desdobra-se na produção de um território de disciplina, produzido por diferentes ações, entre elas as práticas de vigilância, segurança e disciplina produzidas pela companhia em tela. Dentre as práticas ou atividades desenvolvidas pela CIPOE, tem-se as REOs, que podem ser classificadas em territorialidades de dominação. Logo, tem-se a construção de um território com características marcadas pela dominação: o território do policiamento escolar. Tal território possui, como estrutura, um

sistema territorial formado por malhas (AISPs), nós (centros de comando da PM) e redes (CIPOE, escolas/SEDUC etc.).

As REOs — que são “visitas” da polícia às escolas — a nosso ver, são maneiras de disciplinar os sujeitos, cidadãos e corpos, e construir seu próprio território. Por meio dessas rondas, a CIPOE (ou seja, o Estado) se faz presente nas escolas para aplicar práticas de disciplinamentos que julga necessários. A polícia, por utilizar essas práticas, vai classificar em diferentes tipologias o que é permitido e o que é proibido. Uma vez sendo o comportamento dos estudantes categorizado como proibido, esses poderão sofrer diferentes sanções punitivas de caráter disciplinar. Eles podem ser retirados de sala, revistados e, se for o caso, levados à delegacia (se maiores de 18 anos de idade) ou à Divisão de Atendimento ao Adolescente (se ainda não completaram a maioridade). Ainda dentro da seara da disciplina, os policiais das rondas podem passar instruções de estratégias de vigilância à direção e aos inspetores, a serem praticadas no ambiente escolar.

Conclui-se, também, que as rondas escolares levam em consideração o substrato espacial material da Grande Belém, dividindo-a em centro-periferia. Para cada um desses espaços, têm-se critérios diferenciados para as rondas. Para o centro, busca-se a visibilidade da política de segurança pública, ao passo que, para as periferias, busca-se a repressão. Nesse caso, o critério de concentração das rondas é a mancha criminal. Por conseguinte, cabe concluir que, assim como os critérios, as rondas escolares também são diferenciadas para cada um desses espaços.

Salientamos que, embora as instituições escola e polícia atuem por meio da disciplina, não se pode aproximar a maneira com que cada uma delas a exerce. A escola tem por objetivo o

disciplinamento dos sujeitos para o exercício de seus direitos e, em alguma medida, para o trabalho em sociedade. Já a polícia, que tem a permissão do uso da força física, disciplina por meio da violência, da qual o Estado tem o monopólio para manter o seu próprio *status quo*. Dito de outra maneira, a disciplina da escola, salvo exceções, tem caráter de mudança e justiça social, ao passo que a exercida pela polícia busca manter os privilégios e o funcionamento das engrenagens de uma sociedade desigual. Dessa maneira, o avanço do disciplinamento policial implica o recuo das possibilidades das ações formadoras das escolas.

A presença da polícia na escola, espaço onde ela era/é negada, nada mais é do que um aperfeiçoamento dos mecanismos disciplinares e de controle do Estado e da sociedade brasileira. O policiamento escolar analisado nesta pesquisa faz parte das diferentes maneiras pelas quais a militarização da sociedade brasileira se faz presente. A saber, o policiamento escolar é apenas uma das faces da militarização da vida urbana. A esse respeito, podemos citar diversos exemplos: no Pará, têm-se comunidades e bairros periféricos “ocupados” por agentes policiais no programa de governo nomeado de “Territórios pela Paz”; no Rio de Janeiro, tem-se a ocupação das comunidades pelas Unidades de Polícias Pacificadoras e, em 2018, esse mesmo estado recebeu intervenção militar. Essas ações e práticas corroboram com a construção de discursos cada vez mais presentes em defesa da presença dos agentes militares nos mais variados espaços públicos.

Faz-se importante dizer que o policiamento escolar e sua produção territorial requerem estudos mais aprofundados. Portanto, seria interessante que, em trabalhos futuros, fossem investigadas outras atividades/práticas/territorialidades da CIPOE que também

são de grande relevância à sociedade, como os atendimentos de ocorrências no meio escolar, a construção e a efetividade dos planos de segurança escolar e, ainda, as estratégias e os programas contidos nos planos da CIPOE.

Referências bibliográficas

DIAS SILVA, L. *As geografias do policiamento escolar: análise do policiamento nas escolas de Belém, Ananindeua e Marituba, Pará (2012 a 2019)*, 2020. 166 p. Orientador Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004 [1979].

_____. *Segurança, território e população: curso dado no College de France (1977–1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção tópicos).

PARÁ. *Decreto n° 1.625*, de 18 de outubro de 2016. Regulamenta a Lei Complementar n° 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 93, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.faspm.pa.gov.br/sites/default/files/regulamento_da_lei_compl_053_06_lob.pdf>. Acesso em 24 dez. 2019.

_____. *Resolução n° 185*, de 19 de fevereiro de 2012. CONSEP Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/302>>. Acesso em 12 out. 2019.

_____. *Plano de Gestão CIPOE 2016-2018*. CIPOE/PM: Belém, Pará, 2016.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (orgs.) – 1ª ed. – São

Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. Espaço, território e territorialidade. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 30, p. 121– 41, 2012. Doi: doi:10.1068/d21311.

_____. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. 3ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (orgs.) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. Proposições para estudos territoriais. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 15, p. 71–85, 2006.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (orgs.) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319 p.

Submetido em: 25 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 28 de maio de 2020.

Aprovado em: 03 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

SILVA, Leildo Dias; SOUZA, Aldo Luiz Fernandes. Produção de um território disciplinar: o policiamento escolar da CIPOE. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 845-885, jan.-jun./2020.

A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

THE AGRARIAN GEOGRAPHY IN BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

LA GEOGRAFÍA AGRARIA EN LA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

ADRIEL LEANDRO MESQUITA

Rede Estadual de Ensino/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá/MT.

E-mail: mesquita.adriel@gmail.com

ONÉLIA CARMEM ROSSETTO

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá/MT.

E-mail: carmemrossetto@gmail.com

SÍLVIA FERNANDA CANTÓIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá/MT.

E-mail: silvinhacant@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular, (BNCC), o novo documento orientador das políticas educacionais brasileiras, para verificar a presença e a abordagem de temas oriundos da geografia agrária. Para subsidiar a análise documental, foi elaborada uma discussão teórica, dividida em duas partes. Na primeira, foram apresentados e discutidos os paradigmas e temas da geografia agrária e definidos os temas que seriam verificados na BNCC: disputas territoriais, agronegócio, soberania alimentar, geopolítica da questão agrária e a internacionalização da terra. A segunda parte, voltada para uma contextualização do ensino de geografia a partir da BNCC propriamente dita, discutiu aspectos de construção do documento e da forma como ele apresenta o componente curricular geografia, organizado por competências e habilidades. A análise do componente permitiu identificar a presença de alguns temas da geografia agrária, mas evidenciou a necessidade de ressignificações para uma abordagem orientada pelas contribuições da geografia crítica.

Palavras-chave: geografia agrária, ensino de geografia, Base Nacional Comum Curricular.

Abstract: This paper aims to analyze the National Common Curricular Base, (BNCC), the new guiding document of Brazilian educational policies, to verify the presence and the approach of themes from agrarian geography. To support the documentary analysis, a theoretical discussion was divided into two parts. The first presents and discusses the paradigms and themes of agrarian geography. Also, in this first part, the themes that would be verified at the BNCC were defined: territorial disputes, agribusiness, food sovereignty, geopolitics of the agrarian issue and the internationalization of land. The second part focuses on the contextualization of geography teaching based on the BNCC itself and discusses aspects of the construction of the document and the way in which it presents the geography curriculum component, organized by skills and abilities. The analysis of the component identified the presence of some themes from agrarian geography, but also showcased the need for reframing for an approach guided by the contributions of critical geography.

Keywords: agrarian geography, geography teaching, National Common Curricular Base.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la Base Nacional Común Curricular, (BNCC), el nuevo documento guía de las políticas educativas brasileñas, para verificar la presencia y el abordaje de temas de la geografía agraria. Desde un análisis documental, se presentó una discusión teórica, organizada en dos partes. En la primera se presentaron los paradigmas y temas de la geografía agraria y se apuntaron los temas que serían examinados en la BNCC: conflictos territoriales, agronegocio, soberanía alimentaria, geopolítica de la cuestión agraria y la internacionalización de la tierra. La segunda parte, que discute de la enseñanza de geografía a partir de la BNCC, se tratan aspectos de la construcción del documento y de la manera como ese presenta la disciplina geografía, organizada por competencias y habilidades. El análisis permitió identificar la presencia de algunos temas de la geografía agraria, pero reforzó la necesidad de resignificaciones hacia un abordaje orientado por las contribuciones de la geografía crítica.

Palabras-clave: geografía agraria, enseñanza de geografía, Base Nacional Común Curricular.

Introdução

Homologada no ano de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o mais novo documento orientador das propostas curriculares para a educação básica no Brasil. Entre os objetivos assumidos pelo Ministério da Educação, estão a definição de um conjunto de conhecimentos básicos comuns para os estudantes do país e a suposta superação da fragmentação das políticas educacionais entre as três esferas de governo. Para tanto, além de alterações nos currículos dos estados e municípios, a BNCC servirá como referência para elaboração de políticas educacionais nas áreas de formação de professores, avaliações em escala, produção de materiais didáticos e outros.

A relevância da BNCC para os rumos da educação do país evidencia a necessidade de uma reflexão sobre quais podem ser suas implicações para o ensino de Geografia. Isso porque, de modo geral, a geografia ensinada na escola representa para a maioria das crianças e adolescentes o primeiro contato com o conhecimento científico acerca do espaço geográfico.

Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho consiste em verificar a presença e o tratamento de temas da Geografia agrária na BNCC, pois parte-se da premissa de que os currículos oficiais possuem papel preponderante na definição do **que** deve ser ensinado e do **como** ensinar. Nesse sentido, cabe destacar que a análise terá como foco uma reflexão sobre preponderância da BNCC para os rumos e as definições da disciplina, e não uma abordagem a respeito de métodos ou técnicas didáticas para o ensino de geografia agrária.

A escolha por esta subárea da Geografia ocorreu a partir do reconhecimento da importância desses temas para a realidade brasileira e para a Geografia escolar, já que seus pressupostos

teóricos podem ser importantes ferramentas para se problematizar o espaço geográfico, considerando novas perspectivas.

Para viabilizar uma construção teórica que subsidiasse a análise do documento, adotou-se a pesquisa histórico-bibliográfica como procedimento inicial. Para Martins e Lavoura (2018), esse procedimento tem como ponto de partida a seleção de um conjunto de trabalhos que versem sobre os temas em questão, oferecendo subsídios para uma compreensão que busque superar a aparência dos fenômenos. Nessa etapa, a pesquisa histórico-bibliográfica inicial apontou para a necessidade de organização da discussão teórica em duas partes, que antecedem a análise da BNCC propriamente dita.

Na primeira delas, apresenta-se uma discussão sobre a geografia agrária, ressaltando, a partir das contribuições de Almeida e Paulino (2000) e Pontes (2005), alguns aportes dos autores clássicos da área, bem como a relevância de seus paradigmas para as definições dos objetivos dos trabalhos dentro da área (FERNANDES, 2013a). Ao se considerar o objetivo e as limitações deste artigo, não se pretendeu realizar uma análise detalhada das obras desses autores e de seus contextos de produção. Ainda que estes sejam aspectos basilares para a compreensão das raízes de seus pensamentos, a intenção foi apenas de um breve resgate de suas principais contribuições para a questão agrária.

Essa discussão permitiu identificar os temas considerados por especialistas como de relevância para a geografia agrária do século XXI, os quais serão verificados na etapa de análise, como soberania alimentar, disputas territoriais, papel da agricultura camponesa e debate sobre reforma agrária (OLIVEIRA, 2013; FERNANDES, 2013a).

Na segunda etapa da discussão teórica, serão brevemente abordados alguns aspectos da Base Nacional Comum Curricular, BNCC (BRASIL, 2017). A partir da concepção de currículo adotada por Arroyo (2013), serão feitas algumas considerações sobre o papel do currículo e da grade curricular para a definição dos conhecimentos socialmente validados. Também serão abordadas algumas formulações críticas à respeito da forma como o documento propõe alterações para o ensino da Geografia na escola (COUTO, 2017; GOMES; LOPES, 2017; GUIMARÃES, 2018; SOARES, 2013; VIEIRA, 2004).

Levando em consideração que uma discussão sobre currículo parte de um questionamento com implicações e delimitações pedagógicas, foi necessário recorrer ao campo da educação para que se buscasse a orientação teórica que viabilizaria o adequado tratamento dos dados. Nesse sentido, os esforços giraram em torno da tentativa de adoção das concepções advindas da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2005).

Saviani (2005, p. 131) explica que, enquanto movimento pedagógico, a corrente histórico-crítica corresponde a uma alternativa à pedagogia dominante. Sua formulação ocorre na década de 1970, a partir de uma diferenciação das teorias crítico-reprodutivistas vigentes no campo da educação. Ao deparar-se com a contradição entre os interesses do capital e o papel da escola, a pedagogia histórico-crítica aponta para a socialização do conhecimento institucionalizado como forma de possibilitar a emancipação individual e coletiva. Como afirmam Marsiglia, Martins e Lavoura (2019, p. 7), para a pedagogia histórico-crítica, a educação deve estar comprometida com a transformação social, por

ser a educação dimensão fundamental para a elevação da consciência.

Cabe destacar que, buscando preservar a coerência teórico-conceitual entre a escola geográfica crítica e a pedagogia histórico-crítica - correntes que orientam a formulação deste artigo-, o paradigma que melhor se articula a essas concepções é o paradigma da questão agrária. Essa delimitação é importante, pois na última etapa, que traz a análise dos temas da geografia agrária na BNCC, a interpretação dos dados será feita às luzes das contribuições destes campos teóricos.

Na etapa final, intitulada “A geografia agrária na BNCC”, a análise do componente Geografia está dividida em duas partes: na primeira serão discutidos os textos introdutórios da área e em seguida, as habilidades que envolvam temas oriundos do temário da geografia agrária.

Para concluir essa introdução é importante justificar o motivo da seleção da etapa Ensino Fundamental- Anos Finais, como objeto de análise. Uma das mudanças a serem implementadas ao ensino de Geografia pela BNCC refere-se especialmente à etapa do Ensino Médio, onde o componente curricular Geografia aparece diluído no percurso formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com História, Filosofia e Sociologia.

Ainda que essa compilação de disciplinas seja um movimento que mereça maiores considerações, para este artigo optou-se por restringir a análise aos anos finais do Ensino Fundamental, pois nele, a Geografia ainda aparece como um componente isolado e particular. E para dar início a discussão, serão contextualizados alguns aspectos gerais da geografia agrária.

Geografia Agrária: entre paradigmas e temas

Ainda que hoje temas como conflitos territoriais e avanços da fronteira agrícola estejam em voga, a preocupação da Geografia com as questões do campo não é uma exclusividade da atualidade. Desde o século XIX, o espaço rural tem sido objeto de reflexões a partir de uma problematização geográfica. A diferença que marca essas abordagens tem raízes na concepção de mundo por trás da interpretação dos fenômenos agrários.

Essas interpretações têm sido construídas a partir de dois paradigmas que orientam visões antagônicas acerca de importantes questões da realidade agrária, como a figura do pequeno agricultor, a produção sem agrotóxicos e a legitimação das sociedades tradicionais no e do campo (FERNANDES, 2013b). Apresentar um panorama dos paradigmas é importante para que sejam identificados os temas ressaltados por eles e que possivelmente mereçam estar refletidos nas discussões da geografia escolar. A identificação de alguns temas relevantes também servirá como um dos pilares para a etapa final do artigo, na qual será feita uma análise acerca da geografia agrária na BNCC.

Assim, julgou-se necessário dar início à discussão partindo de uma breve contextualização histórica do surgimento e estabelecimento do campo de estudos da geografia agrária. Neste campo, Alexander Chayanov (apud. ALMEIDA e PAULINO, 2000) e Karl Kautsky (ibid.) são tidos por vários autores, entre eles Fernandes (2013a), Almeida e Paulino (2000) e Pontes (2005), como expoentes de um movimento de proposição da questão agrária.

Para Almeida e Paulino (2000), na obra *A Questão Agrária*, publicada originalmente no final do século XIX, Kautsky considera que os camponeses, ao não serem definidos exclusivamente como

capitalistas ou proletários, representariam um obstáculo à superação do capitalismo e de suas desigualdades, já que este sistema se estrutura a partir da oposição entre essas duas classes sociais únicas. Para elas, “sua visão sobre o campesinato era altamente depreciativa: essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção” (ibid., p. 114).

Ainda de acordo com essas autoras, na mesma perspectiva de busca de uma problematização do campesinato, Chayanov desenvolve suas análises considerando a organização da unidade econômica camponesa. Para ele, “qualquer tentativa de construção de futuras formas econômicas deveria partir necessariamente da realidade existente” (1974, apud ALMEIDA e PAULINO, 2000 p.116), que, à época, era a de predominância do trabalho familiar, o que não justificaria uma secundarização da importância desse grupo nos estudos sobre o campo.

Ao se debruçar com mais atenção sobre a organização das unidades camponesas, Chayanov foi capaz de incorporar novos elementos para a análise, entre eles, a teoria do balanço entre trabalho e consumo, na qual, dentre outras finalidades, “procurou demonstrar as diferentes formas pelas quais as unidades camponesas alcançavam o equilíbrio interno” (ibid., p. 116) nas diferentes fases da vida dos membros da família.

Se, entre esses autores clássicos, a preocupação com o papel do campesinato foi o eixo estruturador das interpretações a respeito do espaço agrário, na geografia agrária clássica brasileira os caminhos adotados foram outros, ao menos nos primeiros trabalhos formais. É o que afirma Alves (2012, p. 135) ao analisar as abordagens metodológicas que marcaram os primeiros trabalhos da

geografia agrária brasileira e identificar certo grau de diversidade nessas abordagens.

Para elaborar seu estudo, Alves (2012) faz uso de um levantamento bibliográfico, com foco sobre os trabalhos de geografia agrária realizados no Brasil. Apoiado no método hermenêutico, ele analisou cerca de duzentas revistas e boletins geográficos publicados entre as décadas de 1940 e 1960, chamado por ele de o período clássico dentro da geografia agrária brasileira. Sobre esse período, o autor considera:

A partir da década de 1930, é denominada a Geografia Agrária Clássica sob forte influência francesa e alemã. A principal temática dessa corrente é a caracterização dos diferentes habitats rurais e a distribuição agrícola, ou seja, o que e onde está sendo produzido. Os métodos e teorias são baseados na observação e no trabalho empírico-indutivo (Ibid. p. 318).

Utilizando a cronologia adotada por Ferreira (2001), que divide a geografia agrária em quatro momentos, Alves (2012, p. 318) afirma que é na segunda metade da década de 1970 que “surge uma corrente de pensamento com um caráter mais sociológico na geografia agrária, procurando entender e lutar contra as desigualdades no espaço agrário”. Ele refere-se ao surgimento da Geografia Agrária Social no Brasil, que, influenciada pela ascensão da geografia agrária, acentua a necessidade de se considerar os aspectos sociológicos na análise das questões do campo, marcando a cisão entre dois paradigmas orientadores desta subárea da geografia: o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário.

A discussão sobre os paradigmas é importante, pois estes são elementos definidores da natureza e dos objetivos que orientam os

esforços e trabalhos da geografia agrária. Para Fernandes (2013a, p. 68):

Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las.

Como dito na seção introdutória, foi buscando preservar a coerência teórico-conceitual com a escola geográfica crítica que o paradigma escolhido para contribuir com a análise é o paradigma da questão agrária. Nesse sentido, recorreu-se a Fernandes (2013b) pela forma como ele explicita alguns dos aspectos essenciais do paradigma da questão agrária, entre eles o conceito de conflitualidade. Para o autor:

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra; analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutora, porque, por serem territoriais, eles não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade, que é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. (FERNANDES, 2013b, 147).

Em oposição ao capitalismo agrário, dentro do paradigma da questão agrária o camponês não está sentenciado ao desaparecimento. Sua trajetória histórica revela um caminho marcado pelo surgimento de novas organizações da relação entre trabalho e terra, uma constante reinvenção dos modos de produção e movimentos de resistência. Ao se referir aos movimentos sociais camponeses, Oliveira (2013, p. 106) revela que eles “não param, estão

em movimento; são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado”.

Em sua discussão sobre a barbárie presente nas transformações no campo e no avanço do agronegócio no Brasil, Oliveira (2013) parte da análise da internacionalização dos capitais e discute a ação do Estado não apenas para a banalização de conflitos, mas no sentido de questionar seu papel na prestação de apoio e subsídios que possibilitem uma existência autônoma dos pequenos produtores do campo. Suas conclusões apontam para a emergência da reforma agrária:

Assim, uma política de reforma agrária ampla e massiva, junto com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas para o mercado interno e também para o mercado mundial (OLIVEIRA, 2013, p. 168).

Além de sua versão e defesa do futuro do campesinato, outra discussão sempre presente dentro do paradigma da questão agrária são as políticas de combate a concentração fundiária previstas na reforma agrária. Em sua tese de livre docência, Fernandes (2013a) revisa algumas de suas principais produções e, além da questão da reforma agrária, se ocupa em discorrer sobre outros importantes temas tidos para ele como cruciais e emergentes dentro de uma discussão sobre o campo brasileiro no século XXI.

A leitura dessa obra permitiu a identificação de cinco temas principais ressaltados por Fernandes (2013a), que serão verificados posteriormente na etapa de análise do documento: as disputas territoriais, o agronegócio, a geopolítica da questão agrária e a internacionalização da terra e soberania alimentar. Sobre esse último aspecto, ele argumenta:

A questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja além da terra, a comida e a qualidade dos alimentos reforça os elementos dos problemas agrários. [...] É grande a probabilidade da comida estar no centro da questão agrária, assim como as disputas territoriais e o papel da agricultura camponesa para contribuir com a minimização deste problema (FERNANDES, 2013a, p. 31).

Como dito anteriormente, a escola pode ser um importante espaço para o primeiro contato com uma perspectiva crítica a respeito desses temas. Um dos fatores que define o que deve ser ensinado na aula é o currículo, objeto da discussão a ser iniciado na próxima seção.

A BNCC e suas implicações para o ensino de Geografia

A escola é hoje uma importante instituição social responsável pela socialização do conhecimento científico historicamente produzido pelo ser humano, porém, nem sempre foi assim. O surgimento do modelo de escola atualmente predominante guarda relações profundas com o processo de adequação ao trabalho industrial. Enguita (1989), no livro *A face oculta da escola*, faz uma análise histórica dos conflitos presentes na construção do modelo escolar hegemônico.

Enguita (1989) afirma que na Europa, durante o período da Primeira Revolução Industrial, as relações de trabalho estiveram marcadas por uma forte recusa da classe trabalhadora em internalizar o novo ritmo de produção comandado pelo padrão do maquinário e pelas exigências dos patrões. Isso porque comparado ao trabalho artesanal, o trabalho industrial ainda carregava um estigma suficiente para provocar escassez de mão de obra. Essa “demanda por trabalhadores” provocou uma reação dos capitalistas

que alinhados ao aparato repressivo, passaram a fazer uso de medidas compulsórias para o preenchimento dos postos de trabalhos nas fábricas.

Moradores de rua, crianças e órfãos eram colocados para o trabalho nas indústrias em situações insalubres e de alta periculosidade, mas, antes disso, precisavam passar por um lugar intermediário, onde lhe seriam dadas as instruções básicas. Enguita (1989) situa nesse momento histórico o surgimento das escolas para a classe trabalhadora, que junto aos orfanatos, prisões e hospitais psiquiátricos, eram lugares de preparação para o trabalho fabril. Em outras palavras, o modelo de escola atual já nasce com objetivos claros de normatização social e preparação para o chamado mundo do trabalho.

Foi somente através das transformações históricas e do aprimoramento do seu papel social que a escola foi convertida em “instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2005, p. 14). Justamente pela constatação do caráter político e normatizador da educação, cabe problematizar quais formas esse fenômeno assume hoje e quais as possibilidades de emancipação oferecidas pela educação formal. Nesse contexto, o elemento que assume posição central na definição e sistematização dos conhecimentos que precisam ser transmitidos na escola é o currículo.

É no currículo que estarão apontados os conhecimentos que um grupo social, ou uma parte dele, considera necessário para a composição de um repertório social básico, comum. Para Arroyo, o currículo pode ser definido como **“o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola**. Por causa disso, é o território mais

cercado, mais normatizado. Mas também é o mais politizado, inovado, ressignificado” (2013, p. 13, grifo do autor).

A discussão sobre o currículo é necessária a partir da constatação de sua centralidade para a definição de todo o trabalho pedagógico. Isso porque “não apenas o sistema escolar, mas a escola, a sala de aula e a organização do trabalho docente giram nesse território. Estão amarradas ao ordenamento curricular” (Ibid. p. 15). Mais que isso, os currículos também funcionam como portadores e delimitadores de visões de mundo, e a partir disso, assumem sua função de “grade curricular”:

Há grades que têm por função proteger o que guardam e há grades que tem por função não permitir a entrada em recintos fechados. As grades curriculares têm cumprido essa dupla função: proteger os conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos e não permitir a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos, do senso comum (Ibid, p.17).

No Brasil, o documento orientador de caráter curricular mais recente é a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, homologada em duas etapas nos anos de 2017 (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio). De acordo com o Ministério da Educação, a BNCC pode ser definida como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

Os esforços pela criação de uma base curricular atravessaram um momento de forte crise e instabilidade política no país. Essa instabilidade reverberou em importantes aspectos de sua construção e implementação. Ainda que sua elaboração estivesse prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), as primeiras mobilizações ocorreram a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), redigido a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014.

Um dos grupos empenhados no projeto de formulação de uma base nacional foi o Movimento Pela Base, iniciativa que se define como “um grupo não governamental que, desde 2013, reúne entidades, organizações e pessoas físicas, de diversos setores educacionais, que têm em comum a causa da Base Nacional Comum Curricular”¹. Entre as organizações parceiras do movimento estão Instituto Ayrton Senna, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Unibanco, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), entre outras.

Ao apontar a necessidade de implementação de uma base comum, o Movimento Pela Base evidencia uma dimensão inédita e importante do documento que possui um caráter de orientador para outras políticas no campo da educação, desde a formação de professores até as avaliações em escala:

A definição da referida base criará uma linguagem de expressão dos fatos pedagógicos que precisa ser também parte inegociável do currículo dos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação básica, da preparação de estratégias pedagógicas, de materiais de apoio ao ensino, da

¹ Mais informações sobre o Movimento pela Base Nacional Comum estão disponíveis em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em 04 abr. 2020.

organização de atividades didáticas, livros e até da organização de sítios na Internet, onde o desenvolvimento de tecnologias de ensino possa ser compartilhado. Finalmente, da Base Nacional Comum emanará a matriz de especificação das avaliações nacionais (MOVIMENTO NACIONAL PELA BASE, 2015, p. 5).

Para Girotto (2017), o discurso que permeia essa concepção de currículo propõe-se como científico, neutro e único modelo capaz de produzir um ensino “eficiente”, mas seu real objetivo é apenas um maior controle das etapas e dos processos que envolvem a prática educativa. E recorda:

As experiências vinculadas aos PCN já demonstraram que a aprovação de um currículo, por si só, não produz amplos efeitos sobre a educação pública, no que diz respeito à qualidade educacional pensada para além dos testes padronizados. Ao contrário, contribui muito mais para ampliar o controle sobre o trabalho docente e sobre a escola. (GIROTTTO, 2017, p. 426)

Isso evidencia o motivo pelo qual o processo de elaboração da BNCC não contou apenas com opiniões favoráveis. Algumas audiências públicas regionais foram marcadas por manifestações de repúdio, em especial por parte de coletivos docentes que criticavam a maneira como os professores foram consultados. Em uma dessas audiências, ocorrida em Brasília no dia 11 de setembro de 2017, o representante da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) de Niterói, André Tinoco, expôs o posicionamento da associação²: “falamos em processo democrático de construção da Base, mas a verdade é que não há democracia, a base já está fechada”.

² Posicionamento da AGB na audiência sobre a BNCC, ocorrida em 11 setembro de 2017 e disponível em: <https://agb-niteroi.webnode.com.br/news/posicionamento-da-agb-na-audiencia-sobre-a-bncc-11-09-17-brasilia/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Uma das evidências apresentadas por Tinoco foi o fato de que o Movimento Pela Base e o Conselho Nacional de Educação (CONSED), juntamente com a UNDIME, já haviam elaborado apostilas e cursos de formação para implementação da BNCC destinados aos gestores das escolas públicas, antes mesmo da finalização do documento.

Além da BNCC, a Reforma do Ensino Médio, prevista na Lei nº 13.415/2017, foi outra recente política educacional com mudanças para a Geografia ensinada na escola. Essa reforma não será objeto de análise neste trabalho, mas vale destacar que ela está baseada em uma reestruturação dessa etapa final da educação básica e prevê, entre outras medidas, uma readequação curricular que inclui a diluição dos componentes Geografia, História, Sociologia e Filosofia em uma área, um itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Esse apagamento dos conteúdos de Geografia não é um processo inaugurado pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio. Ao analisar a construção do conhecimento geográfico sobre o espaço rural brasileiro nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), até então o documento normativo dos currículos brasileiros, Vieira (2004, p. 40) constata uma “secundarização e até omissão de conteúdos da Geografia que são fundamentais para que o aluno enxergue a sua realidade para além do que ela aparenta”. A autora identifica um empobrecimento teórico na proposta curricular causado por uma superficialidade no tratamento dos conteúdos de geografia.

Na Base Nacional Comum Curricular, a crítica à superficialidade é apontada por Couto (2017) em sua pesquisa sobre os princípios de organização curricular da Geografia. Ao analisar os

objetivos gerais da disciplina para a etapa dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), ele conclui que esses objetivos estão “muito abrangentes, dificultando focalizar a relação conteúdo-método-conceito” (COUTO, 2017, p. 161). Outro problema indicado na pesquisa está no fato de que a priorização das formas (habilidades e competências) em detrimento dos conteúdos (objetos de ensino claros) secundariza questões como desigualdade social, degradação ambiental, bem como os conflitos que marcam a formação do espaço geográfico mundial.

Quem apresenta conclusões semelhantes é Soares (2013), que situa esse conjunto de reformas curriculares em um processo mais amplo de reestruturação produtiva que prescinde um novo perfil de cidadão e encontra na escola a ferramenta para a formação desse sujeito. Para o autor, uma das evidências desse movimento está na organização do currículo por competências que, ao privilegiar o “como” aprender em detrimento de “o que” aprender, diminui a importância dos conteúdos.

Ainda que as considerações de Soares (2013) sejam direcionadas aos PCN, elas podem ser aplicadas à BNCC, uma vez que ela segue a mesma lógica de formação por competências. Com base em um estudo sobre o ensino por competências e o papel dos organismos internacionais na elaboração de políticas educativas no México, Silva (2015) considera que governos, representantes do capital, organismos internacionais e instituições de ensino “vêm construindo uma rede internacional de formação de força de trabalho tendo como principal referência padrões nacionais e internacionais baseados em competências” (SILVA, 2015, p.01).

Ao investigar as referências da chamada “pedagogia das competências”, Araújo (2004) localiza seu surgimento em um

contexto histórico marcado pelos processos de reorganização capitalista, avanço da retórica discursiva neoliberal e pelo enfraquecimento e desmobilização dos movimentos de trabalhadores. Segundo ele, é nesse cenário que uma pedagogia alicerçada na noção de competência viabiliza “promessas como a possibilidades de promover progresso econômico, de elevar as capacidades humanas para o trabalho e para a vida em geral, contribuindo, para a diminuição das desigualdades sociais” (ARAÚJO, 2004, p. 512).

Ainda que considere os aspectos positivos resgatados por essa pedagogia, como a retomada do papel das atividades no processo de ensino-aprendizagem e a vinculação deste à realidade dos estudantes, o autor também faz algumas críticas a mudanças inauguradas por ela. Uma dessas críticas recai sobre a diminuição da importância dada aos conteúdos disciplinares que, segundo ele, foi um fator que “aprofundou as desigualdades ao dificultar às classes populares a utilização dos saberes socialmente acumulados enquanto instrumentos de intervenção na realidade” (Ibid, p. 510).

A relevância dos conteúdos escolares é amplamente defendida por Duarte (2016), que analisa, dentre outras coisas, a importância destes conhecimentos específicos para a concepção de mundo. O autor considera que é a partir da centralidade dos conteúdos que se resolve a dicotomia entre ensinar e educar, pois “por menos explícitas que sejam as concepções de mundo presentes nos conhecimentos ensinados na escola, elas sempre existem, o que faz do ensino desses conhecimentos sempre um ato educativo” (DUARTE, 2016, p. 95).

Ao discutir a configuração da geografia apresentada na BNCC, Guimarães (2018) problematiza alguns pontos importantes para uma compreensão crítica da organização dos conteúdos

geográficos. O primeiro “nó” identificado por ela reside na falta de articulação entre as áreas, expressa na desconexão entre os textos introdutórios da área de ciências humanas com as habilidades específicas definidas para a geografia. Outro ponto crítico identificado pela autora é o apagamento do sujeito destinatário do processo de ensino. O documento privilegia a discussão do sujeito a se formar, sem antes contextualizar aspectos básicos para a compreensão do sujeito concreto, da criança e do adolescente para quem a política foi elaborada.

Dentre os problemas apontados por Guimarães (2018, p. 1049), novamente aparece a crítica ao esvaziamento dos conteúdos de Geografia causados pelo “empobrecimento na explicação dos conceitos”. A BNCC não explicita as concepções pedagógicas e epistemológicas que dão suporte à definição das habilidades colocadas. Essa ausência provoca uma inconsistência conceitual que tende a comprometer o potencial analítico e crítico da geografia escolar. Conceitos elementares como espaço, território, paisagem e região “não estão devidamente explicitados, assim como não estão os de identidade e os de natureza” (GUIMARÃES, 2018, p.143). Ainda de acordo com a autora:

Não há análise ou problematização sobre o conhecimento geográfico em si, pois o texto é marcado, do início ao fim, pelo prescritivismo no sentido de “aplicação”, isso confere a ele características particulares, pois não há tempo para descidas aos “porões”, como defende Veiga Neto (2012) [...]. (Ibid.)

Para autores como Vieira (2004, p.32), essas modificações de natureza teórico-metodológica comprometem “os avanços obtidos a partir das discussões iniciadas nos anos de 1980” e estão baseadas

em um movimento que supõe a superação da Geografia Crítica, escola geográfica responsável pela adoção de conteúdos preteridos pela geografia escolar. Foi a partir do florescimento da Geografia Crítica que “questões como desigualdade social, pensamento crítico, noções de desenvolvimento e justiça social” passaram a figurar entre conteúdos dessa disciplina (GOMES; LOPES, 2017, p. 182), bem como a abordagem crítica de temas relacionados ao campo e ao espaço rural.

A discussão apresentada até aqui permitiu constatar que a construção da BNCC esteve atravessada por críticas a seu processo de elaboração tido como verticalizado e sem a efetiva participação dos professores, o que configura um problema, dada a centralidade do currículo para o trabalho pedagógico. Também foi possível asseverar que a organização do documento em competências e habilidades tende a secundarizar os conceitos científicos e a construção epistemológica das disciplinas.

Esse movimento representa para alguns autores como Gomes e Lopes (2017), Guimarães (2018) e Vieira (2004) a adequação dos currículos às novas exigências do paradigma produtivo e a demonstração de uma suposta superação da escola geográfica crítica. Partindo dessa contextualização, a próxima seção se volta para o questionamento sobre como a BNCC apresenta os conteúdos da geografia agrária.

A geografia agrária na BNCC

Para dar início à análise de como as questões da geografia agrária estão colocadas na BNCC, optou-se por dividir a exposição em dois momentos. No primeiro, será feita uma breve consideração sobre os textos introdutórios, que apresentam a área de Ciências

Humanas. No momento seguinte, será feita a descrição das habilidades encontradas nas etapas do 6º, 7º, 8º e 9º ano dos anos finais do Ensino Fundamental, que fazem menções ao campo, ao espaço rural ou a aspectos que podem ser mais facilmente reconhecidos dentro da perspectiva da geografia agrária.

Na BNCC, organização dos componentes se dá a partir de três grupos diferentes de competências. As primeiras a serem apresentadas são as 10 (dez) competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo dos 9 (nove) anos de educação básica. No decorrer do documento também são apresentadas as específicas de área, uma especificação de como cada área do conhecimento (ciências humanas, naturais, linguagens e matemática) pode contribuir para o desenvolvimento das 10 (dez) competências gerais. E por fim estão as específicas por componente (geografia, história, ciências da natureza etc.), apoiadas em um determinado conjunto de habilidades específicas. De acordo com o documento, “essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas” (BRASIL, 2017, p. 26).

Assim, será feita uma verificação da ocorrência de conteúdos que se relacionem aos temas considerados, por especialistas como Fernandes (2013a), emergentes para a geografia agrária do século XXI: as disputas territoriais, o agronegócio, a geopolítica da questão agrária e a internacionalização da terra e soberania alimentar.

Inicialmente, no texto introdutório da área de Ciências Humanas, percebe-se uma tentativa de explicitar as relações entre os componentes História e Geografia, sem que se indiquem necessariamente a importância dos conhecimentos científicos de uma área para a outra. Uma dessas tentativas de aproximação acontece

na menção, sem explicação ou detalhamento, dos conceitos de “espaços percebidos, concebidos e vividos”:

A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos (BRASIL, 2017, p. 349).

Nesse trecho, chama a atenção que espaço e tempo não são abordados enquanto conceitos, cabendo aos alunos a simples “exploração das noções”. De modo geral, pode-se concluir que no texto introdutório das Ciências Humanas, não há menções diretas a aspectos nem a temas da geografia agrária.

Com relação às habilidades específicas, o documento explica que estas estão subdivididas em 5 (cinco) unidades temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida (BRASIL, 2017).

A primeira menção a um tema agrário aparece na definição da terceira unidade temática, *Mundo do trabalho*, quando é apresentado um panorama sobre o que precisa ser ensinado dessa unidade no Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

Em Mundo do trabalho, abordam-se, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos. São igualmente abordadas as características das inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas nos setores da economia e os processos produtivos agroindustriais, expressos em distintas cadeias produtivas (Ibid, p. 359).

Com relação aos anos finais do Ensino Fundamental, indica que “incorpora-se o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo” (Ibid. p, 359) Tal referência ao processo de produção do espaço indica possibilidades no âmbito do paradigma da questão agrária.

A análise das habilidades específicas do componente geografia foi iniciada a partir da etapa do 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais. As menções a temas ou dimensões da geografia agrária acontecem de forma mais direta em apenas 2 (dois) itens, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Geografia Agrária: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades – BNCC /Geografia - 6º ano do Ensino Fundamental- Anos Finais.

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.
Mundo do trabalho	Transformação nas paisagens naturais e antrópicas	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017, p. 385). Elaboração: Autores.

No primeiro deles, **EF06GE04**, o objeto de conhecimento são as *Relações entre os componentes físico-naturais* e a habilidade foca na descrição do ciclo hidrológico. A referência ao ambiente rural

acontece apenas a título de comparação entre diferentes condições para o escoamento superficial, o que parece desconsiderar que o ciclo da água obedece aos mesmos princípios em ambientes urbanos e rurais e que o nível de escoamento superficial está relacionado à permeabilidade das superfícies e não necessariamente à condição urbana ou rural.

Já a segunda menção, a habilidade **EF06GE06**, diz respeito à identificação de características das paisagens transformadas pelo desenvolvimento da agropecuária e da indústria. A habilidade abre grandes possibilidades para uma abordagem no âmbito da geografia crítica, que considera a paisagem não apenas como uma dimensão visual dos lugares, mas como uma síntese da conflitualidade de múltiplos fatores.

Dentre as habilidades previstas para o 7º ano, etapa tradicionalmente dedicada aos estudos da geografia do Brasil, percebe-se a presença de duas habilidades com grandes possibilidades de abertura para o tratamento de temas da geografia agrária. Ambas habilidades estão dentro da unidade temática *Conexões e escalas* e são relacionadas ao objeto de conhecimento *Formação territorial do Brasil* (Quadro 2).

Quadro 2: Geografia Agrária: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades – BNCC /Geografia - 7º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
Conexões e escalas	Formação territorial do Brasil	(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.

	<p>(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.</p>
--	---

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017, p. 387). Elaboração: Autores.

A habilidade **EF07GE02** propõe que os estudantes sejam capazes de analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais para a formação socioeconômica e territorial do Brasil, levando em conta os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas que lhes caracterizam. Já a segunda habilidade **EF07GE03** traz a primeira menção direta a um dos temas propostos por Fernandes (2013a) e outros especialistas como de grande relevância para a geografia agrária do século XXI, pois prevê a seleção de argumentos que reconheçam territorialidades de povos originários e seus direitos legais.

É importante reforçar que considerando a realidade dos povos tradicionais no Brasil, para o ensino das questões que envolvem suas territorialidades, as contribuições da geografia agrária não são uma mera possibilidade de tratamento, mas antes de tudo são a principal fonte de embasamento para um trabalho pedagogicamente crítico e socialmente referenciado.

O trecho que se refere ao 8º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, foi o que apresentou a maior ocorrência de habilidades com grandes aberturas para o tratamento dos conteúdos na perspectiva da geografia agrária (Quadro 3).

Quadro 3: Geografia Agrária: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades – BNCC /Geografia - 8º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
Conexões e escalas	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
		(EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos.
Mundo do trabalho	Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico de produção	(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações das paisagens na América Latina	(EF08GE24) Analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos (como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; polígono industrial do sudeste brasileiro e plantações de soja no centro-oeste; maquiladoras mexicanas, entre outros).

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017, p. 389-391). Elaboração: Autores.

Na primeira habilidade, **EF08GE09**, propõe-se que os estudantes analisem os padrões de produção, distribuição e intercâmbio de produtos tomando como referência os Estados Unidos da América e os países integrantes do bloco econômico BRICS

(Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Aqui a contribuição do paradigma da questão agrária pode ocorrer no sentido de refletir sobre como os padrões econômicos mundiais impactam as formas tradicionais da produção no espaço rural. Assim, a contextualização dessa habilidade pode ser buscada na própria realidade do país, onde a inserção do campo no circuito internacional de produção foi transformando cada vez mais o perfil do trabalhador que vive do campo.

A segunda habilidade encontrada, **EF08GE10**, preconiza que os estudantes sejam capazes de distinguir conflitos e ações dos movimentos sociais do campo e da cidade, comparando-os a movimentos de outros países. Como visto na seção que tratou especificamente da geografia agrária, Oliveira (2013), em referência aos movimentos sociais camponeses, revela que eles não param, continuam em luta por seus direitos.

Isso revela que mais importante que a habilidade de compará-los a movimentos sociais de outros países, os estudantes precisam ter compreendido anteriormente aspectos mais elementares desses movimentos, tais como suas causas e motivações. Ao deparar-se com essa habilidade é preciso considerar que fora da escola (e às vezes dentro dela) os discursos dominantes operam pela criminalização dos movimentos sociais e que o trabalho pedagógico em torno deste assunto pode ser uma possibilidade de superar esses preconceitos. Nesse sentido, é a partir das premissas do paradigma da questão agrária que podem ser extraídas as concepções necessárias para uma abordagem crítica acerca dos objetivos e do papel dos movimentos sociais do campo.

A terceira habilidade indicada na tabela, **EF08GE13**, pertence ao eixo temático *Mundo do trabalho* e está relacionada ao

objeto de conhecimento que aborda *Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico de produção*. Essa habilidade supõe que os estudantes sejam capazes de analisar a influência do desenvolvimento científico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais na América e África. Partindo de uma abordagem orientada pelo paradigma da questão agrária, para esta habilidade, seria possível enfatizar as formas como o setor do agronegócio tem se beneficiado do desenvolvimento tecnológico para aumentar sua produção, comparando como esse desenvolvimento tem afetado as pequenas produções ou os trabalhadores individuais que vivem do campo.

A última habilidade encontrada, **EF08GE13**, pertence ao eixo temático *Natureza, ambiente e qualidade de vida*, relaciona-se ao objeto de conhecimento *Diversidade ambiental e as transformações das paisagens na América Latina* e determina que os estudantes sejam capazes de analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos. A habilidade especifica alguns casos “como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba” (BRASIL, 2017, p. 391). Posto que o objeto de ensino que engloba essa habilidade refere-se à diversidade ambiental e às transformações das paisagens do continente, uma das formas de analisar as características produtivas desses países a partir do paradigma crítico seria enfatizar a preponderância das questões históricas, geográficas e geopolíticas que determinam essas características e colocam essa região como a principal fornecedora de produtos primários dentro da divisão internacional do trabalho.

No 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, a unidade temática *Mundo do trabalho* apresenta 2 (duas) habilidades que se relacionam ao objeto de conhecimento *Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas* (Quadro 4).

Quadro 4: Geografia Agrária: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades – BNCC /Geografia - 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
Mundo do trabalho	Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas	(EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil.
		(EF09GE13) Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima.

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017, p. 389-391). Elaboração: Autores.

A primeira habilidade, **EF09GE12**, exige que os estudantes sejam capazes de relacionar o processo de urbanização às transformações na produção agropecuária, ao desemprego estrutural e ao crescente papel do capital financeiro. As contribuições da geografia agrária podem ser no sentido de elucidar que a relação entre os espaços urbanos e rurais é de interdependência e não de dominância de um sobre o outro. Também pode ajudar a aclarar que as transformações na produção agropecuária, o aumento generalizado do desemprego e a expansão da especulação financeira

não são efeitos do processo de urbanização, mas são antes de tudo consequências do modelo capitalista de produção.

A segunda habilidade, **EF09GE13**, coloca em pauta um tema proposto por Fernandes (2013a) como um dos mais significativas para a geografia agrária do século XXI: a questão da desigualdade no acesso aos recursos alimentares. Para o autor, “é grande a probabilidade da comida estar no centro da questão agrária, assim como as disputas territoriais e o papel da agricultura camponesa para contribuir com a minimização deste problema” (FERNANDES, 2013a, p. 31). Nessa conjuntura, a geografia agrária pode fornecer os subsídios para uma abordagem que reflita sobre a origem e as formas de produção dos alimentos, bem como o porquê dos constantes aumentos na produção agropecuária não se traduzirem em erradicação da fome.

A análise das habilidades identificadas no componente curricular geografia dos anos finais do Ensino Fundamental permitiu concluir que o documento faz menções a importantes assuntos do temário da geografia agrária. Foram encontradas habilidades que tratam do debate em torno do reconhecimento das territorialidades dos povos tradicionais, dos conflitos e ações dos movimentos sociais, das transformações tecnológicas e seus impactos sobre o trabalho e a produção agropecuária, assim como a produção agropecuária e o problema da desigualdade na distribuição dos recursos alimentares.

Uma análise mais abrangente poderia ter revelado elementos ainda mais significativos, uma vez que não foram consideradas outras habilidades que aparecem em especial nos 8º e 9º anos e em muito poderiam estar relacionadas à questão agrária atual, dentre elas a mundialização da economia e a influência norte-

americana e chinesa na reestruturação produtiva. De todo modo, o intuito foi o de apresentar um primeiro panorama do tratamento desses temas no currículo e não o de exaurir a discussão em torno do assunto.

Considerações Finais

Criado a partir de uma inquietação a respeito das implicações da BNCC para o ensino de Geografia, este estudo foi construído com a intenção de contribuir para a discussão em torno da problemática de um currículo centralizado, adotando como exemplo particular o tratamento atribuído aos temas da geografia agrária. Para isso, foi feita uma discussão teórica a respeito dos principais paradigmas e temas dessa subárea da Geografia e depois, uma discussão sobre a construção da BNCC e suas implicações para o ensino dessa disciplina.

Pelo que foi discutido, viu-se que o Brasil tem se dedicado a integrar um movimento internacional de adequação dos currículos à formação por competências (SILVA, 2015). A Base Nacional Comum Curricular é apenas uma etapa desta adequação. Entre as políticas alinhadas a BNCC está a Reforma do Ensino Médio, que propõe a diluição do componente Geografia aos de História, Filosofia e Sociologia, conformando o itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Esse movimento de apagamento dos conteúdos de geografia não é um processo inaugurado pela BNCC. Outros estudos, como o de Vieira (2004), que analisa a construção do conhecimento geográfico sobre o espaço rural brasileiro nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), já identificavam um empobrecimento

teórico na proposta curricular causado por uma superficialidade no tratamento dos conteúdos de geografia.

Esse **empobrecimento teórico** também foi constatado pela presente pesquisa durante a análise da abordagem dos temas da geografia agrária, especialmente porque seu tratamento esteve reduzido à descrição de habilidades e não necessariamente na definição de conteúdos necessários para compreender a questão da realidade agrária. Segundo Duarte (2016), os conteúdos escolares carregam elementos que permitem ao estudante articular sua visão de mundo, ou seja, a sua secundarização em detrimento das habilidades trará implicações diretas para a construção dos conhecimentos da realidade a partir da perspectiva da Geografia.

Mesmo apresentando algumas habilidades que tratam de questões relevantes para geografia agrária, a apresentação em forma de habilidades e não de conteúdos propriamente ditos, abre possibilidades para tratamentos diversos, inclusive dentro do paradigma do capitalismo agrário. Por isso é importante deixar claro que somente a presença destes assuntos na BNCC não significa necessariamente que os conhecimentos oriundos da geografia agrária se farão presentes nas salas de aula, pois entre a sanção do documento e sua cristalização em práticas docentes, há um longo caminho a ser percorrido. Assim, evidencia-se a necessidade de ressignificação de algumas habilidades para um tratamento didático orientado pelas contribuições da escola geográfica crítica.

Para fins de conclusão, vale destacar que sem uma clara indicação dos conteúdos no documento, são grandes as chances de alguns temas de relevância social da Geografia terem sua chegada à escola posta em risco, pois, em um futuro próximo, desde as políticas de produção de materiais didáticos até a formação de professores

serão orientadas por aquilo que determina a BNCC. Isso evidencia a necessidade de novos e mais estudos a respeito desse documento e suas implicações para o ensino, já que por sua preponderância, somente desvendando-o será possível encontrar indícios de qual Geografia o discurso pedagógico hegemônico pretende afirmar como oficial.

Como em outras épocas, a mudança de paradigma ambicionada pela BNCC e seus defensores encontrará resistências. Em especial, porque a demanda por esse tipo de mudança não nasceu espontaneamente entre os professores, mas ganhou força em agentes externos, nos quais o distanciamento do trabalho pedagógico apenas permite conceber a educação em termos de eficiência e produtividade. Essa não é a primeira vez que a escola e o trabalho docente deparam-se com tentativas de controle e cerceamento. E como bem lembra Arroyo (2013), o currículo pode até ser o território mais normatizado e controlado, mas ele também será o mais inovado e o mais ressignificado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Revista do Departamento de Geociências*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.

ALVES, F. D. Abordagens metodológicas da Geografia Agrária clássica brasileira. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 13, n.42, p. 315-329, 2012.

ARAÚJO, R. M L. As referências da pedagogia das competências. *Rev. Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n.02, p. 497-524, 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9664/8885>>. Acesso em 04 jul. 2020.

ARROYO, M. *Currículo: território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. LDB – *Leis de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394. Brasília, Ministério da Educação/SEED, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Educação é a Base. Brasília, Ministério da Educação/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

COUTO, M. A. C. Princípios de organização curricular da geografia na escola brasileira. *Terra Livre*, São Paulo, vol.1, n 44 p. 144-176, 2017.

DUARTE, N. *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989,

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *Terra Livre*, São Paulo, n.16, 1º sem., p.39-70, 2001.

FERNANDES, B. M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. [s.n], 2013. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013a.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). *A Questão Agrária no Brasil*. O Debate na década de 2000. V. 7. São Paulo: Expressão Popular, p. 173-278, 2013b.

GIROTTO, E. D. Dos PCN a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. *Revista Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/23781/21158> > Acesso em 04 jul. 2020.

GOMES, D.; LOPES, M. Ensino de geografia e formação crítica: uma análise das propostas curriculares de geografia do estado de São

Paulo 1980 e 2008. *Terra Livre*, São Paulo, vol.1, n 44, p. 177-200, 2015.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Ensino Em Re-Vista*, vol. 25, n. 8, 1036-1055, 2018.

MARSIGLIA, A. C. G. MARTINS, L. M., LAVOURA, T. L. Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP. v.19, p.1-28, 19 mar. De 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653380>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MARTINS, L. M., LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out., 2018.

MOVIMENTO NACIONAL PELA BASE. *Necessidade de construção de uma Base Nacional Comum*. Movimento Nacional Pela Base, s/l, 2015. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Necessidade-e-construcao-Base-Nacional-Comum.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). *A Questão Agrária no Brasil*. O Debate na década de 2000. V. 7, p. 103-172. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PONTES, B. M. S. A Organização da Unidade Econômica Camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. *Revista Nera*. Presidente Prudente, n° 7, p. 35-47, 2005.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005

SILVA, A. L. O ensino por competências no México e o papel dos organismos internacionais. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, e230004, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100202&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de abril de 2020.

SOARES, M. O PCN de geografia: da reestruturação produtiva à fenomenologia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 93, p.147-158, 2013.

VIEIRA, N. R. O conhecimento geográfico veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n.4, p. 29-41, jan./jul., 2004.

Submetido em: 26 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 27 de junho de 2020.

Aprovado em: 09 de julho de 2020.

Como citar este artigo:

MESQUITA, Adriel; ROSSETTO, Onélia Carmem; CANTÓIA, Sílvia Fernanda. A Geografia Agrária na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Terra Livre*, v. 1, n. 54, p. 886-922, jan.-jun./2020.

A GEOGRAFIA E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

*GEOGRAPHY AND DIALECTICAL
HISTORICAL MATERIALISM*

*LA GEOGRAFÍA Y EL MATERIALISMO
HISTÓRICO DIALÉTICO*

WILLIAM ROSA ALVES
(*in memoriam*)

JOSÉ GILBERTO DE SOUZA
Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Rio Claro/SP.
E-mail: jg.souza@unesp.br

Resumo: Objetiva-se argumentar sobre a dimensão concreta e o alcance do Método Materialista Histórico Dialético na resolução dos problemas pertinentes à atividade de pesquisa. Não apenas relativos aos objetos de estudo, mas sobretudo às próprias condições de trabalho que temos enfrentado e o que temos pensado sobre elas. Esta dimensão fundamentada onticamente e reconhecida ontologicamente pela consciência, consciente do trabalho e consciente da consciência do trabalho, em suma, sempre refletindo, é portanto a única possibilidade de compreensão de todo o processo/método de trabalho. O homem, com o método, para ser plenamente consciente de si mesmo, deve se voltar não apenas para a realidade, mas para a realidade do trabalho consciente. A ciência (geográfica) consciente deve admitir a totalidade do real e da ciência que versa sobre o mesmo, considerar a si mesma como par dialético deste real, da existência.

Palavras-chave: geografia, materialismo histórico dialético, totalidade, método.

Abstract: The objective is to discuss the concrete dimension and scope of the Dialectical Historical Materialistic Method to solve the problems pertinent to the research activity. Not only related to the objects of study, but also to the working conditions we face and what we have been thinking about them. A dimension based ontically and recognized ontologically by consciousness. Therefore, what requires being aware of work, always reflecting, is the only possibility of understanding the entire process and method of work. The man, with the method, to be fully conscious of himself, must be attentive to reality, but also to the reality of conscious work. Conscious (geographical) science must admit the totality of reality and the science that deals with it. Consider itself as a dialectical pair of this real, of existence.

Keywords: geography, dialectical historical materialism, totality, method.

Resumem: El objetivo es discutir la dimensión concreta y el alcance del Método Materialista Dialéctico Histórico para resolver los problemas pertinentes a la actividad de investigación. No solo está relacionado con los objetos de estudio, sino también con las condiciones de trabajo que enfrentamos y lo que hemos estado pensando sobre ellos. Una dimensión basada onticamente y reconocida ontológicamente por la conciencia. Por lo tanto, lo que requiere ser consciente del trabajo, siempre reflexionando, es la única posibilidad de comprender todo el proceso y método de trabajo. El hombre, con el método, para ser plenamente consciente de sí mismo, debe estar atento a la realidad, pero también a la realidad del trabajo consciente. La ciencia consciente (geográfica) debe admitir la totalidad de la realidad y la ciencia que se ocupa de ella. Considerarse a sí mismo como un par dialéctico de este real, de existencia.

Palabras clave: geografía, materialismo histórico dialéctico, totalidad, método.

Introdução¹

*À renovação de uma ciência está em linha
direta com a consciência que têm os seus
intelectuais das questões que a história está
pondo, colocando-a em crise.
Ruy Moreira (1992:3)*

*Avançar é preciso... refletir também
Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988:66)*

A intenção neste texto é levantar algumas questões e desenvolver uma reflexão sobre as dificuldades/limitações e possibilidades/potencialidades da atividade de produção do conhecimento científico em geografia. Mais estritamente, objetivamos argumentar sobre a dimensão - em amplitude e profundidade - concreta e o alcance do Método Materialista Histórico Dialético na resolução dos problemas pertinentes à atividade de pesquisa, não apenas relativos aos objetos de estudo, mas sobretudo às próprias condições de trabalho que temos enfrentado e o que temos pensado sobre elas.

Fogem aos limites deste ensaio sistematizações, ou tentativas de esgotamento da discussão do universo de questões possíveis nesta temática. Trata-se, portanto, de uma sequência de tópicos mais provocativos do que conclusivos, embora algumas opções sejam necessárias. Dispomo-nos a explorar referenciais teóricos básicos que signifiquem compreender os momentos relativos à ciência geográfica no Brasil. O objeto deste ensaio, portanto, é a

¹ A publicação se realiza em homenagem ao amigo, companheiro de luta, quadro efetivo da AGB, que faleceu 01/07/2013. O texto foi produzido em cumprimento às atividades da disciplina de Metodologia em Geografia, ministrada pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, no Curso de Pós-Graduação em Geografia/UNESP P.Prudente-SP, no ano de 1992. Uma primeira versão deste texto foi publicada com o título A Geografia e o Método: o pesquisador entre a janela e a calçada. Universitas - Ciências Humanas e da Saúde, São José do Rio Preto-SP. v. 06. 1996. p. 11-20.

própria geografia como atividade científica, mas vista como atividade humana em particular - de geógrafos, mas não em especial - de especialistas. No centro desta discussão, privilegamos a dimensão do método como referencial mais abrangente que possibilite o reconhecimento da diferença entre ciência, ideologia e filosofia como modalidades de saber/ conhecimento e suas possíveis articulações na atividade científica.

Ciência, filosofia, ideologia: o caminhar do manco

Partimos do princípio que ciência, filosofia e ideologia, enquanto modalidades do saber, da consciência, em comum objetivam referenciar intelectualmente as atividades humanas (JAPIASSU, MARCONDES, 1990). Mas, quais diferenciações guardam entre si?

Deve-se reconhecer que a própria necessidade de afirmar esta diferenciação se sustenta em um posicionamento em termos de método, admitindo-se a possibilidade de unificação/ articulação ou separação/ dicotomização dos conhecimentos. Portanto, o problema não se refere a uma ou outra resposta, mas à própria pergunta, como argumenta LÔWY (1991). Este autor questiona a separação ideologia/ ciência e qualifica de positivista a postura de não se questionar a própria indagação inicial que motiva a pesquisa e, portanto, orienta o pesquisador no método. A mera aceitação desta separação corresponde não apenas a uma postura teórica, mas a uma prática de produção científica, consoante e submissa a uma dada organização/ divisão do trabalho intelectual-científico não apenas em si, mas na sua inserção no contexto social que a exige e, por isto mesmo, a sustenta. Claro exemplo está no discípulo de Marx Weber, Alexander von Schelting (apud LÔWY, 1991:55):

A questão de saber em que medida os juízos de valor interferem de fato no seio da atividade empírico-científica, assim como a questão inversa, em que medida se pode factualmente evitar a penetração dos valores na ciência, não nos interessa aqui, essa questão não é um problema lógico, portanto, deixaremos de lado.

Asseveramos que o legado de Weber é preconceituoso com relação à possibilidade de articulação entre ciência, ideologia e filosofia, pois trata estas duas últimas modalidades de saber como preconceituosas, não-conceituosas porque “não-lógicas”. Daí emergem seus preconceitos com relação ao Materialismo Histórico Dialético, como método que em sua incursão investigativa, não como modelo de arranjos conceituais “aplicáveis” à realidade, se dispõe a analisar não apenas o objeto de pesquisa na atividade científica, mas também o sujeito e sua consciência sobre essa atividade mesma.

A dimensão ideológica está necessariamente presente no conhecimento e interfere na sua elaboração/produção. Um fiel positivista, Durkheim (2004:16-17), em sua sistematização de metodologia científica para a sociedade, no prefácio de *As regras do método sociológico*, diz que:

O nosso método não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana.

Note-se bem: Durkheim não diz que os fatos sociais são coisas, mas que são considerados como tal, o que abre uma lacuna entre a crença do pesquisador e seu discurso científico. Neste caso, se trata da elaboração de um método ideologizado mas

pretensamente positivo, coisificado, factual. Como aponta LÔWY (1991:44):

essa opção conservadora é uma obviedade, uma evidência, algo incontroverso (...) No entanto, o que para ele é uma verdade óbvia, para um outro ponto de vista, situado em uma perspectiva diferente, não tem nada de óbvio, são afirmações eminentemente discutíveis.

Ainda segundo este autor, por afirmá-los como preconceitos, a tradição positivista limitou-se:

Porque, para libertar-se de seus preconceitos, a primeira condição é reconhecer o que são preconceitos, prenoções, ideologias (...). Ora, o que caracteriza o preconceito é justamente o seu não-reconhecimento enquanto tal (p. 43).

Se são discutíveis, são objeto do método, portanto podem não ser apenas ideologia ou mesmo não ser ideologia. Isto porque não são somente preconceitos. São ou podem vir a ser ciência ou filosofia, ou seja, não apenas discurso, mas objeto de estudo.

Max Weber defende que não. Sua crítica se refere à presença - ou à possibilidade da presença - de argumentos ideológicos e/ou filosóficos na ciência, quando afirma que:

os marxistas estão habituados a explicar um desacordo com um adversário por seu preconceito de classe e os sociólogos do conhecimento por sua ideologia total. Estes métodos destroem claramente a base da discussão racional e conduzem, em última análise, ao antirracionálsimo e ao miticismo (apud LÔWY, 1987:48).

Por outro lado, as insatisfações com as condições de existência na/da sociedade atual se manifesta não apenas em meio ao senso comum, mas também nos debates acadêmicos. É evidente que vários pesquisadores reconhecem como científicas as questões relativas às próprias condições das atividades de pesquisa, e passam à autocrítica do seu trabalho. A nosso ver, genericamente podem-se reconhecer duas vertentes intelectuais neste debate: os que consideram as mazelas presentes na realidade como resultantes da ausência, insuficiência ou erros da produção científica e os que avaliam que a própria ciência - no todo ou em partes - tem sido produtora desses aspectos indesejáveis.

Quanto aos primeiros, correspondem em geral à tradição científicista, pois não admitem a legitimidade de outras modalidades de saber para a compreensão e tratamento dos problemas reais a não ser a ciência. A partir da crença na Verdade Absoluta, entendem que esta reside em algum momento e lugar, já dado no passado - tradição/religião - ou no futuro - aperfeiçoamento. Esta trajetória unidirecional-linear permite-nos nomeá-la como positivista em termos gerais.

Nessa perspectiva, consideram que a resolução dos problemas do mundo parte da elaboração científica, portanto das próprias parcelas envolvidas neste conjunto de atividades. O restante da sociedade é visto então como *executor* das teorias. Neste caso, consideram a filosofia e a ideologia como dimensões inócuas e/ou prejudiciais ao progresso da ciência e, necessariamente, da humanidade. Os princípios e normas - o método - corretos no encaminhamento dos problemas humanos são os *científicos* e devem ser elaborados e normatizados entre os *cientistas*.

Para esses, em suma, a Verdade, a Positividade Máxima, o Estado Positivo-Científico de Comte é possível, necessário e suficiente para o alcance da plenitude humana e o método científico, a *Religião da Humanidade* como único caminho ao conhecimento verdadeiro, a realidade em absoluto (RIBEIRO JÚNIOR, 1988). Mas para tanto, argumentam que se deve *desideologizar* e *desfilosofar* o método. Além disto, a organização das atividades científicas deve obedecer a uma hierarquia referenciada no *grau de cientificidade* de cada obra. Propõem o mesmo para a destinação da sua produção, na sociedade. Seu esforço maior consiste em explicar o mundo, a partir da explicação da natureza. É o que o próprio Max Weber chama de *desencantar* a natureza, demonstrar suas *forças* e não o seu significado (HEILBROMER, 1988). A superação do modo de produção feudal pela burguesia exigiu a elaboração de uma nova visão de mundo, uma ideologia, uma consciência e necessariamente uma nova ciência. Segundo esse autor,

desse modo, a ciência torna-se uma ideologia - isto é, uma visão explicativa do mundo. A despeito de sua alardeada abordagem 'positivista' e de seu afastamento da verdade relevada, ela preenche, não obstante, um requisito social indistinguível da religião. A ciência não é ideológica no sentido de uma aceitação de valores sociais, ou de um partidarismo declarado por interesses sociais. Seu aspecto ideológico repousa antes na função desempenhada por sua concepção mais profunda - a matéria indiferente e inerte como substância última da realidade. Desse modo, ela oferece uma visão de mundo compatível com a requerida pela invasão ilimitada do mundo, e a esta necessária em vista do objetivo de acumulação do excedente (HEILBROMER, 1988: 98).

Para nós, não se trata de já existir uma ciência anterior que é tornada ideologia coerente com os interesses da burguesia, pois na

realidade esta classe social é produtora de uma nova realidade e necessariamente da consciência sobre essa realidade mesma - uma ciência, sobretudo porque é dirigente da produção. Além disto, as contradições da *ciência burguesa* não se referem ao seu *caráter ideológico* enquanto uma *falsa consciência*, mas remetem-se à negação da existência de contradições reais nas relações de produção próprias do modo de produção capitalista. E de acordo com o interesse de classe que essa ciência representa, interesse na perpetuação das relações sociais vigentes no capitalismo, seu discurso não pode ser explicativo o suficiente para permitir uma auto superação, pois isto significaria a possibilidade da superação das condições da existência no capitalismo, necessariamente do capitalismo. Daí suas ambiguidades, que atingem a representação – também científica- do próprio homem (MOREIRA, 1991:67-113).

O que interessa é a técnica, o como fazer substitui o *o que* fazer, ou seja, esta *consciência científica* se preocupa apenas com os aspectos metodológicos, e não do método como um todo.

... leva ao tropeço. Mas este leva à necessidade de ...

A partir do legado conteano perde-se a indagação inicial, pois o que importa na atividade científica é demonstrar os fatos, tratar a realidade como factual, não só nas ciências da natureza como também nas da sociedade- em termos de objeto expresso. Por isso na sociologia durkheimiana propõe-se *que os fatos sociais devem ser estudados como coisas*.

A geografia francesa produzida naquele momento, tão presente ainda hoje no Brasil, recebe influência decisiva desta cientificidade, do saber *científico* forjado por La Blache na França, *fruto do clima de competição entre as potências europeias pela*

hegemonia cujo auge é a Guerra Franco-Prussiana de 1870. (MOREIRA, 1989:27).

O desenvolvimento da prática científicista em geografia, no Brasil, corresponde ao período de assimilação da ideologia, filosofia e ciência coerentes com a modernização capitalista *à brasileira* a partir da década de 30, deste século. A base teórico metodológica é a visão lablachiana - descritivo - funcionalista. São bastante representativas as descrições de Aroldo de Azevedo, as modelizações elaboradas no IBGE e em outras instituições acadêmicas: institutos de pesquisa nacional e estaduais, o Projeto Radam-Brasil etc.

A tradição da geografia sem o sujeito brasileiro, que importa modelos e teorias, permanece, mesmo mudando de aparência, com a ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Um marco de mudança na tradição brasileira é a obra *Perspectivas em Geografia*, organizada por Antônio Christofolletti. O significado de perspectiva é claro: a atividade de pesquisa e necessariamente o sujeito-pesquisador são vistos como externos à realidade mesma do seu objeto. O objetivo colocado é apenas a realidade, mas não a realidade do conhecimento da realidade. O pesquisador é visto como sujeito apenas para a realidade, nunca para si mesmo. Torna-se então objeto para si mesmo, alienando-se da condição de sujeito do seu trabalho. Onde está o sujeito do trabalho científico?

Esta geografia-ciência, por não ter um sujeito-pesquisador para si mesmo, perde a dimensão de subjetividade possível no método, pois nela há dimensões que não possuem sujeito. O não-reconhecimento da possibilidade de existência de interesses na pesquisa leva o isolamento da atividade científica para com a realidade. Então esta é abstraída mas não (re)conhecida. O discurso desta geografia sobre o mundo passa a ser defendido como sendo o

próprio mundo. População, temperatura, renda per-capita, vazão hidrográfica, uso do solo, pressão, organização do espaço, nebulosidade, são vistos como o mundo, nunca como uma visão de mundo - ideológica, filosófica, científica, porque não se admitiu a possibilidade da existência de mais de um método científico. Se o método é apenas um, os outros não são método, não são ciência, são ideologia e/ou filosofia. É a geografia sem o concreto, do homem-fora-do-trabalho (MOREIRA, 1991:87), porque o próprio trabalhador em geografia não é visto como trabalhador-sujeito, pois o seu discurso é considerado não-subjetivo, apenas objetivo. A *eficiência da ciência* e a sua própria existência - é vista como dependente desta objetividade, o que exige uma objetividade correspondente do próprio processo de produção - científico conhecimento, ou seja, exige a exclusão das dimensões subjetivas presentes na ideologia e na filosofia do pesquisador. Assim, a geografia-ciência é vista como a visão *certa* do mundo, e as outras modalidades de saber presentes no saber geográfico são extra científicas, extra método.

Em razão desta crença na separação entre ciência e outras modalidades de saber, os pesquisadores brasileiros ficam desprovidos da possibilidade de decisão sobre sua própria atividade e a maioria assume de forma pouco crítica a sua condição de trabalho e como trabalhador. É notável a contribuição dos geógrafos para a sustentação científica do modelo desenvolvimentista brasileiro – Revista Brasileira de Geografia e Projeto Radam-Brasil, só para lembrar dois, bem como a sua expressão presente nos livros didáticos (SOUZA, 1991). Esta pretensa separação entre ciência e ideologia de Estado não resulta somente na repressão às manifestações sociais, mas também à própria atividade científica, sobretudo durante o

período dos governos militares, que coloca o impasse para os pesquisadores em *Geografia no Brasil*.

A chamada *renovação da geografia brasileira*, a necessidade de superação, então, se refere não apenas às respostas enquanto busca de resultados, mas também às perguntas necessárias para se iniciar a investigação científica e em todos os outros momentos deste processo. Onde começa e termina a ciência nesta trajetória? Há duas respostas possíveis: ou a ciência pode estar onipresente, ou seja, ela pode efetivamente esgotar o universo de indagações humanas, ou por outro lado há a viabilidade/ necessidade de separação das modalidades de saber para a resolução dessas questões. Nesta segunda hipótese, observamos duas outras possibilidades: a de que a ciência não interfere na elaboração das questões primeiras enfrentadas pelos homens e, a da necessidade de haver uma articulação parcial ou integral, temporária ou permanente entre ciência, ideologia e filosofia. Optamos por esta última posição, pois caso contrário o motivo deste trabalho não estaria inscrito no universo a que ele se dispõe a tratar, uma vez que seria necessário de antemão qualificar- ou rotular? - a nossa motivação original como científica, filosófica ou ideológica. Como partimos de uma questão prática- a da produção do conhecimento para leitura e tratamento dos problemas humanos - a dimensão da resposta possível envolve necessariamente a prática humana como um todo, o que envolve então **todas** as modalidades de saber, envolve método. Só assim podemos refutar as tentativas de reduzir a preconceitos a discussão sobre o método. A necessidade de superar a hipocrisia da realidade, a própria hipocrisia, leva alguns geógrafos a ampliar a dimensão da discussão, como no período da crise capitalista dos anos 60-70 do século XX. Nela germinam avanços como o de Yves Lacoste, que

reconhecia, já em 1974, que *o problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da geografia* (LACOSTE, 1974:221).

Cada crise generalizada revela também a crise nas atividades científicas, sobretudo a autoteorização sobre o que a ciência faz, a tentativa de entender a si mesma no contexto onde se encontra. Mais recentemente, a teorização sobre a queda do Muro de Berlim desdobrou-se na afirmação - científica? - do fim do socialismo e do comunismo/ fim das ideologias/ fim da história. Como nos lembra MELO (1991:7):

A rigor, o que ocorre hoje, com mais sofisticação intelectual em alguns casos e com o primarismo crasso do tabu em outros, é a crítica apressada de quem vê a árvore mas não vê a floresta.

Os que regam - e colhem - a *árvore da ciência*, dispendo-se a explicar a crise, *demonstrar os fatos*, mais uma vez incorreram no reducionismo de considerar a sua prática e leitura de mundo particular como a compreensão verdadeira da realidade.

... olhar para onde tropeçou, para não acontecer de novo, e se dispor a caminhar mais. Mas...

Qual é a dimensão - amplitude/ escala/ alcance/ profundidade dos problemas da existência e da prática humana? Se o caráter é humano, cabe buscar a qualidade mais essencial possível do humano, ou seja, definir como objeto a onticidade humana, o que significa discuti-la através de uma ontologia. Uma primeira aproximação nos indica que um aspecto que necessariamente corresponde ao caráter ôntico do homem é a sua existência, lugar de nossa partida - quiçá de chegada.

Para Kant (apud JAPIASSU, 1990: 185), *a existência não é um predicado, mas um pressuposto da predicação*. Mas como só se (re)conhece o ser a partir de sua existência necessariamente repleta de predicados, o caráter ôntico dos seres toma um sentido relativo, bem como a ontologia que se dispõe a interpretar este caráter. Caso contrário a ontologia desloca-se do seu ser objeto.

No princípio era o verbo ... É o pensamento que tudo cria e produz? Será preciso pôr: No princípio era a força ... O espírito vem em meu auxílio! Vejo de súbito a solução e escrevo com segurança: No princípio era a ação (GOETHE, 1991: 68).

Optamos, portanto, pelo método que privilegia uma categoria que permite contemplar ao mesmo tempo a dimensão ôntica possível e a existência/realidade concreta do ser: é o trabalho humano, a atividade de transformar a natureza, interagindo-se com ela neste movimento contínuo de união-separação que sustenta o Materialismo Histórico Dialético. Só através da relatividade proposta por Marx pode-se contemplar *o real como a dimensão do possível que se realizou*. Portanto, este método é o instrumento que permite compreender a prática humana na sua integralidade, porque procura acompanhar o movimento real, guiando-nos por ele com ele, e não abstraindo/ extraindo-nos a possibilidade da consciência do trabalho, como no caso dos idealismos e dos materialismos não dialéticos. Ou seja, é o único que comporta a práxis, a união possível e real entre teoria/ ideia e prática/ matéria, o acompanhamento consciente da realidade mesma que experimentamos continuamente.

Lukács usa o método enquanto caminho percorrido pelo sujeito na existência e no processo cognitivo para (re)conhecimento efetivo da prática humana dele mesmo – sujeito - em particular e do

todo social onde está inserido. Para este autor, o ponto de partida é o ser orgânico, reconhecendo que Marx *entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material* (LUKÁCS, 1978:3). De fato, Marx (apud CLARET, 1985:60) afirmou que *o livro que Darwin escreveu sobre a seleção natural encerra o fundamento biológico da minha teoria sobre a luta de classes na história*.

Cabe a ressalva: se a existência concreta-material antecede a consciência, não significa que esta é menos importante, que esteja à mercê da primeira, *não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico* (LUKÁCS, 1978:3). Refutam-se assim, as visões mecanicistas que consideram a matéria como definidora da consciência. A consciência é um reflexo e, por isso mesmo, é capaz de intervir na realidade, pois se fundamenta nela. Isso rompe com qualquer aligeiramento de entendimento que o marxismo não reconhece a dimensão subjetiva no processo constitutivo do conhecimento e isso está em nossas perguntas. A trajetória do processo cognitivo, ou seja, o desenvolvimento da consciência, sustenta-se necessariamente na evolução/ desenvolvimento da matéria. A matéria, caso fosse estática, não seria *provocadora* para o homem, pois não exigiria deste, novas práticas para nela e dela se servir nos seus fins. Aliás, sem essa evolução mesma, obviamente o homem não existiria como ser pensante. Com isto, descartamos os métodos idealistas como possível alternativa de compreensão da realidade, inclusive em termos científicos.

O resultado é a possibilidade *da adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente* (LUKÁCS, 1978:3), ou a *produção dos próprios meios de subsistência* (MARX, 2011). Isto só é possível pelo fato de que no momento exato da realização da atividade humano-sensível, o trabalho, já existe a consciência, que só

se desenvolve a partir da sensibilidade humana em contato com a matéria em transformação por ele mesmo. A existência humana então é uma existência consciente da própria existência e portanto da consciência da própria consciência, ou seja a existência humana é reflexiva. Só a reflexão permite/ potencializa o movimento da consciência em consonância com a própria existência. Daí poder afirmar-se que o homem é natureza - porque é matéria - que se faz história - porque é consciente de ser natureza e portanto ser consciência da própria natureza. Isto significa que, sendo natureza, o homem nega a si próprio como natureza através da consciência, ou seja, diferencia/se, abstrai/se, externaliza dela internalizando-a através do trabalho, pois *nesse movimento, age sobre a natureza exterior e modifica, transforma simultaneamente sua própria natureza*, diz Marx (apud CLARET, 1985:88).

Isto significa uma capacidade relativa da consciência, pois a evolução/ desenvolvimento da matéria, por determinar a consciência, ao mesmo tempo potencializa e limita o desenvolvimento cognitivo, mesmo - e sobretudo por isso mesmo - sendo ele próprio um *movimentador* da matéria. Marx (apud CLARET, 1985:91) alertou que:

os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente.

... se andar numa perna só, pode tropeçar. Então...

A liberdade é sempre apenas a liberdade de quem pensa diferente
(Rosa Luxemburgo)

Essa relatividade de Marx não admite, em termos de princípios de método, um caráter absoluto ou hierarquizado de um dos *polos* de interação em questão - homem e natureza - e, conseqüentemente, uma unidirecionalidade na motivação do conhecimento.

A história humana pode ser (re)conhecida e lida através do Método Materialista Histórico Dialético, fundamentado na Ontologia Materialista Histórica e Dialética. O Método Materialista Histórico Dialético contempla a interação matéria-consciência, natureza-história, e sua ontologia correspondente garante a correspondência, em valor ontológico, destes entes envolvidos. Isto permite refutar Stálin (apud MAYO, 1966:184) quando afirma:

a ciência da história da sociedade, a despeito de toda a complexidade dos fenômenos da vida social, pode tomar-se ciência tão exata como, digamos, a biologia, e pode ser capaz de fazer uso das leis do desenvolvimento da sociedade, para fins práticos ... Daí converter-se o socialismo, de sonho de melhor futuro para a humanidade, em ciência.

Stálin, assim como os economistas burgueses, os ideólogos e filósofos alemães e os socialistas utópicos, só admitia como ponto de partida no método ou alguns dos aspectos particulares da realidade, e não a totalidade, ou a totalidade sem concretude, apenas **na** ideia. A totalidade, a existência real-concreta, reconhecida em Marx pela interação de onticidades distintas homem e natureza. Sem esta interação determinada necessariamente pela unicidade do real e, portanto, sem a possibilidade e necessidade de unicidade no método. Stálin se vê obrigado a priorizar um dos seus polos estanques e, para não repetir o discurso idealista, privilegia a natureza - e sua representação intelectual, as ciências naturais- como fonte de

inspiração do seu método. Transfere à natureza a possibilidade de (re)conhecimento científico - também ideológico e filosófico - das condições de existência humana e portanto ela - a natureza - é vista como o ponto de partida do caminho de superação das contradições reais. Na realidade, essa representação ideal e sua prática correspondente se aproximam do legado positivista. É no *fisicalismo* - a física social - que se fundamenta a crença na possibilidade da objetividade objetiva - perfeita - do método, não só em termos de objeto, mas das próprias condições de trabalho do cientista, portanto também da sua consciência científica (LÖWY, 1987:37). O leninismo-stalinismo contradisse, assim, a possibilidade de representação intelectual mais concreta do ser concreto, ao omitir que *ser radical é agarrar as coisas pela raiz, e a raiz para o homem é o próprio homem* (Marx apud CLARET, 1985:65).

O conceito do homem em Marx, quando tomado apenas em abstrato, que significa tomá-lo de forma isolada, ou seja, sem contemplar a coerência necessária entre existência e representação consciente dessa existência, desqualifica o **método**, pois este deixa de ser materialista e dialético. Esta contradição sugere o que Marx chama de *alienação e estranhamento*, embora alguns pretensos marxistas não atentem para a questão. Isto ocorre também com relação à possibilidade de articulação ciência/ ideologia/ filosofia. Um exemplo significativo da opção pela abstração está em Lênin, ao afirmar que:

a consciência socialista contemporânea só pode surgir na base de profundos conhecimentos científicos (...) o detentor da ciência não é o proletariado, mas são os intelectuais burgueses (...) A consciência política de classe somente pode ser levada ao operariado a partir do exterior, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das

relações entre operários e patrões. O único campo a partir do qual é possível atingir esta consciência é o campo das relações de todas as classes, de todos os estratos da população com o Estado e o governo, o campo das relações recíprocas de todas as classes.

Estes exemplos demonstram que, com relação ao método, houve rompimento com os princípios marxianos - de Marx - e indicam que a expressão *marxismo ortodoxo* é imprópria para a *tradição* leninista-stalinista. A categoria população, a qual Marx (apud MOREIRA, 1987: 13) considera abstrata, é privilegiada nas considerações de Lênin. De fato, como considera Fontana (apud KONDER, 1992), ocorre um *academicismo marxista*, pois o *'stalinismo' tinha em relação à ciência uma atitude tão 'pérfida' como a de Malthus* (p. 59)

O reducionismo, o *privilegiamento* de categorias particulares como se fossem gerais e até absolutas, levam de fato à perda da unidade do método, pois ainda segundo este autor:

enquanto Lênin acentuava a importância da teoria, declarando que 'sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário', seu sucessor na direção do sistema bolchevista mal conseguiu disfarçar seu desprezo pelas exigências da reflexão (...) Stálin chegou a dizer: 'desde que a política seja justa, pode-se progredir até sem conhecimento teórico (p. 76).

... trata-se de optar pelas duas pernas para...

Refutado o primarismo da natureza como guia de interpretação da realidade, pergunta-se: qual a diferença do trabalho humano do natural, bem como qual o método adequado para reconhecê-la – a diferença? Continuamos com LUKÁCS (1978:4) que, a partir de um exemplo da natureza não-humana, reconhece que

para nascer *o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante do novo ser, é indispensável um novo grau de desenvolvimento do processo da reprodução orgânica.*

Para não repetirmos o reducionismo da tradição do método leninista-stalinista - que hoje sabemos a que levou, é necessário dizer que a base orgânica significa o potencial e os limites de realização, e não a realização em si. O que potencializa então realizar conscientemente e, portanto, ter consciência da consciência da realização? Ou seja: quais princípios e categorias do método permitem ler a realidade conscientemente tendo-se a própria consciência como objeto do método e não como um mistério para este - para nós? O princípio é a reflexão, que nos permite afinar como Marx (apud CLARET, 1985:66) que *todos os mistérios (...) encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender dessa práxis.* O método não é um receituário, o método tem seu fundamento na práxis e esta última tem como unidade sujeito e objeto.

Só essa racionalidade possibilita-nos superar as situações de beco sem saída, onde o trabalho não supera a sua própria divisão - como vemos na especialização da atividade científica -, limitada *como diferenciação biológica dos exemplares da espécie, que não consegue se tornar princípio de desenvolvimento posterior no sentido de um ser de novo tipo, mantendo-se ao contrário como estágio estabilizado.* (LUKÁCS, 1978:4).

O trabalho consciente é então o marco diferenciador entre homem e natureza, pois ele - e a consciência dele - permite reconhecer, ainda segundo este autor, que:

o momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser um mero fenômeno da

reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978:mp.).

O método, portanto, se sustenta onticamente porque *se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá resposta:*

(...) precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento social, e em proporção crescente, ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas, tal modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade (p. 5).

Esta amplitude, fundamentada onticamente e reconhecida ontologicamente pela consciência, ou seja, não só trabalhando, mas consciente do trabalho e consciente da consciência do trabalho, em suma, sempre refletindo, é portanto a única que possibilita a compreensão de todo o processo de trabalho, ou seja, permite a consciência de práxis de toda a atividade em geral e necessariamente a própria em particular, enquanto ente do gênero humano. Portanto, permite necessariamente também a consciência da consciência, o que significa para o homem reconhecer a sua consciência como objeto. Assim, o homem, com o método, para ser plenamente consciente de si mesmo, deve se voltar não apenas para a realidade, mas para a realidade do **trabalho consciente**, para a realidade da consciência e para as condições - potenciais e limitações - da consciência na intervenção nesta e para esta realidade mesma. Finalmente, o

método deve contemplar as condições de trabalho consciente do homem, as condições de produção deste trabalho, a própria atividade científica, a produção do conhecimento. Só a partir daí o método contempla a práxis científica.

Enquanto modalidades do saber humano, ou seja, consciência do seu próprio trabalho humano e da consciência deste, ciência, ideologia e filosofia são tardias a esta condição original, são respostas diferenciadas porém passíveis de integração na amplitude de um método que tem como ponto de partida as condições mesmas onde o próprio pesquisador agora não se insere, mas delas emerge. Não se trata de perspectiva, mas de visibilidade. O trabalho pode vir a ser visto pelo trabalhador, tornar-se práxis.

... com o cuidado de sempre verificá-las e ...

A representação ideal - e, portanto, o método - que não contempla essa base ôntica da realidade - a existência, inclusive a existência do pesquisador - está privada da compreensão das próprias condições de existência dessa atividade de pesquisa, a história desta, desde sua gênese até seu futuro possível. Não consegue prever a si mesmo como atividade humana, como trabalho, muito menos o trabalho na realidade onde se encontra. Por não se reconhecer como correspondente à realidade, toma esta como abstração, apesar do discurso de sua concretude. Sem correspondência com o movimento real, precisa negá-lo na ideia e através desta, através do *congelamento* da realidade. Assim, trabalha com *dados dados* - naturais - e não com *dados construídos* - pelo trabalho. Está inspirada em uma natureza sem movimento porque sem o movimento impresso pelo trabalho e portanto sem o movimento da consciência consciente do movimento do trabalho.

Então, não tem a consciência da realidade. Apesar de se afirmar como consciência, não tem consciência de si mesma. Por isto é *não-consciência*. Não é consciência, portanto não vê a si mesma como consciência. Vê a si mesma como *só ciência*. Na condição de reconhecer a si mesmo como somente ciência, não poderia reconhecer-se como filosofia e/ou ideologia. Daí a separação ser condição de sobrevivência para esta *ciência*, a ciência de Condorcet, Saint-Simon, Auguste Comte e de Marx Weber, o Positivismo (LÓWY, 1987: 15-59). É nossa também?

As contradições nas condições de pesquisa para esses pesquisadores é vista então como ausência, insuficiência e/ou erro no planejamento da atividade científica. Se as decisões sobre a produção científica do conhecimento são tomadas segundo critérios outros que não os - apenas- científicos, como participar delas? Voltados para a realidade, mas de costas para si mesmos, estes pesquisadores *mancam* por não ter coerência entre seu discurso cientificista e sua prática. Ou se tornam ingênuos e impotentes perante as decisões, ou passam a contradizer a si mesmos no método de trabalho (MOREIRA, 1992:25). Esses, como:

os economistas, explicam-nos como se produz nessas relações dadas, o que porém não explicam é como se produzem essas relações, quer dizer, o movimento histórico que lhes deu origem.

Da mesma forma, sem contemplar a realidade e, portanto, a consciência da realidade e ainda a consciência da consciência da realidade, lembramo-nos dos pesquisadores criticados por Marx (apud CLARET, 1985:62), da doutrina materialista:

Segundo a qual os homens são produto das circunstâncias da educação, e que, portanto, homens diferentes são produtos de outras circunstâncias e uma educação diferente, esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador precisa ser educado.

Os termos *pesquisa*, *pesquisador* e *pesquisado* podem muito bem substituir *educação*, *educador* e *educado*. Como, então, pesquisar/ educar o pesquisador/ educador? Ou seja, como o sujeito pode ter a si mesmo como objeto, e quais categorias e princípios de qual método contemplam a própria existência do pesquisador, portanto contemplam também sua representação mental como um todo, nas modalidades de ciência, filosofia e ideologia.

... procurar evitar os tropeços até ...

Para superar o tropeço, torna-se necessário então explorar alguns referenciais teóricos que admitem discutir ideologia, ciência e filosofia numa perspectiva ontológica, e não apenas gnoseológica. Partimos da aparente **vaguidade** e/ou **ambiguidade** do termo ideologia no Positivismo e no Materialismo Histórico Dialético. O que é essa *falsa consciência*? Antecipemo-nos: esta consciência é falsa?

LÔWY (1987) opta - após informar sobre a diversidade de compreensões científicas, filosóficas, ideológicas de ideologia - por examinar *a relação entre visões sociais de mundo (ideológicas ou utópicas) e conhecimento - no domínio das ciências sociais*. Refuta veementemente o Positivismo e se dispõe a teorizar sobre a sociologia do conhecimento, sem separar/ dicotomizar ciência, filosofia e ideologia. O que nos interessa neste momento é apreender qual a categoria que se serve como ponto de partida para a elaboração científica. Ou seja, qual a dimensão original da motivação do método?

Numa perspectiva aparentemente distinta de Lukács, este autor afirma que na contribuição de Marx:

É a classe que 'cria e forma' as visões sociais de mundo, ('superestruturas'), mas estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus 'representantes políticos e literários', isto é, seus ideólogos (ou utopistas). A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes corresponde não somente aos interesses materiais de classe mas também à sua situação social - conceito mais amplo, que permite superar a tentativa reducionista que relaciona as ideologias apenas ao 'interesse' (economicamente definido) (p. 97).

Mas também insere a questão da atividade científica, ao indagar:

este raciocínio vale unicamente para os representantes políticos e literários de uma classe? Não se aplicaria ele também aos seus representantes científicos (ou com pretensão científica), o domínio das ciências sociais e econômicas? (mp.).

A resposta é positiva (sic), para ele e para nós.

... um novo tropeço, particular, agora dentro do Materialismo Histórico Dialético? Mas...

Surge uma nova conclusão, aparentemente contraditória às iniciais que desenvolvemos inicialmente: não é a dimensão ôntica que origina e determina a consciência, ou seja, o método não precisaria estar fundamentado ontologicamente. A amplitude do método deveria contemplar tão somente a dimensão social do homem, a classe social.

Mais estritamente, Lôwy considera Lukács e Korsch historicistas e reducionistas por enfatizar e reduzir a consciência de classe à mera afirmação de sua própria existência enquanto classe, na medida que Korsch afirma que:

o ponto de vista de classe do proletariado representa um nível cognitivo mais elevado porque para o proletariado o conhecimento mais perfeitamente objetivo de sua situação vital é uma necessidade vital, uma questão de vida ou de morte (apud LÔWY, 1987: 127).

Daí Lôwy considerar que:

Às vezes, ele manifesta em seu argumento um aspecto reducionista, tendendo a apresentar o marxismo como a 'simples expressão teórica' da 'luta prática travada pela classe operária em sua libertação'; ao mesmo tempo, ele reconhece, até certo ponto, a especificidade da ciência enquanto atividade cognitiva: a obra de Marx não é o 'reflexo puramente do movimento histórico do proletariado'; ela deu à consciência proletária 'a expressão teórica e científica que lhe convém, elevando por esta razão esta consciência a um nível superior' (p. 128).

A conclusão a que este autor chega é que:

Para Lukács, o proletariado é sujeito/objeto idêntico do conhecimento. Ora, a sociedade não se reduz ao proletariado, e o conhecimento do conjunto das relações sociais e da estrutura de classes não pode ser identificado unicamente como uma autoconsciência do proletariado. (...) Seria preciso antes ver na consciência de classe o ponto de partida para a compreensão deste conjunto. A consciência de classe é o fundamento do ponto de vista do proletariado, mas este visa também ao conhecimento de objetos distintos do próprio proletariado (...) Em consequência desta

identificação total entre ciência e consciência, Lukács tende a ignorar a autonomia relativa da ciência social com relação à consciência de classe (p. 127-8).

Estas considerações são mais próximas da separação entre ciência, ideologia e filosofia, pois abrem algumas lacunas: a partir de que momento a consciência passa a ser apenas científica, ou seja, dotada de uma objetividade autônoma em relação à existência do sujeito da atividade científica? Consideramos correto afirmar que o proletariado não é a realidade e, portanto, o sujeito da história, que existem outras realidades e sujeitos, mesmo porque o próprio proletariado é relativo na sua condição de classe. Mas LÖWY (1987) parece não ter entendido a relatividade **dialética** de Marx enfatizada por Lukács, assim como considera excessiva a afirmação de Gramsci sobre o caráter ideológico da ciência, a sua:

rejeição total do positivismo (...) e, em particular, da sociologia positivista, da qual ele critica a pretensão em descrever e classificar esquematicamente os fatos históricos e políticos, segundo os critérios tomados do modelo das ciências naturais: não existe 'ciência puramente factual' da sociedade porque 'toda sociologia pressupõe uma filosofia, uma concepção de mundo, da qual é um fragmento subordinado (p. 129).

A consciência, por emergir de sua condição primeira no conjunto da sociedade- a condição coletiva de classe, só abarca a dimensão da qual participa. Assim, apenas as classes que participam da produção no seu todo poderiam desenvolver uma consciência dessa totalidade mesma. Seriam então as únicas capazes de compreender o todo do movimento real - o processo histórico - onde participam.

Mas ao lembrarmos do legado de Marx, reconhecemos que é na história que o homem se realiza enquanto tal, ou seja, é na negação da sua natureza natural/ afirmação da sua natureza social que reside a realização do potencial visto acima em Lukács. Então a classe é existência e a sua consciência somente se realiza mediante a coerência entre a condição de existência e a representação consciente desta condição mesma. É ao mesmo tempo potencial e realização. O universo do método consciente é o mesmo, pois a dimensão ôntica do homem é a sua dimensão social, a classe social. É isto porque não existe homem fora da história, *desconsciente* da sua existência e, repetimos, *desconsciente* da consciência. Não existe subjetividade sem objetividade e vice-versa. A unidade do real nos permite afirmar que o fato é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo, porque o homem é um objeto-sujeito e portanto sua consciência também é objetiva-subjetiva, porque o homem é um sujeito-objeto. A ciência, portanto, deve contemplar esta unidade para se constituir como uma modalidade de saber consciente do mundo porque consciente de si mesma. Assim, juízo de valor e juízo de fato não existem em separado (LÔWY, 1987: 134). Portanto, a ciência não deve separá-los sob pena de perder a unidade necessária à sua coerência e efetividade.

Na *renovação da geografia brasileira*, segundo MOREIRA (1992:25), ocorreram essas separações resultantes do *privilegiamento* de dimensões particulares que não possibilitam o reconhecimento da unidade do real. O potencial disposto a partir do resgate de categorias mais universais - históricas e dialéticas, não resultou numa realização da consciência sobre esta ciência. Resgatou-se desde a *historicidade do espaço*, via sujeito e espaço até o *trabalho*, mas reduzidos a dimensões particulares, sem a potencialização da totalidade.

Novamente é necessário refletir e perguntar: sendo homem - enquanto ser (onto) - e classe - enquanto realização deste ser - universos e categorias distintas entre si, porque correspondentes a momentos distintos na realidade e necessariamente no método, o que as unifica?

... para além do tropeço particular, caminhar mais um pouco...

Certamente é o movimento real, mas a representação consciente deste movimento não é imediata. É necessária a mediação através de categorias que não apenas se refiram à dinâmica do real, ou seja, não é somente o Materialismo Dialético que contém a resposta científica para a consciência se tornar consciente de si mesma, ultrapassar sua validade ideológica e filosófica, (re)afirmando-as. Este aparente beco sem saída só é resolvido também com um conteúdo específico, e não apenas com um discurso sobre este conteúdo- a ciência, mesmo que pretensamente dialética. Somente o movimento único/ unificado entre o real e a representação deste real (re)unifica o método e possibilita ao sujeito intervir na transformação da sua existência mesma, ou seja, realizar a práxis. A separação entre conteúdo/ matéria e representação/ ideia presente em Hegel é objeto da mais eloquente e consistente crítica de Marx. Por isso consideramos que o pensamento marxiano não é o pensamento hegeliano invertido, de *cabeça para baixo*. Hegel, como o próprio Marx afirmou, só conseguiu conceber a totalidade na ideia, totalidade sem matéria. Daí não se poder falar em uma matriz marxista-hegeliana em filosofia, ideologia e/ou ciência.

... e retomar o fôlego, via tropeço geral, da denúncia ...

O conteúdo, então, é o fundamento original de uma ciência consciente. Sua dimensão, como vimos na comparação entre Lukács e Lôwy, não pode estar congelada, abstrata, mas corresponder ao movimento. Esta relatividade exige a identificação da especificidade do conteúdo e, portanto, da ciência segundo suas especificidades. Mas não devemos perder de vista que assim como as especificidades são históricas, correspondem ao desenvolvimento real da sociedade, a consciência disto também é histórica. Assim, filosofia e ideologia, no acompanhamento do real e da atividade científica, são relevantes para a consciência dos pesquisadores sobre sua atividade específica, a ciência. E vice-versa? Pode ou deve a ciência ter como objeto a filosofia e a ideologia, ou aspectos destas?

O interesse na separação das modalidades do saber humano fundamenta a crença da possibilidade de realização da atividade científica não-reflexiva. Assim, propicia a especialização desta atividade, pois desprovida que se encontra daquilo que exige a unicidade do método: a possibilidade de refletir sobre o método, o que envolve filosofia e ideologia. A relação entre ciência e trabalho é objeto da discussão de OLIVEIRA (1988: 68), que a princípio reclama da carência de trabalhos que discutam a divisão do trabalho acadêmico. Este autor reconhece e convoca à discussão do contexto histórico da produção do conhecimento, a *gênese da produção geográfica*. Segundo ele, somente através dessa compreensão o trabalhador-produtor de conhecimento poderia compreender sua condição, compreender que:

dessa forma no modo capitalista de produção: 'O cientista e o operário produtivo estão completamente separados, e a ciência, em vez de

umentar, nas mãos do operário, as suas forças produtivas e de o fazer tirar proveito disso, está em quase em todo lado dirigido contra ele. O saber torna-se um instrumento que pode separar-se do trabalho e até opor-se-lhe (p. 69).

Esta aparente separação/contradição entre trabalho científico e trabalho produtivo, na verdade é separação/contradição da consciência sobre o próprio trabalho, produtivo e científico. Esta é finalmente vista como crise em geral - da compreensão da totalidade ou *crise da cultura*, o que possibilita o reconhecimento da crise na própria ciência. Então, há uma cultura da crise, pois a totalidade em crise exige totalidade de reconhecimento, ou seja, criticar também a crise. Esta é a preocupação de SILVA (1988:13), ao reconhecer as fragmentações existentes na geografia, não apenas internas, as várias geografias, mas da crise de pensamento de síntese, o que envolve as modalidades de saber em questão. Há então vários espaços da geografia, entendendo esse autor que o espaço da geografia é o próprio espaço de sua subtotalidade. Por isso, é um espaço de ciência e ideologia, que se relaciona com outros espaços na interdisciplinaridade das múltiplas subtotalidades (p. 23).

Entendemos que essa denúncia se refere à separação entre as modalidades de saber. Mas, mesmo reconhecendo que a subtotalidade - espaço da geografia - pode ser alternativa para a crise da ciência geográfica, o que dizer da crise da consciência geográfica, a consciência da ciência? A dimensão real da crise parece ter sido percebida por esse mesmo autor, pois ele conclui finalmente que o espaço da geografia é o discurso que extrapola a subtotalidade, mas não pode ser compreendido como ôntico, mas em sua dimensão ontológica, que são elementos extremamente distintos, na consciência realizada como compreensão do real no todo e na parte.

Mas o discurso, para nós, representa a consciência da parte, a ciência. E a consciência do todo, a consciência da existência da *práxis*?

... via dialética da denúncia, do tropeço geral...

Entendemos que uma categoria fundamental do Método Materialista Histórico Dialético é a totalidade da existência real. Isto coloca a oportunidade da denúncia. Mas superar a denúncia rumo à realização do novo exige a instrumentalização da consciência do movimento real, da história, exige a articulação das modalidades de saber, para dar conta de todo o processo do trabalho, inclusive o trabalho científico, visto como objeto de si mesmo. Então a ciência consciente deve admitir a totalidade do real e da ciência que versa sobre o mesmo, considerar a si mesma como par dialético deste real, da existência. Então a existência da ciência consciente é a consciência que o pesquisador tem de si mesmo, contemplando as modalidades de saber que necessariamente possui e realiza a cada *mo(vi)mento*. A partir de então, emerge a consciência da totalidade em movimento e do movimento na totalidade. Este é o fundamento que permite perceber a contribuição de Marx, embora vários autores pretensamente materialistas históricos dialéticos não tenham dado conta disto.

O tropeço de Lôwy, para nós, ocorre a partir da desconsideração da categoria totalidade. Isto ocorre porque o que está em pauta para este autor são ideias. O *princípio da carruagem*, se não aplicado, não ultrapassa a *gnosologia*-sociologia do pensamento positivista, historicista e marxista, não possibilita a saída do mesmo lodaçal que critica. Parece-nos equívoco semelhante ao de Lênin e Stálin, já analisados neste ensaio. O legado

pretensamente científico da tradição leninista-stalinista nega o Materialismo Histórico Dialético ao discursar que a classe é a totalidade da existência humana, toda a humanidade do homem, como se a burguesia, o campesinato, contivessem em si também essa totalidade proletária.

Todo movimento é movimento em uma totalidade, pois se ele próprio é considerado uma totalidade em si mesma, não há movimento no interior desta sociedade. Entre os leninistas e/ou stalinistas, só era admitido como movimento real o movimento monolítico do proletariado - representado a partir da *vanguarda operária*, e não o movimento dialético que ocorre na contradição da sociedade capitalista, a luta de classes. Por isso, a aparente ruptura existente a partir da Revolução Socialista Russa nos permite considerar que a totalidade foi perdida no discurso, para que o método se assumisse como ciência, determinante da ideologia e da filosofia *verdadeiras* para o proletariado e, portanto, para a humanidade. Não foi pueril a polêmica entre Lênin e Rosa Luxemburgo.

... à totalidade? Utopia? É o fim ou ...

O resgate de Lukács nos remete à totalidade ôntica do ser humano - existência, o que abre possibilidade para entender que este potencial permite a realização da classe, que não existe a priori, mas tardiamente. Tardia mas não menos importante em valor ontológico, ou seja, a ontologia sobre o humano não é superior à ontologia sobre a classe, nem vice-versa, como crêem os leninistas-stalinistas. Não é justamente porque o movimento indica que o potencial pode se realizar, mas nunca mecanicamente na dimensão do homem, na história. Só ocorre sempre com a consciência por inteiro. É a

necessária unidade entre matéria e representação ideal - o trabalho visto pelo próprio trabalhador como práxis, o que coloca a necessidade de uma integridade/ coerência do método, que indica que devemos nos preocupar com este para orientar-nos nas indagações e respostas sobre as modalidades de saber nele envolvidos. Sem o método, não se discutem conceitos, categorias e/ou princípios, sejam eles científicos, ideológicos e/ou filosóficos, não há apriorismos. Desta maneira, a atividade científica, assim como qualquer outra, se torna preconceituosa, não contempla a existência e, portanto, não contribui para a superação das dificuldades que nela encontramos cotidianamente. Sem a consciência de representação ideal já no início do trabalho - inclusive a do próprio trabalho científico, consciência da consciência - o trabalhador/pesquisador parte de uma separação na ideia que não encontra correspondente na vida real, na existência, portanto não o capacita a superar as separações desta. Como nos diz Lukács (1976:41):

É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, e dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre o produtor e o processo de trabalho do conjunto da produção, a parcelarização do processo de trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que vão produzindo sempre sem plano e sem acordo etc., tudo isso leva necessariamente a exercer uma profunda influência no pensamento, na ciência e na filosofia do capitalismo. E o que há de fundamentalmente revolucionário na ciência

proletária não é apenas o fato de opor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas sim, e, primeiro lugar, a essência revolucionária do método. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência.

É a partir desta compreensão, e somente desta, que podemos reconhecer a utilidade, o potencial do Método Materialista Histórico Dialético enquanto o que permite a compreensão da realidade no seu todo, enquanto totalidade, porque resgata a radicalidade dessa realidade mesma, o seu caráter ontológico. É também porque se fundamenta na dialética, onde não existe nada fixo ou eterno, nada absoluto a não ser o movimento desta totalidade mesma. Só aí toma sentido permanente a utopia, porque a totalidade nunca é uma totalidade acabada, mas sempre se fazendo, uma totalização.

E o faz porque une o sujeito ao objeto, através do reconhecimento do trabalho consciente, trabalho agora também tomado como totalidade na relação natureza-história, histórica porque consciente de si mesma. É somente através desta consciência que o homem pode avançar na transformação não só da natureza, mas de si mesmo como sujeito individual e coletivo. Só esta radicalidade permite a compreensão da justeza do *social-ismo*, o socialismo, superando a parcialidade da pretensa justeza da ciência, ideologia e/ou filosofia. Por isto o movimento deve ser reconhecido como único absoluto, como sempre possibilidade e sempre método. A busca incessante referenciada no método possibilitou a Marx (apud CLARET, 1985:88) reconhecer naquele momento que *os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo*. É no reencontro do método que podemos reconhecer a possibilidade da realização de fins efetivamente

humanos, *sair da pré-história para entrar na história*, nossa história. Esse reencontro conosco exige reconhecer que:

o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o materialismo dialético, encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido de seus fundadores; mas que todas as tentativas de 'superar' ou 'melhorar' levaram apenas a uma vulgarização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente que levar ai (LUKÁCS, 1976: 15).

É este instrumento que possibilita a compreensão mais abrangente da nossa existência atual - porque não acabada - nos marcos do capitalismo. Conforme Sartre (1987), o marxismo é insuperável enquanto existir o capitalismo e a ciência/ ideologia/ filosofia burguesa, que contempla apenas os interesses da sua visão. Enquanto trabalhadores/ produtores de conhecimento, devemos reconhecer que essa visão de mundo não nos interessa porque não contribui para nossa verdadeira condição. Esta situação nos provoca, e a possibilidade de uma nova visão de mundo só se realiza com a realização da superação destas condições de trabalho, pautada ainda várias vezes pelos preconceitos, pela separação. Superá-las é reencontrar-se consigo mesmo, buscar a humanidade-plena a cada momento, a utopia. Esta que tem sido negada pelo “presentismo”, de suas “narrativas ensimesmadas”, de seus “identitarismos fragmentadores” e pós-modernos que negam a totalidade. Tomamos no princípio - e por princípio - como ponto de apoio a utopia que nos potencializa a superar estas dificuldades, realizar estes anseios,

avançar, através também da ciência, exigiu-nos reconhecer e nos compromissar que é pois, na busca incessante de nossa humanidade que residem a força e a riqueza do marxismo (MELO, 1991 :9).

*O importante não é o que fazem do homem. Mas o que ele
faz do que fazem dele*

(Jean Paul Sartre, 1987)

Referências bibliográficas

CLARET, Martin (coord.). *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Martin Claret, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

GHOETE, Johann. Wolfgang., *Fausto*. Belo Horizonte-Rio. Villa Rica, 1991.

HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ática, 1988, (Série fundamentos; 43).

JAPIASSU, Hilton, MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Karl Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACOSTE, Yves. Geografia. In: CHÂTELET, F. (dir.) *História da filosofia: idéias, doutrinas*. V.7: A filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 221-74.

LÔWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LÔWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1991

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. NOGUEIRA, Marco Aurélio e outros (org.) *Temas de ciências humanas*. V. 4. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1978, p. 1-18.

LUKÁCS, Georg. O marxismo ortodoxo. In: *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1976, p. 3-40.

LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo, marxista. In: *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1976. p. 40-56.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Mandacarú, 1990.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYO, Henri B. O marxismo como uma filosofia da história. *Introdução à teoria marxista*. São Paulo: Liv. Freitas e Bastos, 1966. pp. 182-208.

MELO, Jairo G. O ponto de apoio. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 13, p. 6-9, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil. 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 14, p. 3-39, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso (para a crítica da geografia que se ensina)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, p. 13-26.

MOREIRA, Ruy. A concepção de natureza na geografia física. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 13, p. 67-113, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 14, p. 27-41, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988.

RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 18-29.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural. 1987.

SILVA, Armando C. da. Contribuição à crítica da crise da geografia.
SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 13-24.

SOUZA, José Gilberto de. *O conceito de trabalho no livro didático de geografia*. Presidente Prudente - SP - FCT/UNESP, 1991

Submetido em: 06 de outubro de 2020.

Devolvido para revisão em: 10 de junho de 2020.

Aprovado em: 13 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923-961, jan.-jun./2020.

**RESENHA: O ESTADO E A GESTÃO
DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

*REVIEW: THE STATE AND MANAGEMENT
OF URBAN SOLID WASTE*

*RESEÑA: ESTADO Y GESTIÓN DE
RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS*

GRAZIELLA PLAÇA OROSCO DE SOUZA
Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: grazaorosco@gmail.com

WALDMAN, Maurício. **Resíduos sólidos**: notas sobre a atuação do Estado. São Paulo: Editora Kotev, 2019. (Col. Políticas Públicas 1).

Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, professor universitário, pesquisador e consultor. É autor (ou co-autor) de 17 livros, centrados basicamente nos campos do saber geográfico e antropológico. Com expressiva repercussão na área de resíduos, Waldman foi indicado como finalista do Prêmio Jabuti 2011 no quesito melhor livro de Ciências Naturais, repercussão da obra “Lixo: Cenários e Desafios” (Cortez Editora, 2010). Na gestão pública, exerceu em 2000 o cargo de Chefe da Coleta Seletiva de Lixo da capital paulista e entre 1990-1992, de Secretário do Meio Ambiente de São Bernardo do Campo. É Pós-Doutor pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP com pesquisa sobre Resíduos Sólidos (2010), e em 2015, finalizou seu terceiro Pós Doutorado (PNPD-CAPEs), cuja pesquisa envolveu os temas da reciclagem, da catação e da incineração do lixo. Duas obras a merecerem destaque relacionadas ao tema são *A Civilização do Lixo* (Editora Kotev, 2016) e *Planeta Lixo: A Cartografia dos Resíduos Globais* (Editora Kotev, 2016).

Em sua obra “**Resíduos sólidos**: notas sobre a atuação do Estado” publicado no ano de 2019 pela Editora Kotev, Waldman busca discutir o papel controverso do Estado brasileiro no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. A obra publicada em formato de e-book de acesso gratuito e de 128 páginas (levando em conta a capa) é uma compilação de materiais produzidos em suas investigações durante os dois estágios de pós-doutoramento, realizados nos anos de 2011 e 2015 (respectivamente, UNICAMP/CNPq, 2011 e PNPd/Fundação CAPES, 2015).

Na obra organizada em seis capítulos Waldman apresenta, com riqueza de dados numéricos, a problemática da gestão dos resíduos sólidos no Brasil, tendo por fundamento o fracasso da

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Comparando o caso brasileiro com o de demais países em desenvolvimento, aborda temas polêmicos como reciclagem e Custo Brasil do Lixo. O eixo norteador da discussão é a atuação do Estado brasileiro e seu “controle desagregador” nos processos de gerenciamento de resíduos. Waldman discute a inoperância das políticas públicas, fazendo crítica ao fracasso das legislações em vigência no país. Sob o conceito do *Diretorado do Lixo*, reflete sobre o controle desagregador dos processos de gestão, no qual o Estado atua como mantenedor do *status quo* das condições socioeconômicas de catadores de um lado, e de empresas recicladoras de outro.

O autor inicia a obra refletindo sobre as contradições entre a atuação do Estado, da iniciativa privada e dos catadores de recicláveis no desenvolvimento da coleta seletiva de lixo nos municípios brasileiros. Partindo do princípio de que o lixo urbano é rico em materiais economicamente valiosos, trata de verificar a inoperância dos programas municipais de coleta seletiva, a atuação desvalorizada dos catadores e os ganhos que as empresas recicladoras têm com a omissão do Estado na coleta seletiva do lixo urbano.

Sobre a deposição final dos rejeitos, Waldman apresenta o cenário dos lixões brasileiros, que ocupam grandes áreas e demandam muito investimento para enterrar materiais passíveis de reutilização. Discorre a respeito do fracasso na instituição dos aterros sanitários, cuja instalação e funcionamento tornou-se obrigatória pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O autor chama a atenção para os problemas socioambientais que tais locais disponibilizados para acomodação e degradação dos resíduos sólidos apresentam, como o volume de chorume e gás metano gerado,

altamente prejudiciais à saúde. Discute sobre vantagens e desvantagens do funcionamento dos incineradores na redução dos resíduos e como a gestão de excelência do lixo pode ser melhor pensada pelo poder público para evitar tais problemas.

Seguindo este pensamento, a atuação do Estado no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial em elaborar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), é discutida sob a ótica das responsabilidades da administração pública nos processos de coleta seletiva de lixo (CSL). Em crítica à atuação do Estado nesta pauta, Waldman revela o posicionamento deste em manter o *status quo* caracterizado pelas políticas que promovem as desigualdades sociais e reafirmam os “privilégios sociais e das premissas voltadas para assegurar uma globalização para poucos, não tem como ser dissociada das práticas reais do aparelho de Estado” (WALDMAN, 2019, p. 42).

Waldman continua este raciocínio ao tratar do viés ideológico que a gestão de resíduos sólidos é apresentada pela academia e em relatórios divulgados por diferentes instituições relacionadas ao assunto. Critica a forma como os registros empíricos e dados quantitativos são manipulados para divulgação de resultados, sem que sejam considerados os processos envolvidos na gestão dos resíduos, tornando os dados controversos perante a realidade brasileira. Considera que é preciso contextualizar o lixo no “tempo social e no espaço habitado” para que os estudos sobre o assunto possam ser realizados. Neste ponto, provoca a reflexão sobre as discrepâncias entre dois sujeitos dependentes do lixo para sobrevivência: os catadores e a indústria recicladora.

Seguindo esta linha de pensamento, Waldman passa a ocupar-se do ônus causado pela má gestão dos resíduos sólidos,

analisando, para tanto, o Custo Brasil do Lixo. Para ele, a ineficiência do Estado agrava o quadro brasileiro de má governança, que irá refletir-se em problemas como:

corrupção, morosidade da justiça, entraves logísticos, altíssimos impostos, inchaço da máquina burocrática, uso indevido do erário, incompetência administrativa, insegurança jurídica, regulação ineficiente, estrangulamento da infraestrutura e politização dos preços administrados (WALDMAN, 2019, p. 64).

Também relaciona problemas econômicos concernentes ao alto custo do gerenciamento dos resíduos sólidos visível ao se comparar municípios entre si e o país com demais nações da América Latina.

Baseado em dados estatísticos relativos a países da América Latina, especialmente México e Argentina cujas características estruturais de gerenciamento de resíduos sólidos assemelham-se às do Brasil, Waldman afirma que o custo unitário brasileiro para a limpeza urbana por km, incluído o processo todo - desde coleta até a deposição final dos resíduos -, envolve os valores mais altos já registrados. Somado a isto, relata que o Brasil é o país latino-americano que mais gera resíduos, fato que contribui para a proliferação dos lixões e aterros.

Assim, a questão dos serviços de limpeza urbana é considerada ligada a permanência dos lixões e aterros uma vez que, ao adotarem os lixões como local de despejo destes resíduos, as prefeituras contribuem para sua existência. Isso corrobora com o ciclo impactante da degradação dos rejeitos - chorume, emissão de gases, contaminações, problemas de saúde, alterações na paisagem,

impactos ambientais e sociais a comunidades instaladas próximas à área de deposição, - entre outros problemas citados.

Finalizando a obra, é reproduzida entrevista cedida por Waldman à IHU On-line, na qual ele expressa seus posicionamentos sobre o grave problema de gestão de resíduos sólidos no Brasil, tratando, em especial, do papel do Estado, dos custos do gerenciamento e dos problemas socioambientais representados pelos lixões e aterros sanitários instalados em todo o país. Chama a atenção para a região Oeste do Estado de São Paulo, analisando o caso dos lixões do município de Presidente Prudente e seus impactos. O autor apresenta em anexo links com entrevistas que complementam a temática tratada pela obra.

Os dados apresentados reforçam a urgência de se pensar em possíveis soluções para o problema do gerenciamento dos resíduos sólidos no país. Como demonstrado, as políticas públicas direcionadas à gestão, na prática, ocorrem apenas parcialmente. Fato confirmado quando se observa que boa parte dos municípios brasileiros não têm elaborados seus planos de gestão, e que se utilizam dos projetos de coleta seletiva como “marketing” institucional.

Os resíduos são considerados de formas diferentes para os segmentos envolvidos com seu gerenciamento. Para as recicladoras, os resíduos sólidos urbanos constituem matéria-prima geradora de lucros. Já para o segmento industrial, os processos de reciclagem contribuem por minimizar os custos de produção por meio do reaproveitamento. Em alguns casos, os resíduos transformam-se em combustível, gerando energia a baixo custo. Para os gestores de aterros e empresas coletoras geralmente financiadas por prefeituras,

o interesse maior está na quantidade destes resíduos. Para os coletores é a qualidade que conta.

Com a intenção de “discutir o lixo como solução”, Waldman comenta sobre iniciativas de coleta seletiva de resíduos, inicialmente impulsionadas pelo compromisso com a preservação da natureza. Reforça a importância dos catadores, em especial os cooperados, na minimização dos problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos urbanos, uma vez que “do ponto de vista econômico, a reciclagem é uma atividade extremamente promissora” e que envolve de um lado trabalhadores que antes encontravam-se em situação de exclusão social e de outro lado setores “poderosos, influentes e altamente capitalizados da indústria” (WALDMAN, 2019, 16), provocando a relação desigual vigente no país.

Fato é que lixões e aterros demandam alto custo de gestão, problemas de saúde e problemas sociais. Sua manutenção pode parecer simples, exigindo recursos humanos sem muito preparo técnico, transportes e máquinas pesadas. No entanto, o impacto deste modelo de gerenciamento se prolonga por séculos no ambiente natural, repercutindo na qualidade de vida das pessoas.

Com o cancelamento da erradicação dos lixões, previsto na PNRS e adiado para o ano de 2021, Waldman considera que os problemas relacionados à gestão dos resíduos sólidos sejam agravados, com prejuízos na implantação de projetos de compostagem, nos serviços de coleta seletiva, de logística reversa, além da criação de mais lixões e maiores problemas para catadores e cooperativas de reciclagem. A estas considerações, o autor indaga ironicamente “Quem na época do lançamento da PNRS acreditou que, de fato, a lei ‘pegaria’? E hoje, quem acredita que ela ‘pegará’ em 2021?” (WALDMAN, 2019, p. 91).

Cumpra mencionar que se trata de um e-book formado por textos já publicados anteriormente, que se relacionam à mesma temática apresentando, no entanto, objetivos diferentes. Por esta razão, o autor revisita alguns dados e informações no decorrer da obra, como o fato de Curitiba ser considerada referência em termos de gestão de resíduos e ainda apresentar problemas de coleta seletiva e dados de produção de resíduos sólidos no Brasil em comparação ao PIB, apresentados em dois momentos da obra, cujas aparições encontram-se totalmente contextualizadas ao assunto apresentado.

Em síntese, a obra destina-se não apenas a pesquisadores e interessados no tema “Gestão de Resíduos Sólidos”, mas a toda e qualquer pessoa que se interesse pelo futuro ambiental do país.

Referências bibliográficas

WALDMAN, Maurício. **Resíduos sólidos**: notas sobre a atuação do Estado. São Paulo: Editora Kotev, 2019. (Col. Políticas Públicas 1).

Submetido em: 02 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 08 de agosto de 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

Como citar esta resenha:

SOUZA, Graziella Praça Orosco de. O Estado e a gestão dos resíduos sólidos urbanos. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 962-969, jan.-jun./2020.

**RESENHA: MEMÓRIAS DA
PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE
RACISMO COTIDIANO**

*REVIEW: PLANTATION MEMORIES:
EPISODES OF EVERYDAY RACISM*

*RESEÑA: MEMORIAS DE PLANTACIÓN:
EPISODIOS DEL RACISMO DIARIO*

ARNÓBIO RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará (IFCE) – Cratêus/CE.

E-mail: arnobiojr07@gmail.com

KILOMBA, Grada. **Memórias da
plantação:** episódios de racismo
cotidiano. Tradução de Jess Oliveira.
Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Assim como Grada Kilomba, proponho iniciar a resenha a partir de uma breve reflexão sobre o poema exposto acima, pois:

Esses cinco versos curtos evocam de modo bastante habilidoso uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos mais lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes (p. 27).

Desse modo, a obra “Memórias da plantação” nos convida de imediato a reflexão para pensarmos sobre como o conhecimento e a ideia de sujeito enquanto um ser político, social, individual está intimamente relacionado a emergência de um horizonte político-discursivo centrado na retórica dominante branca, tornando inferior as identidades rotuladas politicamente como periféricas, subalternas e marginalizadas.

Para além dessa reflexão sociológica, o texto em si e o poema é convidativo a montar uma configuração de resistência frente as estruturas colonialistas de opressão além de chamar a reflexão para com o espaço educativo que estamos inseridos. As narrativas expostas em muitos espaços de convívio social se pautam majoritariamente a partir da linguagem do indivíduo branco, o qual centra suas narrativas como normas, excluindo a presença e vozes das identidades negras bem como outras identidades deslocadas numa compressão espaço-tempo.

Grada Kilomba é escritora negra, portuguesa e parte de uma escrita anticolonialista e antirracista com uma abordagem teórico-metodológica na psicanálise e em um viés fenomenológico. Sua obra foi publicada pela primeira vez em inglês em Berlim no final de 2008 no Festival Internacional de Literatura e se estruturou a partir de

sua tese de doutorado¹. Infelizmente, “Memórias da Plantação” só veio ao Brasil 10 anos depois de ser lançada em Berlim como uma obra que tem como proposição central o combate ao racismo e seus deslocamentos diversos. Os apontamentos teórico-políticos discutidos na obra partem do cotidiano da autora, de inúmeras situações de racismo vivenciadas e das entrevistas não diretivas com base em narrativas biográficas de mulheres negras.

Para publicação da obra no Brasil, Grada Kilomba traz novos diálogos de formação ao anteceder os escritos da primeira versão traduzida para o português. Por meio de uma carta à edição brasileira, a autora discorre sobre alguns ajustes na linguagem, alterando o significado das palavras ao propor novas terminologias num sentido de uma epistemologia plural, de reconhecimento de uma identidade e linguagem invisibilizada historicamente e que perpassa as relações interpessoais de poder e violência, visto que ainda temos uma linguagem colonialista e excludente.

A título de exemplificação do ajuste de linguagem sobre as palavras, a autora se propõe a escrever algumas palavras com outras terminologias de modo que outras identidades sejam contempladas. Desse modo, a autora nos diz que:

Na minha escrita, uso o termo “escravizada/o”, e não escrava/o, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas. No entanto, o termo aparece por vezes de forma figurativa; nesses casos, opto por escrevê-lo em itálico: escrava/o.” (p. 20).

¹ “Plantation Memories” é a tese de doutorado de Grada Kilomba obtida na Universidade de Berlim no ano de 2008.

Nessa perspectiva, é necessário e urgente o trabalho político de desconstrução linguística e a desconstrução de que o sujeito é um mero objeto, mas é preciso que nos reconheçamos enquanto sujeitos políticos, individuais e sociais. Para além disso, tem-se que considerar a dimensão cultural, pois a identidade do sujeito se forma a partir de uma produção simbólica e discursiva que se materializa mediante as relações com as diferentes culturas religiosas, étnicas, raciais, linguísticas e nacionais.

O debate proposto pela autora é multidisciplinar e caminha em direção ao combate de práticas racistas. Assim, as discussões teóricas estão além dos muros da universidade, visto que a obra conta com episódios de racismo cotidiano que se instrumentalizam numa ampla dimensão espacial, considerando-se os diversos lugares e espaços ocupados essencialmente pelas diversas geografias. Diante dos ajustes de linguagem, Grada Kilomba traz apontamentos de episódios de racismo diante do processo de seleção do doutorado na Alemanha. Fica claro o quanto os espaços de conhecimento – universidade, escola, etc - ainda são colonizados pela ideologia colonialista do sujeito branco, colocando o discurso destes como verdade absoluta além de fragmentar a identidade do sujeito negro e reduzir sua presença a funções tidas como inferiores.

Nesse sentido, a obra é pertinente ao discutir a categoria racismo enquanto um pressuposto político e discursivo. Grada Kilomba é brilhante ao fazer analogias do racismo cotidiano com as situações análogas de exploração do sistema plantation. A discussão teórica remonta-se a esse cenário colonialista, de dominação branca e que continua pautada nos trâmites do sistema escravista e desigual que ainda está presente implicitamente nas instituições que

trabalham em prol do capital. Na introdução da obra, a autora se coloca enquanto sujeito da própria história, deixando de ser objeto do outro e passando a ser narradora da própria realidade.

É nesse sentido que o texto em geral discute o racismo numa visão psicanalítica, objetivando combater essa prática política além de nos convidar a refletir e buscar entender que as identidades negras devem ser reconhecidas como sujeitos de sua própria história, reconhecendo-se sua vocação ontológica. Torna-se sujeito na medida que a dimensão social, individual, política e cultural é reconhecida. Para tal, é preciso combater as práticas racistas e superar as estruturas opressoras historicamente consolidadas. É explícito que o racismo é uma prática que nos leva ao passado colonial e se configura na sociedade de modo a traumatizar o sujeito. No entanto, é também uma prática discursiva que, em muitas circunstâncias, passa despercebida, pois atua no inconsciente do indivíduo. Há nesta perspectiva, um preconceito contra a origem geográfica e de lugar dos diversos sujeitos que se relacionam em diversos territórios, criando-se estereótipos sobre as identidades regionais.

O debate é indispensável para pensarmos em proposições de novos diálogos de formação sobre a paisagem cultural de gênero e do alinhamento teórico metodológico acerca das discussões decoloniais sobre o feminismo negro, a branquitude e os estudos em torno da psicanálise. É nesse sentido de discussão que a obra “Memórias da Plantação” está organizada teoricamente em quatorze capítulos abordando não só o racismo em sua plenitude mas também temáticas que transcendem os nossos espaços de vida. Para além de uma visão propedêutica e colonial, temos que perceber o debate como uma proposta de formação política.

Em seu primeiro capítulo, a autora traz o debate entorno da máscara enquanto um objeto de silenciamento das vozes negras, oprimidas. Desse modo, a máscara representa a política do amordaçamento do sujeito, tirando-lhe o direito de fala, tendo em vista que “ela simboliza a fala e a enunciação” (p. 33). Sem dúvidas, a máscara fez parte do projeto de colonização e continua como peça fundamental da política colonialista de dominação e de (neo)colonização no limiar do mais alto nível de desenvolvimento do capitalismo. É sabido que a máscara era utilizada para impedir que os escravizados não pudessem se alimentar da colheita enquanto trabalhavam, mas sobretudo para calar as vozes negras além de ser símbolo da política colonialista em sua essência. Assim, a máscara é uma forte simbologia da dominação colonialista sobre as identidades escravizadas. Com o objetivo de amordaçar e de excluir o sujeito do processo de vivência, a máscara tende a enaltecer que tudo pertence a identidade branca, colocando os negros em segunda ordem, subordinados a uma estrutura de dominação do sujeito branco. Conseqüentemente, há a imposição de rótulos políticos a esses sujeitos que não pertencem ao processo civilizatório sob a ótica da sociedade branca colonialista, bem como: bandido/a, violento/a, bárbaro/a.

Tais rótulos são projetados a esses indivíduos a partir da perspectiva de raça e de sua localização socioespacial, sujeitos situados em um território onde a sua formação histórica está assentada na manutenção da estrutura econômica e social do período colonial. Essa projeção sobre a identidade negra como inimigo, é incorporada em seus discursos ao passo que julgam o sujeito negro como ruim. Nesse sentido, o sujeito negro é colocado como “Outridade”, sendo oposto ao branco. As expressões que movem a

identidade negra não se encontram presente no imaginário branco. É visto que o racismo tende a desintegrar a identidade negra numa relação espaço-tempo além de aplicar o estigma de que os sujeitos negros são violentos e de não ter características físicas e genéticas para compor um processo civilizatório. Ainda, a autora é crítica ao levantar questionamentos sobre a utilização da máscara. “A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada?” (p. 41). As implicações reflexivas são oportunas para continuarmos na luta contra o processo de desumanização dos sujeitos negros que foram e são historicamente colonizados. É explícito que a retórica da identidade negra se articula no sentido da emancipação e na destruição do projeto colonial da supremacia branca, por isso, é silenciada.

É válido ressaltar que o racismo é estrutural, logo, se encontra também nas instituições. A autora traz apontamentos sobre essa vertente no capítulo dois ao discutir o quanto o racismo está enraizado no discurso hegemônico branco e perpetuado na academia como inquestionável do ponto de vista ideológico das vozes brancas que sinalizam poder absoluto. O capítulo dois intitulado “Quem pode falar?” nos mostra que as relações no campo acadêmico viabilizam as narrativas colonialistas, repressivas, colocando a fala da periferia em posição de marginalidade.

Mesmo diante de um espaço educativo de formação política, há a predominância da pedagogia conservadora com ressalvas aos ideais do patriarcalismo. Desse modo, o subalterno não pode falar, pois seu discurso não representa a emancipação política da classe dominante. O silenciamento das vozes oprimidas dar prosseguimento a romantização de que há uma articulação das vozes oprimidas no centro acadêmico. É necessário dar mais visibilidade a

esses grupos que tem muito a acrescentar com suas epistemologias de mundo. É visto que a autora argumenta que as vozes da identidade negra tem sido sistematicamente invisibilizada, desqualificada, ironizada.

Grada Kilomba aponta que ainda a academia é um espaço de violência, tendo em vista que as gramáticas das vozes oprimidas estão sendo colocadas constantemente em segundo plano, tirando seus discursos da centralidade e posicionando seus discursos nas margens. Infelizmente, o conhecimento é colonizado. A fala do sujeito branco é posicionada no centro e colocada como universal, objetiva, imparcial, enquanto o discurso do sujeito negro tem sido considerado como inválido.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a pesquisa da tese de doutorado da autora que resultou na produção do livro foi julgada como emocional, parcial, subjetiva sem sustentação teórico-científica para ser validada na academia e em outros espaços educativos. A epistemologia do conhecimento está alinhada à raça e gênero, duas categorias indispensáveis para pensarmos na construção do conhecimento e nos paradigmas que cerca o discurso racista. Vê-se que a epistemologia que representa a identidade negra é operada como menos inteligente. Há uma repressão para com a centralidade do discurso periférico. Os discursos marginais estão fora do lugar segundo a performance teórica que descreve naturalmente o discurso dominante branco como universal. Compreende-se o lugar como uma extensão do espaço, como resultado de experiências, vivências e relações de afetividade e não como um ponto físico-geográfico determinado, geograficamente localizado.

Partimos de lugares diferentes para descrever a nossa realidade enquanto sujeitos políticos, sociais, culturais e individuais.

Nessa lógica, é improvável que os discursos dos intelectuais negros represente a teoria academicista. Essas vozes não tem permissão para falar. “E quem tem permissão para produzir o conhecimento?” (p. 61). Essa implicação nos faz perceber que o corpo negro não é lido como um corpo acadêmico, mas incapaz de posicionar-se no centro. É um sujeito reconhecido como diferente. No entanto, o racismo objetiva aniquilar a diferença, haja vista que o racismo nega o direito a subjetividade. Urge, portanto, a descolonização do conhecimento. Como aponta a autora é essencial construir no campo acadêmico a epistemologia que transcende os espaços de vida das identidades rotuladas como minorias sociais. Nas perspectivas da autora, descolonizar o conhecimento significa fazer com que as histórias das identidades negras não sejam contadas pelas perspectivas do colonizador. É preciso que essa epistemologia esteja no centro. Está no centro retrata a oposição ao silêncio e a marginalidade imposto pelo racismo.

“O racismo é uma realidade violenta” (p. 71). É com essa afirmativa que Grada Kilomba inicia o terceiro capítulo. Neste capítulo, a autora traz a definição elucidativa de racismo enquanto uma categoria político-discursiva. De fato, o racismo perpassa os nossos espaços de vida, sustentando-se a partir da linguagem. Como define a autora, o racismo cotidiano se materializa no vocabulário, nos discursos, gestos, olhares, ações. Então, é notório que o racismo se constitui nas relações sociais. O racismo atua num amplo campo epistemológico, desprezando a identidade negra de modo a inviabilizar sua presença em muitos espaços, espelhando “a desimportância dos negros como sujeitos políticos” (p. 72). As experiências e lutas dessa identidade tem sido menosprezadas constantemente. Dessa maneira, o racismo tende a fragmentar a

identidade do sujeito que se faz, sobretudo, na dimensão política, social, cultural e individual.

O racismo atua de modo que os sujeitos brancos crie o próprio desenho dos sujeitos negros. Os discursos estéticos ainda são visibilizados por essa prática política. Por isso, vê-se a objetificação e o descaso diante da imagem do sujeito negro. Grada Kilomba aponta o racismo diante de três características, a hierarquia, a diferença e o preconceito. O racismo é também uma configuração entre o poder e o preconceito. Sabe-se que, o poder está intimamente ligado a instituição, as ações políticas, a representação política, educação, mídia entre outros mecanismos. É perceptível que o racismo é estrutural pois perpassa as estruturas sociais e políticas. Como destacado no início do texto, a discussão sobre o racismo nos convida a refletir sobre outras categorias de suma importância bem como o gênero.

O capítulo quatro nos apresenta o conceito de racismo genderizado. A autora traz situações de racismo vivenciadas no cotidiano. Para expressar objetivamente uma das situações, Grada Kilomba ao ir ao médico entre 12 e 13 anos foi questionada da seguinte forma: “você gostaria de limpar nossa casa” (p. 93). A pergunta foi feita pelo médico no fim da consulta, o qual pretendia que Grada fosse a uma viagem de férias com ele e a família com o objetivo de limpar a casa e realizar outras atividades domésticas. Sem dúvidas, a pergunta foi lançada porque a identidade negra foi vista como uma identidade inferior ao sujeito branco, vista como uma servente bem como pontua a autora.

Neste caso, é visto uma forte inversão de poder entre identidades. Além disso, há uma relação de gênero e que se relaciona a situação vivenciada. Além de negra era mulher o que expressa a

força do patriarcalismo enraizado nas estruturas opressoras fortemente consolidadas. “Esse caso revela como “raça” e “gênero” são inseparáveis. “Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separada da “raça” (p. 94). Portanto, o racismo gendenrizado está relacionado a opressão racial sofrida por mulheres negras a partir das estruturas racistas de papéis de gênero. Ainda neste capítulo a autora traz a discussão do racismo e sexismo como categorias semelhantes onde observa-se a partir desse debate o uso do senso comum através das diferenças entre o natural e o biológico. Por fim, a autora propõe a descolonização das mulheres negras, tendo em vista que “o uso do masculino genérico para designar humanidade reduz automaticamente a existência de mulheres à não existência” (p. 108).

Nesse limiar, os capítulos seguintes seguem debatendo a temática de forma mais restrita e pontual do tema propriamente dito e a partir das entrevistas realizadas às mulheres negras. O quinto capítulo intitulado de “Políticas Espaciais” revela o debate acerca da raça e da territorialidade. Fica claro o racismo mediante a proposição da incompatibilidade entre raça e nacionalidade, pois a negritude é incompatível com a nacionalidade alemã, assim pontua a visão reacionária do racismo. Aqui, tem-se o discurso da superioridade de raça, visto que há a defesa e o anacronismo de que negros não constitui a nacionalidade alemã. A autora apresenta situações concretas de racismo que nos mostra o quanto a ideia de superioridade de raça está pautada no imaginário colonial. A afirmativa “[...] mas você não pode ser alemã” (p. 115) revela a fantasia colonial presente nas mentes racistas. Outras situações apresentadas pela autora explicitam o racismo na sua dimensão estrutural. Sob a âncora da branquitude e de outras demarcações,

entende-se que o sujeito negro deve está nos territórios rotulados como periféricos e/ou marginalizados. Contudo, o território expressa várias conotações políticas, simbologias, relações de poder e de produção do espaço por meio do homem, logo, precisa ser valorizado e identificado como espaço de construções de ralações sociais tecidas no decorrer da história.

O sexto capítulo trata das “Políticas do Cabelo”. Sucintamente, o cabelo da identidade negra, sobretudo cabelos crespos e cacheados representam para os sujeitos brancos o símbolo da inferioridade, do primitivismo e da não-civilização. Situações como “com licença, como você lava seu cabelo?” (p. 123) explicita a fantasia colonial sobre os cabelos das identidades negras, subentendendo o cabelo como sujo. Essa prática racista traz à tona a ideia de selvageria e sujeira além de outros paradigmas que constitui a domesticação colonial sobre a política do cabelo. É preciso consciência política diante das narrativas da indústria cultural que forja subjetividades e normatividades, incluindo uma estética padronizada nos moldes da identidade do sujeito branco. Esse capítulo é oportuno para pensarmos no processo de produção da branquitude.

Já no sétimo capítulo, a autora aborda as “Políticas Sexuais”. O diálogo proposto nesse capítulo é convidativo a pensarmos sobre o patriarcalismo e sobre a fantasia da mulher negra enquanto corpo que tem a função de serem corpos sexuais e de reprodutores de sujeitos para o trabalho. Nas situações pautadas no texto, o discurso racista vê a mulher negra apenas como objeto de desejo e uso. O debate está proposto não somente na perspectiva das mulheres negras, mas também nas perspectivas do corpo negro masculino. Para além disso, há outras situações da vivência das entrevistadas

que revela outros apontamentos teóricos sobre essa categoria de discussão. O oitavo capítulo trata sobre a “Política da Pele” como uma projeção do discurso racista. O imaginário tóxico do sujeito branco não aceita o negro como uma identidade política, social, individual e cultural, mas apenas compreende a negritude no sentido negativo. Nesse sentido, o nono capítulo apresenta brevemente o jogo de palavras sobre a identidade negra.

Enquanto uma primeira palavra representa a estética positiva da identidade negra uma segunda mascara sua posição de marginalidade. A discussão nesse capítulo propõe discutir o sentido da palavra referida a identidade negra a sua situação concreta de opressão. Desse modo, as projeções sobre a pele negra não representam a dimensão da sociedade branca. A prática racista constitui-se também numa dimensão de exclusão socioespacial. Nesse sentido, a discussão do décimo capítulo é reveladora do quanto há o menosprezo e exclusão social dos espaços ocupados pelas identidades negras. Intitulado de “Segregação e Contágio racial”, o capítulo é explícito ao detalhar o quanto a lógica racista aponta para a necessidade do distanciamento físico entre as identidades, construindo fronteiras da discórdia entre territórios e espaços que se organizam politicamente.

A discussão do capítulo onze intitulado de “Performando a Negritude” é de extrema importância para percebermos que a identidade negra não representa a identidade branca. Desse modo, o negro não pode ser reconhecido quando se trata do intelecto. Essa visão racista de subordinação alimenta o ego do sujeito branco. A separação ou dissociação como coloca a autora de negritude e inteligência constitui a prática racista. É nesse sentido que a discussão está moldada nesse capítulo. A discussão do capítulo doze

traz amplos horizontes epistemológicos acerca do suicídio. Infelizmente, o imaginário racista destaca a mulher negra como forte, dura e como elucida a autora “supermulher de pele escura” (p. 182) colocando a mulher negra como forte o bastante para cometer suicídio. O suicídio cometido por identidades negras pode se dar de diversas formas, inclusive pela invisibilidade do sujeito negro na sociedade branca. É válido ressaltar que “o suicídio pode também emergir como um ato de tornar-se sujeito” (p. 189). É sobre essa perspectiva que o capítulo propõe a discussão no sentido de entender as práticas racistas e combatê-las.

É preciso problematizar o uso de algumas representações racistas que ocupam os espaços públicos e, sobretudo os espaços privados de dominação branca. É sobre esse ângulo que o capítulo treze intitulado de “Cura e Transformação” inicia a problematização do racismo. Uma categoria que torna a imagem da mulher negra como símbolo de decoração e de fantasia. Há nesse sentido uma projeção do cenário de escravização na medida que o sujeito branco expõe o desejo de obter uma imagem da mulher negra não só como objeto de decoração, mas também de pertencimento. Por fim, o capítulo quatorze intitulado de “Descolonizando o Eu” dar vivacidade novamente a todo o debate apresentado no livro com uma revisão teórica de alguns dos mais importantes debates colocados no decorrer do texto bem como a importância de entendermos o quanto o racismo nos leva a um trauma colonial.

Assim, a autora explora três categorias que representa o trauma dentro do racismo cotidiano, levando a um passado colonial, a saber: choque violento, separação e atemporalidade. Por conseguinte, é urgente cogitar em estratégias de descolonização. É preciso superar as práticas racistas, posicionar-se de maneira

antirracista, destituir as fantasias brancas e em geral destituir a ideologia colonialista na sua essência. Para além disso, Grada Kilomba traz outros apontamentos numa visão holística. O racismo está descrito de diversas formas. O racismo está narrado a partir de uma perspectiva colonialista de supremacia branca, por isso a autora finaliza seu texto com estratégias de descolonização.

O livro *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*, de Grada Kilomba pode ser encontrado no site eletrônico da Editora Cobogó, custando R\$ 48,00 reais. O livro pode ser encontrado também no site eletrônico da estante virtual, custando R\$ 39,00 reais. Para além dessas duas possibilidades, encontra-se o livro no site eletrônico da livraria florence, custando R\$ 48,00 reais e no site eletrônico da livraria da travessa, custando R\$ 41,00 reais.

Referências bibliográficas

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Submetido em: 24 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 15 de setembro de 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

Como citar esta resenha:

SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 970-984, jan.-jun./2020.

REVISTA TERRA LIVRE

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço www.agb.org.br/publicacoes

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em

espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: “A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)”. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros

(AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br